

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O LEITOR E A LITERATURA NAS CRÔNICAS JORNALÍSTICAS DE AUGUSTO
ABELAIRA**

LAÍSA TEIXEIRA DE AGUIAR

**PROF. DR. MARIA LUIZA RITZEL REMÉDIOS
ORIENTADOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de concentração em Teoria da Literatura

Data da Defesa: 09 / 01 / 2006

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE, 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AGRADECIMENTOS

- À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos que possibilitou a realização do Curso de Mestrado e da pesquisa para a concretização desta dissertação;
- À professora Dr. Maria Luiza Ritzel Remédios, orientadora e amiga de muitos anos;
- À professora Dr. Maria Eunice Moreira, pelas sugestões dadas durante a Banca de Qualificação de Mestrado;
- À colega Claudiany da Costa Pereira, pela presteza na aquisição, em Portugal, de um livro essencial para a pesquisa da crônica portuguesa do século XX, impossível de adquirir na Internet;
- À Cibele Beirith Figueiredo Freitas pela ajuda na revisão das crônicas, após a digitalização.

Escrevo para um leitor que invento, não me preocupa o número de leitores.

(Augusto Abelaira)

RESUMO EM PORTUGUÊS

A coleta, organização, catalogação e leitura compreensiva das crônicas de Augusto Abelaira, publicadas no **Jornal de Letras, Artes, Idéias (JL)**, de Lisboa, no período de 1983 a 2003, constitui-se no tema desta dissertação de mestrado. Das crônicas coletadas foram selecionadas aquelas cujo tema era leitura ou literatura, dessas sete foram analisadas, seguindo a metodologia de análise interpretativa e considerando a relação entre leitura e literatura discutidas pelo autor. A dissertação tem como objetivos: 1) classificar as crônicas de Augusto Abelaira que tratam da leitura e da literatura, 2) observar como Augusto Abelaira representa a leitura e o leitor nas crônicas publicadas no JL, 3) analisar a forma como é tratada a literatura nas crônicas de Augusto Abelaira. Este estudo justifica-se por ser inédito, desconhecendo-se outro trabalho que se volta ao estudo das crônicas abelairianas e, principalmente, daquelas publicadas no **Jornal de Letras, Artes, Idéias (JL)**. O estudo, além da introdução e conclusão, conforma-se em três capítulos: o primeiro contextualiza o autor enquanto ficcionista e cronista; o segundo trata da literatura e as relações com os diferentes tipos de leitura e com o jornalismo, sempre relacionado com a produção cronística do autor; o terceiro, realiza a análise compreensiva de algumas crônicas, observando como literatura e leitura são discutidas por Abelaira. O anexo constitui-se pelas crônicas resgatadas e devidamente catalogadas durante a pesquisa.

ABSTRACT

The collecting, organization, cataloging and comprehensive reading of the chronicles of Augusto Abelaira, published in the **Jornal de Letras, Artes, Idéias (JL) /Journal of Letters, Arts, Ideas (JL)/**, during 1983 to 2003, constitutes the theme of this Master dissertation. From the collected chronicles, the theme of reading or literature were selected, from that, seven were analyzed according to the interpretative analysis methodology and considering the relationship between reading and literature discussed by the author. The dissertation has as objectives: a) To classify the chronicles of Augusto Abelaira which concerns reading and literature; b) To observe how Augusto Abelaira represents reading and the reader in the published chronicles of **JL**; c) To analyze the way literature is view in the chronicles of Augusto Abelaira. This study justifies itself as an unheard-of work, being unkown to the author any other works concerning the study of the chronicles of Abelaira and, specially, of those published in the **Jornal de Letras, Artes, Idéias (JL)**. The dissertation, besides introduction and conclusion, presents three chapters: the first, contextualizes Abelaira as fiction and chronicle writer; the second, concerns literature and the relations with the different types of reading and journalism, always related to the chronicle production of Abelaira; and the third, performs the comprehensive analysis of some chronicles of Abelaira, observing how literature and reading are discussed by him. The appendix presents chronicles found and properly catalogued during the research.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AUGUSTO ABELAIRA OU O SENTIDO PESSOAL DA ESCRITA	14
1.1 A história de vida de um escritor.....	14
1.2 O ficcionista.....	15
1.3 O cronista	21
2 EXCURSO TEÓRICO: LIVRO E LEITURA, JORNALISMO E LITERATURA, CRÔNICA	24
2.1 Do livro e da leitura.....	24
2.2 Do jornalismo e da literatura.....	33
2.3 Da crônica jornalística e da literária.....	39
3 AS CRÔNICAS DE AUGUSTO ABELAIRA NO <i>JL</i>: SOBRE LEITURA E LITERATURA	49
3.1 A literatura e a leitura nas crônicas abelairianas	49
3.1.1 <i>O papel branco, afinal um tudo nada pardacento</i>	51
3.1.2 <i>Uma nova literatura depois de 25 de Abril</i>	56
3.1.3 <i>Sublinhados</i>	60
3.1.4 <i>Regresso</i>	63
3.1.5 <i>A fuga para a frente</i>	68
3.1.6 <i>Leitura de férias</i>	72

3.1.7 <i>O escritor e o público</i>	80
CONCLUSÃO: A REPRESENTAÇÃO DA LEITURA E LITERATURA NA CRÔNICA ABELAIRIANA	85
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	100
ANEXO 1: AS CRÔNICAS RESGATADAS - SUMÁRIO	101
ANEXO 2: <i>CURRICULUM VITAE</i> DA MESTRANDA	374

INTRODUÇÃO

As formas literárias em prosa constituem-se em problema ainda hoje aberto ao questionamento, porque a distinção que se pode estabelecer entre elas, bem como a sua análise, conformam-se de questões da teoria, da filosofia e da história literárias. Por isso, um dos objetivos desta dissertação é não apenas rever uma determinada forma literária, a crônica, mas também porque, de uma lista ou relação de acontecimentos ordenados cronologicamente como era vista no início da era cristã, ela vai sofrendo transformações e, modernamente, averigua-se uma tentativa de valorização de um gênero que, durante muito tempo, foi considerado gênero menor.¹

A história desse gênero revela a crônica semelhante à novela, ao romance, ao conto, uma vez que é narrativa que recria o cotidiano. Ela começa a ser valorizada no século XIX quando, “liberto de sua conotação historicista, o vocábulo passou a revestir sentido literário”², beneficiando-se da difusão da imprensa, adere ao jornal, sugerindo no “registro do dia-a-dia, a remota significação anti-histórica do anuário. É em 1799 que seu aparecimento ocorre, mercê dos “feuilletons”³. Jullien-

¹ CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Para gostar de ler**: crônica. v.5 São Paulo: Ática, 1981. p.4

² MOISÊS, Massaud. **A criação literária**. Prosa. São Paulo: Cultrix, 1982. p.245

³ Idem nota n.2, p.245.

Louis Geoffroy, no *Journal de Débats*, publicado em Paris, cultivava “uma forma ainda embrionária de crônica”⁴.

Desenvolvendo-se na Europa e atravessando o Atlântico, a crônica começou a ser largamente utilizada no Brasil como em Portugal (inclusive no sentido de “narrativa histórica”). Muitos elementos tornam o gênero acessível quer pelos assuntos, quer pela composição aparentemente solta, quer pela linguagem que se aproxima do cotidiano do homem. Amiga da verdade, afasta-se da grandiloquência da épica ou do romance, “ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”⁵, “pega no miúdo e mostra nele grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitada”⁶. Não poucos escritores do século XIX utilizaram a “nova” forma literária: José de Alencar, Castelo Branco, Machado de Assis, Eça de Queirós, para citar apenas alguns nomes representativos. No século XX, vários são os cronistas: Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Moacyr Scliar (no Brasil) e Augusto Abelaira, José Cardoso Pires, José Saramago (em Portugal). Destaca-se aqui a crônica abelairana publicada no **Jornal de Letras, Artes e Idéias**, de Lisboa, no período de 1983 a 2003, visando-se todas as crônicas encontradas para apresentá-las ao leitor brasileiro.

A dissertação é fruto da participação da mestranda no projeto de pesquisa **O sentido e o alcance da narrativa de ficção de língua portuguesa: a história, a identidade, a nação e o gênero**, cuja tarefa, catalogação do **Jornal de Letras, Artes e Idéias**, de Lisboa, contribuiu para o conhecimento das crônicas do escritor Augusto Abelaira. O interesse foi despertado através da leitura das crônicas com a

⁴ Idem nota n.2, p.245.

⁵ Idem nota n.1, p.5.

⁶ Idem nota n.1, p.5.

leitura da obra ficcional e, também, pelo conhecimento maior da vida, da participação política e das idéias do autor. Desse modo, justifica-se esta proposta pela contribuição à linha de pesquisa: **Sujeito, Etnia e Nação nas Literaturas Lusófonas**, na área de Teoria da Literatura.

O trabalho de pesquisa dividiu-se num primeiro momento na coleta das 148 crônicas de Augusto Abelaira, publicadas no **Jornal de Letras, Artes, Ideias** no período compreendido entre 1983 e 2003, incluindo entre essas uma crônica editada na coluna intitulada **Carta Persa**, na editoria *Debate-Papo*.

Duas crônicas não se inserem no período estudado, porque depois da morte do autor, o **JL** reeditou a primeira crônica publicada no jornal, o que nos possibilitou saber-se o motivo pelo qual a coluna se chamava **Ao pé das letras**: porque o objetivo mais ou menos vago é falar de literatura. A última crônica foi lançada postumamente com o título *Pudor*, e seu tema, liberdade não se identifica com o critério de seleção adotado, razão pela qual não será analisada. Esta crônica foi publicada, em homenagem ao autor, pois desde 1997, o cronista não mais escrevia as crônicas para o jornal quinzenalmente. Não foi possível localizar uma coleção completa do **JL** para procurar as crônicas do autor. Portanto, não temos todas as crônicas publicadas pelo autor para realizar uma análise.

As crônicas a ser interpretadas são as seguintes: *O papel branco, afinal um tudo nada pardacento, Uma nova literatura depois de 25 de Abril, Sublinhados, Regresso, A fuga para a frente, Leitura de férias, O escritor e o público.*

Após a coleta, as crônicas são organizadas por data, digitalizadas e catalogadas. A partir do trabalho de catalogação, observou-se a frequência com que ele tratava dos temas literatura e leitura. Justamente essa frequência tornou-se o critério de seleção das crônicas para análise. Em decorrência dessa seleção, um total de sessenta e cinco (65) crônicas foram retiradas do *corpus* levantado anteriormente.

A análise compreensiva proposta constitui-se em metodologia da interpretação, no sentido da procura do simbólico, especialmente de um texto escrito. Essa leitura das crônicas de Augusto Abelaira significa levar à compreensão a temática desenvolvida por ele. Tal leitura, a ser realizada pela pesquisadora, presume a compreensão e a exposição de uma sentença que precisa de uma interpretação para ser apreendida corretamente.

Diferentes áreas imbricam-se no estudo das crônicas abalairanas: Teoria da Literatura, Literatura Portuguesa e Sociologia da Literatura, pois ele se apoia, na Teoria da Literatura quando revisa conceitos de crônica jornalística e literária; envereda pelos caminhos da Literatura Portuguesa ao retomar os dados biográficos da vida e da produção de Augusto Abelaira; volta-se para a Sociologia da Literatura quando analisa as crônicas considerando a leitura do leitor e a argumentação do autor.

A pesquisa seguiu-se os seguintes passos. Numa primeira parte, foram desenvolvidos: 1) coleta das crônicas publicadas no **JL** de Lisboa; 2) digitação das crônicas coletadas; 3) conferência entre crônica digitada e original; 4) correção dos

erros de digitação; 5) organização cronológica das crônicas; 6) catalogação das crônicas para arquivamento no CECLIP. Na segunda parte, realiza-se a leitura crítica interpretativa de sete crônicas arbitrariamente escolhidas pela autora, a fim de apontar a visão pragmática e irônica do escritor sobre cultura portuguesa, em primeiro lugar, e ocidental, em segundo lugar.

A dissertação compreende, pois, a introdução em que se apresenta o *corpus*, objetivo, metodologia e justificativa, três capítulos em que, no primeiro, se retoma a vida e a produção de Augusto Abelaira quer literária ou não; no segundo, discute-se a questão da leitura e do livro e, no terceiro, apresenta-se a leitura das sete crônicas selecionadas. A conclusão procura situar a posição de Augusto Abelaira relativamente à literatura e à leitura. Em anexo, em ordem cronológica, encontram-se as crônicas resgatadas durante a pesquisa para constituir o *corpus* da dissertação.

1 AUGUSTO ABELAIRA OU O SENTIDO PESSOAL DA ESCRITA

1.1 A história de vida de um escritor

Augusto Abelaira nasceu em Cantanhede, Portugal, em março de 1926. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, iniciou a sua vida profissional como professor. Afastado posteriormente do ensino, dedicou-se ao jornalismo como colaborador de diversos órgãos de imprensa, evidenciando qualidades de grande cronista. Assim, a par do seu trabalho como escritor, exerceu os cargos de professor, jornalista (no *Diário Popular* e no *Jornal de Letras*), diretor de programas da RTP e diretor das revistas *Vida Mundial* e *Seara Nova*. Em 1963, ganhou o Prêmio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências, com o romance *As Boas Intenções*. Em 1979, ganhou o Prêmio Cidade de Lisboa, com o romance *Sem Tecto entre Ruínas*. Em 1997, foi distinguido com o Grande Prêmio de Romance e Novela da APE, com o romance *Outrora, Agora*. Faleceu em Lisboa, em 2003.

Esse breve *curriculum vitae* do autor não diz da sua importância nas letras portuguesas, nem como ele foi responsável por mudanças culturais que aconteceram em Portugal. Sua capacidade de perceber os pensamentos de pessoas simples ou, então, de intelectuais burgueses é o resultado de profundo conhecimento que tem de sua própria existência bem como das gentes que o

cercam. Ao longo da obra cronística e da ficcional de Abelaira, percebe-se o quanto de verdade individual elas expressam, pois são permeadas por relações pessoais e sociais das mais diferentes maneiras. É o seu interesse pelo jogo com as palavras que fica registrado em sua obra e, com encantamento, coopta o leitor para brincar com ele e dar novos sentidos aos seus textos.

1.2 O ficcionista

Enquanto escritor, Augusto Abelaira distinguiu-se sobretudo no romance, sendo a sua obra literária considerada das mais relevantes do último meio século. Ele viveu sob a influência de dois acontecimentos mais importantes da história do Portugal contemporâneo: a ditadura salazarista e a Revolução dos Cravos.

Cremilda de Araújo Medina, em seu livro **Viagem à literatura portuguesa contemporânea**, apresenta uma breve biografia de Augusto Abelaira, acompanhada de uma entrevista do escritor, afirmando que seus livros 'lhe atribuíram a fama de escritor realista. Essa classificação nunca foi aceita pelo autor, que escreveu romances, contos, peças de teatro, mas foi com "**O triunfo da morte** que Abelaira deu uma nova virada para a fabulação, superando o realismo"⁷, conforme Cremilda Medina.

Na entrevista, Abelaira afirma: "Procuro compreender-me e encontrar uma forma de me exprimir não realista, mas alegórica".⁸ O autor não se destaca apenas como homem de imprensa ou romancista, ele se dedica também ao teatro. Suas

⁷ MEDINA, Cremilda de Araújo. **Viagem à literatura portuguesa contemporânea**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983, p.313.

⁸ Idem nota n.7, p.314.

peças desenvolveram-se durante a censura salazarista, por isso recorria à evasão alegórica para poder expressar o que pensava. Ele enfrenta o lúdico como um exercício literário. “Escrever é inventar página a página. É com a caneta que eu penso”.⁹ Seu sarcasmo é revelado quando procura conceituar o romance:

Admitindo a vocação de exprimir coisas, mas não sabendo nada, não se pode escrever ensaios. O romance é então sobretudo uma forma de procurar aquilo que se quer dizer. Quando se chega ao fim do livro e não se encontrou aquilo que se queria dizer, começa-se outro romance. Assim, os romances são, na verdade, sempre o mesmo.¹⁰

Após vários anos de empregos fixos, Augusto Abelaira decidiu abandonar tudo para viver de adiantamentos de direitos autorais. Dessa maneira, o trabalho de escrever não é apenas lúdico, mas também uma obrigação. O ludismo permanece em suas obras, pois “Afinal escrever uma crônica política, hoje em Portugal, não é uma verdadeira arte lúdica?”¹¹, pergunta-se Abelaira. Acredita que “só posso encarar a política contemporânea por esse lado irônico. Não merece ser levada a sério”.¹² Quando se refere ao movimento político de Portugal, Abelaira argumenta que

Diferenças estruturais não houve. Antes de 25 de Abril eu só escrevia o que queria, graças às entrelinhas. Agora ainda a maior parte das pessoas não é livre, mas existe a oportunidade de que sejam. Pessimista, porque após grandes esperanças frustradas, caminhamos a certa velocidade para um *marcelismo* mitigado (de antes de 25 de Abril). As cúpulas, a rigor, não participaram das últimas comemorações da Revolução de 1974. Agora compreendo por quê. Estariam hoje no Poder de qualquer forma.¹³

seu cepticismo em relação a Portugal encontra-se nas instituições imutáveis que frustraram as esperanças de mudança política. Em **A Cidade das Flores**¹⁴, lançado

⁹ Idem. nota n. 7, p.314.

¹⁰ Idem nota n.7, p.314.

¹¹ Idem nota n.7, p.315.

¹² Idem nota n.7, p.315.

¹³ Idem nota n.7, p.315-316.

¹⁴ ABELAIRA, Augusto. **A cidade das flores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

em 1959, foi editado pelo próprio autor porque nenhuma editora o quis publicar. Isso ocorreu durante o salazarismo, após a esperançosa campanha presidencial de Humberto Delgado. Suas outras obras são: **Os Desertores** (1960); **As Boas Intenções** (1963), romance que mereceu o Prêmio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências; **Enseada Amena** (romance, 1966); **Bolor** (romance, 1968); **Quatro Paredes Nuas** (contos, 1972); **Sem Tecto entre Ruínas** (1979), romance que obteve o Prêmio Cidade de Lisboa; **O Triunfo da Morte** (romance, 1981); **O Bosque Harmonioso** (romance, 1982); **O Único Animal que** (romance, 1985); **Deste Modo ou Daquele** (romance, 1990); **Outrora Agora** (1996), romance que lhe valeu o Grande Prêmio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, em 1997. O seu último livro é póstumo, publicado em 2004, intitulado **Nem só mas também**.

Não é difícil observar pontos em comum entre as obras do autor: todas recorrem à ironia e têm acentos paródicos, além de metanarrativos, porque, em algum momento, o escritor destaca como se escreve uma narrativa. No último aspecto, exemplifica-se com o fato de um narrador tornar-se personagem da história e dialogar com os outros personagens, como ocorre em **Deste modo ou daquele**. António José Saraiva e Oscar Lopes, em **História da literatura portuguesa**, comentam que o livro citado acima, apresenta

o desencontro no amor, cuja narração percorre interminantemente dois planos: um hipotético diário, uma incerta biografia a que ele dá ensejo, e jogo de (eventual) cabra-cega entre eles, em que o narrador acaba por participar da narração, que desmitifica o casamento legal, a ideologia de 1945, ou qualquer outra ordenação histórica, na linha que vem de *Bolor*.¹⁵

¹⁵ SARAIVA, António José, LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto, 2001, p.1093.

Para entender **As boas intenções** e **Enseada amena**, é preciso criar uma linha do tempo que permita acompanhar melhor o desenvolvimento das narrativas. Em **Bolor**, poder-se-ia fazer a mesma coisa, com uma pequena diferença: a linha temporal deveria permitir saber quem é o narrador de determinado momento, pois a narração é feita por todos os personagens. Em **O triunfo da morte** destaca-se, também, o fato de que, no final do livro, há um capítulo que explica a origem do material usado para escrever a narrativa. A história tem sua gênese em fitas cassetes encontradas na rua, nas quais está gravada a voz de um homem contando tudo sobre os agentes da morte; posteriormente, uma conversa de um homem e de uma mulher.

Vilma Arêas, no estudo **A cicatriz e o verbo**: análise da obra romanesca de Augusto Abelaria, alega que os cinco livros por ela examinados - **Bolor**, **Os desertores**, **A cidade e as flores**, **Enseada amena** e **As boas intenções**,

além de “contarem” uma estória, determinando ao mesmo tempo o posicionamento ideológico de uma classe, instauram o domínio de uma narrativa que se dobra sobre si mesma, interrogando-se. Percebemos isto através da descrição de uma situação tensa: a existência de uma interdição representada no contexto pelo fascismo.¹⁶

Destaca-se nesses livros certo aspecto comum, que é o fato de o narrador participar da ação, interagindo e dialogando com as demais personagens e não apenas contando a história de forma heterodiegética, como ocorre no livro **Deste modo ou daquele**¹⁷:

¹⁶ ARÊAS, Vilma Sant'Anna. **A cicatriz e o verbo**: análise da obra romanesca de Augusto Abelaria. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1972, p.95.

¹⁷ ABELAIRA, Augusto. **Deste modo ou daquele**. Lisboa: O Jornal, 1990.

O Narrador brinca:

- Não distingo o Casals do último violoncelista da Orquestra Sinfônica de Paio Pires. Podes sem receio apresentar-te ao meu exame.

Sendo também verdade que o Diogo disse, alguns dias atrás, ao Narrador:

- Preparo outra surpresa.¹⁸

Acompanhando o percurso ficcional do autor em estudo, pode-se constatar na “evolução da prosa de ficção de Abelaira, um processo de mistificação da narrativa, enquanto escrita que culmina em **O triunfo da morte**”.¹⁹ Também na sua prosa ficcional, normalmente, Abelaira reflete sobre o ato de escrever, conforme o excerto:

um jogo temporal, ou melhor, descompromisso temporal, pois o narrador assenta, no presente narrativo, passado, presente e futuro imbricados estreitamente com a superposição do narrador e da personagem, o romance torna-se escrita, é reflexão sobre o ato de escrever.²⁰

Assim o narrador, ao sobrepor-se à personagem, torna o romance escrita e reflete sobre o ato de escrever, constituindo esse refletir o centro de sua narrativa, questionando não só o romancista, a pessoa, mas também o tempo, a escrita, o ficcionista dá origem à decomposição de alguns mitos no romance, como se pode observar em **Bolor**.

José Luís Giovanoni Fornos, em **Paródia e ironia em O último animal que?** destaca que as obras da década de 60, do autor

traduzem as preocupações dos escritores realistas, caracterizando-se pela denúncia social. No entanto, nota-se já nessas obras a presença de novas motivações teórico-literárias, cuja acolhida,

¹⁸ Op. cit., nota n. 17, p.33

¹⁹ REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. José Cardoso Pires e Augusto Abelaira: a eqüisciência do narrador. In: _____. **O romance português contemporâneo**. Santa Maria: UFSM, 1986, p. 180.

²⁰ Idem nota n. 20, p. 218.

naquele momento em Portugal, servia ao escritor de filtro às experiências neo-realistas.²¹

Os livros posteriores – décadas de 80 e 90 – correspondem às publicações surgidas em decorrência das mudanças políticas do País, seguindo os apelos da estética pós-moderna e não ignorando o caráter político e ideológico que eles contêm, motivo por que as obras de Abelaira da década de 80 realçam um novo aspecto no processo de escrita do autor.

Não se pode deixar de destacar a importância do leitor nas obras fictícias de Abelaira. Nelas, o leitor não é simplesmente chamado para refletir sobre as táticas apresentadas, ele vai além, pois observa, no modo de escrever do autor, a intenção de “provocar discussões acerca do caráter ético das decisões tomadas, pois, na visão do escritor português, o texto literário revela o desencontro existente entre o que cada um crê que deveria fazer e o que cada um faz (ou não faz)”²². Analisando **O único animal que?**, Fornos afirma que Augusto Abelaira apresenta uma narrativa intrigante e extremamente irônica, nela se envolvendo tanto o autor quanto o leitor e destaca que, na obra abelairiana, estratégias narrativas são postas em questionamento permanente, revelando que

o texto abelairiano molda-se a partir de uma constante construção/desconstrução dos componentes internos/externos que estruturam a narrativa literária. O interesse em desvelar a estrutura do texto artístico, observando as determinações de ordem histórico-política, acompanha a trajetória de escritor.²³

Entre os textos ficcionais de Abelaira descortina-se seu encantamento pelas palavras, que revelam uma experiência de aprendizagem na concepção artística.

²¹ FORNOS, José Luís Giovanoni. **Paródia e ironia em O único animal que?** Porto Alegre: PUCRS, 1999. 220p. Dissertação de Mestrado, FALE, PUCRS, 1999. p.26.

²² Idem nota n.21, p.37.

²³ Idem nota n. 21, p.50.

Destaca-se a ironia como artifício usado com frequência por Augusto Abelaira, quer nas obras ficcionais, quer nos ensaios, ou nas obras jornalísticas. A ironia e a participação do leitor estão interligadas, na medida em que o leitor, ao aumentar sua contribuição no texto, amplia a ironia, fornecendo características especiais ao processo da escrita do autor.

1.3 O cronista

Augusto Abelaira trabalhou como cronista nos seguintes periódicos portugueses: **O Século**, **o Diário Popular**, **Vida Mundial**, **O Jornal** e **Jornal das Letras**; também foi diretor da **Seara Nova** e **Vida Mundial** e ainda, entre 1977 e 1978, assumiu os cargos de diretor de programas da RTP. A **Seara Nova** foi uma revista essencialmente doutrinária e crítica, com fins pedagógicos e políticos. Apesar de várias divergências, a revista desenvolveu um importante trabalho, sobretudo do ponto de vista pedagógico e cultural. A revista **Vida Mundial** surgiu a 13 de maio de 1939, definindo-se como um “documentário semanal da Imprensa”. Em 1948, foi adquirida pela Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária de **O Século** que, em 1967, a transformou em revista-magazine.

O **Jornal de Letras, Artes e Ideias** é um jornal literário de grande circulação, mais conhecido por *Jornal de Letras*, ou apenas pelas iniciais **JL**. Iniciou a sua publicação em Março de 1981, com periodicidade quinzenal. O director era José Carlos de Vasconcelos, e a equipa coordenadora era formada por Eduardo do Prado Coelho, Fernando Assis Pacheco e Augusto Abelaira, pertencendo a João Abel Manta a orientação artística. Devido ao sucesso de vendas passou, a partir do

número 72, de 22 de Novembro de 1983, a sair semanalmente, voltando a sair quinzenalmente já na década de 90.

Com a “Revolução dos Cravos” e a extinção da censura, a **Vida Mundial** tornou-se uma revista de atualidades que abordava temas muito polêmicos. A **Vida Mundial** encerrou em agosto de 1977, por decisão governamental, juntamente com **O Século**, **Século Ilustrado** e **Mulheres-Modas e Bordados**. Reapareceu em 1997, com periodicidade mensal, sob a direção de José Goulão e não durou muito mais. **O Jornal** surgiu em 4 de abril de 1915, em Lisboa, com circulação diária, abrangendo informação, política, literatura, arte, esportes, modas e elegâncias. Atualmente, é dirigido por Boavida Portugal.

O poder político que se instalou após o 25 de Abril procedeu à nacionalização dos principais títulos de imprensa diária. Passaram para o controle estatal **O Século**, o **Jornal do Comércio**, **O Comércio do Porto** e os vespertinos **Diário Popular** e **A Capital**. Já dependiam do Estado, antes da Revolução, através da Caixa Geral de Depósitos, o **Diário de Notícias** e o **Jornal de Notícias**. A 7 de fevereiro de 1977, foram oficialmente anunciadas a suspensão dos diários **O Século** e **Jornal do Comércio**. Dois anos depois, foi decidido em Conselho de Ministros extinguir e liquidar **O Século**, por se considerar que não havia qualquer hipótese de viabilidade econômico-financeira.

Trabalhando em diferentes jornais e periódicos, Augusto Abelaira procurou participar pelo desenvolvimento imediato da sociedade portuguesa, tentando descontar o atraso resultante da ditadura salazarista. Desenvolveu na crônica

temática semelhante àquela usada em seus romances, em que, alegoricamente, critica as velhas instituições que permanecem sem mudar, e invoca o passado para questionar a tessitura social do presente português.

É notória em suas crônicas, a preocupação com aspectos ligados à história de Portugal. Também crônicas que revisitam contextos políticos, problematizando-os em função de perspectivas atuais, ou crônicas alegóricas com propósitos inovadores, ou, então, crônicas particularmente críticas com relação a ordem estabelecida, entendidas como adversas às aspirações humanas.

A importância do cronista que se apresenta a cada semana, diante de leitores, fica estabelecida por uma posição frente à sociedade portuguesa, por sua responsabilidade em criar atrações, descobrir excentricidades, recorrer a ditos populares, criar o jocoso e elevar o padrão cultural do povo português. Aponta a necessidade de integrar a Nação a partir, na ausência da máquina-Estado, da máquina-jornal.

Da posição do cronista Augusto Abelaira deriva o interesse científico da compilação de suas crônicas publicadas entre 1983 e 2003, no **JL**. Ela também torna a leitura dessas crônicas mais estimulante e o trabalho de recolha representa um contributo importante tanto no campo do conhecimento da produção cronista em Portugal, quanto no domínio do estudo do autor.

2 EXCURSO TEÓRICO: LIVRO E LEITURA, JORNALISMO E LITERATURA, CRÔNICA

2.1 Do livro e da leitura

A leitura das crônicas de Augusto Abelaira revela sua inclinação e conhecimento dos clássicos da literatura. Suas crônicas levam o leitor a descobrir, por exemplo, Thomas Mann, William Shakespeare, Jean-Paul Sartre, Miguel de Cervantes e outros escritores da literatura universal e portuguesa. Por esse motivo, lembramos que Ítalo Calvino que, em **Por que ler os clássicos**, apresenta o seu conceito de um livro clássico. Ele considera que os livros chamados clássicos são aqueles que os leitores relêem e que nunca admitem que estão relendo, pois o leitor lê com todas suas experiências acumuladas.

Os clássicos são livros que influenciam o leitor quando se tornam inesquecíveis e, mesmo quando esquecidos, deixam sua semente. Por isso, é importante que se tenha oportunidade de reler os livros da juventude, para que essa segunda leitura permita ao leitor alcançar nova perspectiva, ou seja, toda releitura deve ser como se fosse a primeira leitura, pois, segundo o estudioso italiano, um clássico nunca terminou de dizer aquilo que tinha para falar.

Outra consideração apresentada por Ítalo Calvino é a de que são clássicos aqueles livros que chegam até os dias atuais com as marcas de leitura que precederam. Isso vale tanto para os clássicos antigos quanto para os modernos. Cita como exemplos **Odisséia**, de Homero e **Os possuídos**, de Dostoievski, entre outros. Defende a idéia de a leitura de um clássico provocar diversas discussões. Não necessita obrigatoriamente ensinar algo que o leitor desconheça; pode, apenas, recuperar fatos e conhecimento esquecidos.

Admitindo que a escola tem a obrigação de ensinar e fornecer instrumentos para os alunos conhecerem certo número de obras, Ítalo Calvino enfatiza que as escolhas que realmente importantes são aquelas feitas fora da escola. Enquanto o estudioso italiano afirma a importância de a escola abastecer seus alunos com leituras, Emmanuel Fraisse, em seu livro **Les anthologies en France**, relata que a antologia propõe uma economia de leitura, uma economia da e na leitura, pois, ao mesmo tempo, faz ler menos e provocar o desejo de ler mais. É semelhante o papel da crônica: representa temas significativos de determinada época, considerando-os e valorizando-os.

Uma das preocupações temáticas de Abelaira é, a leitura e sobre ela, Armando Petrucci, em seu artigo *Ler por ler: um futuro para a leitura*, publicado no livro **História da leitura no mundo ocidental**, considera que, enquanto houver produção de texto (seja em que forma for), não faltará leitura à população do globo. Ele acredita que

os homens (ou alguns deles) continuarão a ler enquanto houver homens (os mesmos ou outros) que escrevam na expectativa de

serem lidos por alguém; e tudo faz crer que essa situação continuará a existir pelo menos por mais algum tempo.²⁴

Destaca, também, que quase todas as campanhas de alfabetização de massa, realizadas em níveis nacionais e internacionais, apostaram no crescimento e na difusão da capacidade de *ler*, e não na de escrever *textos*. Isso está relacionando ao fato de o Estado e a Igreja, antigamente, controlarem as publicações através da censura prévia. Conclui, afirmando que, se todo mundo escrever o que pensa a qualquer hora, não haveria censura, pois nem todos os textos passariam pelas mãos dos censores.

Roger Chartier, em **A aventura do livro: do leitor ao navegador**, comenta que não bastava ao autor escapar da censura e das condenações aplicadas àqueles que não se encontravam em concordância com o Estado ou com a Igreja. Também era necessário que a propriedade do escritor fosse reconhecida. A idéia de direitos do autor partiu do livreiro-editor, pois “se o autor se torna proprietário, o livreiro também se torna, uma vez que o manuscrito lhe fora cedido”.²⁵ Todavia, existe o outro lado: ao mesmo tempo reconhece a propriedade, limita o prazo, porque uma vez que este acaba, a obra se torna “pública”.

Petrucci discute que, hoje, a leitura não é o principal instrumento de aculturação à disposição do homem contemporâneo, mas sim a televisão, que teve sua expansão rápida e generalizada nos últimos anos. A prática de leitura dos novos leitores tem que acompanhar os comportamentos de massa, porém não sofrer sua influência.

²⁴ PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1999. v.2, p.203.

Com o passar dos anos, o modo de ver e de interagir com o livro mudou. A releitura de uma obra deriva de uma compreensão da mesma, como se fosse um

texto sobre o qual se medita algo para ser aprendido, respeitado e lembrado; não certamente da concepção do livro como um mero objeto de uso instantâneo, para ser consumido e perdido ou até mesmo descartado depois de lido.²⁶

A leitura desenvolveu-se quando a circulação de livros se tornou maior em decorrência da invenção de Gutenberg que possibilitando o barateamento do livro e várias cópias do mesmo título. Chartier ressalta que

esses leitores defrontaram-se com um objeto novo, que lhes permitia novos pensamentos, mas que, ao mesmo tempo, supunha o domínio de uma nova forma imprevista, implicando técnicas de escrita ou de leituras inéditas.²⁷

Roger Chartier, no capítulo *As práticas da escrita*, do livro **História da vida privada**, alega que os progressos da alfabetização – entendida como a aquisição do saber ler e escrever, somada à circulação da palavra escrita, à leitura silenciosa (que estabelece uma relação íntima entre o leitor e o livro) - constituem transformações decisivas entre os gestos culturais do foro íntimo e os da vida coletiva. Acrescenta também que a familiaridade com a escrita não é igual para todos, pois depende de

Uma maior ou menor emancipação com relação a formas tradicionais de existência que ligam estreitamente o indivíduo a sua comunidade, que o imergem num coletivo próximo, que o tornam dependente de

²⁵ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998, p.64.

²⁶ Idem nota n.24, p. 223.

²⁷ Idem nota n.25, p.93.

mediadores obrigatórios, intérpretes e leitores da Palavra divina ou das determinações do soberano.²⁸

A leitura, realizada em lugar íntimo, permite a reflexão, e é prática que, indiscutivelmente, gera uma das principais evoluções culturais da modernidade. Entre os séculos XVI e XVIII, o mais comum era a leitura em voz alta para um grupo de amigos ou companheiros casuais, mesmo na elite. Quem lê, lê para aqueles que não sabem, essa prática é habitual no campo e na cidade, por trabalho ou por lazer. Ao mesmo tempo, a leitura em voz alta permite a intimidade em família. Com a invenção da imprensa, que concebeu a reprodução de um grande número de exemplares de um texto, com menor custo em relação à cópia manuscrita, não houve mutações intelectuais ou afetivas resultantes de uma nova maneira de ler.

Desse modo, segundo Alberto Manguel, no livro **Uma história da leitura**, em boa parte da Idade Média, os escritores imaginavam que seus textos não seriam lidos, mas ouvidos pelo seu público, pois o analfabetismo era grande. Eles escreviam o texto para leitura em voz alta, não havendo, então, o uso da pontuação e a distinção da letra maiúscula da letra minúscula. Por isso, segundo Manguel, a leitura em voz alta era “experiência diferente”, pois:

Ouvir a leitura de um livro era uma experiência um tanto diferente. O recital dos jograis tinha todas as características óbvias de uma representação teatral, e seu sucesso ou fracasso dependia, em larga medida, da capacidade do intérprete de variar expressões, uma vez que o tema era bastante previsível. Ao mesmo tempo, dependia também da capacidade de “desempenho” do leitor, a leitura pública punha mais ênfase no texto do que no leitor.²⁹

²⁸ CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Dir.) **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 119.

²⁹ MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.139.

Ao lado da leitura em voz alta, surge o hábito da leitura silenciosa, como consequência da criação de bibliotecas e livrarias. Essa leitura não pode ser transmitida a outrem, pois se o leitor está num local fechado, protege sua intimidade, eliminando, dessa maneira, qualquer vestígio que possa denunciá-la.

Alberto Manguel relata, também, sua relação com o livro e a leitura. Revela que leu em voz alta para o escritor argentino Jorge Luis Borges. Em decorrência disso, considera hoje que “ler – descobrir - vem antes de escrever”.³⁰

Não é apenas o governo autoritário que maltrata a leitura. Isso ocorre também em pátios de escolas. “Em quase toda parte, a comunidade dos leitores tem uma reputação ambígua que advém de sua autoridade adquirida e de seu poder recebido”.³¹ De todas as invenções do homem, o livro é considerado uma maldição pelas ditaduras ou governos totalitários. Depois que se aprende a ler um livro, não se desaprende; dessa maneira, se um governo quer ter controle sobre seu povo, não o ensina a ler, pois uma legião de analfabetos é mais fácil de se dominar:

Leitores autoritários que impedem outros de aprender a ler, leitores fanáticos que decidem o que pode ou não pode ser lido, leitores estóicos que se recusam a ler por prazer e exigem somente que se recontem fatos que julgam ser verdadeiros: todos eles tentam limitar os vastos e diversificados poderes do leitor. Mas os censores também podem adotar formas diferentes em seu trabalho, sem necessidade de fogueiras ou tribunais. Podem reinterpretar livros para torná-los úteis apenas a eles mesmos, para justificar seus direitos autocráticos.³²

Com o passar dos séculos, os livros assumiram outras formas que permitem ao leitor pode sentar e ler confortavelmente. Para o autor, por mais que os leitores tomem posse do livro, “o livro e o leitor tornam-se uma só coisa. O mundo, que é um

³⁰ Idem nota n. 29, p.20.

³¹ Idem nota n. 29, p.35.

³² Idem nota n. 29, p.322.

livro, é devorado por um leitor, que é uma letra no texto do mundo; assim, cria-se uma metáfora circular para a infinitude da leitura”.³³

Jean-Paul Sartre, em **Que é a literatura?**, conceitua autor como “*um falador*, que designa, demonstra, ordena, recusa, interpela, suplica, insulta, persuade, insinua. Se o faz no vazio, nem por isso se torna poeta: é um prosador que fala para não dizer nada”.³⁴ Destaca a função do escritor como a de “fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele”³⁵, ou seja, é passar “mensagens” aos seus leitores.

Ler implica prever, esperar. O leitor deve saber qual é o final da frase seguinte, da folha subsequente, sendo a leitura cheia de hipóteses que podem ou não ser confirmadas. Esse leitor está sempre adiante da frase que lê, desvendando e criando ao mesmo tempo. Para o autor, o ato criador é

apenas um momento incompleto e abstrato da produção de uma obra; se o escritor existisse sozinho, poderia escrever quanto quisesse, e a obra enquanto *objeto* jamais viria à luz; só lhe restaria abandonar a pena e cair no desespero.³⁶

O primeiro conceito de leitura trazido pelo autor é a síntese da percepção e da criação a qual coloca, ao mesmo tempo, a essencialidade do sujeito e a do objeto. A leitura é, pois, a criação dirigida. Isso significa que o escritor espera que o leitor colabore na produção de sua obra. O segundo conceito pressupõe que

A leitura é indução, interpolação, extrapolação, e o fundamento dessas atividades repousa na vontade do autor, do mesmo modo

³³ Idem nota n. 29, p.201.

³⁴ SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura?** São Paulo: Ática: 1989, p.18.

³⁵ Idem nota n.34, p.21.

³⁶ Idem nota n.34, p.37

como se acreditou, por muito tempo, que o fundamento da indução científica repousava na vontade divina.³⁷

Existe um pacto de confiança entre o leitor e o escritor, sendo que cada um conta com o outro, exige do outro tanto quanto de si mesmo. O autor procura dar a seus leitores uma afeição que se denomina prazer estético. Sartre chamou essa relação de alegria estética, pois quando a afeição aparece, a obra está acabada.

Vera Teixeira de Aguiar, ao discutir a leitura, no artigo *Conceito de leitura*, publicado no **Pedagogia cidadã: Cadernos de formação – língua portuguesa**, determina que “o texto escrito é um veículo de informações produzidas por um emissor que devem chegar a um receptor”.³⁸ Ela define a leitura como “uma atividade de percepção e interpretação dos sinais gráficos que se sucedem de forma ordenada, guardando entre si relações de sentido”.³⁹ Destaca também que a leitura precisa ser adquirida e é cultural, não sendo, portanto, um comportamento natural do homem. O texto, por sua vez, não precisa ser obrigatoriamente verbal, mas necessita que ter um código social para organizar sentidos, através de alguma substância física.

Salientando a importância da leitura do mundo, a autora sublinha que é fundamental ler o mundo para desenvolver a leitura da palavra. Justifica a sua afirmativa dizendo que, sem saber, o homem, desde criança, lê cartazes, *outdoors*, anúncios de jornal e de revista, para só depois aprender na escola o que está escrito no material gráfico que o rodeia. Enfatiza, porém, a importância de todos terem

³⁷ Idem nota n.34, p.45.

³⁸ AGUIAR, Vera Teixeira de. *Conceito de leitura*. In: CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias; PEREIRA, Rony Farto; ZANCHETTA JR., Juvenal (org.). **Pedagogia cidadã: Cadernos de formação – língua portuguesa**. São Paulo: UNESP, 2004. v.1, p.61.

³⁹ Idem nota n.38, p.61.

acesso à leitura através da alfabetização, bem como de a escola tornar-se vital como instituição de ensino sistemático da leitura.

Declarando que a leitura literária tem um papel social abrangente, a teórica gaúcha discute o papel dos textos informativos, alegando que eles “falam de textos particulares, a literatura dá conta da totalidade do real, pois, representando o particular, logra uma significação humana mais ampla”.⁴⁰ Revela que “como o texto literário é mais aberto e, ao mesmo tempo, voltado para si mesmo, ele exige uma leitura diferente daquela exercida no texto não literário”.⁴¹

A literatura leva o leitor a construir novos sentidos e a crescer como ser humano. Ler o texto literário implica uma aprendizagem através da leitura dos textos. No entanto, a atualidade está modificando a forma de ler, principalmente, se contar com a presença do computador e fitas sonoras que cada vez mais estão presentes na vida do leitor. A autora justifica que

A inteligência humana atinge um estágio tão elevado que pode abdicar de suas tarefas em favor de máquinas que as simulam e ultrapassam. Tornadas inoperantes, as leituras humanas estão hoje sendo mecanizadas.⁴²

e separa a leitura em três momentos: o momento da compreensão, o da interpretação e o da aplicação. O sujeito, quando lê, confronta o conhecimento e assimila-o, incorporando-o de acordo com suas possibilidades e necessidades.

Todas as vantagens da leitura estão contidas num objeto específico – o livro ou jornal, no caso específico da crônica abelairiana. Porém, as alterações desse

⁴⁰ Idem nota n.38, p.66.

⁴¹ Idem nota n.38, p.66.

⁴² Idem nota n.38, p.71.

suporte modificam e se refletem na forma de ler. O leitor do computador é mais livre, porque pode fazer relações e interferir, buscar e construir informações. Esse é o tipo de leitura e de leitor que Abelaira procura. Ele deseja apontar a perspectiva do narrador que acompanha o leitor e discute com ele as questões sobre leitura e literatura.

2.2 Do jornalismo e da literatura

A relação entre jornalismo e literatura é discutida por Juarez Bahia, Nilson Lage e Luiz Amaral. Juarez Bahia, em seu livro **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**, acredita que, apesar das boas relações entre jornalismo e literatura, definir a identidade que as unifica não é fácil, pois, muitas vezes, não é possível fazer a distinção entre a forma e o estilo, ou ainda, o conteúdo. Para Juarez Bahia, o jornalismo é forma literária, pois

O jornalismo é uma das categorias da literatura – é uma literatura de massa. Na opinião de Alceu Amoroso Lima, é um gênero literário, com seu próprio estilo, as suas regras, o seu jargão. Esse conceito concilia as fórmulas contraditórias que cercam a natureza do jornalismo: uma, de que o jornalismo, em si mesmo, não é literatura; outra, de que jornalismo é literatura sob pressão.⁴³

Literatura de massa ou literatura sob pressão, o jornalismo é criação. Bahia esclarece que “na medida em que o que dele permanece como literatura resulta de um exercício de criação – ainda que mais de transpiração do que invenção, mas nem por isso desprovido de inspiração – sob a pressão do tempo, a pressão do

⁴³ BAHIA, Juarez. O jornalismo como gênero literário. In: _____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990, p.28.

espaço e a pressão das circunstâncias”.⁴⁴ O jornalista Nilson Lage, em seu livro **Linguagem jornalística**, já discorda de Juarez Bahia. Para o autor,

O jornalismo não é, porém, um gênero literário a mais. Enquanto, na literatura, a forma é compreendida como portadora, em si, de informação estética, em jornalismo a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado. O jornalismo se propõe processar informação em escala industrial e para consumo imediato. As variáveis formais devem ser reduzidas, portanto, mais radicalmente do que na literatura.⁴⁵

Enquanto Nilson Lage vê o jornalismo principalmente como informação, Juarez Bahia acredita que a notícia é informação mais criação. Contudo, a essência da notícia é “antiliterária na medida em que não se pode alterar os fatos, como não deve ser prolixa, sob pena de distorcê-los ou descaracterizá-los”⁴⁶. Ele faz um retrospecto histórico que permite observar melhor a relação entre os dois gêneros e a importância que tem um sobre o outro:

O jornal no Brasil substitui o livro, sem deixar de ser instrumento das transformações políticas, econômicas e sociais. Um escritor como Machado de Assis enfrentou dificuldades com editoras numa fase em que nossos livros eram impressos em Lisboa e no Porto ou em Paris. O jornal adota, então, o romance, o conto, a crônica, o teatro. O folhetim – e pouco mais tarde a crítica, no espaço próprio do rodapé, além do moderno suplemento literário como o *review* – é um rio caudaloso cuja nascente e a foz têm curso no jornalismo.⁴⁷

Juarez Bahia afirma que o estilo jornalístico tem de promover a assimilação da notícia pelo público leitor, de maneira compreensível, devendo conciliar o domínio da língua e a improvisação. Não permite a adaptação de chavões e não é um trabalho literário. “É um ato de redigir no qual a linguagem interfere para racionalizar,

⁴⁴ Idem nota n.43, p.28.

⁴⁵ LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1986, p.35.

⁴⁶ Idem nota n.45, p.31.

⁴⁷ Idem nota n.45, p.30.

padronizar, identificar”⁴⁸.

O estilo jornalístico possui, então, uma dinâmica própria, diferente do texto literário e da literatura, é uma linguagem cuja organização dá informação. O texto jornalístico, seguindo as normas da redação, pretende ser objetivo, sem a intenção de modificar o significado de sua linguagem. Como padrão de linguagem, o estilo jornalístico aperfeiçoa-se beneficiado pela energia e dinamismo dos meios, e mais rapidamente que o estilo literário. O referido estudioso destaca que a importância do estilo jornalístico resulta das modificações posteriores à Segunda Guerra Mundial. Com as mudanças ocorridas no pós-guerra, o leitor começa a exigir mais, pois acontecem a expansão do rádio e o surgimento de novas tecnologias nos setores básicos da produção industrial.

A opinião sobre a relação entre jornalismo e literatura, de Luiz Amaral, em **Técnica de jornal e periódico**, é diferente daquela dos outros dois escritores. Ele diz que

embora possa haver literatura em uma boa reportagem ou em um comentário inteligente, o que constitui a espinha dorsal do jornalismo representa um gênero à parte com características e finalidades especiais.

.....

a literatura é metacomunicação; no sentido de que parte de um quadro específico de signos para transgredi-lo e criar-se.⁴⁹

É comum que os órgãos de imprensa possuam um manual de estilo, que lhes permita esclarecer dúvidas, contradições de linguagem, explicar significados de

⁴⁸ BAHIA, Juarez. O estilo do jornalismo. In: _____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990, p.83.

⁴⁹ AMARAL, Luiz. Estilo literário e estilo jornalístico. In: _____. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987, p.55.

palavras, datas, acontecimentos; orientam sobre técnicas de escrita, métodos de redação, usos de números, etc., orientação no sentido de que a redação possua: frases breves, palavras curtas, preferência pelo vocabulário usual, estilo direto, uso adequado de adjetivos, verbos rigorosos e de ação, sempre na forma ativa. Com isso, o objetivo é propiciar um suporte convencional ao estilo jornalístico, não limitando a liberdade de criação.

A questão da diferença entre linguagem literária e jornalística leva o estudioso Mário Erbolato, em seu livro **Técnicas de codificação em jornalismo**, a argumentar que “o importante da comunicação é fazer-se entender”.⁵⁰ Ou seja, a linguagem deve ser acessível a todos. A narrativa deve ser singela, condensada, sem excesso de adjetivação, sem o uso de expressões que são consideradas comuns. Também confessa que “o jornalismo é uma conversa por escrito, simples, atual, entre um veículo de comunicação de massa e seus leitores”.⁵¹

Em contrapartida, Alberto Dines, no livro **O papel do jornal: uma releitura**, comenta a relação entre o jornalista e o leitor. Esclarece que o primeiro escreve para um outro jornalista ler, pois o repórter escreve para o chefe de reportagem que submete o texto ao revisor, que leva ao secretário que publicará ou não a matéria, dependendo da política editorial do jornal. Desse modo, o jornalista e o leitor fazem parte da mesma estrutura, pois o primeiro escreve é “treinado para sentir as necessidades do último, este foi domesticado para receber aquilo que certamente

⁵⁰ ERBOLATO, Mário L. A linguagem jornalística. In: _____. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 1991, p.90.

⁵¹ Idem nota n.50, p.105.

lhe agradecerá. Jornalista é o leitor em função de emissão”.⁵² Destaca que, dessa maneira, o leitor e o repórter são apenas intérpretes de um processo jornalístico.

A instituição (jornal) tem um compromisso com o público, não conseguindo desvincular-se dele, pois o leitor, na realidade, é o verdadeiro proprietário do veículo. Ele não é fato isolado e singular, é fração do universo, pois escolhe o estilo, a orientação e a linha do jornal. As cartas dos leitores podem sugerir ao veículo o que deseja que seja publicado, de que modo gostaria que fosse discutido determinado assunto.

A relação entre o jornalista e o leitor é chamada pela teoria da comunicação de processo comunicativo, em que se destacam dois agentes: o emissor e o receptor. Para Alberto Dines, “o universo dos leitores de um jornal só pode ser sintonizado e alcançado quando houver dentro de uma redação um universo com o horizonte de uma mesma amplitude”.⁵³ Nesse horizonte, pode ser encontrada a identidade entre o emissor e o receptor, chamada pelos teóricos de comunicação de campo de experiências comuns. “É o campo magnético onde ocorre a sintonia e a identidade entre os dois pólos. Com material extraído deste campo, processam-se códigos. Esse campo unificado transforma cada jornalista num leitor e o leitor num foco de inspirador de temas”.⁵⁴

Porém, como Isidoro Blikstein, **em Técnicas de comunicação escrita**, explica, escrever bem não basta para atrair o leitor. É necessário elaborar uma mensagem

⁵² DINES, Alberto. O leitor, princípio e fim. In: _____. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus, 1986, p.54.

⁵³ Idem nota n.52, p.59.

⁵⁴ Idem nota n.52, p.59.

atraente e capaz de chamar a atenção do público, por exemplo, não sobrecarregar a mensagem com muitas informações, pois se houver vários dados, vai cansar o leitor e ele não irá ler o material.

A relação do leitor com a literatura e com o jornalismo é discutida por Cremilda Medina, em seu livro **Povo e personagem**. Nele, a autora diz que tanto o ato jornalístico (reportagem), quanto o ato analítico (pesquisa, encaminhamento da pauta, formulação de linhas de trabalho) e o ato expressivo (redação e edição), tornam a literatura fonte de sensibilização e refinamento da mundivivência. Destaca que

O ato jornalístico exige um olhar sutil e indiscreto do leitor cultural; uma visão complexa apta a recolher a polifonia e a polissemia do contexto sócio-cultural; e a relação dinâmica entre eu e o outro.⁵⁵

Revela, ainda, que

A partir da leitura cultural da literatura, assim como a partir da leitura cultural das vivências de reportagem, nós, os mediadores da informação coletiva, podemos desenvolver algumas competências, que potencializam a inteligência cultural.⁵⁶

A polêmica relação entre jornalismo e literatura parte da codificação verbal (escrita) – comum à literatura e ao jornalismo (não apenas impresso). As duas áreas manipulam a língua. O trabalho com a linguagem deve ser feito com competência pelo escritor e pelo jornalista. Uma diferença que Cremilda Medina estabelece entre ambos diz respeito à função utilizada no texto: o jornalista recorre à função denotativa; o escritor, à função conotativa. Isso porque, na arte, apreciam-se a

⁵⁵ MEDINA, Cremilda. Jornalista, um leitor cultural. In: _____. **Povo e personagem**. Canoas: ULBRA, 1996, p.33.

⁵⁶ Idem nota n.55, p. 33.

ambigüidade e uma expressão complexa, enquanto na comunicação social exigem-se clareza, simplicidade, legibilidade do texto.

A questão da recepção e do compromisso com o público é vista diferentemente: o escritor pode alegar que não está interessado na opinião do leitor, enquanto o repórter não pode dizer isso. “A palavra jornalística é, em geral, empobrecedora perante o real imediato. A palavra literária é, nas obras logradas, reveladora de vivências profundas”,⁵⁷ alega Cremilda. A autora considera que “acima de tudo, a literatura ajuda o jornalismo a que este se torne mais humano”.⁵⁸

2.3 Da crônica jornalística e da literária

Crônica, do ponto de vista jornalístico, segundo conceito no **Dicionário de Comunicação**, de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, é:

(jn) Texto jornalístico desenvolvido de forma livre e pessoal, a partir de fatos e acontecimentos da atualidade, com teor literário, político, esportivo, artístico, etc. segundo Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, a crônica é um meio-termo entre o jornalismo e a literatura: “do primeiro, aproveita o interesse pela atualidade informativa, da segunda imita o projeto de ultrapassar os simples fatos”. O ponto em comum entre a crônica e a notícia ou a reportagem é que o cronista, assim como o repórter, não prescinde do acontecimento. Mas, ao contrário deste, ele “paira” sobre os fatos, “fazendo com que se destaque no texto o enfoque pessoal (onde entram juízos implícitos e explícitos) do autor”. Na crônica, porém, o juízo de valor confunde-se com os próprios fatos expostos, sem o dogmatismo do editorial, no qual a opinião do autor (representando a opinião da empresa jornalística) constitui o eixo do texto.⁵⁹

⁵⁷ MEDINA, Cremilda. Literatura e jornalismo. In: _____. **Povo e personagem**. Canoas: ULBRA, 1996. p.214.

⁵⁸ Idem nota n.77, p. 215.

⁵⁹ RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987, p.187.

Essa definição é importante, pois define o que é crônica jornalística: texto proposto a partir de fatos do cotidiano e sob perspectiva quer política, quer esportiva, quer literária, “desenvolvendo de forma livre e pessoal”.

Ao mesmo tempo, Jorge de Sá, em **A crônica**, para conceituá-la, inicia destacando a diferença entre a ela e o conto:

Enquanto o *contista* mergulha de ponta-cabeça na construção do personagem, do tempo, do espaço e da atmosfera que darão força ao fato “exemplar”, o *cronista* age de maneira mais solta, dando a impressão de que pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de colocar-se na pele de um narrador, que é, principalmente, personagem ficcional (como acontece nos contos, novelas e romances). Assim, quem narra uma crônica é o seu autor mesmo, e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato, como se nós, leitores, estivéssemos diante de uma reportagem.⁶⁰

Ressalta o teórico que, apesar de os dois gêneros serem narrativas curtas, eles se diferenciam pela linguagem e pela presença da personagem (no conto); pela construção do tempo, espaço e atmosfera (no conto), pela aparente superficialidade do cronista; e pela presença ou não do autor no texto. Se o jornalista tiver um bom fôlego, a reportagem pode explorar a poética da linguagem, bem como as entrelinhas dos fatos ocorridos. Embora a crônica não tenha a densidade do conto, existe a liberdade do cronista, que pode desenvolver o tema sugerido uma aparente superficialidade, como se fosse por acaso. Todavia, o “por acaso” não funciona na literatura e na crônica: o escritor tem de explorar as potencialidades da língua para enviar a mensagem, cuja construção ambígua gerará várias interpretações (gratuitas ou ocasionais), revelando ao público uma imagem até então não entendida ou ignorada por completo.

A vida da crônica jornalística é curta, diz-se que, hoje, é lida no jornal e, amanhã, é usada para embrulhar um peixe. A crônica é direcionada a um público leitor apressado, que não tem tempo para ler. O cronista tem pouco tempo para escrever, criando seu texto, às vezes, na sala da redação. O ritmo do cronista deve ser ágil, para que ele acompanhe os fatos e possa captar

esse instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples situação no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias. Somente nesse sentido crítico é que nos interessa o lado circunstancial da vida. E da literatura.⁶¹

Afrânio Coutinho, em **Antologia brasileira de literatura**, define crônica do ponto de vista literário. Diz ele: “O sentido tradicional do termo decorre da sua etimologia grega (*kronos* = tempo): é o relato dos acontecimentos em ordem cronológica. Sua parenta mais próxima: anais”.⁶² Em português, a partir de uma certa época, “ ‘crônica’ e ‘cronista’ passaram a ser usados com o sentido atualmente generalizado em literatura; refere-se a um gênero literário específico, estreitamente ligado ao jornalismo”.⁶³ Ele acaba por definir crônica como pequenas produções em prosa, publicadas em jornais ou revistas, que, posteriormente, foram chamadas de folhetins.

O autor classifica diferentes tipos de crônica: narrativa, metafísica, poema, comentário. Não se pretende trabalhar esses tipos, pois o objetivo proposto neste

⁶⁰ SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 2002, p.9.

⁶¹ Idem nota n.60, p.11.

⁶² COUTINHO, Afrânio. **Antologia brasileira de literatura**. v.3.Rio de Janeiro: Livros Escolares, 1967, p.95

⁶³ Idem nota n.62, p.95.

estudo não é realizar uma teoria sobre crônica, mas coletar, organizar as crônicas de Augusto Abelaira, explicando-as sob o ponto de vista da Sociologia da Leitura.

Interessa observar a definição de crônica do **Manual da Redação**, da **Folha de São Paulo**. É um manual produzido para um jornal e para jornalistas. Nele, a crônica é gênero jornalístico que aborda assuntos do cotidiano de maneira mais literária do que jornalística, e é sempre assinada.

Andréa Guaraciada, no capítulo intitulado *Crônica*, do livro **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**, revela que esse gênero é híbrido, pois se encontra sob dois pólos: a literatura e o jornalismo. Na contradição, um dos pólos revela o outro pelo que não é. Revela que “o que se pretende da crônica enquanto gênero jornalístico – relato poético da informação – obtém-se facilmente através de comentário ou da reportagem apenas com profissionalismo e competência”.⁶⁴ Acrescenta que

A crônica, tal como pensamos, é um gênero literário “jornalístico”; como gênero jornalístico é comentário, um gênero nobre. Isto é, não existe como gênero jornalístico, embora lide com informações jornalísticas (as da atualidade, do noticiário, o *fait-divers*, embora apenas se realize numa edição diária e efêmera como o jornal; embora sua linguagem (coloquial) seja jornalística. Mesmo assim, não é um gênero jornalístico. Não participa do ambiente do jornal; escapa ao processo de produção jornalística convencional; independente da formação profissional técnica: não obedece às determinações de tempo e de espaço típicas; foge às regras de interesse informativo convencionalmente estabelecido para o jornalismo. Enfim, é jornalística apenas como oposição ao que hoje chamamos de jornalismo.⁶⁵

⁶⁴ GUARACIADA, Andréa. Crônica. In: MELO, José Marques de. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: Dep. de Jornalismo e Editoração / USP, 1987, p. 85.

⁶⁵ Idem nota n.64, p.86.

Outro texto sobre o assunto, **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística, de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, no capítulo intitulado *Namoros da literatura*, os autores fazem comparações entre *A reportagem-conto*, *A reportagem-crônica*, *Crônica ou reportagem?* e *O livro-reportagem*. Eles aproximam jornalismo e literatura, ao estabelecerem esses diferentes conceitos, considerando a distinção entre conto e livro-reportagem:

Na narrativa literária, o conto costuma ser a forma mais curta; em jornalismo, a reportagem é mais longa. Mas as duas formas muito se assemelham: pode-se dizer que a reportagem é o conto jornalístico – um modo especial de propiciar a personificação da informação ou aquilo que também se indica como “interesse humano”. Na literatura, o conto apresenta uma centelha, um momento, uma fatia temporal da existência de um personagem. No jornalismo – tanto no livro chamado livro-reportagem, quanto no jornal diário – a reportagem amplia a cobertura de um fato, assunto ou personalidade, revestindo-os da intensidade, sem a brevidade da forma-notícia.⁶⁶

Um critério diferenciador entre os dois gêneros seria a extensão. Esse critério, entretanto, é duvidoso, pois da mesma maneira que a crônica é curta, existem contos curtíssimos (minicontos). Para os dois teóricos da comunicação, a “crônica se detém mais em situações fortuitas e flagrantes do cotidiano; a condução da narrativa é, quase sempre, de caráter impressionista, o narrador numa posição observadora ou reflexiva (é raro que se intrometa, por exemplo, em pensamentos de personagens)”.⁶⁷

Desse modo, sublinham que uma forma de estabelecer a distinção entre crônica e conto seria justamente a questão das personagens. Enquanto a crônica pode existir sem personagens, responsáveis pelo registro de impressões de

⁶⁶ SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. Namoros com a literatura. In: _____. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986, p.75

⁶⁷ Idem nota n.66, p. 86.

ambiência ou pela discussão de questões polêmicas, no conto, as personagens parecem ter vida própria, possuem uma história com início, meio e fim.

Os dois autores, o estabelecimento da diferença entre crônica e reportagem, referem um exemplo. Relatam a impossibilidade do repórter Joel Silveira de comparecer a uma festa; portanto, ele não escreveu uma reportagem, pois ele não estava lá, mas uma crônica da reportagem que não foi escrita. Os autores dizem que a distinção entre crônica/reportagem nem sempre é nítida. Destacam que:

A reportagem precise de um fato real, não inventado e do testemunho deste fato, ainda que isto seja um artifício do narrador. Explicando melhor: o narrador tem que parecer estar presente (mesmo que não esteja). Isso pode ser feito, tanto através do discurso em primeira pessoa, como sob uma narrativa onisciente que crie no leitor a impressão dessa presença. No caso da festa que Joel Silveira não pode ir, o leitor tem o conhecimento de início, que vai ler o resultado do esforço da imaginação do redator em cima de fatos reais, mas não testemunhados.⁶⁸

Se a reportagem distingue-se da crônica porque ela reproduz um “fato real” acontecido na presença do jornalista, na crônica tal pressuposto (a presença) não é necessário.

Outros estudiosos, como Cremilda Medinaou José Luis Martinez Albertos, não só discutem o conceito de crônica e sua vinculação ao trabalho do repórter, como também destacam traços, concebidos como literários, próprios do estilo informativo. Acrescentam que, antes de os meios de comunicação social se desenvolverem, a crônica era um gênero literário que relatava fatos históricos, segundo uma ordem cronológica. As crônicas também se caracterizam por certa continuidade, tanto na

⁶⁸ Idem nota n. 66, p.91.

pessoa do jornalista e do cronista, quanto aos temas e aos ambientes tratados. Com isso se estabelecem vínculos de familiaridade entre o cronista e seus leitores.

José Luis Martínez Albertos considera que o cronista não é um repórter ocasional que escreve sobre uma ação ou um acontecimento, ele é confidente do leitor. O autor acredita que o leitor não é movido pela leitura das crônicas, se previamente não experimenta certa simpatia e atração pelas idéias ou o estilo literário do cronista habitual. O autor conclui destacando que

Aunque debe admitirse una libertad expresiva en la forma literaria de la crónica, no puede admitirse como una práctica aconsejable que se transparente en ella un exceso de estilo editorizante. Los juicios de valores, las interpretaciones y análisis típicos del estilo de sollicitación, es mejor que pasen poco menos que inadvertidos en una buena crónica periodística, subordinados siempre al principal cometido de este género reservado para reporteros: la narración de sucesos y la exposición de datos.⁶⁹

Antonio Candido, em *A vida ao rés-do-chão*, publicado como prefácio na coleção **Para gostar de ler**, volume 5 – Crônicas, afirma que

A crônica não é um gênero maior. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor.⁷⁰

Afonso Romano de Sant'Anna contesta a posição em uma entrevista dada ao **O Popular**, em Goiânia, durante a **1ª Bienal do Livro de Goiás**, por considerar que “não há gênero menor, há pessoas menores diante de certos gêneros”.⁷¹ Ele mesmo

⁶⁹ MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luis. **Redacción periodística**: los estilos y los géneros en la prensa escrita. Barcelona : A.T.E, 1974, p.126.

⁷⁰ Idem nota n.1, p.5.

⁷¹ AQUINO, Tacilda. Resistência poética, **O popular**, Goiânia, 24/4/2005, p.13.

trabalha de forma múltipla (crônicas narrativas, crônicas políticas, crônicas poéticas). Enfim, para o autor, a crônica “é um gênero elástico”.⁷²

Fernando Venâncio, em **Crônica jornalística: século XX**, discute os diversos tipos de crônica, em Portugal. Para tal, reúne cem (100) crônicas jornalísticas publicadas em diferentes jornais e de várias autorias, inclusive de Augusto Abelaira. Venâncio admite que a crônica política nos últimos cem (100) anos, em Portugal, não foi muito popular porque, com meio século de ditadura salazarista, não incentivou as pessoas a escreverem contra o governo. Mesmo assim, esse tipo de crônica conheceu duas etapas: vinte e cinco anos antes (período onde se desenvolveu um colunismo político arrojado que, atualmente, é considerado figura de bom comportamento) e vinte e cinco anos depois da ditadura (que radicaliza o ramo de atividade à direita e à esquerda. Depois de acertado o pó, a crônica dará espaço a outras estéticas novas).

No governo salazarista, ganhou a ribalta o apontamento cultural informado, como a pequena história das pequenas gentes que irá ocorrer durante todo o período ditatorial. Revela que os cronistas se ocuparam com crítica de costumes e episódios do cotidiano, crônica cultural. Na crônica de crítica de costumes, examinavam de perto as normas de conduta e os comportamentos - de caráter íntimo ou público - de variados tipos de pessoas. Os episódios de cotidiano são cenas que ocorrem na vida das pessoas e nelas

quase sempre o próprio cronista entra, já como observador, já como personagem.

.....

⁷² Idem. nota n.71, p.13.

Não raro, todavia, o episódio redonda em autêntica 'história', burlesca ou dramática. Na percepção de bastantes de nós, está-se aqui no âmago da crónica de jornal. A sua mais autêntica forma seria atingida aí, nessa narrativa curta de testemunho pessoal.⁷³

A crônica cultural está relacionada ao universo literário. O autor não se admira deste fato, pois ela é escrita por cronistas que são mais literatos do que jornalistas. “Pode, igualmente supor-se que a prática da crônica aproxima um jornalista da literatura, que seja mesmo um convite a ela”.⁷⁴

Atualmente, comenta Fernando Venâncio, não existe periódico que dispense os serviços de cronistas, sendo que o espaço opinativo está comprimindo o político. Essa compreensão está atormentando algumas pessoas que preferiam ver os fatos mais prestigiados. Mas outros consideram isso sadio, tendo os cronistas um ponto de interatividade. Para o autor português, a crônica

traz para o jornal e para a revista uma qualidade. A da prosa excelentemente cuidada, que nenhum outro sector, neles, atinge nem felizmente a tal aspira. Não nos faltam, assim, cultivadores da crónica de imprensa que são também extraordinários estilistas, de entre os maiores prosadores que Portugal contemporâneo possui.⁷⁵

Anexando à admiração que dispense aos autores escolhidos para comporem seu livro, comenta a relação dos cronistas com veículo de comunicação:

De todo certo é isto: bem ou mal pagos, às vezes muito bem, os autores de crônicas asseguram uma fatia considerável do bolo comum. A imprensa não são eles, e eles sabem-no. Mas o público, presa do fascínio, ávido de opinião, imagina-os, a elas e eles, o dia inteiro à banca, no labor trepidante das redacções. É uma ilusão. Mas é, para todos, a mais ditosa.⁷⁶

⁷³ VENÂNCIO, Fernando. **Crônica jornalística**: século XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.7.

⁷⁴ Idem nota n.73, p.8.

⁷⁵ Idem nota n.73, p.13-14.

⁷⁶ Idem nota n.73, p.14.

As diversas posições levantadas aqui permitem entender como o jornalismo e a literatura se relacionam, apresentando inclusive aspectos em comum. Daí compreender Augusto Abelaira. Como ele se transfere do documental, do espaço e personagens irreais para a consciência da arte da escrita e sobre a teleologia da história. É o distanciamento crítico e até auto-crítico que leva à construção dialogante, à interrogação pelos sentidos da história, do que é arte, amor e morte, presentes tanto em seus romances e dramas quanto em suas crônicas.

Diante das proposições sobre crônica apresentadas pelos diferentes autores, este trabalho considera a crônica como um gênero híbrido, porque se volta tanto para o jornalismo quanto para a literatura.

3 AS CRÔNICAS DE AUGUSTO ABELAIRA NO JL: SOBRE LEITURA E LITERATURA⁷⁷

3.1 A literatura e a leitura nas crônicas abelairanas

A preocupação de Augusto Abelaira com seus textos é permanentemente revelada nos romances e também nas crônicas de sua autoria. Os gêneros literários e os subgêneros igualmente são questionados, como se pode constatar quando o cronista, em “A fuga para sempre” e “A surpresa”, crônicas publicadas pelo **JL**, respectivamente em 1993 e 1995, propõe conceito de crônica. Diz ele:

PS. Por motivos óbvios, peço que seja concedido ao gênero crônica o alto privilégio de pertencer à literatura. De não exprimir necessariamente o pensamento do autor, mas duma personagem inventada romanescamente pelo autor.

.....
Como detesto o “gênero crônica”, nem carne, nem peixe, jornalismo ou literatura, memória ou ensaio, adiei para casa um exame mais cuidadoso, destinado a saber se apesar de tudo, seria ganhar tempo o tempo perdido.

Nos trechos acima, o cronista discute o conceito, a autoria e a recepção da crônica. Enquanto autor, deseja que ela seja elevada à condição de literatura; enquanto leitor, tenta entender um texto que não é “carne nem peixe”, ou seja: é qualquer coisa e coisa nenhuma.

⁷⁷ Preferiu-se ao transcrever as crônicas, conservar a grafia portuguesa.

O escritor revela, através desse conjunto de obras, sua visão do tempo vivido, que se concretiza pelo relacionamento que estabelece entre os fatos e a argúcia e ironia. Essas características, argúcia e ironia, marcam sua produção romanesca e, é lógico, a jornalística, apontando, sobretudo, a profissionalização do jornalista; a tentativa de formação de um público leitor interessado em arte, literatura e política e a incorporação das estratégias literárias.

A leitura atenta das crônicas selecionadas permitiu que se determinasse o tema de cada uma delas, não esquecendo que ele está presente em cada peculiaridade de cada crônica. Nelas, verificaram-se continuamente planos diferentes em que se desenvolvia a questão da leitura, da literatura. É preciso, pois, para entendê-las, não só destacar traços estilísticos, como também apontar a ironia e como ela se constrói na escrita abelairana. As crônicas a ser interpretadas são as seguintes: *O papel branco, afinal um tudo nada pardacento, Uma nova literatura depois de 25 de Abril, Sublinhados, Regresso, A fuga para a frente, Leitura de férias, O escritor e o público*. A leitura compreensiva procurou alcançar dois objetivos: o primeiro fixar com precisão o que o texto diz; o segundo, justificar o modo como diz. Dessa maneira, para a compreensão do texto em seu conjunto, foi necessário que se levantasse a acepção de cada palavra, cujo significado fosse desconhecido do leitor brasileiro. Os sentidos levantados, desde sinônimos retirados de dicionários até fatos e personagens históricos e literários, são colocados em notas de rodapé.

3.1.1 O papel branco, afinal um tudo nada pardacento⁷⁸

Nessa crônica, Abelaira, ao configurar o que seria a coluna denominada **Ao pé das letras**, também questiona sua atividade enquanto cronista, discutindo os eixos que sustentariam seus comentários na coluna: as relações política X literatura, jornalista X escritor. Revela ainda sua dificuldade em ser um cronista sem ser literato e vice-versa, porque, como afirma, ele é cronista; ele é escritor. É dois em um e não pode separar um do outro. A relação entre o romancista e o cronista é tão profunda que ele, na citada crônica, insere as primeiras palavras de seu livro **Bolor**, “olho para o papel branco, afinal um tudo nada pardacento...”⁷⁹, que se torna o título da crônica, mostrando que dificuldade em criar encontra-se tanto num quanto em outro gênero.

Em fevereiro de 1978⁸⁰, o autor retorna à literatura, sem deixar de lado o jornalismo e sua preocupação com a crônica:

eu falaria de passarinhos, de flores, da Lua, de Fellini, de Wagner, de Cesário Verde. E um pouco, porque não?, de sociologia caseira. Por exemplo: a possível influência do cinema mais ou menos pornográfico na cama dos casais portugueses. Etc.

O trecho revela uma das motivações do cronista, falar do cotidiano dos homens, da literatura, da música, do cinema e da política. Sua atuação como cronista político de *O Jornal*, de Lisboa, revela uma posição combativa em relação a políticos e partidos políticos. Chega a afirmar que esses colocavam o socialismo na

⁷⁸ ABELAIRA, Augusto. O papel branco, afinal um tudo nada pardacento. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 1, 03/03/1981.

⁷⁹ ABELAIRA, Augusto. **Bolor**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.p.15

⁸⁰ Augusto Abelaira publicou em 1978 o livro **Sem tecto sem ruínas**.

gaveta, e que Mota Pinto⁸¹ joga esse socialismo fora. Sem poder escapar da relação do jornalismo com a política, alega ser necessário ver o que acontece à sua volta quando escreve sobre o tema, pois “é preciso ter olhos na cara, tarefa bem mais difícil”. É preciso ver e sentir a questão que está sendo discutida. Daí, a diferença entre o jornalista e o escritor, no romancista não se pode confiar.

Defende a idéia de que os autores se preocupam mais com a forma de escrever do que com a mensagem a ser transmitida para seu público leitor. Essa seria a diferença entre o escritor e o jornalista. O último preocupa-se mais com o tema sobre o qual vai redigir do que com a forma. Dessa maneira, o narrador critica a missão do jornalista, sendo que o que permanece é o trabalho de escrever e

Somente: escrever sobre política cria hábitos nos músculos da mão, hábitos tão difíceis de combater que custosamente poderei libertar-me deles, como se demonstra pelo retracto presente.

No trecho, o narrador destaca a dificuldade de afastar-se do discurso jornalístico, de não deixar-se influenciar pela política quando pretende redigir sobre outro tema. Conclui-se, pois, que ao tema da crônica, a dificuldade do cronista afastar-se do romancista, soma-se nota temática que explicita que aquele que faz jornalismo pode, perfeitamente, apesar dos elementos distintivos, fazer ficção. A primeira impressão que passa aos leitores é a de como irá, daqui para frente, escrever suas crônicas para o **JL**.

⁸¹ Carlos Mota Pinto nasceu em 1936, em Pombal. Licenciado em Direito, foi professor na Universidade de Coimbra. Foi deputado à Assembléia Constituinte e à Assembléia da República. Desempenhou os cargos de vice-presidente em 1983 e presidente da Comissão Política em Março de 84. Foi também ministro do Comércio no I Governo Constitucional entre 1976 e 1977, Primeiro Ministro indigitado pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, entre 1978 e 1979 e vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa no IX Governo Constitucional de 1983 a 1985. Morreu em 1985. UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Carlos Mota Pinto**. Retirado da Internet: http://www.uc.pt/cd25a/aedp_po/politicos/mopinto.html (21/04/2005).

A dificuldade em separar literatura, jornalismo e política é revelada quando ele menciona, numa mesma frase, o escritor Tolstói, os políticos portugueses Balsemão, Soares e Cunhal e o músico Mozart:

E não sei. Os nomes que da minha caneta desejam sair não são os de Tolstói ou de Mozart, mas Balsemão⁸², Soares⁸³ e Cunhal⁸⁴ – respeito as hierarquias, como se vê. E então: como bloquear esses hábitos? Como ensinar de novo aos músculos da mão, à própria nem só de Balsemão, de Soares ou de Cunhal vive o homem, mas também de Tolstói e de Mozart? Também da passarinhos?

De modo que, deixem-me ensaiar: “Tolstói, o autor de *Guerra e Paz*, nascido em mil oitocentos e tal...” Ou: “Mozart, que nasceu em Salzburg e compôs a *Música Maçónica e a Flauta Mágica...*”

Faz, em sua crônica a alusão a políticos, músicos e escritores, não privilegia qualquer partido, de esquerda ou de direita. O primeiro, Balsemão, além de ser político é empresário da comunicação, exercendo controle do primeiro canal de televisão privada a operar em Portugal, e possuindo interesse em se tornar

⁸² Francisco José Pereira Pinto Balsemão nasceu em 1937. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, é um empresário da área de comunicação social e um político de referência, mesmo em momentos em que reduz a sua intervenção política ao mínimo. Foi um dos fundadores do Partido Popular Democrático (PPD), logo após o 25 de Abril de 1974. Deputado e vice-versa da Assembleia Constituinte, entre 1975 e 1976. Tornou-se presidente de um grupo de comunicação social, proprietário do semanário **Expresso**, da revista **Exame** e do vespertino **A Capital** e as revistas **Visão** e **TV Mais**. No início da década de 90, passou a controlar a SIC (Sociedade Independente de Comunicação), o primeiro canal de televisão privada a operar em Portugal. Com o fim do predomínio de Cavaco Silva no PSD, Balsemão reapareceu na vida política. EDITORA TEXTO. Francisco José Pereira Pinto Balsemão. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.16.

⁸³ Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu em Lisboa. Estudou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1942-1951 (licenciatura em Histórico-Filosóficas); Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1952-1957 (licenciatura em Direito). É político desde 1944 e advogado desde 1957. Foi Presidente da República de 9.3.1986 a 11.3.1996. EDITORA TEXTO. Mário Alberto Nobre Lopes Soares. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.159-160.

⁸⁴ Álvaro Barreirinhas Cunhal nasceu em 1913. É um político ligado ao Partido Comunista Português (PCP), ao qual aderiu em 1931. Com a sua adesão ao PCP, tornou-o alvo privilegiado da polícia política. Foi eleito para secretário-geral das juventudes comunistas, em 1935. Foi ministro sem pasta dos quatro governos provisórios, entre 1974 e 1975, tendo sido eleito deputado pelo PCP nas eleições subseqüentes, raramente ocupando lugar na Assembleia da República. Foi ainda, entre 1982 e 1992, membro do Conselho de Estado. EDITORA TEXTO. Álvaro Barreirinhas Cunhal. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.55-56.

Presidente da República no futuro; o segundo, Mário Soares, Presidente da República que governou o país entre 1986 e 1996, é um socialista que alcançou o poder; em contrapartida, o terceiro, Cunhal, um político comunista, foi perseguido e preso durante algum tempo, e ainda, comanda o partido que foi construído à sua imagem. Em outras palavras, esses políticos combatiam a ditadura salazarista e sobreviveram a ela para participar da democratização do país após 25 de Abril de 1974, quando os militares, descontentes com o governo, armaram um golpe que conseguiu retirar o sucessor de Salazar, Marcello Caetano, do poder.

Outro traço da crônica abelairana é o tom irônico do narrador. No trecho a seguir, ele faz uma tentativa de escrever sobre literatura sem misturar com a política. Porém, admite que se “distrai” constantemente e continua misturando política e religiosidade com literatura:

Não é fácil, distraio-me e contínuo: “... se tivessem vivido o suficiente para votar nas últimas eleições...” O cronista político que continua em mim prossegue: teriam votado em...” Hesito, lembro-me do bispo do Funchal⁸⁵ que nos proibiu (sem grande êxito, aliás) de votar em candidatos apoiados por maçónicos. Sim, em quem votaria Mozart, que era maçónico? Preciso de o saber para não votar como ele. Quanto ao Tolstoi, nunca esquecerei a infeliz experiência maçónica de Pedro, é pois possível que ele seguisse o conselho do bispo do Funchal. Mas também me lembro do seu enternecimento pelo Platão Karateiev⁸⁶, custa-me a crer que seguisse o conselho do citado bispo.

⁸⁵ Bispo do Funchal - D. Teodoro de Faria nasceu no Funchal, na Paróquia de Santo António. Foi ordenado sacerdote em 1956. Frequentou a Universidade Gregoriana onde se licenciou em teologia, frequentou o Instituto Bíblico obtendo a licenciatura em Sagrada Escritura e frequentou L'École Biblique de Jerusalém. Em 1966 foi nomeado Vice-Reitor do Pontifício Colégio Português em Roma e depois Reitor, assim como da Igreja de Santo António dos Portugueses. Como membro da União Apostólica do Clero e do Centro de Sindonologia proferiu conferências, retiros e cursos em diversas partes do mundo. Em 1988 foi eleito membro da Comissão Pontifícia para os Migrantes e Itinerantes, tendo participado em Roma em diversos Congressos. DIOCESE DO FUNCHAL. **Bispo Funchal**. Retirado da internet: http://www.diocesedofunchal.org/anuario_diocesano.htm (23/4/2005).

⁸⁶ Platão Karateiev é um escritor russo, não muito conhecido, sendo apenas possível encontrar um texto italiano sobre o autor, em que não há muitas informações sobre a sua vida e a sua obra.

Essa “distração” permite-lhe continuar misturando política com os demais assuntos. Tenta imaginar qual seria a posição política de todos aqueles a que se refere. A religiosidade, representada pela figura do Bispo do Funchal, revela sua força, e pretende continuar a influenciar o povo, até mesmo, impor suas idéias agora, como aconteceu durante séculos. Ao finalizar a crônica, Augusto Abelaira admite, numa perspectiva irônica, que já está conseguindo deixar de lado a política. Acha, porém, pouco provável tratar a literatura sem mencionar a política:

Bem, começo a educar os músculos da mão, começo a extrair da caneta certos nomes já quase esquecidos. Recomeço, pois, sem quaisquer interferências políticas: “Dostoievski, cujo centenário este ano se comemora...” Mas poder-se-á falar de Dostoievski sem falar de política.

Olho apreensivo para o papel branco, afinal um tudo-nada pardacento da minha próxima crônica.

Em toda a crônica, apesar de não mais escrever sobre política, o autor consegue, de alguma maneira, inserir esse assunto no material que está redigindo. A idéia de circularidade presente na relação literatura e política se confirma quando o autor termina a crônica com a mesma frase que usou inicialmente, formando um círculo no seu pensamento. Significa isso que o leitor pode pensar diversas vezes sobre o que foi discutido na crônica. A crônica que pretende fazer é tão desafiante quanto o papel branco sobre o que irá escrever a próxima crônica.

3.1.2 *Uma nova literatura depois de 25 de Abril*⁸⁷

Nessa crônica, o narrador discute a influência da ditadura fascista salazarista e o 25 de Abril sobre a literatura portuguesa. Parte de uma questão: Como seriam os romances sem esses dois eventos da história portuguesa? O autoritarismo e a censura salazarista estimularam a capacidade criativa e permitiram a revelação de novos autores que procuravam burlar os censores recorrendo a metáforas e à linguagem hermética.

Escrita há mais de 10 anos depois de 25 de Abril de 1974, a crônica apresenta um narrador que se sente livre para questionar a situação da literatura após a revolução, e como seria ela dali para frente. O narrador acredita que o desenvolvimento cultural e literário deve muito à Revolução dos Cravos.

Sem o 25 de Abril, a situação da literatura portuguesa seria a mesma que hoje é? Colocada assim a questão, a resposta parece-me simples: não. Ou, mais claramente: os livros seriam outros. Uns, por abordarem temas antes proibidos e outros porque, embora não abordando temas proibidos, puderam ser escritos com mais liberdade.

A pergunta, apesar de já pressupor a resposta, coloca o leitor a pensar sobre a questão. Propõe que o leitor imagine quantos textos deixaram de ser escritos ou foram escritos devido à situação política do país naquele período da história. Destaca a importância dos novos escritores que apareceram após 25 de Abril, tão importantes quanto os autores que já integravam a História da Literatura Portuguesa. Diz ele que

⁸⁷ ABELAIRA, Augusto. Uma nova literatura depois de 25 de Abril? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 96, p.8, 08/05/1984.

Depois do 25 de Abril revelaram-se meia dúzia de escritores novos, de certo tão importantes como os que já havia. E pode perguntar-se: se o 25 de Abril não tivesse surgido, eles não se teriam revelado? O “se” parece-me absurdo ao insinuar que a história poderia ter sido diferente do que foi, mas espero que me perdoem. E responderei: é altamente verosímil que sim. Ainda aqui é óbvio que os seus livros, sobretudo quando se referem à guerra colonial, seriam outros. Mas é pouco provável que um autor autêntico (tal como antes acontecera) não encontrasse os meios de ultrapassar as dificuldades impostas pela censura.

Discute a própria pergunta: o “se” é sinal de dúvida sobre o que poderia ter ocorrido se a história tivesse acontecido diferentemente. Os temas dos livros seriam diversos daqueles que foram escritos. Porém, considera que um autor “autêntico” tem a capacidade de contornar as imposições da censura salazarista. É justamente sobre isso que ele discute no próximo parágrafo:

A censura pode até estimular a capacidade do romancista. Digo “pode”, não digo que necessariamente estimule: mesmo admitindo que não havia livros na gaveta (e alguns havia), a falta deles não demonstra a inocuidade da censura, significa somente que certos livros não chegaram a ser escritos porque os autores consideram inútil escrever para a gaveta – e só escreveram livros publicáveis, adiando o momento de escrever os (então) não publicáveis (o que não quer dizer que depois os tenham escrito, a época de escrevê-los passara). Falando por alto.

A censura não apenas impunha restrições sobre o que escrever, mas também sobre a vontade do escritor para redigir. Ninguém gosta de escrever um livro que não poderá ser publicado, pois não será aprovado pela censura. Os autores adiaram sua produção criativa para quando houvesse condições, ou seja, aguardaram o fim da censura e a democratização do país. Contudo, existe a possibilidade de nunca serem escritos, porque o momento de publicá-los já passou. Discute como seria o romance e os romancistas (inclusive os novos) depois de 25 de Abril.

Tenho pois assente: os romances posteriores ao 25 de Abril não seriam os mesmos, mas os romancistas (incluindo os posteriormente

revelados) seriam os mesmos. E isto é pura especulação, as provas são impossíveis.

A incerteza está presente em toda a crônica; o narrador faz perguntas a que ele mesmo responde e, através da ironia, procura fazer o leitor refletir sobre a pergunta e também sobre a resposta. O narrador aproveita o recurso gráfico do uso dos parênteses para destacar a sua posição num determinado momento. Ao mesmo tempo, essa técnica narrativa insere o leitor na diegese, fazendo-o responder às perguntas e às respostas retóricas:

Mas faço outras perguntas: embora com livros diferentes (uns mais, outros menos), poderemos dizer que o 25 de Abril marca uma ruptura e que a literatura portuguesa se transformou, além de ser mais livre? Os futuros historiadores da literatura descobrirão nestes últimos dez anos uma cisão, essa cisão que os leva a dizer: “e depois veio o romantismo, e depois veio o realismo”, ou até: “e depois veio o presencismo e depois veio o neo-realismo”? Assim como os historiadores da vida política possivelmente (ou não?) abrirão um novo capítulo em 1974, também abrirão um novo capítulo para o romance posterior?

O questionamento do narrador procura pela ruptura estabelecida pelo 25 de Abril na literatura. Sua dúvida é se a Revolução dos Cravos dá possibilidade para o surgimento de uma nova literatura ao lado de um novo sistema político. No parágrafo seguinte, aparentemente responde às suas perguntas anteriores e finaliza novamente com uma pergunta:

A pergunta tem sido formulada e a resposta torna-se difícil até por nos faltar a distância — e talvez não saibamos ver as diferenças óbvias. Para mais, é relativamente fácil encontrar diferenças em todos os autores (independentemente dos temas concedidos pela liberdade), mas essas diferenças podem ser interpretadas como a evolução normal desses autores, sem relação necessária com o 25 de Abril. Assim, a evolução de Saramago deve-se ao 25 de Abril ou a um amadurecimento que idênticamente teria surgido sem o 25 de Abril?

Apesar de a crônica ter sido escrita 10 anos depois de 25 de Abril, o narrador não considera o tempo que passou suficiente para ter respostas para suas perguntas e para notar alguma diferença que tenha ocorrido. Mesmo porque a Literatura Portuguesa “evoluiu durante a época fascista”, ou seja, não se pode ignorar a evolução da Literatura Portuguesa, ela e os autores não pararam no tempo por terem passado por uma época em que não podiam escrever tudo o que queriam.

Lídia Jorge não é igual aos romancistas mais velhos, mas sua diferença acordou com o 25 de Abril, ou acordaria igualmente sem ele, pois pertence a uma nova geração e é pouquíssimo provável que a nova geração repetisse os passos da anterior? Como é sabido, a literatura portuguesa também evoluiu durante a época fascista. Os próprios autores evoluíram.

Considera Lídia Jorge e José Saramago de gerações diversas, por isso eles são diferentes um do outro. Tendo apresentado seu ponto de vista relativo à situação da Literatura Portuguesa, o autor revela qual a leitura realizada pelos escritores portugueses no período da ditadura e o acesso que eles tinham à cultura mundial, argumentando que haveria ruptura, cisão, se as obras dos autores portugueses tivessem ignorado a cultura mundial.

Apesar da preocupação com o literário, com os escritores portugueses, o narrador mostra-se mais preocupado com a política, pois a Revolução dos Cravos, de fato, re-apresentou a mudança cultural para o resto da população portuguesa que não teve acesso aos livros proibidos:

Por outras palavras: num certo sentido, a literatura anterior ao 25 de Abril já operara a revolução que o 25 de Abril veio abrir às classes menos intelectualizadas e com menos facilidades de aceder ao que se publicava lá fora. Em resumo, a própria **Presença** e depois o neorealismo, o surrealismo etc., já tinham aberto, culturalmente, as portas de Abril - embora somente para poucos e, entre esses poucos

os escritores. Que depois se adaptaram melhor ou pior a uma realidade que já não era apenas livresca. Mas o choque com essa realidade viva e não apenas lida não terá sido suficiente para introduzir neles novas visões do mundo - e sem novas visões do mundo, não há literaturas novas.

Na crônica, para expressar que, até o presente momento, considera que não existe uma nova literatura após 25 de Abril, ele, o narrador, descreve toda uma situação política, comparando-a à situação da literatura e da leitura no país. Paralelamente à comparação realizada, descreve a superioridade dos escritores portugueses.

3.1.3 *Sublinhados*⁸⁸

Terceira crônica escolhida para a leitura compreensiva. Nela, o narrador mais uma vez focaliza a questão da leitura e o modo como cada leitor lê, sublinhando passagens, que nada dirão, quando se for ler o mesmo texto lido há alguns anos passados, ocasião em que serão feitos novos sublinhados. Esse método permite que os livros diversas vezes lidos, se forem relidos, trarão a história da vida do leitor, em decorrência das diferenças dos sublinhados. Seguindo a estratégia de crônicas anteriores, o narrador formula inicialmente uma série de perguntas que deixa sem respostas:

Haverá alguma coisa mais fascinante (há, a pergunta é meramente retórica) do que folhear um livro sublinhado muitos anos atrás? De súbito, perante um risco a lápis, hesitante ou marcado com firmeza, perguntamos: “Por que sublinhei eu esta frase que hoje nada me diz? Que me disse ela nesse dia longínquo em que, de lápis na mão, a salientei?” E logo depois, duas linhas abaixo, diante dum passo que nos grita, que parece finalmente revelar-nos o sentido da vida e do universo, mas não sinalizado, perturbamo-nos: “Onde estava eu para deixar escapar isto? Onde tinha a cabeça?”

⁸⁸ ABELAIRA, Augusto. Sublinhados. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 159, p.05, 23/07/1985.

De que maneira um livro já todo sublinhado por um leitor seria lido? As mesmas passagens seriam marcadas? De que modo o leitor ver-se-ia através desses sublinhados? Todos os sublinhados revelam a maturidade do leitor de uma época para outra, que adquire, com o correr do tempo, mais vivência, experiência e conhecimento de outras leituras que influenciarão na releitura de um mesmo texto. Para exemplificar isso, destaca alguns livros:

De repente, todas ou quase todas as frases antes sublinhadas nos parecem inócuas, sem relevo; importante, sim, é aquilo que passámos em silêncio. “Como é possível que eu estivesse convencido de que lera este livro, quando afinal não soube lê-lo?” **Os Irmãos Karamazov, a Guerra e Paz, Tristram Shandy**. Será possível? Será que tenho de reler todos esses livros porque eles me escaparam, porque não lhes apanhei o sentido profundo que só agora apreendi?

O autor destaca que aquilo que não teve importância numa primeira leitura, pode ser considerado importante agora. O julgamento que o próprio leitor faz de si é o de que não soube ler e que, então, deve refazer todas as suas leituras. Traz exemplos de livros reconhecidos mundialmente como **Os Irmãos Karamazov**, de Fiodor Dostoievski, **Guerra e Paz**, de Leon Tolstoi, **Tristram Shandy**, de Laurence Sterne. A questão que coloca através desses exemplos é se a idéia de reler todos os livros lidos até agora seria boa ou má? O narrador mesmo acaba com a dúvida instalada, ao dizer ironicamente:

Estas perguntas são tolas. Um livro, um grande livro, é uma máquina fabricada para nos “responder” às perguntas que lhes fazemos no exacto momento da leitura e só nos dá aquilo que lhe pedimos. E aquilo que lhe pedimos depende da situação que então vivemos. Só se encontra o que se busca e a busca depende das nossas preocupações.

Retomando a questão dos sublinhados, afirma que é através deles que cada um se reconhece e percebe a evolução da sua maturidade pessoal e intelectual. Através dos sublinhados, prevalecem a sinceridade e a honestidade que não se encontram presentes, por exemplo, no diário íntimo. Por isso, o narrador, dirigindo-se diretamente ao leitor, diz:

Conselho aos jovens: escolher um grande livro, um desses com marca de garantia, um livro que tereis necessidade de reler de dez em dez anos (**Os Karamazov**, por exemplo). Sublinhai-o de cada vez com uma cor diferente.

Esse conselho coloca em evidência o professor de liceu que Augusto Abelaira durante algum tempo foi. Sem deixar de lado a nota dominante do tema da crônica, intensifica-a, pois o conselho pressupõe uma ordem do narrador para o leitor (observe-se que a proposição encontra-se no infinitivo e no imperativo - “escolher”, “sublinhai-o”). O conselho, inclusive, deve ser obedecido num prazo de cada 10 anos, pois, dessa maneira, o próprio leitor poderá observar a sua evolução:

Depois, aos sessenta anos, podereis ler nele, não apenas o livro, mas o filme das vossas vidas, a história das vossas preocupações fundamentais, os acontecimentos que deram origem a essas preocupações. A história dos vossos amores, dos vossos ódios, das vossas indiferenças. O livro passou a conter a vossa própria vida.

Desse modo, a crônica destaca dois aspectos: leitura e a importância da releitura. A primeira dá conhecimento do mundo; a segunda, conhecimento de nós. Assim os sublinhados podem aumentar ao passar dos anos, pois a leitura feita pelo leitor muda a cada nova leitura, e a literatura torna-se uma forma de o leitor se reconhecer através dos anos.

3.1.4 Regresso⁸⁹

O texto apresenta a atividade de cronista de Augusto Abelaira que, numa auto-reflexão, procura mostrar como se vê em cada um dos jornais em que trabalha:

INTERROGO-ME SE DURANTE ESTES últimos anos fui, à semelhança de tantos outros portugueses, um emigrante. Emigrante que regressou à pátria. Falo, parece desnecessário dizer, em linguagem figurada, e explico-me: durante os dois ou três primeiros anos do “JL”, escrevi aqui, numa área a que poderemos chamar, simplificando as coisas, cultural. Abandonando o “JL”, emigrei para outra arca, a da política (“O Jornal”), digamos também, para simplificar. Em suma, emigrei da crônica cultural (essencialmente literária, no meu caso) para a crônica política. E depois, passado algum tempo, regresso à velha casa.

A passagem mostra a perspectiva irônica e simplificada com que o narrador trata de sua mudança de local de trabalho, do veículo de comunicação, mas também do tipo de crônica que escrevia. Compara-se a um emigrante, sem esclarecer por que mudou de jornal. Contudo, o uso do termo emigrante, no sentido metafórico, já permite que o leitor conclua por que o cronista trocou de jornal:

Na realidade, quando nos metemos a falar em linguagem metafórica ou quando tomamos as comparações à letra, as palavras tomam-se quase sempre inexactas. Ao deixar-me seduzir pela imagem do emigrante, eu, que não sou emigrante (consoante definem os dicionários), fui conduzido a dizer que originário de um certo espaço (a cultura, o “JL”), me transferi para outro (a política, “O Jornal”). Todavia, o paralelismo não é, como direi?, biunívoco — e começa por uma falsidade inicial: é que eu já escrevia n’ “O Jornal”, antes de escrever no “JL” (emigrara portanto da área política para a cultura). Mas nem isto é exacto: não existira verdadeira emigração, colaborei simultaneamente nos dois espaços (nos dois jornais). Até que decidi, por cansaço, escrever somente n’ “O Jornal”, onde me iniciara. Falsa, portanto, a imagem de emigrar da política para o “JL”.

A comparação com o emigrante não é paralela, pois não saiu de uma cidade para outra, mas de um emprego para outro. Repete uma experiência anterior: essa

⁸⁹ ABELAIRA, Augusto. Regresso. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 544, p.32, 07/12/1992.

transferência já havia acontecido: do **O Jornal** para o **JL**, do **JL** para **O Jornal** e, novamente, do **O Jornal** para o **JL**. Porém, nem isso é exato, porque trabalhou nos dois lugares ao mesmo tempo. Por isso a comparação inicial cai por terra, pois ele não poderia ser considerado um emigrante, como também é falsa a imagem de emigrar da política para a cultura. Num tom irônico, o narrador discute o tema e o próprio título da crônica.

Mas, a ser assim, se é falso que ao voltar para o “JL”, possa considerar-me, factualmente, um emigrante, por que não apago as primeiras palavras desta crônica, não risco também o título? Provavelmente, por me sentir emigrante mesmo, embora sem o ser — e se há falsidade, não há mentira. A verdade da minha afirmação inicial não se mede pela sua adequação à realidade objectiva, mas pela adequação aos meus sentimentos. “Sê sincero contigo mesmo e nunca serás falso com ninguém”, diz Polonius⁹⁰ a Laerte (conselho perigoso, temos de convir).

O início do texto revela-se como uma metacrônica porque o cronista comenta a construção da mesma, sugerindo alterações. Consegue ser emigrante sem mesmo ser, pois considera que não há nenhuma mentira nisso. Argumenta que a idéia inicial trata dos seus sentimentos, mas não da realidade objetiva. Cita uma passagem dita por Polonius a Laerte, para justificar a sua posição.

Como já foi discutido na primeira crônica analisada, intitulada **O papel branco, afinal um tudo nada pardacento**, o narrador não consegue deixar de mencionar a política em suas crônicas sobre literatura. Chama o político Xanana Gusmão, de Timor Leste, para exemplificar o que deseja esclarecer:

Agora, surge a questão: a cultura (refiro-me somente à cultura literária) não será precisamente isso, o apelo a imagens destituídas de rigor, mas emocionalmente sugestivas? Quando digo, mesmo no meu dia-a-dia, que fiquei “gelado”, ao saber da prisão de Xanana

⁹⁰ Polonius e Laerte são pai e filho, respectivamente e personagens em **Hamlet**, de William Shakespeare. SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

Gusmão⁹¹, terei ficado gelado? Não, a minha temperatura de trinta e sete ou trinta e oito graus manteve-se (o termómetro assim o diz). Devo então substituir essa afirmação por “como se ficasse” gelado, explicando, a quem me ouve, que efectivamente não fiquei gelado, sendo portanto desnecessário trazerem-me cobertores, e que não corro o risco de perder a ponta do nariz? Não, porque emocionalmente senti-me gelado, embora isso só fosse possível por eu recolher, de uma certa tradição, a crença de que a “alma” tem comportamentos idênticos aos do corpo. Crença que se impõe à própria realidade, embora, em rigor, seja indefensável.

O trecho revela o conhecimento de teoria literária pelo autor. Ele põe em prática o conceito de ficcionalidade, dizendo que, no caso, não é “fiquei gelado”, mas “como se ficasse gelado”. Exemplificando a ficcionalidade própria da literatura, o cronista, conjuntamente à questão política que será debatida a seguir, pergunta a relação entre a cultura e as metáforas. A cultura, para ele, está intimamente ligada a emoções sugestivas, ao duplo sentido. Ao saber da prisão de Xanana Gusmão, político que atuou amplamente na libertação do Timor Leste e, ainda, trabalhou no jornal **A Voz do Timor**, ficou abalado e surpreendido. A profissão de jornalista aproxima o político do narrador, que também é um cronista político. A liberdade de Xanana Gusmão estaria associada à democracia no país que, durante muito tempo, esteve sobre o domínio de Portugal e da Indonésia.

⁹¹ José Alexandre Gusmão – Kay Rala Xanana Gusmão, nasceu a 20 de junho de 1946 em Laieia (Manatuto). Depois do 25 de Abril, Xanana tornou-se militante da Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). De agosto de 1975 até à invasão Indonésia, a 7 de dezembro de 1975, a Fretilin assume a administração de Timor-Leste, sendo que ele trabalha no departamento de informação da Fretilin. Em 31 de dezembro de 1978, ele assume a luta armada de Timor-Leste. Impulsiona a conferência de Maubai, em março de 1981, que lançou as bases da reorganização político-militar da resistência. É criado o Conselho Nacional de Resistência de Timor do qual Xanana é presidente, ele também é nomeado comandante em chefe das Falintil, as forças armadas de libertação nacional de Timor Leste. Em 1988, foi formado o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), presidido por Xanana Gusmão. Em abril de 1998, na primeira convenção de Timor-Leste, Xanana é aclamado presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). A 10 de fevereiro de 1999, Xanana abandona a prisão de Cipinang, para passar a viver numa casa-prisão, em Salemba no centro de Jacarta. Ele foi libertado no dia 7 de setembro de 1999. MARTINS, Ana Cristina, VIEGAS, Patrícia, CARTÓ, Sofia. **José Alexandre Gusmão**. Retirado da Internet: http://www.portimor.pt/xanana/corpo_index.html (11/5/2005).

Os sentimentos, e não o corpo do cronista, ficaram gelados. Isso somente seria possível considerando a crença de que a “alma” tem comportamentos idênticos aos do corpo. Crença debatida principalmente nos templos religiosos é imposta aos homens pela própria realidade, embora, seja desnecessária uma defesa. Relaciona-se isso à subjetividade que pode ser encontrada também, além da metáfora:

A subjectividade, de que a arte tem o segredo. Acrescentarei, porém, que os equívocos das analogias são vulgaríssimos numa grande parte das especulações filosóficas, sociológicas e históricas. Às duas por três, os autores esquecem-se de que trocaram a realidade por imagens aproximadas (nas suas linhas gerais), mas que fracassam nos pormenores. Os próprios físicos, ao utilizarem, por exemplo, a ideia de “força da gravidade”, não nos obrigam a pensá-la como se fosse um elástico que prende os objectos uns aos outros?

Discutindo a subjetividade, o cronista revela que grande parte dos escritores trocam a realidade “por imagens aproximadas” e, esquecendo-se dessa mudança, não se fixam em pormenores. Recorre, para justificar essa afirmativa, aos físicos, quando falam da força da gravidade. As pessoas, em geral, podem pensar que essa força é representada por um elástico que prende os objetos uns aos outros e ao chão também.

Comentando ainda a linguagem-objeto, portanto fazendo metalinguagem, diz que os símiles não são vistos a olho nu, mas possuem uma carga afetiva. Ele pode não ser um emigrante no sentido literal, mas sente-se dessa maneira, pois passou da crônica política para a literária que já havia desabituaado a escrever.

Os símiles, bem vistas as coisas (mas estas coisas não se “vêem”, não são intuídas pelos olhos, não pertencem ao mundo sensível), são falsos, mas têm uma carga afectiva imparável. E, sem mentir, sinto-me, na verdade, emigrante (nem sequer “como se” fosse emigrante), ao trocar a crônica política, que durante muitos anos mantive, pela crônica literária, de que já me desabituará. Dir-se-á que

ninguém tem nada com isso. Pois não, mas a cultura, particularmente a cultura literária, explora em grande parte o mundo do “ninguém tem nada com isso”. Que tenho eu que ver com os problemas do senhor Swann e da sua esposa Odette?

Defende a idéia de que “grande parte do mundo do ninguém tem nada com isso” é explorado amplamente pela cultura literária. Amplia a discussão para os dias atuais, citando os inúmeros exemplos de celebridades monitoradas por jornalistas, fotógrafos, tendo a sua própria vida cercada em qualquer momento por esses profissionais. Com esses programas televisivos, a política também se insere na cultura, e a cultura também faz parte da política, é o que o narrador alega.

Está bem, emigro da política para a cultura (literária). Mas, pensando bem, há aqui, objectivamente, um novo vício de pensamento. Falei “como se” a política não fosse cultura, pressuposto manifestamente falso, salvo se pretendi dizer que a maneira como a política hoje actua se exclui da cultura. Juízo de valor, nada mais do que um falível juízo de valor acerca da actual actividade política e dos políticos. Foi isso que, inconscientemente, quis dizer? De qualquer modo, se foi, então tenho uma ideia de o que a cultura é (em rigor de o que deve ser).

Neste trecho deixa claro: aqui, não se pode falar de política como se ela não fosse ou estivesse apartada da cultura. Afirma que isso nada mais é do que juízo de valor sobre a atividade política. Questiona-se: não seria dessa maneira que tratando a política? Esse modo de falar está vindo do seu inconsciente? Isso realmente aconteceu, acredita ter uma vaga idéia do que é cultura.

E tenho?

Mas se não tenho, como me atrevo a falar do que não sei.

Pergunta-se, sabe o que é cultura, se não souber o que é, é melhor não discutir sobre isso. Essa posição de que a política não pertence à cultura está imbutida no inconsciente do público leitor. Nessa crônica, também o narrador

procura envolver o leitor nas suas concepções de leitura, literatura e política, obrigando-o a tomar decisão final sobre o assunto.

3.1.5 A fuga para frente⁹²

Repete-se, neste texto, a discussão metalingüística sobre o conceito de crônica, presente em outros. Põe em questão a forma de escrita e tipo de linguagem usados na crônica e propõe um conceito quando, ao final da crônica, depois de algumas considerações, diz:

PS. Por motivos óbvios, peço que seja concedido ao género crônica o alto privilégio de pertencer à literatura. De não exprimir necessariamente o pensamento do autor, mas duma personagem inventada romanescamente pelo autor.

.....

Como detesto o “género crónica”, nem carne, nem peixe, jornalismo ou literatura, memória ou ensaio, adiei para casa um exame mais cuidadoso, destinado a saber se apesar de tudo, seria ganhar tempo o tempo perdido.

Para o cronista, importam a autoria e a recepção da crônica, quem fala na crônica não é Augusto Abelaira, mas uma personagem inventada, o narrador, que pode ou não exprimir o seu pensamento; enquanto autor, deseja que ela seja elevada à condição de literatura; enquanto leitor, tenta entender um texto que não “carne nem peixe”, ou seja: é qualquer coisa e coisa nenhuma.

Ao lado dessa preocupação com o narrador e com a recepção da crônica em geral, ele discute a linguagem usada, principalmente o uso da primeira pessoa majestática, por isso propõe que o *nós* proibido:

⁹² ABELAIRA, Augusto. A fuga para a frente. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 564, p.13, 27/04/1993.

Numa das minhas últimas crônicas, falava eu do abusivo emprego do *nós* (nós. portugueses, somos isto ou somos aquilo) e então escrevi: “Proponho que durante cinquenta anos seja proibido o emprego do pronome pessoal *nós*”. Poderia ter acrescentado: “E do *eles*”.

A ironia que se desvela na crônica é justamente o “grande” ego dos portugueses, seu narcisismo. Os pronomes pessoais em primeira pessoa são usados abusiva e arbitrariamente, para expressarem a grandiosidade de ser português. Mesmo assim, ele questiona a permanência da sua proibição, na própria crônica, considerando-a, segundo suas próprias palavras, arbitrária:

Terminada a crônica, voltei a ler a frase. Mantê-la? Suprimi-la? Por um lado, contava com a colaboração dos leitores, suficientemente perspicaz para saberem que, na realidade, eu não escrevera completamente a sério a dita frase, isto é, não propunha efectivamente que o *nós* fosse proibido, até porque muitas vezes ele é perfeitamente legítimo (nós, portugueses, temos coração, sistema nervoso, etc.). De qualquer modo, se eu me insurgia contra a arbitrariedade de certas afirmações, não era incoerente que recorresse a uma proposta não menos arbitrária? A minha proposta era tonta. Mas então devia suprimi-la. Não a suprimi. Porquê?

De certa maneira, ele questiona as atitudes arbitrárias que são tomadas muitas vezes por pessoas que têm o poder nas mãos. Deve-se responder ao arbitrário, ao absurdo com outra arbitrariedade? A dúvida instalada, o narrador conta com a compreensão dos leitores, que deveriam entender que ele falava metaforicamente. A questão desperta interesse porque esclarece que não existem limites que possam restringir o que se vai escrever, e que, mesmo a linguagem sendo absurda ou ininteligível, o leitor deve perceber que ali “há um problema”:

A questão tem algum interesse (pelo menos permite outra crônica). Um autor escreve, escrever, como falar, é relativamente fácil. Mas quais os limites daquilo que se deverá escrever? Onde está a fronteira que restringe a liberdade de escrever se não se quer entrar

no domínio do disparate (e a minha frase era disparatada)? E ainda; que espécie de colaboração se espera dos leitores quando se ousa, conscientemente, dizer um disparate? Dito de outra maneira: quando se afirma conscientemente um disparate espera-se que os leitores reconheçam que o autor não disse um disparate, mas um absurdo — e que ao absurdo deve ser dada uma atenção especial Isto é: que os leitores em vez de dizerem este tipo é “parvo”, digam: “Há aqui um problema”.

Discutindo a liberdade de escrever, o narrador, de forma metafórica, também discute a necessidade que, muitas vezes, os escritores e os cronistas portugueses tiveram de burlar a censura, recorrendo para isso a absurdos ou dispartes, mas conta sempre com o julgamento do leitor. Com isso pressupõe o leitor capaz de reconhecer o limite entre o disparate e o absurdo. É ele que deve dizer se existe problema no que foi escrito.

No texto inquisitivo do narrador, mais uma vez emergem elementos próprios da crônica: cooptar o leitor, prendendo sua atenção ao que ele, cronista, diz:

De certo. Mas então se pergunta: se aquilo que se pretendeu foi prender a atenção do leitor, não haveria outra maneira, sem recorrer ao inesperado, ao absurdo (àquilo que está fora da ordem natural das expectativas), de dizer o que se pretendia? Servindo-me dum exemplo clássico e que sempre me perturbou: quando Swift⁹³ quis chamar a atenção para a horrível fome da Irlanda, propôs que se resolvesse o problema comendo as criancinhas. Mas ele, sem recorrer a tão absurda proposta (e a possíveis e perigosas conclusões), não poderia ter usado uma linguagem de bom senso e muito mais acessível aos normais leitores? E se podia, porque não o fez?

Recorre ao clássico exemplo de Swift que, diante da fome que assolava a Irlanda, propôs, como solução, comer as criancinhas. Absurdo ou disparate? A verdade é

⁹³ Jonathan Swift nasceu em 30 de novembro de 1667, em Dublin, na Irlanda. Em 1693, doutorou-se em Teologia pela Universidade de Oxford. Em 1725, começa escrever “Viagens de Gulliver” onde pretendia agredir o mundo, não diverti-lo. Em 19 de outubro de 1745, ele estava surdo e louco, morre em Dublin. ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. **Jonathan Swift**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1980. p.10694.

que o autor de *Viagens de Gulliver* desperta a atenção dos leitores induzindo-os a se voltarem para o problema que assola seu país. Recorrendo à ironia e apontando para a absurda proposta de Swift, o narrador discute a posição do leitor que está acostumado a ler todos os dias os jornais e, ocasionalmente, livros. Swift utilizou linguagem absurda porque tinha pretensão política, queria expressar sua opinião, não pretendendo, de fato, propor algo tão absurdo como comer criancinhas. Surge, daí, outra questão: será que a intenção não era também literária? O narrador não ousa responder.

Volto à minha frase. Medira eu, ao escrevê-la, todas as conseqüências? Estava seguro da colaboração dos leitores? Prudentemente, covardemente, acrescentei, já depois de terminada a crônica: “Com uma dúvida: muitas das coisas interessantes que se dizem neste mundo incorrem no vício do *nós*”. Por outras palavras: se eu adiarda útil dizer um absurdo, porque recusava aos utilizadores imprevidentes do *nós* o idêntico direito de recorrerem ao absurdo? Mas então teria sido preferível apagar a minha frase. Ou, se a apagasse, perdia-se alguma coisa?

Apostando na cooperação do leitor, ainda que ela não seja tão certa assim, considera um ato covarde a última frase da crônica, pois ela representava uma “saída de escanteio” para demonstrar a sua dúvida sobre o assunto. Tratando-se de “uma saída de escanteio”, não seria melhor apagá-la? Não faria alguma diferença se ela não existisse? Mais uma vez o narrador pergunta-se e demonstra a sua dúvida quanto à maneira de debater o assunto levantado, destacando que o prazer da leitura é, evidentemente, revelado na forma metafórica da linguagem usada pelo cronista, visando chamar a atenção do leitor para o que está sendo debatido. Swift pensou que esse sabor seria realmente necessário para atrair os leitores através dos séculos? É uma questão que o leitor dessa crônica deverá responder para si

mesmo, pois o narrador não coloca a sua opinião sobre o assunto. Qual a posição dos leitores ou dos ouvintes?

Enfim, para terminar, até porque já tenho a mão cansada: a eterna hesitação entre Protágoras⁹⁴ e Górgias⁹⁵, assim interpretada: Tudo pode ser dito ou nada pode ser dito. Mas também é evidente que os dois pensadores esperavam dos seus ouvintes uma colaboração compreensiva.

Recorrendo a Protágoras e Górgias, o narrador conclui, destacando a importância do envolvimento do leitor ao dar respostas às questões colocadas nos textos. Cabe ao leitor a decisão final sobre o debate, até mesmo porque tudo pode ou não ser dito, ou seja, as entrelinhas são um fator a ser considerado pelo leitor.

3.1.6 Leitura de férias⁹⁶

Como o título refere, o cronista vai tratar da leitura de férias, apontando através de pesquisa realizada pelo **Jornal Semanário Expresso**, com pessoas em evidência na sociedade portuguesa, principalmente os políticos, qual seu objeto de leitura. A seleção dos entrevistados relaciona-se ao fato de o proprietário do jornal, Francisco José Pereira Pinto Balsemão, estar envolvido em política. Mas, realmente era necessário que o *corpus* da pesquisa do semanário fosse constituído por aquelas pessoas?

⁹⁴ Protágoras de Abdera. Dizem que foi o primeiro a cobrar pelo seu ensino. Viajou por toda a Grécia, ensinando na sua cidade natal, na Magna Grécia, e especialmente em Atenas. Acusado de ateísmo, pois dizia que não tinha como provar ou não a existência dos deuses. Fugiu, foi processado e condenado e a sua obra sobre os deuses foi queimada. Refugiou-se na Sicília, onde morreu. LUCE, J.V. **Curso de filosofia grega do século VI a.c. ao século III d.c.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.81-95.

⁹⁵ Górgias de Leontinos. Foi mandado para Antenas a fim de defender a causa da sua cidade contra Siracusa. Era professor de de retórica. Ele negava que houvesse qualquer coisa censurável em ensinar habilidades retóricas. LUCE, J.V. **Curso de filosofia grega do século VI a.c. ao século III d.c.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.81-95.

O narrador questiona a veracidade das respostas, pois elas revelam a imagem que os entrevistados gostariam que o leitor tivesse deles. Talvez essa imagem já esteja construída na cabeça do leitor ou ainda em fase de construção, mas, normalmente, a imagem proposta não é aquela que corresponde à realidade. Na verdade, a pesquisa dá conta de como a pessoa gostaria de ser vista, dizer que vai levar uma determinada leitura para as férias não é mentira ou falsidade que acontece apenas no plano dos fatos, mas não no plano dos desejos. Vale dizer: ele quer ler determinado autor ou livro, mas não sabe se vai ler.

A pergunta faz parte da rotina jornalística, todos os verões: “Que livros leva para férias?”. Os inquiridos são pessoas mais ou menos em evidência, mas desta vez o “Expresso”⁹⁷ escolheu de entre os evidentes (os mais ou menos evidentes), apenas os políticos. Forma de testar, mais do que as curiosidades culturais, as psicologias? Porque as respostas, não sendo susceptíveis de verificação experimental, podendo até ser falsas, alguma coisa poderão dizer acerca das psicologias. Pelo menos, da imagem com que os entrevistados desejam ser vistos. E se desejam ser vistos de certa maneira, talvez essa maneira corresponda ao que gostariam de ser, embora não sejam. E saber o que um homem desejaria ser, embora não seja, é saber alguma coisa acerca dele. Se eu, que mal me lembro da tabuada, disser que levo para férias uma obra altamente especializada de matemática, não digo uma falsidade pura — ou digo uma falsidade que só o é no plano dos factos, não no plano dos desejos. Psicologia.

A dúvida do narrador quanto à honestidade da resposta do entrevistado transmite-se ao leitor. Como saber se os entrevistados estão falando a verdade? Exemplifica seu questionamento com a resposta do político Almeida Santos, que destaca o livro **Memórias de Adriano**, de Marguerite Yourcenar. Como pode estar lendo somente agora um livro tão famoso? Ao mesmo tempo o narrador justifica a

⁹⁶ ABELAIRA, Augusto. Leitura de férias. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 586, p.32, 28/09/1993.

resposta porque existem muitos livros importantes que ainda não foram lidos e, talvez, nem o sejam. Acredita que o parlamentar quis aproveitar o momento para instigar, pedagogicamente, a leitura de uma obra-prima:

A dúvida, porém, para quem lê as respostas consiste nisto: em qual dos planos foi ele sincero? Como adivinhar, se não o conhecemos? Mas as respostas podem pretender outra coisa: chamar a atenção para certa obra, considerada admirável, um conselho: leiam, tal como eu (já li) este livro. Almeida Santos⁹⁸ cita as “Memórias de Adriano”⁹⁹. Homem dado às letras, como sabemos, só agora irá ler um romance tão famoso? Não é impossível, há muitos livros importantes que nenhum de nós leu ainda (que provavelmente nunca lerá) e pode ser este o caso do parlamentar socialista. Mas como não admitir que, num momento de boa disposição pedagógica, aproveite a oportunidade para recomendar a leitura da Yourcenar¹⁰⁰?

A dúvida do narrador consubstancia-se no leitor: quais os entrevistados da pesquisa? Quais os que responderam ao inquérito? Quais não?:

O inquérito do “Expresso” tem uma lacuna: ficamos a saber quem respondeu, mas ignoramos quem não respondeu, embora consultado. Assim, o facto de Mota Amaral¹⁰¹ ter sido sondado

⁹⁷ **Jornal Semanário Expresso** foi criado por Francisco José Pereira Pinto Balsemão em 1973, do qual foi Diretor até 1980. CONTROLJORNAL. **Jornal Expresso**. Retirado da Internet: <http://primeirasedicoes.expresso.clix.pt/controljornal/curriculum-pt.html> (6/7/2005).

⁹⁸ António de Almeida Santos nasceu em 1926. Jurista e político, natural de Cabeça (Seia). Em 1953 seguiu para Moçambique, onde exerceu advocacia até 1974, envolvendo-se na atividade política, pertencendo ao Grupo dos Democratas de Moçambique. Após o 25 de Abril de 1974, ocupou vários cargos do governo. Candidatou-se à Assembléia da República pelo Partido Socialista (PS) em 1975, mas aderiu ao partido apenas em 1977. É, atualmente, presidente da Assembléia da República e membro do Conselho de Estado. EDITORA TEXTO. António Almeida Santos. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.149.

⁹⁹ **Memórias de Adriano** é uma carta do tem velho imperador ao jovem Marco Aurélio, que deve suceder-lhe no trono de Roma. Aos povos, ficamos a conhecer os episódios decisivos da vida deste homem, que pacificou o império, tornando a sociedade romana um pouco mais justa. YOURCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

¹⁰⁰ Marguerite de Crayencour nasceu em Bruxelas, em 1903. Começou a escrever na adolescência. Naturalizou-se americana em 1947. O nome Yourcenar é um anagrama imperfeito de Crayencour. Nos seus livros mais importantes, recria eras e personagens do passado, meditando sobre o destino humano, a moralidade e o poder. A sua obra prima é **Memórias de Adriano** (1951). Em 1981, torna-se membro da Academia Francesa, sendo que o Presidente da República Francesa concedeu-lhe a dupla nacionalidade em 1979. Em outubro de 1987, foi-lhe atribuído o Grande Prémio Escritor Europeu do Ano, em Estrasburgo, durante o I Festival Europeu de Escritores. YOURCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

¹⁰¹ João Bosco Soares Mota Amaral nasceu em Ponta Delgada, em 1943. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Entre 1965 e 1969, foi chefe de redação da revista **Rumo**. Exerceu advocacia em Lisboa, de 1967 a 1975. Em 1969 foi deputado à Assembléia Nacional pela ala liberal. Permaneceu na Assembléia quando Sá Carneiro e outros a abandonaram sendo fiel a Marcello

sugere que João Alberto Jardim¹⁰² também foi. Assim, o facto de o Presidente Soares¹⁰³ ter sido sondado, sugere que o mesmo aconteceu com o primeiro-ministro, etc. Por que não responderam? As hipóteses são infinitas, e para Cavaco Silva¹⁰⁴ a minha ideia é esta: depois de atribuir a “Utopia”¹⁰⁵ a Thomas Mann¹⁰⁶ (há muitos Tomás na Terra), gato escaldado de água fria tem medo. Receou dizer outro disparate. Mas, se me é permitido um alvitre a tão alta personalidade, recomendo um livro que não conheço (salvo erro, “Mão Baixa Sobre a África”¹⁰⁷), mas que fala de maneira bem pouco amável acerca da Nestlé.

João Alberto Jardim e o Primeiro-Ministro devem ter sido entrevistados, porque Mota Amaral e o Presidente Soares o foram. Questiona por que esses políticos não responderam ao **Expresso**. Com grande ironia, lança hipóteses para esclarecer a questão: Cavaco Silva não respondeu por ter medo de responder errado novamente? E justifica: em outra oportunidade, atribuiu a Thomas Mann a autoria de **Utopia**.

Daí, como diz Abelaira, os políticos podem mentir aos seus leitores, aos seus correligionários, mas é impossível mentir aos amigos:

Caetano. Após o 25 de Abril de 1974 regressou aos Açores onde foi fundador do Partido Popular Democrático (PPD) e assumiu a direção do partido. Entre 1976 e 1995 foi presidente do Governo Regional dos Açores. Depois demitiu-se, voltando para Lisboa, onde passou a exercer o cargo de deputado e de vice-presidente da Assembléia. Tem um papel importante na vida do PSD, principalmente durante a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa. EDITORA TEXTO. João Bosco Soares Mota Amaral. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.10.

¹⁰² Um político português com o nome de João Alberto Jardim não conseguimos localizar na Internet. Porém, Alberto João Jardim, sim. Não sabemos se foi erro do escritor ou se realmente outra pessoa. Alberto João Jardim é o presidente regional da Madeira.

¹⁰³ Aqui se refere ao Presidente Mario Soares, já citado na nota de rodapé nota n.83.

¹⁰⁴ Aníbal António Cavaco Silva nasceu em 1939, natural de Boliqueime (Loulé). Como professor e investigador, esteve ainda ligado a vários cursos, projetos universitários e conferências nacionais e internacionais, tendo apresentado especialmente comunicações sobre economia portuguesa, política económica, finanças públicas, política monetária e instituições financeiras. Tendo ingressado no Partido Social Democrata (PSD) após a revolução de 1974, foi, em 1980, deputado e ministro da Economia e Finanças do VI Governo Constitucional, chefiado por Sá Carneiro. Foi presidente de seu partido. Teve uma convivência tensa com a presidência da República, ocupada por Mário Soares. EDITORA TEXTO. Aníbal António Cavaco Silva. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.155-156.

¹⁰⁵ **Utopia** foi escrito por Thomas More. MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹⁰⁶ Thomas Mann nasceu em 6 de Junho de 1875 e morreu em 12 de agosto de 1955. Foi um romancista alemão, considerado por alguns como um dos maiores romancistas do século XX, tendo recebido o prêmio Nobel da Literatura em 1929. THEODOR, Erwin. **A literatura alemã**. São Paulo: USP, 1980.p.133-143.

Falei anteriormente na imagem que os políticos (não só os políticos) pretendem dar de si mesmos às pessoas, pessoas que os conhecem apenas dos actos públicos. Mas esses políticos têm amigos e não podem portanto dar respostas inverosímeis (pelo menos para os amigos). Daí que mereçam crédito, mesmo que nos espantem. E estou a pensar no ministro das Obras Públicas, Ferreira do Amaral¹⁰⁸.

O ministro passa aos leitores a imagem de uma pessoa mais interessada pelas auto-estradas do que pelas “pedras vivas”, com uma paixão pelas motocicletas. Ao ser questionado, ele admite que vai levar para as férias a **Obra** de São Tomás de Aquino. Esse fato pode surpreender o público, mas não os amigos, pois

A imagem que até hoje nos deu é a de um homem dinâmico, extrovertido, a imagem do engenheiro interessado pelas auto-estradas (tem até a paixão das motocicletas) mais do que pelas “pedras vivas”. Diz levar para férias a “Obra” de São Tomás de Aquino (e, repito, se isso pode surpreender o público, não pode surpreender os amigos).

A informação desse homem dinâmico de que pretende ler a obra de um teólogo medieval, é motivo para se pensar que o ministro esteja querendo modificar a imagem que os leitores e correligionários tinham dele. Sua resposta

não será inocente. De certo, também levou outros livros de leitura mais macia. Ao apontar unicamente a “Obra” do grande teólogo medieval, talvez desejasse corrigir a imagem que dele tínhamos. Disse, implicitamente: “Não sou quem vocês pensam, o engenheiro das auto-estradas, das pontes sobre o Tejo que desprezam a ecologia, das motocicletas”. E talvez: “Embora pertencendo a um

¹⁰⁷ Não foi possível obter informações sobre este livro, pois não os localizamos em portais de busca e lojas virtuais da Internet.

¹⁰⁸ Joaquim Ferreira do Amaral nasceu em Lisboa. Licenciou-se em Engenharia Mecânica. Exerceu vários cargos políticos como ministro de Comércio e Turismo do governo em 1987 e, em 1990, ocupou o cargo de ministro de Obras. Em 1995, foi eleito deputado da Assembléia da República, pelo Partido Social Democrata. Membro do PSD desde 1981, foi vice-presidente do partido com Marcelo Rebelo de Sousa. EL MUNDO. **Joaquim Ferreira do Amaral**. Retirado da Internet: <http://www.el-mundo.es/especiales/2001/01/internacional/portugal/ferreira.html> (6/7/2005).

governo em que os incultos abundam, incluindo o primeiro-ministro, eu...”

Acredita que Ferreira do Amaral não tenha levado todos os volumes da obra de Santo Agostinho. Talvez levasse apenas uma antologia ou qualquer outro texto menor para ler (podendo ser aquelas edições de bolso). Ninguém diz que vai ler a obra de Dostoievski ou de Balzac, mas alguns títulos desses autores (como **Crime e Castigo**). As férias não dão para muito mais, pois Ferreira do Amaral teve de interrompê-las. O exagero pode ser perdoado, já que demonstra possuir ele interesses fora da vida política, além de vida interior.

A resposta, repito, é credível, mas peca pelo exagero, penso, a “Obra”, disse. Ora a edição francesa da “Opera Omnia”¹⁰⁹ soma (consultei o Gilson) trinta e quatro volumes e a “Summa Theologica”¹¹⁰, só por si, ocupa cinco. É impensável que Ferreira do Amaral tenha partido para férias com tal peso de papel na bagagem, mesmo admitindo que não viaja de motocicleta. Ter-se-á limitado, suponho, a levar uma antologia ou qualquer texto de dimensões mais reduzida (e um deles, pelo menos, até existe edições de bolso). Exagero para reforçar o significado da escolha? Ninguém dirá que vai ler a “Obra”, de Dostoievski ou de Balzac, mas sim que vai ler o “Crime e Castigo” ou o “Primo Pons”¹¹¹. De resto, as férias não dão para muito mais, e Ferreira do Amaral teve de interrompê-las (é certo que, ao partir, não sabia desse futuro desagradável acontecimento). De qualquer modo, perdoa-se-lhe o exagero, o importante é saber que ele não se interessa somente pela vida política activa, saber que tem outros ideais, que tem vida interior.

Ao mesmo tempo, critica o governador civil de Faro por ler nas suas férias o Plano de Desenvolvimento Regional. Para o narrador, isso quer dizer que esse político somente pensa em trabalho, não mantém uma relação prazerosa com a

¹⁰⁹ **Opera Omnia** é a obra completa de São Tomás de Aquino em latim. ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. **São Tomás de Aquino**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1980. p.10939-10940.

¹¹⁰ **Summa Theologica**, começada em 1265, ficando inacabada devido à morte prematura de São Tomás de Aquino. ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. **São Tomás de Aquino**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1980. p.10939-10940.

¹¹¹ No livro **O primo Pons**, Balzac descreve a forma como a cobiça e os maus sentimentos em geral se sobrepõem à bondade e pureza. Conta a história do velho colecionador e seu amigo, amantes da boa arte, vítimas de aproveitadores e trapaceiros. O eterno jogo entre patifaria e honestidade se encontra nesta obra. BALZAC, Honoré. **O primo pons**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

leitura. O governador apenas demonstra que a nossa opinião sobre ele estava correta: um homem voltado à coisa política.

Para o narrador, um homem de trabalho e que procura documentar-se é o político Macário Correia, pois ele lê **Lisboa desaparecida**, que se constitui em reunião de oito (8) livros, sendo considerado o maior fenômeno de olisipografia. Ironiza duas coisas: a primeira, o fato de Macário Correia acreditar que foi Jorge Sampaio quem fez Lisboa desaparecer, podendo chegar a jogar três volumes na cabeça do presidente. A segunda, que o presidente da república esteja lendo um romance e uma biografia, esquecendo suas obrigações legais e políticas. Finaliza o parágrafo, desejando que o exemplo dado por Macário Correia e o governador de Faro conduzam o presidente ao bom caminho.

Também Macário Correia¹¹², o candidato do PSD à presidência da Câmara de Lisboa, é um homem de trabalho que procura documentar-se. Lê a “Lisboa Desaparecida¹¹³”, possivelmente convencido de que foi Jorge Sampaio¹¹⁴ que a fez desaparecer. Que poderá, portanto, atirar os três volumes à cabeça do actual presidente. Presidente que, imagine-se, lê, esquecido das suas obrigações, um romance e uma biografia. Esperemos que os exemplos do governador de Faro e de Macário Correia o conduzam ao bom caminho.

¹¹² Macário Correia é membro do Partido Socialista Democrata. Não conseguimos maiores informações sobre este político português.

¹¹³ **Lisboa Desaparecida** constitui, desde 1987, um fenômeno da história da olisipografia. A autora Marina Tavares Dias recupera o estilo de certas crônicas oitocentistas, apoiando-o na pesquisa a partir das fontes e numa recolha iconográfica apenas possível graças a anos de investigação. Os novos horizontes abertos pelo livro têm permitido aos lisboetas um olhar mais atento sobre a sua cidade e sobre o património não-monumental cujo destino, muitas vezes, depende também duma opinião pública bem informada. É uma coleção de 8 volumes. QUIMERA EDITORES. **Lisboa desaparecida**. Retirado da internet: http://www.quimera-editores.com/catalogo/olisipografia/lisboa_desaparecida.html (7/7/2005)

¹¹⁴ Jorge Fernando Branco de Sampaio nasceu em Lisboa, licenciando-se em Direito em 1961. Presidente da República portuguesa, cargo que ocupa desde 1996, sendo reeleito em 2001. EDITORA TEXTO. Jorge Fernando Branco de Sampaio. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.146-147.

Dois políticos convivem e cultivam suas musas: Alfredo Barroso e Mendes Bota que lêem T.S.Eliot e Natália Correia, respectivamente.

Meia dúzia de palavras finais: apenas dois políticos convivem com as musas (aliás ambos cultivam as ditas): Alfredo Barroso¹¹⁵ lê T. S. Elliot, Mendes Bota¹¹⁶, Natália Correia¹¹⁷.

O narrador conclui dizendo que, para falar de Portugal, deve-se afirmar que é um país de poetas e, ainda por cima, líricos. Porém, se isso é verdade, tal fato foi pouco representado na pesquisa feita pelo jornal, pois os políticos lêem, quando estão de férias, São Tomás, Husserl, Kant, Braudel e Duby. Também, ironicamente, diz que os portugueses não são muito chegados à especulação intelectual, pouco representada na pesquisa.

Afirma a diferença entre o fato de haver mais especuladores do que pessoas interessadas em poesia, o que representa a idade democrática portuguesa. Antes de fazer uma segunda afirmação, pergunta ao leitor se a diferença entre especuladores e leitores de poesia não seria a “chave” para o divórcio entre os políticos e a nação. Em seguida, refere que a pergunta feita tem de ser ampla e profundamente meditada, para que se possa encontrar uma resposta correta. Diz ele:

¹¹⁵ Alfredo Barroso é presidente da Câmara Municipal de Redondo. RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL. **Alfredo Barroso**. Retirado da Internet: <http://www.rtp.pt/index.php?article=158833&visual=16> (11/5/2005).

¹¹⁶ José Mendes Bota nasceu em 1955. É licenciado em Economia. Atua como empresário e exerce os cargos de Deputado na X Legislatura; Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Faro. GRUPO PARLAMENTAR PSD. **José Mendes Bota**. Retirado da internet: <http://83.240.139.20/gppsd/default.asp?s=11585&i=2041> (7/7/2005).

¹¹⁷ Natália Correia nasceu em 1923 e morreu em 1993. É escritora, natural de Fajã, São Miguel, Açores. Em 1979, foi deputada à Assembléia da República. Colaborou com vários jornais e revistas. Esteve ligada ao Surrealismo e ao Romantismo. Apelou à literatura como forma de intervenção na sociedade, tendo tido um papel ativo na oposição ao Estado Novo. EDITORA TEXTO. Natália de Oliveira Correia. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.48-49.

E há quem diga que somos um país de poetas, ainda por cima líricos! Se isto for verdade, teremos de concluir que, de um ponto de vista estatístico, os poetas que somos estão fracamente representados. Apenas dois entre dezassete. Registe-se, todavia, que os nossos políticos lêem em férias São Tomás, Husserl¹¹⁸, Kant¹¹⁹, Braudel¹²⁰, Duby¹²¹. Como também se diz que os portugueses são pouco dados à especulação intelectual, inversamente teremos de concluir que os especulativos que não somos estão excessivamente representados. Cultores da especulação a mais, cultores da poesia a menos, que deficiente representam idade democrática! Estará aqui a chave do divórcio entre os políticos e a nação?

Essa questão leva a meditar com a necessária profundidade. A ironia e a necessidade de chamar o leitor ao texto, para que participe com ele das divagações, leva o narrador a questioná-lo continuamente. Esse deve refletir sobre a questão proposta: quais livros os políticos levam para ler nas férias.

3.1.7 *O escritor e o público*¹²²

Discutindo a relação entre escritor e público, principalmente do **JL**, Abelaira lembra que esse jornal é lido por várias nacionalidades, não apenas por portugueses. Por esse motivo, desenvolve-se uma forma de escrita diferente no JL. Debate, assim, o ato de escrever um texto desde sua gênese até sua publicação, desde o que pensa um escritor no momento em que está redigindo. Questiona se o

¹¹⁸ Edmund Husserl, filósofo alemão fundador da Fenomenologia. Nasceu a 8 de abril de 1859 em Prossnitz, Moravia, hoje Prostejov, na República Checa, e faleceu em 27 de abril de 1938, em Freiburg im Breisgau, na Alemanha. EDITORA ABRIL. **Husserl**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os pensadores).

¹¹⁹ Emmanuel Kant nasceu e morreu em Königsberg. Ele sofreu duas influências contraditórias: a influência do pietismo, protestantismo luterano de tendência mística e pessimista e a influência do racionalismo: o de Leibnitz, e o da Aufklärung. EDITORA ABRIL. **Kant (I)**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os pensadores).

¹²⁰ Fernand Braudel (1902-1986), historiador econômico francês. Formado em História na Universidade de Sorbonne, lecionava em uma escola na Argélia (1923 a 1932). Conclui a redação de sua tese durante a Segunda Guerra Mundial sendo publicada em 1949. JORNADAS FERNAND BRAUDEL. **Uma lição de história de Fernand Braudel**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. p.191.

¹²¹ Georges Duby foi um historiador francês especialista em Idade Média. Nasceu no dia 7 de outubro de 1919 e faleceu no dia 3 de dezembro de 1996. DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p.159-162.

¹²² ABELAIRA, Augusto. O escritor e o público. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 620, p.45, 20/07/1994.

público chega a estimular o autor, acreditando que nem sempre isso ocorre, pois às vezes, não se processa a interação entre o autor e o leitor.

O autor, quando escreve, não direciona aos seus reais leitores, pois redige para um público virtual que se encontra em sua mente e que se torna partícipe do texto, mas nunca será conhecido pelo leitor real. Esse fato discutido até o presente momento acontece mais num livro (ensaio, romance, poesia) do que numa crônica jornalística. Pelo menos teoricamente, num escrito jornalístico, o autor dialoga (ou tem a intenção de dialogar) com o público do jornal (que ele tem uma vaga idéia de quem é); no livro, o escritor dialoga com o leitor imaginário, inventado por ele, para ter acesso a um interlocutor compreensivo.

Da publicação dum texto (romance, ensaio, poesia, crônica de jornal) poderá concluir-se que o autor tem no pensamento, **enquanto** escreve, certo público, público que o estimula? Atrevo-me a dizer que nem sempre, embora a publicação do texto pareça responder que sim. Quem escreve, **enquanto** escreve (e mesmo sabendo que vai publicar), pode não pensar nos futuros leitores, pode escrever para si próprio ou, talvez melhor, para um público que só na sua mente existe, público imaginário que, no fundo, faz parte do texto, mas será sempre ignorado pelos leitores reais — e é pena (pergunto-me, aliás, se os autores não deveriam, em nota suplementar, traçar o retrato desse leitor imaginário para conhecimento dos leitores reais). Esta situação acontece mais provavelmente no livro (ensaio, romance, poesia) do que na crônica jornalística. Em teoria, pelo menos, num escrito jornalístico, o autor dialoga (ou pretende dialogar) com o público desse jornal (público de que tem uma idéia, embora vaga), no livro ele dialoga (ou pode dialogar) com o tal público imaginário, o público que ele inventou para ter à mão um interlocutor compreensivo.

Revelando que pensa nos leitores do **JL**, leitores de que tem uma vaga idéia de quem sejam, pergunta se essa idéia é adequada à realidade. Ao responder a tal pergunta, discute o tipo de jornal para o qual está escrevendo neste momento. Se fosse de outro tipo, não estaria escrevendo o que redigiu. Por ser o **JL** um jornal

literário, para um público de literatos e não de outra categoria de leitores, terá leitores interessados nessas considerações arbitrárias, nelas podemos incluir o que se chama de literatura (uma parte da literatura e não toda) :

Talvez. A prova é que, se eu estivesse a escrever para outro jornal, um jornal de índole diferente, não escreveria o que acabo de escrever (e o que, em seguida, escreverei). Sendo o “**JL**” uma publicação de natureza literária (para um público de “literatos”) e não de natureza desportiva ou noticiosa, de certo terá leitores a quem estas considerações mais ou menos arbitrárias poderão interessar, elas incluem-se precisamente nisso a que podemos chamar literatura (não toda a literatura, alguma). Mas somente isto está presente no meu espírito, enquanto escrevo?

Depois de discutir o fazer de uma crônica e que tipo de leitor ela deverá atingir, o narrador passa a relatar os recentes acontecimentos na Ponte 25 de Abril¹²³. Não cita o que ocorreu na ponte, considera desnecessário, pois imagina que seu leitor já leu a respeito em outros jornais ou assistiu na TV. A atualização da notícia pela mídia leva-o a pensar na queda da Bastilha, em 1789, sendo assistida pela TV.

O narrador inicia estabelecendo relações sociológicas, contudo, percebe que não está escrevendo exclusivamente para leitores portugueses, pois lembra que o **JL** é lido em universidades estrangeiras que possuem o curso de língua portuguesa. Esse público é constituído por eventuais romenos, húngaros, brasileiros, etc. que não sabem o que aconteceu na Ponte 25 de Abril. O narrador pode discutir sobre Vasco da Gama, Camões, Fernando Pessoa ou Saramago que esses leitores

¹²³ A Ponte 25 de Abril, também conhecida como Ponte sobre o Tejo, foi inaugurada em 1966 com o nome Ponte Salazar, em memória ao ditador que a mandou construir. Mais tarde, a ponte recebeu o actual nome em homenagem à 'Revolução dos Cravos' que aconteceu a 25 de Abril de 1974. Este foi um dia de revolução "não sangrenta". Na Revolução dos Cravos, os soldados puseram cravos no cano das suas armas e revoltaram-se contra a ditadura mais longa do mundo. GUIA TURÍSTICO DE LISBOA. **Ponte 25 de Abril**. Retirado da Internet: <http://www.strawberryworld-lisbon.com/lisboa/places/ponte-abril.html> (8/7/2005).

estrangeiros vão compreendê-lo; porém, sobre a Ponte 25 de Abril, não porque não sabem do que se trata. Há necessidade, pois, de explicar aos leitores o que aconteceu na Ponte 25 de Abril, mas não há tempo nem espaço para tal:

Questão que me assaltou por me ter proposto dissertar sobre os recentes acontecimentos na Ponte 25 de Abril. E ao começar a crônica (começo que acabei por anular) não me dei ao trabalho de descrever os citados acontecimentos. Porquê? Porque parti, distraidamente, do princípio de que os leitores do “**JL**” os conheciam, tinham lido os jornais Diários, assistido a eles em directo na televisão. Então comecei: “Imaginem que no dia 14 de Julho de 1789¹²⁴ os franceses tinham assistido na televisão aos primeiros movimentos populares que conduziram ao assalto da Bastilha”. Desenvolvi em seguida sapientíssimas considerações sociológicas, mas, de súbito, lembrei-me: tu não estás a escrever somente para leitores portugueses, conhecedores portanto dos acontecimentos da Ponte 25 de Abril. O público do “**JL**” não é constituído apenas por portugueses — tanto quanto sei lêem-no em algumas universidades estrangeiras que possuem cursos de língua portuguesa. Assim, os eventuais romenos, húngaros, brasileiros, etc., que vão ler-te não fazem a mais pequena ideia do que se passou na Ponte 25 de Abril. Ou seja: esses leitores poderão compreender-te se lhes falares do Vasco da Gama, do Camões, do Fernando Pessoa ou do Saramago, mas acerca dos acontecimentos da Ponte 25 de Abril... E se queres dar provas da tua fulgurante argúcia sociológica terás de explicar o que se passou — e isso tornará a tua crônica muito longa. Por outras palavras, quem escreve tem de admitir, da parte dos leitores a quem se dirige, um certo saber acerca daquilo que vai expor. E esse “certo saber” é certamente ignorado por quem vive longe de Portugal, não leu os nossos jornais, não viu a nossa televisão (ou até quem não esteve presente nos próprios acontecimentos).

Aliviado por desistir de falar sobre os acontecimentos da Ponte de 25 de Abril, o narrador diverte-se em criar uma curiosidade para os leitores estrangeiros sobre os eventos que não mencionou e que são desconhecidos por eles. Imagina que esses leitores se perguntem: o que se passou lá? Quanto aos leitores portugueses, o narrador admite poupá-los de ler banalidades que seriam somadas àquelas já assistidas na TV. Através da relação entre escritor e leitor estabelece uma intimidade que permite a leitura fluir, pois o leitor deve ter prévio conhecimento dos

¹²⁴ 14 de julho de 1789 é data de início da Revolução Francesa. A aristocracia francesa perdeu o poder para os burgueses.

fatos, quando não está lendo textos não literários, para poder entender o que o escritor deseja transmitir.

CONCLUSÃO: A REPRESENTAÇÃO DA LEITURA E DA LITERATURA NA CRÔNICA ABELAIRIANA

A organização das crônicas, desde o seu recolhimento, permitiu construir-se um quadro, no qual são considerados os seguintes aspectos: o número relativo à edição do jornal; o título da crônica; o núcleo fundamental do tema (política, cotidiano, literatura, etc.) e os assuntos desenvolvidos na crônica e que são a ampliação do tema. Buscando a economia de espaço, foram sintetizados os assuntos com palavras-chave. Observe-se o quadro abaixo:

No	TÍTULO	TEMA	PALAVRAS-CHAVE
1	O papel branco, afinal um tudo nada pardacento	Literatura	Literatura. Política.
70	Conversando sobre o tempo e sobre Mozart	Cotidiano	Tempo. Literatura. Animais.
72	A propósito de Eduardo Salgueiro	Leitura	Leitura. Mercado editorial. Livrarias.
80	Mil novecentos e oitenta e quatro	Tortura	Tortura. Ciência. Natureza. Extração de recursos.
92	Que exigimos nós romancistas	Literatura	Crítica.
94	Três prêmios	Literatura	Prémio literário.
96	Uma nova literatura depois de 25 de Abril	Literatura	Tema. Censura. Autor.
98	A propósito do Simpósio de Escritores Ibéricos	Literatura	Literatura ibérica. Encontro de escritores ibéricos.
100	A Crónica Geral de Espanha de 1344	Literatura	Lenda. História do livro. Leitura.
102	O grande desperdício	Literatura	Leitura. Tempo. Obras.
104	Literatura	Literatura	Definição
106	A fragata de Azoff	Literatura	Literatura. Eça de Queiroz.
108	A guerra romântica	Política	Medo. Escolha política. Fascismo.
110	O complexo de Sansão	Esportes	Futebol.
112	Tarkovsky	Cinema	Cineasta. Filosofia.
114	Ascensão e queda do jeans	Moda	Evolução. História da roupa.
116	O Ministro das Finanças restaura as danças de morte medievais?	Vida	Nascimento. Morte.

118	Os desafios do diabo	Filosofia	Literatura X Filosofia.
120	Fábula sem a devida moralidade	Direito	Direitos humanos. Filosofia.
134	Duas famílias culturais	Direito	Contrabando. Pena de morte.
136	Oftalmologia	Saúde	Uso dos óculos.
138	A morte de José Gomes	Literatura	Crítica. História. Neo-realismo.
141	Reflexos (de Mozart) num olho oxidado	Direito	Cinema. Calúnia.
143	Direitos do autor	Direito	Código de Direito Autor. Interpretação da lei.
145	Felicidade	Filosofia	Como ensinar Filosofia no ensino secundário.
155	Ao volante do Chevrolet	Imaginação	Carro. Viagem. Ilusão.
157	O valor dos argumentos políticos	Política	Política. Partido. Voto.
159	Sublinhados	Leitura	Amadurecimento do leitor. Releitura. Leitor.
163	À espera de Sagan	Literatura	Crítica.
165	A vingança dos macacos	Saúde	Origem das espécies.
167	Liberalizar a corrupção	Política	Corrupção.
170	Um povo suicidas?	Literatura	Crítica.
173	Um quinhentista português na pista de Arthur Evans	História	Arthur Evans. Mitologia.
180	O desaparecimento do Ministério da Cultura...	Política	Cultura. Falta de dinheiro.
185	Labirintos	Literatura	Crítica. Cabala e Lusíadas.
204	Se estivesse por inventar seria eu a inventá-lo	Esporte	Futebol. Prazer.
209	A cada um seu preconceito	Gramática	Acordo ortográfico.
219	Agostinho da Silva (professor?): um irmão mais velho	Biografia	História de vida.
236	Um homem de fé	Biografia	História de vida.
290	Qualquer coisa se passa na URSS	Literatura	Crítica.
347	Os olhos negros de Maria Eduarda serão verdes, cor de limão?	Literatura	Literatura. Leitor. Tempo literário.
426	O ofício de viver ou as falsas expectativas	Literatura	Crítica.
500	Os primos Karamazov	Modo de escrever	Crônica.
544	Retorno	Leitura	Crônica política e a literária.
546	A propósito do diário de Samuel Pepys	Leitura	Crítica.
549	Um grande romancista ignorado ou a mesa de pé-de-galo	Literatura	Autoria.
550	Segredos de leitura	Leitura	Feminismo.
551	De novo Samuel Pepys	Modo de escrever	Diário.
552	Dois frases	Modo de escrever	Primeira e última frase dos textos. O efeito delas.
553	Sociedade metafórica	Política	Economia. Sociedade.
554	A querela do salazarismo	Política	Salazarismo.
555	Simultaneidade	Literatura	Crítica.
556	Adjetivos	Gramática	Adjetivação
557	Os desígnios da Madre-Natureza	Evolução	Evolução das espécies.

558	Os europeus	Direito	Direitos humanos. Política.
559	Dos ficheiros aos inseticidas	Leitura	Memória. Tempo real e da leitura.
560	Manuel da Fonseca: um grande escritor sem mais	Biografia	Neo-realismo.
561	António José Saraiva: o grande encantador	Biografia	Neo-realismo.
562	À sombra de Montaigne	Literatura	Livros. Colóquios.
563	Nascido em Portugal, Espinosa...	Filosofia	Crítica.
564	A fuga para a frente	Leitura	Crônica. Tipo de linguagem.
565	Na época da eficácia	Filosofia	Evolução da cidade.
566	O romance inesperado	Leitura	Livros.
567	Não saber	Censura	Fascismo. Censura. Política. Polícia política.
568	Heroísmo	Vida	Vida. Leitura.
569	Modesta proposta para uma história da literatura	Modo de escrever	História do papel. Revisão de textos.
570	A pequena (aliás, grande) diferença	Filosofia	Lixo cultural. Existência da alma.
571	Que livros ler?	Leitura	Escolha de livro.
572	Dos deveres do crítico	Imprensa	Imprensa X livros.
573	Retorno à história	História	25 de Abril. História de Portugal. Salazarismo.
576	Somente os tolos têm opiniões	Filosofia	Nietzsche. Opinião.
577	Quarenta anos depois	Leitura	Releitura do livro. Diferença nas leituras.
578	Ser intelectual na Argélia	Política	Prisão e libertação do autor. Política.
579	Nomes	Nomes	Nomes das coisas.
580	Sem moralidade	Memória	Programação da TV.
581	Qual Fernando Pessoa?	Literatura	Leitura. Obras póstumas.
582	Os argumentos que nos faltam nos momentos	Pena de morte	Pena de morte. Religião.
584	Chuva de estrelas	TV	Influência da TV.
585	Por onde começar?	Filosofia	Vida.
586	Leitura de férias	Leitura	Políticos.
587	A morte de Aquiles	Literatura	Literatura. Mito.
588	Michelet e o tempo	Literatura	Crítica.
589	Traduções	Literatura	Diferença da tradução para o texto original.
590	O leitor pasmado	Por que escrever	Leitor.
591	Prémio Nobel	Literatura	Prémio Nobel.
593	Das dificuldades da ironia	Evolução	Linguagem simbólica. Morte.
594	Mário Dionísio: fogo generoso	Literatura	Crítica.
595	Na morte de Fellini	Filosofia	Cinema.
596	No princípio é o verbo	Modo de escrever	Textos de Valery e Álvaro de Campos.
597	Stendhal quis ser papa?	Literatura	Crítica. Autobiografia.
598	Discípulo das luzes mas nem sempre	Filosofia	Vocabulário português e brasileiro.
599	Títulos, ações, obrigações	Literatura	Crítica.
600	Aldeia de macacos	Modo de	Fernando Pessoa.

		escrever	
601	A solidão de Mao	Política	Revolução chinesa.
604	Baleias e homens	Evolução	Evolução.
605	Ler jornais	Leitura	Leitura de jornal e de livros.
606	Homens prevenidos e belas acordadas	Educação	Ócio e Educação.
607	Das estrelas às palavras	Palavras	Origem das palavras.
608	Subsídios para uma nova abordagem da poesia de Camões	Vícios	Luis de Camões.
610	Memória dum testemunha abonatória	Justiça	Justiça?
611	O espectro	Literatura	Leitura. Fernando Pessoa.
612	Os filhos da velha faculdade de Lisboa	Leitura	Leitura. Classificação de livros.
614	Como se sabe...	Ortografia	Ortografia. Dicionário. Leitura.
615	Estratégia contra a desilusão	Política	Salazarismo. 25 de Abril.
616	A questão dos nomes	Nomes	Nomeação dos personagens.
619	Ler, reler?	Leitura	Vantagens e desvantagens.
620	O escritor e o público	Leitura	Relação do escritor com o público leitor.
621	Mandela, Donald Trump	Comunicação	Organização da mídia.
622	Encontro com Octávio Paz	Leitura	Divulgação da literatura portuguesa.
623	Espírito competitivo	Competição	Competição das pessoas.
624	O exame do latim	Leitura	Crônica. Leitura.
626	Viver no século XX	Vida	Política.
627	O prémio Nobel	Literatura	Prémio Nobel.
628	Optimismo	Literatura	Crítica. Comunidade Económica Européia.
629	Ser ou não ser clássico	Literatura	Contestação ao conceito de clássico.
630	Camões e Kepler, mas também a censura	Literatura	Literatura. Censura.
632	O país e o público	Literatura	Crítica.
633	De que falava Platão quando falava de coisa nenhuma	Filosofia	Vida cotidiana. Estudantes. Platão. Historiadores.
634	O profeta	Literatura	Romancista. Leitura. Literatura. Música.
635	Duas leituras	Leitura	Duas leituras. Diferença de leituras. Condução da narrativa no tempo.
637	Recordações de Humberto Delgado	Medo	Censura. PIDE.
638	O milagre de faz côa	Pintura	Juventude e seus interesses. Pinturas primitivas.
639	Arte pela arte?	Arte	Crítica da arte.
640	O outro calcanhar de Aquiles	Literatura	Texto de Homero.
641	A surpresa	Literatura	Crônica. Leitura.
644	Fernando Mendes Pinto: as duas peregrinações	Literatura	Autobiografia.
645	Deus ou ficção	Deus	Conto ou ficção.
646	Khadji Murat	Literatura	Crítica.
651	Horatio meu digno amigo	Literatura	Personagem Horatio é acusado

			de traír Hamlet.
653	Como continuar...	Vestuário	Uso dos calçados. Deus deu apenas folhas para Adão e Eva.
657	Quando?	Leitura	Dois leituras.
658	Rolhas	Indústria	Indústria das rolhas. Censura.
659	As portas da verdade	Ensaio	Dificuldade de escrever algo.
660	A acaso ou a necessidade	Literatura	Crítica de livros.
661	O regresso de Thales de Mileto	Filosofia	Filosofia de Thales de Mileto.
665	A culpa	Velhice	Crítica. Envelhecimento da população.
667	Totoloto	Jogo	Jogo. Crônicas.
668	Saudades do Brasil	Literatura	Crítica.
669	O escritor contra o orador	Leitura	Diferença entre o orador e o escritor, leitor e ouvinte.
679	Cinquenta anos disto	Literatura	Cansado de criticar sobre tudo.
856	Pudor	Liberdade	Democracia e liberdade.
	A caça a lebre	Sonho	Sonho.
	A escolha	Leitura	Leitura.
	Liberdade, liberdade	Modo de escrever	Verossimilhança. Romance. Liberdade.
	O mundo é pequeno?	Coincidências	Coincidências que fazem pensar que o mundo é pequeno
	O último sortilégio	Política	Eleições portuguesas.
	Os escritores gostam de baralhar o jogo	Literatura	Importância da leitura na nossa formação e na nossa vida.
	Problema em vez de conclusão	Literatura	Carta enviada por Tchekov para Suverine.

Das 148 crônicas coletadas, como revelou o quadro, 65 são sobre literatura e leitura. No capítulo anterior, crônicas escolhidas arbitrariamente foram analisadas seguindo o método de explicação de texto, em que todos os elementos levam à significação. Desse modo, levantaram-se as características que perpassam todas as crônicas. Destaca-se que cada uma delas faz perguntas, sem apresentar respostas ou não e, com isso, traz o leitor para dentro da crônica. Outro elemento sempre presente é a ironia e também a política.

Quando se selecionaram essas crônicas, a preocupação era, principalmente, o assunto nelas tratado. O fato de apresentarem como fatores constantes a inquietação política e cultural, foi percebido após uma leitura mais pormemorizada

das crônicas, em que se procurou explicar nomes de políticos, acontecimentos portugueses, normalmente desconhecidos do leitor brasileiro.

O quadro classificatório não só permitiu que se tivesse um mapa da temática desenvolvida no **JL** por Augusto Abelaira, como também revelou a predominância, em suas crônicas, de temas voltados à literatura e à leitura. Daí, selecionaram-se, aleatoriamente, sete crônicas para fazer-se uma leitura explicativa e observar-se a estrutura narrativa dos textos do cronista.

A crônica abelairiana revelou a seguinte estrutura: uma introdução, em que é situado o tema, o desenvolvimento em que se apresentam prós e contras, ou melhor, se discutem o tema e o desfecho. Segue, pois, um processo tradicional de composição, o qual depende exclusivamente da própria atividade criadora e imaginativa do cronista, que passa uma significação, um sentimento ao leitor.

Da mesma maneira que o romance ou o conto, a crônica é uma narrativa e, portanto, apresenta elementos narrativos, como narrador, narratário, tempo e espaço. Em quase todas as crônicas analisadas, o narrador é onisciente, encontrando-se normalmente afastado temporal e espacialmente do objeto narrado, e é autodiegético, enunciando em primeira pessoa, pois narra um fato que conhece pela experiência de testemunha direta da história, à qual ele não se integra, apenas discute. Para ter essa posição de ver e discurrir o fato, o narrador adota uma atitude de autoridade, isto é o que ele diz não é posto em causa. De certa forma, esse narrador, pelo anonimato e por se situar num nível extradiegético, invariavelmente é confundido com o autor.

Outro elemento presente nas crônicas de Abelaira é o narratário, figura fictícia, “ser de papel”, que depende do narrador. Esse narratário pode ser um sujeito não explicitamente mencionado que se projeta na crônica através das questões retóricas.

Destaca-se ainda a ironia, elemento básico dos romances paródicos de Abelaira. O recurso irônico é usado constantemente para a interpretação e julgamento ou de assuntos, ou de autores, ou de políticos, como demonstra a crônica *Leitura de férias*.

A elaboração de um quadro revela, por amostragem, a presença dessas características na crônica de Abelaira:

CRÔNICAS	A	B	C	D
<i>O papel branco, afinal um tudo nada pardacento</i>	X	X	X	X
<i>Uma nova literatura depois de 25 de Abril</i>	X	X	X	X
<i>Sublinhados</i>	X	X	X	
<i>Regresso</i>	X	X	X	X
<i>A fuga para frente</i>	X	X	X	X
<i>Leitura de férias</i>	X	X	X	X
<i>O escritor e o público</i>	X	X	X	X

No quadro:

A =	Narrador Autodiegético	C=	Questões retóricas
B =	Narratário	D =	Ironia

Ao lado desses elementos que sustentam a narrativa do cronista, observam-se outros. Por exemplo, na crônica *Uma nova literatura depois de 25 de Abril*, não se percebe uma oscilação temática porque o narrador discute a literatura portuguesa antes e depois do golpe de 25 de Abril. Ressalta o surgimento de novos autores pós 25 de Abril e também sugere que a censura até mesmo estimulava a capacidade criativa dos escritores portugueses. Eles buscavam métodos diferentes para escaparem dos censores, refugiando-se no uso de metáforas e na linguagem hermética e originando uma ruptura com a literatura anterior pela nova linguagem literária.

As crônicas analisadas neste trabalho foram publicadas após 25 de Abril, por isso não passaram pela censura salazarista, como aconteceu, por exemplo, com os romances de Augusto Abelaira. Como ficcionista e jornalista, ele recorria a artifícios para contornar a censura em seus textos literários, buscava uma linguagem alegórica e irônica, rompendo ele também com a estrutura tradicional da linguagem literária e jornalística.

Há crônica em que o discurso irônico do narrador é mais brando. É o que acontece em *Sublinhados*. O contrário, a ironia acertada chegando ao sarcasmo, também é encontrada, por exemplo, na crônica *Leitura de férias*, em que critica o desconhecimento literário de Cavaco Silva, quando foi primeiro ministro e respondeu à questão sobre o que pretendia ler nas férias.

A questão da leitura dos clássicos Abelaira retoma quando, em suas crônicas, afirma que clássico é o livro que deixa sua semente no leitor. Aproxima-se, assim, de Ítalo Calvino, quando ele afirma que clássico é o livro que “nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”.¹²⁵ A posição sobre o que é clássico para Augusto Abelaira vale tanto para os livros antigos quanto para os modernos, pois, quando ele se refere ao **Ulisses**, de Homero, não esquece o que essa figura de ficção passou a significar na literatura, levando James Joyce a criar o seu **Ulisses**. Assim, a partir da cronística abelairiana, pode-se montar uma pequena biblioteca clássica, considerando os autores e os livros citados e comentados. Fecha-se, de certo modo, a relação entre literatura e jornalismo: a função do jornal é informar o leitor e, se possível, formar um leitor. Abelaira, em suas crônicas, quando fala sobre leitura e literatura, informa e forma, permitindo que seu leitor possa construir uma biblioteca para si.

A intimidade revelada entre o jornalismo e a literatura nas crônicas de Augusto Abelaira é observada levando-se em conta a posição de Juarez Bahia¹²⁶. Esse jornalista afirma que a notícia é, acima de tudo, jornalismo, mas que a literatura também recorre às notícias. Se o jornalista, entretanto, racionaliza o tempo, o espaço e a informação, o romancista não precisa fazê-lo, pois sua linguagem conotativa permite que ele trate do mesmo assunto de forma “mascarada” ou se quiserem, alegórica.

¹²⁵ Idem nota n.28, p.11.

¹²⁶ Idem nota n.63, p.83.

Três grandes áreas temáticas são analisadas ou comentadas por Augusto Abelaira em suas crônicas, e todas as três, salvo melhor juízo, encontram-se num mesmo patamar: literatura, leitura e política. Por esse motivo, não se pode esquecer, relativamente às crônicas, cujo tema é literatura ou leitura da relação que mantêm com a política. Há um constante imbricamento entre esses temas, talvez porque Augusto Abelaira tivesse exercido por muito tempo a crônica política e também fosse um homem com convicções políticas e ideológicas bem definidas, como se viu anteriormente.

O cronista deixa explícito que seria ingenuidade pensar que nas transformações do discurso dos portugueses, não se encontre influência dos meios de comunicação. Esses fazem com que o homem português médio acredite que a ele cabe separar os males do país, deixando de lado incoerências e contradições.

Abelaira demonstra que é importante a reflexão sobre a cultura, e que todos os departamentos culturais, não só a leitura e a literatura, ou a leitura e a política, devem gerar na realidade imagens que reorientem o discurso e o processo social internacional.

REFERÊNCIAS

ABELAIRA, Augusto. **A cidade das flores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

____. **As boas intenções**. Amadora: Bertrand, 1978.

____. **Os desertores**. Amadora: Bertrand, 1978.

____. **Sem tecto, sem ruínas**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

____. **O triunfo da morte**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

____. **O único animal que?** Lisboa: O Jornal, 1986.

____. **Deste modo ou daquele**: Lisboa: O Jornal, 1990.

____. **Outrora agora**. Lisboa: Presença, 1994.

____. **Enseada amena**. Lisboa: Presença, 1997.

____. **Bolor**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

____. **Nem só mas também**. Lisboa: Presença, 2004.

AGUIAR, Vera Teixeira de. Conceito de leitura. In: CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias; PEREIRA, Rony Farto; ZANCHETTA JR., Juvenal (org.). **Pedagogia cidadã: Cadernos de formação – língua portuguesa**. São Paulo: UNESP, 2004. v.1.p.61-75.

AMARAL, Luiz. Estilo literário e estilo jornalístico. In: _____. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. p.55-57.

AQUINO, Tacilda. Resistência poética, **O popular**, Goiânia, p.13, 24/4/2005.

ARÊAS, Vilma Sant'Anna. **A cicatriz e o verbo**: análise da obra romanesca de Augusto Abelaira. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1972.

BAHIA, Juarez. O estilo do jornalismo. In: _____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.p.82-96.

_____. O jornalismo como gênero literário. In: _____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.p.27-31.

BALZAC, Honoré. **O primo pons**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BIBLIOMANIAS. **Augusto Abelaira**. Retirado da Internet: http://bibliomanias.no.sapo.pt/in_memoriamAA.htm (25/01/2005)

BLIKSTEIN, Izidoro. Ganchos para agarrar o leitor. In: _____. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Ática, 1985. p.60-88.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.9-16.

CANDIDO, Antonio A vida ao rés-do chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. **Para gostar de ler: crônicas**. v.5. São Paulo: Ática, 1979. p.5.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. As práticas da escrita. In: ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Dir.) **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.113-161.

CONTROLJORNAL. **Jornal Expresso**. Retirado da Internet: <http://primeirasedicoes.expresso.clix.pt/controljornal/curriculum-pt.html> (6/7/2005)

COUTINHO, Afrânio. **Antologia brasileira de literatura**. Rio de Janeiro: Livros Escolares, 1967. v.3.p.95-98.

DINES, Alberto. O leitor, princípio e fim. In: _____. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus, 1986.p.54-59.

DIOCESE DO FUNCHAL. **Bispo Funchal**. Retirado da internet: http://www.diocesedofunchal.org/anuario_diocesano.htm (23/4/2005)

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p.159-162.

EDITORA PRESENÇA. **Augusto Abelaira**. Retirado da Internet: http://www.editpresenca.pt/autores_resultado_detalhe.asp?letra=A&autor=294 (25/01/2005)

EDITORA ABRIL. **Husserl**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os pensadores).

EDITORA ABRIL. **Kant (I)**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os pensadores).

EDITORA TEXTO. Álvaro Barreirinhas Cunhal. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.55-56.

_____. Aníbal António Cavaco Silva. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.155-156.

_____. António Almeida Santos. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.149.

____. Francisco José Pereira Pinto Balsemão. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.16.

____. João Bosco Soares Mota Amaral. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.10.

____. Jorge Fernando Branco de Sampaio. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.146-147.

____. Mário Alberto Nobre Lopes Soares. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.159-160.

____. Natália de Oliveira Correia. In: _____. **O século XX português: personalidades que marcaram uma época**. Lisboa: Texto, 2000. p.48-49.

EL MUNDO. **Joaquim Ferreira do Amaral**. Retirado da Internet: <http://www.el-mundo.es/especiales/2001/01/internacional/portugal/ferreira.html> (6/7/2005)

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. **Jonathan Swift**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1980. p.10694.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. **São Tomás de Aquino**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1980. p.10939-10940.

ERBOLATO, Mário L. A linguagem jornalística. In: _____. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. São Paulo: Ática, 1991. p.90-123.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2001.

FORNOS, José Luís Giovanoni. **Paródia e ironia em O único animal que?** Porto Alegre: PUCRS, 1999. 220p. Dissertação de Mestrado, FALE, PUCRS, 1999.

FRAISSE, Emmanuel. L'anthologie littéraire, éléments de definition. In: _____. **Les anthologies en France**. Paris: PUF, 1997. p.71-79.

GRUPO PARLAMENTAR PSD. **José Mendes Bota**. Retirado da internet: <http://83.240.139.20/gppsd/default.asp?s=11585&i=2041> (7/7/2005)

GUARACIABA, Andréa. Crônica. In: MELO, José Marques de. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: Dep. de Jornalismo e Editoração / USP, 1987.p.82-90.

GUIA TURÍSTICO DE LISBOA. **Ponte 25 de Abril**. Retirado da Internet: <http://www.strawberryworld-lisbon.com/lisboa/places/ponte-abril.html> (8/7/2005)

INSTITUTO CAMÕES. **O Jornal**. Retirado da Internet: <http://www.instituto-camoes.pt/escritores/pessoa/ojornal.htm> (14/5/2005)

____. **Seara Nova**. Retirado da Internet: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/searanova.htm> (14/5/2005)

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Breve retrospectiva histórica**. Retirado na Internet: <http://www.ics.pt/area.php?area=34> (14/5/2005)

JORNADAS FERNAND BRAUDEL. **Uma lição de história de Fernand Braudel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p.191.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1986.

LUCE, J.V. **Curso de filosofia grega do século VI a.c. ao século III d.c.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.81-95.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luis. La crônica, género periodístico híbrido. In: _____. **Redacción periodística: los estilos y los géneros em la prensa escrita**. Barcelona: ATE, 1974. p.123-138.

MARTINS, Ana Cristina, VIEGAS, Patrícia, CARTÓ, Sofia. **José Alexandre Gusmão**. Retirado da Internet: http://www.portimor.pt/xanana/corpo_index.html (11/5/2005)

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Viagem à literatura portuguesa contemporânea**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983. p.294-332.

_____. Jornalista, um leitor cultural. In: _____. **Povo e personagem**. Canoas: ULBRA, 1996. p.27-34.

_____. Literatura e jornalismo. In: _____. **Povo e personagem**. Canoas: ULBRA, 1996. p.211-217.

_____. Seqüência informativa e ritmo narrativo. In: _____. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.p.100-107.

MOISÉIS, Massaud. **A criação literária**. Prosa. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1999. v.2. p.203-227.

PROJECTO VERSIAL. **Augusto Abelaira**. Retirado da Internet: <http://web.ipn.pt/literatura/abelaira.htm> (25/01/2005)

QUIMERA EDITORES. **Lisboa desaparecida**. Retirado da internet: http://www.quimera-editores.com/catalogo/olisipografia/lisboa_desaparecida.html (7/7/2005)

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL. **Alfredo Barroso**. Retirado da Internet: <http://www.rtp.pt/index.php?article=158833&visual=16> (11/5/2005).

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. José Cardoso Pires e Augusto Abelaira: a eqüisciência do narrador. In: _____. **O romance português contemporâneo**. Santa Maria: UFSM, 1986. p.177-203.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 2002.

SARAIVA, António José, LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto, 2001. p.1093.

SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura?** São Paulo: Ática: 1989. p.55-124.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. Namoros com a literatura. In: _____. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.p.75-94.

THEODOR, Erwin. **A literatura alemã**. São Paulo: USP, 1980.p.133-143.

UNIVERSAL. **Jornal de Letras, Artes e Idéias**. Retirado da Internet: http://www.universal.pt/scripts/hlp/hlp.exe/artigo?cod=7_24 (18/1/2006)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Carlos Mota Pinto**. Retirado da Internet: http://www.uc.pt/cd25a/aedp_po/politicos/mopinto.html (21/04/2005)

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. **Seara Nova**. Retirado da Internet: http://www.citi.pt/cultura/temas/seara_nova.html (14/5/2005)

VENÂNCIO, Fernando. **Crônica jornalística**: século XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

VIDA MUNDIAL. Retirado da Internet: <http://www.aind.pt/rev-fevereiro/vida-mundial.htm> (14/5/2005)

YOURCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1:
AS CRÔNICAS RESGATADAS

SUMÁRIO

O papel branco, afinal um tudo nada pardacento	105
Conversando sobre o tempo e sobre Mozart	107
A propósito de Eduardo Salgueiro	109
Mil novecentos e oitenta e quatro	111
Que exigimos nós romancistas	113
Três prêmios	115
Uma nova literatura depois de 25 de Abril	117
A propósito do Simpósio de Escritores Ibéricos	119
A Crónica Geral de Espanha de 1344	121
O grande desperdício	123
Literatura	124
A fragata de Azoff	125
A guerra romântica	127
O complexo de Sansão	128
Tarkovsky	129
Ascensão e queda do jeans	131
O Ministro das Finanças restaura as danças de morte medievais?	132
Os desafios do diabo	134
Fábula sem a devida moralidade	135
Dois famílias culturais	136
Oftalmologia	138
Na morte de José Gomes	139
Reflexos (de Mozart) num olho oxidado	140
Direitos do autor	141
Felicidade	142
Ao volante do Chevrolet	143
O valor dos argumentos políticos	145
Sublinhados	146
À espera de Sagan	147
A vingança dos macacos	148
Liberalizar a corrupção	149
Um povo suicidas?	150
Um quinhentista português na pista de Arthur Evans	152
O desaparecimento do ministério da Cultura	154
Labirintos	155
Se estivesse por inventar seria eu a inventá-lo	157
A cada um seu preconceito	158
Agostinho da Silva (professor?): um irmão mais velho	160
Um homem de fé	162
Qualquer coisa se passa na URSS	164
Os olhos negros de Maria Eduarda serão verdes, cor de limão?	165
O ofício de viver ou as falsas expectativas	167
Os primos Karamazov	169
Retorno	171
A propósito do diário de Samuel Pepys	173
Um grande romancista ignorado ou a mesa de pé-de-galo	175
Segredos de leitura	177
De novo Samuel Pepys	179
Dois frases	181
Sociedade metafórica	183
A querela do salazarismo	185

Simultaneidade	187
Adjectivos.....	189
Os desígnios da Madre-Natureza	191
Os europeus	193
Dos ficheiros aos insecticidas	195
Manuel da Fonseca: Um grande escritor sem mais	197
António José Saraiva: O grande encantador	199
À sombra de Montaigne	201
Nascido em Portugal, Espinosa	203
A fuga para a frente	205
Na época da eficácia	207
O romance inesperado	209
Não saber	211
Heroísmo	213
Modesta proposta para uma história da literatura	215
A pequena (aliás, grande) diferença	217
Que livros ler?	219
Dos deveres do crítico	221
Regresso à História	223
Somente os tolos têm opiniões	225
Quarenta anos depois	227
Ser intelectual na Argélia	229
Nomes	231
Sem moralidade	233
Qual Fernando Pessoa?	235
Os argumentos que nos faltam nos momentos mais decisivos	237
Chuva de estrelas	239
Por onde começar?	241
Leitura de férias	243
A morte de Aquiles	245
Michelet e o tempo	247
Traduções	249
O leitor pasmado	251
Prémio Nobel	253
Das dificuldades da ironia	255
Mário Dionísio: fogo generoso	257
Na morte de Fellini	258
No princípio é o verbo	260
Stendhal quis ser Papa?	261
Discípulo das luzes mas nem sempre?	263
Títulos, acções, obrigações	265
Aldeia de macacos	267
A solidão de Mao	269
Baleias e homens	271
Ler jornais	273
Homens prevenidos e belas acordadas	275
Das estrelas às palavras	277
Subsídios para uma nova abordagem da poesia de Camões	279
Memórias duma testemunha abonatória	281
O espectro	283
Os filhos da velha Faculdade de Letras de Lisboa	285
Como se sabe	287
Estratégia contra a desilusão	289

A questão dos nomes	291
Ler, reler?	293
O escritor e o público	295
Mandela, Donald Trump	297
Encontro com Octávio Paz	299
Espírito competitivo	301
O exame do Latim	302
Viver no século XX	304
O prémio Nobel	306
Optimismo	308
Ser ou não ser clássico	310
Camões e Kepler, mas também a censura	312
O mundo é pequeno?	314
O País e o público	316
De que falava Platão quando falava de coisa nenhuma	318
O profeta	320
Duas leituras	322
Recordações de Humberto Delgado	324
O milagre de faz côa	326
Arte pela arte?	328
O outro calcanhar de Aquiles	330
A surpresa	332
Fernando Mendes Pinto: as duas Peregrinações	334
Deus ou ficção	336
Khadji Murat	338
Horatio meu digno amigo	339
Problema em vez de conclusão	341
Como continuar	343
A caça à lebre	344
Liberdade, liberdade	345
Quando?	347
Rolhas	349
As portas da verdade	351
O acaso ou a necessidade	353
O regresso de Thales Mileto	355
A culpa	357
Totoloto	359
Saudades do Brasil	361
O escritor contra o orador	363
A escolha	364
Cinquenta anos disto	366
Pudor	368
O último sortilégio	370
Os escritores gostam de baralhar o jogo	372

ABELAIRA, Augusto. O papel branco, afinal um tudo nada pardacento. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 1, 03/03/1981.

Ao pé da letra? Ao pé das letras? Pego na caneta, olho para o papel branco, afinal um tudo-nada pardacento... O objectivo mais ou menos vago é falar de literatura. Mas, depois de três anos de uma actividade jornalística semanal em que o prato de resistência foi quase sempre a política, os músculos da minha mão perderam o hábito da literatura. E, no entanto, nesse Fevereiro de 1978 que já vai distante, a minha intenção era não a política, talvez também não rigorosamente a literatura, mas um pouco de tudo: num jornal atento fundamentalmente à actualidade eu falaria de passarinhos, de flores, da Lua, de Fellini, de Wagner, de Cesário Verde. E um pouco, porque não?, de sociologia caseira. Por exemplo: a possível influência do cinema mais ou menos pornográfico na cama dos casais portugueses. Etc.

Mas há um certo mimetismo na escrita, como resistir ao ambiente? Em Roma é difícil ser florentino. *O Jornal*, onde eu escrevia, era essencialmente político, Lisboa também, o PS metia o socialismo na gaveta. Mota Pinto punha-o no caixote do lixo.

Como resistir? E lá embarquei eu nas guerras dos partidos e perdi ou ganhei o meu tempo a fazer a análise estilística dos discursos dos nossos estadistas. Até porque para falar de política basta ler os títulos dos jornais, mas para falar de passarinhos, de flores, da Lua, é preciso ter olhos na cara, tarefa bem mais difícil.

E outra coisa talvez: para um escritor de tradição francesa, intervir na política impõe-se inevitavelmente. O velho mito de que os intelectuais têm uma missão social a cumprir, são os modernos sacerdotes, o velho mito de que exercem influência, o velho mito de que a sociedade está à espera do que eles dizem. Ingenuidade. O escritor vai atrás das palavras sonantes, sacrifica o rigor a um bom dito de espírito, esquece as ideias, não se pode confiar nele.

E então, insensivelmente, um pouco sem querer, lancei ao papel as minhas conversas políticas de café. Por outras palavras: cheguei à conclusão de que as conversas de café poderiam ser investidas no papel de uma forma mais rendosa, a tantos escudos por página. O comércio, em suma. A civilização capitalista. A POLÍTICA.

Somente: escrever sobre política cria hábitos nos músculos da mão, hábitos tão difíceis de combater que custosamente poderei libertar-me deles, como se demonstra pelo retrato presente.

E não sei. Os nomes que da minha caneta desejam sair não são os de Tolstoi ou de Mozart, mas Balsemão, Soares e Cunhal – respeito as hierarquias, como se vê. E então: como bloquear esses hábitos? Como ensinar de novo aos músculos da mão, à própria nem só de Balsemão, de Soares ou de Cunhal vive o homem, mas também de Tolstoi e de Mozart? Também da passarinhos?

De modo que, deixem-me ensaiar: “Tolstoi, o autor de *Guerra e Paz*, nascido em mil oitocentos e tal...” Ou: “Mozart, que nasceu em Salzburg e compôs a *Música Maçónica e a Flauta Mágica...*”

Não é fácil, distraio-me e contínuo: “... se tivessem vivido o suficiente para votar nas últimas eleições...” O cronista político que continua em mim prossegue: teriam votado em...” Hesito, lembro-me do bispo do Funchal que nos proibiu (sem grande êxito, aliás) de votar em candidatos apoiados por maçónicos. Sim, em quem votaria Mozart, que era maçónico? Preciso de o saber para não votar como ele. Quanto ao Tolstoi, nunca esquecerei a infeliz experiência maçónica de Pedro, é pois possível que ele seguisse o conselho do bispo do Funchal.

Mas também me lembro do seu enternecimento pelo Platão Karateiev, custa-me a crer que seguisse o conselho do citado bispo.

Bem, começo a educar os músculos da mão, começo a extrair da caneta certos nomes já quase esquecidos. Recomeço, pois, sem quaisquer interferências políticas: “Dostoievski, cujo centenário este ano se comemora...” Mas poder-se-á falar de Dostoievski sem falar de política.

Olho apreensivo para o papel branco, afinal um tudo-nada pardacento da minha próxima crónica.

ABELAIRA, Augusto. Conversando sobre o tempo e sobre Mozart. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 70, p.41, 25/10/1983.

Que o tempo não flui sempre com a mesma velocidade é coisa sabida — ainda que eu tenha começado por falsificar o problema, ao pressupor um tempo absoluto e exterior que seria sentido de maneiras diferentes, como se fosse uma árvore ou um comboio. Mas adiante, Thomas Mann, na **Montanha Mágica**, ilustra aquela ideia, quando distribui o tempo desigualmente pelas páginas do romance: gasta a primeira metade com quatro dias e o resto com quatro anos. Porquê? Porque para Hans Castorp, o herói da história, os quatro dias e os quatro anos foram praticamente iguais. Isto, mais coisa menos coisa, falo de memória, não tenho o livro aqui à mão.

E Evans-Pritchard quando conversou com os nuer (do Sudão) encontrou algumas dificuldades: enquanto ele, de calendário em punho, atribuía à Primavera uma duração e um começo fixos, os nuer consideravam-na dependente do começo das cheias do Nilo — para os nuer o ano não tem necessariamente 365 dias, há anos maiores e anos mais pequenos, é o Nilo que comanda o tempo, não o Sol, e o Nilo tem caprichos de mulher, embora seja masculino.

Mas se para os nuer o ano é elástico, para as formigas os próprios dias são elásticos: a velocidade com que marcham varia rigorosamente com a temperatura do ambiente (cada subida de dez graus determina o dobro da velocidade) — e isto significa que só nos dias de grande calor merecem a fama da fábula. Nos dias frios, carregam para o formigueiro pouquíssima coisa e as formigas que ficaram em casa e não viram o Sol, que, ainda por cima, estão sujeitas a outra temperatura e medem os dias pelo trabalho realizado, ao compararem o seu próprio trabalho com o das andarilhas lá de fora, concluem que viveram tempos diferentes.

Como interpretarão estas contraditórias experiências? De certo, perguntam como Santo Agostinho: “Que é o tempo?”

Num brilhante ensaio (“As Formigas Filosóficas”), Julian Huxley relata-nos alguns diálogos entre elas — elas que têm os seus Kant, os seus Bergson, os seus Einstein.

Mas há uma coisa que as formigas filósofas descritas por Huxley ignoram, até porque se desinteressaram de estudar os outros animais, convencidas de que são o centro do mundo. É que todos os mamíferos estão condenados, não à sartreana liberdade (o homem-Sartre também se supunha o centro do mundo), mas a respirar duzentos milhões de vezes e a ter um coração que dá oitocentos milhões de pancadas. Infalivelmente, a não ser que algum acidente surja, subtraindo a conta: o gato que come o rato, o pescador que arpoa a baleia. Mas se normalmente o coração do rato pulsa tantas vezes quantas o da baleia, o ritmo é diferente: os corações de ambos não batem amorosamente a compasso, o do rato é mais veloz, o ritmo depende da dimensão do corpo.

A conclusão do famoso paleontologista Stephen Jay Gouldo, num livro de leitura absorvente (**O Polegar da Panda**) é o seguinte: vivendo embora (em relação aos movimentos do Sol) tempos diferentes, todos os mamíferos vivem tempos iguais, marcados pelo relógio dos seus corações. Digamos: embora morrendo em momentos diferentes, o rato e a baleia duram o mesmo tempo. E que espécie de diálogo poderia haver entre eles, sobretudo quando o rato já morreu?

Ricardo Reis avisara-nos: para as rosas dos jardins de Adónis, a luz é eterna, porque nascem nascido já o Sol, e acabam antes que Apolo deixe o seu curso visível.

Ignorando as rosas, o paleontologista de Harvard recorre ao canto das baleias. Nota ele que esse canto dura meia hora (das nossas) e pode repetir-se numerosas vezes sem a mais pequena variação— de tal modo que não há paciência que lhe resista. Paciência humana, já se vê — as baleias deliciam-se com essa “meia hora” tanto como nós nos deliciamos com a meia hora da Sinfonia Júpiter, meia hora esta extremamente variada, cheia de surpresas, riquíssima de invenção e que pode ser ouvida milhares de vezes sempre como mesmo encanto.

Mas como é possível que as baleias não morram de tédio com uma meia hora que não tem a variedade de Mozart? Resposta fácil: a escala temporal das baleias é outra, a nossa meia hora equivale para elas a um minuto. Para a baleia, tal canto não dura mais do que cada uma das curtíssimas cinco peças para orquestra opus 10 de Webern. Obviamente para o rato, Webern é um maçador: cada uma das suas cinco peças prolonga-se por meia hora (meia hora do rato). Em resumo, a baleia mal começou a cantar e já acabou. Para o rato, ouvi-la é quase a eternidade — e provavelmente por isso os ratos fogem das águas do oceano, salvo quando os barcos começam a afundar-se. Diz-se que são os primeiros.

Enfim, uma coisa que teria contribuído para esclarecer (mas não resolver) as dúvidas das formigas filósofas quando discutiram a não coincidência dos seus respectivos tempos. Mas sempre a olhar para o umbigo, ha outra coisa ainda que elas ignoram, muito embora tenham descoberto que na temperatura esta a chave do tempo. Ainda que soubessem que o coração de todos os mamíferos foi programado para bater sempre o mesmo número de vezes, desconheciam que isto não é bem verdade: um deles ousou fugir à norma e triplicar o número de pulsações. Mudou de coração, inventou um novo coração. A mania da originalidade já se vê, o desejo de se distinguir. E de viver três vezes mais do que normalmente viveria um outro mamífero com tamanho igual ao seu.

Qual é o mamífero, qual é ele? Bem andaram os especialistas à procura da grande diferença entre o homem e a restante bicharada no volume do cérebro, nas mãos agilíssimas, na preocupação política, na proibição do incesto, na descoberta da imortalidade ou dos deuses ou da morte. A ruptura estava afinal no coração. Que é como quem diz: no tempo, um tempo diferente, um tempo propositadamente inventado há oito milhões de anos para...

Um tempo dimensionado para que a Sinfonia Júpiter coubesse nele. Na justa medida. Dimensionado também para que nele coubessem as curtas peças de Webern. Mas que diriam os nuer se isto lessem? Mozart e Webern caberão no tempo do caprichoso Nilo? Receio que a minha teoria vá por água abaixo, Pelo Nilo abaixo.

ABELAIRA, Augusto. A propósito de Eduardo Salgueiro. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 72, p.10, 22/11/1983.

Quase ninguém lê o que deseja, mas somente aquilo que o mercado lhe oferece. Assim, a minha cultura depende dos livros à vendas nas livrarias portuguesas. Com algumas raras excepções, não fui eu que escolhi a minha cultura literária. E de entre os livros que as livrarias me ofereciam, como ignorar que as colecções de bolso, mais baratas portanto, decidiram em grande parte as minhas leituras, que teriam sido outras, se... ?

Que obras constituem a minha biblioteca? Um observador de Sírius, sem me conhecer, sem nunca ter falado comigo, poderia com pouco risco de erro, estabelecer o conteúdo dessa biblioteca.

Como vir a Lisboa talvez não lhe fosse fácil, bastava-lhe consultar os catálogos das colecções de bolso, dispensando-se de folhear o catálogo das colecções caras. A margem de erro para adivinhar a minha cultura seria mínima. Seguramente concluiria, e bem, que eu li mais livros de Nietzsche do que de Max Scheller. Não por decisão minha, mas por escolha dos editores: há mais livros de Nietzsche do que Max Scheller nas colecções baratas — que, aliás, até são caras.

E como isto não acontece apenas comigo, sucede que, apesar dos milhares de livros publicados em numerosas colecções (algumas bastantes caras), a nossa liberdade de escolha é mínima — e a cultura de quase todos nos é a mesma, seleccionada pelo crivo das edições baratas, por gostos alheios.

Um exemplo: passei a minha juventude a desejar ler o **Mediterrâneo** de Braudel, mas, dado o preço, limitei a minha cultura braudeliana aos ensaios publicados por uma colecção de bolso. E quando soube que ia ser traduzido em Português, o coração deu-me um pulo. Mas ao ver o preço, desisti outra vez. Assim, não obedecendo muitas vezes às nossas mais profundas curiosidades, todos nós somos um pouco menos do que poderíamos ser. Até porque, nos tempos que correm, toma-se arriscado comprar um livro à aventura — e, no entanto, quando os livros eram mais acessíveis e aceitávamos comprá-los à aventura, quantas vezes foram esses livros que inesperadamente provocaram em nós os grandes abalos de consciência?

Acontece, no entanto, que o livro de Braudel não é uma aventura em termos absolutos, todos os entendidos reconhecem nele uma das obras-primas da historiografia contemporânea. Simplesmente: será ele o livro de que preciso neste momento? O problema está aí: talvez com o mesmo dinheiro, e comprando quatro ou cinco outras obras importantes, eu lucre mais. Um jogo de probabilidades.

Falei de livros. Quando amanhã a cultura se alimentar principalmente dos novos recursos oferecidos pela telemática, administrada fundamentalmente pela IBM, (é esta, pelo menos, a opinião de Alain Minc), a nossa cultura será o que IBM desejar — à IBM está destinado o papel que no passado tiveram as universidades de Bolonha, de Oxford, de Paris, de Columbia. Uma cultura fundamentalmente americana ou, pelo menos, organizada segundo critérios americanos. Preocupar-se-a a IBM com Camilo Castelo Branco ou Bernardim Ribeiro? Com Karl Marx? Espero que os meus netos, e quando eu já estiver nas etéreas regiões, me forneçam, via satélite, o catálogo da IBM para responder a esta questão.

Adiante, tudo isto foi um nariz-de-cera destinado a introduzir o seguinte (e é aqui que começa a crónica, como o próprio título indica): grande parte da minha cultura, a cultura que alimentou a minha juventude e se projectou no homem que hoje sou e escreve estas linhas, devo-a ao gosto (ao bom gosto) de Eduardo Salgueiro e à Editorial Inquérito. Isto, por um lado. Pelo outro, devo-a ao gosto de Agostinho da Silva e às suas colecções *Iniciação e Antologia*.

De certo modo, os dois homens a quem a minha cultura mais deve, os homens que me abriram as portas dos grandes mestres da literatura universal: um Tolstoi, um Dostoievski, um Voltaire, um Stendhal, um S. Francisco, muitos mais. Terei naturalmente de juntar aos dois o meu pai (Anatole, Schaw, Huxley, Proust, Sérgio), mas, enfim, o meu pai só fazia a sua obrigação. E quanto a Agostinho da Silva, devo acrescentar outra coisa:

sendo ele também um pedagogo, transmitia uma certa maneira de pensar, uma certa visão do mundo que ainda hoje faz parte de mim.

Não tivessem esses dois homens existido ou fosse outro o gosto deles, outras teriam sido as minhas leituras iniciais, outra teria sido a minha formação. Com outras leituras ter-me-ia deixado seduzir por Salazar? Fica a questão insolúvel. Com a esperança, em todo o caso, de que assim não tivesse acontecido.

Seja como for, e isto são factos, comecei por ler o que por mim escolheram Eduardo Salgueiro e Agostinho da Silva. Mais tarde, já sem eles, mas com um certo gosto influenciado por eles, escolhi de entre os livros que as livrarias tinham à venda, os livros mais baratos.

Não escolhi, portanto. Fui escolhido.

ABELAIRA, Augusto. Mil novecentos e oitenta e quatro. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 80, p.8, 17/01/1984.

Todos os descobrimentos que Francis Bacon promete são instrumentais (...) O que os homens querem aprender da Natureza é a forma de utilizá-la para conseguirem dela e dos homens o domínio integral. “A afirmação de Adorno/ Horkheimer parece-me sugestiva, embora possa conter algum exagero. E, mais ao que na famosa máxima do velho chanceler britânico (“conhecer é poder”), ela encontra a sua dramática justificação numa outra frase do mesmo autor: é preciso torturar a Natureza para lhe extrair os segredos (cito de cor e, mesmo assim, em segunda mão).

Deste modo, ao arauto da nova mentalidade que iria presidir aos destinos da civilização, a grande imagem que lhe ocorreu foi a da **tortura**.

Não temos de nos espantar: a experiência de Francis Bacon ensinara-lhe que a tortura, aplicada aos homens, era um bom método de obrigá-los a falar, de obter deles os segredos, de alcançar as verdades mais invioláveis. E o antropomorfismo que ainda dominava o filósofo (acusado ironicamente por Newton de falar como um autêntico chanceler) sugeria-lhe, sem a mínima repulsa, a sinistra imagem, comparando a Natureza a um simples prisioneiro desprovido de direitos.

Não se diga que é “apenas” uma imagem. Não há imagens “apenas”, elas traduzem sempre atitudes profundas. E esta prova bem que Francis Bacon, na encruzilhada do futuro, virou as costas, quatro séculos depois, a uma posição bem diferente, a do santo de Assis ao conceber a Natureza não do ponto de vista do algoz, mas do ponto de vista de um irmão: irmão sol, irmão fogo, irmã água, irmão lobo... E nem se diga que esta fraternidade não conduziu também à ciência numa base de diálogo em vez de tortura. O outro Bacon, Roger, e os occamistas de Paris eram franciscanos, haviam-se interessado pela ciência precisamente por amarem a Natureza.

Ao conceber-nos, mesmo que em termos de pura imaginação, como tortura-dores da Natureza, Bacon não foi somente um revolucionário, foi também um profeta. Da ciência considerada como método de torturar a Natureza até à ciência considerada como método de torturar o próprio homem que distância vai?

Mas já Hesíodo afirmara, talvez prematuramente: “E Zeus criou a terceira idade dos homens. Eles só pensam nos trabalhos de Ares e em obras desmedidas. Os seus corações são de aço: metem medo”.

Há naturalmente uma outra maneira de encarar a ciência e, de um modo geral, todo o saber. Einstein é bem um exemplo dessa outra maneira — e quase todos os grandes cientistas, afinal. De facto, Bacon não profetizou a nova mentalidade dos cientistas, profetizou a mentalidade dos usufrutuários da ciência. A nossa, direi bem?

*P.S. Citei a frase de Bacon (o sentido da frase e a palavra tortura) recorrendo à memória, memória do comentário em inglês de não sei já que autor. Em todo o caso, perdi algumas horas a folhear a **Instauratio Magna** e o **Novum Organum**, em busca dela. Não a encontrei, mas a minha edição é espanhola (e o original de Bacon é em latim). Que o meu esquecido autor britânico falava em tortura não tenho dúvidas, a palavra impressionou-me tanto que nunca mais a esqueci. Ocorre-me porém que a tradução espanhola, agora consultada, tenha amaciado a expressão (ou foi a tradução inglesa que a agravou?). No aforismo XVIII diz-se (e cito em castelhano): “Para penetrar en los secretos y en las entrañas de la naturaleza, es preciso que (...) sean **arrancados** de la realidade...” Será esta a frase, doirada por um tradutor tímido ou surpreendido? Encontro estroutra: “Os secretos de la naturaleza se manifiestan mejor bajo el hierroy el fuego de las artes”, mas hesito na interpretação. Na minha busca apressada, a frase ter-me-á escapado?*

*Enfim, admito que a tradução inglesa é rigorosa — embora admita também que o autor da **Nova Atlântida** (país onde reina a felicidade e a moral, graças à técnica, com os seus aviões, os seus cinemas, os seus submarinos, as suas plantas e os seus animais artificiais, etc.) não mediu em toda a sua extensão tudo quanto a lamentável imagem da*

tortura anunciava. A outra **Nova Atlântida** só seria escrita em 1946 com um espírito menos otimista.

A **outra** ou a continuação da mesma, o epílogo da mesma, já que Bacon deixou perturbadoramente incompleta a **Nova Atlântida**, desejoso talvez de que as suas ideias passassem pela prova da experiência?

ABELAIRA, Augusto. Que exigimos nós dos romancistas? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 92, p.7, 10/04/1984.

Eduardo Prado Coelho deu-nos conta na semana passada de alguns murmúrios provocados pelo último romance de Vergílio Ferreira. Assim, “muitos consideram que **Para Sempre** é um dos seus grandes romances, e, talvez, o melhor romance da sua produção mais recente”. Mas depois: “**Para Sempre** caracteriza-se precisamente pelo facto de não trazer nada de novo em relação aos livros anteriores do autor”. Como se isto fosse um pecado, ou com a intenção de defender a obra de uma crítica que lhe parece desprovida de valor, observa: “Mas há também que reconhecer que este livro diz o já dito numa construção romanesca em que tudo se encontra agora no lugar certo”. E também: “... podemos dizer que a força de **Para Sempre** vem de repetir com a evidência da primeira vez”. A absolvição?

Tais comentários têm interesse porque me parecem característicos desta última metade do século. Tanto quanto imagino, não estou a ver que ninguém, em oitocentos, tenha reagido ao **Père Goriot**, tecendo considerações daquela ordem: “Sim senhor, o **Père Goriot** é um bom romance, mas nada acrescenta à anterior obra de Balzac”. Quando muito, o tempo, que não conhece comentários, em vez de condenar o **Père Goriot**, esqueceu os livros anteriores aos quais o **Père Goriot** — com a evidência da primeira vez — nada acrescentava. Mas nem isso.

E ainda nos anos vinte ninguém terá dito a Proust, sempre que um novo volume aparecia: “Quando é que o meu amigo deixa de repetir sempre a mesma coisa? Já percebemos essa conversa da memória afectiva, agora deixe-nos em paz com a Madalena, os sinos, o colchão da cama. as lajes da Praça de São Marcos. Acabe lá com isso e diga-nos coisas novas, não nos basta que escreva livros bons”. Ou acerca de Conrad: “Bolas! Mais histórias marítimas? Já estou enjoado!” E de Henry James: “Outra vez mais americanos a sofrer com o embate da Europa? Não é capaz de mudar de disco?” Etc.

Ai está: quer-me parecer que dantes se exigiam bons romances, hoje exigem-se romances diferentes. Aceitava-se que um romancista, mesmo um romancista maior (um Dostoiévsky) tivesse o seu universo particular, naturalmente repetitivo, e ninguém lhe pedia que pudasse de universo ou que se servisse de mascaras para disfarçar-lo.

Mas numa época como a nossa, leitora de jornais, a coisa alterou-se. Lê-se um romance como se lê o jornal, e espera-se que ele seja diferente todos os dias. Os homens transformaram-se em comedores de informações, exigem diariamente uma notícia sensacional, entristecem quando não lêem notícias de uma catástrofe bem diferente da catástrofe da véspera.

E como ler o jornal ou ler um romance tudo é leitura, transpuseram impientemente os seus hábitos de leitores de jornais, de consumidores de informação, para as belas letras. Para os romancistas (ou os poetas). Que importa que Vergílio Ferreira tenha escrito — consoante reconhecem — um bom livro? Que importa até que nesse livro a construção romanesca seja mais apurada do que nas obras anteriores?

A reacção é óbvia: não nos dando novidades, ele está a roubar-nos o nosso precioso tempo e o nosso precioso dinheiro — em época de crise, ainda por cima. Pertencemos à época da cultura de massa, somos ávidos de sensações novas, queremos novidades. Até porque perdemos a capacidade de perceber que o mesmo pode não ser o mesmo. E porque, convencidos do abissal abismo entre o fundo e a forma, não compreendemos que basta um livro ter outra estrutura para que o seu conteúdo seja outro. Para que o livro seja diferente.

A realidade pura é simples e que a literatura deixou de nos interessar. Apenas apreciamos as novidades, o mais recente modelo do Volkswagen ou do Fiat.

Se Vergílio Ferreira quiser a nossa complacência sirva-nos da próxima vez um romance de espionagem passado em Istambul ou no Cairo. Abandone a sua própria voz.

Em suma: talvez um novo livro seja sempre para um autor importante uma releitura das suas anteriores obras (como, de certo modo, é uma releitura das obras alheias). Já se terá perdido o gosto não de ler mas de reler?

E, portanto, a minha objecção a Eduardo Prado Coelho: em vez de perder tempo a justificar o romance de Vergílio Ferreira (o seu sabor a coisa dita pela primeira vez) não deveria ter ele protestado contra este clima que atrofiou a nossa capacidade de descobrir o diferente no que parece o mesmo?

ABELAIRA, Augusto. Três prémios. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 94, p.8, 24/04/1984.

Agustina Bessa-Luis, um dos romancistas mais significativos da nossa literatura, ganhou o Grande Prémio da APE. Nada a objectar, obviamente, salvo que algumas pessoas prefeririam vê-lo atribuído a Vergílio Ferreira, também um dos nossos romancistas mais significativos — e as preferências não ficam por aqui, sabe-se. Eu próprio, embora em outros anos tivesse votado em Agustina (gosto mais de certos livros dela do que de certos livros de V. Ferreira), desta vez votaria no **Para Sempre**.

Nada a objectar, porque, pelo menos dentro de certos limites (quais?), não há prémios indiscutíveis — um prémio literário limita-se a exprimir o gosto maioritário do júri que o atribuiu — e a discussão só tem sentido se esse gosto contrariar (como aconteceu em relação a Eça de Queirós e a Fernando Pessoa) as varias expectativas dos doutos — embora seja difícil definir quem são os doutos e eu não conheça melhor definição do que esta: os doutos são aqueles que os doutos consideram doutos e que também assim são considerados pelos não doutos, isto é, por aqueles que os doutos não consideram doutos e que a si próprios não se consideram doutos.

O gosto maioritário do júri, afirmei e com isto quis dizer que se o júri fosse diferente, a escolha poderia ser diferente. E também aceitável. Assim como não basta dizer que a temperatura máxima de Lisboa foi ontem de 22 graus e se torna necessário acrescentar Celsius ou Fahrenheit, também os prémios deveriam ser sempre referidos aos júris que os atribuíram, as unidades de medida que lhes dão sentido. Na realidade, o prémio deste ano não tem o significado do prémio do ano passado porque o júri não foi o mesmo. E pode haver prémios mais ou menos valiosos não pelo dinheiro que representam mas pelo valor dos membros do júri — embora, ainda aqui, não seja fácil medir esse valor. Não existe pois “o” Prémio da APE, existem sim “os” Prémios da APE. Sem padrão comum.

Ora bem: os defeitos dos prémios literários, até daqueles que se conformam com as expectativas dos doutos (isto é, atribuídos a um dos três ou quatro autores considerados premiáveis) é este: o grande público pode atribuir-lhes um falso significado ao ignorar que eles não são um absoluto, mas apenas a expressão do gosto de um certo júri. Neste sentido, eles podem ter aspectos negativos ao ocultarem outras obras de valor que até poderiam ter sido premiadas se o júri não fosse aquele.

Talvez para atenuar tais inconvenientes, os responsáveis do Grande Prémio chamaram a atenção para a existência de mais alguns romances, de certo modo premiando-os também.

Em todo o caso, se a escolha de Agustina não me obriga a qualquer objecção (do mesmo modo que não levantaria qualquer objecção à escolha de Vergílio Ferreira ou de Maria Velho da Costa — quer eu concordasse ou não), a selecção dos restantes autores já me perturba, não tanto pelos nomes que incluí, mas por dois nomes que faltam: Almeida Faria e Mário de Carvalho. Estarão estas exclusões dentro do que seria previsível para os doutos que não pertenceram ao júri?

Limite-me a assinalar a minha perplexidade. Mas, deixando agora Almeida Faria (cujo ausente **Cavaleiro Andante** foi louvado num panorama recente acerca dos últimos dez anos de ficção portuguesa), referir-me-ei a Mário de Carvalho porque a sua ausência põe alguns problemas suplementares.

Ela acabara de receber o Prémio Cidade de Lisboa, teria sido por isso? Receber um prémio afasta automaticamente um autor de ser citado pelo júri da APE? Admita-se, embora com relutância.

Seja como for, quais terão sido os critérios dos juizes do Prémio Cidade de Lisboa? Os da qualidade intrínseca da obra ou a crença de que ela não preenchia as condições necessárias para merecer a atenção do Grande Prémio? Consideraram Mário de Carvalho mais merecedor de um prémio do que Agustina, Vergílio Ferreira, Maria Velho da Costa, etc., ou, pelo contrário, não escolheram nenhum destes autores (são dez) para lhes darem a possibilidade de vencer no pleito da APE — procurando assim não os prejudicar, mas acabando por prejudicá-los, se exceptuarmos Agustina? O prémio a Mário de Carvalho foi

um presente envenenado, a consciente afirmação de que ele estava excluído da hipótese de ganhar o da APE e o reconhecimento de que todos os autores citados pelo júri da APE (e que não ganharam o prémio) eram candidatos com mais possibilidade - e portanto mereciam mais do que ele o Prémio Cidade de Lisboa? Não me obriguem a rir, que tenho uma pontada nas costas.

Mas a minha perplexidade não se esgota aqui e estende-se já ao futuro. Um novo prémio se avizinha (o do PEN Clube) e eu pergunto: o júri desse prémio prepara-se para excluir Agustina da sua qualidade de candidata ou não? Se não a exclui e distingue outro romancista, não há problema: demonstra-se, perante o grande público, o que os júris têm gostos diferentes. Se lhe dá o prémio, porém, pergunta-se, para quê dois prémios, um não bastava?

Mas se a exclui de candidata, por já ter sido antes premiada, então desvaloriza o significado do novo prémio que se transforma em prémio de consolação.

O que não tem importância nenhuma, mas chamar Prémio do PEN Clube ao afinal será o segundo prémio da APE parece-me um disparate. Isto depois de o Prémio Cidade de Lisboa se tem convertido no décimo primeiro prémio da APE. Outro disparate.

Poderia ainda levantar algumas questões mais, identicamente perturbadoras, mas fico por aqui. E ou me engano muito ou seria útil que se estabelecessem algumas regras esclarecedoras. Assim, não posso esconder a minha confusão.

ABELAIRA, Augusto. Uma nova literatura depois do 25 de Abril? *Jornal de Letras, Artes, Ideias*, Lisboa, n. 96, p.8, 08/05/1984.

Sem o 25 de Abril, a situação da literatura portuguesa seria a mesma que hoje é? Colocada assim a questão, a resposta parece-me simples: não. Ou, mais claramente: os livros seriam outros. Uns, por abordarem temas antes proibidos e outros porque, embora não abordando antes temas proibidos, puderam ser escritos com mais liberdade.

Depois do 25 de Abril revelaram-se meia dúzia de escritores novos, de certo tão importantes como os que já havia. E pode perguntar-se: se o 25 de Abril não tivesse surgido, eles não se teriam revelado? O “se” parece-me absurdo ao insinuar que a história poderia ter sido diferente do que foi, mas espero que me perdoem. E responderei: é altamente verosímil que sim. Ainda aqui é óbvio que os seus livros, sobretudo quando se referem à guerra colonial, seriam outros. Mas é pouco provável que um autor autêntico (tal como antes acontecera) não encontrasse os meios de ultrapassar as dificuldades impostas pela censura.

A censura pode até estimular a capacidade criadora do romancista. Digo “pode”, não digo que necessariamente estimule: mesmo admitindo que não havia livros na gaveta (e alguns havia), a falta deles não demonstra a inocuidade da censura, significa somente que certos livros não chegaram a ser escritos porque os autores considera inútil escrever para a gaveta – e só escreveram livros publicáveis, adiando o momento de escrever os (então) não publicáveis (o que não quer dizer que depois os tenham escrito, a época de escrevê-los passara). Falando por alto.

Tenho pois assente: os romances posteriores ao 25 de Abril não seriam os mesmos, mas os romancistas (incluindo os posteriormente revelados) seriam os mesmos. E isto é pura especulação, as provas são impossíveis.

Mas faço outras perguntas: embora com livros diferentes (uns mais, outros menos), poderemos dizer que o 25 de Abril marca uma ruptura e que a literatura portuguesa se transformou, além de ser mais livre? Os futuros historiadores da literatura descobrirão nestes últimos dez anos uma cisão, essa cisão que os leva a dizer: “e depois veio o romantismo, e depois veio o realismo”, ou até: “e depois veio o presencismo e depois veio o neo-realismo”? Assim como os historiadores da vida política possivelmente (ou não?) abrirão um novo capítulo em 1974, também abrirão um novo capítulo para o romance posterior?

A pergunta tem sido formulada e a resposta torna-se difícil até por nos faltar a distância — e talvez não saibamos ver as diferenças óbvias. Para mais, é reactivamente fácil encontrar diferenças em todos os autores (independentemente dos temas concedidos

pela liberdade), mas essas diferenças podem ser interpretadas como a evolução normal desses autores, sem relação necessária com o 25 de Abril. Assim, a evolução de Saramago deve-se ao 25 de Abril ou a um amadurecimento que identicamente teria surgido sem o 25 de Abril?

Lídia Jorge não é igual aos romancistas mais velhos, mas sua diferença acordou com o 25 de Abril, ou acordaria igualmente sem ele, pois pertence a uma nova geração e é pouquíssimo provável que a nova geração repetisse os passos da anterior? Como é sabido, a literatura portuguesa também evoluiu durante a época fascista. Os próprios autores evoluíram.

Salientarei agora que os escritores destes últimos dez anos (os velhos e os novos, mais os velhos que os novos) cresceram e foram educados antes do 25 de aril, mas isso não significa que o 25 de Abril lhes tenha alargado a cultura. De facto, se a censura condicionava que o escreviam, não condicionava o substancialmente que liam, ao contrário do que sucedia com a generalidade dos portugueses. Quer dizer: se para generalidade dos portugueses o marxismo, a polémica em torno do marxismo e as novas correntes culturais surgidas nos países livres eram inacessíveis, o mesmo não acontecia com os escritores: desta ou daquela maneira, eles tinham acesso à cultura mundial, conheciam os livros proibidos, escreviam seus romances com essa cultura, eram culturalmente livres – e o 25 de Abril, do ponto de vista da cultura aprendida nos livros, não lhes rasgou novos horizontes (simplifico um tanto o problema, claro). Se antes tivessem escrito as suas obras ignorando a cultura mundial, possivelmente opera-se-ia neles uma ruptura. Mas não foi a caso. E o mesmo sucedeu de certo com os novos autores, pelos menos os que estão perto dos trinta anos e já tinham vinte a quando da Revolução.

Por outras palavras: num certo sentido, a literatura anterior ao 25 de Abril já operara a revolução que o 25 de Abril veio abrir às classes menos intelectualizadas e com menos facilidades de aceder ao que se publicava lá fora. Em resumo, a própria **Presença** e depois o neo-realismo, o surrealismo etc., já tinham aberto, culturalmente, as portas de Abril - embora somente para poucos e, entre esses poucos os escritores. Que depois se adaptaram melhor ou pior a uma realidade que já não era apenas livresca. Mas o choque com essa realidade viva e não apenas lida não terá sido suficiente para introduzir neles novas visões do mundo - e sem novas visões do mundo, não há literaturas novas.

Embora, e concretamente debruçado sobre os livros mais recentes, eu não seja capaz de saber se sim ou não há uma nova literatura, creio, um pouco abstractamente, que não pode haver.

Que só a partir de agora (dez anos passados, quando os novos escritores atingem os vinte anos) surge essa possibilidade. Os novos escritores não terão conhecido a cultura viva somente nos livros, tê-la-ão vivido. Pelo menos admito que sim.

ABELAIRA, Augusto. A propósito do Simpósio de Escritores Ibéricos. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 98, p.18, 22/05/1984.

Quando soube que se preparava um encontro de escritores portugueses com escritores espanhóis, fiquei pessoalmente preocupado: eu não conheço a literatura de língua castelhana (muito menos de língua galega ou de língua catalã) e como, sem profunda vergonha por tamanha ignorância, poderia apresentar-me perante escritores espanhóis cujos nomes nada me diziam, com uma ou duas excepções conhecidas apenas de ouvir dizer? Tranquilei-me ao pensar que também eles (se excluir os galegos) nada sabem de nós e que portanto ou nos envergonháramos todos ou não se envergonharia ninguém.

Mas esta reflexão obrigou-me a pensar numa coisa em que nunca tinha pensado: donde vem, como explicar, a minha falta de curiosidade por essa literatura?

Velhos resíduos patriotinheiros ou mesmo patrióticos que de forma inconsciente determinam o meu desinteresse? Serei historicamente antiespanhol, apesar dos meus cromossomas galegos? Não me parece: na realidade, e melhor ou pior, eu amo a literatura espanhola até o Século de Ouro e, seguramente, li mais livros espanhóis desse período do que livros das outras grandes literaturas europeias. Amor que abrange toda a cultura espanhola anterior ao século XVIII, particularmente a pintura, a escultura e sobretudo a arquitectura. Que se estende à história do século XVI e aos conquistadores espanhóis da América, que sempre me fascinaram. E mesmo, nos tempos mais recentes, interessei-me por dois escritores de língua castelhana: Valle-Inclán e Unamuno. Sem falar em Goya, sem falar em Picasso, Miró ou Gaudí, mas estes últimos talvez os tenha amado graças à influência que em mim exerce a cultura francesa.

Note-se que o franquismo, levando-me irracionalmente a confundir o detestável ditador com o povo espanhol, talvez pudesse explicar a minha falta de curiosidade pela literatura contemporânea. Tais equívocos são sempre possíveis e nunca me esquecerei de que em Itália, revelando certa vez a minha nacionalidade portuguesa, fui apelidado de fascista. Além disso, poderia não acreditar numa literatura sujeita ao lápis azul dos censores. Mas a minha experiência salazarista desmente esta conclusão: até com censura, seio-o bem, podem escrever-se óptimos livros.

Além do mais, a falta de curiosidade não se estendia apenas à literatura da época fascista, alcançava as fronteiras do século XVII, já o disse. E o fascismo acabou. Então por que se manteria o tal desinteresse, sendo certo que a restante literatura europeia, que eu continuo a ler, não me entusiasma? Por que razão, entre um livro espanhol e um livro francês, expostos numa livraria, eu escolho fatalmente o francês, embora pensando que a França está literariamente esgotada? Porque não me sujeito à experiência espanhola? Mistério!

A verdade é esta: irracionalmente embora, procedo como se tivesse a certeza de que os espanhóis são incapazes de escrever obras-primas e que os franceses (os ingleses, os alemães, os italianos), embora também já não as escrevam, ainda podem a vir a escrevê-las.

Mergulhando pois nos abismos do irracional: por que não acredito que os espanhóis possam escrever obras-primas, essas obras-primas que os outros europeus também já não escrevem? Sem dar por isso, julgo que tenho sido condicionado por Antero de Quental. Ou melhor: verificando que a Espanha, ao contrário dos outros grandes países europeus, foi incapaz de promover ou, pelo menos, de acompanhar a marcha do “progresso” (um progresso essencialmente científico, técnico, económico e portanto social), concluí que não poderia também produzir nada de grande no campo cultural. No fundo, raciocinava assim: um país incapaz de produzir Dirac, Heisenberg, Broglie ou Fermi, um país que não criou a máquina a vapor, a televisão, a penicilina, a teoria dos quanta ou até a esferográfica não pode inventar grandes escritores. Mas Ramon y Cajal não era espanhol? Um dos maiores investigadores contemporâneos da fisiologia cerebral não é espanhol? A Espanha não é hoje uma das grandes potências industriais? E, por outro lado, os países da América Latina, onde existe hoje uma literatura excepcional, serão grandes potências industriais e terão visto nascer no seu seio os tais Dirac e os tais Heisenberg? A minha descrença, colocada neste plano, torna-se indefensável.

Falo da Espanha, poderia falar de Portugal: bem vistas as coisas, sou determinado pela mesma descrença em relação às letras pátrias. Apareça amanhã um Kafka no nosso país e eu terei a desvalorizá-lo, por estar também convencido de que os portugueses, ao perderem o comboio do desenvolvimento, perderam as condições para criar obras-primas. A minha descrença em relação à nossa literatura não terá também uma origem irracional que precisa de ser combatida?

Seja como for: facilitado pela descrença na capacidade actual das grandes literaturas europeias, vou dar uns mergulhos nas letras espanholas. Juro!

ABELAIRA, Augusto. A Crónica Geral de Espanha de 1344. Jornal de Letras, Artes, Ideias, Lisboa, n. 100, p.19, 05/06/1984.

A história misteriosa dos livros! Em certos casos começam por ser uma coisa — e depois vem o tempo fecundante ou corruptor e transforma-os noutra coisa. Como se fossem espécies zoológicas a contarem com a luta pela sobrevivência, sujeitas aos desafios de novos ambientes, obrigadas a adaptarem-se ou a morrer. Quando muito, a vestirem a máscara de fósseis vivos, caso os desafios sejam clementes e as austrálias permaneçam isoladas e longínquas.

Atentos ao que os sucessivos leitores deles vão exigindo com o andar dos séculos, os livros podem ser originariamente um relato “verídico” de factos históricos e, depois, com um pouco de sorte, tornarem-se pura ficção, adaptando-se as novas solicitações. Permanecem rasteiramente reptéis ou ganham asas e voam. Às vezes voam até sem ganhar asas, ganhando apenas mãos e graças às mãos desenvolvendo os cérebros.

Estou a pensar na **Crónica Geral de Espanha de 1344**, meticulosa e inteligentemente recuperada por Lindley Cintra. E embora ela conserve as mesmas letras e as mesmas palavras e, neste plano, seja o que primitivamente foi, já não é o que o século XIV dela fez, mas aquilo que hoje dela exigimos e ela aceitou ser para fugir à morte. Obra escrita para ser **ouvida** (“como já ouvystes”), hoje **lêmo-la** no silêncio das nossas casas. Ou seja: foi escrita para corresponder às necessidades de informação de senhores analfabetos, mas hoje, na época da historiografia científica, já não são essas informações que lhe pedimos, pedimos-lhe outras coisas.

Adaptando-se às novas exigências, a **Crónica** renovou o seu saber, respondendo a estímulos para os quais não fora concebida. E assim como os peixes fizeram pulmões de um pedaço de esófago e, abandonando a água, treparam à terra, assim a **Crónica Geral** soube fazer dum relato “verídico” dos acontecimentos históricos um relato ficcional desses mesmos acontecimentos, pondo a cabeça de fora em pleno século XX. Porque hoje já não nos dá a história tal como foi (ou nós pensamos ter sido), dá-nos a história como a imaginaram certos homens da Idade Média. E entre aquilo que a **Crónica** foi e aquilo que ela é, Copérnico deslocou o centro do universo e Camões “inventou” uma outra língua.

Quando, e situados num mesmo plano de realidade, vemos César e Hércules atravessarem a Península Ibérica, não é a verdade acerca de César e de Hércules que nos interessa, mas a maneira como o autor (provavelmente o século) encararam Hércules e César. Dos factos narrados, a nossa curiosidade virou-se para o narrador. Para a imagem que o autor tem (tinha) do mundo.

E se por um lado a **Crónica**, ao deixar de ser obra científica, se tornou objecto de ciência (permitindo o estudo de uma mentalidade longínqua), pelo outro, já perdeu o seu significado como ciência, adquiriu asas de ficção.

Ficção por vezes paradoxal: desmitifica deuses e mitifica homens. Júpiter troca o Olimpo por um trono terrestre: o rei Júpiter. E Juno e a dona Juno, os Centauros aparecem-nos transformados em audazes cavaleiros feudais. Hércules (Hercolles), depois de passar pela Corunha, meteu-se por um rio a que chamavam Ancia e mudou-lhe o nome para Augua de Dyana. O rio é obviamente a ribeira de Ançã e Ançã é a minha terra — situada entre a Corunha e Badalhouce (Badajoz). Por lá ficou algum tempo, muito antes de eu nascer.

Mas se Júpiter e Hércules descem do altar, Santo Isidoro de Sevilha, inversamente, sobe para ele e adquire poderes divinos.

Adivinha se que a sequência da **Crónica** obedece a rotinas narrativas características da época. Mas como essas rotinas já são as nossas, este contraste rejuvenesce e elas tornam-se virginais. E já não **ouvindo** na caligrafia na ortografia da **Crónica** a realidade, mas **lendo** nos caracteres tipográficos um mundo imaginário, nós, homens da era atômica, tomamos consciência daquilo que perdemos e daquilo que ganhámos. De súbito, as complicadas arquitecturas de Kant ou de Proust, de Beethoven ou de Picasso tornam-se gastas ou, melhor, somos nós que nos tornamos jovens, desejosos de recuperar no fundo de nós mesmos algo que ainda não se apagou completamente.

A **Crónica** é isso: o mergulho num mundo que deixámos desnecessariamente atrofiar. Da literatura primitiva como método de nos rejuvenescermos, da literatura primitiva como método de recuperar um mundo sensorial que imprudentemente esquecemos.

ABELAIRA, Augusto. O grande desperdício. Jornal de Letras, Artes, Ideias, Lisboa, n. 102, p.8, 19/06/1984.

Muitas vezes, depois de folhear um livro ou de passar os olhos por um artigo de jornal, pergunto-me: “Por que escreve este indivíduo, por que me obrigou a perder tempo?” A resposta não é difícil. A não ser que escreva apenas para ganhar a vida (e nesse caso está perdoado), escreve porque gosta de escrever, escreveria sempre fossem quais fossem as circunstâncias. Reformulo então a questão: “Seja! Mas porque publica ele o que escreve, tanto mais que só depois da leitura, de ter perdido portanto esse tempo, eu posso concluir que não valia a pena?”

De certo, acredita que merece a leitura, que presta um serviço à Humanidade. E aqui espanto-me. Que vaidade esta, que estranha ilusão pode levar um homem que não é Tolstoi a sentir-se no direito de roubar o precioso tempo de centenas ou até de milhares de pessoas, tempo esse que poderia ser aplicado doutra maneira?

Enfim, que um Tolstoi esteja convencido de que a leitura das suas obras não é tempo perdido, aceito. Mas o vulgar mortal que nasceu sem uma estrela na testa e nem sequer tem a ilusão de ser Tolstoi? Ele não sabe que ao publicar uma obra está, em princípio, a roubar ao público o tempo que ele poderia dedicar a Tolstoi?

Sim, de cada vez que alguém deita cá para fora um livro ou um simples artigo de jornal desvia os incautos daquelas duas ou três centenas de obras que constituem o património literário fundamental. Como o tempo é limitado, quando leio o **Quo Vadis**, por exemplo, não leio a **Divina Comédia**.

Citei o **Quo Vadis** que nem é uma obra desprezível e poderia citar um Gide ou um Aragon, subindo bem mais alto. Porque, mesmo assim, será preciso acrescentar que numa racional gestão do tempo que a Morte nos concede, ler Gide ou Aragon, se não tivermos lido a **Divina Comédia**, é absurdo desperdício?

Não creio que Gide ou Aragon se considerassem um Dante, eram homens superiormente inteligentes. Mas então eles não tiveram consciência de que estavam a prestar um mau serviço à Humanidade ao roubar-lhe tempo que ela deveria dedicar a Dante? Quem diz Dante, diz Shakespeare, Rabelais, Montaigne, etc. Oferecerem-nos os seus livros pelo preço dos livros dos grandes escritores, aqueles que verdadeiramente abriram um rasgo nos horizontes, não será vender mercadoria avariada?

Pensei assim, cepticamente, enquanto, ao passar pela Feira do Livro, ia pesando em toneladas os milhares de volumes expostos, enquanto via pessoas que verosimilmente nunca tinham lido a **Divina Comédia** e compravam obras de qualidade inferior — embora de “bons” autores. E surgiu-me esta ideia terrível e inquisitorial: não seria uma medida de higiene proibir a venda da quase totalidade daqueles livros? Escolher duas ou três centenas de livros e só permitir a leitura dos outros depois de os candidatos a leitores apresentarem certificados de que já conheciam as tais duzentas ou trezentas obras?

Não será completamente criminoso eu estar neste momento, com esta crónica, a desviareos meus caros amigos da leitura de duas páginas de **Hamlet**?

Proust não andaria muito longe desta ideia quando confessou que substituiria a leitura diária dos jornais pela leitura de Pascal. Mas ele próprio deveria talvez ter-se reduzido ao silêncio. Entre Proust e Pascal o Diabo de certo escolheria Proust, mas Deus escolheria Pascal — embora, neste caso, opinião de Deus seria suspeita. Bem vistas as coisas, Proust também entra na tal lista das duzentas ou trezentas obras.

A questão é esta: parece-me altamente improvável que sejam publicadas em cada década mais de uma ou duas obras-primas literárias por esse mundo fora, uma análise do que aconteceu no passado não permite um maior optimismo. Por que lemos certos livros que, à partida, já sabemos que em nada nos vão enriquecer, sobretudo se não esgotámos ainda a lista das tais duzentas ou trezentas obras?

Há aqui um mistério que não consigo explicar.

ABELAIRA, Augusto. Literatura. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 104, p.10, 03/07/1984.

Que é que nos leva a dizer de certas obras que são literatura, negando a outras igual classificação? Falar na **qualidade** nada resolve, como se sabe. E a pergunta torna-se ainda mais perturbadora se considerarmos que um texto, o mesmo texto, pode começar por não ser literatura e, depois, transformar-se nela.

Dou um exemplo: em **A Queda dum Anjo** encontramos alguns parágrafos geniais, incluídos no discurso que uma das personagens da novela pronuncia no parlamento. Mas quando acabamos a leitura, fascinados pela arte de Camilo, caímos das nuvens: o autor confessa que se limitou a transcrever de um ministro da Justiça aqueles parágrafos.

E aqui está: aquele mesmo texto que, escrito pelo ministro, não era literatura mas um conjunto de disparates, transformou-se em literatura. Apenas porque foi transcrito por um grande escritor e porque mudou de local? Que diabo, as frases não são exactamente as mesmas? As coisas podem ser e deixar de ser assim tão simplesmente?

Exemplo às avessas, o panfleto de Swift a aconselhar que se comessem as crianças irlandesas, ainda hoje considerado uma obra-prima literária. Mas se supusermos que ele foi escrito “a sério”, então deixará de ser uma obra-prima literária.

Simplesmente: como sabemos nós que não foi escrito “a sério” ou que a sua seriedade se coloca num plano estranho à seriedade habitual? A verdade é que no referido texto nada se diz sobre isso e temos de recorrer a outras fontes. Donde concluo: para saber se uma dada obra é ou não literatura necessitamos de informações suplementares, fora do texto, que nos expliquem as intenções do autor e as condições em que foram publicadas? Esta resposta que articulo sob forma interrogativa parece-me algo insatisfatória, mas, francamente, não conheço outra.

O **Diário da República** acaba de publicar um louvor do ministro José Augusto Seabra. Como todos os louvores, louva. Quem? Duas pobres criancinhas, “pela coragem e abnegação que demonstraram no cumprimento de um dever legal e cívico” — o que as obriga a andar quatro horas a pé, todos os dias, “correndo riscos de saúde e de vida”. De certo porque previamente se informou de que elas cumprem esse dever espontaneamente e não sob a ameaça de castigos paternos, o ministro oferece-lhes além do louvor os livros e o material didáctico necessários, já que oferecer-lhes um autocarro seria excessivo

Ora bem: o gesto e a prosa de Seabra, em si mesmos, também são dignos de louvor, mas o texto, ao fim e ao cabo, não consegue ser literatura. Provoca uma certa emoção, talvez mesmo algum espanto (esse espanto que está na base da filosofia, como afirmava Aristóteles), mas não é literatura. E todavia...

Suponha-se que não foi escrito “a sério”, que não foi publicado por um ministro no **Diário da República**. Que foi escrito pelo mesmo José Augusto Seabra para caricaturar um ministro e, então, ele passará a ser literatura e da boa: reveladora até de um grande sentido de humor. Como José Augusto Seabra também é escritor, ele poderá perfeitamente publicá-lo mais tarde, fora do presente contexto, nas suas obras completas — e será literatura. Digamos que é um texto recuperável se nos esquecermos das condições em que foi publicado e das intenções que o ditaram.

E de novo pergunto: que é que nos leva a dizer de certos textos que são literatura, negando a outros (às vezes ao mesmo) essa classificação?

Não estaremos em condições de julgar **A Ilíada**, pois ignoramos as condições em que foi escrita (ou recitada)? Não nos basta ter *A Ilíada* para saber se estamos perante uma obra literária (que deveremos admirar) ou uma obra não literária (que não deveremos admirar)? O segredo não está no texto mas fora do texto.

ABELAIRA, Augusto. A fragata Azoff. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 106, p.22, 17/07/1984.

Nesse instante rompeu doutra canto um tic tic-tic açodado, quase ansioso. Jacinto acudiu com a face no telefone:

— *Vê o telégrafo! Ao pé do divã. Uma tira de papel que deve estar a correr.*

E, com efeito duma redoma de vidro posta numa coluna e contendo um aparelho esperto e diligente, escorria para o tapete, como uma ténia a longa tira de papel com caracteres impressos que eu homem das serras apanhei maravilhado. A linha, traçada em azul, anunciava ao meu amigo Jacinto que a fragata russa Azoff entrara em Marselha com avaria!

Já ele abandonara o telefone. Desejei saber, inquieto, se o prejudicava directamente aquela avaria da Azoff.

— *Da Azoff?.. A avaria? A mim?.. Não! É uma notícia.*

Somente isso, não mais do que isso, uma notícia ou, como hoje se diria (mas Eça de Queiroz di-lo-á mais adiante) uma informação. E, de facto, o 202 era uma “maciça torre de informação” onde nem sequer faltavam um computador! (“uma imensa máquina de calcular”) e terminais ligados a numerosos bancos de dados.

“Da **Azoff**... A avaria? A mim?.. Não! É uma notícia”. Eça de Queiroz compreendera, adiantando-se cem anos ao seu tempo, que uma informação não vale pelo seu conteúdo informativo, não vale pelo que diz, mas apenas porque diz — não importa o quê. Aliás, Jacinto é bem explícito, não chega a tomar verdadeira consciência da realidade **Azoff entrando com avaria em Marselha**, basta-lhe saber que o tapete se vai enchendo de informações, não precisa de as conhecer.

E nem dá tempo ao espanto de Zé Fernandes que ainda não sabe que os significantes podem prescindir dos significados, que a informação é um valor em si mesmo independente do conteúdo. Consulta desatento um relógio monumental que marca a hora de todas as capitais e o curso de todos os planetas e diz: “Eu preciso de escrever uma carta, seis linhas... Tu esperas, não, Zé Fernandes? Tens aí os jornais de Paris, da noite; e os de Londres, desta manhã. As ilustrações além, naquela pasta de couro com ferragens”. Perguntassem-lhe as horas e não saberia responder.

Pouco adaptado ainda ao mundo da informação como valor absoluto, Zé Fernandes preferiu “inventariar o gabinete que dava à minha profanidade serrana todos os gostos duma Iniciação “.

“Escorria para o tapete, como uma ténia, a longa tira de papel com caracteres impressos”. Como uma ténia, não apenas pela sua forma, mas porque a informação, longe de alimentar o homem, parasita-o, tira-lhe a autonomia, esconde-lhe paradoxalmente o mundo real que se torna um mundo de sinais vazios.

E algumas páginas adiante, o terível Ephraim convidará

Jacinto a comprar acções da Companhia das Esmeraldas da Birmânia.

— *Mas, ao menos, estão feitos os estudos? Já se provou que há esmeraldas?*

Tanta ingenuidade exasperou Ephraim:

— *Esmeraldas!... Há sempre esmeraldas desde que haja accionistas!*

Deixo agora Zé Fernandes admirar “a grandeza daquela máxima” (não teve tempo, o Grão Duque acabava de chegar) e dou uma volta ao leme da **Azoff**.

De facto, a fragata **Azoff**, que ilumina com a sua chegada

a Marselha (avariada, como não poderia deixar de ser num ironista) um dos mais prodigiosos romances ecologistas do absurdo, sempre me fascinou e muitas vezes me perguntei se ela existiria “fora” do romance, se o seu nome teria um

conteúdo real. Se haveria esmeraldas. Quero eu dizer: Eça de Queiroz inventara Jacinto, inventara Zé Fernandes, inventara o 202 que nunca existiu nos Campos Elísios (como é óbvio, mal cheguei a Paris fui à procura do 202). Mas inventara também a fragata **Azoff**?

A questão não tem grande importância, está visto: quem inventa Jacintos pode muito bem inventar fragatas **Azoff**.

E, no entanto, o meu dedo miudinho segredava-me que não a inventara. Dizia-me que certo dia, o próprio Eça de Queiroz, ao ler “os jornais de Paris, da noite” ou “os de Londres, da manhã” (no mundo da informação, os jornais da distante Londres são mais recentes do que os de Paris), topara com a notícia da fragata **Azoff**. “Que tenho eu que ver com isto, para que preciso de saber isto?”, terá pensado. Enfim, era uma informação.

E nunca mais se terá lembrado dela até o dia em que...

Sim, até esse privilegiado dia da história universal em que, de pé, debruçado sobre a sua escrivaninha, a fragata **Azoff** o revisitou.

Além do mais, Eça de Queiroz era um escritor realista e precisava, até para se convencer a si próprio, de introduzir objectos reais nas suas ficções. Para dar lastro? Para reagir contra a máxima do terrível Ephraim?

E mais não digo, o meu pressentimento estava certo. Um dia destes, folheando o “Correio da UNESCO”, que vejo eu, deslumbrado (até porque o segredo da fragata **Azoff** era um espinho cravado na minha alma)? A própria, a autêntica, a legítima fragata russa, embora sem avaria e cruzando livremente os mares.

A fragata **Azoff** existiu, entrou certamente avariada no porto de Marselha, a notícia deve estar registada no “Figaro” — e um homem, pelo menos, atribuiu conteúdo a essa informação: Eça de Queiroz, adivinhador de muitas coisas que só hoje podemos verdadeiramente entender. Aqui vai a imagem dela, oferecida aos apaixonados do autor d’ **A Cidade e as Serras** e, particularmente, ao Campos Matos (com a esperança, direi mesmo com o feroz desejo de que ele nunca tenha conseguido detectá-la com o seu poderoso radar).

ABELAIRA, Augusto. A guerra romântica. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 108, p.3, 10/04/1984.

Por vezes, chego a lamentar não ter nascido de pais reaccionários para saber quais teriam sido as minhas opções ao acordar para o mundo na época do salazarismo, da invasão da Abissínia por Mussolini, da Guerra Civil Espanhola. Nascido noutra meio. como reagiria eu? Foi apenas por dedicação filiar ou por imitação que detestei Salazar, sofri com as sucessivas vitórias do general Franco? Assim como me tornei sportinguista (mas neste caso não houve influência paterna), assim também me tornei antifascista ou, já então, apesar da pouca idade, qualquer outra coisa me fascinava?

Não sei e, verdadeiramente, nunca poderei saber. Mas se, por via familiar, tivesse admirado Salazar, Mussolini e Franco e posteriormente lhes virasse as costas, então saberia hoje que fora eu e mais ninguém a escolher as minhas ideias. Assim... Escolhi ou fui escolhido?

Tento recordar-me, reconstruir o que então sentia e, se possível, as razões com que fui emoldurando o meu sentir. Em 1936 tinha dez anos, em 39, quando a Guerra Civil acabou, treze. E, de princípio, talvez: o meu pai ia marcando com bandeirinhas num mapa de Espanha pregado na parede o recuo das forças governamentais (assim chamava ele aos republicanos, julgo que a palavra caiu em desuso neste sentido, hoje “governamental” equivale quase sempre a “conservador”). Um mapa, bandeirinhas — talvez de começo fosse para mim um jogo.

Mas ser partidário dos republicanos era perigoso, havia pessoas presas. O meu professor (homem excelente, por sinal) era ferozmente nacionalista e eu escondia a minha escolha. Um medo terrível invadia-me (e ele apanhou-me certa vez um rascunho onde eu chorava a queda de Teruel, o que muito o indignou, pregou-me um raspanete no fim da aula). Medo de ser preso se falasse (medo absurdo, dada a minha idade, mas medo também pelo meu pai: se a polícia soubesse qual era o partido dele e, portanto...). Medo irracional, um verdadeiro terror que às vezes alimentava os meus sonhos, que estranhamente, tantos anos depois, às vezes alimenta os meus sonhos. E falar à vontade só me foi possível no primeiro ano do liceu quando conheci um sobrinho de Jaime Cortesão, com todas as garantias que o nome do tio me dava. Em minha casa assinava-se a **Seara Nova**.

O medo. Foi o medo, creio bem, que deu substância à minha escolha e que terá transformado noutra coisa o que de princípio talvez fosse (ou talvez não) um jogo de bandeirinhas. Ou seja, esse medo conduziu-me à ideia de um mundo onde as pessoas não sentissem medo por pensarem assim ou assado. O medo fez-me descobrir a ideia da liberdade, Deus escreve direito por linhas tortas. E os governamentais, visto que eram condenados por Salazar, simbolizavam a liberdade, Franco a opressão.

Para saber o que verdadeiramente se passava em Espanha, o meu pai comprava o **News Chronicle**, visto que a Imprensa portuguesa estava sob a alçada da censura. E obviamente eu não podia acreditar no que dizia uma Imprensa censurada. Logo, tudo quanto diziam os jornais portugueses era mentira, mesmo que fosse verdade — e algumas verdades diriam. E porque os jornais falavam de atrocidades republicanas, eu não acreditava nelas. Hoje sei que também as cometeram (vim a aprender isso muito mais tarde no Hemingway), mas foi graças à censura que encarei a Guerra de Espanha como uma luta romântica entre os cavaleiros do Bem e os mensageiros do Mal. Graças à censura para castigo dela.

Como é evidente, eu não sabia então tudo quanto se decidia em Espanha e infelizmente houve muitos estadistas ocidentais que também não o sabiam ou não o quiseram saber. Mas é assim, com ideias simples — a descoberta da liberdade pelos tortuosos caminhos do medo e da censura — que uma criança, às vezes, se vai formando.

E dum a Guerra de Espanha, algo idealizada, nasceram as minhas crenças políticas mais profundas.

ABELAIRA, Augusto. O complexo de Sansão. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 110, p.09, 14/02/1984.

Precisando de cortar o cabelo, vejo na minha frente uma barbearia (este é um nome em desuso), um cabeleireiro, em suma, e entro, mas, de súbito, veio que os cabeleireiros são mulheres, aliás gentilíssimas nas suas bonitas batas cor-de-rosa, com os seus olhos azuis, verdes, negros.

Então dou meia volta (uma volta inteira, para falar com mais rigor) e fujo num impulso quase instintivo — e nem sequer respondo a uma voz macia que me pergunta (ironicamente?) se desejo alguma coisa. Contestar-lhe: “Sim, mas não mulheres a cortarem-me o cabelo?” Impossível, humilhante, bota-de-elástico.

Apresso o passo para me afastar rapidamente, a sensação de que todas cias vieram espreitar a porta (talvez seja apenas imaginação) — e, sem virar a cabeça, escondo-me atrás das minhas costas, atrás de mim próprio, não vão elas fixar-me o rosto na memória, reconhecendo-me mais tarde do átrio dum cinema, dizendo a quem a acompanhar: “Vês aquele gajo? No outro dia entrou na minha loja e teve medo de nós”. Estou já a imaginá-las dando uma volta pela minha frente para me observarem melhor.

Por que fugi, por que não dominei a minha primeira reacção, porque tive medo?

Felizmente, um pouco mais adiante e já noutra rua, descubro ao longe outro cabeleireiro. À cautela mudo de passeio para que discretamente e de longe me possa assegurar de que os cabeleireiros são cabeleireiros e não cabeleireiras. E repousadamente entro com o ar natural de quem não deixaria de entrar se acaso eles fossem elas. Homem moderno, feminista, desinibido. Mas optei por outro tipo de conversa, sentindo que poderia encontrar compreensão naquele homem já idoso:

— Ao que nós chegámos! — digo. — Mulheres a cortar o cabelo! -- Adio a conversa acerca da transferência do Jaime Pacheco para o Sporting.

— Por este andar — comenta ele —, qualquer dia vamos tê-las nas equipas da primeira divisão! — E enquanto penso que a Anabela está quase na primeira divisão, ele acrescenta: — Mas na nossa arte elas nunca serão capazes. — Erudito: Vocência conhece a história de Sansão e Dalila? — O meu coração dá um pulo.

— Não — respondo, amável, devemos sempre oferecer a quem nos trata por vocência a ilusão da nossa menoridade.

Explica-me a história não sem que antes se interroge acerca da natureza das tesouras antigas (as alemãs, garante-me, não têm rival) e, exegeta bíblicoconclui:

— O que está escrito? — A frase é de interpretação difícil, mas ele esclarece: — As mulheres fizeram-se para ficar em casa. — Lírico: — As mãos das mulheres fizeram-se para afagar, não para trabalhar. E quando cortam os cabelos é um sinal de maldição.

Encantado, peço-lhe que me barbeie também, embora eu me tenha barbeado pela manhã, ele mexe numa alavanca, a cadeira transforma-se numa cama. Digo numa cama? Num divã. Melhor: **no divã**. E eu compreendo que fora o complexo de Sansão que me obrigara a fugir das Dalilas e saio por fim pacificado, pronto a sublimar os meus problemas nesta crónica. Da próxima vez e com toda a naturalidade, já curado, poderei entregar sem medo os meus cabelos a todas as Dalilas do mundo. Liberto de supertições absurdas, de arquétipos irracionais.

Ou não? Já depois de escrever isto, assalta-me de novo de uma certa angústia, a consciência de que nunca mais na minha vida me atreverei a passar pela rua das cabeleireiras, com receio de que elas me reconheçam. E como essa rua fica no meu

caminho habitual, terei de alterar os meus trajectos habituais — é todo o ritmo da minha vida que aprofundamente se altera.

ABELAIRA, Augusto. Tarkovsky. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 112, p.09, 28/08/1984.

Depois da desilusão do último filme de Antonioni, a desilusão do último filme de Tarkovsky. Falo por mim, claro. E quanto a Antonioni nem devo falar de desilusão, seria crueldade. Autor de uma ou duas grandes obras-primas da ficção contemporânea (digo ficção, não me limito a falar de cinema), como exigir-lhe mais obras-primas? Ele já cumpriu a sua dívida para comigo. Nada mais lhe peço, estou satisfeito.

Tarkovsky não terá realizado ainda obras-primas, mas considero-o um dos maiores cineastas do nosso tempo — embora sinta algumas dificuldades em situá-lo com rigor. As mesmas dificuldades que me tolhem quando vejo os filmes japoneses e, até certo ponto, os filmes norte-americanos. Dificuldades de ordem etnológica, digamos assim.

Antonioni, Fellini, Bergman, Resnais são Europa, convenço-me de que estão a pensar em mim quando criam os seus filmes. Pertengo ao público que eles escolheram, mesmo quando não pensam nele (são ele). Se o filme é japonês... Logo a partir das primeiras imagens sinto-me despaizado, descubro que Ozu não está a ver-me, ignora os meus hábitos culturais e joga com valores facilmente acessíveis aos japoneses mas que me escapam. E se considero a “Viagem a Tóquio” um dos cumes da história do cinema, sei que perdi metade dos seus sinais, sei até que talvez não o tenha entendido, ao recorrer a outros valores para o interpretar. Em resumo, sou mau antropólogo, um antropólogo viciadamente europeu, alguém que pode deliciar-se com a cultura dos bororos ou dos trobriandeses, mas precisamente por não os perceber, por interpretá-los mal, à europeia curta. E o mesmo acontece com os filmes norte-americanos, já o disse. Qualquer coisa neles pertence a outro universo. Sim, Howard Hawks, um grande realizador. Mas ele conhecerá Piero della Francesca ou Pascal? Onde está a ponte que nos liga?

Quanto a Tarkovsky... A questão é semelhante; embora com variantes, até porque ele está mais perto da minha sensibilidade. Mas quer queira quer não, por muito universal que seja o seu fôlego de artista (que é a universalidade?), Tarkovsky imaginou uma obra para um certo público que respira, sob muitos aspectos, segregado da cultura europeia ocidental que me ajudou a ser quem sou. Joga com referências diferentes, com espectadores diferentes. E muitas coisas que diz, e serão novidades para o seu público, não podem sê-lo para mim, não podem sê-lo para nós que desde cedo nos alimentámos com Kafka, com Sartre, com Becket e... e..., e... Além do mais, muitas dessas coisas que eu suponho já conhecer, talvez adquiram em Tarkovsky outro sentido. Qual?

Certa vez em Moscovo falei com um estudante. Ele conhecia Sartre e Camus, estava apaixonado por eles e num dado momento disse-me: “Em Portugal há o mesmo entusiasmo pelo existencialismo?” Apertou-se-me o coração: estávamos na década de 70, a voga do existencialismo (para ele a última palavra), já passara, varrida por outras ideias ainda que desconhecia. Respondi que sim, para não o magoar. Mas compreendi que algo nos distanciava, apesar da mútua simpatia. Ele era da minha família intelectual, digamos assim, mas apesar disso vivíamos em universos diferentes, talvez em tempos diferentes. E certamente ele deliciou-se com o filme de Tarkovsky, pertence ao público com o qual Tarkovsky desejou comunicar.

Um público possuidor de chaves ignoradas por mim, sabedor daquilo que se pode dizer directamente, daquilo que só indirectamente se pode manifestar, capaz de ler nas entrelinhas, ágil em decifrar certas associações que pelo seu carácter tipicamente soviético a mim me escapavam. E portanto os comentadores ocidentais deixaram-me indiferente, eles também não sabiam ler, especulavam. Manifestamente eram tão maus etnólogos como eu.

Enfim, sinto que Tarkovsky, apesar de meu parente espiritual, me desconhece, ao contrário dos outros grandes realizadores europeus. E isto se não lhe retira obviamente a grandeza, dificulta a minha adesão espontânea.

Dir-se-á: mas quando leio Sófocles, Shakespeare ou mesmo Dostoievsky, que também não me escolheram como alvo... De certo. Mas talvez porque escreveram há muito tempo eu já não sinto a mesma dificuldade. E porque, afinal, já não estou verdadeiramente interessado no público deles, os gregos, os ingleses da rainha Isabel, os russos do século XIX. Ora é impossível ver um filme soviético sem constantemente pensar que ele faz pontaria a homens vivos, inseridos num universo social — bom ou mau — muito diferente do meu. Ao ler Shakespeare, talvez o historiador escondido dentro de mim adormeça. Ao ver Tarkovsky, inevitavelmente o sociólogo que também existe dentro de mim acorda. A Inglaterra isabelina não é para mim, no dia-a-dia, um mistério preocupante. A sociedade soviética, sim. O que lá se passa solicita a minha curiosidade, diz-me respeito, põe-me com problemas. Raras vezes me pergunto: “Como sentiam, como viviam os contemporâneos de Shakespeare?” Mas todos os dias me interrogo, isso pertence ao meu destino de homem: “Como vivem, como sentem os cidadãos soviéticos? São felizes? São infelizes? As minhas dúvidas não resultarão de eu estar manipulado pela sociedade capitalista?”

De resto, a minha cultura é o que é porque Sófocles, Shakespeare, Dostoievsky contribuíram para ela, eles já estão dentro de nós, muito do que sentimos, queremos e pensamos, sentimo-lo, queremos-lo e pensamos-lo graças a eles. E isso não pode ainda acontecer com um contemporâneo, por maior que seja a sua grandeza, por muito futuro que ele tenha à sua frente.

Aliás, o próprio facto de Tarkovsky ter escolhido o Ocidente (já depois de eu ver o filme) longe de facilitar a minha compreensão, dificulta-a.

P. S. Não deixam de ser curiosas as reacções de alguns meus amigos comunistas (antes da fuga de Tarkovsky). Uns, entusiastas, como agarrados a uma bóia de salvação, viam no filme aprova do degelo soviético e consideravam-no um exemplo de que uma reviravolta se dera na URSS. Outros, discretamente, não manifestavam qualquer entusiasmo, embora não se atrevessem a dizer mal do filme (sempre era soviético, que diabo!): pressentiam que Tarkovsky estava a passar contrabando e que fora um erro permitir-lhe a realização do filme.

Escuso de dizer que os primeiros estão às portas da dissidência, mesmo quando não o confessam. Nem o saberão talvez!

ABELAIRA, Augusto. Ascensão e queda dos jeans. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 114, p.3, 11/09/1984.

O caso agitou os jornais, preencheu até quatro páginas do “Nouvel Observateur”, brilhante e eruditamente escritas (a pré-história, a história, a pós-história) por Katia D. Kaupp, Levi Strauss, Lee e Wrangler fecharam algumas fábricas, os blue-jeans (não me recordo do nome em latim que lhes atribuiu Lineu) entraram em declínio, as pernas humanas começaram a rejeitá-las. Nascidas na América em meados do século passado, tinham progressivamente conquistado as duas pernas do bicho-homem (incluindo o bicho-mulher) e, a partir de 1950, invadiram todos os continentes, ignorando diferenças ideológicas, vencendo mesmo algumas iniciais resistências do socialismo real.

A história da evolução — se estou bem informado, não sou biólogo — não conhece exemplo de outra espécie que com tanta rapidez tenha invadido a Terra, desalojando com impressionante facilidade as outras espécies dos seus nichos ecológicos. Enfim, a fatal pressão selectiva, salvo erro.

Porque os jeans se adaptavam melhor as pernas humanas? Ao que sei, a questão ainda hoje se discute. E não será pura coincidência, mas uma correlação que obriga a pensar, a circunstância de que à grande época da supremacia de Levi Strauss (o maior fabricante mundial) corresponder à época mais influente do antropólogo francês Lévi-Strauss. Acaso? Causa e efeito? As concepções do famoso antropólogo corresponderão no plano das ideias à basezinha material (das calças)? Semiólogos, historiadores, cientistas hesitam e procuram homologias entre a visão do famoso pensador francês e a estrutura dos blue-jeans. Refiro-me, claro está, aos investigadores para quem tudo neste mundo se relaciona e tudo exprime, embora em linguagens diferentes, a unidade substancial do universo.

Adiante, sobre o assunto suspendo a minha opinião. Prudentemente.

Como sempre sucede, a natureza ama levemente a diversidade, e algumas bolsas ecológicas mais reticentes começam a resistir à uniformidade imposta pelos jeans, agarrando-se com ferocidade às pernas humanas. Fósseis vivos? A recente crise provém dessas resistências que após os primeiros fracassos lança agora a sua ofensiva? Mutações que entretanto surgiram, apontadas para o futuro?

Para já, não é fácil responder e nem mesmo pode afirmar-se com segurança se os jeans serão varridos da face das pernas ou encontrarão forças, graças a possíveis Mutações (mudando de cor, por exemplo) para se readaptarem. Ignoramos se o seu destino será o dos grandes répteis que subitamente desapareceram há oitocentos milhões de anos, sendo substituídos pelas aves que, num golpe de asa, conquistaram os ares, e pelos modestos mamíferos que tiveram de esperar por muitos milhões de anos para conseguirem voar. Ou se conseguirão sobreviver sob uma forma mais digna do que a lagartixa.

Nada se sabe ainda. Apenas que os blue-jeans parecem recuar. Ignora-se até se estamos em presença dum fenómeno natural (como sucedeu com o desaparecimento dos já citados grandes répteis) ou de um fenómeno cultural (como acontece com as abetardas e as baleias e já aconteceu com os bisontes).

De certo, dentro de oitocentos milhões de anos, não sei se arqueólogos se paleontologistas estudarão os restos

fossilizados dos jeans, o seu nascimento, ascensão e morte. E talvez possam concluir — é essa a minha provisória opinião — que a morte deles se deve a uma lenta transformação das pernas humanas. Apesar de tudo, nascidos no século XIX, os jeans foram uma resposta às pernas da idade pedestre e do cavalo, não à do automóvel e da informação instantânea. É possível que a pressão selectiva do automóvel e das telecomunicações, matando os passeios a pé, esteja a provocar imperceptíveis modificações nas pernas humanas às quais os blue-jeans já não se adaptam.

Enfim, dentro de oitocentos milhões de anos saberemos. Já faltou mais.

ABELAIRA, Augusto. O Ministério das Finanças restaura as danças de morte medievais? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 116, p.05, 25/09/1984.

Todas as semanas (é uma autêntica inflação), os jornais noticiam a morte de um grande homem (ou mulher), por vezes informam-nos até de que vai morrer (Dali, por exemplo), mas não me recordo de alguma vez ter lido a notícia do nascimento de um grande homem. “Morreu Camões”, escreveu certamente **O Diário de Notícias**, na época. Mas terá escrito “Nasceu Camões”?

A coisa perturba-me por dois motivos: o primeiro, porque me indica que os jornais, afinal, estão mal informados. O segundo, porque, se não nascem grandes homens, como podem morrer?

A imprensa não noticia apenas a morte de grandes homens, distingue também os pequenos, caso morram num acidente. Morrer num desastre de automóvel transformou-se num grande privilégio com direito ao nome no jornal. Mas daqui tenho de concluir (ou o observador de Sírius, por mim): embora haja mortes por acidente, não se nasce por acidente (os jornais não falam disso).

Conclusão obviamente falsa; às vezes morre-se por acidente, mas nascer, nasce-se sempre por acidente. Tristram Shandy, o famoso herói do romance de Sterne, nasceu porque durante os prazeres íntimos a que se dedicavam os futuros pais, a mulher perguntou inesperadamente ao marido, perturbando-o: “Deste corda relógio?” Nestas coisas de nascimentos há sempre um relógio qualquer.

Enfim, nos jornais morre-se bastante mais do que se nasce, o que de certo agrava a crise demográfica. Nascer, só no caso de a mãe ser princesa, actriz de cinema ou porque alguma alma generosa pagou o anúncio: “A Senhora Dona Maria Qualquer Coisa deu ontem à luz uma formosa criança”. Nós, que não tivemos essa sorte, teremos nascido? A questão angustia-me.

A civilização moderna procura esconder a morte, ao contrário do que sucedeu noutras épocas em que a morte dava lugar a autênticos espectáculos, grandes ou pequenos — diz-se. Se na aldeia os sinos da igreja ainda hoje nos avisam de que alguém morreu (mas também dos baptizados e não há baptizados sem nascimentos), na cidade só damos por ela quando por acaso nos cruzamos com uma carrinha funerária ou morreu o tal grande homem ou houve o tal desastre de automóvel. Sabemos que vários petroleiros foram bombardeados no Golfo Pérsico, mas notícia nenhuma nos disse se houve mortos. A morte desapareceu praticamente da nossa vida quotidiana. Será preciso divulgá-la, propagandear-la?

Tal me parece ser a tarefa que o Ministério das Finanças decidiu levar a cabo, em boa hora. “Lembra-te de que és pó e em pó te hás-de tomar”, informa-nos ele. Como?

Antes de dizer como, faço um pequeno desvio. “Tu, que neste momento segues descuidadamente pela rua, talvez em pecado mortal, já pensaste que dentro de momentos poderás morrer?”, ouvi certa vez aos altifalantes de uma igreja de Ávila durante as celebrações da Semana Santa — e confesso que tive um arrepio: eu caminhava descuidadamente e estava em pecado mortal).

Ora bem: agora e com a frieza nada evangélica de quem não quer saber se estou ou não em pecado mortal, o Ministério das Finanças imprimiu, no sobrescrito da fatal nota de liquidação do imposto complementar, algumas indicações destinadas aos carteiros, para o caso de eles não encontrarem os destinatários, mas que podem ser lidas pelos destinatários, se eles forem encontrados. Em resumo, pede-lhes que assinalem, com um X, as hipóteses seguintes: nova morada, endereço insuficiente, desconhecimento do indivíduo ou... falecimento. Como em Ávila, eu, que descuidadamente cantarolava (da maneira que os leitores poderão imaginar) uma das mais divertidas árias do **Rapto do Serralho**, senti um

frio na espinha, observando o quadradinho onde, prevendo a minha morte, se pedia ao carteiro que pusesse o X (com uma pequena rotação, o X transforma-se numa cruz mortuária). O X, isto é, um “aqui jaz”. Pelo menos, um “aqui há-de jazer”. Simbolicamente.

Num mundo que disfarça a morte, insisto, a implacável tecnocracia recorda-nos que somos mortais. Com a implacável lógica dum silogismo aristotélico. Embora não sejamos grandes homens (Sócrates, por exemplo), embora sejamos apenas contribuintes, somos mortais.

 Todos os contribuintes são mortais.

 Eu sou contribuinte.

 Eu sou mortal.

Consoante o Ministério das Finanças nos recorda (sem se preocupar se estamos ou não em pecado), ser contribuinte já não significa apenas que tenho de pagar os impostos, significa também que a morte é um destino inelutável, à espera do terrível X dos carteiros e antes da posterior cremação dos nossos nomes na grelha incendiária dos computadores

P.S. Ó Doutor Ernâni Lopes, não acha que os seus tecnocratas exageram ao fazerem dos sobrescritos burocráticos o equivalente das Danças da Morte dos fins da Idade Média? Acabe lá com isso! Disfarçar a morte, escondê-la, também é tecnocracia. E da boa!

ABELAIRA, Augusto. Os desafios do diabo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 118, p.19, 09/10/1984.

Ao que parece, Sartre sentia-se encantado ao escrever coisas que ele próprio não entendia. O facto é referido por Simone de Beauvoir nas suas memórias, e Karl Popper fulmina o escritor francês: “Esta anedota demonstra que ele era um intelectual no pior sentido da palavra”. E desenvolve a ideia: escrever coisas incompreensíveis aos olhos do próprio autor deveria ser o último dos objectivos pretendidos por um intelectual.

Não me recordo do texto de Simone de Beauvoir, referido pelo próprio Popper, e nem tenho neste momento possibilidades de tentar localizá-lo. Mas gostaria de saber se esse confessado encantamento de Sartre surgia a propósito da sua obra filosófica ou da sua obra literária (e até se não deveremos considerá-lo um desabafo irónico). Quero dizer: se terá sido o filósofo ou o artista que exprimiu tal contentamento.

Se foi o filósofo, dou razão a Karl Popper. Pessoalmente, exijo dos filósofos (dos críticos, de um modo geral) a clareza, só possível se eles souberem o que estão a dizer — e devo confessar que sempre desconfiei dos filósofos obscuros (“aqueles que turvam as suas águas para parecerem profundas”, como afirmava Nietzsche), embora me assalte sempre o receio de a obscuridade nascer da minha incompreensão.

Do filósofo exijo que ponha alguma ordem nas minhas ideias — e saber que procurei entender certos textos filosóficos que o próprio Sartre não entendia, irrita-me, dá-me a sensação de que fui vigarizado

Mas quando leio um romance, já não exijo que o escritor compreenda tudo quanto escreve, admito que ele procure o meu auxílio para o que não entende. Para mim (e suponho que não estarei muito longe de Roland Barthes), o romance está aquém (sem sentido pejorativo) do ensaísmo filosófico, situa-se naquela zona onde o autor (as personagens?) não formularam ainda ideias claras, não entendem ainda as ideias (ou os sentimentos) que os preocupam, ainda não atingiram o saber, procuram-no. Ao contrário do filósofo que **sabe** e expõe o que sabe (ou julga saber), o romancista não sabe (se soubesse escreveria ensaios). E o facto de escrever sem saber não representa desonestidade, mas a revelação de situações bem características do homem comum, que também não sabe. O romancista explora a área das ideias confusas, explicita-as, oferece-as ao leitor para este, por um esforço próprio e ao tomar consciência delas, procurar dar-lhes um sentido e alguma clareza. Um desafio, como se dissesse: “Responde tu. Ajuda-me”.

Qual o sentido das obras filosóficas de Espinosa ou de Karl Popper? Eles certamente saberão responder, escreveram-nas precisamente porque o conheciam. Mas qual o sentido das obras de Dostoievski ou de Fielding? Duvido que nos soubessem dizer (quando muito podem fingir). Ao publicarem os seus romances, convidam-nos a encontrar o sentido que eles, muito humanamente, não encontraram.

Como é mais ou menos evidente, não basta ao romancista não saber. Exige-se um não saber que valha a pena, e apresentado de tal modo que se torne estimulante. Um não saber acerca daquilo que vale a pena saber.

Karl Popper estaria disposto a fazer esta concessão, tanto mais que se mostra admirador de Julien Benda (de resto, também admiro Juliene Benda), o autor da “França Bizantina”? Ora Benda, violento “destruidor” de toda a literatura francesa do seu tempo (Mallarmé, Gide, Valéry, Proust), opõe-se à tese que acabo de propor.

É duvidoso que Popper concorde comigo, até porque diz acusadoramente: “Toda a arte moderna, a literatura, a música estão impregnadas dessa propaganda que tende a dar um sabor dramático à nossa existência e ao nosso mundo”. Para Popper, as ideias confusas, mesmo na arte, dão ao universo um dramatismo que as ideias claras lhe retiram.

Terá razão, talvez, mesmo quando afirma que essa arte é “obra do Diabo” (refere-se concretamente a Schoenberg e ao “Pierrot Lunaire”, uma das mais prodigiosas obras-primas do nosso século). Mas enquanto o Diabo existir, precisaremos de sabe o que, embora confusamente, ele vai pensando. Não sendo nós leitores passivos, tentaremos aceitar, os desafios do Diabo.

Ou pensará Karl Popper, ingenuamente, que o Diabo não existe?

ABELAIRA, Augusto. Fábula sem a devida moralidade. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 120, p.11, 23/10/1984.

A luz verde acende-se, as pessoas avançam para atravessar a rua — e nisto surge um automóvel que não obedece ao sinal de parar. Medrosos, indignados, recuamos, mas há um herói (um louco?) que acelera o passo, colocando-se à frente do carro. Que, felizmente, trava.

A tempo.

O condutor diz, com bastante calma:

— Faça muitas dessas e qualquer dia lixa-se.

Calmo também, o herói (o louco?) responde:

— Você ignora que ainda há homens dispostos a defender os seus direitos, mesmo correndo alguns riscos.

De morte, neste caso, penso.

— Como? — diz o condutor, desconcertado.

— Você está convencido de que a força obriga as pessoas a desistirem dos seus direitos. Mas engana-se.

O condutor não deseja grandes discussões, o herói (o louco?) também não, calam-se ambos.

Eu, que pertença ao número dos medrosos (ou dos não-loucos), dos que fugiram, ainda penso ir no encalço do homem que não transige na defesa dos seus direitos, mas hesito e quando decido apanhá-lo ele já desapareceu.

Teria sido interessante conversar com ele, medir a dimensão que atribuiu ao seu próprio gesto. Resultante de uma pensada filosofia acerca dos direitos humanos? Simples consequência de uma desagradável discussão com a mulher, momentos antes, e que o deixara disponível para este e outros actos irreflectidos?

Quem sabe? Talvez esteja a ler-me.

Aliás, também teria sido interessante falar com o automobilista. Pensará realmente que a força se sobrepõe aos direitos dos outros ou, eventualmente, até já foi preso vinte anos atrás por defender os direitos humanos e, naquele momento, estava apenas atrasado, combinara encontrar-se com uma gentil mulher?

Quem sabe? Talvez também esteja a ler-me.

ABELAIRA, Augusto. Duas famílias culturais. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 134, p.25, 29/01/1984.

José Miguel Júdice publicou um artigo interessante e polémico, como seria de esperar, mas sobretudo revelador de que há duas famílias de homens neste mundo. Pelo menos na civilização ocidental, a civilização do Homo Aequalis, para me servir da designação de Louis Dumont que a opõe às civilizações do Homo Hierarchicus.

O título de Júdice exprime, logo à partida, o seu protesto: “o contrabando já será legal?”. É uma interrogação puramente retórica, Júdice sabe que não, e sabe que os leitores também sabem que não”. Não se ouve uma voz — escreve — nem sequer a voz de uma autoridade pública, a constatar esta simples evidência, a de que na origem da morte do soít-disant estofador está realmente a sua actividade criminosa e não se trata portanto do disparo de um agente sobre um pacato turista, vulgar comerciante, um simpático desportista”.

Excessos de polemista? De facto, e tanto quanto pude verificar, os jornais salientaram que o soít-disant estofador se entregava ao contrabando de lagostins no momento em que foi morto. Nenhum jornal, que eu saiba, escondeu cavilosamente essa evidência, sugerindo ser ele turista, comerciante ou desportista. E se não deturpo os factos (mas como sei eu que o contrabando até era de lagostins?), então Júdice engana-se ao dizer com manifesto pessimismo que tal ausência de vozes a proclamar aquela simples evidência seja “um sintoma claro da decomposição do tecido social português”. Pelo contrário, alegre-se Júdice, as vozes descreveram correctamente a situação de contrabando. Se o problema é esse, deveremos concluir então que o tecido social português está bem e recomenda-se?

A verdadeira questão levantada por Júdice e que ele deixa na penumbra, subitamente tímido, parece-me outra: apesar de todos estarem informados acerca da natureza do acto praticado pelo cidadão espanhol, ninguém se indignou, por isso. As pessoas em vez de acharem natural que ele tenha sido abatido pelas forças da ordem, indignaram-se, sim, mas com o cumprimento da lei, uma lei que prevê a morte de quem não a cumpre. Donde a pergunta retórica “o contrabando já será legal?”

Compreendo o protesto de Júdice: um homem entrega-se ao contrabando, sabe que isso é proibido e morre de acordo com todos os preceitos legais — e ainda por cima as pessoas indignam-se e condenam os representantes da lei? Implicitamente essas pessoas aceitam a legalidade do contrabando ou quê?

Conclusão enganadora: protestar contra a morte do contrabandista não é legalizar o contrabando, mas simplesmente afirmar que na hierarquia dos valores há valores mais altos do que as leis que condenam o contrabando.

E é aqui que eu vejo as tais duas grandes famílias humanas. Diria até que esta distinção opõe a esquerda à

direita, se a realidade não desmentisse, infelizmente, tal afirmação. De facto, para uma destas duas famílias, matar um homem, sejam quais forem os argumentos, é sempre inadmissível. Sabendo embora, não tendo quaisquer dúvidas sobre isso, que o estofador espanhol transgredira a lei, essa família preferiria deixá-lo fugir. Pelo contrário, a outra família considera a lei um valor superior à vida humana. Mesmo quando esta família se opõe a pena de morte (o que já não é mau) opõe-se apenas contra a pena de morte declarada pelos tribunais, aceita-a se for declarada por um simples agente policial, dotado de uma espingarda — e cujos poderes superam afinal os poderes do mais austero dos juizes.

Dois pontos de vista, claro, em matéria seguramente discutível. Não será difícil aos antagonistas apresentarem argumentos a seu favor, procurando demonstrar que os argumentos contrários conduzem a situações absurdas. Provavelmente, chegarão a um momento em que, ultrapassados os argumentos racionais (ou pretensamente racionais) serão empurrados para aquele domínio, mais primitivo, onde já não há razões, mas sensibilidades, temperamentos, emoções. O dos “postulados afectivos” irredutíveis, permita-se-me a expressão, talvez inadequada. Quando a discussão se toma inútil, já que os alicerces dela são inconciliáveis.

P.S. — Um segundo caso, a morte dum médico, perto de Setúbal, médico que não se entregava a contrabando, mas se tomara suspeito aos olhos dos agentes da ordem, parece favorecer a tese dos adversários da pena de morte decidida pelas polícias. É que, além do mais, o direito policial de matar permite a morte de inocentes num mundo onde para ser suspeito basta apenas ser inocente.

ABELAIRA, Augusto. Oftalmologia. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 136, p.3, 12/02/1984.

Certa vez, por volta dos quarenta anos, um médico amigo convenceu-me a consultar um oftalmologista. E embora eu não sentisse tal necessidade, lá fui, cidadão cumpridor. O oftalmologista observou-me de mil e uma maneiras, quis obrigar-me a ler umas ilegíveis letras situadas a quilómetros de distância e acabou por perguntar, aparentemente incrédulo:

— Nunca usou óculos?

— Não, nunca precisei — respondi.

— Não percebeu que via mal? Não sofre de dores de cabeça?

Tocara-me num ponto fraco.

— Sim, senhor doutor, passei toda a minha vida com dores de cabeça. Até já me habituei elas. — Resolvi ter espirito: — Se não soubesse pelos amigos que nem toda a gente constantes dores de cabeça imaginaria que as dores de cabeça fazem parte da natureza humana, como ter duas pernas e dois braços, vinte dedos, pulmões em vez de guelras; uma alma imortal....

— Deveria ter usado óculos desde criança — concluiu ele, insensível aos meus dotes de comediante (fico sempre extremamente infeliz quando os outros não reconhecem em mim o actor e levam a sério tudo quanto digo).

— Desde criança?

— Desde criança — repetiu, laconicamente; estendendo-me a receita e despedindo-me, apressado. Tinha mais algum dinheiro a receber na pessoa de outros doentes.

Comprei os óculos, pú-los no nariz. E como logo em seguida tive de descer as escadas do metropolitano, dei um trambolhão — os degraus, tanto quanto me quis parecer, estavam fora do sítio. Mas isto, com queda ou sem queda, é vulgar, suponho, acontece a toda a gente. O que me surpreendeu foi o que veio depois.

Os objectos extremamente nítidos, recortados à tesoura.

Como se o ar fosse transparente, e deixasse subitamente de apagar os sucessivos planos, confundindo-os. Como se o ar fosse transparente, repito.

Porque antes (e só agora percebia isso) o mundo era difuso, mergulhado numa poeirinha translúcida. Pintado por Tumor, direi hoje, perguntando-me ao mesmo tempo se ele não precisaria de usar óculos. E esse mundo enevoado onde todas as coisas, sem bordos definidos, se fundiam, fora para mim a verdadeira realidade. A realidade tal como a veriam, com olhos iguais aos meus, todos os homens.

Um novo universo. De tal modo que cheguei a perguntar-me se os óculos teriam sido bem receitados, se não seria agora que eu estava a ver mal. E recorri aos amigos para tirar a limpo o caso, embora isso não fosse fácil. Na falta de um padrão objectivo que me permitisse comparar a minha visão com a deles, vi-me obrigado a utilizar esse inadequado instrumento de medida que são as palavras.

E deixei-me convencer (ou fingi-me convencido). Para ser verdadeiramente homem, o homem estatístico, eu deveria ver o mundo como os óculos me obrigavam a ver e não como os meus olhos viam. Graças aos óculos, eu fora reconduzido à verdadeira natureza humana, aos vinte dedos, aos pulmões em substituição das guelras. Antes, era como se tivesse bico e penas ou escamas, um rabo comprido, bigodes de gato.

Aqui está — e, salvo quanto às dores de cabeça, felizmente desaparecidas, não sei se perdi ou ganhei. E às vezes tiro os óculos para recuperar o mundo perdido (à Tumor) onde vivi os meus primeiros quarenta anos, mas sem êxito. Tendo-me habituado à nova visão, a “natural” pelos vistos, já não sei ver como dantes. Ou melhor: já não aceito essa visão porque a consciência me segreda que não é assim que “devo” ver.

Pensando bem, julgo que a natureza cometeu um erro ao decretar que os olhos normais são aqueles que vêem o mundo com nitidez. Praticou, em meu entender, o primeiro grande atentado contra a beleza do mundo. Em nome da eficácia, de certo, já que é mais fácil matar um leopardo nítido do que um leopardo difuso.

Mas Tumer é que tinha razão. E eu, antes dos quarenta anos.

ABELAIRA, Augusto. A morte de José Gomes. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 138, p.7, 26/02/1985.

Há alguns anos falou-se muito acerca do remorso na obra de José Gomes Ferreira. Com alguma ironia, por vezes. A ironia dos que, compreensivelmente, não sentiam remorsos — em vez dos remorsos entregavam-se à acção política na luta concreta contra o fascismo. E daqueles que, desprovidos de sensibilidade social, também não podiam sentir remorsos, até porque, bem pragmaticamente, os consideravam inúteis. E inúteis, ninguém negará. Mas existem. Como o ciúme ou o amor, não menos inúteis, mas reais — susceptíveis portanto de expressão poética.

Tendo José Gomes Ferreira nascido “para” (ninguém nasce “para”) cantar os passarinho, cedo compreendeu — ao contrário de muitos poetas, e não os condeno por isso — que cantar os passarinhos num mundo como o nosso (um mundo onde imperava o fascismo) não basta. Que não basta pelo menos para certos homens (e os homens são diferentes uns dos outros) exprimir as alegrias ou os sofrimentos individuais, particulares, desligados das alegrias e dos sofrimentos alheios (daqueles com quem todos os dias nos cruzamos). E deste modo poderá dizer-se que o canto solitário de José Gomes Ferreira, foi afectado pela existência dos outros homens. Se quiserem, pelo dever moral.

E isto tornou a sua poesia extremamente rica: o cantor natural dos passarinhos (e nunca deixou de cantá-los), o poeta militante (da poesia) descobriu a gente que não podia cantar os passarinhos. Não uma compreensão abstracta, colhida nos livros, mas sentida profundamente — sentida por um homem para quem nada do que é humano lhe era estranho (e estranho portanto à poesia): amor, ciúme, dever social, generosidade, egoísmo e optimismo, remorso. Etc.

Vejo em José Gomes Ferreira (estarei a exagerar?) um céptico visceral que não podia conformar-se com o seu cepticismo, que lutou raivosamente contra ele. Mas não escondeu essa luta, não quis enganar-nos — pelo menos nas obras mais conseguidas. Exprimiu esse combate, esse sim e esse não.

Como tantos outros procuram um Deus que se esconde-esconde quase sempre, mas que por vezes se deixa entrever, José Gomes Ferreira procurou toda a sua vida uma fé laica, que muitas vezes lhe escapou, que outras se lhe revelou.

No meio desta encruzilhada, o remorso até por não ter a simplicidade de alma que permite as grandes certezas e os grandes actos heróicos.

Mas esta é uma leitura possível, haverá outras mais completas, que até já foram expostas pelo Pinheiro Torres no seu belo livro.

ABELAIRA, Augusto. Reflexos (de Mozart) num olho oxidado. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 141, p.04, 19/03/1984.

Se eu fosse Mozart movia uma acção judicial contra Forman. Por calúnia. Com o seguinte argumento: tem alguma verosimilhança psicológica que o autor de algumas das mais dramáticas e melancólicas páginas da arte de todos os tempos seja aquele garoto? Que superficialidade interpretativa, bem anterior à revolução dostoiévskiana!

A isto, a defesa poderia contrapor, de certo, que a arte, a literatura, por exemplo, é uma acumulação de calúnias. Haverá maior caluniador do que Shakespeare? Condenemos Forman (e Shaffer), continuaria a defesa, espetando o dedo no ar, mas condenemos também Shakespeare. À pena máxima.

E ainda a propósito de Mozart, acrescentaria a defesa, é necessário acabar com essa ridícula história do Mozart angelical.

Claro, mas não é isso que se discute, objectaria a acusação. Embora libertino, aquele Mozart visto pela rama não pode ser Mozart. O público vai ficar com uma ideia errada dele e vai até interpretar-lhe mal a música.

Somente contra-atacaria a defesa, mesmo que tudo isso seja verdade, a única pessoa que poderá queixar-se não é Mozart, mas Salieri, que continua neste filme a ser vítima da má língua. E ele não se queixou.

Afinal, Mozart não foi posto em causa, pela simples razão de que o filme não é sobre ele, mas sobre Salieri — e daí que o título esteja errado. Por motivos comerciais? Por um equívoco que escapou aos autores? Por uma ardilosa intervenção do Demónio ou até de Deus? O filme deveria chamar-se **Salieri**.

Eis-nos perante uma confissão (a um padre), a confissão dum homem manifestamente perturbado, acabado de internar num hospício, após uma tentativa falhada de suicídio. A confissão de Salieri. Que nela não nos oferece obviamente o Mozart “objectivo”, mas um Mozart tal qual a sua imaginação o vê. Um Mozart que é o pretexto psicológico para um drama que verdadeiramente se passa na cabeça de Salieri e que tem em Deus a personagem principal.

As palavras (nós vêmo-las sob a forma de imagens) de Salieri ao padre confessor são a história de um grande diálogo com Deus, a acusação dirigida a um Deus incompreensivelmente injusto.

Do drama psicológico do Salieri (um Salieri fantasiado pelos autores) se trata, não de Mozart que não era nem poderia ser como Salieri o via. E é neste sentido que o filme de Forman me parece uma obra notável. Não direi uma obra-prima, mas uma obra belíssima, densa, rica, talvez inesquecível. E acusar Forman por ter deixado escapar Mozart não tem sentido. A única pergunta legítima é esta: se aquele dostoiévskiano Salieri tem sentido.

E tem, embora Salieri “autêntico” seja outro. Mas Salieri não pode queixar-se. Afinal, Forman engrandeceu-o, arrancou-o à mediocridade, ao esquecimento, transformou um homem sem grande talento (tinha algum), talvez invejoso (se o foi!) no sujeito de um grande drama que envolve um Deus fascinado pelo Diabo.

*P.S. — Poderão dizer-me: muitos espectadores não saberão ler o filme, incapazes de distinguir a verdade histórica da verdade da arte. Mas tal é a contingência de toda a obra humana, A maior parte dos espectadores saberá ler o **Édipo Tirano** ou o **Hamlet**?*

Fico por aqui: que significa "saber ler"? Concedo que esta expressão tem muito que se lhe diga?

ABELAIRA, Augusto. Direitos do autor. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 143, p.14, 02/04/1984.

Informa-me Inês Pedrosa, num dos últimos números do **JL**, que vai ser publicado (aliás foi) no **Diário da República** um novo Código dos Direitos de Autor. E cita alguns passos. Este artigo, por exemplo: “Não são admitidas modificações da obra sem o consentimento do autor, mesmo naqueles casos em que, sem esse consentimento, a utilização da obra seja lícita”. O artigo, ao que vi, é completado por estas palavras que dir-se-iam tiradas de outro código, concebido a milhares de quilómetros de distância: “Na medida exigida pelo fim a que o uso da obra se destina, é lícito proceder a modificações que não a desvirtuem”. Em resumo, não é permitido modificar, mas é permitido modificar.

Fica-me o problema de se o legislador previu algum tribunal para julgar se os textos foram ou não desvirtuados (de contrário, que critério usar?), mas passo adiante.

Suponha-se que “os fins a que o uso da obra se destina” são de natureza erótica. Assim, onde o autor escrevera com louvável delicadeza “João e Isabel fizeram amor”, o compilador do manual prático do erotismo traduz: “João e Isabel...”, enfim, omito a palavra que a rica panóplia popular da língua portuguesa nos oferece para substituir a poética expressão “fazer amor”. Ou o contrário: o fim a que o uso da obra se destina é de natureza idílica, mas o seleccionador dos textos, apreciador da boa literatura, vai ao **Sexus** de Henry Miller e onde este recorreu a expressões um tanto cruas, altera-as, sem desvirtuar a obra, por outras mais macias.

Ou que enfrentamos um tratado que se propõe educar os ladrões de modo a que empreguem uma linguagem mais polida, porque em tudo é preciso compostura. E descobre um belo texto onde um grande romancista pôs na boca dum ladrão esta frase: “Vai daí, gamei-lhe a carteira”. E substituí-a por esta: “E então locupletei-me com a carteira”. Terá havido desvirtuação?

Mais: Suponha-se um passo, aparentemente inóquo, mas de “grande beleza literária”, em que o escritor canta maviosamente os passarinhos. Mas a leitura total da obra revela-nos que o autor detesta os passarinhos e que aquele texto não significa o que, isoladamente, parece significar.

Ainda aqui passo adiante, mas pergunto: se ninguém tem direito de ir a minha casa mudar a posição dum candeeiro que, bem ou mal, eu entendi colocar onde está e não onde não está, que direito tem um autor de antologia, porque quer usar a minha obra para um fim que não era o dela, de lhe mudar uma palavra?

Suponho que o legislador concebe a literatura à luz dum dicionário de sinónimos e acredita que **Os Maias** não seriam atraídos se, de dicionário em punho, o traduzíssemos por outras palavras. Assim, a obra não seria desfigurada se em vez de transcrever “A casa que os Maias vieram habitar no Outono de...”, etc., eu escrever: “A mansão que os Maias escolheram para viver na penúltima estação do ano...”

Espírito meu gracioso que embora te foste...

Rapariga e donzela me arrancaram do lar dos meus progenitores...

Melancolia, sabor penoso de desgraçados...

Na campina deserta a que o tépido vento dá calor.

ABELAIRA, Augusto. Felicidade. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 145, p.16, 16/04/1984.

O País está adormecido? Em certos momentos, penso (pensamos?) que sim, que as pessoas se entregaram ao destino, enfiaram-se dentro da rotina e, quando muito, desejam ganhar mais uns patacos ou subir na escala do poder. Mas, por vezes, quando contactamos directamente com elas, percebemos que não.

Ainda há dias, assisti a um colóquio destinado a professores de filosofia do ensino secundário e fiquei surpreendido. O colóquio era pago e, apesar disso, de todas as províncias, julgo ter percebido vieram professores.

Inquietos. Não estavam satisfeitos, mas o problema deles, insista-se, não era de natureza económica (embora ele de certo exista). A inquietação era outra, era como professores de filosofia no mundo contemporâneo que eles se interrogavam. Que comunicar aos alunos?

Talvez se deva dizer que é o mínimo que se poderá exigir dum professor de filosofia. Mas recordo as minhas palavras iniciais: “O País está adormecido?” Deriva desta pergunta pessimista a minha satisfação.

O País estaria adormecido se aqueles professores não tivessem vindo de cascos de rolha, se eles não se sentissem inquietos, se não se interrogassem. Que eles se interroguem, mesmo sendo de sua estrita obrigação interrogarem-se, prova que o País não está adormecido. Ou melhor: prova que, pelo menos, não estão Adormecidos os professores de filosofia — e é pouco provável que sejam uma excepção. Se procurarmos, mesmo sem uma candeia na mão...

O País está acordado, nós é que nos deixamos iludir pelo deprimente espectáculo da política. E nesse caso talvez seja falso dizer que temos os políticos que merecemos. Talvez não, quem sabe? E, sejamos justos, nem todos os políticos serão maus.

Aliás, não é indiferente que os professores de filosofia se interroguem. Em princípio, e se o ensino oficial serve para alguma coisa, o papel dos professores de filosofia pode ser importante — precisamente porque eles, mais do que transmitirem um saber, deverão, ao que julgo, incitar os seus alunos a interrogarem-se. O saber propriamente dito transmitem-no os professores de física, de história, etc. Mas esse exercício de interrogação, desenvolvendo nos alunos o hábito de apenas aceitarem as opiniões acerca das quais haja fortes razões para as aceitar, parece-me importante. Se os futuros cidadãos, ou uma parte substancial deles interiorizarem esses hábitos de uma forma activa, então teremos uma verdadeira revolução cultural — embora com grave prejuízo para os partidos constituídos ou (eventualmente) a constituir nestes tempos mais próximos. Compreenderão que se os grandes cientistas (esses homens que dialogam com a verdade, ainda que provisória) dão lições de prudência, então a prudência tem ainda de ser maior quando ouvirem qualquer ideólogo político vender, como verdades, os seus desejos, por muito respeitáveis que eles sejam.

Fico por aqui. Não sei, estou talvez a sobre valorizar o valor da filosofia, essa tentativa de crítica permanente de todas as pretensas evidências — o que não a impede de as distinguir e de lhes dar um valor afectivo, se for caso disso. Para já, quero apenas registar a

satisfação sentida ao descobrir que neste país a rotina, o desencanto, a desistência, o deixar correr, a visão do espectáculo político e dos seus palhaços involuntários ainda não afogaram todas as pessoas. Que ainda há espíritos inquietos. E que, ao interrogarem-se acerca do ensino da filosofia no nosso país, se interrogam afinal acerca do nosso destino, acerca do nosso papel neste país só aparentemente adormecido.

*P. S. Já agora, aproveito a oportunidade para fazer uma referência a um jomalzinho que raras pessoas conhecem e se chama **Libertar**. Escrito por uma minoria de católicos, iluminados pela mais pura fé cristã. Até o descrente, que eu sou, retira sempre da sua leitura uma imensa satisfação, o tal sentimento de que o País não está adormecido.*

ABELAIRA, Augusto. Ao volante do Chevrolet. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 155, p.3, 25/06/1985.

O primeiro automóvel em que eu dei grandes passeios (rumo à Figueira da Foz, parando pelo caminho para comer pastéis de Tentúgal) foi um Chevrolet. Na década de 30 — um daqueles Chevrolets com três lugares à frente e uma corcunda atrás que, depois de aberta, poderia levar mais três pessoas, se estivessem dispostas a arriscar-se à chuva, à poeira e ao vento. A quantos piqueniques me levou esse Chevrolet? O dono, o meu tio, um homem que nunca podia estar quieto, nunca podia ficar em casa, que passava o tempo a inventar sonhos e à distribuí-los por todos nós (os miúdos e os graúdos da casa da minha avó) levava por vezes a grafónola: tangos, a música americana da época (o jazz), as canções das últimas operetas da UFA (Martha Eggert, se é assim que se escreve).

De certa vez, o Chevrolet, ao galgar a grande velocidade uma lomba da estrada, obrigou mala da minha mãe a voar. Parado o carro, minuciosamente explorado o terreno, a mala não apareceu. Ou apareceu mais tarde, inesperadamente escondida dentro do próprio automóvel. Muitas semanas depois. Mas talvez nesse, momento ou noutro, de qualquer modo enquanto eu viajava no Chevrolet, certo homem (imagino-o sem carta de condução), passeasse num Chevrolet (ao luar e ao sonho na estrada deserta), não em direcção à Figueira da Foz, mas a Sintra. Aliás, certa vez na Albânia, um jovem poeta disse-me:

— Li há uns tempos, numa tradução servia, uma das mais belas poesias da minha vida. De um poeta português.

— Como se chama ele?

— Esqueci-me do nome — respondeu, envergonhado.

— De que tratava? — Pergunta absurda, que irritou Gide (ou Édouard) quando certa dama quis saber qual o assunto do romance que ele estava a escrever.

— Ia num automóvel.

— Um Chevrolet?

— Isso. — O Chevrolet, a impressão digital, eu, o Sherlock Holmes.

Bom. Dizia eu? Ah! Que num desses momentos em que eu seguia de Chevrolet pela estrada da Figueira, um homem em Lisboa talvez viajasse às escondidas, no escritório onde trabalhava, também num Chevrolet, mas pela estrada de Sintra (ou na estrada do sonho).

Esta coincidência (coincidência ou ilusão dela?) impressiona-me e explico porquê: Pessoa morreu em 35 e eu tive portanto a felicidade de viver quando ele ainda vivia. Isto significa que muitas vezes dormimos ao mesmo tempo (mesmo que ele tivesse insónias), comemos ao mesmo tempo (mesmo que ele não comesse a horas) — e, muitas vezes, enquanto ele estava acordado eu estava acordado. Sem saber um do outro, fazemos coisas ao mesmo tempo, mesmo se coisas diferentes. Por exemplo: enquanto eu brincava com um comboio de corda ou ia à Figueira, ele escrevia um desses poemas com os quais, muito anos depois, e de mão dada, eu havia de namorar, falando também do Chevrolet do meu tio.

E eu ignorava que nesse momento... Que nesse momento ele estava a fazer de mim quem eu havia de ser. Quem nós havíamos de ser.

Vivendo embora simultaneamente com ele, eu ignorava que... Eis o que me perturba: não poder determinar, ligando-os àquilo que eu fazia nesse momento, os versos que Fernando Pessoa compunha. Que fazia eu enquanto ele escreveu a **Tabacaria**, por exemplo? Como é possível que eu, ao atirar o pião ou ao segurar uma estrela de papel, não soubesse que nesse exacto instante Álvaro de Campos ia para as hortas na pessoa dos outros, ou depunha a máscara e via-se no espelho, ou queria acabar entre rosas porque as amara na infância?

De súbito penso: houve pelo menos um momento em que as nossas vidas fatalmente se cruzaram, em que eu posso dizer: “Fazia eu isto quando tu fazias aquilo”. **Necessariamente**, ele viajou até Sintra no Chevrolet emprestado enquanto eu viajava até à Figueira no Chevrolet do meu tio. Quem sabe se no exacto momento em que a mala da minha mãe voou?

P.S. — Volheio o volume das poesias de Álvaro de Campos. Ele deu o seu passeio a Sintra em 1927. Então o meu tio ainda não comprara o Chevrolet e eu nem sequer, sabia falar. A minha ilusão desfaz-se sem ideal nem esperança.

ABELAIRA, Augusto. O valor dos argumentos políticos. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 157, p.22, 09/07/1985.

A recente crise política fez de nós alvos mais ou menos indefesos de um bombardeamento de explicações contraditórias disparadas pelos diferentes partidos. E pode perguntar-se: o objectivo dessas explicações qual era? Procuraram os numerosos arautos políticos convencer, pelo rigor das suas razões, os eventuais opositores? E nós, os alvos, seremos capazes de, com perfeita independência, comparar essas contraditórias razões e chegar a alguma conclusão que, eventualmente, nos obrigue a alterar as nossas iniciais atitudes?

Permito-me duvidar. Não creio que os argumentos (entre a demagogia e a sebenta) de Cavaco Silva, nem a brilhante argumentação de Almeida Santos ou de Lucas Pires, o discurso frio e cortante de Cunhal nos tenham levado a mudar de posição (se tínhamos posição). E não creio também que os difere homens políticos tenham alimentado quaisquer ilusões acerca disso (são homens inteligentes). Com os seus argumentos, se não me engano, pretenderam apenas consolidar as crenças dos seus partidários. De grande diálogo-monólogo a que assistimos ninguém convicções saiu desconvertido, mas a ouvir os seus chefes sentiu-se mais seguro. E dos discursos políticos é esse mesmo. A questão, realtivamente à presente crise, não é “quem tem razão”.

A pergunta “quem tem razão?” desaparece se pensarmos que o bicho-homem, em política, pelo menos, não é um animal racional, mas - como numerosos psicólogos têm sublinhado — um ser racionalizador. Mais do que utilizar a nossa inteligência para descobrir a verdade nós utilizamo-la (não estou a fazer outra coisa) para justificar as nossas prévias simpatias, nossas crenças, as nossas atitudes passadas. E nem sequer pesamos os diferentes argumentos, valorizamos somente os que nos servem, esquecendo os que nos contradizem, os que podem pôr em dúvida as nossas que só aparentemente são racionais ou saídas da experiência. Porque, de um modo geral, não somos livres de abandonar essas crenças em torno das quais a nossa vida moldou. Negá-las, virar-lhes as costas, após tantos anos de fé, seria negar o valor do nosso passado, o sentido da nossa vida. Estamos dispostos a reconhecer isso e a viver sobre tão terrível conclusão? É possível que alguns. Poucos.

Chego a crer que ainda bem que são poucos. Provavelmente seria terrível viver num mundo em que todos os homens sentissem que o seu passado fora um erro, deixassem de se sentir de bem com eles próprios, equilibrados com o seu passado. Assim, quando muitos eleitores, mesmo desencatados com os seus partidos, continuam a votar nos seus partidos (graças a brilhantes racionalizações que atenuam as dissonâncias cognitivas) é a sua vida passada que estão a justificar e a defender, não os partidos em si mesmos.

P. S. Não me proponho defender o filme de Godard, até porque não o vi (aliás, como a maioria dos seus indignados opositores). O problema é outro, o da liberdade. E que pedem certas pessoas? O regresso da Inquisição? E, se é esta a proposta: deveremos queimar o filme ou também o autor e os patrocinadores da sua exibição?

Inclino-me para a segunda ideia. De facto, penso que liberdade, sim, mas só para as nossas crenças. Os herejes devem ser todos queimados.

ABELAIRA, Augusto. Sublinhados. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 159, p.05, 23/07/1985.

Haverá alguma coisa mais fascinante (há, a pergunta é meramente retórica) do que folhear um livro sublinhado muitos anos atrás? De súbito, perante um risco a lápis, hesitante ou marcado com firmeza, perguntamos: “Por que sublinhei eu esta frase que hoje nada me diz? Que me disse ela nesse dia longínquo em que, de lápis na mão, a salientei?” E logo depois, duas linhas abaixo, diante dum passo que nos grita, que parece finalmente revelar-nos o sentido da vida e do universo, mas não sinalizado, perturbamo-nos: “Onde estava eu para deixar escapar isto? Onde tinha a cabeça?”

De repente, todas ou quase todas as frases antes sublinhadas nos parecem inócuas, sem relevo; importante, sim, é aquilo que passámos em silêncio. “Como é possível que eu estivesse convencido de que lera este livro, quando afinal não soube lê-lo?” **Os Irmãos Karamazov, a Guerra e Paz, Tristram Shandy**. Será possível? Será que tenho de reler todos esses livros porque eles me escaparam, porque não lhes apanhei o sentido profundo que só agora apreendi?

Estas perguntas são tolas. Um livro, um grande livro, é uma máquina fabricada para nos “responder” às perguntas que lhes fazemos no exacto momento da leitura e só nos dá aquilo que lhe pedimos. E aquilo que lhe pedimos depende da situação que então vivemos. Só se encontra o que se busca e a busca depende das nossas preocupações.

Aquilo que lhe pedimos: os nossos sublinhados. E então se quisermos reconstituir o que foi a nossa vida passada (porventura já esquecida), que melhor maneira do que recorrer aos sublinhados dos livros onde fixámos as nossas inquietações? Muito melhor do que consultar um diário íntimo (se acaso temos um diário íntimo), onde sempre nos falsificamos.

Por que sublinhei eu “esta” frase que nada me sugere, por onde voava então o meu espírito? Reler hoje, muitos anos depois, um volume sublinhado dos Irmãos Karamazov não é reler apenas Os Irmãos Karamazov é recuperar quem fomos (quem continuamos a ser, se houver coincidência de sublinhados passados e presentes). Sublinhar agora o mesmo livro com cor diferente, comparar depois os diferentes sublinhados é medir a nossa trajetória, as grandes contradições, as grandes constantes, pôr frente a frente quem fomos sendo ao longo dos anos e quem somos hoje.

Conselho aos jovens: escolher um grande livro, um desses com marca de garantia, um livro que terei necessidade de reler de dez em dez anos (**Os Karamazov**, por exemplo). Sublinhai-o de cada vez com uma cor diferente.

Depois, aos sessenta anos, podereis ler nele, não apenas o livro, mas o filme das vossas vidas, a história das vossas preocupações fundamentais, os acontecimentos que deram origem a essas preocupações. A história dos vossos amores, dos vossos ódios, das vossas indiferenças. O livro passou a conter a vossa própria vida.

ABELAIRA, Augusto. À espera de Sagan. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 163, p.20, 20/08/1985.

Carl Sagan não é um desconhecido em Portugal, pelo menos para quem viu na RTP uma série notável, *Cosmos*. E, depois, para quem leu o livro escrito paralelamente a essa série e que até se transformou num “best-seller”.

Carl Sagan, do qual acaba de ser publicado **Os Dragões do Éden**, provavelmente ainda mais apaixonante do que o **Comos**. Mais apaixonante, porque agora não é do longínquo cosmos que ele nos fala, mas de nós próprios. Nós próprios na dimensão histórica.

Na dimensão histórica, mas não no sentido habitual do termo que inclui Júlio César, a estrutura feudal, a ascensão da burguesia, as batalhas de Aljubarrota e de Estalinegrado. A outra história, a história de como se desenvolveu a inteligência humana que, em concreto, se manifestou em Júlio César, na estrutura feudal, na ascensão da burguesia, nas batalhas de Aljubarrota e de Estalinegrado. Nas hipóteses de Galileu, na Nona Sinfonia. No leitor que lê este esboço de crónica, até em mim (talvez) que a escrevo.

Quem somos nós, como chegámos aqui, pelo menos desde o peixe e passando pelo réptil e por certos pequenos mamíferos que se escondiam dos terríveis dinossáurios que, felizmente (talvez?), uma desconhecida catástrofe acabou por eliminar da superfície da terra? E aquilo que poderemos ler, em separado, em numerosos livros, Carl Sagan reuniu admiravelmente num só livro. Para nossa comodidade, embora não uma comodidade preguiçosa.

Acontece que Sagan, além de homem que sabe e escreve mensagens para as estrelas (levadas pelos foguetões da NASA) é um artista também. Quero dizer, tem uma arte subtil de contar, de dramatizar o que vai contando, de inclusivamente dialogar com a literatura passada e com os velhos mitos. De criar suspense.

E agora, quando nos informam de que está para ser publicado em Portugal um seu romance, como não nos sentirmos apaixonadamente curiosos? Que surpresa nos trará este grande cientista e grande artista — se de facto esse romance não for a repetida história de Romeu e Julieta ou da Madame Bovary e se Carl Sagan souber jogar com todo o seu saber científico, saber que não é menos emocionante do que as cansadas fábulas romanescas a que estamos habituados?

Embora seja um perdedor nato, aposto com confiança nesse romance.

*P.S. — Clara Pinto Correia, brilhante cronista científica do JL (autora também duma sedutora ficção **Um Esquema**) abandona o jornalismo e vai dedicar-se a investigar os segredos, fechados a sete chaves, da vida. Deveremos lamentar tal decisão? Não creio. Digamos apenas que a natureza não é tão sábia como finge. Porque em vez de ter dado à Clara duas vocações, deveria, programaticamente, ter dividido essas duas vocações por duas irmãs gémeas, jornalista uma, cientista a outra. Ou três, ficcionista a terceira? Assim, que desperdício!*

ABELAIRA, Augusto. A vingança dos macacos. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 165, p.20, 03/09/1985.

Como dizia um humorista de muito saber, não foi o homem que desceu de livre vontade da árvore, mas o macaco que o expulsou, obrigando-o a adaptar-se ao inóspito solo, cheio de inesperadas traições. E lá fez o que pôde, conseguiu até convencer-se de que nada tinha a ver com o macaco, e inventou Deus — um Deus que, criando-o à sua imagem e semelhança e sem filiação nos outros animais, lhe assegurava a pureza de sangue. Pelo menos até ao dia em que Darwin, herdeiro de certas lamentáveis dúvidas anteriores, introduziu viciosamente nessa pureza algum veneno de origem simiesca.

A coisa provocou protestos, mas infelizmente já não havia fogueiras para queimar os darwinistas e quando mais tarde se descobriu que os ácidos aminados dos macacos eram muito semelhantes aos dos homens, tivemos o cuidado de não ligar grande importância a isso. Até porque a pureza de sangue (o sangue azul, o sangue ariano) passara de moda. E de qualquer modo, éramos nós que metíamos os macacos nos jardins zoológicos, não eles que nos metiam lá (embora talvez os macacos dos jardins zoológicos pensem que as grades não os prendem a eles, prendam-nos a nós — hipótese altamente razoável).

Vivíamos repousados, seguros numa superioridade que, alguns anos atrás, certo macaco do Zaire, percebendo que ao expulsar o homem do paraíso arborícola, os seus antepassados haviam cometido um erro (os expulsos tinham-se transformado em monstros destruidores) resolvera destruí-lo. Sem capacidade para desencadear um novo dilúvio (a arma favorita dos deuses para castigarem o homem) esse macaco do Zaire inventou, depois de laboriosos esforços, um vírus que... Digamos, inventou o SIDA.

Com o propósito óbvio (muito mais eficaz do que mil dilúvios) de levar o homem a ter medo do comércio sexual (o mais agradável dos comércios), de o obrigar ao cultivo da castidade (a mais desagradável das culturas), com o objectivo indirecto de levar a raça humana a extinguir-se. De facto, sem um comércio sexual dinâmico, a indústria demográfica paralisa. As leis da oferta e da procura.

Um método radical que a invenção do pecado (paradoxalmente, tornado aliciante) nunca conseguira alcançar.

Ao que parece, tomados de pânico, vamos deixar de nos reproduzir. Vamos desaparecer. Para alívio do universo e, já se vê, dos macacos.

P.S. Se me permitem uma certa prática terrorista, subsidiada pelo macaco do Zaire (também eu, nesta época de corrupção, me vou deixando corromper), sugiro que os mosquitos se aliaram aos macacos do Zaire com o mérito

propósito de contribuírem para o pânico. Para a inevitável extinção do bicho-homem. Amén.

ABELAIRA, Augusto. Liberalizar a corrupção. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 167, p.20, 17/03/1985.

A corrupção é um dos grandes temas nacionais e denunciá-lo constitui um ponto de honra de todos os partidos. Instalou-se em Portugal e torna-se impossível eliminá-la, até porque os corruptos sabem defender-se, utilizando as leis impostas pelos incorruptos. Fulano de Tal não evitará as suspeitas, mas como provar que são mais do que suspeitas? Provar é difícil—e ainda bem.

Mas será a corrupção um privilégio nacional? A leitura dos jornais responde-nos negativamente e garante-nos que ela existe em todos os regimes, nuns por umas razões, noutros pelas razões contrárias.

Donde sou levado a concluir que a corrupção, pertence ao rol das características da natureza humana e que existe talvez o gene da corrupção, obtido certamente aquando da nossa longa passagem pelo réptil. E se faz parte da natureza humana...

Aceitemo-la, proponho. E como vivemos numa época em que as ideias liberais ganham um novo atento, liberalizemo-la. Liberalize-mo-la em vez de antinaturalmente a proibirmos. Reservemos-lhe portanto um cantinho florido na Constituição que nos propomos rever. Que os partidos tenham a coragem de a inscrever nos seus programas eleitorais.

Proibir o que não se pode evitar, proibir sem meios para reprimir, parece-me absurdo, uma batalha perdida. E a Lei Seca é um bom exemplo. Não evitou que os americanos se embebedassem e originou malefícios piores. De resto, quando a pressão social cresce não há remédio senão curvar a cabeça. A história da humanidade é a história desses sucessivos recuos, desde a época feliz em que comer favas ou carne de porco eram actividades pecaminosas.

Somente: se hoje transigimos, se podemos comer carne de porco e favas sem substanciais problemas de consciência, deve-se isso a termos sujeito tais actividades a uma certa disciplina. Há regras, as de culinária e as de higiene, para comer os ditos pitéus. Regulamentou-se que não devemos comi-los crus, por exemplo. Nem com as mãos. E que estas devem ser convenientemente lavadas.

Proponho portanto a liberalização da corrupção, desde que convenientemente disciplinada. Pelo Governo, depois de autorizado pela Assembleia da República.

Aliás, um país em que a corrupção foi liberalizada (mas sujeita a todos os impostos, incluindo os descontos para a previdência e o fundo de desemprego) desconhece a corrupção. Por definição.

ABELAIRA, Augusto. Um povo de suicidas? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 170, p.20, 08/10/1985.

Angel de Dios acaba de publicar, precedendo-o de um esclarecedor prefácio, uma recolha dos textos que Unamuno dedicou a Portugal, alguns deles fulgurantes, cheios de observações preciosas. E como não agradecer ao professor de Salamanca (e ao próprio Unamuno, também mestre em Salamanca) este livro?

Mas Unamuno não se limitou a comentários plenos de inteligência a estes ou aqueles aspectos de natureza particular. Quis ir mais longe: conhecer-nos a nós portugueses, saber quem somos, para lá das obras que produzimos. Aposta aventurosa a que corresponde às preocupações de muitos dos nossos melhores ensaístas. Mas se é interessante conhecer as respostas dos próprios portugueses, mais interessante será conhecer as respostas dos estrangeiros daqueles, que perguntam “quem são eles?” e não “quem somos nós?”. Sobretudo se as respostas provêm dum homem de génio.

As ideias fundamentais exprime-as Unamuno num ensaio provocante: “Um Povo de Suicidas”. Aparentemente escrito sob o peso de emoções circunstanciais, durante uma visita a Lisboa, e sob a influência duma carta de Miguel Laranjeira, mas correspondendo decerto a ideias anteriores, largamente amadurecidas.

Claro: como se atreveu ele a falar de forma tão definitiva, ele que nos visitou uma dúzia de vezes ou menos? Falou com todos os portugueses de Trás-os-Montes ao Algarve ou a sua experiência era limitadíssima, alicerçada no conhecimento de certas personalidades (algumas das quais suicidas)? E, afinal, a sua experiência directa, colhida na rua, até lhe mostrou um povo alegre. Observando os lisboetas, observa que parecem contentes, que riem, gesticulam. Para concluir com uma misteriosa lógica: “E, sem embargo: Portugal é um país triste”.

Sem embargo porquê? Porque essa alegria desmentia uma ideia feita? Unamuno também era escravo da sua detestada ideocracia? A alegria que ele viu (ou supôs ver), contrariando a sua anterior visão, tinha de ser recusada. Porque à alegria opunha ele o conhecimento de Camilo, Antero, Soares dos Reis. E Oliveira Martins, Eça, Herculano. Suicidas ou pessimistas.

Unamuno deveria ter dito “um povo de suicidas” ou um “povo em que também houve alguns suicidas, como acontece com todos os povos?”. Ou ainda: “Um povo em que os seus melhores homens se suicidaram?”. Mas, neste último caso, que lhe permite dizer que os suicidas foram os melhores portugueses? Fernão Lopes, Gil Vicente, Camões, Fernão Mendes Pinto... Suicidas?

Enfim, dizer que somos um povo de suicidas ou mesmo pessimista e triste não me parece mais válido do que dizer o contrário. E uma generalização tão ingénua como a daquele turista que concluiu que todos os italianos são gatunos porque

foi roubado em Florença (e resta saber se por um italiano). Com a diferença de que Unamuno, sendo um homem de génio, dá às palavras um tom dramático que nos obriga a reflectir. A perguntar, pelo menos: embora não se possa dizer que somos um povo de suicidas, que essa é a nossa “personalidade básica”, poderá dizer-se que esse pendor fascinou os nossos intelectuais mais conscientes?

Mas ainda que assim fosse (o estudo de Manuel Laranjeira, recentemente reeditado, “Pessimismo Nacional”, merece cuidadosa atenção) um povo não pode ser definido pelos seus intelectuais e pela sua literatura.

De resto, haveria ainda que distinguir (se isso tem sentido) entre o **comportamento** e o **ser** dos portugueses. Porque, mesmo admitindo que eles se comportassem como suicidas, poderia perguntar-se: “**são** pessimistas ou os acidentes da história e da geografia é que os fizeram pessimistas? Brincando um pouco: se em Portugal houvesse ricas minas de diamantes e poços de petróleo seríamos pessimistas? E poderá perguntar-se se os nossos contemporâneos ingleses e franceses serão mais optimistas do que nós. Salvo os políticos em campanha eleitoral, que português pode ser hoje optimista?

Enfim, receio que acerca dos portugueses (ingleses, franceses, etc.) pouco mais se possa afirmar do que “os portugueses são os portugueses” e que tudo o mais seja conversa. Porque, quando se diz que eles são pessimistas, tristes ou suicidas (ou optimistas e alegres) tenho vontade de perguntar: Todos? A maioria? Alguns? E se são apenas alguns, quer-se com isso significar que esses são os mais significativos? Mas mais significativos porquê?

Concordo, em todo o caso, que uma frase do tipo “os portugueses são os portugueses” não nos leva muito longe e que as especulações de Unamuno são estimulantes. De resto, eu próprio, embora não suicida, sou pessimista, salvo erro. Ou melhor: tenho um comportamento de pessimista.

ABELAIRA, Augusto. Um quinheta português na pista de Arthur Evans. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 173, p.20, 29/10/1984.

Enfim, é bem sabido: o século XX, graças a Evans, rico numismata inglês com vocação de arqueólogo, desenterrou uma civilização esquecida, a de Creta, acerca da qual corriam vagos rumores, que, todavia, não lhe davam, na história da civilização, a merecida importância: Teseu, o Minotauro, o labirinto, Ariana e o seu amoroso fio. Lendas maravilhosas ou realidades concretas?

É bem evidente que Evans não terá descoberto Cnossos por acaso, olhando em Londres um mapa do mar Egeu ou, já no local, recordando a uma varinha de salgueiro. De certo, soube que existiam ali algumas ruínas, que delas se diziam certas coisas, e o seu apurado faro despertou. Mas soube dessas ruínas ouvindo oralmente os cretenses ou recolheu em livros antigos as suas preciosas informações?

Ignoro, nunca li Evans, nada sei da sua aventura, desconheço qual o fio de Ariana que, ao arrepio, o levou, através do labirinto, à sala do trono. Mas posso afirmar que se ele soubesse português poderia ter encontrado esse fio no **Itinerário da Terra Santa e suas particularidades**, do nosso Frei Pantaleão de Aveiro. Que visitou Cnossos, a quando da sua passagem por Creta, a caminho de Jerusalém.

E não se limitou a visitar Cnossos (e mais duas cidades mimónicas), relacionou Cnossos com o labirinto e o Minotauro. Relação essa que não tirou bestunção, que pertencia à tradição oral dos cretenses. Passeou pelo labirinto, porque foi avisado. E porque era curioso, obviamente.

De resto, como viajante, Frei Pantaleão consultará previamente um **Guide Bleu**. Escrito séculos antes por Santo Antonino, mas que não fora publicado pela Hachette. Onde lera que Creta (embora decadente na época de Santo Antonino e na época de frade português) fora no passado “muito povoada e muito célebre no mundo”. E tivera cem cidades, pelo qual fora chamada Centopolis. Mais, o que parece indicar que Santo Antonino sabia das coisas posteriormente perdidas, até que Evans chegou: em Creta e pela primeira vez na história (pela

primeira vez, hem?), se haviam feito leis. Pela primeira vez se haviam utilizado cavalos na guerra (quem disse que os cretenses eram sobretudo um povo de marinheiros, que militarmente confiavam apenas na sua armada?). Que pela primeira vez se havia cultivado a música.

Informações em si mesmas inexactas, mas reveladoras da originalidade que Santo Antonino atribuía a Creta, da consciência viva de que algo de fundamental na história da civilização ali acontecera. E isto que pelos vistos se soube até o século XVI, ter-se-á perdido ulteriormente, de tal modo que Evans foi, de facto, o príncipe que beijou a princesa adormecida, acordando-a finalmente?

No tempo de Frei Pantaleão, e exceptuados os habitantes do litoral, os cretenses eram puros selvagens que “viviam como animais brutos entre benhas e matos”. E, correndo embora alguns riscos, o frade atreveu-se a visitar Cnossos, conclusão que não pode ser outra se atentarmos no que nos diz: “uma antigualha, que estava muito longe do caminho que levamos, a qual era o labirinto do Minotauro, tão célebre entre os antigos”.

Se bem percebi, o palácio encontrava-se inteiramente enterrado (o frade pensou visitar uma grande gruta) e entrava-se nele por uma porta obstruída com pedras. De tocha em punho, acompanhado por um guia, Frei Pantaleão percorreu o labirinto de mais de uma milha até chegar a uma “quadra muito grande” (a famosa sala do trono?) no meio da qual estava uma argola de bronze tão grossa “que pesaria talvez um quintal” na qual dizem ter estado preso o Minotauro”. Nenhuma alusão, todavia, aos frescos que hoje nos encantam. E depois: “A verdade disto Deus a sabe; eu dou testemunho do que com meus olhos vi e escrevo a opinião que têm os da terra”. O rigor do viajante avisado: uma coisa é o que se vê pessoalmente, e disso se mostra garante, outra o que se ouve dizer. E acrescenta, sempre com a preocupação de ser exacto: “De haver labirinto em Creta, muitos escritores gregos e antigos o afirmaram e escreveram: e sem dúvida, se no mundo houve Minotauro, e a história que dele se contam não é fábula, em

nenhuma parte devia de ser senão naquela onde os indícios estão manifestos e claros”.

Se no mundo houve Minotauro... A esta prudência científica ou pré-científica, Evans viria a responder três séculos e meio depois: sim, no mundo houve Minotauro, embora ele não fosse exactamente como Frei Pantaleão de Aveiro certamente imaginou.

ABELAIRA, Augusto. O desaparecimento do ministério da Cultura. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 180, p.19, 17/12/1985.

Li na semana passada o artigo de Coimbra Martins neste “JL” e aceito de uma maneira geral as suas doloridas palavras (embora, quanto à sua acção como ministro, lhe pudesse manifestar a minha estranheza acerca da maneira como atribuiu certos subsídios de teatro). Compreendi muito bem as queixas a propósito do dinheiro ou da falta dele e, naturalmente, as suas considerações quanto à incompreensão dos políticos.

E, todavia, dou o meu acordo a Cavaco Silva por ter acabado com o Ministério da Cultura. Porquê? Porque Cavaco Silva foi coerente, assumindo com coragem a posição que os outros políticos fogem a assumir. Se de facto os nossos governantes sempre chegaram à conclusão de que não há dinheiro para a cultura, se apenas, porque pareceria mal ignorá-la, lhe atribuem algumas verbas (despesas de representação), que envergonhariam uma taberna de aldeia, então começava a ser tempo de um homem corajoso extrair todas as consequências dessa maneira de sentir, substituindo a hipocrisia por uma política de verdade. Assim, Cavaco Silva limitou-se a dizer: Acabou a mentira!

Falei na hipocrisia dos anteriores governantes, mas talvez tenha simplificado a questão. Certamente, eles viam no dinheiro desviado para a cultura um puro desperdício, mas isso implicava um íntimo conflito. É que, por outro lado, influenciados por um certo ambiente, por uma certa educação, sentiam um supersticioso respeito pela cultura. Todos ou quase todos juristas, o direito romano deixara neles uns fumos de admiração pela antiguidade clássica? Talvez. Nos seus discursos aqui e ali vislumbravam-se por vezes umas reminiscências culturais.

Mas Cavaco Silva pertence à nova classe que certos sociólogos consideram estar ao assalto do poder: a inteligência tecnocrática. É um gestor que preza a racionalidade (não confundir com a Razão dos iluministas), a subordinação dos meios a uma eficácia que considera a cultura um luxo inútil. E procedeu de acordo com a sua visão do mundo. Acabaram-se as mentiras, o culto dos falsos deuses — parece dizer. Pã morreu.

É como não admirar, os novos trogloditas, muito mais coerentes do que os autênticos, que estes ainda desperdiçavam o tempo a pintar macaquices nas paredes das grutas?

A coragem total, pelo menos na acção, que é o que importa. Nas palavras... Nas palavras surgem algumas fraquezas, algumas envergonhadas sobrevivências. Perante certas perguntas concretas, em conferências de imprensa, aí os comportamentos arcaicamente pavlovianos perante o mundo cultural manifestam-se.

Ainda há semanas, tendo um jornalista perguntado a Cavaco Silva se ele gostaria de Mozart, o homem deixou transparecer uma vergonha que o ministro tecnocrata já não sente. E respondeu que sim, mas acrescentando que até gostara muito do filme **Amadeus**. Que foste dizer! A alguém que goste efectivamente de Mozart, ocorrera citar um filme, ainda que admirável? Se a pergunta tivesse sido acerca de Adam Smith, Cavaco Silva responderia que até gostara dum filme que vira sobre o famoso economista ou desenvolveria algumas considerações sobre os motivos da sua admiração?

Enfim, isto nada prova e não é essencial gostar de Mozart. Talvez goste de Ravel ou de Platão ou de Poussin ou de Malinowsky. Talvez os seus ministros gostem (o eng. Eurico

de Melo queima seguramente todas as noites as pestanas a ler os sonetos de Camões). Seja como for, nunca surpreendi numa frase de Cavaco Silva uma leve sombra dos mil e quinhentos anos de humanidades que por nos passaram.

Para concluir: se, ao acabar com o Ministério da Cultura, Cavaco Silva teve unicamente a intenção de acabar com uma mentira, merece o meu completo apoio. Acrescentarei apenas, algo envergonhado (também eu!), que em si mesmas algumas mentiras adquirem um certo valor simbólico. Embora não mais do que isso, o Ministério da Cultura era, simbolicamente, uma homenagem da mentira a cultura, a afirmação da cultura como um valor a defender. Pouco ou muito, era alguma coisa.

ABELAIRA, Augusto. Labirintos. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 185, p.09, 21/01/1986.

A autora de **O Labirinto Camoniano**, acabado de publicar, e de leitura simultaneamente difícil e fascinante, confessa: “A verdade é que se trata duma procura desesperada”. Apesar disso, não desiste do seu desejo de se opor a uma leitura do passado “com perspectivas de hoje ou com instrumentos de leitura de hoje. Perante o outrora, não quero exercer o meu domínio sobre esses autores e declará-los, por exemplo, **abertos**”. E ainda: “Sei que a síntese que é cada obra está fechada pela intenção. (...) Para a visão iluminar deveras o passado, quero humilhar-me como leitora perante o único pressuposto que mantém coesa a intencionalidade”.

Em resumo — e para só de Camões falar (ele é o herói do livro) —, como ler Camões se quisermos saber não o que ele **parece** dizer-nos (graças aos filtros seleccionadores da nossa contemporânea cultura) mas o que ele **quis** dizer, não a nós, mas aos homens do seu tempo, talvez só a alguns deles? Porque, e quer queiramos quer não, tendemos a reagir à sua obra com todo o peso de termos atrás de nós Copérnico, Galileu, Descartes, Darwin, Marx, Freud, a máquina a vapor e as outras, os computadores... Mas ele e o seu público viviam num mundo cultural (e social) diferente. Deus, judaico ou cristão, ainda não fora assassinado (trata-se duma simples hipótese, a Polícia Judiciária nunca divulgou os resultados dos inquéritos a que certamente procedeu). E certas conclusões e certas emoções que retiramos da obra do Poeta, ele não pôde senti-las ou pensá-las. Em resumo, a cultura do tempo impõe uma fronteira entre o possível e o impossível.

Vamos então à procura da cultura da época de Camões e depois saberemos quais os limites em que ele se move. Mas, ainda aqui, a questão não parece fácil, deduz-se do livro da Fiama. A cultura da sua época? Qual cultura? Porque o horizonte dentro do qual se agita um João de Barros não é necessariamente o horizonte cultural de Camões, pelo menos em certos domínios, se admitirmos que um está imbuído da ortodoxia cristã do tempo e o outro tem parentes judeus, talvez sangue judaico. Sangue judaico, alguns laivos de cultura judaica? Uma questão que fascina hoje alguns dos nossos estudiosos.

Mas não esqueçamos: se de facto Camões, o amigo do judaizante Garcia de Orta, tinha a sua ortodoxia cristã “manchada”, que remédio se não disfarçá-la (como os marxistas no tempo de Salazar)? E se queremos conhecê-lo, somos obrigados a tirar-lhe a máscara, temos de aprender a lê-lo. E então: onde e como escondia Camões o seu contrabando ideológico?

Passo por cima das densas, minuciosas e inquietantes análises da Fiama, abstenho-me de discuti-las. Por incapacidade informativa. Mas já Oliveira Martins, diz ela, observava que o Deus d'**Os Lusíadas** era o Deus mosaico. E Fiama sugere e demonstra (ou tenta demonstrar) que a estrutura dos dez cantos do Poema está moldada nos dez Sefirah da Cabala. Ou seja: Teremos de ler **Os Lusíadas** a essa luz, teremos de nos desfazer de uma certa tradição de leitura e nem sequer devemos esquecer que Camões também teria sido influenciado pelos gnósticos. Teremos?

Embora dada à arte poética (Fiamma é um dos mais representativos poetas contemporâneos), hei-la aqui iluminada por preocupações científicas — e dou-lhe o meu inteiro apoio. Com algumas dúvidas a mistura, que não invalidam os objectivos do seu inquérito.

Para já, esta questão: o sabermos que Goethe, quando disse “Luz, mais luz”, à hora da morte, apenas pedia que abrissem a janela — verdade histórica — enriquecerá a nossa emoção? Depois de sabermos a intenção de Goethe, deveremos esvaziar, em nome dessa intenção, a multiplicidade de emoções que tal frase nos sugerira antes?

Ao formular assim, a pergunta, cometi de certo um erro. Saber a verdade limitou a riqueza que eu atribuía à frase, mas talvez não a empobreça se eu pensar não somente no conteúdo real e no conteúdo aparente mas na história de como os dois conteúdos se cruzaram. De qualquer modo, ainda bem que inicialmente ignorei a intenção verdadeira do escritor alemão. Decorámos a frase graças à má leitura.

O exemplo é tosco, quer apenas indicar que o conhecimento das intenções dos autores (admitindo isso como possível), se é uma exigência científica incontestável, não contribui necessariamente para valorizar esteticamente uma obra. E a evolução cultural posterior ao autor pode enriquecê-la bem mais do que determinar-lhe as intenções. Será até nessa capacidade de as obras se libertarem das intenções dos autores que estará o segredo da eternidade.

Apesar de tudo, o **Édipo Tirano** pode ser lido, mesmo se nada sei acerca da Grécia antiga. Não afirmo que tal conhecimento limite a minha leitura, enriquece-a, obviamente. Mas afirmo que em grande parte a riqueza da obra de Sófocles cresceu contra a própria Grécia antiga. Ou, se quiserem: cresce se eu inserir na leitura as posteriores especulações de Freud ou de Lévi Strauss. Porque as grandes obras artísticas passam a fazer parte da natureza, ganham o sentido que lhes vamos dando, tornam-se dados abertos à nossa sensibilidade — como as paisagens que não são vistas depois do romantismo como eram vistas antes (e basta observar a história da pintura ou da literatura).

Insisto: não condeno e até louvo as exigências científicas (ou científico-poéticas) da Fiamma: restabelecer a verdade acerca das intenções de Camões. Apenas resisto ao seu objectivo de excluir das obras o seu carácter **aberto**.

Negarei que em muitos casos o conhecimento das verdadeiras intenções dum autor dá à obra uma nova frescura, vem ao encontro das nossas contemporâneas solicitações? Não, obviamente. Mas deixo em suspenso esta pergunta: para a nossa leitura, para o envolvimento estético que resulta da leitura de Camões, terá grande importância saber que a Cabala o influenciou? A luz, da nossa actual sensibilidade, a Cabala ainda nos dirá alguma coisa, tanto mais que em grande parte a nossa cultura se ergueu contra a Cabala? Fiamma dirnos-á que sim.

*P. S. — Para ser franco, não creio na possibilidade de atingir as intenções dum autor, pois ele sempre foge com dados (a sua individual cultura, a sua experiência) que nos escapam. Num certo plano, **ler** é impossível, só nos lemos a nos próprios (com a nossa individual cultura, a nossa experiência). Uma obra não é um monólogo, mas um diálogo com outras obras, muitas das quais desconhecemos, nus lemo-la como se fosse um monólogo. Ou um diálogo, sim, mas connosco.*

ABELAIRA, Augusto. Se estivesse por inventar seria eu a inventá-lo... **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 204, p.20, 02/06/1986.

Humo ludens, e não apenas **homo sapiens** (como todos nós), começo por falar do liceu, desistindo de ir à procura de antecedentes na nebulosa primitiva ou nos cromossomas dos sociobiologistas: as aulas (Francês, Matemática, etc.) eram os desagradáveis intervalos entre divertidas e curtas partidas de futebol com uma bola de trapo. Somos macacos de imitação e, além disso, se os outros jogavam, como poderia eu abster-me, sem ficar marginalizado? Jogar com os outros era comunicar com eles, inserir-me na comunidade. De resto, os jornais alimentavam essa comunicação ao darem ao futebol mais importância do que a outro qualquer jogo, senão a outra qualquer coisa. E, desde que se entra nesse sistema de comunicação que é o futebol, certas regras impõem-se imediatamente – escolher um clube, por exemplo. Tornei-me sportinguista, mas porque me tornei sportinguista? Mistério! E penso: o mundo talvez dê uma volta, desmoronarem-se impérios, posso até vir a mudar de metafísica, de ideias políticas e sociais, deixar de ser agnóstico para me converter ao shintoísmo, nada é impossível. Mas morrerei sportinguista, afirmo isto com segurança idêntica à que Descartes pôs no seu cogito. Com a sensação de ser esta uma das raras certezas da minha vida. Estranha coisa, perturbadora coisa!

Não sei dizer porque gosto de futebol (e nem sequer porque gosto de Mozart ou de Tolstoi), mas poderei apontar algumas condições sem as quais eu não gostaria de futebol:

Imagine-se que tinha nascido numa comunidade arcaica do Amazonas ou nos supercivilizados Estados Unidos! No Amazonas gostaria de atirar ao alvo uma flecha envenenada, nos Estados Unidos gostaria de **outro** futebol, esse tal futebol cujas regras nunca entendi. E se no meu liceu, em vez do futebol se jogasse à malha... Enfim, poderei enunciar uma infundável cadeia de condições que me inclinaram para o futebol, mas, em última análise, elas explicam tudo — muitos dos meus colegas, sujeitos às mesmas condições, preferem o brídege ou o pinguepongue. Por serem mais resistentes às influências e à imitação? Porque perdiam o fôlego quando corriam? Porque tinham medo das caneladas?

Mas o futebol não é apenas jogar, é, sobretudo, ver jogar. Ver jogar? Pode ser ouvir jogar, a rádio inventou o futebol ouvido. E quem ouve consegue traduzir em imagens visuais o que ouve ou assiste ao jogo apenas pelo ouvido, revelando uma prodigiosa capacidade de abstracção? O futebol falado, o futebol verbal, o futebol em discurso, o futebol em que os jogadores e os movimentos são sensorialmente apenas palavras, será uma modalidade diferente? Futebol este que não pode ser confundido com o futebol lido. Aqui, não há espectáculos mas informação acerca de um espectáculo realizado anteriormente. O futebol radiofónico é o próprio espectáculo, não um relato (ao contrário do que se diz). A emoção é criada directamente pelas palavras, não pelo acontecimento - e recordo-me de um rapazinho que ganhava a vida inventando emocionantes “relatos” de futebol, seguidos com paixão pelo público. O futebol ficcionado!

Hoje, gostar de futebol é fundamentalmente vê-lo na televisão. Creio que sacrificarei muitas coisas, a leitura da **Guerra e Paz**, a audição da **Nona Sinfonia** para ver a taça de Inglaterra na RTP. O meu reino pela Taça de Inglaterra televisiva! Mas com a consciência de que não escolhi gostar de futebol, de que, pelo menos, não fui eu sozinho a escolher: vivendo em um certo mundo, gostei de futebol.

Embora... Bem vistas as coisas, não se pode excluir a hipótese de eu, sentindo-lhe a falta, tê-lo inventado, se acaso nascesse na tal comunidade arcaica do Amazonas. Porque não? Antes de ser inventado, o futebol era uma das possibilidades a inventar. Como o cubo mágico, as geometrias euclídeas e não euclídeas, a Vénus de Milo. Modificando um pouco o que acabo de dizer: Talvez o futebol tenha existido desde sempre no mundo platónico das ideias, bem ao lado do triângulo equilátero e da série dos números inteiros. Talvez fosse apenas necessário ir lá buscá-lo, mediante uma ascense intelectual.

Insisto: se o futebol estivesse por inventar, seria eu a inventá-lo. E até inventaria a televisão para o ver calmamente em casa.

ABELAIRA, Augusto. A cada um seu preconceito. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 209, p.11, 07/07/1986.

Num mundo em que todos os domínios se tornaram objecto de difícil especialização, será legítimo aos leigos dar opiniões acerca daquilo em que não se especializaram? É um facto: como me atrevo a falar de música, de literatura ou mesmo de futebol? Resta-nos, penso, a política, e por isso mesmo me transformei em cronista político, que de política, ninguém sabe nada, nem os politólogos, nem mesmo os políticos propriamente ditos. Aí todos somos amadores, todos podemos dar opiniões. E não é verdade que a política é a única profissão que não exige exame?

Ocorrem-me estas palavras a propósito do recente Acordo Ortográfico — um tema que, ainda por cima, envolve numerosas especializações, da pura linguística à economia, e que pressupõe valores diferentes, necessariamente antagónicos, e todos eles de algum peso. De facto, mexer (ou não mexer) num instrumento que tem múltiplos objectivos, eventualmente contraditórios, levanta graves dificuldades e obriga a opções dolorosas. Porque a “melhoria” quanto a um dos objectivos, pode prejudicar os outros. E então quando interferem elementos de ordem emocional...

Por mim, não tenho opinião. Refiro-me ao fundo do problema, claro está. A margem ou previamente, não posso calar algumas opiniões — e que são isso mesmo, opiniões, não certezas. Digamos, algumas dúvidas. Se quiserem, algumas perguntas.

Para começar, e isto não é uma objecção: foram razões de ordem científica que levaram os especialistas a procurar um Acordo? Por outras palavras: eles procuraram espontaneamente o Acordo ou foi-lhes pedido que o fabricassem, mesmo que não conseguissem encontrá-lo? Sobre isto, suponho, não há dúvidas: o convite ou a exigência implícita veio de fora e tem raiz política. E contra isto, insisto, nada tenho a dizer: a hipótese formulada pelos políticos acerca das vantagens de estabelecer um Acordo é uma hipótese digna de atenção, uma hipótese a estudar, uma hipótese prévia — que depois de estudada se aceita ou recusa.

Mas, precisamente aqui, levanta-se-me a primeira dúvida: antes de se lançarem imediatamente ao trabalho de fabricar o Acordo, os especialistas detiveram-se atentamente sobre a hipótese prévia? Eu diria que talvez — mas sob a influência de um preconceito, aparentemente científico: o de que a multiplicidade deve ser reduzida à unidade. E, de facto, a ciência costuma proceder desse modo.

Mas, a ter sido assim, os especialistas caíram numa ratoeira, segundo julgo. A ciência procura, graças a um esforço de abstracção, encontrar a unidade subjacente à multiplicidade, mas não a impõe os fenómenos, não desmente a diversidade das coisas. Dizer que todos os peixes têm guelras não significa dizer que todos os peixes são iguais, nem sequer que o são todas as guelras. A unidade pertence ao campo da explicação e explicar não é decretar, mas simplesmente incluir um fenómeno numa lei geral. A unidade procura-se, não se fabrica, não se impõe. E a unidade não se confunde com perfeição — provavelmente, e sem darem por isso, os místicos da unidade confundem-na com a perfeição. Tema a desenvolver: a influência dos impulsos religiosos no Acordo Ortográfico...

Adiante. Os especialistas actuaram como legisladores (era o que se lhes pedia, aliás) decretando uma unidade ideal que provavelmente toda uma História recusava. E não serei eu a negá-lo: a unidade, em princípio, se não for artificialmente decretada, facilitará a comunicação (maldita torre de Babel!).

Bem vistas as coisas, os nossos legisladores perseguiram, talvez inconscientemente e de forma modesta, um velho sonho do século XVII: encontrar um sistema de escrita universal, legível em todas as latitudes, fosse qual fosse a língua. Leibniz, por exemplo,

inclinou-se para o sistema chinês, que, segundo pensava, seria mais atento às ideias (diferentes em toda a parte). A “ortografia” das ideias — quando Whorf ainda não nos revelara que as ideias, mesmo das coisas aparentemente concretas, não são as mesmas em toda a parte.

De resto, em domínios de pura convenção, nem será difícil (mas tem sido) conseguir a unidade. Pantagruel estranhava, protestando, que a língua fosse diferente de região para região — e o metro-padrão, guardado em Paris, deu-lhe a resposta, séculos mais tarde. E ninguém negará a vantagem de os sinais de trânsito serem os mesmos do Pólo Norte ao Pólo Sul. Mas, salvo erro, se a ortografia também é convencional, pertence a outro nível de convenções. E dizer que ela se desenvolveu historicamente com autonomia em relação à oralidade, apenas significa isso mesmo, que se desenvolveu autonomamente em relação à oralidade. E não que, em face disso, estamos autorizados a retirar-lhe essa tão gabada autonomia, impondo-lhe decretos arbitrários em nome de outras realidades também autónomas. Por outra banda, considerar que já no passado houve decretos arbitrários não legitima novas arbitrariedades a favor de uma discutível utilidade (de uma utilidade sectorial, digamos assim).

Mas, concedo, a escrita nasceu, pelo menos no Mediterrâneo, do comércio (não para que Camões escrevesse **Os Lusíadas**) e, ao que parece, são em boa parte razões de ordem económica que levaram os políticos a colocar o problema da unificação ortográfica. Não será pois absurdo protestar contra uma influência que esteve na base da invenção da escrita, protestar, afinal, em nome de valores que só ulteriormente se serviram dela? O argumento tem algum peso, implica talvez, uma discussão aliciante, embora me pareça refutável. De qualquer modo, que eu saiba, ninguém se atreveu a levantá-lo, e abstenho-me de o discutir. Para acrescentar: se conseguissem demonstrar-me que a unificação era, do ponto de vista prático, absolutamente necessária, que as suas vantagens superavam as eventuais desvantagens, talvez, eu me rendesse. Mas nesse caso perguntaria: por que não uniformizar também a pronúncia? Sejamos francos: facilitaríamos assim o entendimento. E devo dizer com toda a singeleza que, quando ouço um brasileiro, perco, pelo menos, cinco por cento do que ele diz. E certamente a mesma coisa sucede com ele, em relação a mim. Mas perceberei cem por cento do que me diz. Um pescador algarvio? Um pouco mais, permitam-me: por que não nos vestiremos todos de igual maneira? O cúmulo da perfeição, quase a perfeição divina!

Dúvidas, perguntas, mesmo quando omito o pomo de interrogação. E se manifestei a suspeita de ter sido o preconceito da unidade (aliado mística mente ao da perfeição) que fascinou os nossos especialistas do Acordo, acrescentarei, todavia, que tudo quanto disse até aqui foi, também, consequência de um preconceito (preconceitos pagam-se com preconceitos): o da diversidade.

Permitem-me brincar? Se não fosse a diversidade, seríamos hoje (todos, incluindo os legisladores do Acordo) simples bactérias e não estaríamos aqui a discutir, a Terra não seria povoada por milhares de espécies. Afinal, a evolução que fez de nós homens, através de uma longa cadeia, só foi possível porque a universal e primitiva unidade bacteriana se rompeu e a diversidade actuou (perdoem-me esta linguagem substancialista).

Não garanto que um mundo com tubarões, sequóias, carochas, crocodilos, ratos e homens seja preferível, na sua diversidade, a um mundo ocupado apenas por bactérias. Pensando bem, e de um ponto de vista da saúde terrestre, o homem foi um lamentável erro da Natureza. Em última análise, será esta a conclusão provável dos autores do Acordo, já fartos de tanta polémica e de algumas injustiças de raiz emocional.

Enfim, e para concluir, as minhas dúvidas são prévias, logicamente anteriores a problemas técnicos fora do meu alcance, e situam-se no plano da hipótese inicial de que a unidade deve ser preferida à multiplicidade. Ainda não consegui perceber porque — e, à margem, até a considero (se transformada em princípio director) perigosa. Veiculadora, inconscientemente, de ideias totalitárias, contra as quais, aliás e com provas prestadas, se têm manifestado, felizmente, muitos dos autores do Acordo.

ABELAIRA, Augusto. Agostinho Silva (professor?): um irmão mais velho. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 219, p.05, 15/09/1986.

Ao que suponho, ao que tenho ouvido, é possível, pelo menos em Portugal (mas não de certo somente em Portugal) passar pela escola, pelo liceu e pela universidade sem guardar, não direi na memória mas na própria personalidade, um professor, um desses professores dos quais possamos dizer: não fosse ele e eu não seria o mesmo!

Felizmente, tive quatro desses professores: Vieira de Almeida, Edmundo Curvelo, Newton de Macedo e Agostinho da Silva. Quatro grandes professores, talvez não tanto pelo que me ensinaram como por uma certa atitude espiritual, uma certa maneira de abordar as coisas, de falar delas, de ver o mundo como um todo, mesmo que ele não seja um todo.

Agostinho da Silva, meu professor? O nome dele ocorre-me sempre quando penso nos meus professores, mas, na realidade, ele não foi meu professor e nem o conheci quando andei pelas escolas, não pude ser sensibilizado pelos seus gestos, pela entoação da sua fala. Aliás, se falo em professores, não é por na época os ver como professores: uma espécie de irmãos mais velhos, detentores de uma certa sagesa que nos transmitiam como se conversassem. E, nesse sentido, Agostinho da Silva era um irmão mais velho, que, estando ausente escrevia cartas como quem conversa. Me escrevia cartas? **Nos** escrevia cartas — as cartas de Agostinho da Silva, quinzenais ou semanais, eram impressas, não tinham destinatário exclusivo e chamavam-se **Cadernos de Iniciação e Antologia** (de grandes autores).

Se bem me recordo, a Guerra de Espanha, com todas as suas esperanças destruídas, acabara, havia pouco, começara a outra, vivia-se em Portugal uma era sombria de opressão, e alguns jovens do Liceu Rodrigues de Freitas acordavam apreensivos para os misteriosos destinos da humanidade. Precisamente, os cadernos de Agostinho da Silva cultivavam em nós o amor da inteligência, da sensibilidade, da liberdade, da tolerância, da fraternidade, da crença (ilusória?) no triunfo sobre o obscurantismo. E de tal modo esses cadernos nos impressionavam, de tal modo Agostinho da Silva nos parecia um modelo a seguir, que lhe escrevemos, pedindo algumas indicações de leitura: ele sabia, de certo, os livros que deveríamos ler. Respondeu, e, tempos depois, visitando o Porto, passou pelo liceu para nos conhecer. Infelizmente, não o conheci, faltara às aulas nesse dia (talvez o receio de ser chamado a Latim ou a Francês). E um pouco mais tarde, após uma polémica a propósito do cristianismo (em que ele também dialogou com o marxismo, se a memória não me falha) era obrigado a refugiar-se no Brasil. Salazar cultivava então a meritória ideia de exportar a cultura portuguesa para o estrangeiro.

Como Sócrates (acerca do qual escreveu um dos seus cadernos), Agostinho da Silva foi um “parteiro” de muitos jovens e contribuiu para eles nascerem, não necessariamente para pensarem como ele, mas para aprenderem uma certa maneira não dogmática de abordar as coisas. E uma certa fé na humanidade.

Por exemplo: um dos seus cadernos, aquele que melhor recordo, que me corre ainda nas veias, chamava-se **Por Três Ovos de Pinguim**. E que contava ele?

Resumo, à distância de meio século: num dado momento, e a contas com a teoria da evolução, alguns cientistas britânicos precisaram de estudar os ovos do pinguim-imperador para testarem a validade já não sei de que hipótese. Mas o pinguim-imperador choca os ovos na Antártida, num local extremamente difícil de alcançar — isto, numa época em que os cães ainda substituíam os futuros tratores e os helicópteros. E a Sociedade Real perguntou: “Há por aí alguém disposto a ir buscar os ovos?” Sem recompensas para tão difícil aventura, salvo a recompensa de ajudar a ciência a progredir. “Sim”, responderam alguns homens de boa vontade.

Foram, apanharam os ovos, partiram-nos quase todos durante a caminhada, e quando chegaram a Londres tinham apenas três. Os suficientes para os sábios britânicos concluírem que a tal brilhante hipótese não se confirmava. O grande fracasso, afinal, uma tão grande aventura para nada?

É neste ponto que o caderno de Agostinho da Silva se tornou para mim memorável e encerra, ao fim e ao cabo, o fundamental de quanto lhe devo para compreender a história

dos homens. Agostinho da Silva levou-nos a perceber que não houvera fracasso, que invalidar uma hipótese é tão importante como confirmá-la. Que, em relação ao saber, nem só os (aparentes) triunfos valém. Os fracassos fazem parte dos triunfos, são também um triunfo — mesmo quando a memória dos homens guarda apenas a notícia dos êxitos. Ou melhor: a grandeza humana é o produto de todas as boas vontades, a grandeza humana está na boa vontade.

Pergunto: por que não reeditar esses cadernos ou alguns desses cadernos? Faz hoje falta à nossa juventude qualquer coisa desse género, qualquer coisa que transmita com os conhecimentos propriamente ditos uma certa maneira, a um tempo crítica e generosa, de encarar o mundo. Não dogmática, aberta, dialogante.

ABELAIRA, Augusto. Um homem de fé. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 236, p. 05, 12/01/1987.

Subjectividade é subjectividade, e não será fácil a um romancista que durante anos foi criticado por Gaspar Simões (benevolmente umas vezes, acidamente outras) falar dele com objectividade. O criticado julga-se sempre incompreendido, e eu não fujo à regra. Mas creio que, em relação a Gaspar Simões, os meus sentimentos não variaram muito com os anos e são anteriores à publicação do meu primeiro livro. Vêm da adolescência e devo-lhe a descoberta de uma certa literatura. Literatura moderna, digamos assim. E durante algum tempo aferi os meus juízos pelos dele. Devo-lhe parte de quem sou.

Que penso hoje do crítico, admitindo sempre que, como autor, sou suspeito? Em primeiro lugar, admiro-lhe a sinceridade, essa coragem que nele predominou de não hesitar em ser desagradável com os amigos, mesmo quando sabia que eles não lhe perdoariam. Coisa rara, como se sabe, em Portugal. E a capacidade também de reconhecer o talento de autores que de modo nenhum participavam dos seus critérios estéticos — pelo menos, antes de envelhecer e de se tornar impermeável às concepções das novas gerações, como se a literatura, excepção num mundo de mudança, fosse imóvel. Ter-se-á enganado algumas vezes, mas parece-me que foi sincero, mesmo quando para elogiar um autor neo-realista se via obrigado a dizer que ele não era neo-realista (o caso de Carlos de Oliveira, por exemplo).

De facto, há uma coisa que sempre admirei no Gaspar Simões dos tempos mais recuados: o seu **flair** (utilizo de propósito um termo que ele muito usou). Ao contrário da quase totalidade da crítica universitária (utilizo de novo uma expressão sua), que raras vezes se atreve a apostar, é incapaz de descobrir a originalidade dum autor e só sabe descobrir os autores descobertos pelos outros, Gaspar Simões apostava, descobria, não se refugiava numa pretensa objectividade científica, que é a máscara utilizada pela maior parte dos críticos universitários para esconderem a sua falta de sensibilidade literária. Não era um engenheiro da coisa literária, um tecnocrata da crítica, alguém que aprendera certas grelhas interpretativas e as aplica indiferentemente a A ou a B. Lidando com valores, valorava. Estava dentro da literatura, não a via do exterior. Embora eu possa acrescentar que alguma coisa lhe faltou para ser um grande crítico (coisa rara em Portugal), um desses críticos que ficam, independentemente dos juízos certos ou errados que formularam acerca dos livros. Sendo a sua cultura excessivamente literária, faltavam-lhe horizontes extraliterários, a curiosidade pela filosofia (terá lido Bergson e Freud) e pela ciência, a curiosidade pelo universo (e a literatura é feita de curiosidade pelo universo). Pelo que, Gaspar Simões tinha certamente uma visão do mundo, mas limitada — e isso prejudicou, senão os seus juízos, pelo menos os comentários polémicos que acompanharam esses juízos.

Mas estarei a exagerar? Bem vistas as coisas, poderemos meditar sobre Fernando Pessoa (de quem ele terá sido um dos principais parceiros) sem levar em linha de conta as suas tão discutíveis hipóteses? Poderá escrever-se sobre Pessoa, ignorando, de boa ou má vontade, Gaspar Simões? Não foi decerto por acaso que Eduardo Lourenço (para mim, quem melhor soube ler Pessoa) lhe dedicou recentemente um dos seus admiráveis ensaios sobre o poeta.

Mas ter sido um crítico reputado (talvez o introdutor da crítica a sério nos jornais portugueses) prejudicou um outro Gaspar Simões: o romancista do **Elói** — provavelmente um dos mais importantes romances escritos em Portugal, na primeira metade do século. Obra de pioneiro (talvez um pouco datada?) Hoje, quase desconhecida pelo facto, suponho, de Gaspar Simões ser crítico e existir em Portugal o preconceito de que um crítico não pode escrever bons romances. Também porque Gaspar Simões é geralmente detestado pelos companheiros de ofício. E são os críticos que fazem a história literária, críticos esses que, de um modo geral, foram violentamente (com justiça ou injustiça, pouco importa agora) urzidos por ele.

Reler **Uma História de Província**, o **Elói**, talvez o **Pântano**, alguns contos de **A Unha Quebrada**. Quem sabe? Talvez um dia venhamos a descobrir que o Gaspar Simões mais significativo é o ficcionista. Mas para isso teremos de aguardar pelo aparecimento de uma

nova geração de críticos. Geração que. Por outro lado, talvez venha a concluir que fomos ingratos em relação ao crítico e ignorámos muitas vezes um dos seus postulados fundamentais: que a literatura é um valor em si mesmo (e que isto não desvaloriza as outras realidades).

Contra ventos e marés, um homem de fé. E de fé numa boa causa.

ABELAIRA, Augusto. Qualquer coisa se passa na URSS. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 290, p.26, 26/01/1986.

Ao contrário do que sucedeu com a obra de Brejnev, laureada com o maior prémio literário da URSS, julgo que a **Perestroïka** — refiro-me ao livro — de Gorbachev não receberá tal prémio. Se assim acontecer, essa será a melhor prova, a mais concludente, de que algo está a passar-se na União Soviética. Por acabarem assim “os títulos e bónus” que o “substituíam muitas vezes uma genuína preocupação pelo povo”. Aliás, a Imprensa soviética, imprimindo não apenas louvores à política de Gorbachev mas permitindo também exprimir-se o cepticismo de alguns, parece, embora brandamente, ultrapassar os tempos em que “muitos membros do Partido nos postos de chefia estavam para lá dos controlos e da crítica”.

Escrita por um português acerca de Portugal, a **Perestroïka** não mereceria grande relevo. Ao pé do que nós dizemos sobre a política da pátria, o livro de Gorbachev é água chilra. E se fosse escrito por um dissidente nada diria que já não tivéssemos lido noutra dissidente ou num dos numerosos estudiosos da vida soviética. Mas não, foi escrito pelo chefe supremo da URSS e denuncia “as tentativas para encobrir isto” — ou seja, entre outras coisas, “os abusos de poder, a supressão da crítica; a prosperidade fingida”, etc. Sem que estejamos a sonhar, aparece-nos o homem que detém o poder na União Soviética a dizer coisas que muitas vezes havíamos lido, talvez com algum cepticismo, nos críticos da União Soviética.

Depois de uma “ampla e franca análise da situação” e considerando que na segunda metade dos anos 70 “aconteceu qualquer coisa à primeira vista inexplicável”, “uma espécie de mecanismo de travagem afectando o desenvolvimento económico e social”, uma inércia que “levaria a economia a um beco sem saída”, Gorbachev entende ser preciso “responder a essa situação”, resolvendo as “crescentes necessidades de habitação, qualidade e por vezes quantidade dos produtos alimentares, organização dos transportes, serviços de saúde, educação”, etc. Salienta que se verificara uma “separação entre as palavras e os factos” e que essa “apresentação de uma realidade sem problemas deu resultados opostos aos pretendidos”. Surgira “uma atmosfera do vale tudo” com as tentativas de “encobrir tudo isto com pomposas campanhas” de tal modo que “o mundo das realidades do dia-a-dia e o mundo da prosperidade fingida divergiam cada vez mais”.

Gorbachev descobre, então, que “teríamos sido capazes de evitar muitas destas dificuldades se o processo democrático se houvesse desenvolvido normalmente no nosso país”, isto é: “Necessitamos de uma ampla democratização de todos os aspectos da sociedade”. Afinal não havia democracia na URSS, está vamos enganados?

Insisto: talvez o livro nada diga que não se soubesse já. O que o torna surpreendente é ter sido escrito por quem foi. Levantando a nós, portugueses, esta curiosa interrogação: o PCP, ao longo de todos estes anos, ter-se-á caracterizado por, em relação à URSS, “encobrir tudo com campanhas pomposas”, descrito “um mundo de prosperidade fingida”, distribuído “títulos e bónus” por personalidades que, pelos vistos, “abusaram do poder e suprimiram a crítica” ou, pelo contrário, terá estado com aqueles que “apesar de todos os impedimentos burocráticos e até de perseguições, prepararam moralmente as pessoas para a **perestroïka**”, aqueles que, já na década de 70, haviam compreendido “que não poderíamos passar sem drásticas mudanças na maneira de pensar e na psicologia, na organização e métodos de trabalho”?

ABELAIRA, Augusto. Olhos negros de Maria Eduarda serão verdes, cor de limão? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 347, p.46, 12/01/1987.

1

Ou azuis, ou castanhos, ou quem sabe se vermelhos? Não me recordo — haverá por aí muitos leitores que se recordem? Porque esta Maria Eduarda é a d’Os Maiais, a Maria Eduarda por quem Carlos Eduardo, em hora infeliz, se apaixonou.

Não me recordo. Mas não me recordar pode simplesmente querer dizer, como é óbvio, que me esqueci — de quantas pessoas de carne e osso me esqueci também da cor dos olhos? Ora o que neste momento me preocupa fé vê-se bem que, felizmente, não tenho grandes preocupações) é outra coisa: será que não me lembro da cor dos olhos da Maria Eduarda ou que nunca os vi? E fico sem resposta, embora apreensivo — afinal terei sabido ler Os Maiais, eu que julgava conhece-los menos mal, graças a uma boa dúzia de leituras, eu para quem Os Maiais é um dos mais espantosos romances que conheço?

2

Terei sabido ler Os Maiais... E em termos mais gerais: que é saber ler um romance, será possível enunciar algumas directrizes para a leitura de romances? Ao acaso: “Maria Eduarda tinha-se sentado na sua cadeira escarlata”. Frase extremamente simples, de fácil leitura, frase que se destina a dar-nos algumas informações: uma certa mulher (Maria Eduarda), supostamente casada, na realidade solteira, com tais e tais qualidades (algumas ainda por nós ignoradas no momento em que lemos a frase, a meio do romance), estava anteriormente de pé e realizou entretanto uma série de movimentos, findos os quais ficou sentada — mas lenho de admitir que, embora sentada (neste momento), continua a mexer-se, é improvabilíssimo que se entregue a uma completa imobilidade. Pois bem: esta frase que visa uma realidade extremamente complexa, que implica a deslocação de um corpo no espaço durante um certo período de tempo, que implica portanto uma série de actos deixados na sombra pelas palavras de Eça, como a lemos nós? Vendo (imaginado) os sucessivos movimentos da Maria Eduarda numa sala até que se senta, ou aceitando a informação condensada (e não visual) que se lê mais depressa do que o tempo que a Maria Eduarda levaria normalmente a sentar-se?

Há uma certa diferença entre a afirmação de que dois mais dois são quatro e est’outra: duas sumarentas laranjas mais duas sumarentas laranjas somam quatro sumarentas laranjas. Maria Eduarda, tinha-se sentado, cadeira escarlata, equivalém, quando lemos um romance, ao abstracto dois ou às sumarentas (amarelas, redondas, pesadas, cheirosas, doces) laranjas? A leitura de um romance assemelha-se à resolução de uma equação algébrica ou ao actos dever, de cheirar, etc., as laranjas? Basta-nos seguir o encadeamento das palavras ou precisamos dever, de traduzir os signos em coisas vistas, ouvidas, cheiradas, tacdeadas (nós que pertencemos a uma civilização em que a imagem visual, suplantou o texto, o livro — ao que dizem certo especialistas)?

Abro o dicionário (onde se encontram seleccionadas todas as palavras d’Os Maiais e muitas mais), leio cadeira, por exemplo, nome comum que me refere todas as cadeiras em geral. Nome comum cujo significado apreendo facilmente que me dispensa de ver uma cadeira (esta ou aquela), que me dispensa felizmente de recorri à imaginação. Mas a cadeira (escarlata, ó precioso adjectivo!) que eu encontro escrita n’Os Maiais tal qual esta escrita no dicionário, obriga-me a vê-la ou também posso dispensar-me de vê-la, posso ler um romance sabendo do que se fala, mas não estando obrigado a recorrer aos meus sentidos?

De resto, como vamos nós imaginar uma cadeira escarlata? Toda ela é escarlata? A madeira também ou só o tecido? Mas como sei eu que de madeira e estofada? Será de palhinha, de palhinha amarela? E é alta ou baixa, pesada ou leve?

3

“A porta aberta mostrava uma parede feia de corredor, forrada de papel vermelho. Dentro um relógio ronco estava batendo dez horas”. Quem através da porta aberta vê a parede feia forrada de papel vermelho e ouve as dez horas é Carlos da Maia. Mas o Eça? Quando escreveu estas duas frases viu e ouviu o que escreveu o serviu-se das palavras

como o matemático (mesmo de trazer por casa) se serve dos números opera com eles, sem pensar nas sumarentas laranjas ou nuns bem mais preciosos contos de reis? Pelo menos quanto às dez horas: o Eça **ouviu** ao escrever (ou antes de escrever) as dez badaladas (agudas, graves, altas, baixas?) ou procedeu efectivamente como um matemático? Por que, à primeira vista (falo como leigo) dir-se-ia que o romancista **vê, ouve, cheira**, etc., e depois (ou simultaneamente) transcreve em palavras as cenas que recorda ou imagina. Os leitores procederiam ao invés: de posse das palavras retraduziam-nas para a língua original (**o visto, o ouvido, o cheirado**, etc.. pelo Eça).

Mas, pelo menos quanto às dez badaladas tenho uma objecção grave: se o leitor as quis é **ouvir** completamente até ao fim (e como? Graves, agudas, baixas, altas?) terá de suspender leitura: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez... Ouvir dez badaladas demoram mais tempo do que ler a frase: “Dentro um relógio ronceiro (ronceiro, ainda por cima!) estava batendo dez horas”.

Sendo embora verdade que, pensando bem, Carlos da Maia (o homem que de certeza as ouviu, já que tanto acerca do Eça como de nós há algumas dúvidas) não estava obrigado a contá-las. É muito natural que ele soubesse mais ou menos as horas, todos nós sabemos sempre mais ou menos as horas. Ouvindo o relógio, conclui, logo ao primeiro som, que não poderiam deixar de ser dez — estou a admitir, claro, que o relógio estava certo, o que também levanta certos problemas acerca da verdade romanesca (é. Eça que nos diz que são dez horas ou o Carlos da Maia que sabe ou ouve?).

Aliás, deve acrescentar-se que a informação acerca das dez horas leva água no bico. Vinte páginas adiante o relógio assinala as onze, que nó voltamos a **ouvir** ou simplesmente a **saber**. O importante para o Eça — um prestidigitador como todos os poetas — é que saibamos que entretanto se passou uma hora em vez dos trinta minutos aparentes (vinte páginas de leitura). O importante é sabermos, sem que o Eça no-lo diga explicitamente, que a visita do Carlos da Maia à Maria Eduarda já durou uma hora, tempo manifestamente exagerado para uma visita de médico.

4

Talvez o Eça nos pudesse dizer, parafraseando o Fernando Pessoa: “**Ver? Veja quem lê?**” (Vingarmo-nos —íamos, respondendo-lhe: “**Ver? Veja quem escreve!**”). Mas vou por de parte à psicologia do romancista, preocupo-me somente com a psicologia do leitor — o leitor que neste momento lê este artigo, não o abstracto leitor que não é ninguém. O leitor **vê, ouve, cheira?**, insisto. Ou então: o leitor **vê, ouve, cheira**, sempre? Em que circunstâncias **vê, ouve, cheira**, em que circunstâncias não **vê, não ouve, não cheira** ?

Uma observação possível: o leitor **vê, ouve, cheira**, etc., quando o romancista, pelo seu talento, sabe obrigá-lo a **ver, ouvir e cheirar**. Mas a objecção tem para mim valor reduzido: estou a pensar num grande romancista, coloco o problema em relação ao Eça, como poderia colocá-lo em relação a Thomas Hardy com as suas vastas charneças sob um céu de estrelas, a Tolstoi que nos dá movimentadamente a batalha de Borodine, a Robbe-Grillet que nos descreve com minúcia inacreditável um reflexo de luz ou a dobra de uma toalha. Estes admiráveis autores obrigam o leitor a **ver** ou simplesmente a **saber**? Ou obrigam o leitor a **ver** certas vezes e simplesmente a **saber** noutras? E nesta última hipótese: será possível a crítica estabelecer uma lógica dos casos em que o romance deve ser cinematográfico e dos casos em que não precisa de apelar para os nossos sentidos?

5

Continuar esta conversa é inútil, a experiência pessoal do leitor (como leitor de romances e não simplesmente de artigos como este) é que deve manifestar-se. O leitor **vê** sempre? **Vê** somente algumas vezes? Por que **vê** certas cenas e não **vê** outras? Ou nunca **vê**, limita-se a registar abstractamente o que se passa, as palavras nuas bastam-lhe, são significativas, mas não imaginativas? Ou **vê**, mas não **ouve**? **Ouve**, mas não **cheira**? **Cheira**, mas não **tacteia**? Etc.

Direi a terminar que os olhos da Maria Eduarda eram (**eram** ou **são**?) negros: o “calmo raio do seu olhar negro”, “o negro profundo dos seus olhos”. Já agora e quanto ao cabelo: era (ou é? “castanho, quase louro”).

ABELAIRA, Augusto. O ofício de viver ou as falsas expectativas. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 426, p.7, 04/09/1990.

Se já ouvimos falar de um autor, se sabemos até alguma coisa, pouca ou muita, acerca dele e um dia, por acaso ou não, abrimos o seu Diário, eventualmente publicado após a morte, não vamos inteiramente nus de expectativas, julgo, esperamos encontrar uma certa imagem dele e um certo número de questões concordantes com essa imagem. E se tais questões estão ausentes, ficamos surpreendidos, porque afinal desse Diário nada poderíamos concluir para o que do autor sabíamos (ou julgávamos saber). Como, se sob muitíssimos aspectos, esse autor fosse outro. E estou a pensar, não sei se com inteira razão, em Pavese e no seu diário póstumo - um grande livro, não apenas o Diário de um grande escritor, diga-se de passagem.

Explico-me: da leitura do **Ofício de Viver** poderíamos concluir que Pavese foi uma pessoa rica de sentimentos e de inteligência, um grande artista também mas ousaríamos pensar - como julgávamos saber -, que Pavese foi um cidadão, um homem com profundas preocupações sociais, um homem que viveu os problemas do seu tempo (quer durante quer após a guerra) e que manifestou essas preocupações através duma adesão aos ideais comunistas (chegou a ter residência vigiada, mas apenas uma palavra nos dá a entender isso)?

Ou sou um leitor muito distraído (e desta vez não li, folhei) ou no seu Diário não se dá nem pela guerra da Abissínia, nem pela guerra de Espanha, nem (quase) pela guerra mundial, com todos os seus momentos cruciais (derrota da França, batalha da Inglaterra, invasão da URSS, da Itália, da Normandia, etc). Depois, sobre a época da guerra-fria apenas, certa vez, este comentário: "Situação internacional, situação de guerra civil latente, boatos diversos de reacção atómica em cadeia para Abril". Para continuar imediatamente e sem a pausa dum parágrafo: "Tudo tende a separar-me dela", etc. **Ela** é uma mulher, não a situação internacional. Em suma: para quem conheça unicamente o **Ofício de Viver**, Pavese desinteressa-se inteiramente pelo que se passa à sua volta.

Repare-se: se eu me preparo para ler, por exemplo, o **Diário** da Katherine Mansfield, não espero encontrar lá o mundo social e político e não fico portanto espantado por efectivamente não o encontrar. O espanto seria o de vê-la discutir a guerra de 14-18 em vez de a morte do irmão que nessa guerra morreu. Mas em relação a Pavese, as nossas expectativas, com razão ou sem ela, são outras.

"Entreí no abismo: contemplo a minha impotência, sinto-a nos meus ossos, e comprometi-me na responsabilidade política, que me esmaga. Só há uma resposta: o suicídio". Devo dizer que a referência à responsabilidade política surge aqui inesperadamente, não se percebe bem porquê - o que não espanta num diário constituído muitas vezes por simples apontamentos, isolados dum contexto que só ele conhecia. E três meses antes escrevera: "**P. não é um comunista...** Intrigas por todos os lados. Sórdidas manobras que são talvez os modos de pensar de quem mais estima". P. é certamente Pavese. Que sofre por os outros (mesmo os que mais estima) não levarem a sério o seu comunismo, possivelmente mesmo o seu empenhamento político?

Em 13 de Março de 49 escreve: "As pessoas que viveram no século XVI **representavam o papel de pessoas do século XVI**". Donde a pergunta: Pavese terá sentido o dever de representar o papel de pessoa do século XX, isto é, de pessoa profundamente preocupada com os problemas sociais, embora essa não fosse a sua verdadeira natureza? Dois dias antes escrevera: "Consideramos sempre que aquilo que **somos** é a verdade. É aqui que reside o erro (?) historicista, o relativismo histórico. No qual, quanto mais não seja, se conhece a obrigação de conhecer a fundo a necessidade sob a qual tombamos". Acrescenta: "Mas esgotar-se-á assim toda a realidade?" A dúvida que já em cima se revelava com um ponto de interrogação entre parêntesis. Responsabilidade política que me esmaga...

Interpretar os outros é difícil e não tenho a pretensão de interpretar os sentimentos algo confusos de um grande espírito. Mas será que Pavese, poeta pouco interessado com "o mundo à sua volta", obedeceu kantianamente à obrigação moral de publicamente

representar não o que era, mas o que deveria ser, um homem do século XX - e de acordo com a interpretação que do devir histórico tinha o Partido Comunista Italiano, considerado como o dinamizador dos mais belos ideais humanos?

Imagem talvez duma geração.

ABELAIRA, Augusto. Os primos Karamazov. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 500, p.13, 04/02/1992.

DEPOIS DE PUBLICAR QUINZENALMENTE, durante dois anos, neste **Jornal de Letras**, umas vagas crónicas mais ou menos literárias, acabei por me sentir preguiçosamente cansado. Consequência: resolvi desistir. Como porém o José Carlos de Vasconcelos me pedisse para aguentar mais uns meses e como tenho sempre alguma relutância em dizer não submeti-me. Afinal, o que dificulta escrever crónicas é que cada uma delas está obrigada a abordar um tema diferente - e ter uma ideia diferente de quinze em quinze dias é obra! Se cada nova crónica pudesse continuar a anterior, pudesse começar por um implícito “como ia dizendo” a coisa seria mais fácil, uma ideia bem esticada servia para várias crónicas. Com uma dificuldade para os leitores: se não tivessem lido as crónicas anteriores, dificilmente se interessariam pela leitura. É esta precisamente a razão por que cada crónica tem de valer por si mesma.

Mas se em vez de crónicas fosse publicando um romance, capítulo a capítulo? Em princípio, seria pior a emenda do que o soneto. Diga-se, em todo o caso, que o romance talvez se destine a outro tipo de leitores, mais pacientes, e apreciadores do “suspense”. A prova deram-no numerosos romancistas dos séculos passados, Dickens, por exemplo. E, seja como for, publicar um romance capítulo a capítulo, consoante os ia escrevendo, pareceu-me um belo desafio — aventura muito diferente da habitual em que o romance é primeiro acabado, escrito e reescrito, e somente depois levado ao editor. A aventura tinha até o aliciante de responder às possíveis propostas dos leitores (e algumas cartas vim a receber nesse sentido). Escrever, em suma, sob a vigilância do leitor. De certo modo, dialogar com ele (os romances são sempre diálogos com os leitores, mas leitores imaginários). Também é verdade, vim a verificar, que a maior parte dos meus amigos desistiram de ler os folhetins, com o argumento de que quinze dias depois já não se lembravam de nada. Humilhação terrível, claro: Dickens publicava os seus fascículos de mês a mês

Como ia dizendo, o romance publicado em folhetins implicava um desafio: o autor fica sempre condicionado pelo que já publicou, não pode voltar atrás, como acontece quando os capítulos anteriores ainda não foram dados a conhecer.

Pode fazer correcções: alterar o nome das personagens, suprimir cenas, modificá-las, incluir outras, dar uma nova direcção à intriga.

Explicando-me melhor, quando o romancista tenciona publicar a obra depois de acabada, que se passa, pelo menos em teoria? Escreve o primeiro capítulo (a não ser que comece pelo último), depois o segundo, que dá continuidade ao primeiro, depois o terceiro, o quarto - todos eles desenvolvendo uma acção sem contradições com os acontecimentos anteriormente narrados. Mas muitas vezes surge-lhe inesperadamente uma ideia nova, enriquecedora, no quarto capítulo, embora incompatível com os capítulos já escritos. Então que deve fazer? Pôr de parte a ideia nova e enriquecedora ou, pelo contrário, reescrever as cenas anteriores para as tornar coerentes com o quarto capítulo e com a ideia nova? É provável que obedeça à segunda hipótese, e assim sucessivamente, de tal modo que ao longo do romance o autor vai tendo necessidade de voltar muitas vezes atrás para alterar os primeiros capítulos (o “passado”) em obediência aos seguintes (“o futuro”). Assim, a construção do romance está sujeita a numerosos efeitos de retroacção, como se, por um lado, as causas determinassem os efeitos, mas, pelo outro, os efeitos determinassem as causas. Um romance escreve-se de trás para a frente e também da frente para trás. A grande experiência da reversibilidade do tempo.

Nada nos impede de pensar (é até aliciante) que os Karamasov começaram por ser primos ou que começaram por ser cinco – e quem sabe até se, começando por ser apenas três, não terá sido o Ivan que matou o pai e se o recurso ao Svidrigailov não terá sido posterior, porque enriquecia extraordinariamente a personalidade do Ivan? Talvez o Fabrice, inicialmente, não assistisse à batalha de Waterloo, nem fosse sobrinho da Sansevrina.

Aliás, o exemplo do Dostoievski, agora me lembro, foi mal escolhido: o romance foi publicado em folhetins e portanto os Karamasov nasceram irmãos. E como o título apareceu

logo à partida, os irmãos nunca poderiam vir a ser primos, mesmo que Dostoievski tivesse chegado à conclusão de que a ideia dos primos era “melhor”. Os dados estavam lançados, tinha de lhes obedecer.

Como negar? A publicação em folhetins retira ao autor uma parte importante da sua liberdade - mas essa falta de liberdade torna-se estimulante, será preciso acrescentar? De resto, a grande dificuldade começa logo à partida com o título. No fundo, como chamar a uma história que ainda não se sabe como vai desenvolver-se? O Dickens não esteve com meias medidas, escolheu o nome da personagem principal e isso deu-lhe uma grande liberdade. Ficava é certo, obrigado a manter-se fiel a essa personagem, mas não se comprometia com o desenrolar da história: **Oliver Twist, David Copperfield, Nicholas Nickleby**. Mesmo **As Grandes Esperanças** é um título que não compromete a história ainda por escrever.

No meu caso, irresponsavelmente, e sem saber que título escolher, agarrei uma frase que acabara de me impressionar: “O homem é o único animal que distingue a água benta da água normal”.

Chamei ao romance “**O único Animal Que**”, à falta de melhor e o resto seria o que Deus quisesse, tanto mais que o título permitia uma certa ambiguidade.

Somente, Deus não quis nada e eu nunca consegui desembaraçar-me do sarilho em que me metera. Salvo, quando mais tarde, ao publicar o romance em volume e depois de o sujeitar a profundas remodelações (recuperando assim o poder da retroacção), me decidi a resolver o problema com um ponto de interrogação no fim do título: **O Único Animal Que?**

Um ponto de interrogação legítima muitas coisas como se sabe.

ABELAIRA, Augusto. Regresso. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 544, p.32, 07/12/1992.

INTERROGO-ME SE DURANTE ESTES últimos anos fui, à semelhança de tantos outros portugueses, um emigrante. Emigrante que regressou à pátria. Falo, parece desnecessário dizer, em linguagem figurada, e explico-me: durante os dois ou três primeiros anos do “”, escrevi aqui, numa área a que poderemos chamar, simplificando as coisas, cultural. Abandonando o “JL”, emigrei para outra área, a da política (“O Jornal”), digamos também, para simplificar. Em suma, emigrei da crónica cultural (essencialmente literária, no meu caso) para a crónica política. E depois, passado algum tempo, regresso à velha casa.

Na realidade, quando nos metemos a falar em linguagem metafórica ou quando tomamos as comparações à letra, as palavras tomam-se quase sempre inexactas. Ao deixar-me seduzir pela imagem do emigrante, eu, que não sou emigrante (consoante definem os dicionários), fui conduzido a dizer que originário de um certo espaço (a cultura, o “JL”), me transferi para outro (a política, “O Jornal”). Todavia, o paralelismo não é, como direi?, biunívoco — e começa por uma falsidade inicial: é que eu já escrevia n’“O Jornal”, antes de escrever no “JL” (emigrara portanto da área política para a cultura). Mas nem isto é exacto: não existira verdadeira emigração, colaborei simultaneamente nos dois espaços (nos dois jornais). Até que decidi, por cansaço, escrever somente n’ “O Jornal”, onde me iniciara. Falsa, portanto, a imagem de emigrar da política para o “JL”.

Mas, a ser assim, se é falso que ao voltar para o “JL”, possa considerar-me, factualmente, um emigrante, por que não apago as primeiras palavras desta crónica, não risco também o título? Provavelmente, por me sentir emigrante mesmo, embora sem o ser — e se há falsidade, não há mentira. A verdade da minha afirmação inicial não se mede pela sua adequação à realidade objectiva, mas pela adequação aos meus sentimentos. “Sê sincero contigo mesmo e nunca serás falso com ninguém”, diz Polonius a Laerte (conselho perigoso, temos de convir).

Agora, surge a questão: a cultura (refiro-me somente à cultura literária) não será precisamente isso, o apelo a imagens destituídas de rigor, mas emocionalmente sugestivas? Quando digo, mesmo no meu dia-a-dia, que fiquei “gelado”, ao saber da prisão de Xanana Gusmão, terei ficado gelado? Não, a minha temperatura de trinta e sete ou trinta e oito graus manteve-se (o termómetro assim o diz). Devo então substituir essa afirmação por “como se ficasse” gelado, explicando, a quem me ouve, que efectivamente não fiquei gelado, sendo portanto desnecessário trazerem-me cobertores, e que não corro o risco de perder a ponta do nariz? Não, porque emocionalmente senti-me gelado, embora isso só fosse possível por eu recolher, de uma certa tradição, a crença de que a “alma” tem comportamentos idênticos aos do corpo. Crença que se impõe à própria realidade, embora, em rigor, seja indefensável.

A subjectividade, de que a arte tem o segredo. Acrescentarei, porém, que os equívocos das analogias são vulgaríssimas numa grande parte das especulações filosóficas, sociológicas e históricas. Às duas por três, os autores esquecem-se de que trocaram a realidade por imagens aproximadas (nas suas linhas gerais), mas que fracassam nos pormenores. Os próprios físicos, ao utilizarem, por exemplo, a ideia de “força da gravidade”, não nos obrigam a pensá-la como se fosse um elástico que prende os objectos uns aos outros?

Os símiles, bem vistas as coisas (mas estas coisas não se “vêem”, não são intuídas pelos olhos, não pertencem ao mundo sensível), são falsos, mas têm uma carga afectiva imparável. E, sem mentir, sinto-me, na verdade, emigrante (nem sequer “como se” fosse emigrante), ao trocar a crónica política, que durante muitos anos mantive, pela crónica literária, de que já me desabituara. Dir-se-á que ninguém tem nada com isso. Pois não, mas a cultura, particularmente a cultura literária, explora em grande parte o mundo do “ninguém tem nada com isso”. Que tenho eu que ver com os problemas do senhor Swann e da sua esposa Odette?

Está bem, emigro da política para a cultura (literária). Mas, pensando bem, há aqui, objectivamente, um novo vício de pensamento. Falei “como se” a política não fosse cultura,

pressuposto manifestamente falso, salvo se pretendi dizer que a maneira como a política hoje actua se exclui da cultura. Juízo de valor, nada mais do que um falível juízo de valor acerca da actual actividade política e dos políticos. Foi isso que, inconscientemente, quis dizer? De qualquer modo, se foi, então tenho uma ideia de o que a cultura é (em rigor de o que deve ser).

E tenho?

Mas se não tenho, como me atrevo a falar do que não sei.

ABELAIRA, Augusto. A propósito do diário de Samuel Pepys. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 546, p.7, 22/12/1993.

NÃO SOU GRANDE LEITOR DE “DIÁRIOS” (Estou a falar de literatura diarística, autobiográfica, não de jornais), mas à margem dos anos, fui comprando alguns (que nem sempre li), sobretudo nos saldos (comprar livros, mesmo sem intenção de os ler, é um vício como qualquer outro, e reactivamente inofensivo, pelo menos se não pensarmos na exigüidade das estantes). De vez em quando, porém, lembro-me, e folheio este ou aquele diário. Para legitimar a compra, para rentabilizar o investimento? Enfim, hoje estou com a veia humorística.

Ler um diário, mas qual? O “Journal de Gide”, que tanto fascinou a minha juventude? Abro-o, mas espanto-me com esse juvenil entusiasmo, sinto-me irritado com um autor egotista (admirável, é certo), que manifestamente escreve para a posteridade, convencido do seu valor, convencido de que pormenores da sua existência merecem memória eterna. Abandono-o, percorro com o olhar as estantes, hesito em relação ao Delacroix, fixo-me no Samuel Pepys.

Samuel Pepys, que não é um literato, mas um grande leitor, seguramente entusiasta de Max Weber, embora tenha vivido dois séculos e meio antes: ao favorecer o triunfo dele na terra, ao permitir-lhe o progressivo enriquecimento, Deus destinou-o certamente para a salvação. Não me enganei? E Pepys, o burguês bem sucedido, que soube conciliar Cromwell com Carlos II, não se esquece de agradar Deus, freqüentando, entre dois jogos de cartas e uns copos de bom vinho das Canárias, a casa do Senhor: quase página sim, página não, Pepys consome, embora com os olhos nas mulheres (às vezes mesmo com as mãos), edificantes sermões. Espírito tolerante, em todo o caso: a mulher confessa-lhe, aparentemente sem grandes dramas familiares, que é católica.

Pepys que ao contrário de Gide, não terá procurado a imortalidade literária. Mas vai registrando, com extrema minúcia e sem receio de se repetir, os monótonos dias (monótonos, para mim, leitor): as partidas de cartas, a passagem pelas tabernas depois de assistir ao enforcamento dos regicidas (após a restauração monárquica), as grandes comesainas, as garrafas de vinho que lhe oferecem, as gorjetas de dois shillings que distribuiu com algumas sovínice, um ou outro devaneio (era um fêmeiro), a descoberta de que barbear-se com pedra-pomes é excelente, a delícia dos melões e das uvas provenientes de Lisboa os vinte piolhos que a mulher lhe descobriu na cabeça, a dor de barriga que o assaltou em plena rua obrigando-o a aliviar-se a um bar (já então provido de instalações sanitárias?), os correctivos aplicados com o cinto às criadas quando se desmazelavam. E já que falo de criadas, uma delas dormia na cama do casal Pepys (não se diz se do lado dele, se do lado de Mrs. Pepys). E com os esposos tinham certamente trato sexual, pergunto-me se isso acontecia diante da serva. Admitamos que em Inglaterra, no

século XVII, era costume dormir com as criadas e que a minha pérfida suspeita não tem razão de ser, até porque Mrs. Pepys o obrigou a pôr na rua uma outra criada pelas razões que adivinharão. Acrescente-se, todavia, que com a subida do nível de vida, ele e a esposa passaram a ter cada um o seu quarto de dormir.

Certa vez, surpreende a mulher, no momento de ser abraçada por um cavalheiro francês (aliás, ela era francesa), e embora não fique muito satisfeito, comenta não haver nisso mal algum. Questão a pôr: comenta para ele ou para *nós*, com o propósito de salvar a honra própria e a da mulher? Mas neste último caso: *nós*, quem? Sim, quem éramos *nós* para ele?

Suspendo a pena (pura retórica, escrevo no computador) e pergunto: por que vou reler este livro? Mas, deixando a pergunta no tinteiro (da impressora, claro está), avanço outra questão mais difícil (ou menos, não sei): por que razão escreveu ele, ainda por cima em código (recearia a leitura da esposa, e tinha razões para isso), o diário? Simples registro, como nós fazemos com os álbuns de fotografias, para recordar, mais tarde, acontecimentos que, de outro modo, serão esquecidos? A ser assim, Pepys escreveria para si próprio. Mas, precisamente, surge aqui a dúvida: é que ele legou o manuscrito a uma biblioteca. Na esperança de ser publicado? Se assim foi, visou, ao escrever (pelo menos em alguns momentos), um público, teve em mente outros leitores que não ele, e podemos perguntar: que ideia tinha desses leitores futuros, esses leitores que, em parte, somos nós (os tais *nós* de quem quis defender a honra da mulher e da própria)?

Que Pepys se divertiu a escrever para ele, pode admitir-se, mas aparentemente também escreveu para nós e ao escrever para nós procurou a imortalidade (a terrestre, a outra estava ganha à partida, visto que enriquecera). Mas se escreveu para nós e venceu a aposta (é um facto que nós o lemos), que ideia construiu de nós, esses leitores com quem dialogou durante nove anos (apenas nove anos)? Convenhamos que adivinhou muitas das nossas curiosidades. Como alguns outros, percebeu que para nós a História não é apenas a narração dos grandes factos históricos, a vida dos reis, dos heróicos guerreiros mas também, e sobretudo, a “história da vida privada”, para me servir do título duma obra recente que aliás lhe dedica algumas páginas.

Se me permitem (e me permitem, sou eu que decido) voltarei ao tema.

ABELAIRA, Augusto. Um grande romancista ignorado ou na mesa de pé-de-galo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 549, p.05, 12/01/1993.

PARA SER FRANCO ESCREVO ESSA CRÓNICA antes do tempo, como reacção imediata, ainda pouco ponderada, à leitura (só agora!) da preciosa revista "Queriosiana", que Carlos Reis dirige e de que somente conheço o primeiro número. Mais exactamente, reajo ao perturbador artigo de Luís Fagundes Duarte, o meticuloso organizador da edição crítica de "A Capital" (aliás, "A Capital!", com ponto de exclamação), de Eça de Queirós. E escrevo "antes do tempo", porquê? Porque só deveria escrevê-la após ler "A Capital", publicada postumamente em 1925, para comparar a obra agora editada. Assim, o meu juízo é precipitado, arrisca-se a trair o leitor que hoje sou. Mas, precisamente, esse juízo tem valor (o desvalor?) da precipitação – e significa, bem ou mal, que perdi a curiosidade (por "culpa" de Luís Fagundes Duarte) de ler a rigorosa edição crítica.

Explico-me: adquiri a convicção de que a velha "Capital" embora em rigor não possa ser atribuída a Eça de Queirós (**unicamente** a Eça de Queirós), é muito mais interessante do que a nova a "autêntica", se assim me posso exprimir. É que, e falo de memória, sempre considereei "A Capital" (a falsa, consoante sei agora) uma das grandes obras de Eça, ao lado de "Os Maias", "O crime do padre Amaro", "O conde de Abranhos" (obra também "falsa!") e "A cidade e as serras" (gosto menos do outros romances).

Sabia já que "A Capital" tinha a mão do filho, mas ignorava que essa mão transformara completamente a obra do pai, fazendo dele, o filho, um verdadeiro co-autor. E hoje pergunto-se: afinal, se o romance for de facto um grande romance, isso dever-se-á ao filho, muito mais do que o pai? A questão coloca-me numa posição incómoda, que para já é esta: devo deixar de considerá-lo um belo romance, visto não ser de Eça, ou continuar a considerá-lo assim, embora transferindo a minha admiração para alguém que, nesse caso, terei de passar a considerar um grande escritor? Saliento, para os leitores menos informados, que o próprio Eça considerava os seus apontamentos "uma massa informe de prosa, um grande bloco de greda de onde levaria muito tempo a extrair uma obra viva".

Um pouco à margem, a questão leva-me a outras dúvidas, que sempre me preocuparam. Se não soubesse que a "Cartuxa de Parma" pertence a Stendhal teria a mesma admiração pela "Cartuxa de Parma"? Dito por outras palavras: se fosse crítico literário, um crítico que comenta as obras acabadas de publicar (desconhecedor da opinião do futuro), teria descoberto a genialidade de Stendhal? Se amanhã se descobrir que "A primavera" de Botticelli, não saiu da mão de Botticelli, serei tentado a desvalorizá-la, acompanhando assim a baixa cotação num eventual leilão em Londres? Foram perguntas como estas que me levaram a desistir da carreira de crítico literário. E daqui, também, a minha admiração por quem persiste na tarefa de julgar os livros acabados de sair. Coragem a deles! Ou nunca lhes ocorreu que perante a "Guerra e Paz", novinha em folha, poderiam acusá-la de não ter centro, de misturar duas histórias, de sofrer duplamente por causa da imperfeição da forma, de malbaratar um tema, de não ser a obra maravilhosa que poderia ter sido, etc., etc.? Tais são, entre outras, as críticas de Percy Lubbock num livro notável. Deve-se

acrescentar-se, em todo o caso, que Lubbock sabe perfeitamente que está a comentar um livro genial. Mas como não havia de saber? Escreve meio século depois da publicação da obra.

Voltando à vaca fria: depois de lido o convincente artigo de Luís Fagundes Duarte, reler a velha "Capital", a falsa, chegarei à conclusão de que fui iludido pelo nome do autor ou continuarei a admirá-la, inclinandome então para a existência de outro grande romancista, grande romancista até hoje ignorado, o filho? Porque se a minha memória tem razão e a velha "Capital" é um bom romance e Luís Fagundes Duarte também tem razão (ao negar a autoria de Eça), então todo o mérito deverá ser atribuído ao filho, que soube transformar uma série de apontamentos desconexos numa obra importante. Assim, por um lado, tenho de concordar com Luís Fagundes Duarte e com o próprio Eça: "A Capital" (com ponto de exclamação) "é um texto que nunca chegou a ser – e que, como tal, nunca deveria ser publicada". Por outro lado, porém, retiro o meu acordo: ainda bem que foi publicada, ela marca até o aparecimento dum novo grande romancista, alguém que soube extrair duma "verdadeira manta de retalhos" a "obra viva" que nessa manta de retalhos não era, mas continha dentro de si.

P.S. Meteram-se os dias de Natal, acabei de ler, embora à pressa, saltando algumas páginas, "A Capital" de 1925 e, mantendo a minha opinião: ainda bem que o romance foi publicado, pertença ele a quem pertencer. É certo que perdeu, para mim, um pouco da sedução (porque estou avisado do equívoco ou porque entretanto amadureci?). Seja como for, continuo a pensar que enriqueceu a literatura portuguesa, isto é, que sem ele, a literatura portuguesa seria mais pobre.

Como ainda não li os fragmentos acabados de publicar por Luís Fagundes Duarte, fica-se, todavia, por resolver o problema de autoria da edição de 1925.

Não tanto da autoria, pois já sei que foram dois autores: mas a qual deles se deve que "A Capital" de 1925 seja um romance notável? Como nele o clima é caracteristicamente do autor de "Os Maias", inclino-me a crer que foi escrito numa mesa pé-de-galo, maneira de confirmar as palavras de Luís Fagundes Duarte quando diz que se "trata de uma obra-prima de simulação, feita em estado de quase mimetismo da parte do filho para com o pai". Direi então que o autor, o verdadeiro é Eça de Queirós?

Penso que sim, penso que numa boa falsificação pertence ao autor falsificado, ou seja (para falar em pintura), que os Vermeer pintados pelos bons falsificadores pertencem efectivamente a Vermeer, apesar de a análise química das tintas revelar o seu fabrico, séculos depois. E se o filho tivesse, como devia, destruído os originais do Eça, teríamos alguma dúvida acerca do autor da obra?

ABELAIRA, Augusto. Segredos da leitura. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 550, p.11, 19/01/1993.

ONDE SOLETREI EU, AINDA jovem, que Eurípides foi o primeiro feminista da História? Não me lembro dos argumentos e isso pouco importa, mas quando, posteriormente, me debrucei sobre o autor da **Medeia**, ele pareceu-me de facto feminista, até por essa atitude se conjugar com outras concepções do velho dramaturgo: o seu pendor “racionalista” de questionar de verdades dadas como certas no seu tempo. E foi com estranheza que soube, mais tarde, ser ele acusado de misoginia (salvo erro, desde Aristóteles).

Assim, colocaram-se-me duas questões: a minha conclusão fora espontânea, pessoal, ou sofrera a influência indevida do que já antes sabia ou supunha saber? Mas também: o meu amor pela irreverência de Eurípides é que me levava, no intuito inconsciente de o “absolver”, a impor-lhe uma concepção que ele nunca tivera? O problema geral da leitura: saberei ler?, saberemos ler? Para solucionar a questão, pelo menos provisoriamente, decidi-me agora a reler algumas (não todas) das suas peças, incidindo a minha atenção especialmente na **Medeia**.

Tanto como saber (ou mais do que saber) se Eurípides foi “contra” as mulheres, desejei averiguar até que ponto a minha leitura fora escrava duma opinião alheia, possivelmente injustificada. E, outro aspecto da dúvida, até que ponto a vontade de “absolver” Eurípides me levava a sujeitar a evidência (a possível evidência) aos meus desejos. Mas, repito, não tendo, para já, lido a obra completa, aquilo que direi em seguida não passa dum esboço provisório (e como esboço provisório ficará, não me vejo a mergulhar na leitura dos grandes especialistas).

A misoginia (a existir) tem sido explicada (ingenuamente, penso) pela sua vida conjugal. Infeliz nos amores, ele tornar-se-ia inimigo das mulheres — na sua obra, muitas vezes, verdadeiros monstros. E Jasão parece exprimir tal antifeminismo, quando diz: “Conviria que os mortais procriassem por outros meios e que não houvesse mulheres, vendo-se assim livres delas”.

Mas aqui levanto já uma objecção, mesmo se pela boca de Jasão falou Eurípides (e isso não é evidente): posso admitir que o indivíduo Eurípides, o infeliz marido, exprimisse assim o que, no seu desalento, inúmeras vezes sentiu. Mas o outro Eurípides, o homem que pensa acima das emoções particulares e imediatas, faria deste desabafo uma lei universal? De facto, e é essa uma das originalidades de Eurípides, ele percebeu, fino psicólogo, que os mortais pensam mais com as emoções do que com a razão, mas, precisamente por saber isso, ele é capaz de uma visão racional, é capaz de ultrapassar as aparências — e aqui atrevo-me a discordar de Dodds, que lhe atribuiu, embora com prudência o espírito de irracionalista.

Ainda dominado pelo desespero, Jasão dirá que a existência dos filhos provoca desgostos e que seria preferível não os ter. Mas, mesmo para Jasão, isto é uma sentença universal? Se eu, ao conduzir o automóvel, e perante um motociclista imprudente, vociferar: “Malditos motociclistas, não devia haver motociclistas”, estarei a falar para lá da emoção imediata? Acrescento, aliás, que Agamémnon diz, com mais acerto, na **Ifigénia em Aulis**: “O homem sensato só deveria casar com uma mulher boa e virtuosa, de contrário será preferível não casar”. Para Eurípides, aparentemente, havia portanto mulheres boas e virtuosas, mesmo se a particularíssima experiência dele fora pouco feliz.

Tento ser breve, peço aos leitores que desenvolvam os argumentos que aqui não posso levar adiante. Mas é bem claro que também **Medeia** poderia contestar, sob o peso da paixão: “Conviria que os mortais procriassem por outros meios e que não houvesse filhos. E que as mulheres sensatas só deveriam casar com homens bons e virtuosos. Mas assim como no desabafo de Jasão (ou de Eurípides) não há uma maldição de todas as mulheres (ele está a reagir à atitude de uma única, ele até gosta, ou talvez goste, de outra), também no virtual desabafo de **Medeia** não haveria uma condenação de todos os homens. E quando **Clitmenestra** (na **Electra**) alude ao vício que leva as mulheres a procurar um amante, quando os maridos desprezam o leito conjugal, defende-as, concluindo que então “é contra

nós que se erguem as censuras, enquanto eles, os culpados, os homens, não incorrem em qualquer condenação”. Referência sem dúvida, à condição social inferior da mulher grega. E isto sem que nenhuma personagem conteste as afirmações de Clitmenestra. Infeliz ou não no seu convívio com as mulheres, Eurípides limitou-se a dizer o que, com cabeça fria, pensava.

E Medeia dirá (ou é o próprio Eurípides?): “De todos os seres existentes, nós, as mulheres, somos as mais desventuradas porque primeiro necessitamos de comprar um marido à custa de grandes riquezas (...), mas depois apenas podemos pôr as esperanças em nós mesmas”. De novo fala o sociólogo, o observador atento da injusta condição da mulher, o homem racional, erguido acima das paixões, ao contrário das suas personagens e de todos nós, em geral. Como seria de esperar, Jasão, apesar de hábil argumentador (é um hipócrita), não responde, embrenha-se noutras questões. O próprio Coro, pelo menos num primeiro momento, concorda com Medeia ao declarar: “Com razão deves vingarte do teu esposo”. Escrevi “num primeiro momento”. Noutra peça (**Electra**) os Dioscuros, exprimindo de certo o pensamento de Eurípides, afirmarão: “Justo é o castigo (de Egisto e de Clitmenestra), mas não o teu actos (de Orestes)”.

Não vou dizer que Eurípides absolve, Medeia dos seus crimes e abstenho-me de concluir que ele é muito mais contra os homens (grande parte deles são completamente desprovidos de carácter) do que contra as mulheres. Direi somente que compreende Medeia, que está com ela e contra Jasão, que a considera vítima duma situação social injusta. E, se não a absolve, ajuda-a pelo menos a fugir para Atenas e a escapar portanto ao castigo. Ajuda-a a fugir, quando, com meia dúzia de palavras escritas no papiro, poderia tê-la entregue aos carrascos. O facto de essa (a fuga) ser a tradição não constituiria obstáculo para o irreverente dramaturgo.

Enfim, a minha paixão por Eurípides conduziu-me à irracionalidade, manifestada nos argumentos que utilizei? Teria provado não o feminismo de Eurípides, mas que os homens (homens e mulheres) são dominados, mais do que pela razão, pelas paixões (no meu caso, a paixão por Eurípides)? Não era esse, em todo o caso, o meu propósito. Mas também serve, está de acordo com ele.

ABELAIRA, Augusto. De novo Samuel Pepys. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 551, p.17, 26/01/1993.

Desculpem se continuo a abordar o tema de uma das minhas últimas crónicas, mas Samuel Pepys não me sai da cabeça. No fundo, a minha preocupação ultrapassa o bem sucedido memorialista inglês: por que razão certas pessoas, aparentemente sem pretensões literárias (embora dadas à leitura), ocupam algum do seu tempo a escrever diários? Precisamente porque são dadas à leitura, porque são imitadores?

Seja como for, desisto desta questão, deixo-a aos psicanalistas e contento-me com uma pergunta mais modesta: porque escreveu Samuel Pepys um diário? Se quiserem, e admitindo que quem escreve, escreve para alguém, mesmo se é ele próprio, desdobrado num outro, para quem escreveu Samuel Pepys, quem foi o seu interlocutor ideal? Pergunta que sofre de um vício (quem escreve ao longo de nove anos não se dirige necessariamente a um só e mesmo leitor, real ou ideal, pode alterar o alvo). Assim, reduzo o alcance da pergunta: para quem escreveu ele predominantemente, embora sem consciência disso?

Estou, devo dizer, a dissertar sem rede, ignoro os possíveis estudos acerca de Pepys, conheço apenas o prefácio à antologia francesa da sua obra (o texto que li) e as considerações de ordem geral da “História da Vida Privada”, dirigida por George Duby e Philippe Ariès.

Recomeçamos: impedido pela cegueira de continuar as memórias, Pepys anota, à laia de despedida: “Assim, acaba sem dúvida, tudo quanto poderia vir a escrever”, etc. Trata-se duma informação, mas, cá está, destinada a quem? Em princípio, não a ele, o Samuel Pepys que nesse momento escreve, pois conhece-a, obviamente. Ao Pepys futuro, para mais tarde se recordar do dia em que tomou essa decisão? Seria admissível, mas só por distração: a cegueira impedi-lo-á de reler o diário. Acontece até que os familiares a quem geralmente recorre para leituras em voz alta dos livros da sua vasta biblioteca, não poderão auxiliá-lo: o diário é para eles indecifrável, foi escrito em código. Escrito em código para mais ninguém o poder ler. Aliás, esta ideia de que os escritos íntimos devem ser inacessíveis aos outros revela-a também Pepys, ao criticar a mulher por ter deixado, descuidadamente, que uma criada lesse algumas das meditações que ele escreveu (o casal estava, pelos vistos, possuído por uma autêntica vocação diarística). Mas, em suma, a quem se dirigiu Pepys ao confessar que nunca mais poderia escrever? Ao próprio diário, sem mais?

Camões, por exemplo, quando diz “Vinde cá meu tão certo secretário / Dos queixumes que sempre ando fazendo, / Papel com quem a pena desafogo”, lembra-nos que o papel pode ser interlocutor de segredos. Escrever é uma forma de desabafar talvez mais eficaz do que a meditação silenciosa. Mas também é verdade que o diário de Pepys não é um desabafo, uma queixa. As suas anotações não reflectem estados de alma, falam de coisas concretas e vulgares que vão das dores de barriga, que o obrigam a ir à retrete, até aos vinte piolhos que lhe invadiram a cabeça. Coisas que pouco interessarão ao eventual leitor, ao contrário do que acontece com as confissões de Camões. Camões, que nos ilude: ele não escreveu apenas para o papel, escreveu também para nós, e sabia-o.

Uma coisa parece certa: Pepys, que não se considera escritor, embora seja leitor (a quem escapa, todavia, o génio de Shakespeare), ama escrever, parece dominado pela paixão da escrita. Tanto assim que, embora apreciador dos grandes espectáculos (festas na corte, enforcamentos, teatro), sacrifica um monumental fogo-de-artifício no Tamisa ao prazer de ficar em casa debruçado sobre o diário. Para Ibsen, há quem sacrifique a vida à arte e quem sacrifique a arte à vida. Sem querer exagerar, convenhamos que Pepys parece ter sacrificado algumas vezes a vida, não direi à arte, mas à escrita.

Procurar a razão única, permanente, durante nove anos, é loucura. Uma pergunta inicial poderia ser esta: conhecemos as razões que levaram Pepys a desistir do diário, mas porque começou a escrever somente aos vinte e oito anos? Que o levou, certo dia (1 de Janeiro de 1660), a pegar na pena? Impulso íntimo, imitação? O prazer da escrita, já que o papel, mesmo quando não se trata de um desabafo (e não se transforma no divã do psicanalista) pode ser efectivamente o único interlocutor, se não existir outro interlocutor?

Em todo o caso, não valia a pena chamar o “tão certo secretário” para confidenciar-lhe dezenas de vezes que, chegada a noite, comeu e foi para a cama.

Por decisão testamentária, legou o diário a uma biblioteca, com a possível esperança, suponho eu, de alguém se decidir a publicá-lo. Este desejo de o deixar à biblioteca acompanhou-o durante todo o tempo em que escreveu ou manifestou-se mais tarde, quando já desistira de escrever, visto que só então o testamento terá sido redigido? Funcionário vaidoso, não escondendo nunca a satisfação pelas numerosas honras que lhe concederam, quis continuar a recebê-las depois de morto, esquecido de que o diário, constituído por vulgaridades, não o honrava? O momento da escrita (isto é, o interlocutor do momento da escrita) deve ser dissociado do momento do testamento?

Por aqui me fico, espantado com a perturbadora conclusão, já referida na minha anterior crónica: por estas ou aquelas razões, e independentemente do que pensaria Pepys acerca do valor do diário, ele é efectivamente apaixonante. E não apenas como documento duma época, embora eu hesite em falar de literatura. Mas que é a literatura por que hesito em falar de literatura, a propósito de Pepys? Ou ainda: o leitor virtual, escolhido por um autor, determinará, até certo ponto, a própria natureza do texto, transformando-o ou não em literatura?

ABELAIRA, Augusto. Duas frases. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 552, p.15, 2/02/1993.

HÁ DUAS FRASES SEM AS quais não haveria romances nem romances, nem coisíssima nenhuma, mas agora vou falar apenas de romances. Estão a adivinhar a primeira e a última. Por mais tratos que se dê à imaginação não há meio de evitá-las (nem a segunda, nem a penúltima nem...). Mesmo que Camilo, no **Eusébio Macário**, suprimisse a primeira (“Havia na botica um relógio de parede...”), e a última (“O abade, em momentos de raptos religiosos...”), a segunda e a penúltima, com os arranjos necessários, transformar-se-iam em primeira e última. E se por algum acesso de loucura, Camilo levasse o seu esforço até o fim, acabaria, no máximo (se o número de frases fosse ímpar), por encontrar uma que simultaneamente seria primeira e última. Suprimia o romance, já que o **Eusébio Macário**, como todos os romances, é aquilo que se situa entre a primeira e a última frase, duas frases que, em grande parte dos casos, não têm qualquer interesse, além de serem a primeira e última, a moldura exterior, digamos assim.

Salvo quando a primeira é do tipo “João matou a mulher com sete facadas”, ela é quase sempre inútil. No **Eusébio Macário**, Camilo enche a página inicial com a descrição, bem dizer desnecessária, dum relógio, apenas para nos informar de que são três horas, quando Eusébio Macário etc. O romance poderia ter começado no segundo parágrafo: “O farmacêutico Eusébio Macário sentara-se...” Útil ou inutilmente, quase todos os romances começam por uma referência ao tempo e ou ao espaço (“A casa que os Maias vieram habitar em Lisboa no Outono de 1875...”). Dir-se-ia, insisto, que primeira frase existe apenas porque tem de existir, raramente nos transporta para dentro da acção (ao contrário do que sucede na música, e escolho os prelúdios do **Tristão** e do **Parsifal**, entre centenas de outros exemplos possíveis). Em resumo, mesmo quando belas, poderiam desaparecer. Com algumas excepções espantosas. A Katherine Mansfield inicia **As filhas do Defunto Coromel**, assim: “A manhã seguinte foi das mais atarefadas das suas vidas”. A manhã seguinte? E as suas vidas, de quem? Imagina-se que a Bíblia começava deste modo: “No fim, ele criou o céu e a terra”. No fim? Ele, quem? De qualquer modo, ficamos a saber que no dia anterior algo de muito importante aconteceu (pouco a pouco iremos percebendo o que aconteceu).

Se a última frase, inúmeras vezes, não tem qualquer interesse, muitas outras têm, pode ser essencial, tão essencial que o romance seria outro sem ela. Pensando bem, um romance pode começar de qualquer maneira, mas não acabar de qualquer maneira.

Procurem recordar-se. No fim do **Père Goriot**, Rastignac, do alto do Père-Lachaise, desafia Paris: “Agora nós!” Não precisou “de dizer mais nada, os leitores sabem o que aquela exclamação quer dizer, a transformação operada no espírito de Rastignac. E a última frase de “Os Maias”? É inesquecível, está gravada nos nossos espíritos, e não poderia ser outra, ilumina, num fôlego final, todo o romance. O Ega declarara que se lhe dissessem estar ali em baixo uma fortuna, não apressaria o passo para a agarrar, e o Carlos concorda. De súbito, porém, lembra-se de que está atrasado (tem um compromisso) e o romance termina com os amigos a correr atrás do “americano”, aos gritos de “Ainda o apanhamos! Ainda o apanhamos!”.

Veja-se agora como Dostoiévski, o genial Dostoiévski, falha no **Crime e Castigo**. Depois de escrever “Aqui começa uma segunda história, a história da lenta renovação dum homem”, etc., conclui desastrosamente: “Isso poderia ser matéria para uma nova narrativa aquilo que quisemos oferecer ao leitor termina aqui”. E que acaba ali é evidente, o objecto-material livro não tem mais páginas e como nem a Sónia nem o Raskoinikov morreram (sabemos até que vão para a Sibéria), viverão, certamente outros acontecimentos. Dostoiévski não disse nada que já não soubéssemos, a frase final está a mais.

Com outra arte (embora num livro menos genial), Gide termina **Les faux Monnayeurs** deste modo: “Estou com grande curiosidade de conhecer Caloub”. Ambos, Gide e Dostoiévski, apontam para um futuro que não revelam, que escondem, mas a frase de Gide pertence a essa história, a frase de Dostoiévski a outra história (ele próprio o diz), algo que se situa fora dela (fora do livro, se quiserem). Uma inclui-se dentro do romance, a outra saiu,

uma disse que o futuro dá continuidade ao presente, a outra separa o futuro do presente. Perante nós, a história dos *Faux Monnayeurs* só terminará quando os seus heróis morrerem. Em *Crime e Castigo* fecha-se ali, para dar lugar a outra o que é manifestamente falso.

Ao contrário das palavras de Dostoievski, a história continua, não existe outra, Dostoievski deu-nos dela, simplesmente e sem dar por isso, o epílogo da renúncia e da redenção de Sónia e de Raskolnikov. E Dostoievski, o fino psicólogo, sabia-o, de certo mas a maneira parece não o saber. Digamos que a “forma” traiu o espírito do autor.

Em *Les Faux Monnayeurs*, não sabemos o que se vai passar, porque o futuro ninguém o sabe, no *Crime e Castigo* sabemos qual é esse futuro, mas por decreto (não romanescamente). Às vezes, para “salvar” um romance, temos de esquecer as últimas linhas. Enfim, com estas e outras objecções pode bem o autor do *Crime e Castigo*.

Frases finais que nos deixam sem pinta de sangue? Por exemplo esta (*Un Amour de Swann*): “Dizer que desperdicei anos e anos da minha vida, que desejei morrer, que o meu maior amor foi por uma mulher que não me agradava, que nem sequer era o meu gênero!” Ou esta (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*): “Não tive filhos, não transmite a nenhuma criatura o legado de nossa miséria”. Ou mesmo estoutra, tão simples, da Virginia Woolf, na *Mrs. Dalloway*: “Pois ela estava ali”. Sim, estava ali. Por que razão nos sentimos arrepiados com uma coisa tão simples como “estar ali”?

A importância da última frase, suprema como Balzac e o Eça terminaram o *Père Goriot* e *Os Maias*. Mas não me enganei, não terá acontecido que as frases retidas pela minha memória, como últimas, não são realmente últimas? Levanto-me para descansar as costas (preciso de comprar um das tais cadeiras que, dizem, descansam as costas) e, à cautela, abro os dois romances e leio em *Os Maias*, após o brado “Ainda o apanhamos”, o Eça acrescenta: “Então, para apanhar o americano, os dois amigos romperam a correr pela rampa de Santos e pelo Aterro, sob a primeira claridade do luar”. Frase desnecessária, exigida pelo amante das belas frases, incapaz de se submeter à força, aparentemente pouco artística, dum vulgaríssimo “Ainda o apanhamos!”.

O *Père Goriot* também não termina como famoso desafio de Rastignac (“Agora Nós!”).

Balzac acrescenta, inutilmente: “E como primeiro actos do desafio que lançara à sociedade, foi jantar a casa da senhora Nucingen”.

Ainda bem que Stendhal morreu antes de completar, na *Chartreuse*, as emendas amigavelmente aconselhadas por Balzac acerca do estilo e até da estrutura, emendas que Stendhal iniciou e que iriam empobrecer o seu grande romance, suprimindo, por exemplo, todo o prodigioso começo (a entrada das tropas napoleónicas em Milão).

ABELAIRA, Augusto. Sociedade metafórica. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 553, p.19, 09/02/1993.

RESPONDENDO, SEGUNDO percebi, ao ministro Braga de Macedo, defensor da necessidade da moderação salarial e financeira, um jovem empresário disse que “só se atiram pedras às árvores que dão fruto”. A afirmação é falsa e portanto não pode provar aquilo que pretendia provar (ignoro, aliás, o que pretendia provar, o jornal donde a retirei não me esclareceu). Muitas vezes, pelo menos nas aldeias (o empresário é certamente um cidadão), a rapaziada atira pedras à árvores sem fruto, visando os pardais — e ao dizer isto, embora servindo-me da terceira pessoa (a rapaziada), estou a confessar um dos grandes pecados da minha infância (“Vamos aos pardais”, dizíamos nós, com as físgas nos bolsos).

Não foi a verdade ou a falsidade da frase que me levou a citá-la, mas um certo espanto por vê-la na boca de um empresário, decerto economista também. Como? O uso deste tipo de linguagem em que se dizem certas coisas dizendo outras, recorrendo, em suma, a imagens, já invadiu à coutada (uma imagem) dos economistas, deixou de ser o sublime privilégio dos poetas? Os economistas, homens presos ao concreto, já não chamam as coisas pelos seus nomes, nem recorrem à linguagem dos números? Parto do princípio de que o jovem empresário não estava a referir-se nem às pedras nem às árvores de fruto, embora umas e outras possam também preocupar os empresários (os mármorees que se exportam, as laranjas que ficam nas árvores). No mesmo jornal, e no mesmo dia, leio esta frase de José Roquette, um dos grandes da nossa finança: “Banco Totta & Açores é uma cruz que carrego”. Iguamente aqui me espanto: como frase, ela também é falsa e custa-me a crer que José Roquette transporte aos ombros uma cruz (embora o jornalista que o interrogou não o acuse de mentir, mas é possível que não o tenha visto com os próprios olhos, a conversa terá sido telefónica, o jornalista não pode saber se ele carregava efectivamente com a cruz aos ombros. De qualquer modo, tanto quanto sei, cruz aos ombros, hoje, só na procissão do Senhor dos Passos.

À margem, sempre direi que, mesmo admitindo a verdade da afirmação, José Roquette foi excessivo ao comparar-se a Jesus Cristo. Ao que se sabe, Jesus Cristo não sabia nada de finanças — e se não tinha biblioteca, como também ninguém ignora, é porque não precisava, ele próprio era uma biblioteca, muitos livros abertos. Semelhante, num ponto, a José Roquette, há que confessar. Refiro-me ao uso das belas metáforas.

Regresso aos jovens empresários a contas com as dificuldades da nossa (da deles?) situação económica e transcrevo outra frase: “Nem isto é um oásis, nem nós somos camelos”. Desta vez, a afirmação é verdadeira, mas nem por isso deixei de ficar surpreendido. Efectivamente, “isto” não é um oásis e nós não somos camelos, basta consultar os compêndios de geografia e de zoologia para nos assegurarmos de tais verdades, se acaso tínhamos dúvidas. Mas valerá a pena afirmar coisas tão óbvias, valerá a pena dizer tudo o que o mundo não é e tudo o que nós não somos? Que pensariam de mim os leitores se eu me pusesse agora a completar esta crónica com frases do tipo: “Isto não é um oceano e nós não somos baleias”, “isto não é um pomar e nós não somos árvores de fruto”, etc.? Para mim, seria extremamente cómodo, claro.

Para ser justo, devo esclarecer que a frase citada tem certamente um sabor (outra imagem) irónico, responde a uma afirmação, muito divulgada, do ministro Borges de Macedo e, com extrema coerência, coloca-se no plano do discurso do ministro. Este, referindo-se ao “isto” (a situação económica de Portugal) qualificara-o de “oásis”. E como o “oásis” só se compreende relacionando-o com o “deserto”, ele identificara, inevitavelmente, a Europa como um deserto. E o irónico empresário, em vez de citar números para desmentir o ministro, objectou que nós não somos camelos. Poderia ter dito que não somos palmeiras, verdade menos evidente, mas preferiu “camelos”. Também poderia ter substituído os camelos por burros, mas como não há burros nos oásis, nem nos desertos, a lógica do discurso; impunha a escolha dos camelos. Embora tenha querido dizer que não somos estúpidos e que o ministro está muito bem engando se supõe que nos engana com belas palavras. Certo. Mas se foi isto que disse porque o disse?

Se eu tivesse aqui o jornal de ontem e esperasse pelo jornal de amanhã multiplicaria os exemplos, todos eles significativos de que os senhores dos nossos destinos (a economia manda) decidiram entregar-se à linguagem metafórica, transformando-se em poetas que a si mesmos se ignoram como literato, esta conclusão preocupa-me: a horta (uma imagem) é pequena, e se até homens das economias a invadem, que é nos resta?

Esta apropriação do discurso metafórico pelos homens do concreto revelará a ciência da linguagem, incapaz de se colar às coisas, dificuldade que Swift quis resolver propondo a substituição, nas nossas conversas, das palavras pelas próprias coisas que elas desastrosamente designam? Talvez. Mas, por outro lado, pergunto-me se, mais perigosamente, ela não mostrará também que os homens do concreto estão a esquecer-se do próprio concreto, esse concreto de que tanto falam.

Ao recorrer ao discurso metafórico para se entenderem, não acabarão por ficar presos esse discurso metafórico, isto é, ao mundo metafórico (fala-se como se pensa, pensa-se como se fala)? Não acabarão por fazer da economia “poesia sem dom poético, música sem dom musical, arte sem dom artístico”, para me servir duma frase famosa acerca de outro tema bem menos preocupante?

Receio que, à custa de tanta metáfora discursiva, os nossos economistas acabem por falar da sociedade (por pensar a sociedade) como uma grande metáfora sobre a qual trabalharão, sobre a qual legislarão, sobre a qual farão as suas contas. A única esperança, apesar de tudo, reside na afirmação de que não somos camelos — afirmação que pode ser entendida irão metaforicamente. De facto, não somos camelos e talvez sejamos homens. Digo talvez. Da afirmação de que não somos camelos não se tira necessariamente que sejamos homens, de que sejamos considerados homens de uma forma não metafórica. Ameaçados com o desemprego — o tal desemprego que para uns será metafórico, mas para outros, é bem real. Como a saúde e a educação.

ABELAIRA, Augusto. A querela do salazarismo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 554, p.15, 16/02/1993.

O SALAZARISMO NÃO FOI UM FASCISMO, TERÁ DITO, EM Serralves, Manuel Braga da Cruz — mas a afirmação, embora sem o intuito de reabilitar o antigo presidente do Conselho e feita com o propósito desapassionado da objectividade científica, não pode deixar de provocar alguma emoção, pelo menos nos democratas que ainda viveram durante o período salazarista. E a conclusão de que tal regime deverá ser designado como “um autoritarismo conservador” não satisfaz esses democratas (talvez seja indiferente aos democratas que não sofreram o salazarismo). Salazar conservava na sua secretária uma fotografia de Mussolini, isto não significará alguma coisa? Por outro lado, o salazarismo não foi apenas aquilo que Salazar ideou, foi também aquilo que os seus partidários defenderam e muitos deles eram germanófilos (dificilmente encontraremos germanófilos entre os opositores ao regime).

Quem viveu, indignadamente, o fascismo rejeita, estou certo, aquelas palavras — e com alguma lógica, embora essa lógica não seja alheia a influências de ordem emotiva: se as consequências (perseguição política, digamos, para simplificar) foram as mesmas, não seriam também as mesmas as causas (os princípios)? E “autoritarismo” parece uma palavra muito frouxa para quem quis ler com liberdade e não pôde ou para quem quis respirar livremente o ar puro e teve de respirar o ar impuro das prisões.

Portugal vive, neste momento, uma época de autoritarismo, mas seria absurdo falar de fascismo, apenas porque o autoritarismo já não é conservador, mas modernizante ou tecnocrático. Há mais coisas, mesmo esquecendo a legitimidade eleitoral, que diferenciam os dois autoritarismos. Por outro lado, compreendo que se identificarmos a violência salazarista com o fascismo, então talvez tenhamos de considerar fascistas tanto o regime assírio como a Inquisição, concedendo embora que a violência salazarista foi mais discreta. Ou acrescentamos que a violência política toma, no século XX, o nome de fascismo?

O salazarismo foi ou não foi fascista? A questão, hoje, tem e não tem importância. Que ela (para os democratas) nem sequer se colocou durante o salazarismo é evidente, a existência do fascismo impunha-se ao imaginário de então, desinteressado de certas subtilidades. Independentemente das definições, as coisas são aquilo que vivemos. E, de qualquer modo, sim ou não as consequências confundiam-se, em pontos fundamentais (decerto mais esbatidamente), com as consequências observadas na Alemanha e na Itália (onde os dois regimes também não eram exactamente iguais)? Perguntar a um preso político ou a alguém que desejava ler jornais sem censura se Portugal não se assemelhava à Alemanha e à Itália e se não se distinguiu da França e da Inglaterra (ponho entre parêntesis o complicado problema da URSS ou das ilusões acerca da URSS) pareceria absurdo. Fascista ou não fascista, o salazarismo foi vivido pelos democratas como um regime fascista. Porém, cientificamente estudado, verifica-se ser isso falso? A questão é interessante.

Há talvez que distinguir vários planos. Para quem é atacado por um tigre pouco importa se o tigre é mamífero ou réptil — o tigre mata e isso basta. Mas, obviamente, o naturalista vê as coisas de outra maneira sem que isso invalide a reacção do tal homem em perigo.

Embora para quem se defende do tigre, o tigre e o crocodilo sejam idênticos (pertencem à mesma classe, a classe das feras), a investigação do naturalista obriga-o a distingui-los e a classificá-los em gavetas diferentes (ainda que, noutro plano, os coloque no mesmo anuário, o dos seres vivos). Por outro lado, se a lagartixa está, para o homem da ciência, mais próxima do crocodilo que do coelho, ela inclui-se, para o medroso, na mesma classe do coelho (a dos animais inofensivos) — a não ser que o medroso seja caçador (para este, a lagartixa e o coelho pertencem a classes diferentes).

É possível (não sou investigador) que, no plano científico (ou num: “certo” plano científico), o salazarismo não seja rigorosamente um fascismo, se levarmos em consideração os princípios norteados de Salazar. Mas somente os princípios contam, não contam as consequências, a realidade vivida? E se descobrirmos contradição entre os

princípios e as consequências, que conclusões deveremos tirar? Que não foi um fascismo, ou que foi um fascismo, embora com características próprias? Questão de simples definição? Se for verdade, vou admitir, com Braga da Cruz, que Salazar recusou, por razões ideológicas, o totalitarismo de Estado e de partido, “considerando que o Estado tinha de estar subordinado ao Direito”, na prática isso não o impediu de subordinar o Direito ao Estado (o Direito era ele quem o definia) — e, por isso, em nome do Direito, mesmo em eleições “tão livres como na livre Inglaterra”, os adversários tiveram reduzida liberdade de expressão e acabaram, numerosas vezes, por ir parar à cadeia.

Ao não permitir a livre discussão, ele ultrapassou, julgo eu, o simples autoritarismo e, apesar da sua aparência de homem racional (muito diferente de Hitler e de Mussolini, homens de emoção mais do que de razão), revelou-se um inimigo da razão, partidário do “não se discute”. O “não se discute” não será, no século XX, uma das mais significativas características do fascismo? Apesar de tudo, o simples autoritarismo permite a discussão, embora lhe faça orelhas moucas.

O salazarismo, forma muito particular do fascismo? A questão pode transformar-se numa discussão acerca da definição de fascismo, mas nesse caso não tem grande interesse. Foi como fascismo que os democratas de então viveram (alguns combateram e morreram) o salazarismo.

Por mim, considero louvável que o problema seja levantado, que repensemos essa época que felizmente já lá vai, mas insisto, perante a ameaça do tigre, o tigre não difere do crocodilo, o tigre, como o crocodilo, pertence à classe das feras. Ou, por outras palavras, e historicamente, o fascismo não foi apenas aquilo que os dentistas podem concluir, após minuciosas análises dos textos.

Erro de perspectiva? A investigação não pode ignorar o plano do “como do foi vivido”, mesmo quando o “como foi vivido” se situa muitos séculos atrás — e não é o caso. Além do mais, repito, a fotografia do Mussolini na secretária tinha certamente algum significado.

Há alguma diferença entre pôr na secretária um retrato de Beethoven, por exemplo, e pôr um retrato do Mussolini. E pergunto: que admirou de no Mussolini? Se não foram os princípios, foram as consequências? Nem todas, dir-se-á, mas quais?

Pergunto-me também se o nome do fascismo não será o mais adequado as todas as reacções autoritárias de uma certa época, muito embora cada uma dessas reacções tenha características diferenciadas (o gato é diferente do tigre, mas eu utilizo para ambos o nome de mamíferos). Enfim, o nome pouco importa, importam sim as realidades que com esse nome queremos abranger. Por mim, aceito o nome de fascismo como um instrumento útil para, numa primeira abordagem, a mais geral, se quiserem, classificar todos os regimes antidemocráticos. Depois, pormenorizando-os, verificaremos que a Alemanha de Hitler se diferenciou da Itália de Mussolini, da Espanha de Franco, do Portugal de Salazar, etc., etc. Subclasses da mesma classe.

ABELAIRA, Augusto. Simultaneidade. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 555, p.17, 22/02/1993.

NO LIVRO RECENTEMENTE PUBLICADO, “Disse chamar-se António Sérgio de Sousa...”, de Jacinto Baptista ignora se António Sérgio, aquando de sua prisão em Setembro de 35, terá sido interrogado na rua António Maria Cardoso ou nas instalações da Secção Política e Social, que funcionava na rua 16 de Outubro, mas concedendo que fora na António Maria Cardoso imagina (Sérgio não era cego e os prisioneiros têm olhos muito abertos para o mundo exterior) que ele terá olhado para um cartaz do São Luiz, em vésperas de estrear “A Viúva Alegre”, com Jeanette MacDonald.

Aqui, suspendo a leitura, pois acabo de tirar a limpo uma dúvida (talvez já em tempos a tenha tirado mas, se a tiara, esqueci-me, entretanto). “A Viúva Alegre” que em menino vi, não foi portanto a de Stroheim, mas a de Lubisch. A Jeanette MacDonald resolve-se a questão, lembro-me dela.

Recordo-me (os livros, mesmo quando tratam de coisas que nada têm que ver connosco, incluem sempre alguma coisa que nos diz respeito): salvo o erro, o Teatro Avenida de Coimbra, há pouco demolido, acabava de ser inaugurado e o meu tio levou-me até lá. À entrada, comprou-me “O Mosquito”, jornal infantil que por esses dias publicara o primeiro número.

Duas estréias, digamos assim. E se da “fita”, como então se dizia, pouco me recordo (gostei, seguramente, eu gostava de todas as fitas), quanto ao “Mosquito”, ainda hoje vejo (correctamente ou não) a capa, por inteiro ocupada com o retrato dum garoto.

Vim a ser assinante do “Mosquito” e acompanhei-o durante quase toda a existência – ao dizer “quase toda”, ocorre-me uma pergunta interessante (para mim): recordo-me do primeiro número que li, mas qual teria sido o último? Quero dizer, quanto terei decidido acabar com ele, datando assim a morte de minha infância? A investigar, quando for mais velho.

No “Mosquito”, recordo-me principalmente duma história aos quadrinhos, chamada “Pelo Mundo Fora” – as extra-

ordinárias aventuras do Rob, da Mabel e do Dan, este sempre referido, à maneira do Homero, não como “o do capacete fulgente”, claro, mas como “o velho Dan”. Aventuras submarplano, inúmeras vezes definido, expressão textual (mais uma influência de Homero), como “o maravilhoso invento de Harrington”. E maravilhoso, com toda a razão: o submarplano, o nome fala por si, era uma mistura de submarino e de aeroplano (de avião, diremos hoje). Nessa história aos quadrinhos, porém, as palavras não saíam em balão da boca das personagens, vinham escritas na base dos quadros, aliás rectângulos, e ignoravam o discurso directo, obrigavam-nos a mergulhar no, sintacticamente mais complicado, mundo das descrições. E afinal, as legendas podiam prescindir dos desenhos (talvez). Direi então que os desenhos **ainda** ilustravam as histórias, ao contrário de o que hoje acontece, pois as histórias que “ilustram” os desenhos? Falo assim, por já me ter acontecido escrever as palavras para uma banda desenhada russa. Como não sei russo, inventei uma história que mais ou menos me conformava com os desenhos. Lamento se lhe retirei o vigor da eventual mensagem.

Se alguma coisa me irritava no Rob era a sua neutralidade sentimental perante Mabel, a ignorância, direi obscena?, de ser ela mulher e, como mulher, desejável. Não se apaixonado ele, substituí-o eu. Se o porquinho-da-índia foi a primeira namorada de Manuel Bandeira, para mim a primeira namorada foi Mabel – distante ainda da Natacha ou da Sansevrina (e também nunca perdoei o Fabrice não ter se apaixonado pela Sansevrina -, provavelmente o Rob era filho de pai incógnito, facilmente identificável, mesmo sem recorrer às modernas técnicas da biologia, Stendhal).

Dizia eu, algumas linhas atrás, que suspendera a leitura do instrutivo livro do Jacinto Baptista – e continua suspenso (pura retórica, estou a escrever activamente). Adivinharam porquê? Sem o saber, enquanto assistia à projecção do filme do Lubitsch (o admirável Lubitsch, o europeu Lubitsch, o vienense Lubitsch), António Sérgio sofria o interrogatório dos capangas de Salazar. Sabia eu quem era António Sérgio,

podia imaginar que esse homem viria a ser um dos meus mestres? Talvez já tivesse até ouvido falar dele ao meu pai, assinante da “Seara Nova”. Mas também não sabia que, quase sessenta anos depois, viria a encontrar um inesperado elo de ligação temporal entre a minha vida e a de Sérgio. Repito: no preciso momento em que me divertia no cinema, Sérgio estava preso.

Abro um parêntese: lembro-me de saber que a Abissínia fora invadida pela Itália, que a guerra de Espanha começara. Mas que fazia eu quando soube disso? Não sei. Lembro-me da informação, não me lembro de mim. Recordo-me, porém com grande exactidão, do que fazia quando soube da bárbara invasão da Polónia e, desse modo, posso “inserir-me” nesse acontecimento, posso ver-me lá, sentir-me incluído na história do universo: acabado de chegar à Figueira da Foz, vindo de Viseu, li no *placard* do “Diário de Notícias”, existente na rua de cassinos, a dramática notícia. E como me recordo de como passei a noite anterior, posso saber o que fazia no momento da invasão. Uma avaria no automóvel do meu tio obrigou-nos a dormir na taberna de aldeia – e fomos atacados por um exército de percevejos.

É muito raro que mais tarde venhamos a relacionar (o tempo, apenas o tempo, mas o tempo é tudo) certos factos vividos com um acontecimento histórico do qual tudo ignorávamos – e é esta possibilidade de fazer coincidir um instante da minha vida privada com um instante da vida pública de Sérgio que me impressiona. Eu não sabia que Sérgio estava a ser interrogado, Sérgio não sabia que eu estava a divertir-me no cinema com o “Mosquito” em cima dos joelhos e, todavia, alguma coisa (que só agora sei, que ele nunca soube, nem tinha de saber) nos unia: o tempo, na sua total indiferença pelos mortais.

P.S. Pensando bem, não sei se a estréia de “A Viúva Negra” no Teatro Avenida de Coimbra coincidiu com a prisão do António Sérgio – os filmes levavam algum tempo para chegar à província. É pois possível que a suposta

simultaneidade não seja rigorosamente confirmada pelo calendário, mas que importa isso? Existe hoje, dentro de mim.

ABELAIRA, Augusto. Adjectivos. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 556, p.07, 02/03/1993.

A INFORMAÇÃO DEVO-A AO Alexandre Pinheiro Torres, aqui mesmo neste semanário: de acordo com o “Boletim de Filologia”, **bom** e **bonito** figuram à cabeça dos cinquenta ou sessenta adjectivos mais usados na língua portuguesa. O menos frequente, de entre os sessenta adjectivos considerados, se bem percebi, é **exacto** – e a propósito Pinheiro Torres interroga-se se o inquérito do “Boletim de Filologia” será exacto. Mas se for exacto, se a metodologia do inquérito for **boa**, então sou mais optimista do que ele acerca dos portugueses: Pinheiro Torres lamenta que tenhamos atirado o dito adjectivo para o fim da tabela, eu recozijo-me: apesar de tudo, encontrá-lo entre os primeiros sessenta não é notável? Os adjectivos são milhares.

Subsiste a questão: empregar frequentemente, como parece ser o caso, o adjectivo **exacto**, revela exactidão? A dúvida tem sentido: se virmos na ciência o domínio privilegiado da exactidão, será de admitir que os portugueses se notabilizem nesse campo – e não consta que Galileo, Newton ou Einstein tenham nascido em Portugal, a nossa exactidão (que também a tivemos) morreu no longínquo século XVI. Somos, ao que se diz, um povo de poetas líricos, não de cientistas. E, de caminho, seria instrutivo saber se os povos da Itália, da França, da Holanda, da Alemanha, para citar somente estes países famosos pela sua ciência, colocam o adjectivo **exacto** entre os primeiros sessenta. Obteríamos uma perturbadora resposta negativa e concluiríamos que em Portugal se fala muito da exactidão por ela não existir? Deseja-se o que não se tem e as palavras servem para manifestar, mesmo se inconscientemente, esses desejos.

Seja como for, desejar o que não se tem revela alguma virtude (ou pode revelar alguma virtude). Assim, embora incapazes de exactidão, os líricos portugueses teriam dado por essa falta, que até revelaria bastante espírito crítico, isto é, científico. Onde: avizinhasse, para os tempos mais próximos, uma radical revolução de mentalidade, que, de lírica, passará a científica (ou também científica).

Estou a ser optimista, como se vê, mas, nesse sentido, exponho-me ao dedo de acusador de Pinheiro Torres. Perante a frequência com que empregamos **bom** e **bonito**, ele escreve, indignado: “Que óculos usamos nós.” A Indignação tem sentido: como é que um país situado na cauda da Europa se serve tantas vezes de adjectivos que de modo nenhum reflectem a realidade literária?

Tento defender-me: os países de vanguarda, os países que vivem *bem* não precisam de ver o mundo com óculos cor-de-rosa, bastam-lhe os óculos normais, os óculos realistas. Mas nós, habitantes deste vale de lágrimas (a recente Presidência Aberta foi, televisamente, bem esclarecedora), como poderíamos viver sem óculos cor-de-rosa? Compreende-se até que o Governo, consciente de que deve livrar-nos do desespero, recorra ao substantivo *oásis* (substantivos são mais vigorosos do que adjectivos). E **rigoroso** não se encontra inúmeras vezes na boca dos ministros (rigorosos equivale a exacto)?

Ocorre-me agora que talvez o inquérito do “Boletim de Filologia” se tenha debruçado exclusivamente sobre o discurso cavaquista, opção razoável: ele mereceu a aprovação de mais da metade dos portugueses, nas últimas eleições.

Outras provas desta hipótese: sempre baseado no “Boletim de Filologia”, Pinheiro Torres revela a **rapidez** é seis vezes mais utilizado do que *lento*. Ora, para o discurso cavaquista, dantes tudo era lento, hoje tudo passou a ser rápido, dinâmico – sobretudo se compararmos a velocidade de Portugal progride com o marasmo europeu.

Estou já a ver algumas objecções a esta suspeita de que o discurso cavaquista foi a amostra escolhida para os analistas do “Boletim”. É que dir-me-ão, a palavra **bonito** não se encontra em tal no discurso.

Sem dúvida, reconheço, desgostoso por minha hipótese ser contestada, mas proponho uma explicação: os cavaquistas terão sido alunos do meu velho professor de português? Ele proibia-nos o emprego da palavra **bonito**: literalmente, dizia, ela é uma palavra feia, pobre, pouco expressiva, vulgar. Sempre que quiséssemos dizer bonito, aconselhava, deveríamos recorrer a outro adjectivo que dissesse a mesma coisa.

Apenas demonstrei que, na generalidade, os portugueses não foram alunos do meu velho professor do liceu Rodrigues de Freitas, nada provei acerca do discurso governamental. E então: a que se deve este cavaquista desvio de discurso comum?

Poderia ficar por aqui, é prematuro dar uma resposta convincente sem uma investigação **exacta**. Em todo o caso, e como ideia orientadora, propondo o seguinte: o adjectivo **bonito** talvez seja feio, condenável o seu uso, mas traduz um certo ideal estético, isto é, se de facto desejamos o que não temos, a ausência do adjectivo **bonito** no discurso cavaquista, revela que nos governantes não sentem falta – permitam-me o salto para um substantivo – da Beleza (perdoe-me a maiúscula). Insisto: pode-se dizer, como o meu velho professor, que recorrer ao adjectivo **bonito** é uma forma pobre de exprimir o impulso estético. Mas, pobre que o ou não (e no nível estilisticamente pobre em discurso cavaquista se situa), **bonito** seria a palavra exacta para exprimir esse impulso.

Se o impulso existisse, se as preocupações culturais existissem. Mas para tirar esta conclusão tão óbvia, teria sido necessário que eu gastasse tanto adjectivos?

ABELAIRA, Augusto. Os desígnios da Madre-Natureza. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 557, p.09, 09/03/1993.

AS CRIANÇAS, CONDUZIDAS PELA batuta do prof. Galopim de Carvalho, apaixonaram-se pelos dinossauros, atrapalharam o trânsito na Rua da Escola Politécnica, sonham com um dinossauro doméstico, simpático, devidamente apurado por tratadores ingleses, esquecem cães e gatos (falo pelo meu neto), não levam à paciência o desaparecimento deles, maldizem a Madre-Natureza. Tanto quanto sei, as administrações dos hipermercados também lamentam a extinção dos dinossauros: quantas toneladas de rações enlatadas não poderiam vender? Os fabricantes de latas, também. Quando o desemprego nos ameaça a todos (virtudes do mercado), os dinossauros domésticos contribuiriam para resolver a crise.

Os pais, esses, sentem-se satisfeitos. Independentemente da incomodidade de abrigar um dinossauro na cozinha, sabem que se os dinossauros não tivessem morrido, o homem, a mais nobre classe dos mamíferos (segundo eles, pais), não viria a desenvolver-se. Ao que parece, o dilema que a Madre-Natureza dramaticamente enfrentou foi: ou dinossauros ou mamíferos. Benévola, do nosso ponto de vista, escolheu os homens (os futuros homens, nesse momento os homens eram apenas projecto – rabiscos e cálculos nos estiradores cósmicos).

Acertou na escolha? É sempre temerário discutir as opções da Madre-Natureza, mas eu insisto: acertou na escolha? Avaliando o problema com independência, não do ponto de vista pessoal, mas do ponto de vista da Terra (como se vê, procuro a imparcialidade, ignoro a minha suspeita condição de mamífero e de homem), pergunto-me se o desaparecimento dos dinossauros não terá sido, a longo prazo, uma catástrofe bem maior do que se pensa. Afinal, que se saiba, os dinossauros não punham em riso o Planeta, o bicho-homem representa para ele um perigo de morte.

É certo que o Carl Sagan (ou Stephen Jay Gould, não me recordo bem) admite a hipótese de que a evolução conduzisse os dinossauros (tal como conduziu os mamíferos) a desenvolverem inteligência superior. Esta ideia, todavia, não me parece tranquilizadora, do ponto de vista da Terra. Quando a inteligência surge (a capacidade de usar a Terra despudoradamente, de submetê-la a toda a espécie de ultrajes), o perigo aparece. Mas, em suma, podemos conceber que a inteligência dos dinossauros fosse menos destruidora, não lesse pela cartilha de Francis Bacon e dos seus discípulos da sociedade industrial, satisfizesse-se com práticas exclusivamente criadoras: quem sabe?, talvez, os dinossauros superassem os Beethovens, os Galileus, os Mantegnas, os Tolstois.

Ignoro. Também ignoro, se o Sagan (ou o Gould) tem razão. Talvez a caixa craniana dos dinossauros não tivesse crescido e, sessenta milhões de anos depois (hoje), eles continuassem iguaizinhos, tal como coelacanto, que num mudo protesto contra Darwin se

obstinou em não evoluir, favorecido, aliás, pela inexistência de concorrentes, por não ter sido obrigado à luta pela vida. E volto à minha pergunta inicial: a Madre-Natureza escolheu bem, avaliou com rigor todas as consequências duma talvez precipitada opção?

Esta pergunta pressupõe uma questão anterior: que pretendeu a Madre-Natureza, salvar ou destruir a Terra? Saber se ela escolheu bem, ao acabar com os dinossauros e ao proteger os mamíferos, implica conhecer quais foram os seus objectivos essenciais.

Assim, se pretendeu salvar a Terra com o seu oxigénio, a sua cortina de ozono, as suas florestas, os seus rios e mares, as lagartixas e os seus passarinhos, enganou-se. Se pretendeu, como me parece mais provável (a Madre-Natureza nunca se engana e nunca tem dúvidas) destruir a Terra, por um motivo qualquer que ainda nos escapa (mas a investigar), então acertou: precisava de um instrumento eficaz e o homem é esse instrumento. Pode objectar-se que, numa dada época, ela parece ter-se arrependido desta escolha, parece ter querido salvar a Terra, ao desencadear o Dilúvio, mas então não contou com o engenho humano, a genial invenção da arca (a mitologia pretendeu que Noé a contruíra, a mando de Deus, mas sabe-se hoje que a ideia foi de Noé). Para já não falar de hesitação anterior.

Ao colocar inicialmente no Paraíso o primeiro homem e a primeira mulher, local sem pecado e portanto sem relações sexuais, a Madre-Natureza (Deus sive a Natura) ainda pensou em impedir os filhos, logo, a descendência humana. Mas esta tentativa falhou, por culpa da serpente (é para mim um mistério que tenha sido a serpente – um réptil, parente, portanto, dos dinossauros – a promover a sobrevivência da humanidade. E isto, só por si, revela algumas hesitações da Madre-Natureza. Pouco conhecedor dos segredos dos computadores, interrogo-me se teria havido uma falha de energia eléctrica ou uma tecla mal digitada). Adiante, digamos que o feitiço se virou contra o feiticeiro.

Deixo para um tratado a publicar a demonstração da minha hipótese, produto de laboriosos estudos, limito-me a transmitir as conclusões (aliás, como se sabe, as conclusões precedem sempre as investigações). Em meu entender, a Madre-Natureza não se enganou, fez a escolha certa. Ao programar o aparecimento do homem, graças à destruição dos dinossauros, ela quis efectivamente acabar com o Planeta.

Esta conclusão tem, além de um indiscutível mérito científico, um óbvio mérito moral: numa época em que o homem entrou em crise e se interroga cepticamente acerca do seu papel no mundo, numa época em que perdeu o sentido do seu destino, em que esqueceu as suas referências (as transcendentais e as imanentes), a minha hipótese fornece-lhe uma resposta reconfortante. Para que existimos nós, qual o nosso papel, a nossa função no misterioso universo (os eternos problemas)? Acelerar a destruição da Terra, embora por motivos de que somente a Madre-Natureza tem o segredo (mas ela adora a Morte, não nos esqueçamos). Resposta que explica a condição trágica da existência humana, mas de, que

qualquer modo, nos ajuda, ao dar significado a essa mesma existência – e um significado não egoísta.

A extinção dos dinossauros, bem interpretada, permite a reavaliação da posição do homem no universo, fornece-nos a razão para a nossa origem: nascemos para destruir a Terra, já que os dinossauros contribuíram para ela existir eternamente. Por outras palavras, os ecologistas desenvolvem uma actividade contranatura, opõem-se de facto aos superiores desígnios da natureza.

ABELAIRA, Augusto. Os europeus. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 558, p.19, 16/03/1993.

SIM, NO RUANDA, EM PERMANENTES LUTAS tribais, os homens matam-se uns aos outros (mais uns do que outros, como é normal). Não somente no Ruanda, na Somália, na Libéria, um pouco por toda a parte em África. Observando esta pacífica Europa, como não concluir que “qualquer coisa” se passou por cá, após uma evolução de séculos (porque não falar em progresso?) e sobretudo após o último conflito mundial? Há ainda tensões entre o Leste e o Ocidente, mas nunca se chegou à guerra – embora tanto o Leste como o Ocidente europeus tenham, muitas vezes, responsabilidades pelo que se passa em África. Excluídos estes casos não desprezíveis, a Europa amadureceu, como não o reconhecer?

Embora vacinado (ou supostamente vacinado) contra o eurocentrismo, mas liberto também da ideia de que somos o demónio, o único demónio na Terra, quantas vezes pensei assim? E como não creio que os direitos humanos sejam “naturais”(a natureza não se doutorou em direito ou em moral), a minha admiração pela Europa mais aumentava ao pensar que ela criou tais direitos, tal como criara um certo tipo de arte e a ciência moderna. Ao criar, quase direi ao inventar, os direitos humanos e agora ao cumpri-los também, mesmo se não em absoluto, a Europa dera um grande salto na história da humanidade.

Isto ou qualquer coisa como isto, eis o que eu sentia (evito dizer pensava) há quatro ou cinco anos. Hoje ponho-me a imaginar que sou sérvio, croata ou mulçumano da Bósnia. Estaria neste momento atrás duma janela de espingarda em punho, pronto a disparar contra os “inimigos”? Sérvio, contra croatas e mulçumanos; croata, contra sérvios e mulçumanos; mulçumano, contra sérvios e croatas? A praticar, em momentos de maior repouso, o genocídio étnico, a violação das mulheres “inimigas”?

Pergunto isto com sinceridade, mesmo se estou a especular tranquilamente neste magnífico dia, com o sol a entrar-me pela janela, as árvores lá fora a balançar ao vento, uma fulgurante abertura de Rossini nos ouvidos. Quer queira quer não, dificilmente posso considerar-me (e aos portugueses, meus irmãos) diferentes dos sérvios, croatas e mulçumanos da antiga Jugoslávia, só porque, embora europeu, nasci à beira do Atlântico em vez de ter nascido junto ao Adriático.

Então incisto: se me custa a crer que seja diferente deles, estaria hoje com a tal espingarda, atrás da janela, a não ser que já me tivessem matado, ferido gravemente ou metido num campo de concentração?

Perguntas incómodas, que não me atrevo a considerar absurdas. Sou (ou julgo ser?) uma pessoa pacífica, irmão ou filho dos inventores dos direitos humanos. Mas os croatas, os sérvios e os mulçumanos não acreditam também nos direitos humanos que possivelmente até consideram naturais? Custa-me a crer que não acreditem (que, pelo menos, não tenham acreditado até “ontem”) – e nas minhas duas passagens pelo Jugoslávia, há alguns anos, não descobri, quanto a estes pontos, qualquer diferença entre mim e eles. Não percebi (mas sou-lhes estrangeiro, objectar-se-á) que houvesse sérvios, croatas, mulçumanos, pareceu-me que eles se sentavam às mesmas mesas nos cafés, que conversavam uns com os outros, mesmo quando se sabiam croatas, sérvios ou mulçumanos.

Pareceu-me que (esquecido da História?) discutiam futebol, a carestia da vida, política ou literatura sem perguntar: “Qual a tua origem?” Mesmo se estou disposto a considerar a Jugoslávia uma criação artificial (mas qual o país na origem não foi artificial?). E sempre que me sentei à mesa com um inglês ou um alemão, aqui ou acolá, embora adivinhasse entre nós algumas diferenças, nunca me ocorreu (pelo menos até hoje) pegar numa espingarda (ou no paleolítico machado). Mas engano-me a mim próprio, no fundo do meu inconsciente, está lá a espingarda, estou pronto a dispará-la na primeira oportunidade? Falta-me apenas a oportunidade? Lamento até que ela não apareça?

Interrogo-me de novo: se fosse sérvio, croata ou mulçumano na Bósnia... Desconheço-me assim tanto que não concebo a grande verdade do meu ser, o desejo de dar livre curso aos meus naturais impulsos, preciso somente dum argumento? Dêem-me

uma causa, mesmo estúpida, numa região em conflito, e transformar-me-ei imediatamente em sérvio, croata, mulçumano? Aqueles homens que passam na rua, lá em baixo (que imagino passem, não estou a vê-los), apenas não os considero inimigos a abater (ou aliados a ajudar), porque não se criaram por cá as condições para isso? Quando digo eu, pergunto-me também se tu *“Hypocrite lecteur – mom semblade – mom frère!”*.

ABELAIRA, Augusto. Dos ficheiros aos insecticidas. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 559, p.7, 23/03/1993.

INFELIZMENTE, FALTOU-ME SEMPRE A paciência de organizar o ficheiro das minhas leituras, de modo que, grande parte do saber adquirido nelas (que é o potlach, que é a luz, quem foi Akhenaton?) acabou por se perder, deixando na memória apenas sombras, vagas generalidades – e minha memória nunca foi famosa, mesmo quando, como estudante, tomei Fitina (ignoro se ainda existe), abençoados comprimidos que, pelo menos publicitariamente, a fortaleceriam. Assim, a química por química, pus-me a sonhar com a possibilidade de os conhecimentos serem injectados directamente no cérebro. Em vez de comprar livros, compraria determinadas moléculas (as moléculas do saber). À venda nos supermercados. “Vende-me uma embalagem de comprimidos do reinado de D. Afonso Henriques ou da filosofia de Husserl?”

Este desejo não era mais disparatado do que sonhar (a ideia ainda não existia) com os bebés de proveta. E anos depois li uma notícia que encheu minha imaginação de alegria: a alguns ratos que num labirinto haviam aprendido o caminho para chegar a um pedaço de queijo, foram retiradas moléculas de certa região do cérebro e injectadas depois nos cérebros de outros ratos, desconhecedores do labirinto. E logo estes se dirigiram ao compartimento do queijo. Transferência do saber. Uma dificuldade, porém: vinte e quatro horas depois; esqueciam-se desse injectado saber. Mas, enfim, estava dado o primeiro passo.

Não sei em que ficaram tais experiências (nunca mais ouvi falar delas), mas o dia virá em que as moléculas extraídas dos privilegiados cérebros do Hawking e do Prigogine, e injectadas na minha cabeça, vão permitir-me falar de igual para igual com todos os prémios Nobel de ciência. Admitindo que nem Hawking nem o Prigogine se prestem a isso, surgirá uma nova profissão: a dos cérebros de aluguer ou, mais rigorosamente, a dos vendedores de moléculas cerebrais. Esperemos que a concorrência do mercado baixe os custos.

Não ignoro uma dúvida: as ditas moléculas permitirão, como aconteceu com os ratos, um conhecimento imediato (e perdurável), mas o livro concede aos não preguiçosos a emoção das dificuldades a vencer. E tem a vantagem de jogar com o tempo (o tempo de leitura). Ler trezentas páginas durante horas e horas oferece indiscutivelmente grandes alegrias. Uma das fraquezas da banda desenhada e do cinema, quando pretendem traduzir romances famosos, não estará nessa supressão do tempo (de leitura)? O empobrecimento que sempre sentimos num filme (em relação ao romance donde foi extraído) não reside em grande parte nisso, mesmo se a adaptação é brilhante, como no caso da Morte em Veneza? É que, num romance há dois tempos: o intrínseco à história (quatro anos na Montanha Mágica, salvo erro) e o da leitura, algumas horas. Em certos casos (no Ulisses) esses dois coincidem: o romance, diz-se, ocupa vinte e quatro horas de leitura, tantas quantas as das acção.

Divaguei-me, perdi-me. Antes de começar a escrever, pensei em falar em velhice ou, melhor, das diferentes imagens da velhice consoantes as épocas. A propósito de ter ouvido estas palavras a um recente desempregado: “Com cinquenta anos, onde é que vou arranjar emprego?”. E comecei por pensar: por um lado, nossa civilização prolongou a vida humana, pelo outro, não sabe que fazer com os velhos. Matá-los, como no romance de Bioy Casares? Apesar disso – continuei, hoje uma pessoa com cinquenta anos não se considera (nem é geralmente considerada) “idosa”, não se sente acabada, não deixa de sonhar, de esperar do futuro a felicidade que porventura o passado não lhe deu. Mas no século XIX também era assim? Ocorreu-me então que se Balzac escrevesse hoje A Mulher de Trinta Anos, não daria a essa mulher trinta anos, mas quarenta ou cinquenta. Digamos que a

juventude (uma certa juventude, uma certa graça) se prolongou, conserva-se hoje por muito mais tempo. Para o século XIX (se os romancistas são bons informadores), aos cinquenta anos as mulheres são velhas, perdem a graça. Hoje conservam-na, têm trinta anos (na linguagem dele). São desejáveis. Aos cinquenta anos, mesmo aos sessenta, hoje, o conde Mosca não se sentiria velho, ele, que aos quarenta e cinco anos, hesitava. Devo em todo o caso informar os leitores que a minha opinião é suspeita, já estou na segunda metade dos sessenta.

Que a imagem da velhice, mesmo do ponto de vista romanesco, se alterou, eis o que eu pretendia provar quando peguei a cantea. Mas queria dar exemplos concretos, e numerosos, recorrendo à literatura do século XIX. E foi então que senti a falta do ficheiro.

Onde estão os exemplos, maldita memória, já um pouco esclerosada? Poderia citar muitos, tenho a certeza, mas esqueci-me dos livros e das páginas e apenas me ocorre, concretamente, o caso da Sansevrina: perto dos trinta anos, considerava-se “idosa”. Assim, como escrever a minha crónica, se tenho a ideia, se sei o que quero dizer, mas não encontro as provas, embora a minha vaga memória me garanta a existência delas?

A não ser que já a tenha escrito, divagando aos ziguezagues por aqui e por acolá. Ou talvez a função das crónicas não seja a de provar seja o que for e sim de favorecer o contacto afectivo (uma simulação de contacto afectivo) entre as pessoas. Certos mamíferos, como desconhecem as palavras, catam-se uns aos outros – os homens falam, escrevem, lêem. De forma menos satisfatória, as palavras não substituem o carinho da humilde catação. Acredito até que os insecticidas, ao matarem os piolhos, vieram contribuir para a solidão humana.

ABELAIRA, Augusto. Manuel da Fonseca: um grande escritor, sem mais. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 560, p.07, 30/03/1993.

SE DIGO “EÇA DE QUEIRÓS É UM grande escritor realista”, digo uma verdade, mas possivelmente quis diminuir o autor de “A Cidade e as Serras”, há naquela frase um subentendido: “Dentro do realismo Eça de Queirós é um grande escritor (mas de um ponto de vista mais geral não é assim tão grande)”. Encerrei-o numa classe minúscula, excluí-o da área mais vasta de dois ou três mil anos de literatura. Por isso mesmo, eu (autor desta crónica) nunca escreverei: “Eça é um grande escritor realista”, limitar-me-ei a falar dele “apenas” como um grande escritor. Depois, e só depois, o classificarei dentro do realismo. Também não escreverei, para citar outro exemplo (desta vez fora da literatura), que Debussy é um grande compositor impressionista. É um grande compositor.

Está hoje na moda dizer mal do neo-realismo e isso até é um direito. Além de direito, é decerto um fenómeno sociologicamente explicável, ainda que eu desconheça a explicação (também nunca me dei ao trabalho de procurá-la). Mas, neste sentido (o de estar na moda dizer mal do neo-realismo e mesmo de transportar a palavra para contextos onde não é aplicável), espanta-me pouco que muitos órgãos da comunicação social tenham dito, ao noticiar a morte de Manuel da Fonseca, que ele foi um grande escritor neo-realista.

Grande escritor neo-realista? Nem sequer, nem nome duma compreensível prudência, grande escritor *português*? Ponho-me a imaginar as notícias das mortes de Eça ou do Debussy. Morreu o grande escritor realista, morreu o grande compositor impressionista. Bach, o grande compositor barroco. Chopin, o grande compositor romântico. Dante, o grande poeta católico. Porque não, Shakespeare, o grande dramaturgo isabelino? Levo ao absurdo uma prática, não estou a fazer comparações.

Manuel da Fonseca foi um grande escritor neo-realista. Mas antes de falar assim, limitando-lhe a grandeza, terei de escrever: um grande escritor. Somente: dizer que Fonseca foi um grande escritor, assim sem mais nada, numa época em que está na moda dizer mal do neo-realismo, levanta um grave problema: se, além, de grande como neo-realista foi grande, de um ponto de vista mais geral, então o neo-realismo contempla um grande escritor, pelo menos – coisa impossível, por definição. Pior: se conteve no seu interior um grande escritor, não poderá ter contido mais? Terrível questão: o neo-realismo, contra as fatais leis da natureza, terá permitido a existência de grandes escritores? Gravíssimo: se teve bons escritores, então pouco importa que também os tivesse maus. Uma escola artística não se mede pelos maus.

Compreendo que se combata o neo-realismo (ou o romantismo, o simbolismo, o dodecafonismo, etc.), sobretudo quando o combate é travado em nome de qualquer coisa – e qualquer coisa da natureza artística. Por isso mesmo, sempre respeitei Gaspar Simões: ele combateu o neo-realismo em nome de qualquer coisa – e poucas vezes concordei com ele. Salvo quando, perante um neo-realista que ele considerou “bom”, resolveu o problema, excluindo-o do neo-realismo. Claro: sem Monet, sem Pissarro, etc., etc., o impressionismo não vale nada. Em todo o caso o neo-realismo abrangeu autores como Carlos Oliveira. Redol, Namora, Mário Dionísio, Marmelo e Silva, Cardoso Pires (cito apenas alguns ficcionistas). Vão para o caixote do lixo? Admirável literatura que pode mandá-los para o caixote do lixo.

Qual o pecado do neo-realismo? Uma certa ideologia, uma certa concepção do mundo? Bem, não conheço nenhuma obra literária que não pressuponha uma certa ideologia. Os escritores “escolhem” (pus entre comas a palavra escolher) as ideologias, os óculos que melhor lhes permitem surpreender a realidade. A Thomas Mann conveio uma certa visão humanista e burguesa, a Brecht o marxismo. E dado que ambos escreveram obras-primas, ainda bem que souberam encontrar os óculos de que precisavam, ainda bem que não se enganaram na “escolha”.

Os neo-realistas tinham uma visão marxista do mundo, estará aí a mácula? Independentemente da opinião que se possa ter acerca do marxismo, como explicação total (ou do marxismo-lenismo), a questão é esta: a concepção marxista para compreender as sociedades pode ou não esclarecer numerosas situações sociais, precisamente aquelas de

que se ocuparam os neo-realistas? Têm a palavra os historiadores e os sociólogos não marxistas (José Mattoso, por exemplo).

Visão parcial? Agradeço que me dêem o endereço de uma visão total porque me faz muita falta. Mas não me venham falar dos campos de concentração estalinistas a propósito de “O Fogo e as Cinzas”. Igualmente, a propósito dos católicos Mauriac ou Bernanos, não me venham falar da Inquisição. Embora não seja católico, tenho que reconhecer que o catolicismo permitiu a Mauriac e a Bernanos iluminar realidades que a mim, com os meus olhos agnósticos, teriam escapado.

O marxismo, a luta de classes (o neo-realismo, se quiserem) deram a um numeroso grupo de escritores uma nova visão de certa realidade portuguesa, visão que de outro modo nos teria escapado. E deram a essa nova visão forma artística, queiram ou não queiram. E pessoal (Carlos de Oliveira não se confunde com Manuel da Fonseca, Manuel da Fonseca, com Redol, etc., etc.). Forma artística e pessoal, uma vezes melhor, outras pior? Obviamente.

Da maneira melhor, com Manuel da Fonseca. Por isso mesmo, e agora para lá da escola, Manuel da Fonseca não foi um grande escritor neo-realista, foi um grande escritor. Pelo menos, grande escritor português – mas eu creio que os seus melhores contos não sofrem o confronto com os dos outros grandes contistas universais. A opinião será subjectiva, mas é a minha e é dada com consciência (pelo menos não falo de cor).

Foi, é um grande escritor. Sem mais. Sem menos.

ABELAIRA, Augusto. António José Saraiva: o grande encantador. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 561, p.09, 03/03/1993.

EM DUAS SEMANAS MORRERAM DOIS grandes escritores, Manuel da Fonseca e António José Saraiva. Por sinal, e estou a pensar na minha crónica anterior sobre neo-realismo, António José Saraiva não apreciava o neo-realismo, considerava que nele a ideologia se sobrepusera à arte (e que o próprio projecto ideológico fracassara em larga medida). Precisaréi de dizer que, enquanto escrevia essa crónica, várias vezes pensei em Saraiva (ele não tinha morrido), e disse com os meus botões: “Ora aqui está a oportunidade para conversarmos sobre um tema que sempre evitei”? E conversar imediatamente – não vá ele, imaginando-se visado, escrever-me uma carta algo entristecida.

Esta última afirmação exige um esclarecimento.

Desde muito jovem, desde que o conheci (em cinquenta e tal, na Sociedade de História, sociedade quase clandestina e ainda hoje quase ignorada, embora composta, entre outros, Magalhães Godinho, Joel Serrão, Borges de Macedo, Piteira Santos, Barradas de Carvalho, Mário Soares, Rui Grácio, Antonino de Sousa), desde que o conheci, dizia, sempre senti uma imensa fascinação por ele. Mas, ouvindo-o mais do falando, nunca me atrevi a iniciar uma franca conversa sobre o neo-realismo. Dizer-lhe: “Ó Saraiva, vamos lá discutir o neo-realismo, pondo entre parêntesis as opiniões sobre o PC.

“Compreenda-se: admirando-o, mesmo quando discordava, nunca consegui ultrapassar a posição do aluno que ouve o professor brilhantíssimo, dotado duma surpreendente imaginação. A sensação inigualável de que ele estava a criar, diante de mim, espontaneamente, uma nova teoria em que nunca pensara, a sensação de que assistia ao esforço criador em acção ou, para citar Maria Lúcia Lepecki, a sensação de ouvi-lo contar “como se fosse uma estória, aquilo que estava pensando”. Tímido, evitava o contestá-lo e, às vezes, vinha para casa aborrecido comigo mesmo por não ter ousado opor-me. Limitava-me a fazer algumas perguntas, mas elas não assumiam o carácter de objecções, eram simples pedidos de esclarecimento. E ainda este receio: fossem quais fossem os argumentos que eu utilizasse (bons ou maus) sempre a inteligência dele me encostaria à parede. E eu desistia dum combate que sabia perdido, mesmo que tivesse razão (mas tê-la-ia?). Enfim, poucas vezes a voz de um homem me fascinou tanto, mesmo quando, já depois do 25 de Abril, ele expunha certas ideias que me deixam em brasa.

Mas, porque aquilo que nele apreciava era a inteligência e a originalidade, o poder criador em movimento, sempre que tive algum poder (na “Vida Mundial” e na RTP) apressei-me a pedir-lhe a colaboração, que nele aceitou da forma polémica que alguns de certo recordam. No caso da série para RTP, esteve-se completamente nas tintas para os objectivos que eu lhe propusera – e ainda bem, mesmo que eu às vezes me arrepiava-se todo. Ao ouvir (ou ler) António José Saraiva, tirei esta conclusão: há autores em que o importante é estarmos de acordo com eles (pensam como nós ou somos nós que pensamos como eles) e outros, mais importantes para o nosso individual crescimento: aqueles que, tirando conclusões diferentes das nossas, as tiram porque souberam formular hipóteses que não nos tinha ocorrido porque souberam encarar o problema por outro prisma. E isso obriga-nos a ver se nossas conclusões se conciliam ou não com essas hipóteses, uma espécie de

verificação experimental. Quero dizer: aquilo que eles puseram em dúvida não foi tanto as nossas conclusões como as premissas a partir das quais, com lógica, nós raciocinamos.

O neo-realismo, esse neo-realismo acerca do qual nunca me atrevi a iniciar a discussão – e nunca me atrevi mesmo a perguntar-lhe francamente: “Ó Saraiva, mas você alguma vez leu os neo-realistas com atenção, sem estar contra, muito antes de iniciar a leitura?” Ouvinte e admirador, insisto, nunca perdi a minha condição de aluno, fascinado pelo verbo do grande encantador.

Saraiva leu com atenção os neo-realistas, não soube ver que em alguns deles o propósito político e social não esmagara a realização estética? Leu-os a todos e dos que leu, leu toda a obra? Devo aliás acrescentar que sempre suspeitei (sem me atrever a dizer-lhe) que ele não teria grande sensibilidade para a literatura do nosso tempo. Pelo menos, recomendou-me a leitura de alguns romancistas estrangeiros que me pareceram de 20interesse muito reduzidos. Terei razão? A sua visão de historiador, de historiador admirável, limitava-lhe a apreciação dos autores modernos, que talvez lhe impedissem a liberdade de formular hipóteses imaginadas? Fica a questão, mesmo se ela é, da minha parte, suspeita.

Regresso ao primeiro parágrafo desta crónica, ao receio de que se magoasse, de que suspeitasse que eu estava a enviar-lhe alguma seta envenenada ao criticar os adversários do neo-realismo. Regresso à minha confessada intenção de ir finalmente falar com ele, antes que, melindrado, me escrevesse. É que, tendo, certa vez, numa crónica acerca da Inquisição, feito minha tese de Saraiva, escrevi prudentemente: “Recorro a António José Saraiva, cujas opiniões são talvez discutíveis, mas...” Magoado, opôs-me: “Você citou-me duas vezes, mas com tais cautelas que fiquei com a sensação de ser um leproso com quem não se comunica sem precauções”. Foi mais longe: “Por que fez isto? Por que tem você medo de me citar?”

Caiu-me a alma aos pés. Eu, que o citara por concordar com a tese dele! E lá tive de explicar: não sendo especialista na matéria e estando os especialistas em desacordo, tinha o dever de escrever aquelas palavras. Que teria feito o mesmo com o Kant, o Einstein, o Bertrand Russell. Esqueceu o momento de má disposição, desculpável por recear que eu estivesse a tomar partido contra ele.

Mas num ponto teve alguma razão. Se eu, no nosso convívio, nunca lhe dissera qualquer coisa como “essa tese é discutível”, por que o fazia agora por escrito, longe dos olhares dele? Enfim, não me era fácil confessar-lhe: porque na sua presença não me atrevo, sou vítima do seu encanto.

Mas ao falar assim, aproveitando-me da sua morte, não continuo a proceder como sempre procedi? De certo.

Tenho a desculpa, em todo o caso. Se como “aluno” atento nunca lhe pus objecções, a verdade é que também lhe dizia que sim, mesmo quando concordava com ele. Fui portanto avaro em demonstrar-lhe a minha admiração. Pobre desculpa, que traduz outra culpa (a avareza) claro, mas talvez com ela evite que me escreva, lá do alto, uma carta a manifestar a sua mágoa. Ficou a saber alguma coisa que sempre lhe escondi (mas é vidente que ele a adivinhara).

ABELAIRA, Augusto. À sombra de Montaigne. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 562, p.21, 13/04/1993.

AS CONFERÊNCIAS, os colóquios. Por qualquer razão, deixei de ser bom ouvinte, a não ser que o problema não resida nos ouvidos mas nos músculos (em certos músculos das costas e das pernas). Maça-me estar sentado algumas horas a ouvir os oradores, mesmo se dizem das coisas interessantes. Distraio-me com a mais pequena coisa, isto é, a minha atenção agarra-se à tosse do vizinho, ao cruzar e descruzar dumas pernas, ao penteado da senhora da frente, e acabo por perder o fio condutor dos discursos. Leitor e não ouvinte, leria as palavras dos oradores com uma curiosidade assim-assim nos jornais, com mais cuidado nos seminários com extrema atenção nos livros (ou nas revistas trimestrais). Esquecendo agora que sou mau ouvinte, coloca-se-me este mistério: porque dedico atenções diferentes a um mesmo texto, consoante o suporte do material que lhe serve de base é este ou aquele? Apenas porque, inconscientemente, atribuo mais dignidade ao livro do que o semanário do que o jornal? Para mais, traduzo esta atitude numa prática: o jornal ponho-o logo fora, o seminário só algumas semanas depois, o livro ainda conservo muitos anos. Não que mais tarde não me desfaça dele, mas acabo por guardar alguns em Lisboa, despacho os outros para um sótão na aldeia. Embora, muitas vezes e com desgosto, venho a perceber que fiquei em Lisboa com os livros errados e mandei para o cemitério os livros certos (amontoados em cima uns dos outros nunca mais os encontrarei).

Dizia eu? Ah, as conferências, os colóquios, o ouvinte, o leitor. E o ponto de partida (até aqui não revelado) para este desafio de considerações, sem grande nexos, às curvas e contracurvas: Montaigne. Montaigne, digo mal. Um colóquio a que não assisti sobre Montaigne e que, previsivelmente, seria interessante (pelo menos, admiro dois dos intervenientes, Eduardo Lourenço e Fougeyrollas). Porque não fui lá? Cheguei-me mesmo a saber da existência dele? Já nem sei – todos os dias a caixa do correio é invadida por dezenas de anúncios que vão da baixa de preços num hipermercado até os colóquios. Já não olho para eles, limito-me a pensar: quantas árvores destruídas, que desperdício é este? O papel gasto em inutilidades publicitárias é de certo mais catastrófico para as florestas do que os incêndios (e os incendiários).

Deduzo do relato de Rodrigues da Silva neste mesmo semanário que o colóquio valeu a pena. Pois, pois, como falhámos nós, portugueses (mas tenho sempre alguma hesitação em empregar esta primeira pessoa do plural), o encontro com Montaigne – e percebi ser este um dos temas de Eduardo Lourenço. Ou, sem a pretensão de responder: que tragédia foi esta de termos falhado? Tragédia, digo bem – a falta do contacto com Montaigne foi (é) uma das nossas máculas (e, por mim, como aconteceu com Lourenço, devo a Agostinho da Silva o primeiro contacto com o autor dos “Ensaíais”). De resto, sem os portugueses (e os espanhóis), Montaigne não teria sido Montaigne. Ele é nosso devedor, nós recusamos ser devedores dele. Perdemos uma dívida enriquecedora. Não cobrámos o que seria justo cobrar – tal como sucedeu no plano económico, tivemos o trabalho de ir à Índia, mas deixámos aos outros o lucro da viagem: o material e o espiritual. (Nunca me esquecerei de que Dürer trocou vários quadros por um papagaio brasileiro. Onde estão esses quadros, a não ser que um deles seja o “São Jerónimo” das Janelas Verdes?) E, todavia, poderia ter sido nosso aquele modo não lógico de, à semelhança das abelhas, voar de flor em flor, mas saber depois fabricar um precioso mel e desse modo arrancar a máscara das coisas e dos homens, com a consciência de não pintar o ser, a passagem, o trânsito (de minuto a minuto). Aliás, o esforço de Montaigne acabou num colossal fracasso (as grandes obras são geralmente grandes fracassos) que ele próprio entreviu: impossível conhecermo-nos, dada a mobilidade do nosso eu. O dobre de finados da ilusão socrática do “conhece-te a ti mesmo”. Digo bem?

Não concebo o “Discurso do Método” escrito por um português, mas começar a falar em alhos e acabar por falar em bugalhos não é uma das características, tantas vezes, de Montaigne e nossa? Hesito: cá estou eu a citar os portugueses como se eles fossem uma unidade, algo a que se pode aplicar o “eles” ou o “nós”. Nós, portugueses, somos isto ou aquilo. Nós não somos cartesianos, somos... Somos? Tu, português, és? Eu, português,

sou? Ele, português, é? O “Nós” como sujeito duma posição universal – e Montaigne não disse já que todos os juízos universais são negligentes e perigosos? Não disse que a universalidade reside na diversidade? Enfim, poderíamos invocar as estatísticas: “Nós” significaria de forma simplificada a maioria dos portugueses. Mas onde estão elas, as estatísticas? Proponho que durante cinqüenta anos seja proibido o emprego do pronome pessoal “nós”. Com uma dúvida: muitas das coisas interessantes que se dizem neste mundo incorrem no vício do “nós”.

O colóquio sobre Montaigne, a notícia sobre o colóquio. E é curioso: há coisas que sabemos, mas não sabíamos saber. De repente, lemos uma frase e acende-se uma luzinha no nosso cérebro. O admirável Padre António Vieira, defensor dos índios. Tal como Montaigne? A abissal diferença (a luzinha que se acendeu no meu cérebro devo-a a Margarida Vieira Mendes). António Vieira? “Procurou o igual e não o diferente”. Ao contrário de Montaigne, a visão do padre “implicava a redução de todas as diferenças religiosas e políticas, a sujeição a uma só ordem coroada pelo Papa, o imperador português e os ministros jesuítas”. Imperialista, detentor de uma verdade a impor aos outros.

Não, afinal não me sinto perto de António Vieira e regresso ao que suponho ter sido um dos temas de Eduardo Lourenço: foi pena que tivéssemos falhado o “nosso” encontro com Montaigne.

ABELAIRA, Augusto. Nascido em Portugal, Espinosa... **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 563, p. 15, 20/04/1993.

SE ESPINOSA TEM SIDO PORTUGUÊS... E ISSO PODERIA TER acontecido, bastava que os judeus não fossem expulsos de Portugal. Este “se” (que ignora, todavia, a possibilidade de a família de Espinosa abandonar Portugal, mesmo sem expulsão, por vontade própria) entusiasma, julgo eu, muitos portugueses (entusiasma-me a mim próprio), sobretudo nos momentos de maior desalento acerca da pátria cultural. Já não nos bastava a perda do Cristóvão Colombo e do Fernão de Magalhães, a oferta à Espanha duma glória bem nossa, ainda por cima enjeitámos Espinosa, Uriel da Costa, etc.!

Se Espinosa... Pode argumentar-se com a inutilidade de encarar a história pelo prisma dos “ses” — o que aconteceu não poderia ter acontecido de outra maneira (como se prova por não ter acontecido doutra maneira), mas esta objecção não me parece satisfatória. Afinal, sabemos hoje — cito Monod, mas não seria impossível citar Espinosa (no sentido de que o homem não representa a finalidade da natureza) — que emergimos por acaso (um “se”) na imensa indiferença do universo. Em resumo, o mesmo acaso que permitiu o aparecimento do homem e não a sobrevivência dos tão queridos dinossauros do prof. Galopim de Carvalho (e das crianças portuguesas), poderia ter permitido, decerto com menos dificuldades, que Espinosa nascesse em Portugal. E, de qualquer modo, não é pecado aplicar à história humana alguns “ses”. Mesmo os espíritos mais cépticos, quando se fala da história longínqua, não se coíbem de colocar “ses” a propósito do passado recente: se as democracias ocidentais se comportassem de maneira diferente em relação à guerra de Espanha, se não tivessem assinado o tratado de Munique... Pensar o futuro é imaginar “ses” (se a recessão terminar em 95, se a recessão se prolongar para lá de 95...). Então porque não havemos também de pensar o passado com alguns “ses”? A exploração desses “ses” talvez nos ajude a melhor compreender o que efectivamente aconteceu. Tirar daí algumas lições, mesmo se o Bernard Shaw nos preveniu de que a História nos ensina que não nos ensina nada.

Espinosa. Eduardo Lourenço, em recente entrevista, e a propósito da expulsão dos judeus, arrisca: “Resta-nos imaginar que se isso não tivesse acontecido, Espinosa teria escrito a sua ‘Ética’ em Lisboa ou Coimbra e não em Amsterdão”.

Suprema glória para Portugal! Espinosas não houve muitos, mesmo no “século do génio”, como Whilehead chamou ao século XVII, num dos mais belos livros que li em toda a minha vida. E se Espinosa tem nascido em Portugal... Em todo o caso, se ele nascesse e vivesse em Portugal, a sua obra teria entrado no grande diálogo europeu que caracterizou essa época, a sua repercussão teria sido a mesma? Primeira dúvida, que me suscita, com alguma angústia, esta pergunta: não seria uma tragédia, para a cultura universal, que a “Ética” fosse escrita neste cantinho, mesmo admitindo que este caminho não seria, em tais circunstâncias, um deserto, sendo já o paradisíaco oásis do senhor ministro das Finanças? Quero dizer: a história da cultura não deverá agradecer ao fanatismo dos nossos mandantes a expulsão dos judeus, a ida de Espinosa para Amsterdão? Pergunta grave, ela passa por cima de muita desgraça, de muito sangue derramado.

“Resta-nos imaginar...”, diz prudentemente Eduardo Lourenço. Mas também nos resta imaginar que se Espinosa tivesse vivido em Portugal (e sempre admitindo que Portugal não seria um reino cadaveroso), talvez nem Coimbra nem Lisboa lhe concedessem as favoráveis (relativamente favoráveis) condições de Amsterdão. E o próprio Eduardo Lourenço, ao dizer que em Portugal não houve (mas nessas circunstâncias haveria?) uma tradição de diálogo entre os pensadores, limita a possibilidade de um Espinosa português. Porque diálogo ele teve. Tê-lo-ia cá, quando ainda hoje, e segundo Lourenço, ele não existe?

Claro: de concessão em concessão podemos ir alinhando “ses”, de modo a existirem, vindas de irás as condições necessárias para o amadurecimento de Espinosa. De “se” em “se”, António Sérgio chegou a imaginar (restou-lhe imaginar) que o empirismo filosófico poderia ter surgido em Portugal e não em Inglaterra. Mas se isto acontecesse, obteríamos

talvez, e inesperadamente, um Espinosa baconiano. Ou os genes dele (os sapientes “genes filosóficos”) resistiriam a esse ambiente cultural?

Fora de Amsterdão, de Leyden, da Haia, ele teria escrito em Lisboa ou em Coimbra (e mesmo numa Lisboa e numa Coimbra ideais) a “Ética”, aquela mesma e nossa conhecida “Ética”, aquela “Ética” que se impôs na história da filosofia e não outra “Ética”, ou até nenhuma ética? Recordo sempre, nestas ocasiões, a pergunta de Van Gogh ao ver as crianças polacas à entrada das minas de carvão belgas: “Quantos Mozarts não estarão ali?” Desses Mozarts nunca houve notícia nem poderia haver, como se sabe.

Diz Eduardo Lourenço, pondo entre parêntesis os “ses” que teriam permitido o Espinosa português: “Mas a nossa cultura é individualista, cada um encerrado na sua redoma, o que até pode dar a ideia de que a cultura portuguesa é mais rica do que é. Os livros saem uns atrás dos outros, mas não há diálogo”.

Não sei se é por causa do individualismo (o individualismo até poderia incitar ao diálogo), mas lá que não há diálogo parece-me verdade e podemos sempre perguntar se Espinosa teria encontrado aqui esse diálogo, essa diversidade de opiniões que agitavam então uma Holanda à procura do nosso futuro espiritual. Aliás, a pergunta pode até ser endossada ao próprio Eduardo Lourenço: se tivesse ficado em Portugal, a sua obra alcançaria a riqueza que a longa permanência em França lhe proporcionou? Esta pergunta pode ser feita a propósito dum elevadíssimo número de intelectuais portugueses, e dos mais significativos. Ontem, hoje, amanhã.

Termino com algum pessimismo, repetindo o que já atrás escrevi: ainda bem, para o mundo da cultura, que Espinosa foi nascer lá longe, no sítio certo. No sítio certo. Por um lado, se tem vivido aqui, nada nos garante que não conhecesse a sorte das crianças do Van Gogh. Por outro, mesmo que tivesse podido exprimir o seu génio, muito provavelmente a sua influência na Europa seria nula — e, de qualquer modo, não teria sido a que foi, mas outra (e a história da filosofia exigia naquele momento a que foi, não uma outra que nem podemos suspeitar qual fosse, mesmo recorrendo a um imaginativo “se”).

Pensando bem, talvez possamos lamentar o nariz de Cleópatra e, de certeza, o voo de Chamberlain e de Deladier a Munique. Mas não que Espinosa nascesse lá fora.

ABELAIRA, Augusto. A fuga para a frente. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 564, p.13, 27/04/1993.

NUMA DAS MINHAS ÚLTIMAS crónicas, falava eu do abusivo emprego do *nós* (nós. portugueses, somos isto ou somos aquilo) e então escrevi: “Proponho que durante cinquenta anos seja proibido o emprego do pronome pessoal *nós*”. Poderia ter acrescentado: “E do *eles*”.

Terminada a crónica, voltei a ler a frase. Mantê-la? Suprimi-la? Por um lado, contava com a colaboração dos leitores, suficientemente perspicazes para saberem que, na realidade, eu não escrevera completamente a sério a dita frase, isto é, não propunha efectivamente que o *nós* fosse proibido, até porque muitas vezes ele é perfeitamente legítimo (nós, portugueses, temos coração, sistema nervoso, etc.). De qualquer modo, se eu me insurgia contra a arbitrariedade de certas afirmações, não era incoerente que recorresse a uma proposta não menos arbitrária? A minha proposta era tonta. Mas então devia suprimi-la.

Não a suprimi. Porquê?

A questão tem algum interesse (pelo menos permite outra crónica). Um autor escreve, escrever, como falar, é relativamente fácil. Mas quais os limites daquilo que se deverá escrever? Onde está a fronteira que restringe a liberdade de escrever se não se quer entrar no domínio do disparate (e a minha frase era disparatada?) E ainda; que espécie de colaboração se espera dos leitores quando se ousa, conscientemente, dizer um disparate? Dito de outra maneira: quando se afirma conscientemente um disparate espera-se que os leitores reconheçam que o autor não disse um disparate mas um absurdo — e que ao absurdo deve ser dada uma atenção especial. Isto é: que os leitores em vez de dizerem este tipo é “parvo”, digam: “Há aqui um problema”.

De certo. Mas então pergunta-se: se aquilo que se pretendeu foi prender a atenção do leitor, não haveria outra maneira, sem recorrer ao inesperado, ao absurdo (àquilo que está fora da ordem natural das expectativas), de dizer o que se pretendia? Servindo-me dum exemplo clássico e que sempre me perturbou: quando Swift quis chamar a atenção para a horrível fome da Irlanda, propôs que se resolvesse o problema comendo as criancinhas. Mas ele, sem recorrer a tão absurda proposta (e a possíveis e perigosas conclusões), não poderia ter usado uma linguagem de bom senso e muito mais acessível aos normais leitores? E se podia, porque não o fez?

Aqui, levanta-se-me outra questão. Se Swift tivesse utilizado uma linguagem razoável, eu não estaria a citá-lo. Se o cito é precisamente porque recorreu ao absurdo. Mas objecto: se o propósito de Swift era o de chamar a atenção para a fome na Irlanda, é desprovido de interesse que eu, séculos mais tarde, esteja a lembrá-lo. Donde concluo que o objectivo de Swift não seria apenas esse. Qual seria? Seria também um interesse literário (e abstenho-me de explorar o que, com esta palavra, se quer dizer, porque a questão é complicada)?

Volto à minha frase. Medira eu, ao escrevê-la, todas as consequências? Estava seguro da colaboração dos leitores? Prudentemente, cobardemente, acrescentei, já depois de terminada a crónica: “Com uma dúvida: muitas das coisas interessantes que se dizem neste mundo incorrem no vício do *nós*”. Por outras palavras: se eu adiarda útil dizer um absurdo, porque recusava aos utilizadores imprevidentes do *nós* o idêntico direito de recorrerem ao absurdo? Mas então teria sido preferível apagar a minha frase. Ou, se a apagasse, perdia-se alguma coisa?

Um pouco atrás, na mesma crónica, escrevera, a propósito do reconhecimento, por Montaigne, da dificuldade de nós (*nó?*) conhecermos, dada a mobilidade do nosso eu: “O dobre de finados da ilusão socrática do *conhece-te a ti mesmo*”. Claro: mais uma vez tive consciência de que estava a ir para além do que poderia ir. Dostoiévski, Freud, Proust, para citar apenas três nomes, legitimam o radicalismo da minha afirmação? A própria conclusão atribuída a Montaigne seria admissível? Então pensei modificar a frase, dizendo qualquer coisa como: “O aparente dobre de finados...” Desta vez, porém, deixei a frase ficar como estava, embora sabendo-a falsa. Apenas porque ela provocaria, em meu entender, uma maior atenção dos leitores ou porque me pareceu ter um “sabor” que, emendada, perderia?

O “sabor” contra a “verdade” (ou, pelo menos, a minha verdade, pois considero que temos avançado no conhecimento do nosso eu, e isto sem esquecer as perturbadoras reflexões de David Hume). Esse “sabor” que terá levado Swift a exprimir-se da maneira como se exprimiu?

Enfim, para terminar, até porque já tenho a mão cansada: a eterna hesitação entre Protágoras e Górgias, assim interpretada: Tudo pode ser dito ou nada pode ser dito. Mas também é evidente que os dois pensadores esperavam dos seus ouvintes uma colaboração compreensiva.

Às vezes, penso (mas, naturalmente, deveria acrescentar — e não vou acrescentar — uma restrição ao que vou dizer): dada a extrema dificuldade de se escrever com rigor (salvo em ciência), talvez a única saída para a escrita seja a literatura: precisamente por nada poder ser escrito com absoluta certeza, a literatura permite que tudo seja escrito sob a forma das subjectivas opiniões das personagens (estou a pensar fundamentalmente no romance e no teatro). Digamos que, à conta das personagens, os romancistas gozam de uma utilíssima irresponsabilidade. Nos bons exemplos, uma irresponsabilidade cheia de “sabor”.

***P.S.** Por motivos óbvios, peço que seja concedido ao género crónica o alto privilégio de pertencer à literatura. De não exprimir necessariamente o pensamento do autor mas duma personagem inventada romanescamente pelo autor.*

ABELAIRA, Augusto. Na época da eficácia. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 565, p.19, 04/05/1993.

TRINTA, QUARENTA, CINQUENTA ANOS DEPOIS, INEVITAVELMENTE, uma pessoa (pelo menos eu) sente-se estrangeiro na sua cidade. Como se estivesse a visitá-la pela primeira vez. E estou a pensar em Lisboa, repetindo, de resto, o que está dito e redito: a Avenida da República, por exemplo, não é a mesma (apesar de conservar o mesmo nome), não é aquela por onde passei na juventude — e, apagados os velhos pontos de referência, a memória tem dificuldade em localizar muitos acontecimentos que profundamente vivi. Em que esquina se situava certo café onde convivía com amigos, muitos dos quais até já morreram? O espaço continua lá, mas a realidade presente é outra. O Tempo que tudo corrói, como diziam os amigos? Dizer que o Tempo tudo corrói é responsabilizar indevidamente o Tempo.

Afinal, são os homens que tudo corroem. Tudo? Nem tudo, mas uma boa parte. O vento, a chuva, os próprios materiais que se vão deteriorando... Mas é significativa esta atribuição de culpas ao Tempo pelos principais responsáveis da corrosão. E é significativo também que esses mesmos responsáveis (os homens) tenham formulado máximas como a de que o Tempo tudo corrói, mas não tenham passado ao bronze afirmações como as de que o Tempo tudo constrói. Atribuíram ao Tempo a corrosão, guardaram para eles a construção. Como de costume, vaidosamente, inventámos entidades desculpabilizadoras para as nossas asneiras. Assim, quando em Nuremberg, ainda na década de cinquenta, deparei com uma cidade monumental destruída, alguém disse a meu lado: “Foi a guerra”. A guerra, que é isso? Os homens. A guerra está inocente, até porque não existe, é um simples nome para descrever uma das mais frequentes e complexas actividades humanas.

Tróia I, Tróia II, Tróia III, dizem os arqueólogos para diferenciar as Troias que ali, naquele espaço, foram existindo. Porque não fazer o mesmo com Lisboa? Lisboa I, Lisboa II, Lisboa III.. Quantas foram as Lisboas? Talvez pudéssemos escolher, como ponto de referência, a época do Marquês de Pombal. Para trás, Lisboa I, Lisboa II, etc., antes do Marquês (A.M.). Para a frente, Lisboa I, Lisboa II, etc., depois do Marquês (D.M.). José-Augusto França, por exemplo, dir-nos-ia em que Lisboa nos preparamos para viver: III, IV, D.M.? Atrevo-me a propor o seguinte: arrasar completameme a cidade, fazer dela um grande espaço vazio onde os automóveis se possam movimentar à vontade.

Preparava-me eu para explicar (antes de me distrair com pontos e contrapontos, como o ajudante do *maese* Pedro, no famoso retábulo de Cervantes e de Manuel de Falla), que o leigo, em questões de arquitectura, urbanismo e ambiente, não sabe bem que pensar para lá das reacções espontâneas: se a cidade já não é a mesma, embora o espaço e o nome sejam os mesmos, tenderá talvez, por um mecanismo que o leva a ter saudades do passado (as “tão portuguesas” saudades) a sentir-se estrangeiro na sua própria cidade. Dito de outra maneira: é levado a hostilizar uma cidade que colide com o seu passado. E só muito excepcionalmente se disporá a absolver um novo edifício que ao fim e ao cabo lhe rouba a memória.

Absolvo aqui, condeno ali. Digamos, gosto aqui, não gosto ali. E algumas vezes, embora não goste, acontece que os especialistas (os arquitectos) me asseguram que deveria gostar — ou o contrário.

Por exemplo: comecei por gostar do edifício da Marconi (talvez porque ele foi construído, sabe-se lá!, num local não urbanizado na minha juventude), mas o arq. Nuno Portas condenou-o e eu passei a gostar menos. Não gostei, confesso, do Centro Cultural de Belém, mas ouvi muitos arquitectos tecerem-lhe elogios e agora já gosto um pouco mais (falo de arquitectura, nau do “problema” da sua necessidade).

Não me sinto diminuído por ser assim influenciável, sobretudo em domínios em que sou leigo e portanto movido apenas por reacções espontâneas. Na verdade, os especialistas servem para nos obrigar a reflectir acerca das nossas impressões espontâneas — e somente graças a eles sei que o tampo da mesa em que escrevo, em vez de liso e contínuo, é um crivo cheio de buracos.

Deixando outra vez os pomos e contrapontos, a Lisboa que está a ser refeita (ou, se quiserem, a Lisboa que está a ser desfeita) esvazia o meu passado, torna-o mais curto (e, ao eliminar muitos acontecimentos, só é pena que esse encurtamento não encurte também o meu passado, tornando-me mais jovem).

Claro que ninguém tem nada com isto (a não ser que tenha). Mas há outra questão mais universal. Leio (Luísa Schmidt e Luís Seabra) algo que indirectamente vem ao encontro das minhas sensações: estes edifícios de vidro que crescem em Lisboa como tortulhos (será Lisboa uma cidade Nórdica, de fraca luminosidade?) e que me dão sempre o desejo de lhes arremessar pedras para ver o que acontece, são, ao que parece, um puro disparate, autênticos sorvedouros de electricidade num mundo de escassez energética e que se diz dominado pelo culto da eficácia.

Aliás, este pretenso culto da eficácia sugere-me que deveríamos estudar bem em que consiste e se a eficácia será de facto eficaz. Vivendo nós numa época de comprovado desperdício, terá sentido falar em eficácia? Em vez de culto da eficácia não deveríamos falar em culto do desperdício? Ou sobrevivência de antigos cultos religiosos. Em vez de carneiros, oferecemos a não sei que deuses as nossas dádivas mais preciosas, supremo sacrifício.

Esperemos que os tais deuses desconhecidos nos recompensem.

ABELAIRA, Augusto. O romance inesperado. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 566, p.18, 11/05/1993.

EIS-ME FORA DE LISBOA, PERTO DUMA PRAIA em casa emprestada. Emprestada por alguém que não conheço pessoalmente consequência dum conversa entre ele, o desconhecido, e um casal que, esse sim, conheço. Qualquer coisa como isto: disseram os meus amigos, ignoro a propósito de quê: “Fulano (Fulano sou eu, omito meu nome não sei porque estranho pudor) anda à procura dum sítio para descansar meia dúzia de dias”. E ele, o desconhecido: “Porque não vai para minha casa em... (local na costa alentejana)”.

Desconhecido, apenas nunca calhou de encontrá-lo. Certamente, os meus amigos várias vezes lhes (lhes, ao desconhecido e à mulher) falaram de mim. Esta minha estada aqui vai obrigar-nos a um encontro, aliás já combinado. Mas, para já, um homem generoso (ignoro se a mulher dele esteve de acordo). Talvez mesmo sem grande apego às coisas – não está livre de que eu desarrume a casa, parta a louça, queime com o cigarro a alcalifa ou o sofá, deixe a casa em estado lamentável – vou ter de deixá-la como a encontrei, tarefa hercúla).

Desarrume a casa, disse eu. Mas, tanto quanto posso avaliar, a casa já está desarrumada: a localização das cadeiras não obedece, manifestamente, a nenhuma ordem preestabelecida, uma mesinha com jornais em cima está seguramente fora do sítio – e os jornais, mal dobrados, revelam um espírito pouco geométrico. Pouco cauteloso também: ao sair, não deu duas voltas à chave como a fechadura e a prudência exigiam. O sabonete caído dentro da banheira, duas toalhas caídas no chão. Os cinzeiros para limpar, e em todos eles há cigarros com marcas de *bátom*. Da mulher? Numa escova, em cima do lavatório, descubro meia dúzia de cabelos loiros, e a mulher dele, sei dum conversa, é morena. Digamos que, quando ele cá veio da última vez, veio com essa outra mulher. Bonita, feia, jovem, madura? Ao pensar nesta mulher esqueci-me, por instantes, ser acerca dele que me interrogo – embora interrogar-me acerca dele desta maneira tenha qualquer coisa de abuso de confiança em relação a quem tão amável foi comigo. Emprestar-me-ei a casa se soubesse destas minhas curiosidades, muito próximas do condenável actos de espreitar pelo buraco da fechadura? Mas também penso: ao tentar decifrá-lo, através das impressões digitais espalhadas pela casa, não estarei a cair numa ratoeira?

Espírito irónico, ouvi dizer, pode muito bem ter previsto a minha curiosidade e baralhado as pistas. A toalha, atirada ao acaso, os jornais mal dobrados, as cadeiras fora dos sítios, os cabelos loiros pretendem talvez enganar-me. Ah! Duas cassetes no chão com música de Bruckner (saberá do meu amor por Bruckner?). E dirijo-me à estante onde se alinham vinte ou trinta livros. Os livros dos fins-de-semana e das férias, as leituras permanentes (também da mulher?) ou os livros que foi trazendo e acabou por deixar esquecidos, os livros que nunca mais abrirá? Dize-me o que lês, dir-te-ei quem és. Mas como posso saber se estão os livros amados e não simplesmente os livros que comprou (ou, insisto, os livros da mulher)?

Perante a suspeita de que talvez tenha baralhado as pistas, procuro ver se haverá livros policiais. Quem quis baralhar as pistas é leitor, muito provavelmente, de romances policiais. Conclusão arbitrária: todos os romances (muitos deles, pelo menos) procuram baralhar as pistas, jogam com o efeito surpresa. À partida, como prever que Fabrice vai parar a um convento (o título do romance é um erro indesculpável)? E encontro somente um livro policial, “O Amigo Americano”. Desgraça para mim: venho com a intenção de trabalhar, mas como nunca li a autora (e dela me têm falado muito) aproveitarei esta oportunidade, ficarei a conhecê-la.

Posso também concluir: tais livros não são necessariamente os seus livros de leitura permanente. Um romance, e sobretudo um romance policial, lê-se uma vez. “O Amigo Americano” foi portanto lido e abandonado. Não considerou que valesse a pena levá-lo para Lisboa. Mas a recentíssima “História de Portugal”, dirigida por José Mattoso?

Homem atarefado, sei que o é, destina-a às repousadas leituras dos fins-de-semana? Colocou-a na estante, e isto aponta para um homem metódico. A “História de Portugal” (primeiro volume), ele ainda não terá tido tempo de a concluir e seria natural deixá-la em

cima da mesa (descuidadamente em cima duma cadeira?) em vez de arrumá-la na estante. Ou arrumá-la na estante significará que após superficial abordagem adiou a leitura atenta para as férias? Ou, pura e simplesmente, e como tem dinheiro, comprou-a, entendeu que tal obra ficaria bem nas estantes. Mas nesse caso levava-a preferivelmente para Lisboa. Ou talvez se tenha desagradado com a tese de que não houve Reconquista, de que a reconstituição do reino visigótico é um mito posterior a Pelágio. Tradicionalista que se ignora? Noto, porém, ao abrir “O Amigo Americano”, que na página 120, muito antes do fim, está a marca (pedaço de papel de jornal). Não acabou o livro, não tenciona acabá-lo ou guardou o resto para a próxima vez. Ou leu as últimas páginas duma assentada, sofregamente.

Os “Pensamentos”, de Pascal, velha e bonita edição dos princípios do século XIX. E Os “Pensamentos” de Pascal, como também o “Dicionário Filosófico” do Voltaire, um pouco mais longe, são obras de leitura permanente. Até terá outras edições em Lisboa – mas seria mais natural que, pelo menos quanto ao Pascal, guardasse esta preciosa e edição em Lisboa, em vez de guardar lá uma vulgar edição de bolso – admita-se. “Du cote de chez Swann”, o primeiro tomo. Estará a ler Proust. Mas aproxima-se dos sessenta anos e, se aqui apenas guarda o primeiro tomo, ainda não consegui passar do princípio. Pode ter-se entregado a uma releitura. Ou será a mulher?

Pascal, Voltaire, Proust, o inevitável Fernando Pessoa, na edição brasileira em papel bíblia. Se pretendeu enganar-me acerca de quem é, talvez esta biblioteca seja traiçoeira -, advinho-o trazendo para cá estes livros, propositadamente, com a intenção de me iludir. Não sabendo escrever um romance, escrevê-lo com palavras saídas da caneta, decidiu servir-se dos objectos: a propositada desordem das cadeiras, os cabelos loiros, o Bruckner, os livros, etc. Terá procurado escrever uma história que, por não ser a história dos seus hábitos, é obviamente um romance (ou uma falsa autobiografia). Terá vindo cá para preparar a minha leitura. Romancista que utiliza os objectos em vez das palavras, mas romancista.

Somente: como pôde imaginar que encontraria em mim um leitor desejado, disposto a acompanhá-lo nas suas fantasias de homem que, embora metódico, desejaria não o ser? E penso no casal de amigo, aquele que, ao falar-lhe de mim, involuntariamente o convenceu de eu ser o leitor privilegiado. Interrogo-me: que poderão esses meus amigos ter-lhe dito de mim para eles assim concluir? Procuo “ler” o romance do desconhecido, encontro-me de súbito a pensar no casal meu amigo, a pensar na imagem que os dois terão da minha pessoa, a imagem que por isso mesmo transmitiram, encontro-me afinal a pensar já não no desconhecido mas em mim. A eterna questão: quem somos nós para os outros?

ABELAIRA, Augusto. Não saber. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 567, p.21, 18/05/1993.

COMO TANTAS VEZES SE DISSE, A HIPOCRISIA É UMA homenagem à virtude. Concessão ao que pensam os outros (recreio de condenação deles). No caso dos políticos, concessão à opinião pública – e isto mesmo nos regimes fascistas. Embora nestes regimes, quando se fala na existência da censura ou da polícia política, os políticos no poder tenham à sua disposição uma de duas atitudes: ou negam a existência dessas instituições (precisamente por suporem que a opinião pública as condena) ou aceitam-lhes a existência, mas argumentam (sinceramente até) que o Estado (o Estado são políticos no poder) precisa de se defender das forças maléficas. E em ambos os casos, repito, há uma homenagem à virtude ou, se quiserem, a uma suposta consciência pública.

Referi duas atitudes de políticos em regime ditatorial, livres portanto de qualquer contestação pública. Mas quando os políticos são apeados por uma revolta democrática? Em tal circunstância, a primeira atitude (a de negar que tenha havido polícia política e censura) torna-se difícil, aparentemente, o único argumento possível é o segundo: “A censura e a polícia política existiram, mas foram necessárias, somente elas permitiam a luta contra os inimigos da pátria. Reconhecemos que a polícia política chegou a utilizar a tortura, mas essa era a única maneira de obter informações. Não diremos que tal processo seja louvável, mas o mal que ele representou era menor que o mal representado pela traição dos opositores”.

Esta última resposta, se dita com convicção, poderia merecer-me algum respeito. De certo, objectaria: como é possível, em pleno século XX, pensar assim? De qualquer modo, aceitava a coragem de tais informações, quer fossem sinceras, quer não. E, sinceramente ou não, representariam respeito por uma opinião pública supostamente adversa. Tanto a respeitavam que procuravam convencê-la com argumentos entendíveis, mesmo se inaceitáveis.

Porém, não parece ser esta a argumentação que alguns antigos senhores do poder costumam empregar. Sem já poderem negar a existência da censura nem da polícia política, também não se atrevem a de defender a necessidade de tais instituições como mal menor e refugiam-se na afirmação de que ignoravam os condenáveis procedimentos de tais instituições. E com tal atitude implicitamente concedem: “Vocês têm razão, estou de acordo convosco e teria protestado se soubesse. Mas não sabia”.

“O Público” inseria um esclarecedor depoimento do dr. Franco Nogueira (ministro de Salazar) em que, precisamente, adoptou a atitude da ignorância. Declarando-se “contra qualquer forma de polícia política”, nega que soubesse o modo como ela agia. Homenagem à virtude, portanto. E declaração implícita de que, tivesse sabido... Ah, se o dr. Franco Nogueira tivesse sabido, seguramente acabaria com a polícia política. E caso isso fosse impossível, demitia-se. Como os destinos duma nação dependem da ignorância de um ministro!

O dr. Franco Nogueira já morreu e é talvez deselegante criticá-lo, mas o referido depoimento só agora foi publicado e o seu caso merece algumas palavras, mesmo se deselegantes, porque a sua atitude é “exemplar”. Exemplar porque foi uma alta personalidade do fascismo. Exemplar porque não ousou defender tais instituições, pelo menos depois de deixar de ser ministro. Exemplar, sobretudo, porque sentiu necessidade de se defender. E para se defender recorreu à ignorância, homenageando assim, discretamente, a virtude.

O dr. Franco Nogueira, que frequentou, durante anos, alguns escritores, nunca ouviu da boca deles referências às actuações da PIDE? Acrescente-se que alguns escritores (Fernando Piteira Santos, por exemplo) até já conheciam os calabouços da PIDE. Mas, enfim, o dr. Franco Nogueira, esquecera-se, entretanto, e quem se esquece deixa de saber. Esta é uma verdade indesmentível.

Por coincidência, e na semana em que “O Público” divulgou o depoimento do dr. Franco Nogueira, o “**JL**” deu a conhecer a admirável carta de Fernando Piteira Santos em

que este, dirigindo-se ao ministro, o informava de alguns factos bem reveladores dos métodos da PIDE. Isto, em 1962, vinte e um anos antes de o dr. Franco Nogueira não saber.

Sabia, claro, e no momento próprio. Assim, admiro mais os juízes do Tribunal Militar que tiveram a coragem de falar nos altos serviços prestados à pátria por alguns agentes da PIDE. A eles, tiro-lhe o chapéu. Ao dr. Franco Nogueira, não. Registo, em todo o caso, a sua homenagem à virtude. Ao refugiar-se na ignorância, admitiu que a PIDE nem sequer era defensável em nome do mal menor, o mal da liberdade.

ABELAIRA, Augusto. Heroísmo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 568, p.15, 25/05/1993.

JULGO NÃO ME ENGANAR: TODOS os meus leitores estão vivos, não estão? À margem, esclareço que eu próprio estou vivo. Pelo menos, enquanto escrevo, seria um pouco aventuroso dizer: enquanto sou lido. Se, por acaso, um rato da biblioteca se der ao incómodo de passar os olhos por esta crónica dentro de cem anos, de certo sorrirá daquela minha inicial afirmação. Corrijo-me, portanto: Tenho esperança de continuar vivo quando esta crónica foi publicada no “**JL**”, e ao dizer isto nem se pode concluir que esteja a ser excessivamente optimista, trata-se duma convicção extraída da minha própria experiência. Sempre estive vivo no momento em que as minhas crónicas foram publicadas. E se sempre estive vivo, em tais circunstâncias, é provável que também desta vez... Concedo que, com a passagem do tempo, esta probabilidade vai diminuindo.

Enfim, e quanto esta crónica, ver-se-á. Um desafio que faço à Dona Morte. Uma provocação se quiserem. Qualquer coisa, como: “Vê lá se atreves!” Ela tem cinco dias para aceitar o desafio.

Tenho no espírito, não sei bem porquê (talvez porque o dia está triste, chove), o desabamento daquela ponte, duas ou três semanas atrás, na segunda circular de Lisboa, aqui ao pé da minha casa e não resisto pensar: “E se eu tivesse passado debaixo dela no instante da queda?” Não haveria crónica, é óbvio. Mas o desastre foi às cinco da madrugada e isso repousa-me (aliás, a ponte não matou ninguém). A essa hora estou eu, quase sempre, em Vale Lencóis (curiosa expressão). E se pudesse ter certeza de que tais desastres apenas acontecem às cinco da madrugada, julgar-me-ia eterno. Como essa certeza é impossível, ocorre-me outra ideia: se não houvesse pontes... Bem, se não houvesse pontes (produtos da civilização), os riscos deste mundo seriam menores.

Seriam? Se não houvesse pontes, a falta delas provocaria outros riscos. Sem a ponte sobre o Tejo (e, já agora, sem cacilheiros), teria de atravessar o rio sem frágeis barcos. O Fernão Mendes Pinto, quando atravessa o Tejo, rumo a Almada, corria seguramente mais riscos do que eu ao atravessar a ponte. Mas também é verdade que o Fernão Mendes Pinto estava vacinado contra os perigos, tanto quanto se sabe.

De qualquer modo, e aparentemente, eu também estou – já cá levo sessenta e tal anos e, possivelmente, nem tenho consciência dos perigos a que escapei. Se, certo dia, atravessasse a rua dez minutos depois... Ou cinco minutos antes... Antes de passar o automóvel a toda a velocidade. Pensando nos milhares de vezes que atravessei as ruas (distraidamente, sabe-se lá!), não será uma sorte nunca me ter acontecido nada, só ter acontecido a alguns outros? Pensando bem, como nos atrevemos a sair à rua?

Bem, não é fácil evitar a rua. Há coisas, porém, que podemos evitar. Ir à Grécia, por exemplo. É evidente, e tenho disso consciência, que uma viagem à Grécia multiplica os riscos. Por um lado, eles são os mesmos que em Lisboa, quanto a isto nada a dizer. Mas irei de avião. As estatísticas, é certo, garantem-me ser mais arriscado subir a um banco de cozinha do que andar de avião, mas, por princípio, nunca subo em bancos de cozinha – embora os arquitectos tudo façam para me forçar a isso, eles têm o hábito de colocar os armários junto ao tecto (se amanhã decidir construir uma casa, dirigir-me-ei a uma arquitecta -, destas coisas, e de muitas outras, as mulheres sabem muito mais).

O que quero dizer, o que me espanta, é o seguinte: ao visitar a Grécia, sujeito-me a mais perigos do que se ficar em Lisboa. Pelo menos em princípio, já que a sorte é traçoieira. E todavia não desisto de ir à Grécia, o amor pela Grécia ultrapassa, aparentemente, o amor pela vida, representa até um desprezo pela vida que deveria ser considerado heróico. Todo o turista é um herói que não se ignora como eu, um herói que não se ignora. Mesmo sem falar em viagens à Grécia, é mais perigoso ir ali ao Algrave do que ao Jardim Zoológico, creio.

Ir à Grécia ou ao Algrave, tudo isto são sonhos. Mas sonhos arriscados, desejos arriscados, mesmo se as pessoas acreditam que os desastres apenas acontecem aos outros. E ou temos juízo. Se temos juízo, não devemos ignorar que arriscamos a vida por

um sonho dispensável – e isto perturba-me. O sol do Algrave ou as ruínas de Delfos merecerão este desprezo pela vida?

P.S. Espero que não me suceda nenhuma desgraça se alguma vez voltar à Grécia (ou mesmo Algrave). Admitindo embora que seria interessante, do ponto de vista romancesco, que tal acontecesse. Alguns dos meus actuais leitores (os que ainda estiverem vivos), os leitores que porventura se recordassem desta crónica, fariam comentários do tipo: “Dir-se-ia que ele adivinhou” ou “Mal ele sabia que...” ou “Vejam lá o que é o Destino...” Romancesco, mas dispensável.

ABELAIRA, Augusto. Modesta proposta para uma história da literatura. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 569, p.20, 01/06/1993.

RESPONDENDO A UM JORNALISTA, disse Luísa Costa Gomes que pensava voltar ao uso da caneta por entender que o computador altera a relação com a escrita. Acrescentava: “É uma coisa que tem a ver até com o esforço de escrever à mão, de riscar o papel, coisas que fazem partes do ofício”.

As relações da escrita com o instrumento de que nos servimos para escrever. E há uma ideia que sempre me tem perseguido: se é possível traçar a história da pintura, relacionando-a com os materiais de que os pintores foram sucessivamente dispendo; se é possível escrever uma história de música, relacionando-a também com os instrumentos de que se serviram os compositores; se o mesmo se pode dizer da arquitectura, porque não conceber uma história da literatura, relacionando-a com os instrumentos utilizados pelos escritores?

Sem a pintura a óleo, Rembrandt não seria Rembrandt; sem o piano, Chopin não seria Chopin. Um e outro seriam, quase seguramente, grandes artistas, mas não os mesmos. E então, e obviamente (já uma vez aqui o disse), sem a caneta (possivelmente a caneta de tinta permanente, até porque escrevia na cama), Proust poderia ter escrito a sua obra monumental? Admitamos, por hipótese, que ele dispunha somente de umas tabuinhas de barro e de um estilete, como na Babilónia, tais instrumentos permitir-lhe iam aquela escrita torrencial, marcada por um estilo sinuoso? Até que ponto a máquina de escrever determinou o estilo de Hemingway?

Por exemplo: a descoberta do papel de barato feito de trapos, consequência da nova indústria têxtil e da importação maciça do algodão do Ultramar. Quando o papel era caro (e já não falo do papiro ou do pergaminho), os escritores não podiam dar-se o luxo de desperdiçá-lo, reescrevendo e voltando a reescrever os seus textos. Imagina-se o Eça de Queirós nos tempos do papiro, do pergaminho ou do papel caro. Teria de desistir do seu amor da perfeição (e talvez isso nem lhe ocorresse).

Dito outras palavras, Platão, Rabelais, Maigne, Fernão Mendes Pinto, não dispuseram das facilidades do Eça. A possibilidade de emendar e voltar a emendar as suas obras (a possibilidade de “desperdiçar” papel) era muito limitada. Assim, temos deles aquilo a que poderemos chamar (se pensarmos no que hoje acontece) a primeira versão dos seus livros, e isso permite-nos talvez lamentar que não tenham podido “aperfeiçoá-los”. Voltando ao exemplo mais fácil de Chopin, imaginemo-lo dispendo apenas do cravo. Ou imaginemos Claude Monet sem as facilidades de ir ao campo, longe do seu atelier. Uccello não tinha essas facilidades.

Sem os caderninhos baratos que cabem no bolso do casaco, sem a caneta de tinta permanente (hoje, a esferográfica), o escritor podia facilmente tomar apontamentos fora de casa? Virginia Woolf escrevia nos bilhetes de autocarro. Sem esses bilhetes (sem os transportes públicos), não se teria esquecido das suas melhores intuições, essas intuições que ocorrem num dado momento e que logo se esquecem se não forem imediatamente registadas? Atrevo-me a dizer que sem esses materiais, existentes até por motivos que nada têm que ver com a literatura. “To the Lighthouse” perderia grande parte da sua riqueza.

Entre o estilete com que os poetas da Babilónia escreviam e a caneta de tinta permanente, extremamente dúctil, a mão aproximou-se da escrita, deu-lhe fluidez – e foi a mão que libertou a palavra, como já o disse no século IV Gregório de Nissa, confirmando com outro rigor por Leroi-Gouran. Sem dúvida, a caneta molda-se mais à liberdade da mão (e portanto da palavra) do que o estilete da Babilónia (e nem falo do alfabeto). Aliás, o uso do pincel pelos chineses não explicará a singularidade (que desconheço) da literatura chinesa?

Mas agora surge-me uma dúvida respeitante ao aparecimento da máquina de escrever e, mais tarde, ao aparecimento do computador. Com a máquina de escrever, aparentemente, a mão afasta-se da escrita, já não molda as palavras. Quero dizer: a caneta prolonga a mão, os movimentos da mão, recolhe sensações musculares do desenho das letras. A máquina de escrever afasta a mão das palavras, interrompe a passagem directa do

pensamento ao papel. Na máquina de escrever (e no computador) as letras já existem antes; premir um A é exactamente igual a premir um B, a intimidade das palavras perde-se, o escritor deixa de ser um desenhador. Não constrói materialmente os seus objectos, eles já estão feitos, embora de forma descontínua.

Pergunta-se: um estudo pormemorizado dos escritores que escrevem à máquina revelar-nos-ia diferenças substanciais em relação ao escritor que utiliza a caneta? Enfim, será possível a um crítico subtil distinguir o estilo dos dois escritores?

Dir-se-ia que o segundo tipo de escritores ama mais as palavras, visto que as molda com as mãos, todavia, esta hipótese encontra alguns obstáculos. Ao que parece, Aquilino, esse prodigioso sensual da palavra, escreveu à máquina algumas das mais recentes obras (pelo menos, disse-me isso uma vez). Seria interessante saber quais as páginas escritas directamente à máquina, quais as escritas com caneta (e até escritas com esferográficas). E quanto ao Pessoa: o facto de a “Tabacaria” ter sido dactilografada (“o tique-taque banalmente sinistro da maquina de escrever”) distingue-a, para um bom observador, do “Guardador de Rebanhos”?

Fico por aqui, regressando à minha questão inicial: tal como acontece com as outras artes, não virá a ser possível escrever (não sei se com caneta, se com computador ou com outro aparelho ainda mais sofisticado) uma história da literatura universal, tendo como hipótese de trabalho a influência dos materiais usados na escrita? Mais ousadamente: até que ponto a falta de papel influenciou o pensamento de Platão (ao Sócrates bastou-lhe ter boca)? Mesmo sem ir tão longe, como seria o “Fédon” se o Platão dispusesse da liberdade instrumental de que dispôs o Eça?

Digamos que os livros de Eça possuímos as terceiras ou quartas versões, mas ao Platão apenas foi possível escrever as primeiras, aquilo que o Eça representou apenas o rascunho. E dizer isto do Platão é dizer isto de toda a literatura anterior aos séculos XVIII ou XIX. A “Divina Comédia”, o “Decameron”, “Os Lusíadas”, etc. Pelo menos das obras que, já tempos da imprensa, não tiveram novas edições corrigidas pelos autores.

ABELAIRA, Augusto. A pequena (aliás, grande) diferença. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 570, p.15, 08/06/1993.

QUE É QUE DISTINGUE, verdadeiramente, o homem do chimpanzé ou mesmo do protozoário? A alma, pensou-se algumas vezes. Mas para o imperador Frederico II (o do sacro-império, no século XIII) todas as coisas existentes têm peso, muito ou pouco —, a alma, a existir, também deveria ter peso. Precursor do espírito científico e quantitativo, precursor do método experimental, decidiu então saber qual seria o peso da alma. Meteu um condenado à morte numa barrica bem calafectada, pesou-a quando o homem ainda estava vivo, pesou-a depois de morto: a diferença entre os dois pesos dar-lhe-ia o peso da alma. Surpreendentemente, não houve diferença — e daí concluiu que a alma não tinha peso, logo, não existia.

Pessoalmente, penso que o imperador, após a morte do condenado, deveria abrir a barrica e só então a pesar. Afinal, e dado que a barrica fora bem calafectada, a alma, se existisse, não pudera ter voado para fora, só depois de aberta a barrica pudera fugir. Portanto, e só então, Frederico II saberia qual o peso.

Aqui, coloca-se-me uma questão que o imperador desprezou: se a barrica ficasse fechada para sempre, a alma, a existir, ficaria eternamente encerrada, sem descer ao inferno ou subir ao paraíso. Sem ser condenada ou salva (reconheço que o encerramento numa barrica se assemelha a uma condenação em todo o caso menos dolorosa do que a permanência no inferno). Problema teológico de indiscutível importância, pelo menos se admite que a alma tem peso. Aceito que a física contemporânea poderá pôr algumas objecções a tal conclusão, mas relembro que estamos no século XIII e que os físicos ainda não haviam autorizado as radiações a atravessarem as paredes duma barrica.

Se tudo o que existe tem peso, quanto pesará Deus? Espanta-me que um homem subtil, como indiscutivelmente foi o famoso imperador, não tenha feito esta pergunta. Ou fez, embora clandestinamente? Seja como for, não era fácil a Frederico encontrar a balança adequada. Mesmo hoje, embora já seja possível pesar o Sol, julgo difícil pesar Deus, mesmo no momento do Big Bang —, a não ser que Espinosa tenha razão (Deus sive Natura). De qualquer modo, se Frederico colocou a questão, o facto de não poder resolvê-la tê-lo-á levado a um prudente silêncio. Acerca do que não é mensurável, o melhor é suspender os juízos. Mas, por alguma razão, foi excomungado.

Com peso ou sem peso, a alma existe? Recentemente, e numa reunião de membros do PSD, Proença de Carvalho pôs também em dúvida a existência da alma. Não de toda a alma, é certo, apenas a do PSD.

Ignoro se recorreu ao método do velho imperador, mas algum método há de ter utilizado. E, sem qualquer dúvida, contribuiu para a questão de que me tenho vindo a ocupar. Se há homens (os do PSD) desprovidos de alma, e se nem por isso deixam de ser homens, não é a alma que os distingue do chimpanzé e do protozoário. A conclusão parece-me óbvia.

Mas então onde se esconde a diferença? No desenvolvimento do cérebro (o famoso homem racional, aliás desmentido por séculos de irracionalidade) e na polivalência da mão? Na posição vertical e no bipedismo? No enfraquecimento do instinto? Na linguagem articulada? Na descoberta da morte (da consciência da morte) e na sua recusa com a invenção da sepultura e a crença noutra vida? No fabrico de instrumentos? Na magia, na religião, na arte, na ciência? Na invenção do jogo dos dados ou na crença de que o capitalismo é o melhor dos sistemas possíveis (julgo que o chimpanzé não coloca este último problema e, quanto ao protozoário ignoro)? Na saudade (só os portugueses a têm)? O facto de o homem ser a medida de todas as coisas não me parece conclusivo (o chimpanzé e o protozoário também se supõem a medida de todas as coisas).

Por mim, julgo ter encontrado a solução: aquilo que dá identidade ao homem é a sua prodigiosa capacidade de produzir lixo (lixo cultural, não o lixo natural, que também o chimpanzé e o protozoário produzem e que a hábil natureza espontaneamente recicla).

Contra as previsíveis objecções, saliento que, deste ponto de vista, não há actividade humana inocente, e que até as actividades mais criativas são sempre acompanhadas de lixo

—, o lixo é o denominador comum da obra humana. Mesmo admitindo (e é uma convicção generosa, mais subjectiva do que objectiva) que a “Flauta Mágica”, a Capela Sistina, “Os Lusíadas” não são lixo, a criação destas obras produz, directa ou indirectamente, um peso de lixo incomparavelmente superior ao peso delas.

Pensem bem no lixo produzido, ainda hoje (dou um exemplo, entre muitos) por uma representação da “Flauta Mágica”, pensem nas centenas de vezes que já foi levada à cena e passem os olhos pelos caixotes do lixo, à porta dos teatros. Ou nos papéis que os espectadores atiram ao chão depois de comerem os inevitáveis caramelos. Pensem nas toneladas de papel gasto inutilmente pelos comentadores da “Flauta Mágica”. Objectivamente falando, e sem invocar discutíveis critérios de ordem subjectiva, se alguma coisa distingue Mozart do chimpanzé é a sua espantosa capacidade de produzir, directa ou indirectamente, toneladas de lixo, quase todo não reciclável. Aliás, e recorro às estatísticas, a capitação anual de lixo doméstico do homem europeu é de 327 quilos. Isto não o distingue do chimpanzé muito mais do que o peso do cérebro (mil e quinhentos centímetros cúbicos) ou a religião, ainda não mensurável?

Valha a verdade, sob este aspecto (mas não formulo juízos de valor, apenas me interessam os critérios objectivos), os portugueses distinguem-se menos do chimpanzé do que os restantes europeus. Produzem anualmente apenas 231 quilos por cabeça. Como há quem diga que o país está a desindustrializar-se, é possível que ainda nos aproximemos mais do simpático primata.

Admito que do protozoário ainda estamos longe, mas não devemos desesperar. De qualquer modo, e como o chimpanzé não tem cauda. Cavaco Silva pode bem dizer que não estamos na cauda do chimpanzé.

ABELAIRA, Augusto. Que livros ler? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 571, p.12, 15/06/1993.

LEIO QUE, NA FEIRA DO Livro do Porto, Arnaldo Saraiva e Eduardo Prado Coelho foram convidados pra glosar o tema “Os livros chatos também devem ser lidos?”. De caminho, Eduardo Prado Coelho colocou, a propósito da sua última obra, uma questão que suponho universal e preocupante (para os autores de livros): “Não terei escrito um livro que, afinal, é chato?”

A resposta implica, logo à partida, que saibamos que é um livro chato, mas, para repouso de Eduardo Prado Coelho, poderei responder que eu, pelo menos, não me aborreci, embora, por vezes (e nem sempre) me tenha irritado. Mas quanto às minhas irritações de leitor, devo acrescentar que se pre preferi os livros irritantes aos livros que não me irritam. Quando suspeito que certo livro vem ao encontro das minhas ideias, não me dou ao trabalho de o abrir. Por esta razão, altamente pragmática e relacionada com o pouco tempo de que disponho até o dia do juízo final: que proveito poderei tirar dum livro que não me questiona? A não ser que esse livro argumente de uma forma diferente da minha. Enfim, prefiro um livro que estabeleça polémica comigo, não me dê a sensação de que estou monologar por interposta pessoa.

Que é um livro chato, tanto mais que não podemos confundir os livros chatos com os livros maus? Mesmo aceitando que há livros intrinsecamente bons e livros intrinsecamente maus (pelo menos no sentido de que assim foram classificados pela comunidade de sábios), terei a mesma facilidade em qualificar um livro como intrinsecamente chato? (A comunidade dos sábios é omissa acerca desta questão e deve ter algumas razões para isso.) Deslocando a atribuição da chatice para os leitores (dando-lhe pois um carácter subjectivo, retirando-a do livro propriamente dito), Eduardo Prado Coelho afirma: “Tudo depende daquilo para que estamos dispostos”. E Arnaldo Saraiva: “Quando há paixão da leitura, não há livros chatos”.

Quanto Arnaldo Saraiva, direi que tudo depende do que se entende por “paixão de leitura”, porque também não acredito numa “paixão da leitura” independente do género do livro a que se aplica. A “paixão da leitura” é selectiva, julgo. Assim, posso ter a paixão de ler, mas aborrecer-me com o Kant ou aborrecer-me como Prigogine, ou aborrecer-me com o Tolstoi ou o Fernando Pessoa (aborrecer-me com o Kant, mas não me aborrecer com o Prigogine, etc.)

Para que tire prazer dum livro, preciso, num mínimo, de duas coisas: que me interesse pelo tema abordado e que eu tenha, em muitos casos, conhecimentos suficientes para o perceber. Em suma, e como diz Prado Coelho, “tudo depende daquilo de que gostamos, daquilo que estamos dispostos” direi: daquilo de que nos interessa (eventualmente, poderemos estar interessados por algo que não nos interessa efectivamente, mas que se discute à nossa volta). Seja como for, gostar não basta. Para certas obras, pelo menos, precisamos de estar preparados. Posso ser curioso acerca da física quântica mas, além de certas generalidades fáceis de acompanhar, como posso ler, sem uma profunda chatice, um livro de física teórica, se não tiver previamente certos conhecimentos básicos? É triste, mas é assim.

Dou um exemplo mais simples: gosto muito de Lévi-Strauss. Tiro um apaixonado prazer de muitos dos seus livros, mas quanto a “Do Mel às Cinzas”... Note-se até que os problemas aí abordados me seduzem francamente, mas a leitura da obra implica um tal esforço que anula a minha vontade de ler. Tenho até consciência de ser capaz desse esforço, que o livro não está, como a teoria quântica, acima das minhas possibilidades, mas desisto por não considerar esse esforço suficientemente compensador para o especialista que não sou. Porém, se me perguntarem “Por que não acabaste o livro?”, respondo: “Porque me chateei”. Mas dizer “porque me chateei” não é dizer “porque o livro é chato”. Não atribuo a chatice ao livro, a chatice é simplesmente o nome que dou à minha reacção e que não é generalizável a muitos outros leitores.

Recorrendo à literatura propriamente dita, direi o mesmo do “Ulisses”, de James Joyce. Ignoro se alguma vez li todas as suas páginas, mesmo quando fui moço, e não o

escondo o sacrifício com que levei a leitura até o fim. Aborreci-me, apesar de reconhecer ali uma das obras fundamentais da história do romance e de compreender que depois do “Ulisses” nunca mais se poderia escrever à maneira do genial Balzac. Se o li inteirinho, não sei, sei apenas que nunca mais o lerei – muito embora pegue nele muitas vezes para ler, deliciado páginas soltas.

O “Ulisses” não é chato, sou eu (infelizmente, digamos) que me chateio. E, a propósito, sempre direi que nunca fui grande leitor de romances policiais, geralmente considerados de fácil digestão. Porquê? Talvez por falta de vocação detectivesca, não me preocupa saber quem matou, nem sequer acompanhar as brilhantes deduções que levam à descoberta do assassino. Aliás, devo acrescentar, nem sempre compreendo essas brilhantes deduções. Em resumo, não há, nem deixa de haver, livros chatos -, não se põe a dúvida de se devemos ler ou não esses inexistentes livros. A questão é: deveremos ler os livros (ou alguns livros) que nos chateiam? Depende dos casos. Eu deveria ler “Do Mel às Cinzas”? Talvez, sem dúvida, enriqueceria o meu capital cultural. Em todo o caso (e porque não o disponho de vida eterna), não aproveitarei mais proveitosamente o meu limitado tempo, o tempo que gastaria a ler “Do Mel às Cinzas”, lendo, com muito prazer, “O Pensamento Selvagem” do mesmo autor, os “Diálogos”, de Platão, ou até o jornal do dia? Sendo curto o tempo que me foi atribuído (setenta, oitenta ou noventa anos), resta-me apenas a liberdade de escolher o livro de que tirarei mais proveito (embora, concedo, seja difícil saber qual o livro mais proveitoso). Não esquecendo o prazer. Mas escolher é rejeitar.

ABELAIRA, Augusto. Dos deveres do crítico. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 572, p.15, 22/06/1993.

REGRESSO, EMBORA A PARTIR DE CURTAS NOTÍCIAS jornalísticas, aos debates realizados no Porto, aquando da Feira do Livro. E se na crónica anterior peguei no tema dos “livros chatos”, pego hoje no tema de “se a imprensa é útil ao livro”.

Para começar, direi que a pergunta é excessivamente abstracta. Afinal, que é “imprensa” e que é “o livro”? Atrás da “imprensa” estão concretamente os raros homens que nela escrevem. Atrás do “livro” estão concretamente os diferentes livros. A resposta de sim ou não torna-se portanto impossível. Em que condições a “imprensa” pode ser útil aos livros? Algumas vezes determinados artigos insertos nos jornais terão sido úteis à divulgação de certos livros, algumas outras não – e dizer isto nada adianta.

Será possível tirar uma média das consequências no público dos artigos jornalísticos depois de um estudo que abarque, digamos, os últimos dez anos e concluir que, de um modo geral, a “imprensa” foi útil ou inútil ao “livro”? Isto, admitindo que a “imprensa” só é útil se levar os leitores a procurar os “bons” livros e a fugir dos “maus” (ponho entre parêntesis o problema de o que é um bom ou um mau livro). Mas talvez alguns editores não pensem deste modo e peçam à “imprensa” que seja útil a todos os livros. E tal é critério (a ausência da distinção entre bom e mau) usado nas estatísticas para nos dizerem se um povo é ou não ilustrado: contam-se os livros vendidos, não se olha à qualidade nem ao desprezível facto de se alguém os leu.

Como se disse no Porto, é a imprensa (o autor dos artigos publicados graças à imprensa) que dá existência ao livro. Livro que não mereça atenção jornalística, não existe. Mas como o crítico é falível, terá de se concluir que a imprensa pode ser extremamente nefasta se aqueles que nela escrevem elogiarem um “mau” livro. Não haverá por esse mundo afora algumas obras-primas de que a imprensa não deu notícia e que por isso mesmo “não existem”? E também: quantos livros comprei, aconselhado pelos críticos, e que me pareceram sem interesse (juízo pessoal, também falível)?

O critério que leva o crítico a escolher os livros que “devem existir” é pessoal (aliás, não há outro critério). Mas, precisamente porque pessoal, sujeito à crítica do leitor. E este leitor, crítico do crítico, não tem, ao contrário do crítico propriamente dito, voz nos jornais, não pode portanto dar existência ou inexistência aos livros. E aqui surge a pergunta (possivelmente irrespondível): por que razão o crítico tem voz (isto é, existe, já que usa a imprensa, promotora da existência) e o crítico do crítico não tem (isto é, não existe, já que a imprensa o ignora)? Como foi feita a escolha, terá sido feita por Deus? Não me excludo desta pergunta: por que estou eu a ocupar esta página e não outro? Foi feita uma investigação tendente a provar que não há em Portugal um qualquer desconhecido em Alguidares de Baixo que poderia ocupá-la melhor do que eu? Pessoalmente, sinto-me feliz por essa investigação não ter sido feita, mas a questão não é apenas pessoal, aplica-se a todos aqueles que escrevem nos jornais e que escrevem livros.

Adiante. Falando do *moi haïssable*, confessarei que comecei a carreira nas letras como crítico num jornal (graças, não a Deus, mas ao acaso de conhecer um responsável generoso). E lá fui publicando resenhas até o dia em que se me pôs esta perturbadora interrogação: se te dessem para criticar a “Madame Bovary”, acabadinha de vir a lume, ter-lhe-ias dado existência? Devo esclarecer (mesmo depois de a saber uma obra-prima) que não gosto de “Madame Bovary” e que portanto é altamente provável que não lhe reconhecesse a importância. Mas, depois de me colocar esta dúvida, generalizável a muitos outros romances fundamentais, poderia continuar a ser crítico? Desisti. Com esta dúvida: todos os outros críticos já alguma vez se fizeram perguntas semelhantes?

Nenhum crítico está acima (é humano) dos seus gostos pessoais, das suas opções estéticas (o crítico que não tiver ou que desconhecer as suas opções estéticas é tolo). Ora, a história da arte apresenta-nos obras-primas das mais variadas índoles. Simplificando as coisas, algumas empenhadas socialmente, outras não empenhadas – e ele pode proferir umas ou outras. Ser sensível a Zola, mas não a Mallarmé ou o contrário. Assim, tenderá (é inevitável) a valorizar mais Zola do que Mallarmé ou mais Mallarmé do que Zola (admitamos

que acabam de publicar as suas obras e que a história ainda não disse que qualquer deles é muito importante).

O crítico tem o direito de gostar mais de um do que do outro, isto não se discute. Mas, continuando a admitir que ainda são desconhecidos, mas estará obrigado a, previamente, informar o leitor de suas opções estéticas? Dizer, por exemplo: eu não gostei do Zola, mas devo esclarecer os leitores de que minhas concepções dificilmente se conjugam com este tipo de literatura. Ou: eu não gostei de Mallarmé, mas devo esclarecer que..., etc. E ainda: eu gostei muito de Zola, mas esclareço que ele até não sei inclui na minha idéia de que deve ser a literatura ou: eu gostei muito de Mallarmé, mas esclareço que... etc, etc.

Quando lia Gaspar Simões (muito justamente citado por Torquato Sepúlveda) eu sabia qual era a estética de Simões. Sabia perfeitamente que ele dificilmente poderia gostar dum romance neo-realista – e, da parte dele, isto era legítimo porque ele me dera a conhecer a sua tábua de valores. Eu tinha elementos para o ler criticamente. Sabia, à partida, que ele gostaria mais de José Régio do que de Alves Redol – e isto, fosse qual fosse a minha opinião, dava-me uma chave para o ler. Crítico, ele facultava-me os instrumentos para o ler criticamente.

Poderei dizer o mesmo da maior parte dos críticos que escrevem em jornais? Creio que todos os críticos deveriam proceder os seus escritos dum aviso: a minha visão do mundo, particularmente acerca da literatura, é a seguinte... Aquilo que se segue, apesar do meu esforço para ser objectivo, não escapa a esses pressupostos.

ABELAIRA, Augusto. Regresso à História? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 573, p.19, 29/06/1993.

QUE NESTE MOMENTO ESTEJAM PUBLICADAS várias histórias colectivas sobre Portugal, dá que pensar. Pelo menos de acordo com as lamentações de alguns professores, a nova geração pouco sabe (porque não se interessa?) da nossa história. Até a comunicação social dá disso alguns exemplos, embora parcelares e não demonstrativos: por um lado, inquirindo adolescentes que nem sequer sabem o que foi o 25 de Abril, pelo outro, com certos jovens jornalistas que, apesar de um real talento, revelam, pelo menos quando falam espontaneamente na rádio, uma completa ignorância de tudo o que se distancia para lá dos últimos dez anos. Fica-se estarecido, tanto mais que eles passaram pela universidade.

A recente publicação de tantas e volumosas histórias sobre Portugal significará o acordar duma nova curiosidade, o surgir mesmo duma nova sensibilidade? Nova curiosidade, digo, porque desde “Barcelos” não se publicavam obras tão ambiciosas e que implicassem tantos esforços colectivos (o Dicionário dirigido por Joel Serrão, obra também colectiva, não é propriamente uma História de Portugal, embora a contenha). Esqueço, obviamente, as histórias de um só autor.

Se for verdade que as mais recentes gerações estão desinteressadas do nosso passado colectivo, então a quem se dirigem estas histórias, dado que os editores de certo contaram com a existência dum público? Aos avós e aos pais desses jovens? Se são os avós e os pais que as vão ler, então a curiosidade parece não os ter assaltado antes – pelo menos admitirmos que a falta de histórias desta envergadura, durante este tempo, revelava a falta de um público (conclusão discutível). E isto, este possível anterior desinteresse é perturbador. Afinal, esses avós e esses pais foram educados pelo Estado Novo no culto da história da pátria (substantivo e adjectivo então muito empregados). O culto da portugalidade, como se dizia – e para qual havia (além do manual do Mattoso, livro único), o grosso volume de João Ameal, que correspondia aos ideais do regime, certamente comprado pelos adeptos do regime.

Não só. Alguns adversários do salazarismo também o compravam, mas para compreender melhor a ideologia oficial. E se compravam a História de António Sérgio (não me refiro à da Editorial Labor), ficaram com fome: a obra, pedagogicamente proibida pela censura, não ultrapassou a introdução geográfica. Aliás, será justo que, pelo menos no primeiro volume da História dirigida por José Mattoso, não se faça nenhuma referência, mesmo para a criticar? No panorama que Magalhães Godinho publicou nos “Annales”, em 1948, ele não se esquece de lamentar que tal obra não tenha sido completada.

Regresso ao princípio, aparentemente, as gerações que durante o fascismo se desinteressaram da história (das nossas raízes, como então se dizia) e que mesmo durante os vinte anos posteriores ao 25 de Abril continuaram desinteressadas, acordaram para uma curiosidade que, dir-se-ia, deixa indiferentes os filhos e os netos.

Este suposto interesse não é exclusivo dos portugueses. Não há muito, e em linguagem jornalística (os universitários franceses são capazes de escrever jornalisticamente, coisa rara por cá), Emmanuel Le Roy-Ladurie escrevia que “um fantasma persegue os editores franceses: a História da França”. Se recusar que, mais uma vez, estamos a macaquear a França (julgo que trocámos pela América), pode-se perguntar se esta “nova” preocupação não coincidirá um pouco por toda a parte, com a crise de ideologias (digo crise, não digo morte). Com o desencanto, digamos.

Gerações (os avós e os pais) que acreditaram num futuro radioso ter-se-iam, ao perder essa esperança, virado para o passado, não por passadismo, mas pelo desejo de encontrar nele, se possível, algumas respostas? E, numa época em que os nacionalismos renascem, por vezes de forma bem dramática, sentir-se-iam preocupados com Bruxelas?

Divago, falo do que não sei e, por comodidade, falo de gerações (avós, pais, filhos) como se elas constituíssem um todo. Mas em mim próprio (ponho de lado as gerações) sinto, ou julgo sentir, uma inesperada curiosidade. Não sei se por reacção à história patriotinha e pela falta de histórias de larga visão, capazes de interrogar e não apenas de

afirmar, nunca me interessei muito pela minha história pátria, se exceptuar o período dos Descobrimentos. Li sempre muitos livros sobre o passado, mas acerca da Grécia, dos fins da Idade Média, do Renascimento, do Iluminismo. A questão da identidade portuguesa, objecto das preocupações de alguns autores admiráveis e não patriotinheiros, deixava-me sempre um pouco indiferente. Haveria mais identidade entre um transmuntano e um algarvio do que entre um transmuntano e os espanhóis da vizinhança, salvo a língua, o estado e a palavra Portugal? E sempre embirrei, já que tenho dito, com expressões como “quando nós descobrimos o caminho marítimo para a Índia...” Sempre me apeteceu dizer “quando eles”, mas mesmo aqui havia uma concessão, um simples distanciamento da minha parte. De facto, que sentido tinha integrar-me nesse “nós” ou nesse “eles”? E sentia-me muito mais próximo de alguns outros “eles” que haviam nascido lá longe.

Seja como for, influenciado pelo ambiente que vejo (ou julgo ver) à minha volta ou por um movimento espontâneo a que não será ausente o desencanto de que antes falei, eis-me (pai, avô) subitamente preocupado com o conteúdo da palavra “portugueses”. Apesar de tudo, ela foi criada, deve ter algum sentido – um sentido que, afinal, muitas vezes se me impõe quando, por exemplo, falo de Camões ou de Bartolomeu Dias a um estrangeiro.

Enfim, talvez nunca tenha deixado de sentir esse “nós”. A dificuldade está em que nunca o compreendi. As histórias, agora em publicação, irão ajudar-me a compreender?

ABELAIRA, Augusto. Somente os tolos têm opiniões. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 576, p.25, 20/07/1993.

SOMENTE OS TOLOS TÊM opiniões, diz Nietzsche algures, esqueci-me até do contexto para avaliar, se possível, todo o sentido do que, afinal, também é uma opinião, se não tola (vinda de quem vem) pelos menos nebulosa. Claro que, depois de a conhecer, não me abstive de ter opiniões, mas a verdade é que nunca mais a esqueci. E uma ou outra vez, em dias de boa disposição, lancei a mim próprio o desafio: “Hoje não vais ser tolo, hoje não vais ter opiniões”.

Tarefa difícil, se não impossível. Começo por olhar para o relógio e digo: “São nove horas da manhã”. Poiso a máquina de barbear e digo: “Poisei a máquina de barbear”. Olho para as árvores em frente da minha janela e digo: “Eucaliptos”. Mas, inesperadamente, escorrego no meu objectivo: “Cheiram bem”. Dizer que os eucaliptos cheiram bem é opinião que eventualmente será contestada pelo meu vizinho. E como ouço no rádio certa música, identifico-a: “Debussy”. Mas será fácil não acrescentar, ainda que de modo não verbal, a opinião de que é bela?

Vinte e quatro horas sem opiniões... Mas sem opiniões, como agir? Se eu não tiver opinião acerca dos partidos políticos, como votar? Sem opinião acerca da ementa que me é apresentada no restaurante, como escolher? Apontar ao acaso com o dedo e calhar-me o bacalhau assado? É uma hipótese, mas Nietzsche talvez concordasse que tal procedimento seria empobrecedor. Que seria preferível ser tolo e ter opinião. Somente os tolos têm opiniões? A única razão para não considerar tola tal opinião resulta de ter sido escrita pelo famoso pensador e isto também me perturba. O valor duma afirmação depende de quem a deu e não dela mesma?

Sempre que leio ou ouço uma sentença devo procurar saber quem foi o autor muito mais do que medir, melhor ou pior, a validade dela, como se diz (e não é completamente verdade) que aconteceu na Idade Média? Se me derem a ler o “Discurso do Método” e eu nunca tiver ouvido falar nele deverei informa-me acerca da cotação do seu autor no mercado das ideias, antes de eu próprio me manifestar acerca do que li?

“Penso, logo existo”, se tivesse sido dito por um zé-ninguém não mereceria qualquer atenção? Somente os tolos têm opiniões. Como, ao dar esta opinião (ao não se abster de dar esta opinião), Nietzsche decerto quis dizer outra coisa (mas se quis dizer outra coisa por que não a disse?), pergunto: terá querido dizer que *a maior parte* das opiniões são proferidas por tolos e portanto tolas? Independentemente de um tolo poder ter uma opinião ajuizada, subsiste uma dúvida. Pode ser que sim, que *a maior parte* das opiniões, etc., mas em que se baseou Nietzsche para tal dizer? Terá procedido num mínimo, a uma sondagem para, a partir dela, concluir assim?

Talvez quisesse dizer, mais modestamente: “*Grande parte das opiniões são proferidas por tolos*”. Admito que sejam. Mas dizer isto é dizer nada. Que significa “grande parte”? Passa a fronteira da metade? Não passa? Aliás, mesmo que *grande parte* das opiniões sejam da autoria dos tolos, isso não invalida que *grande parte* das opiniões sejam também da autoria dos inteligentes.

A frase de Nietzsche é obviamente falsa. A experiência diz-nos que nem só os tolos têm opiniões, sabemos até que se alguma coisa é impossível neste mundo é não ter opiniões, boas ou más (e, aparentemente, para Nietzsche todas as opiniões são más). Isto é de tal modo sabido que nem vale a pena perder tempo a dizê-lo — e Nietzsche sabia isso perfeitamente. Quando muito, para se manter no campo da verdade, poderia ter dito, mas obviamente não foi isso que quis dizer: “Também os tolos, e não apenas os inteligentes, têm opiniões.” Também, em vez de somente. Mas valeria a pena dizer tal vulgaridade?

De certo que não, mas isso não o absolve de dizer uma falsidade acessível, como falsidade, a qualquer leitor, mesmo que pouco exigente. Ele sabia, seguramente, que a sua frase não iria ser levada a sério. Então por que a disse?, insisto. Precisamente por saber que o facto de não ser levá-la a sério, no plano da verdade, obrigaria o leitor a levá-la a sério num outro plano difícil de definir, talvez de natureza afectiva?

Interrompo aqui um discurso que não tem fim para fazer uma última pergunta: se Nietzsche quis dizer outra coisa (por exemplo: somente os tolos dão opiniões sem hesitações e sem dúvidas), porque não a disse claramente? Mas colocar esta questão (a de substituir as verdades fáceis por falsidades às quais é atribuído um sentido mais rico) é levantar um problema mais vasto, o da própria literatura, o do uso fecundo do absurdo.

Ou como uma frase falsa pode ser mais eficaz acerca da verdade do que uma frase verdadeira. Pode ser. Mas como saber quando é?

ABELAIRA, Augusto. Quarenta anos depois. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 577, p.23, 27/07/1993.

QUARENTA E TAL ANOS depois, o livro que relemos continua a ser o mesmo? Procuo na “Génese da Humanidade”, de Arambourg, obra publicada em 48 e lida por mim em 50, certa frase que então me impressionou e encontro-a: “Uma grande lei paleontológica ensina-nos que o excesso de especialização — no caso do homem, a especialização cerebral — depois de ter favorecido o desenvolvimento da espécie e da sua distribuição, traz finalmente o seu definitivo desaparecimento”. Páginas atrás, o Autor lembrara que o mamute resistiu aos frios glaciares, cobrindo-se de gordura, mas que essa mesma gordura o condenou à morte quando o clima aqueceu.

Agora, porém, e com alguma surpresa, saltam-me aos olhos outras frases a que então não liguei importância, que aparentemente não li: “O homem actual desde há pouco tempo que perturbou profundamente o equilíbrio biológico do Planeta e talvez estejamos a assistir ao início das consequências que daí resultam. Destruí a maior parte das grandes espécies animais e transformou completamente a distribuição das outras, assim como dos vegetais”. Etc.

Insisto: palavras que então me passaram despercebidas, que li sem ler, numa época em que as preocupações ecológicas não enchiam ainda as páginas dos jornais, numa época em que o problema não fora ainda baptizado — e Arambourg fala em “equilíbrio biológico” quando hoje falaria certamente em “equilíbrio ecológico”.

Enfim, é uma vulgaridade dizer: cada livro, consultado mais tarde, é sempre (quase sempre) outro e, se tivermos boa memória, relê-lo anos depois é até um modo de nos retermos a nós próprios. Porque sendo, afinal, o mesmo, aquilo que nele lemos é que é diferente, por serem diferentes as nossas preocupações, coisa que facilmente poderemos verificar se atentarmos nos sublinhados de então (caso sublinhemos os livros). Sublinhados que hoje não são necessariamente os mesmos.

As nossas preocupações é que são diferentes. Nossas? Digo “nossas”, e digo bem, mas essas preocupações “nossas” não são muitas vezes “nossas”, produto do nosso individual viver, mas preocupações de toda uma época. E em 1948, data em que o livro foi escrito, e em 1950, data da minha leitura, os problemas ecológicos não se tinham ainda vulgarizado, embora pudessem preocupar já muitos espíritos. O grande medo era o da bomba atómica.

Assim, ao ler a referência à eventual catástrofe da humana especialização cerebral, a ideia que logo me ocorreu foi a da autodestruição da humanidade pelo uso da bomba atómica, esse prodígio da cerebralização humana.

Hoje, terminada a guerra fria, a ameaça da bomba deixou de ser preocupação dominante. Aliás, não devemos esquecer que o perigo de uma das grandes potências desencadear uma guerra atómica foi mais teórico do que real, foi em grande parte alimentado pelas propagandas dos dois blocos que mutuamente se acusavam de tais propósitos. Quero dizer: o perigo existia, mas as propagandas exageravam-no. Nenhuma das grandes potências utilizaria a bomba atómica, e estalógica convicção deveria ser repousante. Quando o general Mac Arthur propôs recorrer à bomba foi imediatamente demitido, já que Truman receava as bombas da URSS. E Estaline, que não hesitou em mandar para a morte milhares ou milhões de compatriotas, de certo também não hesitaria em mandar para a morte milhares ou milhões de não compatriotas, mas também receava a réplica atómica dos Estados Unidos. O medo mútuo (o chamado equilíbrio do terror) guardou a vinha.

Hoje é fácil falar assim, mas em 50 o medo era real, e esse medo condicionou portanto a minha leitura do livro de Arambourg e fechou-me os olhos para outras leituras (leituras para as quais não estava preparado). E é natural que, numa época em que a destruição da humanidade deixou de ser encarada como consequência dum guerra atómica, mas sim como resultado dum crescimento irracional, a minha leitura tenha descoberto algo que quarenta anos antes já lá estava, mas que dificilmente eu poderia descobrir.

Leio, releio a obra de Arambourg à procura duma referência à bomba atômica, porque essa foi a ideia que me ficou na memória, mas não a encontro. Referência clara, essa sim, é a de que a especialização cerebral está a perturbar os grandes equilíbrios da natureza. Não digo que no espírito de Arambourg não pudesse estar também a preocupação acerca da bomba, embora como caso particular dum problema muito mais vasto. Mas se eu dei agora por esse problema mais vasto foi porque entretanto as preocupações colectivas trocaram a bomba atômica pela ameaça dos desequilíbrios ecológicos. E pergunto-me: que outras ideias, hoje ignoradas pela minha nova leitura, não descobrirei eu no livro se pegar nele dentro de vinte anos?

Caso o livro continue vivo e não se tenha transformado num puro documento histórico.

ABELAIRA, Augusto. Ser intelectual na Argélia. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 578, p.20, 03/08/1993.

DEPOIS DE ALGUMAS SEMANAS DE prisão e de ter sido sujeito a tortura, mas porque beneficiou da pressão internacional, Vuk Drastovic, escritor sérvio, foi libertado. Com esta curiosa explicação do presidente Milosevic: “Os acontecimentos que acompanharam um acto legal contra Vuk Drastovic criaram uma má imagem”.

Não discuto se a prisão foi ou não legal e também não quero discutir se a tortura terá sido legal, mas registo que se a tal má imagem não tivesse existido, Vuk Drastovic ainda estaria preso. Mais: que a má imagem pode levar um governo a desistir do que ele considera a legalidade. E identicamente, tomo nota do papel dos *media*, pois são eles que difundem as más imagens. Sem esquecer, todavia, que a má imagem e a eficácia da consequente pressão internacional a favor da libertação de Vuk Drastovic se deveram a ser ele intelectual. Ou, por outras palavras, se não fosse intelectual teria sido esquecido pelos *media* e continuaria ainda na prisão tal como de certo acontece com muitos outros cidadãos anónimos.

Que há nisto uma desigualdade é evidente, mas as coisas são como são, e delas se conclui que os intelectuais gozam de favores que por isso mesmo lhes criam responsabilidades, que lhes impõem (talvez) certos deveres para com a sociedade.

Se assim falo é porque, pelo menos na Europa e de há uns tempos para cá, os intelectuais parecem ter, em grande parte, desistido duma intervenção social que sempre os motivou desde o caso Dreyfus até à morte de Sartre, digamos para simplificar.

Disse “os intelectuais” e deveria tido “alguns intelectuais”. É evidente que muitos deles sempre se opuseram a tais atitudes, considerando que o seu papel era o de se exprimirem através da arte ou da ciência, os seus verdadeiros domínios. Mas, sem dúvida, até há poucos anos eram muitos, e dos mais notáveis, aqueles que sentiam o dever moral de intervir socialmente, aqueles que, talvez ingenuamente, se obrigavam a intervir, sentindo-se a “consciência do mundo”, pondo ao serviço dos homens o seu prestígio.

Pode objectar-se que esse prestígio, obtido como artistas ou cientistas, não lhes dava necessariamente o saber para agir socialmente – e é neste sentido que muitos intelectuais se abstêm, com alguma razão. Pode dizer-se portanto que, sob certos aspectos, usaram indevidamente o seu prestígio, usaram-no fora do lugar e de uma forma mais emotiva do que intelectual. Pode até acrescentar-se que, por isso mesmo, não raramente disseram disparates.

Pode. Mas se falavam a favor da liberdade contra a opressão isso não os legitima, mesmo que esconda o equívoco de um uso excessivo do seu prestígio?

É possível que a consciência desse equívoco esteja na base de uma certa desistência que, pelo menos em relação a épocas recentes, se está a verificar na Europa. Com um misto de vaidade ferida também? Os intelectuais, socialmente comprometidos terão concluído que a sua influência é nula, que não têm no mundo dos factos a importância que vaidosamente desejariam ter? Haverá nisto alguma verdade, mas não toda a verdade.

De qualquer modo, e aparentemente, perderam a confiança em si mesmos, ao mesmo tempo que, perante um mundo em crise, perdiam também as anteriores certezas e enchiam-se de dúvidas. Dúvidas que não ensombrevam apenas as ideais em que haviam acreditado, punham também em causa a anterior confiança na eficácia da sua acção social. A velha ideia de clamar no deserto.

Uma certa desistência, produto de muitos desencantos, não explicável pela situação da Europa – no sentido de que a Europa teria já alcançado um tal nível de justiça que não precisaria da intervenção dos intelectuais.

Comecei por falar de Vuk Drastovic na longínqua ex-Jugoslávia, mas estou a pensar na Argélia. A Argélia dividida entre um governo opressor e o fundamentalismo obscurantista. Mas onde os intelectuais intervêm, entre o medo e o dever (o que julgam ser o seu dever), o tal dever que deixou de impressionar os intelectuais europeus. E que leva o escritor Rachid Mimouni a queixar-se de que, ao contrário do que dantes acontecia, os intelectuais argelinos já não são acompanhados pela solidariedade activa dos intelectuais franceses.

Solidariedade aliás que não teria grandes efeitos práticos, apetece acrescentar. Se Milosevic, na Jugoslávia, foi sensível à “má imagem”, os fundamentalistas argelinos não se preocupam com ela, os seus valores são outros.

“Sei que estou inteiramente à mercês dos assassinos”, confessa Rachid Mimouni ao “Nouvel Observateur”. Isto depois de seis intelectuais já terem sido assassinados pelos fundamentalistas.

Com a nova “sabedoria” europeia, concluiremos que os intelectuais argelinos fariam melhor em calar-se, cultivar os seus jardins, desistir de erguer as suas vozes contra o obscurantismo?

Confesso que não posso deixar de admirá-los.

ABELAIRA, Augusto. Nomes. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 579, p.25, 10/08/1993.

NÃO GOSTO DE REPETIR o que toda a gente sabe e milhares de vezes está dito e redito, mas é difícil fugir a falar das coisas só porque elas milhares de vezes estão ditas e reditas. Assim, queira ou quer não, tenho na minha frente numerosas árvores, distingo-as uma das outras, não apenas porque são altas ou baixas, mas por pertencem a espécies diferentes, embora não saiba atribuir-lhes os nomes respectivos, como qualquer camponês saberia. Possivelmente até, quase com certeza, conheço os nomes de todas elas, só não sei aplicá-los correctamente, sendo portanto inútil sabê-los. E isto, dito acerca das árvores, poderei dizer acerca das flores que de longe vejo nos canteiros e acerca dos pássaros que voam de ramo em ramo. Um certo mal-estar, o sentimento duma falta essencial, precisarei de confessar?

Saber que tanto aquela flor azul quanto aquela flor amarela têm nomes, que na minha memória esses nomes estão arquivados, mas ser incapaz de aplicá-los! Um mal-estar, um vazio – como se os nomes fizessem intrinsecamente parte das flores e por isso mesmo me ajudassem a vê-las melhor. Conclusão que me parece estranha: compreende-se que se eu quisesse, logo à tarde, falar delas a alguém precisasse de atribuir-lhes o nome (seria conveniente que o meu interlocutor também reconhecesse pelos nomes), mas agora estou sozinho e aparentemente posso vê-las e pensá-las sem palavras identificadoras. Se me levantar, consigo tocá-las com os dedos, cheirá-las, e isso dar-me-á delas todo o conhecimento que desejo, eu, fruidor da beleza, não botânico.

E é isto que me surpreende (sou facilmente dado a surpresas), tanto mais que também não ignoro que elas têm nomes diferentes consoante as diferentes línguas. Quero dizer: esta necessidade de lhes dar nomes não exige, para me satisfazer, que esses nomes sejam em português. Mas então, e se estou sozinho, se não estou a comunicar com ninguém porque não nos os invento? O desejo de a cada coisa aplicar uma palavra, pouco importa qual, mas com a condição de ser reconhecida como adequada por uma comunidade de homens – sejam eles bororos, ingleses ou vietnamitas.

Volto atrás às árvores na minha frente, à perturbação que me causa distingui-las uma das outras, ter quase a certeza de conhecer os nomes de todas elas, mas não saber distribuí-los convenientemente. Estes dois mundos acabam por estar separados, incomunicáveis (para mim): as árvores, as flores, os pássaros de um lado, os nomes dos outros. E se agora o que me falta são os nomes “certos”, logo à noite, lendo um romance, o que me faltará serão as árvores, as flores, os pássaros a que os nomes se referem. Lerei, por exemplo, “Os Filhos e Amantes”, passarei com a Myriam pelos campos floridos. Campos floridos ou campos de palavras? Paisagens que os meus olhos não poderão ver por ignorarem aquilo que os nomes designam, mesmo assim belas, embora de papel e de tinta.

Das árvores, valha-me ao menos que conheço os nomes daquilo que a todas é comum: tronco, ramos, folhas, flores. Mas também sei que em certas línguas esta não é a maneira de as decompor e que as palavras são tão importantes para ver as coisas como os próprios olhos. E então por que não desisto de saber os diferentes nomes que lhes foram colocados por certos povos, por que não decido vê-las como um todo diferenciado e não invento um nome só para mim? Nome que de certo modo já existe: bosque. Mas se bosque permite vê-las como um todo, não lhes apaga as diferenças, tenho que concluir.

Desisto.

Na avenida, ao longe, passam automóveis. Não saberei o nome das árvores (exceptuo meia dúzia delas), mas sei a marca de todos eles. Lá vai um Fiat (um Uno, não um Tipo), lá vai um Renault (um R4, não um R5 ou um Clio), um Ford (um Fiesta, não um Escort). Na mesa do lado (estou numa esplanada) vejo garrafas e também, ao distingui-las, aplico-lhes os nomes exactos: garrafa de Coca-Cola, de Águas Pedras, de cerveja Carlsberg. Movo-me com segurança no mundo da cidade. Sei os nomes (não direi todos, claro) deste mundo fabricado pelo homem, não do mundo que a Bíblia diz ter sido criado por Deus (que não se esqueceu de dar nomes às coisas que criou).

Por que razão saber o nome daquele carro (Volkswagen) não me dá o mesmo prazer que saber o nome (pinheiro) daquela árvore?

ABELAIRA, Augusto. Sem moralidade. *Jornal de Letras, Artes, Ideias*, Lisboa, n. 580, p.24, 17/08/1993.

CHOVIA, NÃO CHOVIA? Era terça-feira, 16 de Outubro de 1974. Por 27\$50, agressivamente carimbados sobre o preço anterior de 25\$00 (o custo de vida ia crescendo) fui ao cinema Império (hoje, templo religioso, nem quero imaginar as surpreendentes conclusões de arqueólogos futuros acerca desta passagem dum cinema a templo religioso) e ocupei a cadeira 17 na fila 12 (ou cadeira 12 na fila 17, a questão fica por esclarecer). O bilhete que me dá esta notícia ordena (ordenou) que o conservasse até o fim do espetáculo, imposição cumprida com excesso, pois acabo de encontrá-lo vinte anos depois entre as páginas cento e dez e cento e onze de “El-Rei Junot”.

Que filme terei visto, admitindo, como é verossímil, que o bilhete é meu, não foi me dado por alguma amigo que deu comigo num café a ler o jornal e a quem pedi um papel para, decidido a interromper a leitura e a conversar com ele, marcar a página? A curiosidade não é tanta que me leve a consultar numa biblioteca os jornais da época -, mas saber que poderei resolver este problema repousa-me, como me repousa saber que, embora ignore qual seja a raiz quadrada de 254328976, me seria fácil encontrá-la porque ela existe (no universo platónico de ideias?), se bem que, muito provavelmente, nunca ninguém a tenha procurado e portanto encontrado.

Sempre admitindo que o bilhete é meu, terei ido sozinho ao cinema ou em companhia? Raras vezes vou sozinho ao cinema, é natural que tenha ido acompanhado. Mas a circunstância de conservar um bilhete intriga-me. Talvez tenha ido acompanhado mas o meu companheiro (ou companheira), atrasando-se, me levasse a deixar o bilhete dele (ou dela) na bilheteria. Investigar junto dos amigos: “Recordas-te de alguma vez, em Outubro de 73, teres ido comigo ao cinema e de chegares tarde?”. Não valerá a pena -, se eu não me recordo, por que haveria ele de se recordar? Além do mais, perguntar se ele se recorda de ter ido comigo, relevando-lhe que eu não me recordo de ter ido com ele, parece-me pouco recomendável.

Uma certeza ou quase certeza, se a palavra certeza suporta a restrição de um quase: lia então “El-Rei Junot”. Lia-o, no sentido de ler do princípio ao fim ou o bilhete marcaria uma página que, por qualquer razão, me interessara consultar para escrever uma crónica que nunca terei chegado a escrever e que hoje, por simples acaso, escrevo? O acaso de presentemente ler as “Memórias da Duquesa de Abrantes”, memórias que, dizem, terão sido escritas pelo Balzac. A curiosidade de saber o que a mulher de Junot diz de Lisboa. A suplementar curiosidade de saber se o Raul Brandão falará nela.

Mas, em tudo isto, o que verdadeiramente me impressiona é, graças ao bilhete, a recuperação daquele dia perdido: não tanto da ida ao cinema, facto pouco importante, mas de que, em 16 de Outubro de 73, eu estava vivo. Coisa óbvia: se, vinte anos depois estou vivo e nasci na década de vinte, necessariamente estava vivo em Outubro de 73. Entre a data do meu nascimento e o dia de hoje estive sempre vivo, mas isto sei-o por raciocínio, não por recordação concreta. Saber que vivi em 16 de Outubro de 73 é como saber que para trás de 254328976 existe 374658 mesmo que nunca tenha tido experiência directa desse número. As perigosas virtudes do raciocínio.

Com raríssimas excepções, ficaram perdidos para a minha memória os milhares de dias situados entre o meu nascimento e este instante em que escrevo. Não consigo individualizá-la a todos, um a um, e surgem-me mergulhados num fluxo temporal que se prolongou até hoje sem descontinuidade. Com uma ou outra excepção, insisto: lá de longe em longe em fluxo quebra-se, surgem ilhas bem diferenciadas no meio do oceano. Algumas datas que, contadas, não somam os meus sessenta e tal anos. Mesmo assim, essas datas (esses dias) não me devolvem as vinte e quatro horas que duraram mas uns simples momentos não quantificáveis. Recordo-me, por exemplo, do 12 de Janeiro de 47, mas recordo-me de como acordei, recordo-me do que comi, do que fiz durante a manhã? O 12

de Janeiro não (me) existe como um dia completo, mas como duas ou três horas (que, recordadas, não ultrapassam os três minutos).

Mesmo um dia tão importante histórica e individualmente como o 25 de Abril de 74 não o apreendo totalmente, hora a hora, minuto a minuto, segundo a segundo. E há coisas que já não sei se as vivi em 25 de Abril se em 26 ou 27, de modo que, para mim, e até certo ponto, o dia 25 de Abril prolongou-se por mais vinte quatro horas, talvez uns sessenta horas. Porém, se eu conseguisse recordar de tudo o que vivi no dia 25 de Abril (o dia tal qual existe no calendário) preencheria inteiramente as vinte e quatro horas do dia de hoje, não me sobraria tempo para viver o dia de hoje como um dia novo.

Não me sobraria tempo para escrever esta crónica a que omito (por preguiça?) a conclusão ou, como se dizia nos meus tempos de liceu, a moralidade (líamos um texto e depois o professor perguntava: “Qual é a moralidade?”).

Sim, qual é a moralidade?

P.S. Se criticamos o segundo canal da RTP, ela pode responder: “Com? Não vos ofereço por vezes alguns magníficos programas, verdadeiramente inesquecíveis, culturalmente preciosos?” E é verdade. Mas a questão é outra: a que horas? Porque transmitir a espantosa série Pierre Boulez nos domingos de Julho e de Agosto, ao meio-dia, as horas em que as pessoas gosam na praia e na montanha o Sol, enfim! Ou será essa a intenção, a meritória intenção de afastar as pessoas do Sol, de defendê-las da ameaça do cancro da pele? Tenho de concluir que sim.

ABELAIRA, Augusto. Qual Fernando Pessoa? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 581, p.10, 24/08/1993.

HÁ O CASO DAS OBRAS PÓSTUMAS do Eça. Estavam lidas, assimiladas, inseridas num todo para a compreensão do qual eram necessárias, mas agora sabemos que não correspondiam ao que escrevera o Eça e, se as panes são essenciais para compreender o todo, então temos de refazer, muito ou pouco, a nossa compreensão dele. Sabemo-lo com certeza absoluta e apetece dizer: se o filho, o co-autor dessas obras, tivesse destruído os originais, ficaríamos eternamente em erro (mas provavelmente é condição do homem ficar permanentemente em erro). E apetece perguntar: por que não destruiu o filho os originais, por que deixou gato escondido com rabo de fora, se pensava que eles não favoreciam o pai? Se os destruisse, cometeria uma desonestidade. Mas desonestidade não a cometeu ao dar como sendo do Eça o que só incompletamente o era, ainda que essa desonestidade fosse intencionalmente virtuosa?

O filho deveria saber que, ao não eliminar os originais, a fraude seria um dia descoberta. Pretendeu isso, desejou que um dia se reconhecesse que também tinha talento? De positivo sabemos uma coisa: se ele tivesse feito desaparecer os originais ou se um incêndio os consumisse, Luís Fagundes Duarte não poderia ter-nos demonstrado que “A Capital” (sem ponto de interrogação), tal como foi inicialmente publicada, não é de Eça de Queirós. E isso teria ou não importância para a nossa visão do autor dos “Maias”? Por outras palavras: a determinação da verdade foi importante? Ou, mais singelamente, até que ponto foi importante?

Outro é o caso de Fernando Pessoa. Falando por alto, o Fernando Pessoa que conhecíamos era o da edição de Gaspar Simões e de Luís de Montalvor. O Fernando Pessoa da leitura destes homens, pelo menos quanto às obras inéditas. Mas sabemos hoje que essa leitura continha numerosos erros, tantos que, em alguns casos, aquilo que conhecíamos de Pessoa e que nos levava a admirá-lo (porque o admiráramos através do erro) não era dele.

Não me refiro ao conjunto da obra, se e que o conjunto da obra não é afectada por uma simples vírgula, indevidamente colocada. Mas certos versos que havíamos decorado, que nos haviam emocionado, que acháramos sublimes não eram dele — e dois ou três especialistas vieram revelar-nos os erros. A dificuldade para nós, simples leitores, está em que os especialistas têm leituras diferentes e até polemizam com algum azedume.

Simplees admiradores de Pessoa, incapazes de decidir qual dessas leituras será a boa, que vamos fazer? Temos nas nossas estantes a edição da Ática, graças à qual descobrimos Pessoa e temos agora ao nosso dispor outras leituras. Quando desejamos reler o genial poeta, desejo que tantas vezes nos assalta, que edição escolher? E acontece (diz-nos o bom senso) que nenhuma dessas novas edições estará na totalidade certa, é de admitir que a edição A acerte umas vezes e erre outras, que com a edição B o mesmo aconteça e com a C, a D...

Sim, que edição escolher, já que todos os novos leitores me merecem respeito, respeito que todavia não lhes atribuí o dom da infabilidade que, esse, e em Portugal, só o prof. Cavaco Silva o tem e infelizmente não se dedica a estudos literários?

Olho, como ia dizendo, para a estante onde as diferentes versões (as diferentes leituras) me contemplam e sinto-me numa encruzilhada. Qual é o “verdadeiro” Pessoa, se é que me interessa conhecer o “verdadeiro” Pessoa e não me contento com um Pessoa qualquer, resistente a todos os erros? E então, quase envergonhado, digo mal dos especialistas que vieram perturbar o meu conhecimento do autor da “Hora Absurda”. Eu tinha um Fernando Pessoa acerca do qual não hesitava, agora não sei qual devo ler.

(No dia em que todos os escritores escreverem o computador, fazendo as suas alterações aí, deixará de haver problemas, desaparecerão as frases corrigidas, as supressões, os acrescentos, teremos apenas a obra definitiva — e os especialistas juntar-se-ão aos desempregados que preocupam o mundo capitalista.)

De todas as leituras, qual escolher?, insisto. E enquanto olho a estante e hesito, não leio o Pessoa, o tempo passa, tenho a minha vida, os meus afazeres, sou obrigado a sair de casa.

Digamos que já saí de casa, que não li o Pessoa, como desejava. Digamos que, enquanto desço as escadas, me recordo da primeira vez que abri a velha edição da Ática, a surpresa do primeiro volume, a impaciência com que aguardei, na lentidão dos anos, a publicação dos restantes, o Álvaro de Campos, a seguir, e, mais tarde, o Caeiro e o Reis. Deficientemente lido pelo Simões, foi esse (o dessas edições) o Pessoa que me deslumbrou, aquele que ainda hoje modela muitas das minhas emoções. Que me importa que muitos desses versos não sejam verdadeiramente dele se até os decorei? Decido nunca mais hesito, vou permanecer fiel à edição da Ática, porque foi ela que me deu a conhecer o Poeta, porque ela se misturou com a minha própria vida.

Sem desprimor para a verdade e para os perseguidores da verdade, entrego-me ao erro, forma enviesada de recuperar o tempo perdido.

ABELAIRA, Augusto. Os argumentos que nos falam nos momentos mais decisivos **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 582, p.11, 02/08/1993.

FREI BENTO DOMINGUES, numa das suas excelentes crónicas, escreveu acerca da pena de morte e condenou-a, como seria de esperar (depois de se conhecer um autor adivinha-se o que ele dirá, e chama-se a isso coerência). Condenou-a, mesmo se o Novo Catecismo da Igreja a que pertence a admita em certas circunstâncias (mas este é um daqueles casos, julgo eu, em que não há lugar para certas circunstâncias). Depois de citar o velho, fácil e justo argumento dos erros judiciais (da condenação à morte de inocentes) lembra, como bom exemplo, o da condenação de Jesus Cristo, o mais inocente dos inocentes.

Aqui, suspendi, por momentos, a minha leitura, um pouco espantado comigo próprio — espantado por este argumento, sobretudo quando discutia com católicos partidários da pena de morte, nunca me ter ocorrido, embora óbvio. E o esquecimento dum argumento óbvio, argumento que, em princípio, deveria acabar com a discussão e que não ocorre nos momentos decisivos, embora o conheçamos, incomoda-me porque enfraquece o valor, a utilidade da maior parte das nossas discussões. De que serve discutir se, tantas vezes, durante a discussão, não usamos todos os argumentos, argumentos que ainda por cima conhecemos mas que nos esquecemos de relacionar com a matéria da discussão? Como se fôssemos regar uma horta, deixando em casa o regador. Tudo isto porque nos falta a elasticidade de espírito, a memória pronta, a capacidade relacionadora.

Por exemplo, os debates televisivos. A um dos intervenientes falta, no momento decisivo, a resposta evidente que a alguns dos espectadores ocorre. Mas que escapa à maioria — quando vamos ler as sondagens, ele, que tinha razão mas não a soube defender (conceda-se que sou bom juiz), é considerado perdedor. De modo que, a maior parte dos debates televisivos carecem de valor, ganha quem, em certos momentos, teve, como se diz, mais presença de espírito. Se o diálogo se repetisse, horas depois, quando o vencido já fosse buscar à memória adormecida o argumento decisivo, o aparente vencedor perderia. E não falo agora de outros aspectos, bem conhecidos, de natureza emocional, que podem impressionar o público. Ao fim e ao cabo, pode perder-se um debate televisivo apenas porque se escolheu mal a cor da gravata, dizem os entendidos, mas ponho agora essa questão entre parêntesis.

Da discussão nasce a luz? Nasceria se aqueles que discutem tivessem presente tudo aquilo que sabem, fossem máquinas perfeitamente lógicas e de memória férrea. Mas como isso raramente acontece ou acontece apenas com um dos intervenientes, para que servem eles, debates, se o objectivo for “a verdade”? Esses debates e até as nossas discussões de café. O caso do cientista que “ensinou” o computador a jogar xadrez e que, desafiando-o, perdeu vergonhosamente, é bem esclarecedor e faz-nos sonhar com o grande ideal de Leibniz de que a discussão propriamente dita dará lugar um dia ao cálculo. “Bastará pegar no giz e na ardósia e dizer: calculemos”.

Claro, mesmo sem o dito cálculo matemático, poderemos reflectir acerca dos argumentos que vamos ouvindo, até porque estamos menos nervosos, lembramo-nos até de que certo argumento óbvio escapou aos polemistas.

Em resumo, para que servem os debates televisivos?, insisto. A pergunta insinua que não servem para nada, o que também não é exacto — mas abstenho-me de desenvolver a tese de que servem para alguma coisa, deixo isso a vosso cargo.

Fecho esta longa paragem na leitura de frei Bento Domingues. Falando para cristãos, o argumento de que Jesus Cristo, um inocente, foi condenado à morte parece-me decisivo, estava eu a dizer, irritado comigo próprio por ele nunca me ter ocorrido. Mas assalta-me uma objecção: se era necessário que Jesus Cristo fosse condenado para nossa salvação, se esse sacrifício do inocente era preciso e estava até anunciado, isto não diminuirá a força do argumento, pelo menos para os crentes da religião cristã? Sem pena de morte, Jesus não seria pregado na cruz.

Como sou cristão, mas não religioso, recuso esta objecção. Mas para os crentes a pena de morte foi necessária, pelo menos uma vez. E se foi necessária uma vez, não poderá ser necessária mais vezes?

Repito: como não sou crente e não aceito a necessidade da morte violenta de Jesus, esta objecção não me toca. Mas não deveria perturbar os crentes que se opõem à pena de morte, não poderá ser utilizada pelos crentes que a defendem? Por outras palavras, frei Bento Domingues terá o direito de utilizar o argumento da morte de Jesus?

Questão teológica que não me diz respeito (e não ignoro que nesse terreno movediço há respostas para tudo). De qualquer modo, e para mim, o que me importa é que frei Bento Domingues seja contra a pena de morte. Não apenas por causa dos inocentes (eu seria contra ela, mesmo que não houvesse inocentes), mas porque, numa bela frase por ele citada, “criminoso não é só quem executa um crime mas também quem elabora um quadro legal para apagar vidas humanas”.

ABELAIRA, Augusto. Chuva de estrelas. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 584, p.15, 14/09/1993.

A PRIMEIRA SURPRESA (mas já lá vai um mês): ao descer a estrada que ladeia a praia, a grande fila de automóveis, centenas ou milhares de pessoas desejosas de ver a realidade. A realidade, isto é, a anunciada chuva de estrelas.

E digo “realidade” porque toda essa gente não precisaria de se deslocar para vê-la. A televisão vai transmitir o espectáculo, permitir que as pessoas o vejam sem se deslocar de casa. Habitadas a ver nos televisores o espectáculo da realidade, que secreto impulso as leva agora a trocar a comodidade de ver a chuva de estrelas no doce lar pela incomodidade de ver a chuva de estrelas real (aquilo que a natureza dá sem interferência humana)? Que secreto impulso, repito, as leva a substituir as facilidades da técnica pelo conhecimento directo, muito menos seleccionado, do mundo? Eu próprio, que prefiro ver a retransmissão dum desafio de futebol a ver o próprio desafio, hesitei. Valeria a pena olhar o céu, quando o tinha dentro de casa? Filho de uma época televisiva, que peso é este dum passado não televisivo, de hábitos arcaicos, apetece-me dizer? Para falar com franqueza, creio conhecer melhor Bora Bora, onde só televisivamente estive, do que Lisboa, onde vivo.

Não havia dúvida: as pessoas tinham resistido ao apelo da televisão, réplica actualizada do “Não vá, telefone” e que pode resumir-se assim: “Não vá, televisone”. E as pessoas nem precisavam de ver na televisão as estrelas no próprio momento em que choviam. Poderiam deitar-se calmamente e observá-las no dia seguinte, a horas bem mais cómodas, porque certamente a televisão lhes daria essa oportunidade «em diferido». Com os aspectos mais interessantes e sem perdas de tempo. A realidade, além do mais (ou do menos) tem o defeito de não se apresentar sob a forma de resumo, de não seleccionar sabiamente os aspectos mais significativos, de repetir inutilmente. A realidade é perdulária, esquece-se de que um homem vive apenas setenta ou oitenta anos, não pode desperdiçar tempo. Digamos que a realidade não soube adaptar-se à nossa época.

Interrogo-me: filho desta época televisiva, que me levou a trocar a televisão, a realidade retransmitida, pela realidade nua? A súbita avidez pelo real, um real que não passa duns riscos luminosos no céu, consoante me haviam informado os jornais e até a memória, dado que ainda me recordo da chuva de estrelas de 33, era eu criança? E pergunto-me se essa avidez representa uma verdadeira curiosidade, amor pelas coisas, ou simplesmente a vergonha de dizer, depois, aos amigos, que não vi, quando eles viram. Ou até de me dizer a mim próprio que não vi, tanto mais que o espectáculo só se repetirá daqui a cento e tal anos, quando eu, com uma probabilidade equivalente à certeza, já cá não estiver. Receio do arrependimento mais do que a curiosidade de ver? O preconceito de quem conserva ainda os hábitos do homem das cavernas?

Em todo o caso, repito, eu já assistira a uma grandiosa chuva de estrelas — e recordo-me dessa noite. Recordação que não é apenas a das estrelas, mas a da minha mãe sentada numa cadeira azul de verga, o meu pai a explicar-me a natureza do fenómeno (e que as estrelas não são estrelas). Embora, pensando bem, várias dúvidas me assaltem. Quanto à chuva propriamente dita, esta: a minha recordação será pura, não estará afectada por fotografias que entretanto fui vendo e que se sobrepujaram ao que vi? E se a minha mãe, sentada na cadeira de verga, me parece uma memória autêntica, já quanto ao meu pai, a explicar-me que as estrelas não são estrelas, parece-me mais discutível, surge-me como a possível conclusão dum simples raciocínio: se, noutras circunstâncias, sempre o meu pai aproveitou as oportunidades para me ensinar o que eu não compreendia, é lógico que também naquela noite... Provavelmente, limitei-me a aplicar àquela noite uma lei geral acerca dos comportamentos do meu pai. E até quanto à recordação da minha mãe sentada na cadeira de verga: como posso garantir que seja uma recordação autêntica dessa noite, que não esteja a confundi-la com outros momentos em que ela também se sentava naquela cadeira? É muitas vezes difícil saber se o que recordamos é verdadeiramente uma recordação, não uma justaposição de recordações ou uma conclusão lógica.

Estou sozinho no meio da multidão, olho o céu, recordo (ou suponho recordar) o que não recordaria se não houvesse anúncio da chuva de estrelas, vejo meia dúzia de riscos

atravessarem a noite. Meia dúzia de riscos que também vi quando, na aldeia, ia com o meu primo a uma encosta, não para ver estrelas cadentes, mas para apanhar pirlampos. E com extremos cuidados: apontar para as estrelas faz verrugas, dizia-se.

Mas (era inevitável, os malefícios da cultura) penso também em Pascal. Ele sentiu-se aterrorizado com o silêncio eterno dos espaços infinitos, e pergunto-me: sabedor, hoje, de que tal silêncio não existe, ainda se sentiria aterrorizado ou, voltando o bico ao prego, sentir-se-ia arrepiado com o infernal (talvez provisório, não eterno) barulho dos espaços finitos, embora em expansão? Sim ou não teríamos perdido uma grande frase, sim ou não, e substituindo-a, teríamos ganho outra grande frase? De qualquer modo, foi um erro que provocou a famosa emoção de Pascal. Mas é possível que a emoção dele não precisasse de nenhum pretexto.

Enfim, o meu arcaico amor pelo “visto, claramente visto” arrefece por volta das três horas. É possível que a chuva de estrelas se tenha atrasado, que ainda venha por aí, mas já cumpri o meu dever, já fiz o que pude, tenho sono, vou para a cama. E, de qualquer modo, se ela vier, vejo-a depois na televisão. Espero que bem enquadrada, bem seleccionada, não me obrigando a perder tempo.

ABELAIRA, Augusto. Por onde começar. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 585, p.15, 21/09/1993.

POR ONDE DEVO COMEÇAR? De UM LADO, CERTO ACONTECIMENTO vivido, do outro, o desejo de o contar. Mas esse acontecimento insere-se na sequência de outros acontecimentos, embora não tenha sido a consequência inevitável deles (poderia ter sido outro). Todavia, sem eles não teria existido e põe-se a questão, pelo menos para o narrador exigente; nessa cadeia de acontecimentos, qual deles escolher para iniciar a narração, aquele que, pelo menos aparentemente, parece essencial para o que depois havia de vir? Do ponto de vista dos acontecimentos, independentemente portanto da narração, é difícil saber: afinal, tudo se iniciou no momento do Big Bang (se o Big Bang existiu) e eles inscrevem-se em toda a evolução do universo. Sem o Big Bang o acontecimento de que quero falar, não teria existido, eu próprio não teria existido e sou essencial, neste caso, bem mais essencial do que Júlio César ou Napoleão — embora H. G. Welles tenha procurado demonstrar matematicamente que todos somos descendentes de Júlio César.

Por onde devo começar?, insisto. Pelo meu nascimento?

Claro, posso prescindir de tudo quanto precedeu o acontecimento que desejo narrar, limitando-me a escrever: «Quando saí da estalagem onde dormira, olhei para a fachada, vi uma lápida ao lado da porta, aproximei-me e li: Aqui viveu Goethe durante a sua permanência em Malcesine.» É tudo, afinal, o que quero dizer: certa noite, e inesperadamente, dormi numa casa onde Goethe viveu durante algum tempo.

Mas isto basta? Tais palavras esgotam o acontecimento? Não exigirão, pelo menos, que diga como é que lá fui parar (os acontecimentos anteriores)? Não exigirão que acrescente como reagi (os acontecimentos posteriores que levantam outra questão: onde acabar?, sem esquecer que esta crónica também se insere nos acontecimentos que tiveram origem — se posso falar de origem — no encontro com Goethe)?

Repito: não nasci no próprio momento em que saí da estalagem e, além disso, a minha presença em Malcesine, nas margens do lago de Garda, não era uma consequência inevitável daquilo que acontecera antes (por exemplo, a partida de Lisboa, rumo à Itália). O meu encontro com Goethe (com a sombra de Goethe) exigiu, lá muito longe, que Goethe tivesse ali vivido, exigiu, por outro lado (e estou a simplificar), que um acidente me tivesse levado a dormir em Malcesine, terra de que eu, à partida de Portugal, ignorava a existência. Assim, pelo menos, como narrador exigente, não estarei obrigado a explicar a minha imprevista presença em Malcesine, já que, inicialmente, tencionava dormir em Limone, na outra margem do lago? Parece que sim. Mas, num plano mais vasto, não devo ignorar a partida de Lisboa e portanto poderia começar assim: «Tendo partido de Lisboa para visitar a Itália...» Admito que tal escrúpulo seria excessivo.

Aquilo que mais de perto se relaciona com o meu encontro com Goethe, inicia-se em Limone, mas, pensando bem, não se inicia em Limone, inicia-se antes, quando projectei dormir em Limone. E se tivesse dormido em Limone, não me teria encontrado com Goethe. Mas por que desisti de dormir em Limone? E anteriormente: porque decidira dormir em Limone?

Decidira, ainda em Lisboa, passar alguns dias no lago de Garda por uma razão muito simples que só tem explicação num velho amor por Catulo. Neste sentido, a minha história começa não em Lisboa ou mesmo em Limone, mas, na minha adolescência, com a leitura dos versos de Catulo. Mas por que escolhi dormir em Limone e não em Sirmione, a terra do poeta? Porque Limone, ficando perto, tem um nome que me encantou, apenas por isso. Preocupação estética em relação à palavra, não ao lugar.

Mas então: por que desisti de dormir em Limone? Porque em Limone, cidadezinha para mim desconhecida, eu, sem saber bem por onde seguir, enfiei-me por uma rua estreita, atrás de um automóvel italiano, de certo conhecedor dos labirintos da terra. Rua com sentido proibido (vim depois a saber), e um polícia, que deixou passar impunemente o automóvel italiano, multou-me apenas a mim, o estrangeiro, e não aceitou os meus indignados protestos.

Ah, sim?, disse com os meus botões, pago a multa, mas Limone, de mim, não verá nem mais uma lira, vou gastar o meu dinheiro noutra terra. Sem mais, fiz-me à estrada em direcção a Riva. E agora talvez pudesse começar, desprezando o que antes sucedera: «Chegado a Riva, não encontrei hotel, todos eles estavam completos, e tive de continuar a viagem, até que em Malcesine, no sopé do monte Baldo...» Convenhamos que, embora a falta do hotel em Riva seja importante (sem isso não iria dormir a Malcesine), a história do meu encontro com Goethe não começou lá, embora também não tenha começado em Limone.

Mas o encontro real com Goethe é uma coisa, a narrativa do encontro é outra. E se não é fácil saber onde começaram os acontecimentos que me levaram ao encontro de Goethe, outra coisa é saber por onde começar a narrativa do encontro com Goethe. Verdadeiramente, isso depende de mim.

Porém, o facto de depender de mim não anula o problema: por onde começar? Não sabendo como começar, desisto de dizer que dormi em Malcesine na casa de Goethe, desisto de escrever esta crónica.

ABELAIRA, Augusto. Leitura de férias. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 586, p.32, 28/09/1993.

A PERGUNTA FAZ PARTE DA ROTINA JORNALÍSTICA, todos os verões: “Que livros leva para férias?”. Os inquiridos são pessoas mais ou menos em evidência, mas desta vez o “Expresso” escolheu de entre os evidentes (os mais ou menos evidentes), apenas os políticos. Forma de testar, mais do que as curiosidades culturais, as psicologias? Porque as respostas, não sendo susceptíveis de verificação experimental, podendo até ser falsas, alguma coisa poderão dizer acerca das psicologias. Pelo menos, da imagem com que os entrevistados desejam ser vistos. E se desejam ser vistos de certa maneira, talvez essa maneira corresponda ao que gostariam de ser, embora não sejam. E saber o que um homem desejaria ser, embora não seja, é saber alguma coisa acerca dele. Se eu, que mal me lembro da tabuada, disser que levo para férias uma obra altamente especializada de matemática, não digo uma falsidade pura — ou digo uma falsidade que só o é no plano dos factos, não no plano dos desejos. Psicologia.

A dúvida, porém, para quem lê as respostas consiste nisto: em qual dos planos foi ele sincero? Como adivinhar, se não o conhecemos? Mas as respostas podem pretender outra coisa: chamar a atenção para certa obra, considerada admirável, um conselho: leiam, tal como eu (já li) este livro. Almeida Santos cita as “Memórias de Adriano”. Homem dado às letras, como sabemos, só agora irá ler um romance tão famoso? Não é impossível, há muitos livros importantes que nenhum de nós leu ainda (que provavelmente nunca lerá) e pode ser este o caso do parlamentar socialista. Mas como não admitir que, num momento de boa disposição pedagógica, aproveite a oportunidade para recomendar a leitura da Yourcenar?

O inquérito do “Expresso” tem uma lacuna: ficamos a saber quem respondeu, mas ignoramos quem não respondeu, embora consultado. Assim, o facto de Mota Amaral ter sido sondado sugere que João Alberto Jardim também foi. Assim, o facto de o Presidente Soares ter sido sondado, sugere que o mesmo aconteceu com o primeiro-ministro, etc. Por que não responderam? As hipóteses são infinitas, e para Cavaco Silva a minha ideia é esta: depois de atribuir a “Utopia” a Thomas Mann (há muitos Tomás na Terra), gato escaldado de água fria tem medo. Receou dizer outro disparate. Mas, se me é permitido um alvitre a tão alta personalidade, recomendo um livro que não conheço (salvo erro, “Mão Baixa Sobre a África”), mas que fala de maneira bem pouco amável acerca da Nestlé.

Falei anteriormente na imagem que os políticos (não só os políticos) pretendem dar de si mesmos às pessoas, pessoas que os conhecem apenas dos actos públicos. Mas esses políticos têm amigos e não podem portanto dar respostas inverosímeis (pelo menos para os amigos). Daí que mereçam crédito, mesmo que nos espantem. E estou a pensar no ministro das Obras Públicas, Ferreira do Amaral.

A imagem que até hoje nos deu é a de um homem dinâmico, extrovertido, a imagem do engenheiro interessado pelas auto-estradas (tem até a paixão das motocicletas) mais do que pelas “pedras vivas”. Diz levar para férias a “Obra” de São Tomás de Aquino (e, repito, se isso pode surpreender o público, não pode surpreender os amigos).

Resposta que não será inocente. De certo, também levou outros livros de leitura mais macia. Ao apontar unicamente a “Obra” do grande teólogo medieval, talvez desejasse corrigir a imagem que dele tínhamos. Disse, implicitamente: “Não sou quem vocês pensam, o engenheiro das auto-estradas, das pontes sobre o Tejo que desprezam a ecologia, das motocicletas”. E talvez: “Embora pertencendo a um governo em que os incultos abundam, incluindo o primeiro-ministro, eu...”

A resposta, repito, é credível, mas peca pelo exagero, penso, a “Obra”, disse. Ora a edição francesa da “Opera Omnia” soma (consultei o Gilson) trinta e quatro volumes e a “Summa Theologica”, só por si, ocupa cinco. É impensável que Ferreira do Amaral tenha partido para férias com tal peso de papel na bagagem, mesmo admitindo que não viaja de motocicleta. Ter-se-á limitado, suponho, a levar uma antologia ou qualquer texto de dimensões mais reduzida (e um deles, pelo menos, até existe edições de bolso). Exagero para reforçar o significado da escolha? Ninguém dirá que vai ler a “Obra”, de Dostoievski ou de Balzac, mas sim que vai ler o “Crime e Castigo” ou o “Primo Pons”. De resto, as férias não dão para muito mais, e Ferreira do Amaral teve de interrompê-las (é certo que, ao partir, não sabia desse futuro desagradável acontecimento). De qualquer modo, perdoa-se-lhe o exagero, o importante é saber que ele não se interessa somente pela vida política activa, saber que tem outros ideais, que tem vida interior.

Pelo contrário, o governador civil de Faro, ao afirmar que vai ler o “Plano de Desenvolvimento Regional”, revela-nos quem supúnhamos ser (se é que supúnhamos sobre ele alguma coisa, facto improvável): alguém que, mesmo no gozo das merecidas férias só pensa no trabalho, só pensa no desenvolvimento do Algarve, um homem exclusivamente votado à coisa política. Esperemos que Cavaco Silva tenha lido a sua resposta, a tenha apreciado, neste país de preguiçosos. Que, em consequência lhe abra as portas para mais altos voos. Ele merece. O País merece.

Também Macário Correia, o candidato do PSD à presidência da Câmara de Lisboa, é um homem de trabalho que procura documentar-se. Lê a “Lisboa Desaparecida”, possivelmente convencido de que foi Jorge Sampaio que a fez desaparecer. Que poderá, portanto, atirar os três volumes à cabeça do actual presidente. Presidente que, imagine-se, lê, esquecido das suas obrigações, um romance e uma biografia. Esperemos que os exemplos do governador de Faro e de Macário Correia o conduzam ao bom caminho.

Meia dúzia de palavras finais: apenas dois políticos convivem com as musas (aliás ambos cultivam as ditas): Alfredo Barroso lê T. S. Elliot, Mendes Bota, Natália Correia.

E há quem diga que somos um país de poetas, ainda por cima líricos! Se isto for verdade, teremos de concluir que, de um ponto de vista estatístico, os poetas que somos estão fracamente representados. Apenas dois entre dezassete. Registe-se, todavia, que os nossos políticos lêem em férias São Tomás, Husserl, Kant, Braudel, Duby. Como também se diz que os portugueses são pouco dados à especulação intelectual, inversamente teremos de concluir que os especulativos que não somos estão excessivamente representados. Cultores da especulação a mais, cultores da poesia a menos, que deficiente representam idade democrática! Estará aqui a chave do divórcio entre os políticos e a nação?

Questão a meditar com a necessária profundidade.

ABELAIRA, Augusto. A morte de Aquiles. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 587, p.15, 05/10/1993.

TANTO OS MITOS COMO A LITERATURA NÃO DÃO PONTO sem nó e sabemos (quem não sabe?) que o invulnerável Aquiles tinha um ponto fraco, o calcanhar. Ponto fraco que contém já, para bom entendedor, a inevitável consequência: pelo calcanhar, Aquiles havia de morrer. Inútil, portanto, tomar conhecimento dessa morte, inútil ler a sua notícia necrológica. A morte estava anunciada, faltando apenas saber como, embora fosse previsível alguma traição.

Morte anunciada? Para mim, Aquiles continuava vivo, pelo menos até ontem. Vivo, dois mil e tal anos depois da Guerra de Tróia?, perguntar-se-á. Sim, vivo, porque eu não lera, não me lembrava de ter lido ou distraidamente não soubera extrair do seu calcanhar as consequências óbvias. Vivo, porque não assistira, digamos, à sua morte. E no universo da literatura (ou do mito) para se morrer tem de se morrer nesse universo, não fora dele (o “fora dele” não existe). Os dois mil e tal anos não existem.

Explico-me (sem pretender que a minha explicação seja generalizável aos leitores): a “Guerra e Paz” situa-se na época de Napoleão e o Pedro Bezukhov, que até esteve para matar Napoleão (o Napoleão do romance), chega vivo até a última página, ao contrário do príncipe André, que morre à nossa vista. Passaram-se cento e tal anos e se o Pedro Bezukhov tivesse existido no mundo real estaria hoje morto e sepultado. Mas como viveu dentro do mundo romanesco, e porque nesse mundo não morreu, continua vivo, suponho que a conversar com a Natacha e decidido a dar uma nova orientação à sociedade russa. E não pode ter morrido depois, porque não há depois (na minha edição, o romance termina na página 1459 e não há página 1460). Ao contrário do já citado príncipe André, do Hamlet, do Don Juan, do Quixote, do Goriot, do Kirilov.

Estes últimos, na minha imaginação de leitor, viveram no seu mundo como Júlio César ou Alexandre viveram no nosso (aliás, só dos livros conheço Júlio César e Alexandre, e isto deveria levantar-me alguns problemas). De qualquer modo, sei que Júlio César e Alexandre morreram (no nosso mundo, o chamado mundo real — todos os homens são mortais, Júlio César e Alexandre são homens, Júlio César e Alexandre são mortais). O Pedro, a Natacha, o Raskolnikov ou o Carlos da Maia continuam vivos (Carlos da Maia corre ainda atrás do americano). E posso chorar sobre o corpo do Hamlet, sentir-me dilacerado, não posso chorar sobre o corpo do Pedro Bezukhov porque continua vivo.

Fui claro?

Toda esta conversa, para falar do choque sentido quando, ao ler agora a “Pentesileia”, do Kleist, assisti à morte violenta de Aquiles às mãos da terrível amazona. Afinal, e ao contrário do que a minha imaginação de leitor supunha, Aquiles morrera durante a Guerra de Tróia sem que eu tivesse dado por isso (e pouco importa se por distração, falta de memória ou delibabilidade mental).

Indignado com Kleist (que direito tinha ele de matar Aquiles, ainda por cima retroactivamente?), consultei os tratadistas e verifiquei o meu erro. Sim, Aquiles estava morto, havia até várias versões da sua morte nos autores clássicos. E, prova infalível (Homero não poderia mentir), Ulisses dialogara com ele na sua descida ao reino dos mortos. Aí, Aquiles (que, quando vivo, entre uma vida obscura e longa, escolhera uma vida heróica e breve) confessou que “preferia cultivar os campos e trabalhar ao serviço de outrem (...) a reinar sobre os mortos”. (Tomo nota da lição.)

Muitas vezes, conversando com um amigo, pergunto-lhe: “Que é feito do Miguel (ou do António ou do Artur, etc.)?” “Não sabias?”, responde, “morreu no ano passado”. E, eu que

vivera como se o Miguel ainda existisse! Choque violento. E, assim foi o meu choque quando soube da morte de Aquiles.

Não um grande desgosto, o desgosto que teria se soubesse da morte do Pedro Bezukhov ou o desgosto sentido ao assistir ao assassinio do Hamlet. Não tenho grande simpatia por Aquiles, prefiro de longe o Heitor (talvez não perdoe a Aquiles a morte de Heitor) e mesmo se lhe dou razão no conflito com Agamémnon, penso que perdeu a razão ao retirar-se da guerra. Mas lá que fiquei chocado, fiquei.

Aquiles morreu. Se amanhã abrir a "Ilíada" e ler os seus combates, saberei que dele não tenho a presença mas uma recordação dos tempos em que ainda estava vivo (a notícia necrológica, digamos assim, mesmo se escrita no presente do indicativo). Se porém abro a "Guerra e Paz" e encontro o Pedro Bezukhov, sinto-me na presença de alguém que ainda vive, que ainda respira, que ainda come, que ainda conversa.

Aquiles está morto.

Mas se Aquiles tinha de morrer e há várias versões dessa morte, então aceito a versão de Kleist que ignora a absurda história do calcanhar. Confiando no amor de Pentesileia, o apaixonado Aquiles foi traiçoeiramente assassinado por ela (*cherchez la femme*). Afinal, o ponto fraco de Aquiles não estava no calcanhar mas no coração.

Perdoe a Aquiles a morte de Heitor.

ABELAIRA, Augusto. Michelet e o tempo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 588, p.05, 12/10/1993.

ABRE-SE UM LIVRO COM DETERMINADO objectivo, salta-nos de lá uma surpresa que nada tem que ver com o objectivo, mas nos fascina, faz-nos esquecer o objectivo — esta, a aventura que nos impõem os grandes autores. Pedir-lhes uma coisa, darem-nos também outra ou outras, generosamente.

Nunca folheara a “Revolução Francesa”, de Michelet, obra que há sessenta anos, do alto das estantes do meu pai, me intimidava com os seus oito volumes de letra miúda, exigia uma atenção acima das minhas forças, atenção que sempre lhe prometi, mas sempre fui adiando. Então, ontem... Mas, esclareço, a minha relutância em ler o velho Michelet tinha também outra causa ou, melhor dizendo, baseava-se no estúpido preconceito de que, depois de Michelet, já muito se escreveu sobre a Revolução Francesa. Que, portanto, a sua obra estaria “ultrapassada”. Como se, nos domínios da cultura, houvesse “ultrapassagens”. Como se ler os modernos especialistas da Grécia nos poupasse o trabalho de ler Tucídides.

Sim, ontem... O último volume debruça-se sobre as origens do bonapartismo. E aí está: que é, que foi o bonapartismo? Não sei se isto tem alguma actualidade, mas, enfim, nem só da actualidade vive o homem. Abri então o livro e, naturalmente, comecei pelo prefácio (de 1872). E, logo no primeiro parágrafo, encontro algumas frases que parecem arrancadas do jornal desta manhã (o tema da aceleração da História tornou-se lugar-comum): “Um dos factos mais significativos de hoje, e menos salientados, é que a velocidade do tempo se alterou. Duplicou o passo dum maneira extraordinária”. E depois, como prova, lembra que em setenta e tal anos assistiu a duas revoluções, revoluções que, na escala de outras eras, teriam talvez sido separadas por dois mil anos.

Ao chamar a atenção para este novo fenómeno, Michelet dá-nos a entender que até então passara quase despercebido. Michelet terá sido assim um dos primeiros a tomar consciência dele. Em 1872, insista-se.

Claro: é o tempo que acelera ou são os acontecimentos que, em vez de se sucederem espaçadamente, se atropelam? Não me interessa: tão importante como o próprio fenómeno e a consciência dele é a maneira como é conceptualizado. Michelet, quando a ideia do progresso triunfava, poderia ter dito que a velocidade do progresso aumentara, poderia ter dito que a História apressara o ritmo, mas disse: o Tempo — e ao utilizar a palavra Tempo dava-lhe talvez um sentido novo (digo talvez).

Fontenelle, por exemplo, ao falar do tempo, a propósito da História, identificou-o com cultura, digamos assim. Os homens eram condicionados pelo tempo (quer dizer, pela cultura de então): se Descartes tivesse nascido na Amazônia não teria escrito o “Discurso do Método”, mas cá na Europa (o tempo assim exigia) outro indivíduo, de igual inteligência, escreveria o “Discurso do Método”. Tempo, no sentido de Fontenelle, significava a cultura dum época, os instrumentos mentais e materiais dum dada civilização.

Penso também em Garcia de Orta. No fundo, este (e muitos outros renascentistas, portugueses ou não) tinha já apreendido a realidade a que Michelet se refere, mas serviram-se de fórmulas diferentes para se exprimir. Diz Orta: “Sabe-se mais em um dia pelos portugueses do que se sabe em cem anos pelos romanos”. Se Fontenelle, para falar do Progresso, recorre à palavra Tempo, embora não no sentido de Michelet, Orta não usa tais palavras (excessivamente abstractas para um empirista?). Fala em “um dia”, fala em “cem anos”, noções mais terra a terra. De qualquer modo, o tempo está implícito, mas considerado como o receptáculo (com o espaço) onde os acontecimentos se situam — e, se bem esquadrinho o espírito dele, a sua atenção virava-se mais para a acumulação dos acontecimentos (dos conhecimentos) do que para a velocidade com que se sucediam. Parece-me, a afirmação é discutível. Pelo contrário, para Michelet, o Tempo não é um receptáculo, mas algo de dinâmico que ele, desconhecedor da filosofia de David Hume, substancializa, torna autónomo, algo que empurra os acontecimentos com maior ou menor velocidade. O Tempo, como um Deus (mas Molière já desmitificara o tempo ao dizer que somos nós que vamos passando e não o tempo).

Hoje, se por acaso não falarmos no fim da História, preferimos falar na aceleração dela, mas o processo de inventar entidades é o mesmo, a mesma ratoeira em que caímos. A História não existe mais do que o Tempo. Em todo o caso, fazemos uma concessão: a História está mais próxima do homem do que o Tempo. Este existiria mesmo sem homens. Ou não?

Fico por aqui, começo a perder o pé — e apenas quis dizer que ao procurar Bonaparte (ou o bonapartismo), acabei por encontrar o senhor Tempo. A riqueza dos grandes autores, que nos dão sempre mais do que aquilo que lhes pedimos. Neste caso concreto, talvez Michelet me assinale um tempo (no sentido do calendário) importante da História (sucessão de acontecimentos): por volta de 1870, os homens terão percebido que, sem disso terem antes tomado consciência, o ritmo dos acontecimentos se apressara extraordinariamente.

E se nisto há erro, foi o próprio Michelet que me induziu em erro. Ou a minha interpretação.

ABELAIRA, Augusto. Traduções. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 589, p.05, 19/10/1993.

NUM DOS SEIS CADERNOS CULTURAIS — CADERNOS que constituíram o fundamento da minha cultura —, Agostinho da Silva acabara de publicar “O Grande Inquisidor”. Será portanto de espantar que eu corresse imediatamente a uma livraria à procura d’ “Os Irmãos Karamasov”? Tinha eu então catorze ou quinze anos, vivia ainda no Porto, e não me atrevo a descrever a emoção que em mim provocou o famoso romance de Dostoievski: como se um mundo novo se abrisse diante de mim ou, outra maneira de dizer a mesma coisa, como se eu acabasse de nascer para o mundo.

Somente: alguns meses depois, encontrando numa livraria a tradução francesa, descobri que ela tinha o dobro das páginas dos meus “Karamasov”. Donde, a perturbadora questão: poderia dizer que lera “Os Irmãos Karamasov”? Mas se não lera “Os Irmãos Karamasov”, que lera eu?

Já não sei se coloquei então esta dúvida que hoje me preocupa quando quero datar com rigor a época em que me defrontei com o famoso romance. Resolvi-a na prática, mergulhando nas páginas da Gallimard. E agora já podia dizer que lera “Os Irmãos Karamasov”.

Entretanto, surgiu outra questão, à qual também não liguei grande importância: tendo sabido que Dostoievski “escrevia mal” e verificando que a tradução da Gallimard estava bem escrita, o problema renovava-se: lera efectivamente “Os Irmãos Karamasov”? Virando a questão do avesso: se eu ler uma tradução de “A Cidade e as Serras” em mau francês, poderei dizer que li “A Cidade e as Serras”?

Repito: não liguei grande importância à questão, mas um recente artigo de jornal veio perturbar-me, a propósito da nova edição francesa das obras do autor dos “Karamasov”. Edição que, se bem entendi, procura ser fiel à “má” escrita original. Tradução corajosamente em “mau” francês para respeitar o “mau” russo. Tradução que contesta as anteriores por terem corrigido Dostoievski. Traíndo-o, ao verterem-no numa linguagem escorreita.

E o dilema: a partir de agora, e porque ignoro a língua russa, que traduções devo escolher? As que corrigem Dostoievski, tornando portanto a leitura mais agradável, enriquecendo-a (digamos assim) ou as traduções fiéis, de leitura provavelmente penosa?

Dúvida que me conduz a esta pergunta (que deveria ser encarada pelos leitores russos): se foi legítimo emendar o Dostoievski nas traduções, por que não emendá-lo também no original russo? É completamente absurdo fornecer aos estrangeiros um “Crime e Castigo” bem escrito e permitir que os russos continuem a lê-lo com pontapés na gramática e sem que, muitas vezes, o predicado concorde com o sujeito (se a minha informação é correcta). Dito por outras palavras: perante os infelizes russos, nós somos leitores privilegiados? Ou então: deverão os leitores russos passar a ler os romances de Dostoievski nas traduções tradicionais, bem escritas?

Mas se aceitarmos que os escritores podem (ou devem) ser corrigidos, aperfeiçoados, então por que não generalizar tal ideia às outras artes? Há no Botticelli um abraço que parece de pau, há no Masaccio uma perna torta? Emendemos o braço, emendemos a perna, pelo menos nas reproduções. Há nas “Bodas de Fígaro” algumas notas a mais (como pretendeu o imperador austríaco)? Apaguem-se as notas. Afinal, todos os grandes artistas tiveram os seus deslizes, os famosos cochiles de Homero. O nosso papel não será o de tornar perfeito o que saiu imperfeito? Ao que se diz, o grande matemático Poincaré não se ofendia quando a lavadeira o emendava nas contas.

Afirma-se, ignoro se bem, que a tradução de “A Selva”, de Ferreira de Castro, por Blaise Cendrars dá outra fluência ao romance, limpo-o de algumas imagens de mau gosto. Se assim for... Mas então se eu quiser ler (ou reler) “A Selva”, devo inclinar-me para o original ou para a tradução francesa? Devo respeitar o autor, lendo um livro menos bem escrito ou aceitar a traição de Blaise Cendrars?

Em suma: será aceitável que opte pela versão pior, apenas por ser ela a original? Ou ainda: quando leio um livro, que é que me interessa? O autor ou a obra na sua máxima perfeição? Não sabendo corrigir a “Chatreuse de Parme”, Stendhal, para seguir o conselho

de Balzac, deveria tê-lo entregue a quem escrevesse “melhor” do que ele? Passo por cima, naturalmente, de o que seja “escrever bem”.

A não ser que a “má escrita”, de Dostoievski, se inscreva na grandeza da sua obra, a não ser que nela a imperfeição contribua para a perfeição.

P.S.: Recentemente, a Margueritte Yourcenar foi criticada por ter traído a Virgínia Woolf na sua tradução das “Waves”. Mas aqui o caso é outro, é o velho problema de que toda a tradução é traição. Yourcenar não terá corrigido as frases da Virgínia Woolf, terá, isso sim, traído o espírito da autora, emprestando-lhe um cartesianismo francês alheio ao espírito duma escritora nascida na brumosa Inglaterra.

ABELAIRA, Augusto. O leitor pasmado. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 590, p.09, 26/10/1993.

DIZ TORRENTE BALLESTER, o grande romancista de “Saga/Fuga de JB”, em resposta ao entrevistador Rui Rocha: “Não sou filósofo, não me preocupa o sistema. Sou escritor”. Resposta filosófica, naturalmente — de filósofo céptico acerca dos sistemas. Mas também resposta de escritor.

Rui Rocha prossegue: “Dizia (você, Torrente Ballester) há pouco que lhe importava procurar a verdade por trás das aparências. Que mais procura, enquanto romancista?”. Primeiro a velha questão que, pelo menos desde a Grécia, preocupa os filósofos. Depois: que mais procura, além da verdade?

Resposta: “Isso (o “que mais”) tem de se procurar nos próprios romances, porque uma coisa é o propósito consciente e outra o que acontece na realidade. Muitas vezes não se faz o que se queria fazer nos livros e acaba por se fazer o que não se queria”.

Aqui, hesito acerca do “tem de se procurar”. Somos nós, leitores, que temos de procurar? É ele, autor, que tem de procurar? De qualquer modo, e porque não responde (“tem de se procurar”), concluo que não sabe que “mais” é esse. E se isso não me escandaliza (a leitura dos seus admiráveis romances só me diz respeito a mim), deixa-me, em todo o caso, perplexo. Ele não sabe o que procura ou não sabe o que encontra?

Seja como for, disse: “Muitas vezes não se faz”. Logo, faz-se algumas vezes, isto é, o romancista Torrente Ballester reconhece que algumas vezes a sua obra corresponde ao que pretendeu (ao “propósito consciente”). Mas então que procura? Pelo menos nas vezes em que não fez o que queria, o que procura não parece estar na obra realizada, mas no propósito consciente. Na obra está o que encontrou e que não era o que procurava. Direi que nos enganou? Direi que se enganou?

E qual é o seu propósito consciente, quer o realize algumas vezes, quer não? Silêncio. Porque não sabe? Porque, afinal, esse propósito não é consciente, é uma simples nuvem, um impulso indefinido? Note-se que não estou a discutir os livros, que, já o disse, considero admiráveis. Precisamente porque é um grande escritor, gostaria de saber o que o move a escrever, a minha curiosidade, neste momento, é de natureza psicológica, não estética.

Noutro passo, Torrente Ballester substitui a expressão “propósito consciente” por “programa”. “Eu tenho um programa, mas o programa escapa-me”, Nem sempre, como já vimos (a não ser que o “muitas vezes” fosse um deslize de linguagem e ele quisesse dizer “sempre”). Afirma, até, que os romances acabam “por traí-lo para consigo mesmo”. Na realidade, nós, leitores, podemos, até, concluir que ainda bem. Mas não é obra feita, insisto, que estou a discutir. Gostaria de saber, sim, em que consiste esse “programa”, que é que esta no espírito do romancista quando se decide a puxar da caneta. Porque ao dizer que tem um programa, um propósito consciente, repito, diz-nos que sabe o que quer fazer. Tanto sabe, que muitas vezes verifica que não fez. E seria interessante dar-nos uma ideia acerca desse programa para depois medirmos a distância entre o programa e a obra acabada. A não ser que explicar o programa fosse, inesperadamente, fazer o que queria fazer.

Brinco? Admitamos.

O cientista procura, julgo eu, explicar certos fenómenos até então por explicar, procura leis, procura a tal verdade escondida pelas aparências, e parte já para a explicação com uma hipótese. O “programa” de Torrente Ballester? Mas há uma diferença: o fracasso da hipótese do cientista é uma derrota, imposta pelos factos. O confessado fracasso de Ballester é, pelo menos perante os leitores, um triunfo. E o cientista procura compreender os fenómenos (compreender, isto é, inseri-los, como casos particulares, numa lei geral). Que fenómenos procura compreender o romancista?

Etc.

Para terminar, pois já estou um pouco cansado: por que escrevem romances certos homens, que talvez pudessem ser sociólogos, psicólogos, historiadores? Que procuram eles, tanto mais que não sabem dizer o que procuram (ou que, pelo menos, insinuam procurar pôr em letra de forma um propósito consciente que não sabem explicar por isso mesmo que não souberam pô-lo em letra de forma)?

Explico-me melhor: posso compreender os leitores, isto é, a necessidade de ler romances. Mas que leva certos homens a escrever romances, sobretudo se, como Torrente Ballester em “Saga/Fuga”, não se limitam a contar uma anedota?

Às vezes penso que escrevem romances por preguiça. Sem paciência para estudar a realidade (sem paciência de ser sociólogos, psicólogos ou historiadores), inventam-na. Como, porém, não se inventa a partir do nada, mas a partir da realidade, acabam, sem dar por isso, por falar dela. Quando têm génio, claro — e é o caso do romancista galego, nosso irmão.

ABELAIRA, Augusto. Prémio Nobel. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 591, p.32, 02/11/1993.

A PROPÓSITO DA ATRIBUIÇÃO do Prémio Nobel a Toni Morrison, Isabel Caldeira escreveu com estranheza, talvez mesmo com alguma Indignação: “Tenho observado que ninguém parece muito incomodado por dizer em público que nunca ouviu falar dela”. E ainda bem que ninguém diga conhecer o que não conhece. Mas compreende-se o desabafo duma estudiosa da romancista norte-americana. Como quem diz; “Que gente culta é esta?”

Pertenço ao numero dos ignorantes que, se já tinham ouvido talar de Toni Morrison, haviam-na esquecido. Que portanto nunca a leram. Mas acrescento, em minha defesa: todos os dias ou todas as semanas, os jornais e as revistas, para não me referir à publicidade, falam-nos de grandes escritores — e como poderei debruçar-me sobre todos eles? A complicação da escolha, pelo menos antes da atribuição do Prémio Nobel. Parafraçando Álvaro de Campos, direi: há tantos grandes escritores que não pode haver tantos. E daqui uma certa desconfiança. Desconfiança hoje, um dos terríveis problemas de quem sequer a par do que vai publicando por esse mundo fora. Afinal, esqueci o nome de Toni Morrison como esqueci o nome de duzentos ou trezentos outros escritores que enchem as páginas literárias. Ela é mais importante, eu deveria saber? Mas como adivinhar?

Há os conselhos dos críticos em quem confiamos. E os conselhos dos amigos, que nos dizem: “Tu deves gostar”. Provavelmente, tive a pouca sorte de esquecer o nome da Toni Morrison por ninguém, merecedor da minha confiança, me ter falado dela como mais importante do que as tais centenas de outros autores, também dados como muito importantes.

Se facilmente respondo à citada afirmação de Isabel Caldeira, já tenho mais dificuldade em responder estoutro: “E ainda não encontrei ninguém vivamente interessado em vir a ler a sua obra”.

Como? Mesmo depois do Prémio Nobel, as pessoas ficaram indiferentes? Facto gravíssimo: o mesmo sucedeu comigo.

Pode argumentar-se, e tem-se argumentado: a Academia sueca não merece crédito, deixou de fora alguns dos maiores escritores do século, trocou-nos por escritores menores. É verdade, mas não é menos verdade que também premiou muitos dos outros maiores escritores do século. Ignorou Musil e Borges, mas soube compreender Thomas Mann ou Bernard Shaw. Etc. Falar uma vez e acertar outras é humano, insuficiente para desacreditar uma instituição constituída por homens. Porque Sainte-Beuve ou Gide se enganaram acerca de Stendhal e de Proust, lançámo-los as urtigas?

Não há dúvida, fiquei indiferente. Pensando bem, nunca descobri um autor, graças ao Prémio Nobel. E se admiro numerosos escritores nobelizados, o certo é que já os admirava (possivelmente aconselhado por amigos e críticos em quem confio). Limitei-me, em tais casos, a concordar com a Academia (ou a pensar vaidosamente que ela concordara comigo). Correr, porém, as livrarias por conselho da Academia, isso nunca. Esta atitude fez-me perder alguns bons autores, admito, mas...

Mas. De entre centenas de escritores nobelizáveis, a Academia escolhe um, só pode escolher um, exclui os outros. E a convicção de que esses outros, muito provavelmente, não são piores nem melhores, paralisa-me. Obriga-me a esta pergunta: não será injusto ler os livros do premiado apenas porque a Academia só pode escolher um, não pode contemplá-los a todos? Por muito competente que a Academia sueca seja, o premiado deve a sua sorte a múltiplos acasos — ninguém pode negar isto.

E então: porque hei-de submeter-me aos acasos condicionadores da Academia sueca e não aos acasos que me condicionam a mim? Acredito que Toni Morrison é boa romancista, mas isso significa (a crer nas revistas) que não haja outros autores tão bons como ela.

Falei antes nos críticos e nos amigos merecedores da minha confiança. Directa ou indirectamente, conheço-os. E mesmo quando em Portugal é dado um prémio, logo procuro saber quem constituiu o júri. Se conheço os membros do júri e tenho confiança neles arrisco-me a ler o livro. De contrário, passo adiante.

Ora bem. Conheço os juízes do Prémio Nobel? São seguramente pessoas notáveis, com excepcional espírito crítico. Mas não os conheço. A culpa até pode ser minha, talvez devesse conhecê-los, mas não os conheço. Conhecer, apenas conheço os tais críticos e amigos em quem tenho confiança — e esses, talvez por erro deles, nunca me aconselharam a ler Toni Morrison, apenas me aconselharam a ler alguns dos tais outros que, embora não tendo recebido o Nobel, poderiam tê-lo recebido. Que talvez ainda venham a recebê-lo, que talvez nunca venham a recebê-lo.

P.S.: Subjacente a toda esta crónica está a convicção, decerto discutível, de que há hoje cem ou duzentos escritores igualmente bons, tão bons uns como os outros, todos eles, portanto, nobelizáveis. Mais: que, embora existam bons escritores, não há um, dois ou três grandes escritores, no sentido em que chamo “grandes” a um Broch, um Proust, um Joyce. Estou a pensar no Golding, já premiado e que conheço. Até gosto do “Deus das Moscas”, não levando objecções ao prémio, mas também não ficaria escandalizado se tivesse sido outro o romancista escolhido. Em resumo: na falta de grandes escritores (escritores de dimensão de Faulkner ou de Virginia Woolf), mas na presença de uma centena de escritores da estatura aproximada, é-me indiferente que o prémio seja dado a este ou àquele, continuo a entregar-me ao conselho dos tais amigos e dos críticos em quem confio. Com uma cautela, apesar de tudo: em princípio, só leio um livro dez anos depois de ter ouvido falar dele. Se ainda se falar dele.

E nisto revelo até alguma ousadia. Afinal, para ler Sófocles, tive a paciência de esperar durante dois mil e quinhentos anos.

ABELAIRA, Augusto. Das dificuldades da ironia. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 593, p.15, 16/11/1993.

HUMORISMO INVOLUNTÁRIO: há quem situe na consciência da morte a grande ruptura entre o bicho homem e os outros animais. Ao descobrir que morre, o homem terá nascido — e, caso assim seja, apetece perguntar se tal descoberta terá valido a pena (atrás dela veio a angústia). Conto uma história:

Antes de ensinar aos chimpanzés a linguagem simbólica (graças ao uso de fichas de várias cores e feitios), o primatólogo David Premack hesitou longamente: e se, depois de aprenderem a falar, subitamente desconfiados, os chimpanzés o interrogassem acerca da morte? Incapaz de mentir, teria de revelar-lhes a escandalosa verdade, mas revelá-la seria retirá-los do eterno presente em que até aí, felizes, haviam vivido. Teria esse direito? (Comigo, a preocupação seria outra: e se, ao tomarem conhecimento da morte, os chimpanzés se transformassem em homens? Com a actual explosão demográfica, com o crescente desemprego, os nossos problemas iriam agravar-se.)

Felizmente, para o famoso investigador e para os próprios chimpanzés, eles nunca o interrogaram acerca da morte. Nem acerca da morte, nem acerca de coisíssima nenhuma. Aparentemente, concluiu, a incapacidade de fazer perguntas distingue os chimpanzés do homem, perguntador incorrigível.

Distinção reveladora da superioridade humana? Tudo depende do que se entender por superioridade e, como seremos nós a defini-la sem consultar os outras partes interessadas (os animais), a questão complica-se. O homem e não o chimpanzé é que foi à Lua? Sem dúvida, mas não foi o chimpanzé que inventou os campos de extermínio ou que rega diariamente os mares com toneladas de petróleo. Posta a questão nestes termos, para que lado da balança pende a superioridade? Mas hoje, suponho, nenhuns cientistas se preocupam com tal questão, limitam-se a salientar as diferenças, embora notando que, biologicamente, a distância entre o homem e o chimpanzé não é maior do que a distância que separa o gorila do gibão. De qualquer modo, o mutante humano parece ser o mais recente dos primatas (e digo “parece ser” porque, para o biólogo Allan Wilson, são os homens que descendem dos chimpanzés e dos gorilas — hipótese que me seduz, mas não agradaria, estou certo, nem aos chimpanzés nem aos gorilas).

Por que razão forcei os meus leitores a perder tempo com estas miudezas, algo datadas? Em primeiro lugar, acerca de alguma coisa tinha de escrever. E, depois, porque, sem encontrar na minha biblioteca nenhum livro apetecível, acabei por pegar no “Traité de la Connaissance de Dieu”, de Bossuet, e, no último capítulo, ele fala da superioridade do homem.

Não seria de esperar que falasse na inferioridade do homem, mas fascinou-me a argumentação subtil: interessado, como lhe competia, em provar a existência de Deus, entendeu que a inferioridade dos animais lhe convinha. E então decretou-a.

Inferiores, os animais, porquê? Por serem manifestamente diferentes? Não (e aqui é que se revela o génio de Bossuet): precisamente por parecerem iguais. E pareceram iguais, como? Embora desprovidos de arte, de reflexão, de invenção e de liberdade, comportam-se como se possuíssem tais qualidades, tão brilhante e a maneira como actuam (como se adaptam às situações). Mas se parecem possuir tais qualidades e não as possuem, se por isso mesmo os admiramos, uma causa exterior transmitiu-lhes tal aparência, Deus, o supremo programador, diríamos hoje. Por outras palavras, Deus “criou-os com tanta arte que eles parecem agir com arte, de acordo com um princípio interno”. Assim, a nossa admiração pelo comportamento dos animais devemos transferi-la para Deus, conclui.

Por mim, independentemente da aceitação ou não de tal prova, recuso-me a transferir a admiração para Deus. Se me for dado escolher, prefiro um Deus que não estabeleça

discriminações, que trate com o mesmo amor animais e homens — e nisto, suponho, recolho a concordância de São Francisco, o São Francisco do irmão lobo. Ele não considerava os homens superiores aos animais, julgo.

Mas houve quem os considerasse inferiores? Bossuet insurge-se contra Plutarco, Celso e Montaigne, acusando-os de “procuraram desse modo uma desculpa para os seus impulsos sensuais. Elevam os animais para legitimar a sua própria baixeza e poderem viver como eles”. Acusações tremendas que me deixam perplexo.

Perplexo, porque, aparentemente, Bossuet desconheceu uma coisa chamada ironia e, neste sentido, não percebeu nada do que eles disseram.

Montaigne, vivendo num período de escandalosas guerras religiosas, ele, que seguramente considerava os homens (pelo menos, os selvagens...) superiores aos animais, limitara-se, digamos de forma sucinta, a perguntar: que absurdo é este de nos considerarmos superiores?

Mas Bossuet, ao não compreender a ironia, levantou uma perturbadora questão: por que se servem certos pensadores da ironia se ela se presta a confusões? Por que não dizem o que querem dizer de uma forma directa, por que recorrem a expressões tão pouco claras que até homens inteligentes como Bossuet não as entendem?

P. S.: Já agora, sempre direi que Bossuet, além de impenetrável à ironia, leu mal o texto de Celso. O escritor romano, cuja obra (“Discurso Verdadeiro Contra os Cristãos”), embora perdida, foi em grande parte recuperada, graças a Orígenes, seu contraditor, não afirma que os animais são superiores ou iguais aos homens. Satirizando as intermináveis disputas dos cristãos entre si, limita-se a compará-los a rãs ou formigas que discutissem acerca do pecado, da revelação divina, etc. De certo modo, glosava Xenófanos.

ABELAIRA, Augusto. Mário Dionísio: fogo generoso. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 594, p.13, 23/11/1993.

DA ESPERANÇA AO DESENCANTO? Num primeiro momento, a crença de que “escrever um livro se inseria simplesmente numa atitude militante de dádiva total: o fito era contribuir, também por esse meio e sem demora, para a transformação do mundo”. E no fim, esta conclusão: “Valeu a pena? A vida me ensina que muito pouco vale a pena, mesmo se a alma nada tem de pequena”. Mas pegar em duas frases, uma referente à partida, outra à chegada, e tentar aprisionar nelas um autor, um itinerário que se caracterizou por uma intensa problematização, tem pouco sentido.

A esperança inicial conduziu a muitos equívocos, gerados em torno do neo-realismo e do próprio Mário Dionísio, geralmente considerado o principal teórico desse movimento (e prejudicado por isso, a obra do teórico fez muitas vezes esquecer o poeta e o ficcionista). Equívocos de que os próprios neo-realistas (mais uns do que outros) foram responsáveis, no ardor das polémicas. Este, por exemplo, que apesar de todos os desmentidos persiste na boca dos seus acusadores: para os neo-realistas, a literatura seria um simples instrumento, simples panfleto ao serviço de ideais de natureza social. Um meio, não um fim.

“Atitude militante”, “contribuir para a transformação do mundo”... Estas palavras, pronunciadas pelo próprio Mário Dionísio, muitos anos depois, não confirmam as acusações? Não vou discutir se essa eventual instrumentalização da arte seria efectivamente um pecado, não vou discutir se mesmo um panfleto não pode ser literatura e da boa, não vou discutir se Giotto deverá ser excluído da arte pelo facto de “servir” a religião, etc. Limito-me a dizer que aquelas frases de Mário Dionísio, embora possam parecer legitimar a tal acusação da literatura como simples instrumento, tem um significado completamente diferente. Por estranho que pareça, o neo-realismo, com todo o seu marxismo (ou apesar do seu marxismo) participa duma velha ideia platonizante: a de que o Belo e o Bem se identificam. Deste modo, a Arte não pode ser considerada instrumento ao serviço da Justiça, Arte e Justiça se identificam. E porque Literatura e Justiça se identificam, porque o Bem e a Beleza são uma e a mesma coisa, a sociedade será transformada, uma sociedade em que, por não haver Justiça, não há Beleza.

Ilusão? Não discuto agora se é ilusão, procuro apenas desfazer um equívoco. mesmo se admito que a minha argumentação (evocando Platão!) seria, muito provavelmente, recusada pelos neo-realistas e portanto pelo próprio Mário Dionísio. Mas, no fundo, quando ele recusava a distinção forma/conteúdo não seria aquela “reminiscência” platónica que muito discretamente se fazia sentir?

Mário Dionísio amadureceu intelectualmente na década de 30, sob o choque da Revolução Russa, da Frente Popular francesa, da Guerra Civil espanhola, numa Europa em parte dominada pelo fascismo. Teremos de estranhar que reagisse como reagiu ao mundo em que vivia? Mais: teremos de condená-lo (e aos outros neo-realistas), acompanhando assim os seus actuais detratores?

A arte neo-realista (a boa e a má) foi uma resposta (uma das resposta possíveis, houve outras) à sua época, assim como as condenações actuais são uma resposta (uma das respostas possíveis) à nossa época. O tempo do neo-realismo era o tempo dos grandes ideais. O nosso, o tempo em que, numa larga medida, os ideais se esvaziaram, substituídos muitas vezes pelas ambições puramente individuais dum “salve-se quem puder” que não é céptico, mas cínico. A ser isto verdade (não sou sociólogo para propor grandes teorias explicativas) é natural que o neo-realismo seja combatido — ele tornou-se incómodo (uma das características da arte, aliás, é ser incómoda).

No fundo, o neo-realismo (as grandes obras do neo-realismo) são hoje, tantos anos depois, uma ferida aberta na nossa consciência, espinho cravado na nossa irresponsável tranquilidade. É preciso riscá-lo da face da Terra, demonstrar que não é arte, ridicularizá-lo. E quando for impossível ignorar certas obras, esconder o fogo generoso que as aquece. O fogo generoso, embora já toldado por um certo pessimismo, que aquece um dos mais importantes, dos mais inquietantes romances da moderna literatura portuguesa (talvez por isso pouco citado): “Não Há Morte nem Princípio”.

ABELAIRA, Augusto. Na morte de Fellini. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 595, p.27, 30/11/1993.

PEGO NESTA FRASE DE WOODY ALLEN, LIDA NO ENTERRO DE Fellini: “Obrigado por teres existido”. Assim mesmo, e só um grande artista poderia ter escolhido a fórmula exacta. De súbito, penso: mas Fellini poderia ter existido sem ter existido, sem que Woody Allen sentisse a obrigação de agradecer-lhe.

Poderia ter existido sem ter existido, como? Muito simples: se o cinema não existisse. Ou não, Fellini teria outras saídas para existir?

A pergunta é um tanto disparatada, o cinema existe, já existia quando Fellini nasceu.

Mas permita-se-me fazê-la de outra maneira: sem cinema, Vittorio de Sica teria existido? Escolho Vittorio de Sica precisamente por ele ser um dos meus heróis cinematográficos, um desses realizadores que souberam de forma original traduzir em imagens as ficções de que não eram autores. Ao contrário de Fellini, que, tal como Calvino (nome citado ao acaso), materializa as suas próprias ficções. Diferentemente da grande maioria dos realizadores cinematográficos. Fellini começa por ser, antes de ser quem veio a ser, ficcionista, e também Calvino por ser, antes de ser quem veio a ser: ficcionista. Depois, Calvino “escolheu” o romance para objectivar as suas ficções, Fellini “escolheu” o cinema.

Se não houvesse escrita, Calvino teria sido, de certo, um contador de histórias, mas não um romancista (autor de romances escritos). Sem cinema, Fellini teria sido, de certo, um contador de histórias, mas não um cineasta. E pergunto: dispondo apenas da escrita, Fellini teria escrito romances (e, portanto, existido) ou não teria sabido escrever romances (comparáveis em grandeza aos seus filmes)? Mereceria que Woody Allen lhe agradecesse a existência, se é que, nesse caso, o próprio Woody Allen existiria para lhe dirigir agradecimentos? E ainda: como ficcionistas, Calvino e Fellini tem a mesma estatura (e daí, talvez a de Fellini seja um pouco maior). Mas se o cinema não existisse, Fellini poderia ter exprimido a sua genialidade, tal como Calvino pôde exprimi-la por dispor da escrita?

Outra pergunta inútil ou mesmo absurda: quantos ficcionistas, no fluir da História, ficaram calados por não ser a literatura o seu modo natural de expressão, mas o cinema, ainda por descobrir? Vivendo antes do tempo (do seu tempo). Ou: alguns dos grandes ficcionistas, anteriores ao século XX foram romancistas por não disporem do cinema (tal como Bach foi cravista por não dispor do piano)? Em vez de escrever o “Pantagrue”, Rabelais tê-lo-ia filmado? Em vez de escrever tragédias, Eurípides ter-se-ia servido do cinema, como Bergmann, que, aliás, fez uma coisa e outra? A sugestão cautelosa: se a história do cinema perdeu por o cinema ser recente, a história do romance terá ganho por isso mesmo.

Regressando ao ponto de partida: ficcionista, grande ficcionista (pertencendo portanto à mesma classe de homens a que pertencem os romancistas). Fellini poderia ter existido sem cinema? Teria sabido materializar na escrita, no romance, tal como Calvino, a sua fabulosa imaginação? E como a história das invenções humanas não terminou, posso acrescentar: quantos ficcionistas, ainda hoje, não poderão exprimir-se por falta dos meios técnicos (não calculo quais) para isso?

Há na aventura cinematográfica duas histórias: a dos encenadores, alguns admiráveis, como Vittorio de Sica, e a dos ficcionistas — estes, afinal, pertencem a outra história, independente dos meios utilizados (cinema ou escrita): a dos ficcionistas. E parece-me estranho que esta outra história, a história da ficção, esteja ainda por escrever (salvo erro). Tanto quanto sei, estão publicadas histórias do cinema e histórias do romance. Mas ainda nos falta, repito, a história da ficção — essa história que, a partir do século XX, deverá colocar no mesmo saco homens como Fellini e como Calvino (Dickens, Balzac, Tolstoi, etc.), história que exclui os admiráveis Vittorio de Sica, mas não separa aqueles que afinal pertencem a um mesmo género artístico.

Enfim, toda esta conversa destinou-se a sublinhar inutilmente que acaba de morrer um dos grandes génios da ficção contemporânea.

P.S.: Pode contrapor-se: o “Milagre de Milão” não perde, não deixa de ser uma grande obra, pelo facto de Sica, ao contrário de Fellini, não ser ficcionista. Os filmes valem pelo que valem, poderíamos até ignorar tudo acerca dos seus autores, como tantas vezes acontece na história da arte. Perante as obras concretas, pouco interessa que atrás de Sica esteja Zavattini e atrás de Fellini esteja o próprio Fellini. E, a ser assim, se o que importa são as obras...

Mas talvez se pudesse dizer dos romancistas aquilo que ficou dito dos cineastas: todos eles serão ficcionistas, ou encenadores das histórias que contam? Pergunto-me se um comentador divertido não poderia objectar: “Cartuxa de Parma” não é obra de ficcionista, mas de um encenador” da vida de Alexandre Farnese (o papa Paulo III), e não deveria portanto inserir-se na tal história da ficção...

ABELAIRA, Augusto. No princípio é o verbo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 596, p.21, 07/12/1993.

FELLINI ESQUECI-ME DIZER NA MINHA ÚLTIMA crónica... Hesito um momento, antes de continuar. De que me esqueci eu de dizer? Recomeço, para recuperar a embalagem perdida com a hesitação: Fellini, esquec... Hesito, outra vez, lembrando-me de uma velha frase do Valéry, mais ou menos assim: “O difícil e encontrar a primeira palavra, encontrada ela, o resto vem por acréscimo”. Será necessariamente assim, o resto não poderá vir por decréscimo? Mas, se vier por decréscimo, então não terá sido encontrada a primeira palavra — essa palavra, e só ela, capaz desencadear o tal resto que virá por acréscimo.

Será o resto que vem após a primeira palavra, ou será a primeira palavra que vem depois de encontrado o resto, embora esse resto esteja no espírito de forma confusa e seja, talvez, apenas e ainda, uma vaga emoção à procura da clareza que só a “primeira” palavra desencadeará? De qualquer modo, primeira palavra difícil de encontrar, primeira palavra que nem sempre se encontra. Que não encontrei, pois saltei do Fellini para o Valéry, não por a palavra Fellini me conduzir a Valéry, mas, pelo contrário, por não saber continuar a frase que ela deveria desencadear.

Dito isto, colocam-se-me três opções. A primeira: pôr de parte (apagar) as considerações escritas a propósito da frase do Valéry e continuar, melhor ou pior, pela via iniciada pela palavra Fellini. A segunda: fazer o contrário (riscar a palavra Fellini e prosseguir com o Valéry). A terceira: atirar para o cesto dos papéis tudo quanto escrevi até agora e ir à procura de outra palavra, da eficaz primeira palavra (aquela que tornará consciente a nebulosa escondida no meu espírito).

Esqueci-me de uma quarta: deixar tudo como está. Mas, feita esta escolha, regressar á primeira frase: “Fellini. esqueci-me de dizer na minha última crónica,...” E claro que tropecei, fui catapultado para o Valéry; do Valéry para algumas incompletas considerações acerca da primeira palavra, se seria ela que, ele. Mas ser-me-á assim tão difícil continuar a frase? Difícil, será, mas não impossível, embora surja uma dúvida, visto poder continuá-la de muitas maneiras, bem diferentes umas das outras. E qual delas escolher? Por exemplo: - “... só por acaso tive o meu primeiro contacto com ele. Certo dia, entrei no cinema São Jorge para ver um filme acerca do qual nada sabia (acabara de se estrear): A Estrada. E então, que inesperado deslumbramento!” Ou: “... morreu com setenta e três anos. Se Verdi tivesse morrido com a mesma idade não teria composto nem o Othello, nem o Faistaff, as mais fulgurantes das suas óperas”. Ou: “... conheceu dificuldades que não se apresentam a um homem de letras. Este, mesmo se não encontra editor, pode continuar a escrever. Mas o cineasta, se não encontrar produtor?” Ou..., ou...

Sim, que continuação escolher? Qual o resto que viria, talvez, por acréscimo? Vários restos possíveis.

Hesito, de novo, acendo um cigarro — e ao acendê-lo sou assaltado por estes versos, vindos do fundo da memória:

Acendo um cigarro (...)

E saboreio no cigarro a libertação de todos os pensamentos.

Esqueço-me do Fellini, do Valéry, dos possíveis restos, e surpreendo-me a pensar: alguma vez, enquanto escrevia e acendia um cigarro, me lembrei destes versos do Álvaro de Campos? Mais: o Álvaro de Campos escreveu que acende o cigarro porque acabara de acender o cigarro, ou acendeu o cigarro depois de escrever que acende o cigarro?

Encontrei finalmente a palavra para o verdadeiro começo da minha crónica: Álvaro de Campos. E o resto que vem por acréscimo: Álvaro de Campos escreveu que acende o cigarro porque... etc. Ou, a propósito dos versos seguintes em que diz que se levanta da cadeira e vai à janela (tudo no presente do indicativo): Como podia ele escrever, se ao mesmo tempo se levantava e ia à janela?

Pano que daria para mangas.

ABELAIRA, Augusto. Stendhal quis ser Papa? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 597, p.7, 14/12/1993.

VOU FAZER CINQUENTA ANOS, SERIA tempo de me conhecer. A afirmação, escrita por Stendhal na segunda página de “Vie de Henry Brulard”, parece um tanto céptica acerca da possibilidade de conhecer-se. Não ficámos portanto surpreendidos quando, poucas linhas adiante, lemos a confissão de que nunca saberá quem foi. Em todo o caso, e embora hesitando se deverá escrever na primeira ou na terceira pessoa (acabou por escolher a primeira pessoa), sempre se decide a autobiografar-se, com a esperança de descobrir quem é, graças à escrita. Para mais (e já o dissera muitos anos atrás), só conseguia recordar-se daquilo que havia fixado no papel. Note-se, todavia, que a escolha da primeira pessoa foi ilusória — a primeira pessoa do *Henry Brulard* é a terceira pessoa de Stendhal, o “eu” da escrita é um falso eu, um “ele”.

A escrita, como instrumento de autoconhecimento, não pode considerar-se uma descoberta de Stendhal, e, pelo menos de forma consciente, já a praticara antes um dos seus mestres, Montaigne. Que eu saiba, só um grande espírito (de entre os conhecidos) não a utilizou: Sócrates (e não se deu mal com isso, diga-se de passagem). Mas não foi o desejo (por vezes inconsciente) do autoconhecimento que levou alguns homens a escrever, mesmo quando se debruçaram sobre outras vidas? É sabido e confessado; Stendhal, se alguma coisa procurou, foi conhecer-se — e também a felicidade, o outro lado do mesmo objectivo. Através da escrita, embora hesitando sobre que espécie de escrita (biografias, memórias, romances, primeira, terceira pessoa?)

Aos cinquenta anos, chegara o momento de atacar o problema frontalmente. Mas aquilo que fizera (aquilo que realmente fora a sua vida) dar-lhe-ia a resposta desejada?

Enquanto espera pela subida ao patíbulo, Julien Sorel conclui que só ele sabe o que poderia ter feito; os outros, esses, apenas sabem o que ele fez. E quem é ele?, podemos perguntar: **isso** que sabe ou **aquilo** que sabem os outros?, o que fez realmente ou o que poderia ter feito? Talvez alertado por Julien (e por Fabrice), Thibaudet observa que o **se** de “se eu tivesse concorrido à Escola Politécnica?”, “se eu fosse rico” (em Julien, se ele tivesse sido coronel, embaixador, etc.) é a célula-mãe dos romances de Stendhal.

Aparentemente, quando escreveu a “Vie de Henry Brulard”, não mediu bem as consequências da meditação de Julien Sorel (só virá a medi-las quinze anos depois). De facto, na busca de quem é, em vez de se procurar no que poderia ter feito (no que poderia ter sido), procurou-se no que fez. Daí a autobiografia, a narração duma vida que, ao fim e ao cabo e com raríssimas excepções, se concretizou numa existência toscamente burocrática, mesmo como militar da aventura napoleónica. E daí também o grande e confessado esforço para resistir à tentação “*de faire du roman*”. A verdade, a verdade objectiva, não era essa a procura? Sem perceber ainda que na tentação de romancear-se estava talvez a chave (pouco importa se ilusória) do enigma.

Tem-se dito que a “Vie de Henry Brulard” termina precisamente onde a “Chartreuse de Parme” começa: com a entrada das tropas francesas em Milão. Observação preciosa, e verdadeira em dois planos, óbvio, o primeiro. Por outro lado, Stendhal terá percebido, o entrar em Milão com o seu “Henry Brulard”, que seguira uma pista falsa: não era por escrever o seu passado real que poderia conhecer-se. Pelo contrário, teria de contar aquilo que não fizera, aquilo que poderia ter feito (se...), ou, por outras palavras, aquilo que desajaria ter feito. Para saber quem era tornava-se necessário averiguar o que desejara ser. Logo, o método adequado estava no romance — e, pondo de parte “Henry Brulard”, entrou de novo em Milão, desta vez com a “Chartreuse”.

Volto um pouco atrás: ao escrever “Henry Brulard”, ele tentou uma escrita quase automática, tão veloz que a mão fosse incapaz de acompanhar o pensamento, completamente esquecida da ortografia. Esforço inglório, claro, mas Stendhal procurou resolvê-lo: se a mão é excessivamente lenta, ditarei a “Chartreuse” com velocidade digna de ir para o *Guinness*. Umas boas centenas de páginas em cinquenta e três dias.

Quem sou eu? Aquele que não fui... E quem não fui? Fabrice. Com um pouco de conde Mosca, à mistura (e da própria Sansevrina, porque não?).

Certo (ou provável). Mas como explicar que este homem tão rico de imaginação tenha sido incapaz de sonhar autonomamente a vida desejada, a vida feliz? Faço a pergunta porque Stendhal não soube extrair de si próprio a intriga que serviria de motor ao seu romance e recorreu a um exemplo alheio, a vida de Alexandre Farnese, o Papa Paulo III. Como se sabe (ou não sabe), foi ao ler uma velha crónica (a biografia de Alexandre Farnese) que Stendhal encontrou a vida que teria gostado de viver (que gostaria de contar). *"To make of this sketch a romanzatto"*, anotou à margem da crónica. Pouco tempo depois começava (e acabava) a *"Chartreuse"*. Através da vida de Paulo III descobriu o que não fizera, tentando assim encontrar-se.

René Girard, com a tese da necessidade de mediador, não se espantaria com isto, eu espanto-me. Seria que este laico, republicano e liberal gostaria de ter sido papa, tal como, gostaria de ter vivido no Renascimento, longe dum mundo burguês, cujos conflitos se desenvolviam pobremente, segundo pensava, em tomo do dinheiro? Papa, em vez de escritor.

ABELAIRA, Augusto. Discípulo das luzes mas nem sempre?. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 598, p.05, 21/12/1993.

ANTES DE SAIR DE CASA, JÁ ATRASADO (VINTE MINUTOS, que, por serem habituais, significam afinal pontualidade, a minha particular pontualidade), ordeno à impressora que reproduza uma crónica há muito memorizada pelo computador — e são estas coisas que facilitam a vida nos dias de pouca imaginação para escrever crónicas (os progressos da civilização). Enquanto a máquina trabalha por mim e para mim, vou vestir o casaco, mas ao voltar deparam-se-me as páginas em branco. Falta de tinta? Avaria?

O dia começou mal, conluo, quase reconciliado com as velhas máquinas de escrever e, ainda mais, com as modestas canetas, os modestos lápis que nunca ou raras vezes falham. É isso: os frigoríficos, os esquentadores, os automóveis, os televisores, magníficas invenções, causadoras, ao fim e ao cabo, de grandes chatices. As delícias do bom selvagem, penso, com literária saudade.

Irritado, decido ir ao café da esquina para escrever outra crónica (virá a ser esta, se Deus Nosso Senhor quiser, mas posso já dizer que quis), meto-me no elevador, desço à rua, entro no automóvel — e rapidamente descubro que tenho um pneu em baixo. O dia continua mal, volto a pensar, e abro a mala do carro à procura do macaco, enquanto me interrogo (o vício de me interrogar a propósito de tudo e de nada): por que diabo se chamará macaco àquele precioso instrumento? Gorila, ainda poderia dar uma sugestão de força, mas macaco, simples macaco... Acabado de chegar do Brasil, continuo: os brasileiros chamar-lhe-ão macaco? As dificuldades da comunicação dentro duma língua que se diz ser a mesma. Os conselhos, à partida para o Brasil: Nunca digas rapariga, mas moça; polaca, mas polonesa: bicha, mas fila.

À procura do macaco, que não aparece. Ao usá-lo, da última vez, devo ter-me esquecido de o guardar. A velhice, a memória que me vai faltando? E contabilizo as minhas desgraças: a impressora que não funciona, o furo, a falta do macaco, a falta de memória. Não será de mais?

Subitamente, agarro-me a esta ideia: talvez estejas a sonhar (tal soma de coincidências desagradáveis é pouquíssimo provável), talvez acordes aliviado dentro de momentos, talvez isto não passe dum pesadelo A sábia máxima do filósofo chinês: serei uma borboleta que sonha ser homem, ou um homem que sonha ser borboleta? Cultura adquirida nos jornais, nunca li o filósofo chinês.

Em todo o caso, as borboletas talvez possam sonhar-se homens, mas dificilmente sonharão com impressoras avariadas e pneus furados, conluo. Há, portanto, grandes possibilidades de eu ser homem e, desperto ou a sonhar, não tenho remédio senão resolver estes problemas. Mas por que razão — se estou mergulhado num sonho — Atena, a Atena dos olhos brilhantes, não me envia, como enviou a Penépole, um emissário para me repousar? “Tu, Penépole, dormes com o coração tão angustiado! Os deuses não consentem que te aflijas....” E, caso esteja a dormir, talvez seja condição necessária para acordar e resolver os ditos problemas. Mas é bem possível que esteja acordado, acabo de trilhar um dedo, enquanto continuo à procura do macaco. A dor física. Nos pesadelos há dor física?

Ocorre-me então uma nova ideia, bem mais tranquilizadora: “Quem sabe se não estarás com sorte?, quem sabe se todas estas demoras não terão evitado um desastre, um choque de automóveis?”

Sim, quem sabe? O que não sei é a quem dirijo esta pergunta, qual o sujeito que sabe ou não sabe? E, por mais infeliz que sejas, há sempre quem seja mais infeliz que tu — reconfortantes palavras da minha avó. Agradece portanto ao Destino, escreve-o com maiúscula.

Aqui, estremeço. Quando falei na deusa Atenas era pura literatura, mas agora, ao pensar no Destino (“agradece ao Destino”), não se trata de literatura, pensei muito a sério. Pensei ou senti. Como foi possível que eu, discípulo das Luzes, que eu, com alguma formação científica, tenha pensado assim? Serei então a tal borboleta que sonha ser homem e nem sequer homem do século XX, mas um homem de há cinquenta mil anos? Porque acabo de pensar que todos estes contratemplos não resultaram de acasos

independentes uns dos outros, acabo de atribuí-los a uma entidade consciente cujo objectivo explícito é contrariar-me. Conclusão que se disfarçou habilmente numa certa lógica: as coincidências desagradáveis foram tantas que não podem ser coincidências.

Envergonho-me, eu o discípulo das Luzes. Como foi possível que me deixasse escorregar pelo abismo da irracionalidade? Serei de facto a borboleta que se sonha ser homem e homem à medida das borboletas?

“A borboleta, medida de todas as coisas”, terá dito uma borboleta chamada Protágoras.

ABELAIRA, Augusto. Títulos, acções, obrigações. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 599, p.13, 28/12/1993.

PELOS VISTOS, OS PUBLICITÁRIOS consultados pelos diferentes partidos concorrentes à Câmara de Lisboa deram o mesmo conselho (e tal coincidência parece provar a inteligência do conselho): ponham em relevo a palavra Futuro, os Lisboetas estão ávidos de Futuro. A palavra mágica. E se não, recordem-se dos cartazes que cobriram a cidade. Para a Coligação Por Lisboa, “O Futuro já começou”, para o CDS, o “O Futuro é hoje” e, quanto ao P.S.D, o olhar confiante de Macário Correia, promete-nos “Ganhar o Futuro”.

Intrigou-me, no científico conselho (no por mim fantasiado conselho) dos especialistas a desnecessidade de adjectivar o Futuro (há Futuros bons e Futuros maus, como, até por experiência, todos sabemos). Nos três casos, falou-se de um Futuro em si mesmo, ontologicamente puro — e como se nele estivesse necessariamente contida a noção de felicidade. Mas então, e ao contrário do que eu pensava, o Futuro não agita também em nós sentimentos de medo, o medo do Futuro não existe? Será verdade que o Futuro, só por si e não adjectivado, evoca paisagens paradisíacas, não evoca também o fogo do inferno? Parece que não, ao contrário do que sucedia ainda há trinta anos. Quando os propagandistas políticos de então acenavam com “os Amanhãs”, tinham o cuidado de acrescentar “que cantam”. Ainda se pensava que também havia “amanhãs que choram”, daí a necessidade da predicação. Por outras palavras, e aparentemente, o mundo moderno deu um conteúdo novo e unívoco à palavra Futuro.

Com o seu mais recente livro — “Títulos, Acções, Obrigações” — Eduarda Dionísio concorda com a afirmação de que o Futuro já começou mas dá a esse Futuro um tom pessimista, precisamente por ter (na sua perspectiva) começado. Quero dizer, começado mal. E é a história bem documentada desse mau começo. Mau começo que, em princípio, não correspondeu às grandes esperanças da Revolução de Abril (ou, talvez melhor, às grandes esperanças anteriores à Revolução de Abril). Livro que desta vez não é um romance — e pelo menos uma centena de pessoas sabe ser a Eduarda Dionísio um dos nossos mais originais romancistas. Digo “um dos” porque dizer “uma das” poderia parecer limitativo (os precalços duma linguagem masculinizada).

Livro brilhante e pessimista acerca da cultura portuguesa posterior a Abril. Como foi que, depois das esperanças numa relação nova entre as pessoas e a cultura tivéssemos chegado ao ponto em que estamos? “Títulos, Acções, Obrigações” (esteve para se chamar “Da Cultura como Animal Doméstico”) é a história minuciosa, insisto, dum grande fracasso. Por culpa (se a palavra “culpa” tem sentido) não apenas do poder político e do poder económico (eles também têm as costas largas), por culpa igualmente dos próprios criadores. Porque cedo houve sintomas “de que os produtores de objectos culturais tiveram dificuldade de encontrar um lugar preciso — que passasse pelo seu próprio trabalho intelectual ou artístico — na transformação do País e sobretudo o lugar que, de uma forma ou outra, sempre tinham sonhado que seria o seu num outro regime, numa nova ordem das coisas. Num primeiro embate, muitos deles terão tomado consciência de que os outros — o Poder em que confiavam, o Povo em que acreditavam — os dispensariam”.

Enfim o sonho de que um dia (permitam-me o exagero, se o é) de que os Quartectos de Beethoven venham a ser acessíveis a toda a gente (continuem a perdoar-me o exagero), factores de comunhão entre as pessoas, foi mais uma vez adiado. Por se tratar duma ilusão criada pelos próprios artistas? Mas também é evidente que, para os outros grandes poderes (o político e o económico) a cultura é perigosa, tem o terrível defeito de pôr as pessoas a pensar — a pensar até se os *slogans* acerca do Futuro terão algum sentido.

Minucioso, documentado, fazendo o levantamento de situações há muito esquecidas (sabiamente esquecidas), o livro reaviva a nossa memória. Ao lê-lo, vamos perguntando: onde estava eu? Por que não estive lá?

Falei atrás de pessimismo, mas, pensando bem, ullrapassei aquilo que se poderá dizer do livro. Ele não é pessimista nem optimista, mas realista na enunciação dos factos, na acumulação dos documentos. O pessimismo, afinal, estava dentro de mim — e é bem certo que optimismo e pessimismo não são palavras adequadas à descrição dos acontecimentos, são a maneira como reagimos a eles. Dizer que Eduarda Dionísio é pessimista ao fazer a história cultural dos últimos vinte anos é qualquer coisa que talvez o próprio livro desminta pelo simples facto de ter sido escrito. Pela necessidade que a autora sentiu: tomar consciência de uma realidade que foi — e é — a nossa. Se essa consciência nos conduz ao pessimismo (ou ao optimismo) é outra questão, questão pessoal. Mas onde há consciência há sempre possibilidade de remar contra a maré.

A grande dúvida que se me põe, acabada a leitura, é esta: se for verdade que os criadores artísticos e intelectuais não conseguiram encontrar o seu lugar na desejável transformação do papel da cultura, isso não poderá provar que eles não são os agentes indicados para tal objectivo? E ainda: mesmo que encontrassem esse lugar teriam força para se opor a uma história que parece obedecer ao primado da economia capitalista? Pelas próprias condições em que vivem, poderão eles deixar de se integrar num mundo em que as suas obras são obrigadas a obedecer às leis do mercado, sob pena de não existirem?

A minha pergunta estende-se ao próprio livro da Eduarda Dionísio: ele vai existir, isto é, a comunicação social vai dar-lhe existência, vai dizer ao público (aquele público que até gostaria de conhecer o livro) que ele existe ou vai ignorá-lo?

Aguardemos para ver e para tirar depois as óbvias conclusões. Mas, se o livro for ignorado pela grande imprensa e pela televisão isso até demonstrará algumas das teses de Eduarda Dionísio.

Esperemos, sem grandes ilusões, que, pelo menos, desta vez, essas teses sejam desmentidas.

ABELAIRA, Augusto. Aldeia de macacos. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 600, p.7, 04/01/1994.

NÃO É DIFÍCIL DE IMAGINAR: NESTE EXACTO MOMENTO, na longínqua Nova Zelândia, do outro lado da Terra, um jornalista, de caneta em punho, acaba de sentar-se à secretária e hesita durante alguns segundos.

Puxou de um cigarro, exactamente como eu. Mais: em outros pontos da Terra, outros jornalistas fazem igualmente os mesmos gestos, como se todos nos imitássemos uns aos outros. Seleccionam, de entre não sei quantos milhares de palavras à sua disposição nas respectivas línguas, aquelas que vão usar. Alguns escreverão talvez coisas muito semelhantes a estas por mim acabadas de escrever, como se fossem (como se fôssemos) sombras uns dos outros.

Álvaro de Campos disse, estendendo o seu olhar não somente para a Terra mas para todo o Universo:

*Em outros satélites de outros sistemas qualquer coisa como gente
Continuará fazendo coisas como versos e vivendo por baixo de
coisas
[como tabuletas,*

Sempre uma coisa defronte da outra". Etc.

Quanto aos imaginados jornalistas, atrevo-me a afirmar que se o sentido geral do que escrevem poderá ser semelhante ao meu, a matéria, propriamente dita, não será a mesma — e não citarão o Fernando Pessoa, sendo ainda mais improvável que tenham acabado de folhear a segunda edição do “Dicionário de Eça de Queirós”, o precioso livro organizado por A. Campos Matos. Que tenham lido, como eu, o artigo de Beatriz Berlim sobre Eça de Queirós e Fernando Pessoa.

Onde leio esta frase extraída de “A Cidade e as Serras”; “Os séculos rolam; e sempre imutáveis farrapos lhe (à plebe oprimida) cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão e as mulheres chorarão”. E também: “Nesse instante, outros Jacintos e outros Zés Fernandes, sentados às janelas d’outras Tormes, contemplam o céu nocturno...” E ainda: “Mas da rua aos telhados, em cada varanda, por toda a fachada, eram tabuletas encimando tabuletas, que outras tabuletas apertavam...”

Beatriz Berrini relaciona a seguir estas frases, de forma inesperada, com os versos famosos de Álvaro de Campos, salientando a insistência na palavra “tabuletas”:

*“Ele morrerá e eu morrerá.
Ele deixará a tabuleta e eu deixarei versos.
A certa altura morrerá a tabuleta também, e os versos também.
Depois de certa altura morrerá a rua onde esteve a tabuleta
E a língua em que foram escritos os versos.
Em outros satélites de outros sistemas qualquer coisa como gente
Continuará fazendo coisas como versos e vivendo por baixo de coisas
[como tabuletas,*

Sempre uma coisa defronte da outra...”

Beatriz Berrini fala em confluência de inteligências e sensibilidades, acrescentando, porém, que estamos perante “sugestões que se terão fixado na memória pessoana”. E a favor desta ideia está o facto de Pessoa conhecer obviamente “A Cidade e as Serras” e a insistência na palavra “tabuletas”. Claro.

Mas Pessoa teria precisado de ler o Eça para escrever aqueles versos, dando-lhes, aliás, um vigor que escapou ao romancista? Para falar com franqueza, nós próprios, simples mortais, teríamos precisado de ler a “Tabacaria” para pensar aquilo que o Pessoa escreveu, ou o Pessoa ter-se-á limitado a dizer de forma genial aquilo que já sabíamos, mesmo antes de o ler (já que as frases do Eça nos terão passado despercebidas e somente a prodigiosa memória de Beatriz Berrini as terá recordado)? Aquilo que o Eça disse, antes do Pessoa, não estaria já escrito sem o Eça saber? No fundo, o que um e o outro dizem não é a ilustração da realidade que ambos exprimem? Que “nesse instante, outros Jacintos, outros Zé Fernandes”, que “em outros satélites de outros sistemas qualquer coisa como gente”,

etc.? Afinal, o que ambos insinuam é que todos estamos condenados a nos repetir sem que precisemos de nos conhecer uns aos outros.

Quase de certeza, se nos déssemos ao trabalho de vasculhar a literatura anterior ao Eça, encontraríamos as mesmas ideias, tal como apostei que neste momento na Nova Zelândia um jornalista escreve mais ou menos isto que estou a escrever. Sendo finito o número de palavras existentes, também são finitas as combinações com essas palavras...

Penso no velho Huxley (o Huxley do século passado, o amigo do Darwin). Segundo ele, um macaco sentado à máquina de escrever e sem limites de tempo acabaria por compor o "Hamlet" (e afinal a Natureza, dispondo somente de quinze mil milhões de anos, acabou por criar o homem que, por sua vez, criou o Shakespeare, que, por sua vez, criou o "Hamlet").

E todos somos, até certo ponto, o macaco do Huxley. Embora menos bafejados pela sorte do que esses outros macacos chamados Shakespeare, Eça de Queirós e Fernando Pessoa. Os dois primeiros nem precisaram de máquina de escrever, nem precisaram do tiquetaque banalmente sinistro a que se referiu o último.

ABELAIRA, Augusto. A solidão de Mao. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 601, p.05, 11/01/1994.

LIBERDADE. A LIBERDADE DE EXPRESSÃO. APARENTEMENTE, um dos grandes valores ocidentais. E digo aparentemente por hesitar se tal valor o interiorizámos, de facto. Quando certos políticos, a propósito das críticas aos seus governos, falam em forças de bloqueio, não estarão, talvez, no seu foro íntimo sem dar por isso, a opor-se à liberdade? Mas essa liberdade que, pelo menos na aparência tanto prezamos, não é um valor para todas as culturas e podemos perguntar: não é um valor, porque essas culturas ainda não a conquistaram, porque nós nos adiantámos a elas ou por não ser essencial? Deixemos a resposta aos nossos bisnetos.

A propósito do centenário de Mao Tse-Tung, procurei recordar certa conversa que com ele travou André Malraux, aquando da sua visita ministerial à China. De caminho, encontro esta frase de Sun Yat-sen: “Os chineses não dão importância à liberdade porque a própria palavra que a designa foi importada recentemente”. E quando não se sentiu necessidade de criar a palavra... Mas depois de importada, depois de conhecida? A posse das palavras traz ou não à superfície sentimentos antes submersos?

Mao explica a Malraux que, numa primeira fase, “queríamos libertar os camponeses dos seus senhores; não queríamos a liberdade de palavra ou de voto mas a liberdade de sobrevivência. Restabelecer a fraternidade mais do que conquistar a liberdade”.

Via bem o problema dum China oprimida, com fome, e desconhecida da palavra liberdade. Mas, já que falo de fome, quando se considera Mao responsável pela morte violenta de muitos milhares de chineses, esquece-se que, por outro lado, são também muitos milhares os chineses que lhe devem a vida. Feitas as contas, feito o balanço, Mao mandou matar mais homens do que salvou ou salvou mais do que mandou matar? Bom problema para os guarda-livros da política.

Voltando à liberdade. A história do Ocidente prova que a liberdade (de expressão, de voto) não conduz necessariamente a fraternidade (nem à solidariedade, como hoje se diz). Mas sem ela, pelo menos ultrapassada a tal “primeira fase”, será possível alcançar a fraternidade?, tal é a questão. E Mao Tsé-Tung, o grande timoneiro, deu depois aos outros a liberdade de crítica ou, agarrado ao leme, supôs-se o único sábio, cujas verdades bíblicas ou corânicas inseriu no mármore de papel do “Livro Vermelho”?

Aquele caso, simultaneamente trágico e caricato, da campanha para extinguir os pardais (defendendo assim as colheitas) tem um sabor de autêntica parábola chinesa: se Mao, modestamente, consultasse os seus amados camponeses, decerto lhes teria ouvido que os pardais, com todos os seus malefícios, também são úteis, comem a bicharada nociva as culturas. A morte dos pardais converteu-se em ano agrícola mau, isto é, converteu-se em fome, em mais alguns milhares de mortos a descontar aos vivos. Mao não ouviu ninguém ou aqueles que poderiam tê-lo aconselhado preferiram calar-se, com medo de falar?

Entre os dignitários do regime que assistiram ao encontro de Malraux com Mao, contava-se Lio Shao-shi, então presidente da República, que nunca abriu a boca (possivelmente adivinhando já o seu destino). Mas não só ele ficou calado, os outros raramente falaram também, o que talvez explique a súbita confissão de Mao, duas vezes repetida: “Estou só”. Confissão a que acrescentou, rindo-se: “Enfim, com alguns amigos longínquos”. Antes criticara a União Soviética e todos os partidos comunistas europeus com excepção do albanês. Não sei se estaria a pensar, reconhecido, nos amigos longínquos do MRPP. Talvez em Durão Barroso.

Que significava estar só, que significava o silêncio reverente dos seus camaradas?

Falando muito por alto, estava só porque perdera o sentido da fraternidade que se traduz necessariamente pelo respeito dos discordantes. Quem discorda não é necessariamente uma “força de bloqueio”. Estava só porque o poder o corrompera (não conheço outra palavra). Estava só, mesmo se nas praças públicas, pouco tempo depois, milhares de guardas-vermelhos iriam voriá-lo religiosamente, atrasando de uma geração o progresso da China. Estava só porque muitos dos seus dogmas seriam negados (te-lo-á adivinhado) após a morte. Estava só, porque desprezara uma liberdade que os seus

perseguidos discípulos viriam a conceber depois, mas para ganhar dinheiro, não para a expressão livre das ideias e muito menos para fomentar a fraternidade.

Essa fraternidade que o Ocidente, o Ocidente dos milhões de desempregados também não conhece, apesar da liberdade de expressão.

P.S.: Mao e Estaline foram talvez uma praga para os seus povos, a União Soviética e a China. Paradoxalmente, porém, nós, os da banda de cá, temos de lhes estar reconhecidos: tamanho foi o medo que provocaram nos governantes do Ocidente que estes se sentiram obrigados a conceder aos seus povos numerosos regalias sociais.

ABELAIRA, Augusto. Baleias e homens. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 604, p.15, 01/02/1994.

QUANTOS MINUTOS, QUANTAS HORAS, QUANTOS DIAS, quantas semanas, quantos meses (se não estou a exagerar) dedicamos nós durante a nossa vida a fazer perguntas? Aqui está uma pergunta que possivelmente ninguém ainda fez (dedico parte das minhas perguntas às perguntas que possivelmente ainda ninguém fez, mas quase sempre venho a verificar que já foram feitas).

Estou agora a pensar em perguntas mais elementares: como nascem os meninos? Como se chama aquela gentil rapariga com quem nos cruzamos todos os dias a caminho do emprego? A RTP vai hoje cumprir os horários? Deus existe? Perguntas de todos os géneros, umas de resposta fácil, pelo menos se não se pretender grande profundidade (como nascem os meninos), outras de resposta difícil (Deus existe?), outras ainda de resposta impossível (a RTP cumprirá hoje os horários?). E certas respostas já são sabidas, nós é que não as sabemos e nem sabemos onde (em que livro) as encontrar. Ou nem sequer temos os conhecimentos suficientes para as compreender.

De certas respostas pode depender o nosso êxito, mesmo se não nos apaixonam. Em pleno exame, saber declinar *rosa*, *rosae*, saber que automóveis têm prioridade nos cruzamentos, ou quem conquistou a Gália. De outras, não depende êxito nenhum, mas correspondem a inquietações profundas. E destas últimas, e quanto a mim, cito a seguinte, que não soma semanas de preocupações, mas soma certamente muitas horas: por que diabo, sendo as baleias um mamífero, tendo durante milhões de anos vivido em terra firme, resolveram regressar à água, a origem delas, a origem de todos os seres vivos? Num dado momento (longo momento, claro), os seus antepassados emigraram para a terra, trocaram as guelras pelos pulmões, como ao fim e ao cabo fizeram todos os mamíferos. E depois, ao contrário de quase todos os mamíferos, arrependem-se. Sentiram-se mal por cá, mas porquê?

Pode dizer-se que o próprio homem sofre o apelo do mar e, mesmo sem falar dos ousados navegadores de antanho (de antanho, é assim que se diz a propósito deles, sobretudo se são portugueses), ainda hoje correm para ele, quando o Verão chega. Mas estas corridas para o mar são provisórias, o regresso das baleias foi definitivo, pelo menos tanto quanto hoje parece, não estamos no futuro para saber isso de certeza certa (podem vir a arrepender-se).

Abro um parêntesis; o meu interesse pelas baleias precedeu esta minha preocupação. Vem da infância, quando vivi nos Açores, e sofria ao saber que eram cruelmente perseguidas. Mais tarde, acompanhei heroicamente os pacíficos verdes na sua luta contra os monstruosos barcos baleeiros, arrisquei a vida (na televisão, obviamente). Amei, mesmo antes de ouvi-las, as belas canções que elas entoam durante meia hora e que repetem sem alterar uma nota. Extasiei-me com os comentários de Stephen Jay Gould num livro maravilhoso (“O Polegar do Panda”), disponível em língua portuguesa.

Fechado o parêntesis e voltando à vaca fria: porque desistiram da terra firme, há cerca de cinquenta milhões de anos? Precederam os Portugueses, que, segundo se diz, inventaram a saudade (ou, pelo menos, a palavra para a exprimir)? Previram, numa época em que a terra ainda estava limpa da presença do homem, que ele acabaria por nascer e

quiseram evitar tão desagradável companhia? Se isto previram, não previram que até no mar os homens iriam à procura delas. E a minha hipótese preterida foi a da saudade, ou, se quiserem, o desejo de regressar às origens, ao tempo primordial.

Mas acabo de ler a resposta, resposta bem menos sedutora. Foi descoberto no Norte do Paquistão o esqueleto duma baleia terrestre, imediatamente baptizada com o nome de *Ambuloceius Natans* (esta mania de dar nomes a tudo). Com três metros de comprimento e trezentos quilos de peso, possuía patas traseiras enormes, mas as dianteiras, pelo contrário, eram muito curtas e coladas aos ombros. Em terra, deslocavam-se dificilmente sobre a barriga, aos pequenos saltos, à semelhança dos actuais lobos-marinhos. Como possuíam maior mobilidade na água, a busca dos alimentos obrigou-as a regressar ao mar. Enfim, ao saberem que tinham cometido um erro em emigrar para a terra, reconheceram pragmaticamente o erro e resolveram emendá-lo, coisa que raramente fazemos.

Onde eu sonhara poeticamente com a saudade e a nostalgia das origens, estava apenas um trivial problema de locomoção difícil e de luta pela vida. Maldita ciência!

*P. S. Como o automóvel está a desabituar-nos de usar as pernas, prevejo que dentro de meio milhão de anos as teremos perdido (teremos perdido pelo menos os pés), assim como também perdemos a cauda. E como então já teremos gasto todo o petróleo existente na Terra e portanto já não haverá automóveis, que remédio senão regressar ao mar, onde, aliás, já não haverá baleias. De certo os nossos poetas e os nossos metafísicos (conto-me entre eles) explicarão esse regresso com o argumento da saudade, com o apelo das origens, a busca do tempo primordial. Até o dia em que a maldita ciência descobrir um esqueleto humano. Com, coisa extraordinária, pernas e pés. Como irão chamar-lhe em bom latim? De certo não *Homo Sapiens Sapiens*. Não merecemos esse nome.*

ABELAIRA, Augusto. Ler jornais. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 605, p.28, 08/02/1994.

COMPRO O JORNAL, HOJE pelo menos, estarei assim tão interessado em saber o que vai pelo mundo (aquilo que as agências e a redação do jornal entendem que devo saber acerca do mundo)? Penso que não, a minha compra do jornal foi um gesto automático, sem dar por isso, comandado pela civilização em que vivo. Em rigor, estou interessado, sim, mas por algo que não está impresso, e por isso mesmo, poderia ler-me abster de comprá-lo.

Para, em vez dele, ler o Pascal? Digo isto porque o Proust afirma algures (não sei onde, não sei mesmo se terei lido no próprio Proust ou em algum comentador, quem sabe se num jornal) que seria preferível aplicar o tempo que dedicamos aos jornais na leitura do Pascal. E se não trago comigo nem “Les Pensées” nem “Les Provinciales”, trago outro livro (trago sempre na mão um livro que na maior parte das vezes não abro, embora me reconforte taticamente, talvez o espírito também passe pelo tacto).

Na linguagem de Proust, Pascal significa livro — não qualquer livro, um bom livro (possivelmente do próprio Proust). Livro que também nos dá informações acerca do mundo. Acerca da constituição da matéria, acerca da vida na Idade Média, acerca das relações subjectivas entre os humanos. Eventualmente, acerca da sociedade em que vivemos. Mas não do dia-a-dia.

A questão não pode ser posta dilematicamente, claro: ler apenas livros ou apenas jornais, O próprio Proust também lia, pelo menos de vez em quando, jornais. E ouvia, com toda a certeza, as notícias que a governanta lhe trazia do bairro. Ao distinguir os jornais (e a governanta) dos livros, ele considera (julgo que considera) haver uma abissal diferença entre as duas realidades: os jornais falariam de acontecimentos fugazes, os livros de coisas perenes. O livro, em princípio, situar-se-ia *sub specie aeternitatis*. Optimista? Isto, muito embora, nos seus romances, ele fale precisamente de temas que não ficariam mal na secção mundana dos jornais. Com mais estilo, concedo. O tal estilo que lhes dará perenidade, pelo menos enquanto a Terra existir.

Bem vistas as coisas, e mesmo sem comprarem jornais e antes de saberem ler, os homens sempre leram jornais. Quero dizer, gostaram de saber, gostaram de ouvir “o que lia”. A única diferença consiste em que os jornais nos falam de “o que há por esse mundo fora” e os nossos avós contentavam-se com saber o que acontecia à volta deles (nem imaginavam que houvesse mundo para lá do mundo que conheciam). Nós já não fazemos com o que se passa à nossa volta queremos saber o que se passa longe e, muitas vezes, estamos mesmo mais interessados em saber o que se passa longe. Dizia o Eça, salvo erro, que os Portugueses, mais do que interessarem-se pelo que se passa em Portugal, interessam-se pelo que se passa em França (mas, a propósito das cheias da China, disse o contrário). Durante o fascismo, bem sucedeu comigo. Por outras certo: as notícias de Portugal que verdadeiramente desejava conhecer não vinham nos jornais. Assim, quando os abria, procurava logo as notícias do estrangeiro. Quando queria informar-me acerca da nossa tribo, ia ao café. Para ouvir o Manoel Mendes, o Pileteira Santos ou o Mário Soares. A revolução que forja (quase sempre apenas na forja). Manoel Mendes mais pessimista, o Piteira enigmático, o Mário Soares, optimista.

Passo os olhos pela primeira página, espécie de índice do que poderei encontrar no interior. E Portugal está lá: aquele malfadado problema dos presos das FP-25 que mais se resolve (estão a fazer greve de fome), a vitória do Benfina, a Somincor (uma empresa, presumo) que fechou o ano com prejuízos, a reunião do Comité Central do PC, os municípios que querem ser reconhecidos pela Unesco como centros históricos mundiais. Mas também se fala do 25º aniversário da morte de António Sérgio, por sinal o português que maior influência teve em mim. Com o Fernando Pessoa. Contraditório?

Acerca do resto do mundo, poderei ler que no Brasil o inquérito parlamentar acerca da corrupção ainda vai no princípio e que o caos existe nas prisões angolanas. A revolta em Chiapas, no México, a inclassificável Bósnia, artigos de opinião, ecos do terramoto de Los Angeles (não ainda o de Lisboa). Quantas horas de leitura, se ter tudo isto? Quantas páginas de Pascal ficarão por ler?

Mas aqui, hesito. É que os jornais, actualmente (refiro-me aos bons jornais) também nos fornecem, além daquilo que Proust identificava, julgo depreciativamente com os simples e fugazes acontecimentos, um pouco de Pascal. Para falar somente do diário que tenho à minha frente, ele dedica quatro páginas ao António Sérgio, morto há vinte e cinco anos — e, no sentido de Proust, Sérgio é Pascal. Quero dizer quem não compra as grandes revistas culturais, só pelos jornais pode tomar conhecimento dos tais temas perenes. Se desejamos ler uma ideia do que se passa “culturalmente” no nosso mundo, não poderemos prescindir da leitura dos bons jornais. De contrário como saber que o Derrida publicou um livro sobre o marxismo, que o Hawking escreveu um livro, em que discute o livre arbítrio, ou que foi encontrado o esqueleto duma baleia terrestre? Afinal, grande parte do nosso saber, colhemo-lo nos jornais. Proust não tinha razão, em suma.

Como não lamentar então que um primeiro-ministro possa confessar que dedica aos jornais apenas dez minutos por dia? Não sei se substitui essa leitura pelo Pascal, mas mesmo se lê Pascal é necessariamente um homem fora do mundo.

ABELAIRA, Augusto. Homens prevenidos e belas acordadas. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 606, p.25, 15/02/1994.

AS MULHERES ACABAM DE SALTAR PARA AS PRIMEIRAS páginas dos jornais. Desta vez, não para cortar fisicamente o sexo dos homens (e lembro a notícia que ocupou na imprensa mais páginas do que a guerra na Bósnia), mas para cortá-lo simbolicamente — coisa bem mais preocupante e como homem falo. Refiro-me, claro, à reunião do Parlamento Paritário que contou com a participação benévola dos senhores deputados. A convite delas (aliás, não seria um parlamento paritário sem a presença deles). Repto maldoso, traiçoeiro. como é próprio das filhas de Eva. Poderiam eles, que se dizem homens modernos que precisam dos votos das mulheres, recusar-lhes o apoio, mesmo se de má vontade? Quanto a isto, o deputado Duarte Lima disse estas judiciosas palavras, que, obviamente, faço minhas: “Era muito delicado não aderir a uma iniciativa desta natureza”.

Pudera! O melindroso desafio não poderia deixar de ser encarado com toda a masculina prudência. Na certeza, porém, de que o primeiro milho é dos pardais e de que, na história universal, nunca quem tem o poder abdicou dele, sem ser pela força. E quem se não os homens (nós, os homens) tem a força? Apetece-me parafrasear a famosa frase de Estaline a propósito do Vaticano: “De quantas divisões blindadas dispõem as mulheres?” Se não dispõem de nenhuma, o melhor é irem tratar das lidas da casa, pois gostamos de a ver arrumada.

Certo é que Isabel Barreno (ela atribui a opinião a uma amiga) ameaça-nos perigosamente: “As mulheres vão ter igualdade de direitos quando houver, em cargos de responsabilidade, tantas mulheres medíocres como homens medíocres. Hoje uma mulher para chegar a um lugar de poder tem de ser excelente. Os homens não, qualquer borra-botas consegue”. Ameaça terrível, tenho de conceder, esta da mediocridade, pois nela somos exímios.

Disporão de outras armas? Na famosa comédia de Aristófanes, Lisistrata descobre (julga descobrir) a arma eficaz para vencer os homens, sempre interessados em fazer a guerra: a cama, a recusa dos prazeres da cama. Traduzindo o grego antigo para o grego moderno, obtém-se: “Ou vocês permitem que ocupemos também os grandes centros de decisão ou não há mais cama”.

Arma de dois gumes, em todo o caso, e portanto falível.

Para ser eficaz seria necessário que as mulheres não apreciassem também os ditos prazeres, o que esta por provar.

Os homens poderão sempre retorquir: “Se vocês insistem em reivindicar os tais centros de decisão não contem mais connosco para a cama”. Num mínimo empate.

Seja como for, o perigo existe para os homens. Durante muito tempo guardámos para nós (homens burgueses, guardiões do poder) o trabalho e fizemos das mulheres seres ociosos, cujo papel social era o de valorizar o casal, vestindo-se de acordo com a última moda. Qualquer coisa como um brasão de família. Ter uma esposa ociosa, mas bem vestida, que pudesse causar inveja aos outros casais. Tal como os mandarins chineses, deixando crescer as unhas, para se ver bem que não trabalhavam. Tática, é certo, que conduziu a alguns dissabores, pelo menos a crer nos romancistas do século XIX (Balzac, Flaubert, Eça, Tolstoi), já que a ociosidade conduz ao pecado. De qualquer modo, e

esquecendo esse desagradável pormenor, os homens acabaram por cometer o imperdoável erro de lhes permitir que trocassem o ócio pelo trabalho (os homens tiveram então de fazer do automóvel, o automóvel de boa marca, o seu símbolo de grandeza). Como foi possível que não vissem a ameaça? Será que se deixaram iludir pela ganância, dado que as mulheres, ao trabalhar, traziam dinheiro para casa? Mas nesse momento começou a revolução silenciosa.

O trabalho só por si não constituía grande perigo. O perigo verdadeiro surgiu quando as mulheres (imprevidência dos homens) foram autorizadas a frequentar as universidades. Disse a frequentar? A invadi-las em hordas cerradas, mais perigosas do que as intratáveis amazonas, de tal modo que os homens em todas as faculdades ficaram em minoria. Que vai ser de nós, dentro de alguns anos?

Felizmente, ainda dispomos de alguns recursos bem demonstrativos do nosso industrioso espírito. Transcrevo estas palavras de Rosa Pedroso Lima: “Ao contrário do que acontecia há trinta anos, onde tudo se decidia no exame de admissão (à universidade), o modelo agora em vigor impõe que os candidatos a doutores comecem cedo a pensar no seu destino universitário”, isto é: têm, ainda no liceu, de trabalhar para obter boas notas, essas notas serão levadas em conta para o acesso à universidade. E isto dá vantagem às mulheres. Continuo a citação: “É um dado adquirido que as raparigas atingem mais cedo a maturidade do que os rapazes. E esta questão, pura e simplesmente biológica, pode ser um condicionalismo de relevo”.

A autora revela (em meu entender, de maneira indiscreta) que o problema está a ser sabiamente estudado por uma comissão e que o seu presidente já foi dizendo estas esclarecedoras palavras que, a mim, como homem, me tranquilizam, pelo menos a curto prazo; “O assunto deve ser abordado e a comissão terá de medir até que ponto o regime de acesso às universidades cria distorções na selecção dos candidatos”.

Distorções, distorções biológicas, distorções da natureza (reparem que a natureza é feminina), distorções, em suma, que colocam os homens (os rapazes) em manifesta desigualdade.

Ótimo! Foi descoberta a arma absoluta para nos defender. As meninas queriam aproveitar-se, traiçoeiras, da legítima necessidade de os nossos rapazes se divertirem, para tirar boas notas.

Mas desta vez não nos apanham desprevenidos. Tomámos consciência do problema, saberemos resolvê-lo. Podemos confiar na dita comissão e no seu presidente.

ABELAIRA, Augusto. Das estrelas às palavras. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 607, p.13, 22/02/1994.

SIGO UM AUTOCARRO, LEIO AO LONGE, NO ESPAÇO DEIXADO vazio entre duas cabeças, este título de jornal: “Estrela dá sinais de vida”. Não consigo ver o resto (as duas cabeças aproximaram-se carinhosamente), mas, talvez condicionado pelas últimas eleições autárquicas, promessas a cumprir ou não cumprir, atribuo àquele título uma referência à recém-eleita presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela: ela teria começado a agir.

Somente depois, já na rua, comprado o jornal, verifico que a minha interpretação era falsa. O título não visava uma pessoa, um ser vivo, o título (ó surpresa, apesar de tudo não surpreendente!) referia-se a uma estrela, uma estrela autêntica ou, melhor, uma supernova, que, consoante o jornal teve o cuidado de explicar, não é uma estrela nova, mas velha. O estertor da morte (os derradeiros momentos da SN1987A). Fenómeno raríssimo, o último observado na Europa — consulto um livro — terá sido em 1572, o primeiro, mas desta vez na China, em 1054.

Paradoxalmente (será mesmo paradoxalmente?), em vez de pensar nas estrelas, dessas que brilham nos céus, eu descera à Terra e pensara numa pessoa. “Sinais de vida”... Bem, toda a gente sabe, as estrelas não têm vida, as estrelas existiam já alguns milhares de milhões de anos antes que, num obscuro ponto do universo e nas águas revoltas do oceano, a insignificante vida tivesse nascido.

Insisto: sinais de vida (simultaneamente sinais de morte) dum ser desprovido dela, que enganadora linguagem é esta, tão enganadora que me levou a pensar em Sintra e na possível actividade dum mulher, reconhecidamente cheia de vida? Incorrecta linguagem jornalística, apetece dizer. Mas não, os cientistas, os rigorosos cientistas, constantemente, pelo menos os autores de livros de divulgação, em vez de aparecimento e de extinção, falam-nos muitas vezes de nascimento e morte. Como? Não sabem eles dizer o que querem sem apelar à nossa traçoeira imaginação? E será que, entre eles, e quando abandonam a fria (por que digo fria?) linguagem matemática, também falam nas estrelas como se fossem seres vivos? Há neles poetas envergonhados?

O termo vida aplicado a seres que não a têm. E, por outro lado, quantas vezes, a seres possuidores de vida, recorreremos à palavra estrela, numa perturbadora linguagem circular que se refere ao que é pelo que não é: as estrelas vistas como seres vivos, os seres vivos vistos como estrelas. A Sophia Loren, por exemplo. Uma estrela? Não, porque a Sophia Loren, ao contrário das verdadeiras estrelas, nasceu e morrerá (acreditamos que morrerá, trata-se dum simples probabilidade baseada no facto de que, tanto quanto sabemos, e até hoje, todos os seres vivos acabaram por morrer, ao fim de algum tempo).

Mas agora estou a pensar noutra coisa (as palavras são como as cerejas, embora seja evidente que as palavras não são como as cerejas). De qualquer modo, a palavra puxa (puxa?) palavra, e foi isso que quis dizer (embora esta explicação não fosse necessária, os leitores perceberam perfeitamente o que eu quis dizer quando afirmei que as palavras são como as cerejas). A pensar, dizia, nisto: para a mesma coisa temos muitas vezes duas espécies de palavras: as “feias” e as “decentes”. Ralhamos com os nossos filhos e netos quando eles empregam, fascinados, palavras “feias”, aprendidas nas escolas com os meninos “malcriados”, mas não sabemos explicar a razão por que são “feias”.

Consideramos umas impróprias para troca, às outras damos livre curso, como se fossem garantidas pelo oiro do Banco de Portugal. Obedecendo a esta convenção (tão absurda como a do oiro do Banco de Portugal), não vou aqui dar exemplos de palavras “feias” (conto, para tanto, com a vasta cultura dos meus leitores). Lembrarei, todavia, que copular (ou fazer amor) e fezes são palavras “decentes” e que certos sinónimos (serão efectivamente sinónimos?) são palavras “feias”, embora designando a mesma coisa. O mais estranho é que, do ponto de vista sonoro ou puramente estético, certas palavras consideradas “feias” são mais “bonitas” do que as palavras “decentes”.

Claro que a origem e a história dessas palavras talvez nos explique tais mistérios, mas mesmo assim recuso-me a perceber. A perceber até a razão por que essas palavras

acabam por influenciar o sentido daquilo que designam, dando uma tonalidade diferente as próprias coisas, transformando-se em juízos sobre elas.

P.S. Já agora, voltando atrás, falando das estrelas (as estrelas propriamente ditas), diz-nos Carl Sagan que, quando criança, “sentia” uma certa pena das estrelas, e o Fernando Pessoa afirma: “Tenho dó das estrelas”.

ABELAIRA, Augusto. Subsídios para uma nova abordagem da poesia de Camões. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 608, p.7, 01/03/1994.

SENTO-ME, PONHO NA MINHA FRENTE uma folha de papel, pego numa caneta de tinta permanente, bebo um café (aliás, estou num café), disponho-me a fumar um cigarro. Enquanto olho em volta, penso, algo perturbado: Eurípides ignorou todas estas coisas — o papel, a caneta de tinta permanente, o café, o tabaco —, Gil Vicente só conheceu o papel, Garret, mais tarde, ignorou ainda a caneta de tinta permanente (não o tabaco, mas talvez o cigarro), depois, o Pessoa, já conhecedor de tudo isso, acrescentou a máquina de escrever, Saramago o computador.

Não lamento nem o Garret, nem o Pessoa, nem o Saramago, mas como não lastimar os desgraçados Eurípides e Gil Vicente? Como se pôde durante milhares de anos escrever, direi mesmo viver, sem café e sem tabaco? É que vejo, sem grande esforço, Eurípides e Gil Vicente a passear em Atenas e Lisboa por ruas sem automóveis, sem iluminação eléctrica e até sem sacos de plástico no cílio. Mas sem café e sem tabaco, como foi possível, que maldição da natureza os perseguiu? Como puderam substituir esses doces momentos em que se bebe uma chávena de café e se fuma um cigarro, actividades que nem sempre exigem atenção, funcionam como música de fundo (da conversação, por exemplo)? Pelo vinho, já que a aguardente ainda não existia, pelo menos para Eurípides? E como não nos devem invejar se, no Além (no Inferno, certamente), puderem ver-nos! Com o incómodo sentimento de lerem nascido cedo de mais, de que deveriam ter nascido uns séculos depois.

Reflexos distraídos duma leitura inesperadamente divertida: “As Estruturas do Quotidiano”, o primeiro volume da monumental “Civilização Material, Economia e Capitalismo”, de Fernand Braudel, recentemente traduzida. Recordo o que sabia muito em superfície. E lá aprendo que o café terá aparecido na Europa apenas em 1615. Ontem, afinal. E que um certo Pietro della Valle, que já o bebera em Constantinopla, fala dele nestes termos bem esclarecedores: “Uma bebida cuja cor é negra e durante o Verão é muito refrescante ao passo que aquece muito bem no Inverno sem por isso mudar de aroma e sendo sempre a mesma bebida que se toma quente. (...) Bebe-se a grandes tragos, não durante a refeição mas depois, como uma espécie de guloseima, e aos goles, enquanto se goza a companhia dos amigos”.

Mais tarde, já em 1617, um anónimo escreverá estas judiciosas palavras: o café “seca todos os humores frios e húmidos, elimina os ventos, fortifica o fígado, alivia os hidrónicos pela sua qualidade purificadora: igualmente soberano contra a sarna e a corrupção do sangue: refresca o coração e o batimento vital deste, alivia aqueles que tem dores de estômago e que têm falta de apetite; é igualmente bom para as indisposições de cérebro frias, húmidas e pesadas. O fumo que dele sai é bom contra as defluxões dos olhos e barulhos nos ouvidos; soberano também contra a falta de ar, para constipações que ataquem o pulmão e dores do baço, para as bichas; alívio extraordinário depois de ter bebido ou comido de mais. Nada melhor para quem come muita fruta”. Um único senão, segundo outros médicos da época: é anafrodisíaco. Atenção, os meus leitores já deram por isso? A palavra “leitores”, tal como a emprego, inclui também as leitoras.

Penso, angustiado, em Camões, saboreio mais um golo de café, acendo outro cigarro. Temos então que, de certeza, Camões nunca bebeu café, nunca beneficiou das virtudes (mas não há bela sem senão) acima enunciadas. E chá? O chá surgiu na Europa somente no século XVII e podemos concluir que, pelo menos em Lisboa, o desconheceu. Mas em Macau, a sua desditosa chinesinha não lhe terá servido, com os requintados rituais da sua nação e algumas sensuais palavras, umas chavenazinhas de chá? Antes ou depois. Ou antes e depois, Camões desconhecia o café.

Se a minha alma romântica me diz que sim, a prudente razão levanta-me certas dúvidas. A saber: de regresso a Goa, seria verosímil que falasse no chá, nas virtudes do chá, ao seu amigo Garcia de Orla. Seria verosímil que o escrupuloso médico (ele até admirava os chins) procurasse esclarecer-se acerca de tal bebida. Mas não, nem uma só

vez se refere a ela nos seus exaustivos “Colóquios dos Simples e Drogas”. A prova de que Camões não conheceu o chá ou de que recalçou a lembrança dolorosa da sua amada?

Já agora, pergunto-me também: terá conhecido o chocolate (lembro que não há mais metafísica no mundo senão chocolates). Ele, o platónico (dia sim, dia não, digamos)... Enfim, talvez. Vindo do México, o chocolate chegou à Península em 1520. Certamente caro, não sei se Camões teria posses para o experimentar. Uma vez, pelo menos? Em todo o caso, não estou a ver o “nosso vate” (foi assim que me ensinaram no liceu) beber ou comer chocolate, a não ser como remédio. O chocolate tinha então a virtude — ou veio a tê-la no século XVII — de “moderar os vapores do baço”. Não consta que Camões sofresse do baço. Pelo menos não há indícios disso na sua poesia (mas também é verdade que ainda não a li com essa perspectiva, coisa que certamente farei).

Sabemos que Camões escreveu “Os Lusíadas” e sobretudo as suas mais belas poesias líricas sem o estímulo do café. Se isto não fosse uma evidencia histórica, não acreditaria, é-me extremamente difícil de conceber que possa ler escrito “Alma minha gentil que te partiste” e todos os seus mais belos versos de amor sem a ajuda do café. Mas também sem a ajuda do tabaco?

Braudel garante que em 1558, antes de o embaixador da França, o famoso Nicot, ler enviado a Catarina de Medicis o miraculoso pó, eficiente nas enxaquecas, já em Lisboa se pitava tabaco. Camões terá resistido à tentação?

Em resumo, e agora que já ninguém pensa na influência da infanta Dona Maria, proponho uma nova leitura da sua obra. Haverá nela alguma subtil referência ao tabaco? Até que ponto o tabaco, pelo menos após o regresso a Lisboa, terá influenciado a sua poesia? Convite solene aos eruditos camonianos.

P.S.: A propósito: como os médicos estão sempre a mudar de ideias acerca do que faz bem e do que faz mal, aguardo com impaciência o dia em que nos digam que o tabaco, em vez de fazer mal, faz bem (mas receio que descubram isso quando eu já tiver morrido —por causa do tabaco, obviamente).

ABELAIRA, Augusto. Memórias duma testemunha abonatória. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 610, p.06, 15/03/1994.

A PROPÓSITO DO IV CONGRESSO DOS JUÍZES PORTUGUESES, a propósito de alguns temas debatidos, escreve Eduardo Dâmaso: “Surgiu uma nova palavra no léxico da justiça portuguesa: protagonismo. Isto tem significado, sobretudo, uma assumpção literal do poder que a lei lhes (aos juízes) confere, condenando quem têm de condenar, independentemente da condição social de quem se senta no banco dos réus, conjugado com uma ascensão meteórica às câmaras de televisão e às páginas dos jornais”.

Debruço-me sobre esta afirmação inesperada: protagonismo, uma nova palavra. Consulto a minha memória, verifico com surpresa que nunca a empreguei e, mais, que só muito recentemente a ouvi ou li. Folheio os dicionários e se encontro “protagonista” (em grego, o principal actor) e “protagonizar”, não vejo ainda “protagonismo”. E tanto quanto me recordo, ela, a palavra, desde que apareceu, foi sempre empregada acerca dos juízes. Já que existe (ou que desceu do mundo virtual ao mundo real), poder-se-ia aplicar a certos políticos (o protagonismo de Pacheco Pereira ou de António Campos), mas não. E neste sentido, Eduardo Dâmaso surpreendeu-a, digamos, no momento em que aparecia ou, pelo menos, no momento em que se tomou visível (é possível que já tivesse uma vida subterrânea).

Sim, o protagonismo dos juízes. Como diz Eduardo Dâmaso, depois de citar meia dúzia de magistrados, conhece-se “o quotidiano deles, comentam-se as suas palavras, sonhos e ambições. Transformara-se em vedetas mediáticas”. E antes escrevera: “O homem do manto negro, distante, da postura autoritária, distanciado da comunidade, parece ser uma espécie em vias de extinção”. E depois: “Mas não são pacíficas estas Mutações “. Sim, fixámos os nomes desses juízes e juízas quando antes (eu, pelo menos) só sabíamos o nome do famoso juiz Caldeira — e por más razões.

Desinteresse-me do problema em discussão (as virtudes ou defeitos do citado protagonismo), procuro relembrar quais foram, desde muito jovem, os meus sentimentos acerca dos juízes. E as primeiras imagens que me ocorrem resultam de filmes, todos eles sobre grandes erros judiciais. Má iniciação à vida judicial, tanto mais que nunca mais me libertei dela. Os juízes? Homens que cometem erros, que, detentores dum poder absoluto, condenam inocentes. Sentimentos reforçados pela leitura dos jornais. Por exemplo: em Fevereiro ou Março de 1974, certo jovem foi condenado a vinte e quatro horas de prisão por se ter apresentado no tribunal em mangas de camisa, atitude considerada irrespeitosa. Alegou ser pobre, que não tinha casaco, mas isso de nada lhe valeu. O mais espantoso é que foi absolvido da acusação pela qual respondia. Quer dizer: foi condenado por algo que só pôde acontecer por ter sido injustamente levado ao tribunal.

Enfim, que homens são os juízes? Em que mãos nos arriscamos a cair?

Não se pode julgar uma classe a partir de umou de meia dúzia dos seus elementos. Claro. Mas, independentemente disso, assaltam-me certas dúvidas: como pode um homem, um simples mortal, mesmo estribado em leis rigorosas (se o são) atrever-se a julgar outros homens? Como pode um homem, um simples mortal, assumir a responsabilidade de condenar alguém a dois, dez ou vinte anos de cadeia, quando neste mundo nada é certo, tudo é duvidoso? E de que fita métrica se serve, para, por exemplo, em vez de condenar um homem a dois anos, condená-lo a três? Ele mede em anos, meses, semanas, dias, horas, minutos, segundos a diferença entre dois e três anos e o que isso representa para quem é condenado, mesmo um assassino? Como pode um simples mortal assumir uma responsabilidade só acessível a deuses? Ao aceitar ser juiz, ele não se revela imediatamente um irresponsável, alguém que, portanto, não pode ser juiz?

Não ponho em causa a necessidade do poder judicial, claro. Mas que certos homens aceitem ser juízes, eis uma dúvida que não consigo resolver (enfim, ainda bem que certos homens a resolvem).

Aliás, as minhas relações com a justiça (ou com os homens da justiça) não foram felizes, com uma única excepção. Conto esta (é certo que num tribunal político, o que retira algum valor ao exemplo): eu respondia, como testemunha abonatória, e o presidente (omito-

lhe o nome, por caridade) perguntou-me: “Jura por Deus ou pela sua honra?” Como não sou crente, respondi: “Pela minha honra”. Então, ele comentou para os colegas, em voz baixa, mas de modo a ouvi-lo: “Como se **eles** tivessem honra”.

Fui suficientemente covarde para fingir que não o ouvi e não o mandar portanto àquela parte. Ele foi suficientemente covarde para saber que eu não reagiria. Mas, já agora, note-se que o meritíssimo não disse **ele**, mas **eles**. Não me considerava um ser individual, identificava-me com o todo a que pertenciam os acusados, por sinal comunistas, isto é (para ele) homens sem honra. E como eram homens sem honra, já estavam condenados à partida. Nem valia a pena julgá-los, bastava serem comunistas.

Para que a classe não me fique com má vontade (nunca se sabe se não terei algum dia de passar pelos tribunais), passo-lhes a mão pelo pelo com esta boa referência acerca dum juiz (como ele ignorava ainda o protagonismo, eu ignoro-lhe o nome).

Julgava-se o caso das “Três Marias” e eu era testemunha duma delas. Processo absurdo, como se sabe, e que fez rir a Europa, mas a delegada do Ministério Público sentiu-se na obrigação de levar a sério o seu papel de acusadora e, num dado momento, utilizando já não sei que palavras minhas, palavras manifestamente inábeis e que até poderiam prejudicar as acusadas, obrigou-me a meter os pés pelas mãos (devia haver um curso que ensinasse as testemunhas a terem presença de espírito). Felizmente, o juiz, interrompendo a senhora, interveio para interpretar o que eu dissera de forma juridicamente favorável às acusadas.

Nesse momento, percebi (percebemos todos) que o juiz, homem inteligente, iria absolver as três Marias, embora isso desagradasse ao regime.

Mas insisto: como pode um simples mortal assumir a responsabilidade de condenar outros homens? E claro que, como sempre, a pergunta não esconde uma certa subjectividade, Eu não seria capaz de ser juiz. Eu. Mas se eu não sou capaz de ser juiz, como podem outros homens ser capazes, se não são nem melhores nem piores do que eu?

ABELAIRA, Augusto. O espectro. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 611, p.28, 22/03/1994.

FERNANDO PESSOA É, DIGAMOS, O ÚNICO grande escritor que nunca compreendi. A afirmação fará sorrir. Quero com ela dizer que compreendo todos os outros grandes escritores, o Shakespeare, o Dostoievski e por aí adiante? Quis dizer que, pelo menos, penso compreendê-los (compreendê-los à minha maneira, claro), mas não é isso o importante, o importante é que, quando os leio, nem sequer ponho essa questão, e, quando leio o Pessoa, ponho. Refiro-me, neste contexto, não tanto ao conteúdo daquilo que ele escreveu mas à pessoa deste homem chamado Pessoa. Ele fala a sério com ele próprio, ele brinca com ele próprio? Ele fala-nos a sério? Ele brinca connosco (pelo menos comigo)? Enfim, como olha para nós, leitores?

Para ser mais claro (e esta é a minha maneira de ler, não procuro estendê-la aos outros): quando leio um romance de Dostoievski, uma peça de Tchekhov, uma poesia de Cesário, limito-me a ler o que lá está (o que me parece lá estar) sem pensar que atrás daquelas palavras esteve alguém (alguém que as escreveu). Posso, ulteriormente, querer saber quem foi Dostoievski, Tchekhov ou Camões, posso até procurar ler as biografias deles (caso as haja), mas, durante a leitura das suas obras, eles estão ausentes, não os vejo fisicamente a olhar para mim. Ora, com o Pessoa, isso não acontece. Leio “As rosas amo dos jardins de Adónis”, leio “Tu, marinheiro inglês, Jim Barns meu amigo”, ou “Num meio-dia de fim da Primavera” e vejo sempre a espiar-me, a assistir à minha leitura, aquele homenzinho de óculos e de bigode que, nem sei porquê, me lembra o Charlot. A espiar-me para ver como reajo, sem que eu perceba se ironicamente ou muito a sério.

De súbito, esqueço-me do que estou a ler para o olhar. Interrogo-o (e não está em questão a genialidade do que acabo de ler): Devo levar-te a sério ou estás a jogar comigo? Se dizes “sinta quem lê”, o que te interessa é precisamente ver como eu sinto, ver como eu reajo, porque o que escreveste não tem nada que ver com o que pensas ou sentes (tu não pensas isso nem deixas de pensar), foi simplesmente um estímulo para veres como eu reajo? Diverte-te mais do que aquilo que escreves, a maneira como eu respondo ao que escreveste? E sinto o terrível desconforto de quem se vê espiado ou de quem se encontra num laboratório de psicologia experimental, sujeito a uma série de experiências: qual é a tua (neste caso, a minha) reacção perante estes estímulos? Como te comportas no labirinto em que te meti?

Digo isto mesmo da suas obras mais pungentes. Se leio “Não sou nada / Nunca serei nada / Não posso querer ser nada”, sinto-me asfiziado, mas levanto os olhos e julgo ouvir dizer: “Seu imbecil, levou a sério que eu sinto não ser nada?” Se, por acaso, me digo: “Ele sabe bem que é tudo” e não escondo uma certa ironia perante o génio que me afirmou não ser nada e levanto os olhos para ele, responde-me igualmente que sou imbecil porque está verdadeiramente está verdadeiramente desesperado com a sua nulidade. Responde-me sempre com o contrário do que acaba de escrever.

Em resumo, e insistindo, leio a “Confissão de Stavroguine” e não vejo o Dostoievski a seguir atento a minha leitura, a ver como reajo, e, por outro lado, não me pergundo se ele violou ou não a tal rapariguinha — o texto que tenho na minha frente é válido em si mesmo, dir-se-ia (quase) que nada tem que ver com o autor, os sentimentos do autor, que existe sem autor, que é um produto da natureza, um objecto natural, árvore ou pedra. Com Fernando Pessoa, ele está sempre lá a espreitar-me, como se fosse um primatólogo a observar, de caderninho em punho, os seus macacos.

Leio no penúltimo número do **JL** o texto de Ricardo Reis publicado por Teresa Sobral Cunha. Claro, Ricardo Reis é Fernando Pessoa. Fernando Pessoa, o tal homenzinho de óculos e de bigode que está a fingir ser outro e me observa, enquanto leio: “Alberto Caeiro é um dos maiores poetas do mundo, o maior, por certo, dos tempos modernos”. Levanto os olhos, vejo-o. Sim, eu até posso concordar, mas ele escreveu a sério ou está a gozar comigo? Não é nada ou é o maior poeta do mundo?

Dito de outra maneira, sinto haver entre mim e *e/e* um intimidade inexistente com os outros autores. Mesmo se essa intimidade tem qualquer coisa do jogo do gato e do rato. Com a sensação de que, algumas vezes, ele aceita ironicamente que eu seja o gato.

ABELAIRA, Augusto. Os filhos da velha Faculdade de Letras de Lisboa. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 612, p.15, 29/03/1994.

APRESSADAMENTE, E SEM QUALQUER CRITÉRIO OBJECTIVO, classifico os homens de acordo com várias perspectivas (não necessariamente consistentes entre si), as que me interessam no momento, por estas ou aquelas razões: são bons ou maus, belos ou feios, inteligentes ou estúpidos, altos ou baixos, reaccionários ou progressistas (classifico-os também em homens e mulheres, aqui provavelmente com alguma objectividade), etc. E também classifico os romances de acordo com as perspectivas que no momento me interessam: há bons e os maus, os com mais de quinhentas páginas ou com menos, os de leitura fácil e os *de* leitura difícil, os com preocupações sociais ou sem elas, etc. Hoje, por exemplo, estou a pensar na seguinte classificação: aqueles romances em que me sinto espectador distante (exterior ao romance) e aqueles em que sou actor (virtual actor), em que, desta ou daquela maneira, estou “lá dentro”. Aviso já que acerca destes últimos romances (aqueles em que estou lá dentro), ainda faço outra distinção, mas deixo isso para depois (se entretanto não me esquecer da promessa).

Os romances em que sou espectador externo; a “Madame Bovary”, por exemplo, ou “Os Maias” (se exceptuar o Ega, que, algumas vezes e porque sinto com ele alguma cumplicidade, me puxa lá para dentro). Tanto quanto sei, não me identifico com nenhuma das personagens, não me vejo a viver situações semelhantes. Sento-me num camarote e assisto aos acontecimentos com maior ou menor paixão.

Os romances em que sou actor: ou porque me concebo com alguma verosimilhança em situações semelhantes ou porque me identifico com uma ou mais personagens (e estes dois planos podem não coincidir). Não me vejo, é certo, a viver os dramas dos “Irmãos Karamazov”, mas, de algum modo, identifico-me, aqui ou ali, não apenas com um dos três irmãos (quem sabe se também com o quarto), mas com todos eles, embora contraditoriamente. E se também seria impossível viver as aventuras de Fabrice (nem sequer sei pegar numa espada ou numa pistola), gostaria de vivê-las (convento excluído).

Quando espectador exterior ao romance, “ouço”, sem participar, um contador de histórias. Como actor virtual, não “ouço” uma história, entro nela (digamos que, neste sentido, “poderia” ser eu a contá-la). Acerca das personagens da “Madame Bovary” não me interrogo: “Que faria eu, nesta ou naquela situação?”, porque eu nunca estaria naquela situação? (nunca me interessaria pela Emma Bovary). Nos “Karamazov” ou na “Chartreuse”, digo-me: “Não, eu não procederia assim, estás a fazer uma tolice”. Ou: “Eu faria assim, não hesites, avança!” julgo as personagens, nestes romances como se me julgasse a mim, faço exames de consciência, embora por interpostas personagens. No caso da “Madame Bovary” julgo as personagens como, na vida concreta, julgo os outros.

Quando disse que me identifico com as personagens, limitei indevidamente o meu modo de estar dentro dos romances. É que não me identifico apenas a mim, identifico as pessoas com quem concretamente me relaciono, isto é, estou dentro do romance porque as pessoas com quem convivo (ou convivi) também estão lá dentro.

O romance situa-se no meu mundo.

Dito isto, cumprio a promessa de aplicar a este último tipo de romances uma nova distinção — distinção que põe, de um lado, o Dostoievski, o Stendhal e praticamente todos os outros escritores e, do outro, a Fernanda (Botelho), o David (Mourão-Ferreira), o Urbano (Tavares Rodrigues) e o Orlando (da Costa).

Prevejo algum espanto da parte dos meus leitores que considerarão esta classificação absurda (e, literariamente, é). Mas, do meu particularíssimo ponto de vista, não é. Embora eu esteja dentro dos “Karamazov” e da “Chartreuse” e de tantos outros romances, o ambiente em que as personagens deles se movimentam é muito diferente daquele em que eu tenho vivido. Aliás, em grande parte dos casos, é um ambiente sem automóveis, sem telefone, sem objectos de plástico. E mesmo quando esse ambiente contém tais objectos (como acontece com os romances contemporâneos), eles situam-se geralmente na França, na Inglaterra, na Rússia, no Brasil, na Itália, etc. Mesmo se o romance português (e o mesmo me identifico com alguma personagem, como pode acontecer num romance de

Carlos de Oliveira), as personagens não frequentaram a velha Faculdade de Letras de Lisboa, não namoraram sentadas nas bordas da cisterna do claustro, não atravessaram os seus corredores azuis (dos azulejos).

E aqui está. É evidente que saí da literatura propriamente dita, é evidente que introduzi nestas considerações elementos extraliterários (mas apenas a literatura faz parte da leitura ou também as nossas experiências pessoais?).

Aqui está, disse eu. E aqui está porque fui colega daqueles citados novelistas na velha Faculdade de Letras. Convivi com eles (experiência que pouquíssimos leitores têm, obviamente), e por muito diferentes que eles sejam de mim, até nas próprias concepções do mundo (e por muito diferentes que eles sejam uns dos outros), une-nos (ou uniu-nos) a convivência num mesmo cenário, o do velho convento da Faculdade de Letras de Lisboa. Situações comuns, mesmo se vividas diferentemente, professores comuns, um tempo comum (entre a primeira e a segunda metade do século).

Eles nem falarão dessas situações comuns nos seus romances, não falarão dos corredores da velha Faculdade (as personagens podem até não a ter frequentado), mas, quer queiram quer não, ela está lá. Ela, e tudo quanto implica.

Senti isto com grande intensidade ao ler o belo romance de Orlando da Costa, "Os Netos de Norton". Embora pudesse ser, não sou nenhuma das personagens que lá aparecem (um infeliz ponta-de-lança futebolístico recorda-me porém o guarda-redes que fui), embora pudesse ter-me dado, não me dei com nenhuma daquelas personagens, embora pudesse ter assistido, não assisti a qualquer das situações ali (romanesca, ficticiamente) vividas. E todavia sinto-me lá, sinto que, embora invisível, estou lá dentro (espectador, mas não espectador externo, espectador dentro do romance e portanto personagem). Não apenas, claro, por ter vivido o tempo do romance, mas porque a arte do romancista soube meter-me lá.

ABELAIRA, Augusto. Como se sabe... **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 614, p.44, 27/04/1994.

Releio as palavras que acabo de escrever e cujo sentido é: “Como vocês, leitores sabem”, e hesito. Se há expressão que me incomode (ler ou ouvir) é precisamente esta, dita, quase sempre, a propósito de coisas que não sabemos nem temos obrigação de saber. E ainda ontem li no jornal; “Como se sabe, Stendhal viveu durante algum tempo em Itália”. Isto para explicar não sei quê. Saber-se-á? Mesmo quem tenha lido a “Chartreuse” saberá (para escrever a “Chartreuse” não era necessário ir a Itália)? A verdade é que nem todos sabem (mesmo se admito que os meus leitores sabem), e o citado articulista não tem, nem pode ter, a certeza de que saibam. Aliás, ao dizer “como se sabe, Stendhal”, etc., o que ele está a fazer é a dar-nos uma informação, precisamente por não ter a certeza de que os leitores saibam. Se tivesse a certeza de que sabem, não perderia tempo a falar nisso.

A prova é que não diz — e então teria provavelmente razão —, “Como se sabe, Stendhal é homem e não mulher” ou, escrevendo para portugueses, “Como se sabe, D. Afonso Henriques foi o nosso primeiro rei”. Não diz porque aqui ele sabe que os leitores sabem. Em suma: só se escreve “como se sabe” quando não há certeza de que se saiba.

Então por que escrever “como se sabe”, por que não dar a informação julgada necessária sem recorrer àquela introdução? Porque, especialista deformado pela sua especialidade, não lhe passa pela cabeça que não se saiba? Por delicadeza, dando a entender ao leitor que o considera pessoa culta e assim, implicitamente, ganhar a simpatia dele?

Tropecei nas primeiras palavras e perdi-me. Propusera-me dizer, sem grande originalidade, aliás, que raramente consultamos o dicionário para verificar se conhecemos o significado das palavras que habitualmente usamos. Aprendemo-las, utilizamo-las porque (nossa e a alheia) nos assegura que as empregamos correctamente. Pelo menos, até prova em contrário. Assim, nunca fui ao dicionário ver se quando aponto para certo objecto e digo “árvore” estou a falar correctamente. Obtenho o consentimento dos outros, coisa que não aconteceria se dissesse “peixe” e isso dá-me alguma confiança para continuar a dizer “árvore” e não “peixe”.

Camões: “Os cabelos angélicos trazia / Pelos ebúrneos ombros espalhados”. Versos magníficos que me fascinaram os olhos. E quem via eu? Uma mulher negra, extremamente bela. Até que um colega (andava eu ainda no liceu) me envergonhou: em vez de negra, a mulher era alva como o marfim. Dado que a palavra “ebúrnea” me parecia poética, quantas vezes a empreguei a despropósito, quantas vezes escrevi sonetos recorrendo a ela? “Aquela negra ebúrnea...” Enfim, a literatura tudo permite. As laranjas não podem ser azuis?

Passo adiante: uma amiga (por sinal, grande poetisa) confessou-me, um dia destes, que só recentemente soubera que deveria dizer “aterosclerose” em vez de “arteriosclerose”. E o mesmo acontecera comigo, devo confessar. Como tal moléstia se referia às artérias... Enfim, há já alguns anos que digo sem hesitações aterosclerose, contando bem as treze

letras, não vá inserir na palavra o pecaminoso “r”. Caso arrumado?

Não sei porquê, e depois da conversa com aquela amiga (mas nada lhe disse depois para oferecer-lhe hoje esta surpresa), consultei o dicionário, mal cheguei a casa. E que vejo? As duas formas, não sei se como coisas diferentes, se como sinónimos. De “aterosclerose” diz o meu dicionário ser uma “arteriosclerose” provocada por ateromas e da “arterisclerose” informa ser uma esclerose arterial. Será então que a aterosclerose é uma subclasse da arteriosclerose? Se for assim, dizer arteriosclerose estará sempre bem. Conflito entre médicos e o dicionarista?

A propósito dos erros que só muito tarde identificamos como erros, depois de passar pela vergonha de alguém nos corrigir, ocorre-me (porque durante muito tempo assim disse) a expressão “ovelha ranhosa” que, afinal, não será “ranhosa”, mas “ronhosa”, de ronha, sarna que afecta as ovelhas.

Mas aqui devo explicar-me: é que sempre utilizei essa expressão de modo incorrecto. Quando dizia “ovelha ranhosa” (e depois “ronhosa”) queria designar um indivíduo repugnante, desprezível, mau — e tanto a ronha como o ranho são repugnantes. Mas só agora aprendi (de acordo com o Moraes que se estriba no Amador Arraes); “Diz-se de alguém que é uma ovelha ronhosa quando ela é astuta, manhosa” — e não necessariamente repugnante, como eu pensava. Uma pessoa com ronha —, e ronha já eu sabia que quer dizer astúcia, manha, embora sem perceber porquê (não vejo qualquer relação, mesmo metafórica, entre sarna e astúcia).

Mas volto atrás. Por qualquer razão, a maior parte das pessoas diz ranhosa e não ronhosa. Ranhosa, visto pensarem em ranho mais do que em ronha. E será por o ranho ser repugnante que o sentido da primitiva expressão se modificou, tomando-se outro?

Seja como for, a partir de hoje vou dedicar-me “com mão diurna e nocturna” à leitura do dicionário, não vá, sem o saber, trocar “peixe” por “árvore” ou coisa pior. Começo pela primeira página. Aal (árvore anacardiácea com cuja casca se aromatiza o vinho). Aarónico (que diz respeito a Aarão). Por hoje basta.

ABELAIRA, Augusto. Estratégia contra a desilusão. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 615, p.45, 11/05/1994.

Procurei sempre (digamos quase sempre, digamos muitas vezes) defender-me das desilusões e, como ignorar?, o grande meio de combatê-las consiste em cortar as asas a imaginação, que e, como quem diz, às ilusões. Quem não tem ilusões previne-se contra as desilusões. Somente: impossível evitar as ilusões, a nossa imaginação foi decerto programada para lê-las. Frágil arma, mas arma apesar de tudo, arma que nos defende dum mundo hostil. Digo ilusões, digo também esperanças (por vezes confundem-se).

Mas se é difícil — e inúmeras vezes mortal — evitar as ilusões, torna-se necessário inventar a estratégia para enganá-las (ou para nos enganarmos a nos próprios) —, e durante o fascismo, e após muitos anos de desilusões, alcancei esse objectivo.

Ilusões, esperanças, desejos, permitam-me que confunda estes três prêmios. E qual era então o meu desejo fundamental? Que o fascismo acabasse. Que acabasse quando? No dia seguinte. Mas ler esperança de que acabaria no dia seguinte leva-me fatalmente à desilusão — a experiência ensinou-me que nunca acabara no dia seguinte (e o princípio da indução, mal ou bem interpretado, ensina-me que, portanto, nunca acabaria no dia seguinte). Somando as desilusões (e pondo de parte o dia 25 de Abril, a excepção que veio a destruir a lei), elas seriam trezentas e sessenta e cinco por ano, trezentas e sessenta e cinco vezes cinquenta (ou quase cinquenta) durante todo o fascismo. Por favor, façam as contas, por mim já esqueci a tábuca das multiplicações e ainda não sei utilizar o computador para tal efeito.

Objectivo; reduzir o número de desilusões, isto é, diminuir o número de ilusões anuais. Deste modo, comecei por adiar a esperança de que “no dia seguinte...” para a esperança de que “daí a um mês...” Redução de trezentas e sessenta e cinco desilusões por ano para doze — e já não era mau. Mas insuficiente. Seria possível diminuí-las de doze para uma, ter apenas uma esperança em cada doze meses?

Talvez, se no dia de Ano Novo (1 de Janeiro) adiasse para Dezembro a meta da felicidade, dizendo-me: “O fascismo cairá até 31 de Dezembro”. Já não amanhã, já não dentro de

um mês. E como somente em 31 de Dezembro me poderia considerar desiludido, o objectivo, embora modesto, de ter apenas uma desilusão por ano estava cumprido. Tão bem, que assim vivi de 1965 até 1970.

Em todo o caso, não poderia aperfeiçoar o meu sistema? Porque, devo dizer, ele não me satisfaz. E certo que podia viver sem desilusões durante os meses de Janeiro, de Fevereiro, de Março e assim por diante até o outonal Outubro. Mas — as traições da realidade! — em Novembro eu começava a inquietar-me (no fundo, a desiludir-me antes de tempo). Pessimista, interrogava-me: “Estariam criadas as condições (objectivas e subjectivas, para empregar a linguagem então corrente) necessárias à queda do fascismo dentro de três, de dois, de um mês?” Estas e outras reflexões atormentavam-me diariamente nos três últimos meses, multiplicando por noventa as desilusões ou, pelo menos, levando-me a duvidar da esperança.

Depois de profundas meditações, afinei um pouco mais a estratégia: se o segredo consistia em afastar o momento da desilusão, o ideal estaria em dizer-me “O fascismo cairá no ano 2000” e mesmo sem grande optimismo, era altamente provável que assim acontecesse pela própria “natureza” da História (uma História considerada progressista, crença por demonstrar, claro). Mas em 2000, data limite para o advento da felicidade, ainda estaria vivo? Distanciar a desejável meta, situá-la numa data em que poderia já estar morto e enterrado, eis uma fórmula inaceitável.

Então ocorreu-me esta ideia luminosa que me pacificou durante os últimos quatro anos do regime: não cairia até Dezembro. Mas cairia dentro de um ano, a partir de “hoje”. Afastando assim até o infinito a desilusão, isto é, convertendo-a em zero. Sem prescindir, todavia, da esperança.

Daqui resultou (mas não lamento) que o 25 de Abril me surpreendeu. E que, no dia anterior e de acordo com o meu sistema, afastara as esperanças para Abril de 75, um ano depois. Mas, pensando bem, também posso dizer que não me surpreendeu, já que, em Abril de 73, as situara em Abril de 74.

Tudo está bem o que acaba bem.

ABELAIRA, Augusto. A questão dos nomes. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 616, p.43, 25/05/1994.

Com prudência, o dedo indicador espetado, deslizando sobre as páginas, a língua ao canto da boca, manifestando concentração, conto o número de santos, de santas, de bem-aventurados, de bem-aventuradas dignos de registo nas minhas preciosas “Vies des Saints”, obra em dois volumes, impressa em Paris, em 1729, com a aprovação e privilégio de Luís XV. Quantos são eles? Oitocentos e vinte e seis, se fiz bem a soma. O número terá de ser actualizado, dois séculos e meio se passaram, mas não creio que de então para cá tenha crescido muito: embora existam hoje, bem vivos, mais cientistas do que em toda a História passada, não tera acontecido o mesmo com os santos. Contradições do progresso? Condições do progresso?

Bem. Mas por que folhee a vida dos santos? A responsabilidade deve atribuir-se ao *moi haissable*. Ao meu, claro. É que, desejoso de me comparar com ele, quis conhecer quais seriam os virtuosos feitos do meu santo patrono (Augusto, para quem não souber). E qual não foi o espanto ao verificar que não se registava lá nenhum santo Augusto (limitava-se a citar santo Agostinho, o famoso doutor da Igreja).

E a questão: chamaram-me Augusto precisamente por não haver santo com esse nome, terá sido isso uma manifestação de irreligiosidade ou, pelo menos, um protesto contra uma igreja considerada reaccionária?

A pergunta, à primeira vista estranha, tem algum cabimento, pelo menos se recorrer à história da minha família (até os camponeses tem história, têm avós e bisavós, por muito que custe a crer!): o meu avô paterno, sectário republicano, e que ainda viveu durante a monarquia, quis chamar Danton ao terceiro dos seus filhos. Escândalo tal que encontrou da parte do padre a recusa absoluta com os hábeis argumentos de que esse nome, importado da revolucionária França, não constava da lista dos santos. “Ah, sim? — reagiu o meu avô com subtil maldade — então há-de chamar-se Afonso!” E Afonso não irritou menos o padre, era o nome do herético Afonso Costa. Mas desta vez nada pode objectar. Afonso fora legitimado pela monarquia, os nossos reis tinham até manifestado uma

especial predilecção por esse nome, assim chamando a seis dos seus ilustre pares.

O mais curioso é que também não encontro na citada vida dos santos nenhum santo Afonso, mas adiante.

Regresso ao Augusto. Prova de irreligiosidade, já que o meu avô talvez se lembrasse do imperador romano, um pagão? A ser assim, talvez eu possa recriar a história da evolução espiritual do meu avô. Repare-se: teve seis filhos (esqueço as duas filhas cujos nomes talvez tivessem sido ternamente deixados ao critério da minha avó). O mais velho, Bento (o santo patrono da aldeia) e logo a seguir José, o pai de Nossa Senhora. Nomes santificados. Depois, Afonso, Vergílio, Júlio, Augusto. Dir-se-ia (empunho a pena de arguto historiador) que, aquando dos dois primeiros filhos, ele ainda era religioso e que só a partir do terceiro se deu a ruptura, autêntico corte epistemológico. O seu irreverente republicanismo terá nascido então. Afonso, por causa do Costa; Vergílio, por causa do poeta pagão; Júlio, por causa de César, também pagão. Augusto...

Augusto, ao que parece, significa “consagrado pelos augures”, digno de veneração. E esta homenagem aos augures... A dificuldade reside apenas nisto: o meu avô, imigrante galego, era homem de poucas letras. De qualquer modo, foi do meu tio que herdei o nome. Por estas ou aquelas razões.

E sinto-me bem, aprovo tal escolha que mais do que visar-me distingue o irmão do meu pai? Sentir-me-ia melhor se me chamasse Felisberto. Asdrúbal ou Macário? Questão de hábito, talvez: a verdade é que não me vejo com outro nome, sinto que com nome diferente não seria eu, seria outro — e que, quem me baptizou, me adivinhou.

Mas ao falar assim, ocorre-me esta ideia, quase sinistra: se em vez de homem de carne e osso com registo civil, número de identificação fiscal, cartão de eleitor e conta bancária, eu fosse personagem de romance (por um momento vejo-me personagem de papel, mas acho graça ver-me assim), o romancista ter-me-ia chamado Augusto?

A questão dos nomes. Quando me baptizaram (a mim, a personagem de carne e osso) não sabiam quem eu era (quem viria a ser), não sabiam se Augusto me assentaria bem (se é que os nomes assentam ou não assentam bem). Mas os romancistas, quando baptizam as personagens, baptizam-nas ao acaso ou com alguma intenção? E baptizam-nas antes de as conhecer ou depois? Antes, certamente. Mas, algumas vezes não se sentirão obrigados a mudar os nomes? E porquê? Estabelecem alguma misteriosa relação entre os nomes e a psicologia das personagens ou as situações que elas vivem? Dão-lhes um valor simbólico?

Falando concretamente: por que razão Tolstoi chamou Pedro ao Pedro, André ao André, Natacha à Natacha, Ana à Ana? E não André ao Pedro, Pedro ao André, Natacha à Ana e Ana à Natacha? Se houve alguma razão.

Insistindo: se eu fosse personagem de romance (e não valeria a pena sê-lo, não dou matéria para grandes intrigas romanescas), o romancista, depois de me conhecer bem, manteria o nome de Augusto, caso tivesse começado por escolhê-lo? Deixo a pergunta em suspenso (além disso, tenho de sair, combinei ir ao cinema, vou ver personagens feitas de luz).

P. S. Já de volta lembro-me agora de que Augusto, além das muitas outras coisas que poderá significar, também é um palhaço (pelo menos era, há muito já que não vou ao circo). Autor de crónicas, literato, lerei uma costela de palhaço?

ABELAIRA, Augusto. Ler, reler? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 619, p.46, 06/07/1994.

Para citar um exemplo: nunca li V. S. Naipaul que toda a gente me afirma grande romancista (certos amigos até quiseram emprestar-me romances dele, gestos que, dada a carestia dos livros, não são para desprezar). Como, porém, já me transformei num leitor desencantado, digamos assim, receio perder o meu tempo (o que será ganhá-lo?), experiência tantas vezes acontecida com outros autores muito recomendados. Receio, não por duvidar do valor dos livros (certamente bons, tenho de acreditar nas pessoas de bom-gosto) mas por não corresponderem ao que espero (mesmo se não sei se o que espero) desse estranho género literário que dá pelo nome de romance. E então, embora deseje ler um romance (e quero aproveitar um desejo que já em mim vai rareando), adio a aventura de ler V. S. Naipaul e resolvo apostar com mais segurança na releitura de obras que me tenham oferecido profundas emoções.

“Com mais segurança”, acabei de escrever. Mas essa segurança existe? Ainda recentemente reli “O Falecido Matias Pascal” e “Os Homens e os Outros”, obras que me ligam grandes recordações, e que aconteceu? Não vou dizer que os considereí maus, mas o distante deslumbramento, as antigas emoções que habitavam o meu passado de leitor, aqueles sentimentos que ainda enchiam o meu presente e faziam parte da minha felicidade... Enfim, haviam-se perdido, e li aqueles livros com indiferença, saltando numerosas páginas. Direi mesmo: apagaram-se mesmo as belas recordações sem que pudesse reavivá-las. E isto, que não era a primeira vez que acontecia, traduziu-se deste modo: ao receio de ler certos livros (modernos ou antigos, mas que desconheço) começa agora a acrescentar-se o receio das releituras.

Olho para as estantes, saltam-me à vista (não os tenho por ordem): “A Condição Humana”, “A Peste”, “Os Moedeiros Falsos”, o “Contraponto” e até o “Crime e Castigo”, a “Ana Karenina”, “O Vermelho e o Negro”, “As Ilusões Perdidas”, “O Monte dos Vendavais”, o “Judas, o Obscuro”, muitos outros... Da minha felicidade, das coisas boas que sucederam na minha vida, incluía-se a leitura destes romances. Para não “destruir” essa felicidade, para não esvaziar da minha vida esses grandes momentos de felicidade não será preferível abster-me de os reler, guardar a memória deles numa redoma? O medo assalta-me, não que ponha em dúvida o valor das obras, mas o particular efeito que causaram em mim.

Poderão objectar: “Mesmo que algumas dessas leituras te desiludam, a desilusão é de agora, não pode roubar a recordação do prazer antigo”. Falsa objecção. Se eu não tirar hoje da “Condição Humana” o prazer que retirei há quarenta anos (e mesmo depois, já reli o livro duas ou três vezes, sempre com o mesmo fascínio) ficar-me-á a sensação de que as minhas alegrias de então foram um equívoco, vítimas de traiçoeiras aparências. O que sinto hoje não-pode destruir o que ontem senti, mas actua na minha recordação, refaz o meu passado (não são apenas os historiadores — e os ditadores — que refazem o passado).

Um exemplo, exterior à literatura: suponha o leitor que conheceu há trinta anos uma mulher (suponha a leitora que conheceu há trinta anos um homem) e que durante dois dias ou dois meses esse conhecimento o encheu de felicidade, mas que, passados tempos, tudo correu mal. Poderá dizer que a experiência posterior não esbateu essa felicidade, quando recordada, quando afectada pelo que depois aconteceu? Mesmo se não perdeu a amizade por essa pessoa. E até os jubilosos dias do 25 de Abril não estão diminuídos, como recordação, pela mediocridade da história presente, mesmo se aqui e ali começa a desenhar-se uma irritação crescente e a irritação é (ou pode ser) um bom sinal?

Vem tudo isto a propósito (ou a despropósito) da recente publicação de “O Primeiro Homem”, a obra póstuma de Albert Camus. A propósito (ou a despropósito) de o nome dele andar muito falado nas revistas e de isso, obviamente, despertar em mim o desejo de reencontrar o grande escritor. Que devo fazer para ir ao encontro deste desejo? Pegar no “Primeiro Homem”, obra simplesmente esboçada, que pode desiludir-me sem que isso tenha qualquer importância? Ou reler, por exemplo “A Peste” e reaver um pouco do meu passado?

Devo acrescentar que a minha experiência com “A Peste” só teve paralelo com a deslumbrante experiência de “Os Moedeiros Falsos”. Explico: as emoções, o sentimento de

êxtase que esses dois livros provocaram em mim foram tais que, acabada a última página, regresssei imediatamente à primeira, sem o intervalo duma respiração. E para falar apenas do Camus, direi que na minha memória “A Peste” permanece como o mais belo romance francês posterior à Segunda Guerra Mundial.

Mas é precisamente isto que me amedronta. Ao escolher a releitura da “Peste” para recuperar a felicidade passada não me arrisco a destruí-la? Não será preferível manter inviolada a memória dessa leitura (ainda por cima, eu estava de cama há três meses) e optar pelo “Primeiro Homem”?

Opção cheia de perigos. Ao proceder deste modo, interiorizo a dúvida de que a releitura da “Peste” pode desiludir-me, roubando portanto à minha memória um dos grandes prazeres da minha vida. Não será então preferível correr o risco da desilusão, até porque o livro, relido, talvez não me desiluda e se não o releio, a dúvida permanece e, permanecendo, destrói infalivelmente minha recordação?

ABELAIRA, Augusto. O escritor e o público. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 620, p.45, 20/07/1994.

Da publicação dum texto (romance, ensaio, poesia, crónica de jornal) poderá concluir-se que o autor tem no pensamento, **enquanto** escreve, certo público, público que o estimula? Atrevo-me a dizer que nem sempre, embora a publicação do texto pareça responder que sim. Quem escreve, **enquanto** escreve (e mesmo sabendo que vai publicar), pode não pensar nos futuros leitores, pode escrever para si próprio ou, talvez melhor, para um público que só na sua mente existe, público imaginário que, no fundo, faz parte do texto, mas será sempre ignorado pelos leitores reais — e é pena (pergunto-me, aliás, se os autores não deveriam, em nota suplementar, traçar o retrato desse leitor imaginário para conhecimento dos leitores reais). Esta situação acontece mais provavelmente no livro (ensaio, romance, poesia) do que na crónica jornalística. Em teoria, pelo menos, num escrito jornalístico, o autor dialoga (ou pretende dialogar) com o público desse jornal (público de que tem uma ideia, embora vaga), no livro ele dialoga (ou pode dialogar) com o tal público imaginário, o público que ele inventou para ter à mão um interlocutor compreensivo.

De qualquer modo, não é este tema (esta suspeita) que me proponho desenvolver agora, enquanto escrevo. Penso nos leitores do “**JL**”, leitores de quem a tal ideia, embora vaga.

Ideia razoavelmente ajustada à realidade? Talvez. A prova é que, se eu estivesse a escrever para outro jornal, um jornal de índole diferente, não escreveria o que acabo de escrever (e o que, em seguida, escreverei). Sendo o “**JL**” uma publicação de natureza literária (para um público de “literatos”) e não de natureza desportiva ou noticiosa, de certo terá leitores a quem estas considerações mais ou menos arbitrarias poderão interessar, elas incluem-se precisamente nisso a que podemos chamar literatura (não toda a literatura, alguma). Mas somente isto está presente no meu espírito, enquanto escrevo? Questão que me assaltou por me ter proposto dissertar sobre os recentes acontecimentos na Ponte 25 de Abril. E ao começar a crónica (começo que acabei por anular) não me dei ao trabalho de descrever os citados acontecimentos. Porquê? Porque parti, distraidamente, do princípio de que os leitores do “**JL**” os conheciam, tinham lido os jornais diários, assistido a eles em directo na televisão. Então comecei: “Imaginem que no dia 14 de Julho de 1789 os franceses tinham assistido na televisão aos primeiros movimentos populares que conduziram ao assalto da Bastilha”. Desenvolvi em seguida sapientíssimas considerações sociológicas, mas, de súbito, lembrei-me: tu não estás a escrever somente para leitores portugueses, conhecedores portanto dos acontecimentos da Ponte 25 de Abril. O público do “**JL**” não é constituído apenas por portugueses — tanto quanto sei lêem-no em algumas universidades estrangeiras que possuem cursos de língua portuguesa. Assim, os eventuais romenos, húngaros, brasileiros, etc., que vão ler-te não fazem a mais pequena ideia do que se passou na Ponte 25 de Abril. Ou seja: esses leitores poderão compreender-te se lhes falares do Vasco da Gama, do Camões, do Fernando Pessoa ou do Saramago, mas acerca dos acontecimentos da Ponte 25 de Abril... E se queres dar provas da tua fulgurante argúcia sociológica terás de explicar o que se passou — e isso tornara a tua crónica muito longa. Por outras palavras, quem escreve tem de admitir, da parte dos leitores a quem se dirige, um certo saber acerca daquilo que vai expor. E esse “certo saber” é certamente ignorado por quem vive longe de Portugal, não leu os nossos jornais, não viu a nossa televisão (ou até quem não esteve presente nos próprios acontecimentos).

Concluindo, quem sabe se com alívio, vejo-me obrigado a desistir de falar nos acontecimentos da Ponte 25 de Abril — e com divertida (divertida para mim) suspeita de que criei alguma curiosidade nos leitores estrangeiros por esses desconhecidos (desconhecidos para eles) acontecimentos. Espero que se interroguem: que se terá passado lá?

Quanto aos leitores portugueses, poupei-os às banalidades que tinha para acrescentar à ideia que me fascinou enquanto assistia aos acontecimentos dá Ponte 25 de Abril: “Imaginem que no dia 14 de Julho de 1789 os franceses tinham assistido na televisão aos primeiros movimentos populares que conduziram ao assalto da Bastilha”. Mas talvez a ideia devesse ser outra: “Imaginem que os portugueses não tinham assistido na televisão aos movimentos populares na Ponte 25 de Abril”.

ABELAIRA, Augusto. Mandela, Donald Trump. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 621, p.39, 03/08/1994.

Dizia Bernard Shaw, com a sua habitual e corrosiva ironia (faz-nos hoje falta, Bernard Shaw) que os americanos obrigavam os negros a engraxar sapatos e acusavam-nos depois de só saberem engraxar sapatos (hoje, a situação modificou-se, valha a verdade). Ocorreu-me isto ao ler um artigo de Carl Bernstein, um dos famosos jornalistas do caso Watergate, publicado recentemente no “Público”, artigo bastante pessimista a recordar que no dia em que Nelson Mandela regressou ao Soweto, o “New York Times” inscreveu na primeira página com grande relevo a notícia do divórcio de Donald Trump. A referência a Nelson Mandela vinha obviamente nas páginas interiores.

Venenosamente, Carl Bernstein fala do “Triumph of the Idiot Culture”, e a pergunta natural é: como foi possível? Mas também é evidente que tal pergunta pressupõe uma certa concepção acerca daquilo que é importante (concepção discutível?).

Teria interesse consultar os jornais portugueses desse dia. Em todo o caso, se a memória não me engana (a memória ou, afinal, alguma confiança na imprensa portuguesa?), não foi isso que por cá se passou, embora se possa perguntar: não se passou por em Portugal, nesse dia, nenhum Donald Trump português se ter divorciado ou porque, apesar de tudo, os nossos jornais (ou alguns deles) têm mais bom senso do que o famoso jornal nova-iorquino?

Claro, se o “New York Times” escolheu, para a primeira página, o divórcio de Donald Trump foi por a sua direcção estar convencida (provavelmente bem) de que o público se interessa mais por Donald Trump do que pelos longínquos acontecimentos da África do Sul. Mas a questão que tantas vezes tem sido posta é esta: a responsabilidade por esses interesses do público não pertence também ao “New York Times”, à imprensa escrita, radiofónica, televisiva? A educação das curiosidades não “deverá” ser a mais fundamental das preocupações da comunicação social?

A resposta implícita que tal pergunta disfarça pode objectar-se: ela significa que certas pessoas (aquelas que levantam a questão) se supõem detentoras da sabedoria e de quais “devem ser” as “verdadeiras” curiosidades. Pressupõe que certas pessoas se sentem “sábias” e que, em última análise, propõem um certo tipo de censura (paradoxalmente em nome da democracia). Mas como ignorar que tal tese também a defendem os ditadores de direita e de esquerda? Eles escolhem a informação “importante” precisamente por se considerarem detentores duma sabedoria que escapa ao homem comum. Defendem-no das “más” inclinações e, em teoria, são pedagogos que procuram educar as curiosidades do público (afastando-os, por exemplo, da perniciosa leitura das obras de Aquilino Ribeiro, Thomas Mann ou Bulgakov). Neste sentido, Salazar, em certa entrevista concedida a um jornal canadiano, negava que houvesse censura em Portugal. Não se tratava de censura, mas de defender os portugueses das ideias perniciosas.

Pedir à imprensa que dê a notícia de Mandela na primeira página e remeta o divórcio de Donald Trump para as páginas interiores não será afinal uma atitude semelhante à dos defensores da censura? A minha convicção é que “pedir” não seria um atentado à liberdade, mas fica sempre a dúvida acerca daquilo que se entende por “pedir”. Além disso, tenho de reconhecer que há alguma ideologia em propor tal escolha, sou suspeito, portanto. Embora acrescente: será uma ideologia “má”? Ou, se quiserem: será “boa” só porque sou eu (não apenas eu, é certo) a defender uma atitude que pode ser confundida com a dos ditadores iluminados? As inevitáveis contradições da democracia e da liberdade (mas não há, suponho, sistemas que não contenham alguma contradição interna).

Que a imprensa (certa imprensa) argumente que procura responder às curiosidades do público parece-me discutível, já que ela própria modela essas curiosidades. Como a escola. Mas, bem ou mal, mesmo na mais pura das democracias, a escola não prescinde de algumas orientações. Deveremos acusá-la de ofender a liberdade por, em vez de ensinar a magia negra, a cartomancia, a astrologia, as lendas patriotinheiras, ensinar a Física, a Biologia ou a História? E até em casos mais discutíveis, por implicarem juízos altamente

subjectivos, deveremos condenar a escola quando ela obriga os alunos a ler Eça de Queirós em vez de “A Rosa do Adro”?

A escola é antidemocrática por orientar os espíritos para a ciência e, presumo, para Nelson Mandela (o que Nelson Mandela representa), a imprensa (certa imprensa) é democrática ao cultivar no público o interesse por Donald Trump e pela astrologia? Em nome da liberdade deveremos propor à escola que ponha em pé de igualdade a magia negra e a Física?

ABELAIRA, Augusto. Encontro com Octavio Paz. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 622, p.21, 17/08/1994.

O senhor José dos Reis, homem de noventa e tal anos (terá lido outras idades também, mas não possuo prova experimental, isto é apenas uma hipótese) costumava dizer quando lhe pedíamos que voltasse a contar certas histórias: “O meu relógio não repete as horas” (alusão de certo ao relógio da torre que as repetia). Mas há aqueles amigos que são relógios de repetição e que, para nosso espanto, muitas vezes contam a mesma história (até prevemos, em função do assunto da conversa, que ele vai contá-la outra vez). Esqueceram-se ou contam-na conscientemente, convencidos de que somos nós os esquecidos? Embora eu próprio me repita muitas vezes, não sei responder. Ou sei: contar de novo uma história resulta de um impulso irreprimível, é um vício, talvez a forma de saber se os amigos nos ouvem com aquela atenção que obviamente pensamos merecer.

Falei das histórias contadas de viva voz aos amigos de todos os dias. Mas quando escrevemos crónicas ainda nos lembraremos do que escrevemos dez ou vinte anos atrás? Os próprios leitores lembrar-se-ão? E acreditar que se lembram é vaidade, acreditar que escrevemos no bronze eterno. Mas há ainda outra questão: dez ou vinte anos depois, os leitores ainda serão os mesmos? Provavelmente não, e, para eles, se a história é interessante (se, pelo menos, o cronista a julga interessante), vale a pena repeti-la, ela terá o sabor de original.

Digo isto porque umas páginas dedicadas pelo “Diário de Notícias” ao Pessoa, introduzidas por um já antigo e admirável ensaio de Octavio Paz, me lembraram certo acontecimento relacionado com ele. Já a escrevi no “Jornal de Letras” ou noutra qualquer jornal? Por um lado, não me recordo, mas, pelo outro, parece-me improvável que não, precisamente por achá-la interessante. Neste caso, conto com a falta de memória dos administradores do jornal que seguramente não gostariam de pagar duas vezes a mesma mercadoria, embora empacotada, de outra maneira (mas, quando empacotada de outra maneira, esta classe de mercadoria permanece a mesma?).

Uma reunião de escritores, na antiga Jugoslávia (a actual Eslovénia) e eu, o português, o desconhecido português, senti necessidade de puxar pelos galões e dizer que também em Portugal há grandes escritores. Reacção que, em mim e no estrangeiro, não se limita à literatura. Sempre que me falam da descoberta da América pelos espanhóis, sinto-me obrigado (e não sou patriotinho) a falar da caravela, do estudo dos ventos e das correntes marítimas, da navegação astronómica, do Duarte Pacheco Pereira e do Bartolomeu Dias, insinuando que o Colombo foi um sapateiro, péssimo aluno do que por cá lhe ensinaram.

Disse eu (Fernando Pessoa ainda não tinha projecção internacional, era um desconhecido), recorrendo, medievalmente, às autoridades, essas autoridades que os portugueses de Quinhentos tinham ajudado a derrubar:

— Há em Portugal um poeta que o Picon na “História da Literatura”, da Gallimard, considera um dos quatro maiores do século. — Fez-se um incómodo silêncio, aquele céptico silêncio de quem pensa: “Ora aqui está um nacionalista parvo”, até que um húngaro, professor na universidade de Budapeste, interveio:

— Um dos maiores? — Pareceu-me ler no rosto dele um sorriso irónico, fiz-me branco e tive vontade de me meter pelo chão abaixo. Como provar cientificamente que tinha razão? Mas ele acrescentou, perante o pasmo dos outros: — o maior!

Foi a vez de me mostrar incrédulo:

— O maior? — Receei que ele pensasse no Camões, supondo-o contemporâneo.

— Sim, Fernando Pessoa.

— Como o conheceu?

Explicou: passara um ano numa universidade norte-americana onde fora colega do Octavio Paz e este dera-lhe a ler o Pessoa, não me recordo se em tradução do próprio Octavio Paz. Acrescentou para meu espanto, levando-me a lamentar que o Bela Bartok não o tenha conhecido para pô-lo em música (mas não esqueço as admiráveis canções do Lopes Graça).

— É hoje um dos poetas mais lidos na minha universidade.

Ocorreu-me: se Octavio Paz (não sei se ele já teria escrito o famoso ensaio, pelo menos eu não o conhecia) procede com todos os seus colegas desta maneira, então o Pessoa está universalmente lançado. E ainda hoje me pergunto: será ele o responsável pela presente fama do nosso poeta? A “Tabacaria” já fora traduzida pelo Pierre Hourcade, mas sem êxito, o Hourcade não tinha o peso do Octavio Paz e, nestas coisas... (Julgo saber que Ungaretti também traduzira, mas, aqui inexplicavelmente, sem o previsível êxito.)

Já agora, recordo-me de outra história, esta passada na Albânia, há muito anos. Num dado momento, disse-me um jovem poeta:

— Li certa vez numa revista de Belgrado a poesia dum português, uma das mais belas que li em toda a minha vida.

— O poeta chamava-se?

— Não me recordo.

Cheio de curiosidade, fiz uma pergunta absurda:

— De que tratava a poesia? — Pensando que nos “Moedeiros Falsos”, Édouard (o Gide?) se indignara quando certa senhora o interrogou: “De que trata o seu romance?”. E claro que os romances, como as poesias, não “tratam” de coisíssima nenhuma. O jovem poeta (quem sabe se será um grande poeta à espera do seu Octavio Paz?):

— Havia um automóvel que...

— Um Chevrolet?

— Sim, um Chevrolet.

Acabo de saber que Octavio Paz traduziu “Ao volante do Chevrolet pela estrada de Sintra” e pergunto-me: a tradução que o meu poeta leu na revista jugoslava teria sido feita a partir da tradução de Octavio Paz?

ABELAIRA, Augusto. Espírito competitivo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 70, p.39, 31/08/1994.

Quando um aluno passa o ponto a um colega, devemos lamentar a sua falta de espírito competitivo ou louvar a amizade e solidariedade que revela?" A pergunta, irónica, é de João Martins Pereira no penúltimo número do "JL". A ironia só a leitura completa do texto permite avaliar, mas o uso da expressão "espírito competitivo" dilematicamente oposto a "amizade e solidariedade" é bem um sinal revelador do tipo de sociedade em que vivemos. É que, ainda não há muitos anos, a questão a pôr seria esta: "Devemos lamentar ou louvar a amizade e solidariedade que o aluno revela?", sem qualquer referência ao "espírito competitivo". A questão colocada em termos morais e sociais. E em termos morais e sociais se discutiria se tal generosidade não implicava, afinal, uma injustiça, a recompensa imerecida do ignorante e até as possíveis consequências para uma sociedade necessitada de pessoas competentes. Simples mudança de linguagem, agora menos hipócrita ou mudança de mentalidade numa sociedade que escolheu como valor supremo, não os tradicionais valores morais e sociais (mesmo se na prática teóricos), mas a competição (que cada um cuide de si e só de si, a vida é uma selva)?

Se o acesso à universidade foi limitado a um número mais ou menos arbitrário (mas lamentável consequência da exiguidade das instalações universitárias), se exige notas muito altas e não apenas boas notas, que remédio se não ser competitivo! Cada candidato tem mesmo interesse em que os colegas sejam reprovados, o meu triunfo depende do fracasso alheio, não há lugar para bons sentimentos, espírito de ajuda. Os bons sentimentos são-me prejudiciais, tenho de precaver-me contra eles.

No meu tempo de estudante, pelo menos tanto quanto a minha experiência me diz, os bons sentimentos ainda eram possíveis e, de um modo geral, passávamos os pontos aos colegas, aproveitando as desatenções do professor. Era até um ponto de honra. E não falo como alguém que algumas vezes deu a copiar o ponto, mas também como alguém a quem os colegas sussurraram as respostas. Porque, devo confessar, também fui favorecido pela falta de "espírito competitivo" dos meus camaradas.

A paleografia, a epigrafia, a numismática e a esfragística (já nem sei, julgo que nunca soube, que é a esfragística). Entregue apenas aos meus talentos, jamais seria aprovado nessas matérias. E se não tivesse aprovado, nunca obteria a licenciatura em letras. Justiça? Injustiça?

No exame escrito de epigrafia, recordo-e bem de como as coisas se passaram. Éramos quatro na mesma carteira. A esquerda sentava-se A, o sábio. Ele passou o ponto a B, que mo passou a mim, que o passei a D. E cada cópia, viemos a verificar (o ruído da comunicação, aritmeticamente medido) significou a perda de dois valores. O sábio obteve catorze; B, doze; eu tive dez e D, oito (chumbou).

De certo foi injusta a minha passagem (e injusta a reprovação de D, se relacionada com o meu resultado). Mas pode perguntar-se: dados os meus objectivos (não me propunha a investigação histórica, mas uma certa sabedoria filosófica) seria justo, racional, exigir-me a epigrafia? Ao copiar, servindo-me da falta de "espírito competitivo" dos meus colegas, não terei restabelecido a justiça? Onde esteve o vício?, na minha desonestidade ou na exigência? Ignoro.

Ora bem. Conceda-se que fui um professor razoável, que soube abrir certas perspectivas a vinte ou trinta alunos, revelar-lhes horizontes intelectuais e artísticos que muitos deles, até por falta de ambiente familiar, desconheciam. Feita esta benévola concessão, pergunto: a falta de "espírito competitivo" dos meus colegas não terá ultrapassado a pura e individual generosidade para se tornar socialmente útil? Perdoem-me a vaidade que disfarcei sob a capa das palavras "conceda-se que fui um professor razoável", completadas com um ponto de interrogação no final da frase.

P.S. Tudo isto é muito complicado, claro. Quando professor, procurei evitar que os meus alunos copiassem. Castiguei-os até se os apanhava em transgressão e já nem sei se terei feito alguma solene prédica sobre tão indecoroso comportamento. Contradição?

ABELAIRA, Augusto. O exame de Latim. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 624, p.39, 14/09/1994.

Talvez porque as férias me recordam os exames, falei deles na última crónica, recordo-os hoje também. Tema inesgotável, como se sabe (apetece-me contar quantos exames fiz, receio que uma boa meia centena). Experiências que dominaram quase vinte anos da minha vida, cerca de um terço dela! E quando tirei a carta de condução automóvel, lá pelos trinta anos, respirei fundo. “Acabou-se!”, disse com os meus botões (essa expressão, “disse com os meus botões”, sempre me intrigou — quem a terá inventado?).

Sim, acabou-se, e jurei que nunca mais me sujeitaria a exames, nem mesmo a exames de consciência (prefiro viver em pecado mortal).

Direi que me libertei deles? Seria mentir, a natureza humana (pelo menos, a minha) é madrasta. Os exames infiltraram-se-me nos sonhos que, infelizmente, nem sempre são cor-de-rosa. Às vezes acordo subressaltado e demoro algum tempo a recuperar a realidade. Se para os gatos (conjecturas do prof. Jouvét) o pesadelo consiste em sonharem-se perseguidos pelos cães (o sonho cor-de-rosa inclui os ratos), para mim o pesadelo supremo senta-me numa cadeira em frente duma secretária atrás da qual me fuzila com palavras e olhares a senhora doutora Dona Cassilda. O exame de Latim. Professora que me chumbou (no sonho não chego a ser chumbado, mas é evidente que acabarei por ser).

Injustamente? Justissimamente. Devo até confessar que deveria ter sido reprovado logo na prova escrita que antecedeu a oral. Imagine-se que em vez de traduzir que a Dido cortara a pele dum carneiro em finíssimas tiras (conhecem a história da fundação de Cartago), escrevi que o carneiro é que cortara a Dido às fatias! Seja como for, e decerto impressionada com a minha estupidez, a Dona Cassilda recebeu-me com má cara. Má cara que endureceu ainda mais quando li, com doutoral ênfase, dois parágrafos de Cícero. “Por que não leste com naturalidade o texto, não sabes que a naturalidade é a virtude dos sábios?”, ditou ela para a eternidade. Em vez de humildemente aceitar a reprimenda, respondi, vaidoso: “Cícero deve ser lido com ar solene!” Não quis saber mais nada, mandou-me sentar.

Este chumbo justíssimo viria a influenciar profundamente a minha vida (e até teria alguma influência, embora momentânea, na dos meus leitores). Perdi o ano, isto é, fiquei um ano inteiro a fingir que estudava Latim em lugares nem sempre recomendáveis, consequência do ócio. E quando, um ano depois, me apresentei de novo a exame, continuava com a mesma inicial ignorância (manifestamente odiava o Latim). Mas, desta vez, e com um professor benévolo, fui aprovado. Teria sido excluído segura e justamente se de novo me cruzasse com a Dona Cassilda ou outra por ela. Mas também é verdade que segura e injustamente teria sido feliz, se, no primeiro exame, tivesse encontrado pela frente o professor benévolo. E, deste modo, valeu a pena ter perdido um ano que dediquei ao pecado se, afinal, para passar, não precisava de saber Latim, como veio a provar-se?

A resposta não é fácil e obriga-me a um desvio.

Explico: se a Dona Cassilda me aprovasse, eu teria entrado um ano mais cedo na Universidade, verosimilmente terminaria o curso um ano antes. Mas então, muito provavelmente, não seria destacado para o liceu onde vim a ser professor, mas para outro liceu. Como foi lá que encontrei a mulher com quem casei, a minha filha não teria nascido (nem ela, nem os meus netos, bisnetos, etc.).

Foi bom que isto acontecesse? A minha filha dirá se, por ter nascido, se sente satisfeita. É claro que se eu fosse colocado noutra liceu teria casado com outra mulher, a minha filha seria outra (talvez um filho). A pergunta a essa filha (ou filho) por nascer terá de ser esta: “Está s satisfeita (ou está s satisfeito) por não existir?” aguardo a resposta.

Mesmo desprezando estas sábias considerações, não há dúvida de que sem a reprovação da Dona Cassilda não escreveria esta crónica, os leitores não estariam a lê-la. Assim, a decisão da Dona Cassilda não influenciou somente o meu destino, o da filha que nasceu e o da filha que não nasceu, alterou também, mesmo se momentaneamente, o destino dos meus leitores. Esta crónica (admitindo que também escreveria crónicas) seria outra, não somaria o mesmo número de palavras e — já nem falo do conteúdo — demoraria

mais ou menos tempo a ler. Se demorasse menos, os leitores ocupariam o tempo que assim sobrava fazendo outra coisa. Se demorasse mais, não fariam essa outra coisa.

Digo bem?

ABELAIRA, Augusto. Viver no século XX. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 626, p.40, 12/10/1994.

Não me queixo de ter nascido neste século, mesmo se não estou seguro de que ao viver nele sou mais feliz do que se tivesse nascido noutra — pelo menos se nesse outro a minha posição social fosse, em relação à de hoje, semelhante. Acrescentei o “pelo menos” para esclarecer que me vejo dificilmente feliz como escravo na Atenas do século V a.C., mas não me vejo mais feliz se, fosse hoje emigrante na Alemanha ou habitasse um bairro de lata lisboeta.

Evito portanto o problema da felicidade, pois admito que poderia ser mais feliz em Atenas ou mesmo na antiquíssima Suméria, se... Em Atenas, por exemplo, se pertencesse ao círculo dos amigos de Péricles, convivesse com Anaxágoras, Fídias e Sófocles (e não me apaixonasse pela Aspásia, isso trazer-me-ia complicações). Ao admitir que poderia ser mais feliz em Atenas, esta implícito que teria a prudência de não afirmar que o Sol é maior do que o Peloponeso. Mas durante o salazarismo não calei coisas bem mais evidentes? E ainda na semana passada paguei a portagem na Ponte 25 de Abril para evitar maçadas, até a possível chamada aos tribunais. Não deveria ter pago, permiti assim que alguns demagogos governamentais confundissem (fingissem confundir) “pagamento” com “desaprovação dos protestos”. Imperdoável, da minha parte, mas o horror das chatices pode muito — e é aproveitado pelos governos autoritários, mesmo se produzidos pela democracia, mas sem espírito democrático. Valha a verdade, Mário Soares, à sua maneira, não pagou, não teve receio das chatices.

Não me queixo de ter nascido neste século, mas, insisto, gozando das facilidades, ainda que relativas, que a minha situação me proporciona. Porque se tivesse nascido neste século e fosse judeu (e algum sangue de cristão novo terei), se tivesse nascido na Alemanha de Hitler... Bem, a ter-me acontecido esse percalço, provavelmente não estaria hoje a escrever esta crónica (mas daqui não se conclua que penso ser o nosso século mais cruel do que os anteriores, o que acontece é que hoje estamos mais bem informados acerca do que se passa pelo mundo fora). E mesmo nascido na democrática Inglaterra teria escapado são e salvo aos bombardamentos da aviação nazi?

Pensando bem, devo acrescentar a minha primeira frase (“Não me queixo de ter nascido neste século”) o seguinte: e em Portugal. Apesar das humilhações do salazarismo e, mesmo hoje, de ser governado por medíocres.

Excluo, pois, das minhas considerações o problema da felicidade. É possível que a nossa bisavó Lucy vivesse mais feliz do que eu. Mas não tinha frigorífico, não tinha automóvel, não tinha esquentador e nem sequer máquina de escrever (mas também é verdade que, não sabendo escrever, não precisava dela). É possível, repito, que fosse mais feliz, amada por um gentil australopiteco, mesmo se ainda desconhecia a futura poesia provençal, o Petrarca e o Camões. Embora, a propósito dela, Lucy talvez se possa dizer o que o Pessoa disse do gato que (não) viu a brincar na rua: “Invejo a sorte que é tua / Porque nem sorte se chama.” E, salvo erro, a Lucy não conhecia ainda a palavra “felicidade”. Poder-se-á ser feliz sem conhecer a palavra “felicidade”?

Cheguei ao ponto: não me concebo sem esquentador, sem fricorífico, sem automóvel sem isqueiro, sem... Não me concebo, mas até já me concebi (se esta afirmação tem sentido). Recordo-me dos tempos em que estava sempre a comprar caixas de fósforos e dos tempos em que, sem esquentador, a água do banho, numa grande panela, era aquecida num fogão a lenha ou na lareira. E era pesadíssima, difícilíssima de transportar! Mas como ignorava o esquentador não lhe sentia a falta. Suponho que o Péricles também não lhe sentiu a falta. Nem a falta do frigorífico e do isqueiro. Julgo que o automóvel dele não tinha nem rádio (sentiria a falta da música de Ravel?) nem telefone (a falta dos telefonemas da Aspácia ou aborrecido por ela poder seguir-lhe sempre os passos?).

Sim, não me concebo hoje sem frigorífico, sem automóvel, sem... com isto não ignoro que o frigorífico e o automóvel se avariam por vezes e que, ao existirem, são também fontes

de grandes chatices. Não há bela sem senão. Chatices momentâneas, em todo o caso. Que nos saem dos bolsos (a “Pró Teste” acaba de nos dar alguns preciosos esclarecimentos).

Podem objectar-me: “Não te queixas de nascido neste século, mas talvez devesse queixar-te. Se nascesses no século XXI ou XXII terias coisas que nem adivinhas e poderias passar uns fins-de-semana na Lua. Não te dói saber isso?” Bem, há muita coisa que, mesmo hoje, também não esta ao meu alcance (um fim-de-semana nas Caraíbas ou assistir todos os anos aos festivais de Salzburgo ou de Bayreuth) e nem por isso me queixo. Além do mais, caso seja pessimista (e sou assim-assim) tenho uma boa razão para não me queixar de ter nascido neste século. E verdade que com a destruição da floresta do Amazonas nos arriscaremos a morrer asfixiados? Etc. Apesar de todos os frigoríficos e de todos os automóveis, e sobretudo por causa deles, talvez não venha a haver século XXII, pelo menos como tempo datável, já que são os homens que o datam. Um tempo sem homens para medi-lo ainda será tempo?

Repito mais uma vez: não me queixo de ter nascido num século que me ofereceu o esquentador e o isqueiro (além disso, ofereceu-me Alban Berg, Chagall, Proust, Murnau, Duby, Lévi-Strauss, Freud, Russell, Prigogine, Jacob, etc.). Sinto-me relativamente bem nele. E todavia há um pormenor (pequeno? grande?) que me dá algumas razões de queixa.

Paradoxalmente, a ignorância. E que se eu tivesse nascido na Atenas de Péricles, na Salerno de Frederico, na Córdoba árabe, na Paris escolástica ou na Florença renascentista, poderia ter uma visão global do universo. De tal modo que, embora eu saiba coisas que eles nem suspeitavam, sou um analfabeto em relação a eles. Em suma, eles tinham uma visão do mundo que nós não podemos ter, que o mais sábio dos nossos contemporâneos, encerrado no seu domínio, não tem. Einstein ao pé de Leonardo ou de Alberto Magno é um ignorante. Sabendo mais, sabe menos (e, ainda por cima, tem a dolorosa consciência disso).

Diremos que eles, os habitantes das várias Atenas, estavam iludidos?

ABELAIRA, Augusto. O Prémio Nobel. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 627, p.27, 26/10/1994.

Diz António Guerreiro com uma ironia cruel (e Torcato Sepúlveda não foi menos cruel e menos irónico): “Há pelo menos quatro ou cinco anos que quatro escritores portugueses não ganham o Prémio Nobel” ou, dito de forma mais subtil, “só recentemente os escritores portugueses passaram a não ganhar o Prémio Nobel”. *Só recentemente passaram a*, porque tempos atrás isso pouco nos emocionava, Aquilino e Torga também não o tinham ganho sem que a pátria se sentisse agredida. A ironia e a crueldade dos dois cronistas não visava os quatro escritores, que até lhes merecerão apreço, mas a emoção que o não-prémio provocou em certos meios que consideraram injusta esta discriminação imposta à língua portuguesa. Não sei se a língua portuguesa se sentirá assim tão ofendida (seria necessário perguntar-lhe), mas compreendo que, emotivamente, um povo que sofre por ver a sua economia afastar-se da economia média europeia (apesar dos fundos comunitários) deseje, à falta de melhor, o rebuçado que seria o Prémio Nobel. Para falar com franqueza, eu próprio, e emotivamente, sinto alguma irritação, sinto-me tão irritado como quando ouço, aos estrangeiros, elogios ao Colombo e não ao Bartolomeu Dias.

Mas, se quisermos dominar as emoções (elas também são necessárias, é certo), não há qualquer motivo para nos considerarmos indignados. Julgo até que, como portugueses, nos deveríamos indignar, isso sim, por nunca ter sido atribuído o Prémio Nobel a um dos nossos físicos. Indignação, porém, que não visaria a Academia Sueca, mas os nossos governos. Não sendo, obviamente, os cientistas portugueses menos dotados cromossomicamente do que os estrangeiros, roubar-lhes — como os nossos governos roubam — as condições para se medirem de igual para igual com os outros é crime de traição à pátria, merecedor de cadeia.

Voltando à literatura. Segundo entendi, o argumento maior para que um escritor português ganhe o Nobel não se estriba no talento desse escritor (que teria mais génio do que os estrangeiros), mas numa língua nunca antes distinguida com o prémio. Argumento que, logo à partida, me parece desprimoroso para os quatro escritores portugueses (pressupõe que se um Pessoa ou um Aquilino já tivessem sido premiados, então a honra do convento linguístico estaria salva e portanto já não haveria razões para serem premiados). E a propósito: qualquer deles serviria para salvar a nossa honra, mesmo que o premiado fosse, dos quatro, o pior? O importante é português?

A convicção aparente de que o Prémio Nobel visa as línguas, não os individualíssimos escritores. Mas, mesmo se fosse assim, por que razão a língua portuguesa teria de ser privilegiada em desfavor da língua tailandesa, por exemplo? Digo tailandesa, poderia citar uma boa centena delas. Possivelmente com escritores tão ricos como os nossos. O prémio, insisto, é dado a um escritor, não a uma língua — e nada haveria de escandaloso se três escritores da Malásia recebessem em três anos sucessivos o prémio. Caso o merecessem, o escândalo seria não lhes atribuir com o argumento de pertencerem a uma mesma cultura linguística. Aliás, não protesto por Thomas Mann e Hermann Hesse, ambos alemães, terem sido premiados. Protesto, sim, por alguns outros cultores da língua alemã (Broch ou Musil, por exemplo) não o terem sido também.

Quantos serão, em todo o mundo, os escritores nobelizáveis? Digamos, ao acaso, cinquenta (e entre eles os quatro portugueses). Mas como, em cada ano, só há um prémio, torna-se evidente que a atribuição implicará sempre quarenta e nove “injustiças”. A regra do jogo. E cada um dos quarenta e nove pode queixar-se da injustiça (tal como cada um dos jogadores da lotaria), mas não as línguas deles, até porque (arrisco uma opinião simplificadora) os escritores não devem a sua grandeza às línguas que cultivam.

Voltando aos cientistas, creio que o Nobel não contempla apenas o cientista mas também o país que lhe deu as condições para investigar. O prémio a um húngaro que trabalha na América contempla a América mais do que a Hungria.

Quando aos escritores, a questão é outra: Camões seria grande poeta mesmo se tivesse vivo em Florença e escrito em italiano, embora a sua obra fosse diferente (não escreveria “Os Lusíadas”). Shakespeare seria grande escritor, mesmo se tivesse vivido em

Lisboa e escrito em português, embora a sua obra fosse diferente (esperemos que a Inquisição não se metesse com ele). E ambos mereceriam o Prémio Nobel, embora tivessem escrito nas línguas em que não escreveram.

Resta o problema: Kenzaburo Oë tem mais ou menos talento ou tanto talento como os nossos quatro escritores? Nunca o li, não posso dar uma opinião. Mas essa questão nada tem que ver com a pretensa agressão à língua portuguesa.

ABELAIRA, Augusto. Optimismo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 628, p.44, 09/11/1994.

Vagueemos ao acaso pela cidade, às voltas com um problema (chamar-lhe problema talvez seja excessivo) que acaba de nos ocorrer — e poderemos ter a certeza de que nos dias seguintes, ao abrir o jornal, folhear um livro, ouvir a rádio ele nos saltará ao caminho. Como se estivesse a nossa espera, soubesse que no dia anterior pensáramos nele. Pura coincidência ou porque, alertada a nossa atenção, ele sobressai de muitos outros — escapar-nos-ia se o nosso espírito navegasse em outras águas?

Concluindo embora que me sentia satisfeito por viver no século XX (não me imaginando sem frigoríficos e sem isqueiros), admiti eu na minha penúltima crónica que talvez pudesse ter sido mais feliz nos tempos de Péricles ou até no Paleolítico. E logo no dia seguinte, comprado o “Declínio e Queda do Império Romano”, a famosa obra de Edward Gibbon, acabada de traduzir em Portugal, encontro no prólogo esta afirmação: “Se pedisse a alguém que designasse o período da história do mundo em que a condição da raça humana foi mais feliz e próspera, a escolha recairia, sem hesitações, na que decorreu desde a morte de Domiciano até à entronização de Cómodo”. Leio a frase uma vez, leio duas. Daria por ela, repetiria a leitura se na véspera não me tivesse questionado de forma semelhante, embora com um prudente “talvez”? Dificilmente, creio. Mas, à margem disso, como não ficar impressionado por ter escolhido o Gibbon e não qualquer outro livro (mas talvez esse outro livro também viesse ao encontro da minha questão)? Obra que há muitos anos desejo conhecer, fui sempre adiando até que... Como se ela estivesse à espera do momento certo.

Não é tudo. A frase de Gibbon perturbou-me também por outras razões. Como foi possível — pensei — que um iluminista, mesmo se um tanto céptico (como bom pensador inglês), não considerasse que o seu século era, de todos, o mais feliz? Bem ou mal, a frase de Gibbon contrariava as minhas ideias gerais sobre os iluministas. E então abri o “Historicismo e a sua Génese”, de Meinecke, livro que descansava preguiçosamente nas minhas estantes há pelo menos trinta anos. Para situar bem o Gibbon dentro do iluminismo britânico. E, de súbito, descubro que o historiador alemão cita aquela frase (escolhida entre as centenas de páginas duma obra que soma seis volumes), surpreendido também, e como se estivesse à minha espera, após tantos anos de silêncio: “Gibbon sentiu verdadeiramente que o momento mais feliz da humanidade pertence a uma cultura desaparecida?”. Na realidade, alterei a citação, a frase de Meinecke é mais rica e aborda problemas ignorados por mim. Escreve ele: “Gibbon sentiu verdadeiramente, em toda a sua profundidade e tragédia, que o momento mais feliz da humanidade pertence a uma cultura destinada a desaparecer?”

Salvo erro, Meinecke escreveu entre as duas grandes guerras, quando terríveis ameaças pesavam sobre a Alemanha e a própria Europa. Não terá reparado que Gibbon, afinal (contraditoriamente), tinha uma atitude optimista acerca do seu tempo, ao dizer: “... cada época da história humana contribui e continua a contribuir para aumentar a riqueza real, a **felicidade** (sublinhado meu), o saber e talvez mesmo a virtude da raça humana”. E ainda e contra o Império Romano e a favor da Europa do século XVIII: “A divisão da Europa numa série de estados independentes (...) originou as mais benéficas consequências para a liberdade humana. Um tirano moderno, que não encontrasse resistência no seu íntimo ou no seu povo não tardaria a experimentar uma branda restrição vinda do exemplo dos seus iguais, do receio da coeva censura, do alvitre dos aliados e do temor dos inimigos. Ao transpor os estreitos limites do seu domínio, um súbdito perseguido pela sua cólera conseguiria, num ambiente mais feliz, um refugio seguro, uma nova sorte adequada ao seu valor, a liberdade de reivindicar e, talvez, os meios de vingança”. Ao contrário do que acontecia em Roma onde “a felicidade dependia do carácter dum homem (o imperador)” que, ao contrário da Europa dividida em vários estados, impunha a unidade a um vasto espaço. E assim “quando este império caiu nas mãos de uma só pessoa, o mundo tornou-se uma segura e terrível prisão”. Pelo menos de acordo com Gibbon, a felicidade no século XVIII não dependia da bondade ou maldade dos reis.

Meinecke, menos optimista, preocupado com a Europa do seu tempo, a Europa de Hitler, terá pensado (e não pensou mal) que a pluralidade dos estados não era suficiente para evitar a tirania.

Bem vistas as coisas, Gibbon revelou-se até excessivamente optimista acerca do seu século, mas, mas pelo menos em teoria, teve alguma razão. Apesar de todos os efeitos, a CEE algumas virtudes parece ter. Fora CEE, Salazar foi possível. Mas seria possível dentro? Obviamente que não e por isso mesmo teve de se abrigar fora dela. De facto, penso que CEE defende o nosso primeiro-ministro da sua vocação autoritária, da sua hostilidade às oposições (para ele, as oposições não deveriam opor-se e quando se opõem não defendem os interesses da Pátria, interesses de que ele – por dádiva divina – é o único defensor). Como diz o “optimista” Gibbon “um tirano moderno (...) não tardaria a experimentar uma branda (mais do que branda, espero) restrição vinda do exemplo dos seus iguais, do receio da coeva censura”. Pelo menos na Europa, tanto quanto espero, os tiranos estão condenados a ser democratas (mesmo se a democracia é ainda, e tão-só, “uma promessa” como bem disse Derrida num dos últimos números deste jornal).

Ou estarei a ver as coisas cor-de-rosa?

P.S. Já agora, e voltando ao princípio desta crónica (acabei de escrever por uma crónica diferente daquela que me propusera escrever), cito esta frase de Braudel, lida há meia dúzia de horas: “É raro na história os homens terem a tal ponto um sentimento tão forte de viverem numa época feliz”. Refere-se ao Renascimento. Eu teria dado por esta frase se não estivesse predisposto para encontrá-la.

ABELAIRA, Augusto. Ser ou não ser clássico. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 628, p.23, 23/11/1994.

Não li a obra “Porquê Ler os Clássicos”, de Ítalo Calvino (o comentário seguinte é talvez precipitado), conheço somente os extratos publicados recentemente no “Jornal de Letras”. Onde tenta explicar-nos que é um livro clássico. Escreve ele, logo no primeiro parágrafo: “Começamos com umas propostas de definições” e enuncia cartoze.

“Começamos”, propósito pedagógico de quem presume-se, nos convida a iniciar uma marcha que conduzirá à meta, conclusão já sabida pelo Autor benévolo. Mas se ele não nos conduzir à meta implicitamente prometida terá o direito de dizer “começamos” ou será que confundiu o começo com uma promessa com o começo do acto de escrever ensaio? Calvino limita-se, nem poderia fazer outra coisa, a alinhar algumas opiniões (todas elas brilhantes e convidando-nos a pensar) que nem sequer são propostas de definição e que, possivelmente (é a minha tese) se aplicam a “todos” os livros, mesmo aqueles que “sabemos” não serem clássicos. A promessa anunciada pelo “começamos” ficou no tinteiro.

Não se veja nestas palavras a prova de que não apreeci o ensaio (os extratos do ensaio). Pelo contrário, ele parece-me rico de sugestões — e se há autor contemporâneo que eu admire é precisamente Calvino. Julgo até que aqueles cinquenta escritores que se sentem tristes, vítimas de cruel injustiça, por não ganharem o Prémio Nobel, deveriam reconciliar-se com o mundo ao reflectirem que também Calvino não ganhou o Prémio Nobel. E se há autor que pode ser abrangido pelas catorze propostas de definição do seu ensaio é ele próprio. Pelo menos, para mim — e aceito, logo à partida, uma dessas propostas: “O nosso clássico é o que não pode ser-nos indiferente e que nos serve para nos definirmos a nós mesmos em relação, e se calhar até, em contraste com ele”.

Claro. Mas surge então esta dificuldade: o “nosso”? Ao dizer o “nosso”, Calvino (e eu, que me deixei cair na ratoeira) tira o carácter universal aos clássicos, logo, fracassa no seu propósito de definição. O “nosso”, o meu por oposição ao vosso, ao deles. A não ser que haja duas categorias: de clássicos, os nossos e os dos outros. Sófocles é ou não é clássico? Algumas vezes sim, outras não?

Prosseguindo: “Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos, mas quem leu primeiro os outros e depois lê esse, reconhece logo o seu lugar na genealogia. Talvez — esta caracterização que insere o livro clássico no plano temporal, seduz-me, embora veja nela alguns vícios. Cito apenas este: de que outros clássicos veio o “Ulisses” (de Joyce) antes, no exacto momento da publicação? Calvino poderia objectar que, no momento da publicação, o livro não é ainda clássico. Mas então, em vez de dizer “os livros clássicos são...”, deveria dizer “os livros clássicos *tornam-se...*”

“Os clássicos são livros que exercem uma influência especial tanto quanto se impõem como inesquecíveis, como quando se ocultam nas pregas da memória mimetizando-se de inconsciente colectivo ou individual”. Atenção: “ou” em vez de “e”. Aceito o “ou” (os “meus” clássicos) e afirmo; “Pelo Mundo Fora”, folhetim lido quando moço no semanário infantil “O Mosquito”, é para mim (talvez para nós, os leitores da minha idade) um clássico. E porque não? Ele impôs-se-me como inesquecível, não menos inesquecível do que, mais tarde, e para mim, a “Guerra e Paz”. A Mabel e o Rob (personagens do folhetim) marcaram-me tanto como à Natacha e o Pedro ou o André. Em todo o caso, e corrigindo palavras anteriores, não considero “Pelo Mundo Fora” um clássico. Espontânea, autonomamente ou porque os tratadistas não o incluíram no domínio dos clássicos (mas nunca o leram, não poderiam portanto incluí-lo)?

Continua Calvino: “Os clássicos são livros que nos chegam trazendo em si a marca das leituras que antecederam a nossa.” Ele diz “que nos chegam”, fala conosco, leitores seus contemporâneos, mas poderá falar assim acerca dos gregos que pela primeira vez leram (ou ouviram) a “Ilíada”, quando os clássicos seguintes ainda não existiam? E mesmo esquecendo esses gregos: não é verdade que tal proposta de definição também se aplica aos maus livros, quase direi, sobretudo aos maus livros? Acrescenta, é certo, que deixaram atrás de si a marca na cultura ou nas culturas que atravessam. Sim, talvez. “Pelo Mundo Fora” não terá deixado qualquer marca na cultura. Mas não se deverá isso ao facto de os

tratadistas não o terem lido? Se amanhã, nos terrenos onde existiu a Biblioteca de Alexandria, for desenterrada uma obra-prima até hoje desconhecida, teremos de lhe retirar a qualidade de clássica por não ter deixado marcas na cultura?

Etc., fico por aqui.

P.S.: Provavelmente são (ou tornam-se) clássicos os livros que os tratadistas clássicos consideram clássicos. E os tratadistas são clássicos, quando... Pois, quando.

ABELAIRA, Augusto. Camões e Kepler, mas também a censura. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 630, p.45, 07/12/1994.

Saber que eram portugueses os primeiros navegadores que depois de dobrarem o cabo das Tormentas chegaram a Índia ou que Camões se conta entre os grandes poetas universais é importante, os alunos das escolas devem saber estas coisas, do mesmo modo que devem saber o teorema de Pitágoras ou as leis de Kepler. Mas esses alunos que lêem nos jornais (ou, pelo menos, vêem na televisão) discussões, críticas ao Governo, notícias sobre as reivindicações salariais, as greves, a alta corrupção, alunos que provavelmente consideram essa liberdade natural, tão natural como o vento ou a chuva, aprendem que tal situação não é tão natural como parece, que, à escala da História, constitui até uma excepção (e que, mesmo num regime em que a liberdade esta estabelecida pela lei, pode ser manipulada)? Saberão com clareza que ainda há vinte anos uma instituição governamental (a Comissão de Censura) proibia a publicação de certas notícias? Quero dizer, os nossos professores sentem-se pedagogicamente obrigados a informar os alunos do que acontecia muito recentemente? Porque saber que ainda há vinte anos só se podia conhecer aquilo que as autoridades governamentais entendiam que devia conhecer-se é tão importante como saber quem foi Camões ou quais as leis de Kepler.

Mas admita-se que muitos professores, mesmo de Matemática ou de Literatura, não se limitam a debitar os programas, e que, de vez em quando, comparam a actual liberdade de imprensa com a situação da imprensa durante o fascismo: uma coisa é falar em abstracto, outra dar exemplos concretos. Podem hoje os jovens imaginar qua a simples notícia acerca duma catástrofe podia ser proibida ou que os jornais eram impedidos de publicar os nomes de certas pessoas (escritores, por exemplo)? Que não se podia chamar “senhor” Fulano de Tal a um oposicionista que fosse levado a tribunal pela polícia política?

César Príncipe publicou um livro (“Os Segredos da Censura”) em que, ao longo de cento e tal páginas, selecciona as ordens que os censores (coronéis, capitães, tenentes) enviavam aos jornais. Livro que, em meu entender, poderia servir de guia aos professores interessados em fazer cidadãos dos seus alunos. E não só. Penso que da leitura do livro (da leitura daquilo que não deveria saber-se) se aprende mais acerca da ideologia do regime do que da leitura dos discursos dos seus teóricos.

A principal função da censura consiste, como se sabe, em decretar que existe o que não existe e que não existe o que existe. Para tal, logo à partida, é preciso desconhecer a existência da censura. O Decreto 150/72 estabelece: “Nos textos ou imagens publicados não é consentida qualquer referência ou indicação de que foram submetidos a Exame Prévio”. (Aliás, a própria expressão “Exame Prévio” com que Marcello Caetano crismou a anterior Censura é um curioso exemplo de como, mesmo acerca duma instituição “inexistente”, é conveniente torná-la ainda mais “inexistente”, graças a um artifício verbal.) E como a censura (ou Exame Prévio) não “existia”, obviamente que, a propósito da nomeação do coronel Paiva, como delegado do Governo na Sociedade Estoril, não se deveria dizer “que se trata de um antigo director da Censura”. Mas se a censura não “existia”, obviamente uma Lei de Imprensa. Daí que os censores mandem cortar o seguinte título: “Há mais de quarenta anos que Portugal espera por uma Lei de Imprensa”. Como poderia Portugal ter a ousadia de esperar pelo que “existia”? E acerca da proibição duma peça de Correia Alves: “Não dizer que foi proibida. Pode no entanto dizer-se que já não vai à cena”. Louvemos, todavia, o recato da Censura. Enfim, poderia ter obrigado os jornais a dizerem que a peça fora levada à cena.

Sabidamente, os censores distinguiam os trabalhadores das individualidades (governantes e patrões). Os trabalhadores não eram, claro está, reivindicativos: “Não se pode falar das reivindicações dos pescadores, que, inclusivamente, pretendiam o domingo para dia de descanso, quando o patronato entende dever ser um dia qualquer que não o pretendido”. Ou: “O Diário de Notícias” diz que o senhor Presidente do Conselho achou justa a reivindicação (dos ferroviários) do subsídio de Natal. Ora não é verdade. Cortar”. Por outro lado, e a propósito de certa faustosa festa promovida pelo rei do estanho: “Não mencionar a presença de membros do Governo (...). Pode falar-se noutras individualidades,

mas sem aludir às funções que ocupam”. E proíbe-se também a notícia de que o Presidente da República fora a uma caçada. Como poderia ter ido divertir-se se a governação era um sacrifício que deveria ser seguido pelos trabalhadores? E de certo modo não foi outra a razão que levou os coronéis a darem esta ordem: “Primeiro turista de 1967 (explico: turista entrado em Portugal no dia primeiro de Janeiro de 67) — não dizer que é operário”. Operários estrangeiros a fazer turismo, que péssimo exemplo — e eis uma coisa que os censores não poderiam admitir que existisse! Ou que, se existisse em países tão excomungados como a França ou a Suécia, deveria ignorar-se.

E, evidentemente, não havia escândalos em Portugal, as nossas “individualidades”, pelo menos as que “ocupavam funções”, tinham vida ascética, apenas trabalhavam, o que queriam é que as “deixassem trabalhar”, como nosso primeiro-ministro, Cavaco Silva. Assim, o coronel Torres, acerca da conferência de imprensa do príncipe Filipe de Inglaterra, em visita ao nosso país, avisa: “Sobre escândalos em Portugal, o príncipe perguntou se cá não os havia. Ao responderem-lhe que não, perguntou de que viviam os jornais. Um jornalista respondeu que bastavam os escândalos de lá de fora para preencherem a lacuna”. Cortar, impõe o coronel, pouco apreciador das ironias do jornalista e do espírito do marido de Isabel II.

Fico por aqui, não me é possível citar todos os exemplos que preenchem um livro de cento e tal páginas. Quero apenas dizer que todos os professores o deveriam conhecer, que todos os professores deveriam ler aos seus alunos, de vez em quando, algumas das suas passagens. Insisto: conhecer o procedimento da censura fascista é tão importante como saber quem foi Camões ou qual o significado das leis de Kepler.

ABELAIRA, Augusto. O mundo é pequeno? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 598, p.44, 21/12/1994.

Se, porventura, ao atravessar uma das ruas de Pequim (infelizmente nunca fui à China, da qual conheço apenas a tinta, essa tinta que deixava borrões nos meus desenhos geométricos de aluno liceal), nos cruzarmos com um desconhecido, que muitas vezes vimos na nossa cidade, mas com quem nunca trocámos cumprimentos, e inevitável esboçarmos delicadamente um sorriso cúmplice. Nada nos liga (se calhar, até muita coisa nos liga sem que o saibamos), salvo esse pormenor, aparentemente insignificante, de nos termos visto muitas vezes, de viver na mesma cidade e de, em país distante, onde tudo é desconhecido, nos reconhecermos (ou melhor, reconhecermos os nossos rostos).

Devo dizer, em todo o caso, que se esse encontro for em Badajoz, desvio os olhos, a proximidade de Badajoz faz de Badajoz uma rua de Lisboa. Em Madrid, não sei — preciso de estudar qual é, medida em quilómetros, a distância limite para além da qual democraticamente distribuo sorrisos aos compatriotas desconhecidos.

A distância limite para além da qual... Sim, a fronteira para além da qual (continuo a hesitar acerca de Madrid) me ocorre o lugar-comum: “O mundo é pequeno”. Badajoz ou mesmo Sevilha (quatrocentos quilómetros) não me obrigam a concluir — na época do automóvel — que o mundo é pequeno. Somente, depois de transpor os Pirenéus (mas não em Paris, em Paris tenho sempre a sensação de que todos os portugueses estão a visitar Paris e, por isso mesmo, evito Paris — não vou ao estrangeiro para encontrar portugueses, vou para esquecê-los). Sim, o mundo tem de ser pequeno para que tal aconteça já antes do automóvel. Frei Pantaleão de Aveiro encontrou em Creta um judeu fugido de Portugal). Mas, no fundo, quando penso que o mundo é pequeno, estou a manifestar o meu espanto, visto saber, sem qualquer dúvida, que o mundo é grande. Subjacente à ideia de que o mundo é pequeno está outra conclusão: “*Afinal*, o mundo é pequeno”. Afinal. Ou: “*Dir-se-ia* que o mundo é pequeno”. Ou: “*Apesar* de o mundo ser grande até parece pequeno”. Ou. Bem vistas as coisas, mesmo em Lisboa, posso pensar que “afinal, o mundo é pequeno”, não preciso de ir a Pequim, a Viena ou a Moscovo.

Suponha-se que em casa dum amigo encontro o tal sujeito que poderia encontrar em Pequim (se ambos fôssemos a Pequim), suponha-se que moramos na mesma rua, que estamos fartos de nos ver — alguém que nunca cumprimetei e nunca me cumprimentou. Diremos ao dono da casa, quase em uníssonos: “Como o mundo é pequeno!” Não nos estaremos a referir, evidentemente, ao facto de morarmos na mesma rua, circunstância que não prova a pequênes do mundo. Quisemos talvez dizer: “Apesar de vizinhos, nunca nos passou pela cabeça que tivéssemos um amigo comum”. Um “apesar de” que está a mais. A improbabilidade citada nada tem que ver com a distância, significa isto: numa cidade com um milhão de habitantes parece pouco provável que dois moradores na mesma rua (e mesmo que não morem na mesma rua) tenham um amigo comum, ainda por cima sem o saberem. Em vez de comentar que o mundo é pequeno seria correcto dizer: “Que coincidência!”. Ou até, em dia de bom humor: “Sendo tão improvável que as pessoas que se desconhecem venham a conhecer-se, como é possível que venham a conhecer-se?” Levando a ideia aos extremos limites: “E tão improvável que as pessoas possam vir a conhecer-se, que ninguém pode vir a conhecer ninguém”.

Pois é. Como travam conhecimento as pessoas? E, já agora, virando a outra face do disco: as pessoas que, apesar de tudo, acabam por se conhecer, serão as pessoas que deveriam conhecer-se? Conheço o Fernando porque a Isabel me apresentou ao Fernando e conheço a Isabel porque o Ernesto me apresentou à Isabel e conheço o Ernesto porque o Aníbal me apresentou ao Ernesto. Etc. Não conheço o Asdrúbal porque não conheço ninguém que conheça o Asdrúbal (nem sei se o Asdrúbal — *este* Asdrúbal — existe). Mas talvez pudesse conhecê-lo se ambos nos tivéssemos cruzado em Pequim e se em vez de nos limitarmos a sorrir... Porque, quem sabe, talvez o Asdrúbal seja aquele indivíduo que muitas vezes vejo na rua com camisola azul e livro debaixo do braço (ele também me vê, sei isso porque desvia rapidamente os olhos antes de eu próprio os desviar também). Se

conhecesse o Asdrúbal, sabe-se lá se não encontraria nele o meu melhor amigo? Mas morreremos sem o saber.

P.S. — Escritas estas palavras, interrogo-me: “Que é que quiseste concluir?” Talvez não tenha querido dizer nada ou talvez procurasse, sem êxito e através da escrita, um segredo que me escapa. Falhei. Fica para outra vez, se houver outra vez. Afinal, escrever corresponde as experiências laboratoriais dos cientistas. E não é verdade que quase todas as experiências laboratoriais dos cientistas fracassam, que raríssimas são aquelas em que eles podem gritar: “Eureka!”?

ABELAIRA, Augusto. O País e o público. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 632, p.38, 04/01/1995.

Se fosse obrigado — mesmo sob tortura — a provar de forma infalível que a arte de Tolstoi supera a de Mary Robbins (desconheço-a, mas tem fama de muito má, embora com milhões de leitores), não saberia. Foi tal incapacidade, até, uma das razões por que desisti da crítica literária e teria também desistido da crítica musical, caso soubesse música. É que também não sei provar que Bach vale mais do que Marco Paulo, como aliás não sei provar (e não é pela óbvia falta de especialização) que Uccello é superior a Eduardo Malta. Refugio-me num “eu gosto mais de” que nada explica e sei perfeitamente que todos os argumentos que poderei utilizar a favor da universalidade dos meus gostos são simples artifícios de esgrimista hábil (admitamos que hábil). Ou seja, os Valores — segundo julgo — excluem-se das provas e isto, naturalmente, incomoda-me. Enfim, acreditar que Tolstoi é superior a Mary Robbins, mas não saber prová-lo só tem paralelo na impossibilidade de demonstrar existência de Deus — e não foi por falta de vontade e de inteligência que ninguém o conseguiu. É irritante que, sendo eu capaz de provar que as pedras atiradas ao ar acabarão por cair (pelo menos e altamente provável que caiam), não saiba defender a importância suprema de um Tolstoi.

Também devo confessar (envergonhado, já se vê) que suspeito existir em num um grande fascínio por tudo aquilo que, indubitavelmente, considero péssimo —, talvez gostasse da Mary Robbins, caso a lesse. E por isso mesmo (em nome de que princípio objectivo?) defendo-me e, por “defender-me”, entendo o seguinte: recuso-me a ler (ver, ouvir) aquilo que geralmente é considerado mau (aquilo de que eu talvez gostasse, mesmo considerando mau). Por exemplo, e falando de televisão, nunca vi (nunca verei) um programa chamado “Café do Surdo”, acerca do qual acabo de ler um comentário de Tereza Coelho.

Tereza Coelho que começa por dizer (e com ela me encontro) que “a indigência é fascinante”. Acrescenta, todavia: “mas pouco tempo depois bloqueia”. Bloqueia-a a ela —, salvo erro, o programa é um dos campeões de audiência (se não é poderia ser, tanto faz). O meu receio: e se, após o fascínio, eu não me sentisse bloqueado, pouco tempo depois? Sim, à cautela, não vejo. Defendo-me; o melhor e não experimentar, tal como nunca experimentei a cocaína. Quem sabe se eu não gostaria?

De forma mais explícita, nunca vi os “execráveis” programas televisivos de que tanto se fala, mas que mobilizam grandes audiências.

Na mesma página em que Tereza Coelho amaldiçoa o “Café do Surdo”, leio esta frase de Paquete de Oliveira: “quando analiso atentamente as audiências dos programas, fico seriamente preocupado com o país e o público”. Esqueço se não deveria ser o país e o público a preocuparem-se com Paquete de Oliveira (Tolstoi é superior a Mary Robbins?) e pergunto-me se onde ele diz “o país e o público” não poderia ter dito “o país e os cidadãos eleitores”. Salvo erro, esse público que se delicia com as graçolas dos tais programas, ditos execráveis, é o mesmo que, graças ao voto, escolheu os políticos que nos governam... Digo bem ou misturei alhos com bugalhos? Misturei-os, claro, mas todos, absolutamente todos? Não terão ficado meia dúzia de alhos que não se misturaram com os bugalhos? Mas lembro: esse público que consome com prazer os citados programas e votou nos nossos actuais governantes parece ser o mesmo que hoje, a acreditar nas sondagens, votaria naqueles em quem da última vez não votou — e isto, como esconder?, perturba-me.

Sugere-me, pelo menos, que de um ponto de vista puramente eleitoral, os chefes da oposição devem ter muito cuidado com aquilo que dizem. Em vez de defenderem a cultura teatral ou a cultura cinematográfica, deveriam seguir os sábios exemplos do dr. Santana Lopes.

Foi com apreensão que ouvi, há algum tempo, um chefe da oposição (não digo o nome dele para não o comprometer) declarar o seu amor pela ópera. Erro colossal. Ele deveria comparar o número de telespectadores que na semana passada viram e ouviram a “Traviata” com o número daqueles que se deliciaram com o “Café do Surdo”. E muito mais avisado anilou o prof. Cavaco Silva quando, não há muito tempo, se confessou apreciador

do “MacGyver”. Golpe genial, como genial foi aquela confusão entre Thomas More e Thomas Mann.

Os autores das recentes sondagens esconderam seguradamente dos inquiridos estes dois determinantes pormenores.

ABELAIRA, Augusto. De que falava Platão quando falava coisa nenhuma. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 633, p.41, 18/01/1994.

Sento-me para tomar um café, olho em redor. Perto de mim, à minha direita, três estudantes (dois rapazes e uma rapariga de saia curta, de meias pretas, que sobem um pouco acima dos joelhos) ouvem um colega que lhes explica professoralmente os juízos sintéticos *a priori*. Sem compreender o que explica, mas metade do que diz está certo (metade do que se diz está sempre certo) —, vale portanto dez valores (os quatro serão portanto aprovados nos exames). Ainda bem, ou ainda mal.

A minha esquerda, três mulheres já entradotas (na chamada terceira idade, expressão macia que substitui a tradicional referência à velhice) conversam. Presumo que se reúnem aqui todos os dias, após a lida da casa. Presumo até que passam a manhã à espera deste momento. E de que falam? Como não têm exames, não falam dos juízos sintéticos *a priori*.

Apuro os ouvidos, enquanto finjo ler o jornal. “Uma mulher deve dar-se sempre ao respeito”, diz uma delas e continua: “Havia lá uns médicos que estavam sempre a mexer-nos, mas eu punha-os na ordem”. Enfermeira reformada, concluo, sem saber, no entanto, como seria que ela os punha na ordem (então, o “assédio sexual” ainda não era, social e juridicamente, reprimido). E este comentário numa outra, ainda vistosa, falsamente loira: “Nunca gostei de jogos de mãos”. Percebo que todas se dão ao respeito (se deram, hoje não precisam de se dar, seja qual for o sentido atribuído ao “dar-se”) —, e ouço a terceira (pouco importa se é terceira, primeira ou segunda — a ordem destas mulheres é arbitrária, o que diz uma poderia ser outra a dizer): “Tínhamos (o plural abrange o marido) uma criada, eu até gostava dela, mas ele (o marido) sempre que podia punha-lhe as mãozinhas”. Porquê as “mãozinhas”, e não simplesmente as “mãos”? Forma de atenuar o gesto do marido, de tornar venial o pecado mortal, os diminutivos têm muitas vezes qualquer coisa de carinhoso. E continua: “Não tive remédio se não mandar embora a criada e a partir daí só as quis velhas e feias”. A confiança no bom-gosto do marido, penso que, chegada aqui a conversa, pode seguir vários rumos. Por exemplo (e porque ela disse “só as **quis** velhas e feias”, e não “só as **quero** velhas e feias”), comentários saudosos aos tempos em que havia criadas, os bons tempos em que Salazar nos governava, esses tempos em que havia ordem nas ruas, os desempregados não cortavam as estradas. Mas não, a falsa loira desinteressa-se do problema (a “problemática”, como hoje se diz) de já não haver criadas, e decreta, feroz: “Os homens são todos uns porcos”. Obtendo imediatamente este protesto da mais pura tolerância humanista: “Temos de aceitar que um homem não é de pau”.

“Temos de aceitar que um homem não é de pau”. Notável, aqui, não é a compreensão realista de que um homem não é de pau, mas o subentendido sentimento de que as mulheres (uma mulher deve dar-se ao respeito) são de pau. São? foram? Olho a tal estudante das meias pretas que procura entender os juízos sintéticos *a priori* e pergunto-me se ela ainda será de pau, se uma das grandes revoluções histórias do nosso tempo não terá sido essa descoberta, feita pelas próprias mulheres, de que afinal também não são de pau. Descoberta recente ou aceitação duma natureza antes reprimida? De qualquer maneira, sinto que aquelas conversadoras estão a ser sinceras e que, se alguma vez desejaram sentir as mãos dos tais médicos, esmagaram, envergonhadas, “as medonhas expansões do desejo”, para citar Lutero, recorrendo a uma citação de Jean Delumeau, num belo livro acabado de editar em Portugal (“Uma História do Paraíso”). Indiscretamente, entro no quarto delas e procuro imaginar (são legitimamente casadas), como será a vida erótica delas com uns maridos que, por definição, não são de pau. Que, sabe-se lá!, talvez se indignassem se descobrissem que as suas honestas esposas também não são de pau. Uma mulher deve dar-se ao respeito.

Ponho de parte a minha imaginação perversa e faço-me esta pergunta: como certamente se encontram todas as tardes neste café (em verdade, uma leitaria), será a primeira vez que têm esta conversa ou repetem-na pela centésima vez? Os temas não são infinitos, e o que importa não é aquilo de que se fala, mas falar. Dizem seguramente sempre as mesmas coisas, salvo quando algum acontecimento quebrou a rotina (o neto que

adoeceu, a Isabel que casou com o Abílio). E, felizmente, há as telenovelas, o episódio da noite anterior.

Mas antes das telenovelas de que falavam aquelas mulheres (aquelas, isto é, as avós, as bisavós)? Dos folhetins da Rádio Renascença. E antes, quando não havia rádio? De que falaram Adão e Eva nas breves horas que antecederam a expulsão do paraíso terrestre? Será porque Adão não sabia de que falar e se pôs a dormir, cansado de inventar nomes para todas as coisas, que Eva, sem ter amigas com quem dar à língua (ela, que segundo o patriarca de Constantinopla, Nicéforo — século IX — “emitia suaves palavras”), colheu a maçã?

Sim, ao longo da História de que tem falado as pessoas quando não falaram de acontecimentos que directamente lhes diziam respeito?

Hoje, os Historiadores começam a interessar-se pela vida quotidiana, mas o que não encontro neles é a história das conversas, aquilo de que as pessoas falavam no dia-a-dia, antes das telenovelas e do futebol, aquilo mesmo de que falavam Sócrates e os seus amigos, quando não tinham nada de que falar e quando Platão não lhes punha na boca aquilo que eles não diziam. Sim, de que falava o próprio Platão quando metia gasolina no seu automóvel?

ABELAIRA, Augusto. O profeta. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 634, p.7, 01/02/1995.

Sim, um grande artista (escritor, músico, pintor, arquitecto, realizador de cinema, etc.) pode ser politicamente reaccionário (reaccionário para um homem de esquerda), mesmo se artisticamente e inovador. Nem sequer discuto. Apesar disso, deu-se o caso, muitas vezes, de me recusar a ler certos romancistas (contemporâneos, dos outros, na maior parte das vezes, não sei nem deixo de saber quais eram as suas ideias sociais). O Celine, por exemplo. Acredito que sim, acredito até que a sua leitura, pelo que dizem certos amigos, me desse grande prazer (e não são muitos os romancistas que me dão verdadeiro prazer). Acredito até que, se não lhe conhecesse a biografia, nem daria por nada. (Refiro-me, note-se, apenas aos artistas. Quanto aos ensaístas, aos escritores de ideias, a minha posição altera-se: gosto de lê-los, precisamente porque me contestam, por me obrigarem a pôr à prova as minhas crenças. Gosto mais de lê-los do que ler autores com quem concordo, que não agitam portanto o meu espírito.)

Dizia eu? Que muitas vezes evito conhecer um artista (mesmo grande, admito que o grande) quando **antes** o sei reaccionário — que defende, mesmo se exteriormente à sua arte, ideias que, do meu ponto de vista, são socialmente injustas. Mas outras vezes sou apanhado à traição. Já **depois** de amar um grande músico, um grande pintor (e nestes casos é mais difícil avaliar-lhes as ideias) venho a saber o que ele pensa. E então não posso fazer outra coisa, além de sentir desgosto. A admiração permanece.

Sou um wagneriano impenitente desde a noite em que, muito jovem, ouvi no Coliseu do Porto a Filarmónica de Berlim (dirigia-a o Karl Boehm ou o Klemens Krauss, já não me lembro bem) tocar à marcha fúnebre do *Crepúsculo dos Deuses*. Se há compositor que ainda hoje me emociona visceralmente (a emoção provocada por Bach ou Mozart tem outra raiz), esse compositor é Wagner. E, inicialmente, até fui “enganado” pelo Bernard Shaw, *O Anel do Nibelungo*, segundo ele, descreveria simbolicamente a derrocada do capitalismo. Bernard Shaw *dixit*, mas, possivelmente, nunca ouvira falar do anti-semitismo de Wagner (nem previsto, quando escreveu *O Perfeito Wagnerismo* — a utilização da sua música pelos nazis — mas disso Wagner não teve culpa). Enfim, fosse o autor do *Tristão* quem fosse, agora já não há remédio, amo-o. E afinal perdoamos sempre àqueles que amamos coisas que não perdoaríamos a quem detestamos.

Outros desgostos, outras surpresas: Degas, vim a saber depois, adversário de Dreyfus, Van Dongen convivendo com os alemães durante a ocupação de Paris. Mais grave ainda, pensei durante muito tempo, o caso de Ricardo Strauss, compondo marchas para os nazis. Em todo o caso, e para minha felicidade, Stefan Zweig, esse homem admirável, cujas novelas preciso de reler (quando as li não gostei), veio repousar-me. A filha do autor da *Electra* casara com um judeu, e certo dia Goebbels lembrou-lhe esse terrível pecado. Como posso condenar Strauss?

Distraí-me, quando comecei a escrever estava a pensar no Fernando Pessoa. O mestre, o ídolo da minha adolescência, tinha de ser forçosamente anti-salazarista. Até que certa vez me disseram — um livro de Freitas da Costa em punho — que não, teria visto até com bons olhos a subida ao poder de Salazar. Eu bem me agarrava a versos tais como “O mais do que isto / É Jesus Cristo, / Que não sabia nada de finanças / Nem consta que tivesse biblioteca...”, ainda por cima publicados na *Seara Nova*, mas não estaria a forçar a nota, a fazê-lo dizer o que ele não dizia?

A ser verdade que admirara Salazar, que remédio se não perdoar-lhe ou, dito com mais rigor, se não desculpá-lo — e por duas razões: a primeira, o compreensível desgosto rumos da República (desgosto que a própria *Seara Nova* manifestava). E depois: o Pessoa seria alheio às preocupações políticas. Ponto final.

A publicação pelo Jorge de Sena dos poematos satíricos anti-salazaristas veio alegrar a minha alma. Mas logo um demoníaco amigo contrapôs (nem sei se isto é verdade) que os manuscritos haviam-se perdido e ninguém, salvo o próprio Sena, os vira. E se Jorge de Sena, com o seu prodigioso talento, os tivesse inventado? Enterrei a questão. Até que... Bem, muita coisa se soube, mas tive uma imensa alegria ao ler o artigo do José Augusto

Seabra, recentemente publicado neste jornal (a partir de textos revelados pela Teresa Rita Lopes).

Sim, Pessoa pode ter dado de início o benefício da dúvida a Salazar, mas depois... Claro, não poderia deixar de ser!

Ao mesmo tempo fiquei convencido de que possuía dons proféticos (até agora eu nunca acreditara em profetismos). Porque, quando ele define magistralmente o Salazar, estaria apenas a definir Salazar, ou adivinharia mais longe? Frases como “O Prof. Salazar é um contabilista. A profissão é eminentemente necessária e digna. Não é, porém, profissão que tenha implícitas directivas. Um paiz tem de governar-se **com** contabilidade, mas não **por** contabilidade”. Ou: Salazar “quando vê que o paiz sofre, troca as rubricas e abre novas contas. Quando sente que o paiz se queixa faz um estorno. A conta fica certa”. Ou: “para elle o paiz não é a gente que nelle vive, mas a estatística d'essa gente”. Etc.

Insisto: falava apenas de Salazar ou adivinhava mais longe?

ABELAIRA, Augusto. Duas leituras. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 70, p.41, 25/10/1983.

Sem qualquer razão especial, somente porque os meus olhos caíram sobre um volume em cuja lombada estava escrito “História Trágico--Marítima”, apetece-me ler o “Naufrágio do Galeão Grande de São João”, dito “de Sepúlveda”, e antes de abrir o volume interrogo-me: que é que recordas dessa narrativa? A cena em que Dona Leonor, a quem os cafres roubaram os vestidos, se enterra até o pescoço para esconder a nudez. E recordo também o marido, Manuel de Sousa, meio louco (“maltratado do miolo”), internando-se na selva onde será comido pelos leões.

Na verdade, venho a verificar após a releitura, Dona Leonor não se enterra até o pescoço, mas até a cintura (a nudez do peito cobriu-a ela com os longos cabelos e uma manta), e não sabemos se os leões comeram o marido, sabemos apenas que nunca mais foi visto. Traições da memória que alteraram os dados da leitura? De súbito, percebo que não e que a minha memória conservou não os ecos da leitura, mas o discurso dum velho professor liceal, discurso que se impôs à posterior leitura. E vi o professor (recordei-o) atrás da secretária (a secretária em cima dum estrado, nós cá em baixo), ouvi a voz dele a contar dramaticamente a história de Dona Leonor e de Manuel de Sousa Sepúlveda. Se não me engano (e misturando-se com a narração), vi até a cor da gravata que usava. História trágica, à grega, em que um destino cego e implacável condena à morte os heróis.

Mais: retive da narração do professor (e da minha leitura, que obedeceu ao espírito dele) a imagem dum Manuel de Sousa, fidalgo virtuoso, que gastara — venho a lembrar-me na releitura — “mais de cinquenta mil cruzados em dar de comer a muita gente”. Escapando-me (não recordava isso nem da exposição do professor nem da posterior leitura) que na companhia de Manuel de Sousa haviam morrido cerca de quinhentos homens e mulheres (entre eles, trezentos escravos).

Trinta ou quarenta anos depois, como vou ler (perdoem-me a retórica, já li) o “Naufrágio”? Porque, entretanto, a professoral influência diluiu-se, combatida por outras influências (a de António Sérgio, por exemplo). E o generoso fidalgo, vítima do destino implacável, torna-se vítima de si mesmo, da sua desmesurada ganância, da sua indesculpável incompetência. E certas frases, que me haviam passado despercebidas, ganham agora relevo, como esta: “e ainda que a nau levava pouca pimenta, nem por isso deixava de ir carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas”. E até as velas e o leme eram de má qualidade.

A ganância, que levava a carregar a nau para lá dos limites razoáveis; a incompetência, que não cuidou do estado da nau, o egoísmo também. E egoísmo, dado que o generoso fidalgo, tão amante dos pobres, ao ver que o galeão se afundava, “chamou o mestre e o piloto e disse-lhes que a primeira coisa que fizessem fosse pô-lo em terra com sua mulher e filhos com vinte homens que estivessem à sua guarda”. Primeiro ele e a família, depois os outros.

O herói, que merecera a atenção condoída do narrador, descia do pedestal onde o meu mestre (e a minha leitura, influenciada por ele) o colocara.

Duas leituras, em suma (de certo modo, eu percorrera, graças às influências dos novos tempos, a distância que vai do século XVI — ainda visível no meu mestre — ao século XX). Mas pergunto-me: sem esse mestre (do qual guardo, de resto, uma saudosa impressão) eu teria lido, inicialmente, o “Naufrágio” tal como agora o li? Virando a pergunta do avesso: sem a influência de Sérgio e de muitos outros, teria relido o “Naufrágio” como o reli hoje? Afinal, nunca nos debruçamos sobre uma obra com espírito virginal, mas sempre sob peso de influências (nós próprios somos uma encruzilhada de influências).

P.S. Há um pormenor ignorado pelo meu professor e que escapou à minha primeira leitura (e, naturalmente, à minha memória). É que, sendo o “Naufrágio” uma história trágica, tragicamente contada, termina de forma inesperadamente cómica (cromossómica herança das tetralogias gregas?). Pantaleão de Sá, um dos sobreviventes da aventura, acabou por

chegar a Lisboa e, bom português à cata de apoios estatais, pretendeu um subsídio do rei. Como, muito naturalmente, os secretários do palácio o despedissem por não verem motivo razoável para tal, ele, homem imaginoso, serviu-se dum estratagema de modo a ser recebido pelo próprio rei. Tendo ouvido dizer que a real magestade padecia duma chaga, aparentemente incurável, mentiu, afirmando-se médico e dizendo que “poderia talvez restituir-lhe a cura”.

Aposta arriscada, pois nada sabia de medicina. “Nesta consideração, como quem já não fazia caso da sua , e apeteendo antes morrer uma só vez do que tantas; ourina na terra, e feito um pouco de lodo, entrou dentro a pôr-lho na quase incurável chaga”. O narrador prossegue: “e, quando o ilustre Sá esperava mais a sentença da sua morte do que remédio algum para a vida tanto sua como do rei, saem os palacianos” gritando-lhe que o rei estava melhor e o compensava com grande quantidade de ouro.

Afinal, o generoso Manuel de Sousa fora conduzido à morte, o mentiroso tivera a vida salva (duplamente salva, primeiro no naufrágio, agora na corte).

Pergunto-me qual terá sido a intenção do escritor ao completar a trágica narrativa com este episódio sobre o qual não faz qualquer comentário. Mas talvez não tivesse intenção alguma. Os ensaístas é que sempre querem ver intenções nos escritores e moem as cabeças (as deles e as nossas) inventá-las.

ABELAIRA, Augusto. Recordação de Humberto Delgado. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 637, p.40, 15/03/1995.

Quantos anos passaram? Ainda há pouco li a data no jornal, mas já não tenho a certeza. Trinta? Quarenta? Não me seria difícil fazer as contas, relacionar o aparecimento e a morte dele com certas situações da minha vida, mas não vale a pena. A sensação de que foi há muito tempo e também ontem. Há muito tempo se penso, se estabeleço relações; ontem, se sinto. As grandes emoções têm (às vezes, nem sempre) esta estranha particularidade: de princípio, quando por qualquer razão as recordamos, parecem situadas há muito tempo, mas depois, se nos deixamos possuir por elas, aproximam-se, ganham calor, fundem-se com o momento que vivemos. Perdem o carácter de simples recordação para se tornarem fisicamente vivas, escondem a realidade circundante. De súbito, não recordamos o passado como espectadores longínquos de nós próprios, deixamos de recordar, vivêmo-lo de novo, somos novamente actores.

A simples madalena mergulhada no chá, o desnivelamento das pedras de certa rua transportando-nos à praça de São Marcos... Esta frase: “Obviamente, demito-o”. Que disse eu?

Humberto Delgado. Que outro nome, para as mulheres e homens da minha geração (refiro-me àqueles que sentiram dolorosamente na carne e na alma o salazarismo, não à detestável nova classe que o 25 de Abril paradoxalmente criou), poderá desencadear essa recuperação emocionada do passado? Há um acontecimento que também produz emoção semelhante, o 25 de Abril, 25 de Abril que não é apenas um dia e sim uma sucessão de dias, de semanas, de meses que se confundem uns com os outros e desencadeiam pensamentos contraditórios aos quais se junta um sentimento de frustração. Mas todas estas emoções voltadas a viver são provocadas por uma data e por um grupo de homens (os capitães de Abril) não pelo nome concreto de um só homem. E Humberto Delgado é o nome concreto de um só homem.

E, assim, digo “Humberto Delgado” e muitas vezes (em momentos privilegiados, de certo) eis-me, jovem professor de liceu, a caminho da estação de Santa Apolónia (já não sei como soubera que Delgado, vindo do Porto, chegava a Santa Apolónia). Estou a descer a Rua Nova do Almada e ao ver que numerosas pessoas a sobem apressadamente, penso: “Que cobardes, merecem bem o Salazar”. A convicção de que fogem, de que têm medo ou, pior, de que são indiferentes. Não lhes dei sequer o benefício da dúvida: saberiam da chegada do general? Mas quem não sabia não merecia saber. Não, nada tenho que ver com esta humanidade, eu sou eu, nada tenho que ver com esta gente.

Depois, já no Terreiro do Paço... Sim, como pudera duvidar da humanidade? Centenas, milhares de pessoas a caminho de Santa Apolónia (certamente informadas por algum anjo, vindo dos céus, escapado à vigilância da censura e da PIDE, provavelmente até da Igreja portuguesa) para receber quem viria a ser (já era) o General Sem Medo. E aí está: subitamente deixei de ser *eu* para ser *nós*, *nós* os que íamos receber o libertador. Um homem, um simples homem, fizera esse raríssimo milagre de me fundir com os outros, de tal modo que, se digo hoje “*eu* fui esperar o general Humberto Delgado”, exprimo-me mal, viciado pelo hábito de ser *eu*. Terei de dizer “*nós* fomos receber o general Humberto Delgado”.

Mas, agora, ao escrever, o pronome pessoal *eu* infiltrou-se-me na escrita, traindo a emoção renascida. Quero dizer: não pude escapar a sentir que a mão que pega na caneta é a *minha*, não a *nossa* (enquanto escrevo, vejo-a) — e isto revela-me quanto a escrita se distancia da vida. Sou *eu* que escrevo, mesmo quando escrevo *nós*. Mas se estivesse a falar diria *nós*.

P.S. – “O” General Sem Medo, dizia-se então e continua a dizer-se. Já se pensou, os generais (passados, presente e futuros) já pensaram no que significa o emprego pela gente comum do artigo definido a propósito de um general? Dizer “O” exprime a convicção de ser ele o único sem medo. E não quero discutir se há nisso alguma injustiça, sublinho apenas

aquilo que se pensa e sente quando tal se diz. Há neste "O" qualquer coisa como o espanto por ele, sendo general, não ter medo.

ABELAIRA, Augusto. O milagre de faz côa. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 638, p.44, 29/03/1995.

Por não compreender que hoje os tempos são outros e continuar agarrado a ideais que tiveram o seu papel há quarenta, trinta ou vinte anos, agora ultrapassados? A pergunta: a juventude actual tem ideias e é capaz de se bater por elas? A prudência impõe-se, as generalizações (não há uma juventude, há muitas) são o pecado mortal de quem emite sentenças. De resto, a existência de organizações juvenis dentro dos partidos sugere, embora não prove, que há largos estratos de jovens com ideais políticos e sociais. E o facto de muitos deles não se inscreverem nos partidos também pode significar a mesma coisa.

O pouco que sei e me conduz a algum pessimismo é fundamentalmente o que leio (o que vejo talvez seja simples aparência). Mas se a minha experiência directa tem algum valor, concluo muitas vezes, a propósito dos jovens A, B e C (socialmente desinteressados), o seguinte: se eles têm vivido durante o fascismo, viveriam apaixonadamente certas preocupações não meramente pessoais. Verificação que me leva a pensar — perdoem o humor negro — que o fascismo nos faz falta, que a democracia, não só a cavaquista (ao fim de dez anos, estamos todos mais ou menos cavaquizados), amolece os espíritos, rouba o espírito de utopia.

Especulações de leigo, não de sociólogo.

Uma recente reportagem, publicada no “Público” e da autoria de Margarida Portugal, veio, e ainda bem, perturbar-me. Intitula-se “O Milagre de Foz Côa” e narra a autêntica revolução que, graças à descoberta das gravuras pré-históricas, se manifestou na escola secundária daquela terra. De acordo com a autora “os professores andam extasiados com os alunos, os alunos andam deslumbrados com a escola. Mês e meio de polémica fizeram mais pelo ensino da região que todas as reformas do sistema educativo”. E acrescenta: “Porquê? Porque subitamente *tudo faz sentido*”. E, para mim, o “subitamente” é revelador. Por um lado, confirma o pessimismo: antes do “subitamente” nada tinha sentido. Por outro lado, um justo optimismo.

Subitamente. Como declara um professor: “Pela primeira vez, temos aqui um grupo de alunos que querem, de facto, fazer alguma coisa”. A autora comenta: “Tal é o envolvimento dos jovens nas inúmeras actividades em que se desdobram para dar corpo à sua posição em relação à defesa das gravuras”. Defesa que tantos incómodos causa às nossas entidades governamentais, que aos Santos Apóstolos ofereceram, sem êxito, meia dúzia de velinhas para intercederem junto da Unesco no sentido de esta se manifestar a favor da continuação das obras da barragem.

Um dos professores fala (a expressão é bonita e poderia ser de Bourdieu) no “capital de curiosidade” dos alunos e confessa com modéstia: “Nós (professores) limitámo-nos a constatar o facto e a agir de acordo com ele”. Alunos que de tal modo estimularam os professores que estes “reorganizaram as actividades da área-escola para irem ao encontro das motivações” deles.

Entusiasmo dos alunos, só possível por ter surgido alguma coisa em que acreditaram (“Estamos a defender — diz um aluno — aquilo em que acreditamos”). E, conta ao jornalista, “não são as cartas sem resposta enviadas para o ministério e o mutismo da ministra que os vão desencorajar, o reconhecimento e o encorajamento público não lhes faz falta”. Saliente-se a inimaginável preocupação pedagógica que leva um burocrático Ministério da Educação a deixar sem resposta o entusiasmo daqueles jovens!

“Milagre educativo”, dizem os professores, eles próprios espantados. Possivelmente, já tinham deixado de acreditar nos jovens (e neles próprios ou na eficácia da escola). Professores que, “subitamente”, também passaram a acreditar.

O capital de curiosidade, de paixão, sem o qual não há ideais e que encontrou um motivo para acordar: a descoberta das pinturas rupestres. Que, muito possivelmente (e sirvo-me do título dum grande filme), os conduziu de “rebeldes sem causa” a “rebeldes com causa”. De tal modo que “a taxa de problemas disciplinares na escola baixou drasticamente”.

Conclusão: o capital existe, a apetência para os ideais existe. Mas também o problema: nem todos os dias, e em todas as terras, se descobrem gravuras pré-históricas. Por outras palavras: é preciso inventá-las e essa é, julgo eu, a tarefa de todos nós. Mas como?

P.S.: Li nos jornais que um dos nossos ilustres pedagogos, professor catedrático Direito, descobriu o método de estimular a curiosidade jurídica dos seus alunos ao perguntar-lhes nos exames coisas como: "Quem esteve no enterro de Grotius?" Imagino que um catedrático de Física ou de Matemática pergunta ao aluno Einstein: "Quem esteve no enterro de Newton?" "Ou o professor que ensinou contraponto a Beethoven". "Quem esteve no enterro de Bach?" Como um era irónico e o outro malcriado, gostaria de saber como responderiam.

ABELAIRA, Augusto. Arte pela arte? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 639, p.41, 12/04/1995.

Certamente mandada construir por um emigrante enriquecido, há (ou havia, escrevo alguns anos depois) na subida para Castro Laboreiro uma vivenda em cujo telhado vermelho (ou preto?) estão (ou estavam) pintadas ridiculamente umas inúteis manchas brancas.

“Ridiculamente”, escrevi e logo desejei riscar o advérbio, na verdade discutível. “Ridiculamente”, porquê? Mas decidi mantê-lo, ele revela, para minha vergonha, a espontânea reacção do homem cultivado (ou pretensamente cultivado) que considera desnecessárias, não funcionais (e por isso mesmo ridículas), aquelas manchas brancas no telhado. Mas a cariátide, em vez da simples coluna, não deveria também merecer o meu sorriso irónico? Sim, a reacção do homem cultivado (ou pretensamente cultivado), repito, que não reagiu assim apenas por achar despropositadas tais manchas brancas, mas por terem sido pintadas (ou mandadas pintar) por um emigrante, preconcebidamente considerado inculto. Mas até a atribuição da condição de emigrante ao dono da vivenda talvez seja arbitrária.

Pura decoração sem qualquer significado que não esse, o de “embelezar” o telhado? Ou arte realista, imitação da neve, como logo de início me pareceu (e isso também terá contribuído para o meu sorriso)? Contra esta última hipótese talvez pudesse objectar-se que em Castro Laboreiro não é preciso imitar a neve, a neve está lá. Mas se este argumento fosse válido, os pintores toscanos também não teriam enchido os seus quadros com ciprestes, os ciprestes também estavam lá. E até estavam (e estão) bem mais do que a neve em Castro Laboreiro, onde, pelo menos no Verão, não está. Mas como o emigrante viria à sua terra no Verão...

Sim, por que salpicou ele de branco o telhado? Fantasio-me de arqueólogo do século XXX e proponho que o desconhecido autor de tal pintura terá procurado assegurar magicamente a reprodução da neve. Donde, uma segunda conclusão: que tal pintura pertenceria a uma época em que a neve rareara, conclusão que certamente teria entrado em choque com os possíveis estudos dos historiadores do clima de Castro Laboreiro. Talvez fosse de aceitar esta outra hipótese: a neve não fora pintada por se ter tornado rara, mas por o seu culto reforçar a coesão social dos habitantes de Castro Laboreiro. Etc.

Sim, por que salpicou ele de branco o telhado? E por que, reagindo espontaneamente, considerei ridícula tal manifestação? E por que não sorrio perante os bovídeos de Foz Côa, os bisontes de Altamira ou o “Gattamelata” de Donatello? Pelo menos, do ponto de vista da imitação, não me parece que qualquer destes três exemplos seja superior as pinturas do telhado de Castro Laboreiro. E também não percebo em que é que o impulso do emigrante para imitar a neve é mais ridículo do que o impulso de Donatello para imitar o *condottiere* em cima do cavalo.

Enfim, estou envergonhado comigo próprio. Pensando bem, não estou envergonhado, mas deveria estar. A vergonha de não estar envergonhado. Em tudo isto, o que verdadeiramente importa não é se os flocos de neve executados pelo emigrante são menos dignos de admiração do que a estátua de Donatello (não tenho opinião). O que verdadeiramente importa é a natureza do impulso do emigrante — e esse impulso foi de natureza estética, penso eu, e mais puro do que o de Donatello, pago para homenagear um guerreiro.

Mais puro — e permita-se-me que acrescente: o emigrante de Castro Laboreiro é muito mais artista que os chamados grandes artistas, aqueles de que falam as Histórias da Arte (os Donatello, os Bach, os Dostoievski, os Antonioni). Estes dobraram a sua arte com mensagens ideológicas, criaram uma arte que não era unicamente arte, criaram uma arte impura. Deveriam ser expulsos das Histórias da Arte para serem incluídos nas Histórias da Arte “ao serviço de”. O emigrante de Castro Laboreiro, tudo me leva a crer (e estou em desacordo com o arqueólogo do século XXX), fez arte pela arte, arte sem quaisquer outros objectivos. Ele é que deveria ser citado nas Histórias da Arte.

Como Giotto, antes de ser Giotto. Porque depois de ser Giotto. Porque depois de ser Giotto e pintar os frescos de Assis ou da capela dos Scrovegni, Giotto deixou de ser somente artista. Artista (somente artista) foi ele quando, ainda criança e pastor, pintava nas rochas os carneiros do seu rebanho (como os artistas de Foz Côa?). Até o lamentável dia (lamentável para a pureza da arte) em que Cimabue o descobriu — e, mandando-o para a escola, fez dele um pintor propagandista.

ABELAIRA, Augusto. O outro calcanhar de Aquiles. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 640, p.45, 26/04/1995.

Relembrando: Agamémnon acabara de ofender Aquiles ao exigir, sem razão aceitável, que lhe devolvesse a escrava Briseis — e a questão que certamente se impôs ao espírito de Homero (digo bem, de Homero e não de Aquiles, simples personagem romanesca) foi: Aquiles desembainhará a espada para, desagrandando a honra, matar Agamémnon, ou dominará a cólera, a tão futuramente bem conhecida “cólera de Aquiles”? Dominar a cólera em vez de desafiar Agamémnon poderia fazê-lo passar por cobarde, se não perante os companheiros gregos que bem o conheciam, pelo menos perante nós, ouvintes ou leitores, os destinatários reais e virtuais do seu poema.

Questão grave para Homero, interessado em valorizar Aquiles, afinal o herói da história que decidira contar. Se optasse pelo duelo, das duas uma: ou, conhecedor da vulnerabilidade do calcanhar de Aquiles, Agamémnon matava o grande herói e não haveria “Ilíada”; ou Aquiles matava Agamémnon — mas então Agamémnon não poderia regressar a Micenas a fim de ser assassinado por Egisto e Clitemenestra e, sem esse assassinio, Orestes e Electra não poderiam vingar o pai, dando origem a uma das mais clássicas tradições culturais do Ocidente (quem seríamos nós sem a história trágica dos Átridas?).

Questão grave para Homero, insisto, que além do mais tinha responsabilidades perante os vindouros (os dele e os nossos, desde Ésquilo a Sartre). Poderia, é certo, cortar o mal pela raiz, evitando o conflito entre os dois guerreiros, não dando portanto existência à escrava Briseis (tal como Flaubert poderia ter salvo Emma Bovary do adultério e da morte se não a tivesse apreenhado a Rodolphe Boulanger). Infelizmente, os romances vivem dos conflitos, e sem aquele conflito (ou outro, mas qual?) não haveria “Ilíada” (também sem a existência de Rodolphe — e até de Emma Bovary — não haveria o romance chamado “Madame Bovary”).

Logo, se Agamémnon e Aquiles teriam de continuar vivos para cumprir os seus destinos literários e culturais, a liberdade de escolha de Homero reduzia-se a quase nada (e chamo Homero não necessariamente ao poeta que teve esse nome e viveu no século VIII a.C., mas ao anónimo que inventou a história — alguém há-de tê-la inventado). A Homero cabia a espinhosa tarefa de salvar a honra dum Aquiles que não chegara a desembainhar a espada (e que não podia desembainhá-la pelas razões acima expostas). Mas como?

Por sorte, dispunha (como não o invejar!) de recursos hoje vedados aos romancistas — e convidou a deusa Atena a resolver a dificuldade. Assim, quando, “tanto em sua alma como em seu coração”, Aquiles ainda hesitava, Homero ordenou a Atena que aparecesse (apenas a Aquiles, mais ninguém a viu) e que o agarrasse pelos loiros cabelos. Perante o espanto do nosso herói, a deusa convidou-o à moderação, garantindo-lhe que ganharia três vezes mais em abandonar Briseis do que em conservá-la. Promessa traiçoeira: se Aquiles se retirasse para a Grécia, como chegou a pensar, adiaria o momento da morte (a não ser que Homero o matasse durante a viagem). E se por “três vezes mais” se entende a promessa de vir a ser o herói da “Ilíada”, apetece perguntar que contas eram essas. Porquê três vezes? A “Ilíada” não vale muito mais do que todas as Briseis do mundo? Foi, pelo menos, a opinião de Aquiles, que, apesar do choro de Briseis, a deixou partir sem se comover, ao contrário do que pensou Ajax, se bem o interpreto, pois virá mais tarde a dizer-lhe: “Tudo isto por causa dum mulher? Mas oferecemos-te muitas mais....” Ajax, magnífico guerreiro, tinha do amor uma visão quantitativa. Precursor de Don Juan e do catalogo de Leporello?

Sábria, mestra (ao que penso) de Sócrates e dos sofistas. Atena recomendou a Aquiles: “Acaba com essa querela, não puxes da espada, combate Agamémnon apenas com palavras”. Apenas com palavras? Aquiles cumpriu o conselho, insultando Agamémnon, ameaçando-o: se exigisse mais alguma coisa “o teu sangue negro jorrará”.

Agamémnon fingiu não ouvir o insulto (no critério dele a Briseis valia mais do que ser cantado como herói na “Ilíada”) e Aquiles retirou-se para a sua tenda, acalmando a cólera com a lira. Até que...

Salvou-se a “Ilíada” e a possibilidade de Agamémnon ser assassinado no regresso a Micenas. Mas será legítimo dizer que Aquiles saiu inteiramente limpo do conflito que o opôs a Agamémnon? Esquecendo por um momento a maneira inclassificável (pelo menos, pouco romântica) como Aquiles se portou com Briseis, permita-se-me uma digressão: imaginem que Afonso de Albuquerque, depois de se sentir agravado pelo rei, pedia a Deus que favorecesse os infiéis e mandasse chacinar os portugueses. Que pensaríamos dele? E todavia foi esse o procedimento de Aquiles, o grande, o exemplar herói. Para se vingar de Agamémnon, mas esquecendo os aqueus seus irmãos, pediu a Zeus (por intermédio de Tétis) que favorecesse os troianos e chacinasse os gregos.

Convenhamos que Heitor seria incapaz de um tal pedido.

ABELAIRA, Augusto. A surpresa. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 641, p.38, 07/06/1995.

Para falar com franqueza, já não sei como viera o livro parar às minhas mãos, embora me lembre perfeitamente de que, estando sentado numa esplanada do Campo Grande — e tendo-o posto em cima da mesa, enquanto lia o jornal —, se aproximou de mim uma jovem estudante, que, sempre a andar, como se tivesse pressa, me disse com um sotaque (talvez alemão qualquer coisa como: “Leia, leia, é uma obra importante”. Não tive tempo de perguntar fosse o que fosse — ela ainda não acabara a gentil recomendação e já tinha desaparecido.

Uma obra importante? O nome do autor — Kurt Tucholski — nada me dizia, e, folheando o volume, verifiquei tratar-se duma recolha de crónicas. Como detesto o “género crónica”, nem carne nem peixe, jornalismo ou literatura, memória ou ensaio, adiei para casa um exame mais cuidadoso, destinado a saber se, apesar de tudo, seria ganhar tempo o tempo perdido a lê-lo. Não estou certo, mas de regresso a casa, devo tê-lo deixado em cima duma mesa sobre a qual nos dias seguintes fui despejando outros livros. Até que, semanas depois, decidido a aliviar a mesa, a torná-la disponível para acolher novos livros, peguei em todos eles (todos eles se escondiam uns debaixo dos outros) e arrumei-os ao acaso.

Dezasseis anos se passaram.

Ontem, ao libertar de novo a tal mesa. Ao procurar nas estantes espaço onde pudesse ir enfiando, sempre ao acaso, os livros que o tempo esquecerá, a lombada vermelha do Tucholski saltou-me a vista não como sendo do Tucholsky, mas de outro livro, também de lombada vermelha, que há muito tempo procuro sem êxito (e sem a consulta do qual não posso escrever para o “JL” uma certa e determinada crónica). Passados os primeiros segundos de desilusão (a dita crónica mais uma vez adiada), recordei-me do Campo Grande e da jovem alemã (tinha olhos azuis, lembrei-me com espanto — e com espanto porque não dera pela cor deles, quando os vira). Ouvi-a dizer de novo: “Leia, leia, é uma obra importante”. Abri o livro na primeira página e pude ler: “Seleção, tradução e notas de um grupo de docentes de Filologia Germânica da Universidade de Coimbra, sob a direcção de Irmgard Ackermansann”. Enfim, se um grupo de estudantes da Universidade de Coimbra se deu ao trabalho de...

“Vejamos”, pensei, consultando o índice, ainda sem me sentar, pronto a devolver o livro ao cemitério da estante. E como havia uma crónica sobre Kafka, resolvi fazer dessa crónica o metro para medir os talentos do autor. Começo então: “Ao pôr de lado o livro mais inquietante e mais violento dos últimos anos, *O Processo*, de Franz Kafka. É com dificuldade que consigo explicar as causas da minha perturbação. Quem é que fala? Que é isto?” O que da mais sabor a reflexão de Tucholsky é que foi escrita no ano seguinte ao da publicação d’ *O Processo*, quando sobre ele ainda pouco se dissera. Digamos que pela boca de Tucholsky falava ainda a pura (a quase pura) espontaneidade, digamos que ainda não se sabia ser *O Processo* uma das grandes obras-primas do século (eu até nem gosto muito, embora concorde com a opinião geral). Mas Tucholsky sente-se esmagado e continua: “Quando começamos a ler um livro, no fim de vinte ou trinta páginas já sabemos tudo onde havemos de situar o escritor do que se trata: o que se vai passar, se é a sério ou não; como é que, a traços largos, se tem de classificar um tal livro. Neste, não se sabe nada. Anda-se às apalpadelas no escuro. Que é isto? Quem é que fala?” E um pouco mais adiante, apostando (aindai era apenas uma aposta): “Franz Kafka crescerá ao longo dos anos que agora se vão seguir a sua morte”.

Depois de “aprovar” Tucholsky, dispunha-me a fechar o livro para o ler a noite, quando, ainda de pé, “qualquer coisa” me saltou a vista na crónica seguinte, iniciada na mesma página e intitulada “O Equilíbrio da Vida”. Acabara de ler. “Um romance a sério, não uma coisa artificialmente retocada e esticada como as que, demasiado escassas para dar uma novela decente, abundam hoje em dia”. Comentava um romance português e na linha anterior escrevera: “Foi uma amiga que me mandou o livro e muito tenho que lhe agradecer. Há muito tempo que não lia uma coisa assim”.

Há muito tempo? Acrescento esta outra passagem, continuando a esconder qual era o livro (terá de ser o leitor a adivinhar): “O amigo do narrador vive em Paris, num luxo das mil e uma noites. Farta-se do luxo e da cidade — vai para uma quinta em Portugal, a nausea vazia da cidade transforma-se numa sobrestimação lírico-sentimental da vida no campo, o ponteiro oscila e ele encontra finalmente o equilíbrio da vida”.

Termina, dizendo: “É com a máxima insistência que recomendo” este romance.

Claro está que escrevi esta crónica por pensar que poucas pessoas saberão que o romance (continuo a esconder o nome dele) foi traduzido para alemão em 1903 (não vejo referência a tal no precioso *Dicionário de Eça de Queiroz*), isto é, apenas dois anos depois de publicado, e que um famoso cronista escreveu admirativamente sobre ele (também escreveu sobre *A Relíquia*, informam os autores da colectânea).

Independentemente dessa razão, que o meu amor pelo Eça explica, e por rezear que pouca gente tenha dado pela existência do livro de Tucholsky, também o recomendo. *Hoje Entre Ontem e Amanha* (o título da obra) reúne numerosas e apaixonantes crónicas dum pacifista a quem Hitler mandou queimar os livros e retirou a nacionalidade alemã, alguém que, desencantado, acabou por se suicidar, como tantos outros grandes escritores alemães que tiveram a pouca sorte de viver durante a época nazi.

ABELAIRA, Augusto. Fernando Mendes Pinto: as duas peregrinações. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 644, p.44, 21/06/1995.

Será verdade, será falso? Um pouco sem dar por isso, passamos a vida com estas interrogações a propósito do que vamos lendo. De tudo? De quase tudo, há um domínio em que nos permitimos abdicar dessas preocupações, o da literatura. “O meu amigo Jacinto nasceu num palácio, com cento e nove contos de renda em terras de sementeira, de vinhedo, de cortiça e de olival”. Preocupa-nos saber se esta afirmação de Zé Fernandes (de Zé Fernandes?) é verdadeira? Ficaríamos desiludidos se a soubéssemos falsa?

O conhecimento prévio de estar na presença dum romance esvazia estas interrogações. Quando muito (o demónio é inimigo da tranquilidade, procura inquietar-nos), pomos às vezes a questão: embora sabendo que o Jacinto não existe, seria verosímil que, caso existisse, tivesse nascido num palácio, etc.? Concedida a verosimilhança, passo adiante (mas se não fosse verosímil também talvez passasse adiante, a verosimilhança, em literatura, só é exigível em certas circunstâncias).

Falei em literatura, estava a pensar na poesia e na ficção, mas estas palavras serão aplicáveis às obras de carácter confessional ou memorialístico? Quando Rousseau nos informa do seu, entretanto famoso, roubo, a questão de tal confissão ser ou não verdadeira (de ser mesmo uma confissão e não uma ficção) deixa-me indiferente?

Respondo: deixa ou não deixa, consoante o tipo de leitura que escolhi. Quero dizer: se me entrego a uma leitura puramente literária, estética, se decidi ler *As Confissões* como um romance, não me interrogo acerca da verdade. Se, porém, decidi ler *As Confissões* como um documento não literário, puramente biográfico, então interrogo-me. Interrogo-me e até me sinto disposto a não acreditar na verdade da “confissão”. Rousseau poderia estar interessado não em confessar-se (não em dizer verdades), mas em ficcionar-se perante nós. E, seja como for, estava (estaria) interessado em fazer literatura. Ao inventar um roubo inexistente, terá dado expressão à sua veia artística. Evitando chamar ficção à obra para obrigar-nos a colocá-la no plano da verdade/falsidade, por desejar ser acreditado, por desejar humilhar-se (ou para tirar partido estético dum valor não estético).

Hipóteses gratuitas (como todas as hipóteses literárias) de quem não sabe como ocupar o tempo. Mas ocorreram-me hoje, talvez a despropósito, porque me deu na realíssima gana folhear a *Peregrinação* e fui parar aos famosos capítulos em que Fernão Mendes Pinto nos dá conta da sua primeira viagem ao Japão.

E aqui está. Peguei na *Peregrinação* como poderia ter pegado na *Brasileira de Prazins* ou no *Robinson Crusoe*.

Como poderia ter pegado no *Robinson Crusoe*? Enfim, depende. Hoje classifico o *Robinson Crusoe* como romance, mas Defoe publicou-o como obra autobiográfica e depois sofreu, em letra de forma, a acusação de mentiroso.

Mentiroso? Em vez de reconhecer a verdade duma acusação que nada tinha de humilhante, explicou que a obra era, sim, autobiográfica, embora com um carácter alegórico. Hoje, Defoe não precisaria de defender-se, até porque ninguém o acusaria. Aquele escrito, então considerado uma grosseira mentira, chamamos hoje romance, e genial. Defoe não foi um repórter honesto e talentoso, perseguido pelo desejo de contar verdades, mas um inventor, competiu com Deus ao dar realidade ao que poderia ter acontecido, embora não tivesse acontecido. Mais ousado do que Deus, pois Deus limitou-se (se o seu mais inteligente “relações públicas”, Leibniz, tem razão) a criar o melhor de entre todos os mundos possíveis, enquanto Defoe ousou criar um mundo que de modo nenhum é o melhor possível (teria sido melhor se não provocasse o naufrágio de Robinson, embora, valha a verdade, sem o dito naufrágio se perdesse o romance — e sem esse romance o mundo ainda seria muito pior).

Com o simples facto de chamar romance ao *Robinson Crusoe* desaparece o problema que indignou alguns contemporâneos de Defoe. E embora eu saiba que houve mais do que um falso Dom Miguel, também não me preocupo saber se a história contada pelo Camilo na *Brasileira de Prazins* corresponde à verdade. Camilo é um inventor, e como invenções

temos de considerar as suas obras. Que não são nem verdadeiras nem falsas, embora susceptíveis as afirmações verdadeiras ou falsas.

Se quiserem, há duas *Peregrinações*, embora borgesianamente iguais. Uma delas pode ser arrumada pelos autores de compêndios na secção “Literatura de Viagens”. Contém importantes informações de natureza geográfica, histórica e etnológica, informações que obrigam os cientistas à permanente interrogação: será verdade? Nessa *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto talvez minta quando se inclui entre os primeiros “descobridores” ocidentais do Japão e quando se diz testemunha presencial da oferta da primeira espingarda ao governador japonês.

A outra *Peregrinação* não pode ser incluída no capítulo da “Literatura de Viagens”, é — ou tornou-se — pura literatura, tal como a *Odisséia* (também há duas *Odisseias*, embora nenhum historiador se tenha lembrado — felizmente — de a colocar no capítulo da “Literatura de Viagens”), e não deve ser avaliada pelos críticos de verdade e de falsidade, não pertence ao domínio dos historiadores, dos etnólogos e dos geógrafos. Aliás, a maneira como Fernão Mendes Pinto se concebia está bem clara quando explica como respondeu às perguntas do governador japonês: “respondemos mais conforme ao gosto que nele víamos que não ao que realmente era verdade”.

Fernão Mendes Pinto escreveu para os leitores como se fossem o governador japonês. Para os leitores, isto é, para a ideia que ele tinha dos leitores, ideia que nem sempre terá sido a mesma, que não terá acompanhado a sua escrita da primeira à última página. É bem evidente que Fernão Mendes Pinto, por vezes, escreve para Deus. Mas, mesmo neste caso, penso que terá escrito também conforme ao gosto de Deus, que não ao que realmente era verdade.

Bom apreciador da literatura, Deus deliciou-se com a obra e fê-lo entrar directamente no Céu sem passar pelo Purgatório, onde ainda estão a cumprir uma pena de mil anos os jesuítas que lhe censuraram o livro. Quem sabe? Por amarem a verdade e não a literatura.

P.S.: A propósito: os jesuítas, que muito bem conheciam o que se passara no Japão com os portugueses, não censuraram as páginas de Fernão Mendes Pinto sobre esse tema. Não será isto a melhor prova de que neste caso falou verdade, de que esteve entre os primeiros portugueses que abordaram o Japão, que assistiu à entrega da espingarda ao nautaquim?

ABELAIRA, Augusto. Deus ou ficção? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 645, p.39, 05/07/1995.

História verdadeira, isto é, - que descreve um sucesso realmente acontecido (embora extraordinário) ou pura ficção? Porque o nosso juízo será um ou será outro, consoante os casos. No primeiro, dirigiremos a atenção para Deus (quais as intenções de Deus), no segundo, para o autor do “conto popular” (quais as intenções dele).

Resumindo: um homem, que andava à procura dum padrinho para o filho, foi por essas estradas fora e encontrou um pobrezinho a quem perguntou se queria ser seu compadre.

O pobrezinho respondeu:

— Quero; mas tu sabes quem eu sou?

O homem, um camponês, não era dado a curiosidades inúteis, interessava-lhe apenas encontrar um compadre, fosse ele quem fosse — e isto mesmo respondeu, desiludindo o pobrezinho, que desejava, como veio a perceber-se, prolongar a conversa, vaidosamente, em torno do seu precioso eu. Acrescentou então, procurando deslumbrar o camponês:

— Pois, olha, eu cá sou Deus. — E, de princípio, alegrou-se com o espanto do outro, mas interpretou mal esse espanto, porque o pobrezinho respondeu, humilhando-lhe a vaidade:

— Já não me serves: porque tu dás riquezas a uns e a pobreza a outros. — E sem sequer olhar para trás, sem aceitar a conversa que Deus tanto desejava, continuou à procura do compadre.

Aqui, suspendo a leitura do conto e recupero a minha dúvida inicial: história verdadeira ou ficção? Porque se a história é verdadeira e Deus apareceu realmente ao camponês, pergunto: então Deus não previu a resposta, não sabia já que se sujeitava a uma humilhação, primeiro da vaidade e depois por praticar a injustiça, distinguir os ricos dos pobres? (A não ser que se tratasse duma mistificação e o pobre, um embusteiro, fingisse ser Deus.)

A outra hipótese: estamos perante uma ficção. Em dada época (antes ou depois do século XVIII?), certo autor (ilustrado?, iletrado?) inventou esta história. Um cantor com preocupações sociais, crente nas virtudes pedagógicas da ficção — e bastante céptico acerca da religião, pelo menos da religião como a igreja ensinava. Autor com êxito, a história correu a Europa em várias versões, sem que possamos dizer onde nasceu — e, se a memória não me falha, Lévi-Strauss considera a versão portuguesa a mais interessante de todas.

A narrativa não acaba onde a deixei. O camponês encontra outro pobre a quem repete o pedido: queres ser meu compadre? E a resposta é igual à que dera Deus (ou o pobre mistificador ou o autor do conto):

— Quero; mas sabes quem eu sou? — E como o camponês de novo se manifestasse desinteressado: — Eu cá sou a Morte.

— És tu que me serves, porque tratas todos por igual.

Independentemente de ser falso que a Morte trata todos por igual, repito a questão do início: história verdadeira ou ficção? E se a história é verdadeira, se o camponês encontrou alguém que fingiu ser a Morte, esta dúvida: não seria Deus, outra vez? Porque se foi Deus, este segundo encontro dá outro significado ao primeiro (afinal, este segundo encontro inserir-se-ia num plano preconcebido ou seria consequência do fracasso da primeira aparição — mas deixo o problema aos teólogos). E, que eu saiba, a Morte, como entidade, como pessoa, como sujeito, não existe, é pura imaginação dos homens, com foice ou sem ela. Brincadeira de Deus, a não ser que tenha sido brincadeira do Diabo, o que complicará a interpretação dos factos (excluo, pelo menos provisoriamente, a hipótese de se tratar da brincadeira dum pobre, dado à filosofia).

Se, porém, o conto é pura ficção, se nada daquilo aconteceu realmente, se não se relaciona com os insondáveis desígnios da divindade, se foi o pretexto dum autor terreno,

popular ou erudito, para transmitir uma mensagem, então direi, mesmo se a interpretação é discutível, que esse autor quis negar a existência do céu e do inferno. Explicando-me: o autor do conto insinuaria que Deus criara as desigualdades na Terra, durante a vida dos homens, mas que, no reino da Morte, quem manda é ela — e todos são tratados como iguais.

Ou, voltando atrás (e aceitando a verdade da história), se Deus teve realmente aquela conversa com o camponês e, perante a reacção dele, e para o experimentar, disfarçou-se de Morte, terá querido dizer, contra os ensinamentos da sua Igreja, que não há Céu nem Inferno.

Pessoalmente, inclino-me para esta hipótese de que Deus apareceu realmente ao camponês, de que não estamos perante a ficção dum anónimo genial, mas não dou como segura a minha interpretação. Deixo-a aos teólogos.

P.S.: O conto não acaba onde o deixei, desenvolve-se até de maneira muito divertida com o camponês a tentar enganar a Morte, mas atribuo essa continuação a outro autor. A não ser que o mesmo autor a tenha colocado lá para desviar as atenções do seu significado principal — e neste caso estaremos perante uma ficção, o que contraria a minha hipótese preferida.

ABELAIRA, Augusto. Khadji Murat. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 646, p.36, 19/07/1995.

No meio das plantas esmagadas, mortas pelos arados, um cardo vende cara a vida, resiste, e Tolstoi (em 1896) emociona-se: “Que energia, o homem tudo venceu, destruiu milhões de ervas, mas não venceu este cardo”. E, de súbito, lembra-se de Khadji Murat, o guerreiro (herói e traidor). De quem, quarenta anos antes, tanto ouvira falar, que tanto desejara conhecer (era então Tolstoi um jovem oficial cumprindo o serviço militar nas guerras do Cáucaso). A partir desse momento, acordado por essa emoção, Tolstoi dedicará parte dos catorze anos de vida que lhe restam a escrever e reescrever (dezasseis versões, duas mil e tal páginas), a sua última obra de ficção. Salvo erro. Depois de mudar várias vezes de nome (**O Cardo, A Guerra Santa, Recordações dum Velho Militar, Khadji Murat**, por fim) a narrativa guardara apenas cento e oitenta páginas e será publicada postumamente em 1912 com três ou quatro capítulos cortados pela censura (muito “justamente” diga-se de passagem, são de uma tremenda violência contra o czar).

Quarenta anos depois (os mesmos — ou outros — quarenta anos que haviam separado os dois Tolstoi, o do cardo e o do Cáucaso), li o **Khadji Murat**. E depois... Depois mais quarenta ou cinquenta anos passaram sem que voltasse a pensar nessa narrativa (lembrava-me muito melhor de **Sebastopol**), sem me recordar até de que ela se situava na época das guerras coloniais do Cáucaso, se é que me recordava de que o Cáucaso tinha sido uma região de guerras coloniais. Até pude, entretanto, visitar o Cáucaso sem nunca pensar no Khadji Murat (no herói e no romance). E afinal ando há alguns meses a ouvir falar nos Tchetchenos sem que nunca tal palavra (“Tchetchenos”) me tenha soado a coisa conhecida (mesmo que não conseguisse lembrar-me a propósito de quê). A memória, máquina de esquecimento.

Mas na semana passada, lendo uma crónica de José Milhazes sobre o assalto ao hospital de Budionovski, encontro este comentário: “Não obstante fazer parte do programa escolar, os actuais dirigentes da Rússia parecem não ter lido a obra de Tolstoi, **Khadji Murat**, onde o grande clássico descreve cenas da primeira guerra entre Tchetchenos e Russos e os costumes do mais aguerrido dos povos do Norte do Cáucaso”.

Sim, para que serve a memória, pelo menos a minha, se, durante meses, posso ler um nome sem recordar aquilo que uma memória eficaz teria considerado útil para compreender os recentes acontecimentos, para compreender que espécie de homens são (continuam a ser) esses tchetchenos contra os quais combatem os russos de Ieltsin, contra os quais combateram os russos do czar Nicolau.

Não estou apenas a lamentar uma falta de memória que impediu o reconhecimento de quem eram os Tchetchenos (impediu até que me interrogasse acerca do estranho adormecimento do nacionalismo dos Tchetchenos durante o período soviético), estou a lamentar que esse esquecimento tivesse empobrecido a minha passagem pelo Cáucaso.

Porque ou visitamos uma região desconhecida sem nada saber dela, e então vemos apenas o que vemos; ou então levamos na memória numerosos conhecimentos acerca dessa região, e vemos não apenas o que vemos. Assim, o Partenon não é somente aquela ruína que está ali diante dos nossos olhos, sob o sol abrasador, é também aquilo que sabemos, tudo quanto a nossa memória guardou acerca da civilização grega (a história e os mitos, a deusa Atena e o homem Péricles). De tal modo que poderíamos visitar o Partenon de olhos fechados — e sentir a mesma emoção, só porque nos sabemos fisicamente próximos dele.

Apesar de tudo, quando observei as grandes montanhas do Cáucaso não me limitei a vê-las com os olhos. Conduzidos, pelo que sabia, eles, os olhos, puderam ver a águia do Prometeu e o próprio Prometeu. O Cáucaso não foi, portanto, para mim, quando por lá passei, apenas uma realidade geográfica. Mas sinto agora que esse Cáucaso não foi também o que poderia ter sido se me tivesse lembrado do pequeno romance de Tolstoi, se tivesse povoado as montanhas, com esses tchetchenos que se haviam escondido na minha memória, mas não no Cáucaso. Nem me lembrei de relacionar — bem ou mal, pouco importa — o mito de Prometeu com a guerras de libertação dos Tchetchenos.

ABELAIRA, Augusto. Horatio meu digno amigo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 651, p.24, 27/09/1995.

Lembro, a quem a leu, a minha crónica anterior. Com um ridículo espírito de justiceiro, herói cinematográfico que procura repor uma verdade durante séculos ignorada, acusei Horatio de falso amigo de Hamlet. Alguém que, mais hábil do que Iago, teria conseguido enganar todo o mundo, permanecendo aos nossos olhos como exemplo admirável de lealdade.

Mas pensara maduramente, estudando as provas contra e a favor, tinha a certeza do que afirmava ou exprimia uma simples suspeita, levianamente passada ao papel para satisfazer quinquenais compromissos jornalísticos? Porque se a minha acusação foi precipitada, se não ouvi com atenção a defesa de Horatio, se não escutei todos aqueles que sobre ele poderiam falar, então fui um miserável caluniador.

Em minha defesa (débil defesa), sempre adianto que ainda tentei, num súbito arrependimento, suspender a publicação da crónica, mas era tarde. E também pensei, aliviando assim os meus escrúpulos, que não tinha importância acusar Horatio, simples personagem literária. Horatio que não existiu em carne e osso — e só as personagens de carne e osso podem magoar-se com as injustiças, só em relação a elas podemos sentir remorsos. Todavia... Como dizia o outro, há mais coisas no céu e na terra, Horatio. Etc. É que não posso negar (e isto não são palavras, palavras, palavras) que um sentimento muito próximo do remorso me invadiu. Muito próximo? Mais do que muito próximo, remorso autêntico, multiplicado até porque, identificando-me por vezes com Hamlet, sempre vira em Horatio o amigo perfeito. Sempre, em muitas situações, me achei a conversar com ele. “Horatio, meu digno amigo....”

E haverá verdadeira diferença entre personagens de carne e osso e personagens literárias, sobretudo quando não conhecemos directamente as personagens de carne e osso (as personagens de quem se diz de carne e osso —, personagens, já não pessoas), sobretudo quando já morreram, quando, num máximo, são apenas osso? Pensando bem, que é que distingue Ulisses de Fernão Mendes Pinto, no plano da minha consciência? Nada, salvo as informações (que, em boa verdade, não posso controlar) de que Fernão Mendes Pinto tinha carne e osso e Ulisses não. E semelhantes informações podem ter alguns efeitos práticos quando se referem a personagens contemporâneas (Chirac decidindo as experiências atómicas, etc.), mas quando já desapareceram como Henrique IV ou o marquês de Pombal... Para mim, no plano da consciência, da minha memória, que é que me faz dar mais realidade a Stendhal do que a Fabrice? Apenas certos livros que me informam que Stendhal nasceu em tantos de tal, morreu em tantos de tal — e até que inventou Fabrice. Mas sem essa informação eu distingui-los-ia? Para ser franco, aprecio mais o Fabrice do que Stendhal, Fabrice e muitíssimo mais interessante. Se me dissessem que Stendhal assassinara a avó, eu ficaria indiferente, mas, se me dissessem que Fabrice assassinara a tia, podem acreditar que chorava. Insisto: tenho mais provas de que Tolstoi era de carne e osso do que tenho provas de que o príncipe André não era de carne e osso? Em ambos os casos o meu conhecimento deles baseia-se em leituras. Na minha consciência quem é mais real? Com quem converso às vezes, mesmo se sei que o príncipe André morreu?

E estou a lembrar-me de que Tchekhov diz algures que o teria curado... Tchekhov falou como autor (criador de personagens) ou como médico? Penso que falou como médico, pois acrescentou que o diagnóstico de Tolstoi não explicava a morte de André, ainda por cima tratado com mil cuidados pela adorável Natacha. Como médico, a reacção de Tchekhov é a de quem acredita que o príncipe André existia de carne e osso e que portanto poderia ser salvo. Como escritor, faltava a autoridade a Tchekhov. Quem matou o filho do cocheiro Jonas Potapov, deixando o pobre pai desamparado, tendo como confidente somente uma égua, deveria manter-se calado. Como escritor, Tchekhov não sabe salvar ninguém, só sabe condenar pessoas ao desespero.

Mas perdi-me, afastei-me do meu tema. Que era: Perdoa-me. Horatio, meu digno amigo. E perdoa-me também tu, amável Hamlet, se, por um instante, te obriguei a duvidar da lealdade de Horatio.

P.S. Talvez a palavra justa seja “fascínio”. As ideias que me convencem, que me obrigam a mudar de opinião, claro. Mas de muitas outras coisas que ele diz penso exactamente o contrário e acerca das restantes não penso nem que sim nem que não, não consigo agarrá-las, escapam-me como mercúrio. E, quando desejo discuti-las, não sei como discuti-las e sinto-me vencido a partida, mesmo se não convencido. Nem é bem vencido: qualquer coisa como vergonha dos juízos que ele faria de mim se eu tentasse discuti-lo (“Afinal, este homem é parvo!”, poderia ele comentar). Calado, fico mais seguro.

O mais fascinante dos escritores portugueses vivos? Por mim penso que sim. Eduardo Lourenço, naturalmente.

ABELAIRA, Augusto. Problema em vez de conclusão. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, p.38, 11/10/1995.

Os escritores, sobretudo se são artistas, devem confessar que neste mundo tudo é incompreensível. A frase é de Tchekhov, em carta a Suvarine, mas poderia ser dita (se é que não foi dita) por uma das suas principais personagens.

A prova de que, quanto a isto, Tchekhov e os seus heróis estão de acordo? Se sim, não vale a pena continuar esta crónica, se não (se, porventura, Tchekhov, apesar da carta a Suvarine, acredita que nem tudo é incompreensível) surge a pergunta: porquê esta contradição entre o homem e as suas personagens (ou até entre o homem e o autor)? Num certo sentido: como explicar que a tónica posta na obra não traduza aquilo que, verosimilmente, ele pensava?

Que muitas vezes, em momentos de desânimo, Tchekhov, como toda a gente, sentisse que nada é compreensível, generalizando à totalidade do universo as interrogações acerca do sentido da vida humana, percebe-se. Mas *sempre*, ao contrário das suas personagens que *nunca*? Mesmo sem recorrer a frases do Tchekhov não ficcionista, conclui-se facilmente que acreditava na inteligibilidade de algumas coisas — era médico e não há medicina sem crença na inteligibilidade da natureza (pelo menos, da natureza). Além de ter escrito a Suvarine, em outra carta, que “o artista só deve debruçar-se sobre aquilo que compreende”, Tchekhov também afirmou, manifestando a sua crença no progresso, produto da compreensão dos homens: “A cultura actual é o princípio duma longa tarefa que talvez ainda venha a demorar milhares de anos para que um dia a humanidade conheça a verdade dum verdadeiro Deus”. E noutra carta, repetindo uma expressão que será constante na obra dele, mas sem o tom desesperado de um Verchinine: “Acredito profundamente que dentro de cinquenta ou de cem anos....” A confiança no progresso. E como não acreditaria no progresso o neto de servos? Pois é. Mas quando pega na caneta para escrever contos ou dramas teatrais (a que chama comédias) ou, dito de outra maneira, quando escuta a voz das principais personagens (aquelas que andam à procura do autor que é ele) a linguagem transforma-se. “Dentro de cinquenta ou de cem anos” deixa de ser uma certeza para se transformar num desejo sem esperança (as personagens não acreditam no que dizem, procuram enganar-se a si próprias, como se o sacrifício delas valesse a pena). E desejam que no futuro mais ou menos longínquo alguém se recorde delas, guarde uma palavra gentil para o sofrimento delas —, um pouco como a Sónia, que, na cena final do *Tio Vânia*, espera que depois da morte. “Deus tenha piedade de nós”. Com a diferença de ser a Sónia amparada pela fé religiosa, ao contrário dos Verchinine, dos Astrov ou dos Vânia, que são ateus. Verchinine, talvez o melhor porta-voz das personagens de Tchekhov, afirma: “Dentro de duzentos ou trezentos anos ou mesmo de mil anos (...) haverá uma vida nova, feliz”. Mas isto, dito num momento de grande desespero (e tais proclamações são sempre ditas em momentos de desespero), é a forma de exprimir esse desespero, não manifestação de esperança no futuro da humanidade. Ele acrescenta, enganando-se a si próprio, para poder sobreviver “Não participarei dessa vida, claro, mas é para ela que vivemos hoje (...), é esse o sentido da nossa existência”. Ora, precisamente o que as personagens de Tchekhov (e ele próprio) não compreendem é qual o sentido — se o há — da existência humana. Verchinine precisa de se agarrar a ideia de que o sofrimento dele (o sofrimento de todos nós) não é um desperdício, mas um passo necessário a felicidade futura. Porém, quando Macha (a das *Três Irmãs*) pergunta qual o sentido da vida, Tusenbach ri-se: “O sentido? Olhe, veja a neve. Que sentido tem a neve?”

Dentro de cem ou de mil anos... “Dentro de duzentos mil anos — responde Sorine, na *Gaiivota*, adiantando-se quase um século ao pessimismo do Clube de Roma — não haverá absolutamente nada”. Talvez dentro desses tais anos (umas vezes cem, outras mil, outras duzentos mil) pudesse haver progresso, pensa Astrov, se... Mas só haverá “degradação, efeito da inércia, da ignorância, da ausência total de compreensão”. E também: “o homem destrói tudo a sua volta sem pensar no amanhã”. O amanhã, o tal “dentro de cem ou de mil anos”... Porque não é o mundo que é incompreensível — afirmação de teor filosófico na carta a Suvarine —, mas o homem que, por inércia, o não compreende, conclusão extraída

da convivência com os homens. “Os escritores, sobretudo se são artistas, devem confessar que...” Sim, a afirmação poderia até ser de uma das personagens de Tchekhov, mas ajusta-se mal ao homem e ao médico que foi Tchekhov. E terá sido escrita num momento em que se sentiu dominado por essas personagens. Ou num dos muitos momentos em que dialogou com elas (talvez a obra dele seja um diálogo inconcludente com as suas personagens). Ou talvez escreva, como o Treplev da *Gaivota*, apenas para aliviar o coração, sem qualquer outro objectivo.

Mas de acordo com as convicções estéticas de Tchekhov, compete ao escritor chamar a atenção para os problemas, não fornecer soluções. “Na *Ana Karenine* ou no *Eugénio Oneguine* nenhum problema foi resolvido mas essas duas obras agradam-nos porque os problemas foram correctamente enunciados”. Ora, dizer que “tudo é incompreensível” é a solução dum problema, não o problema. Como seria dizer o contrário, claro. De qualquer modo, não como solução, mas como problema, é esse o sentimento que se retira da obra de Tchekhov, esse “chantre da desesperança”, como lhe chamou Chestov.

ABELAIRA, Augusto. Como continuar. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 653, p.36, 25/10/1995. (Vestuário)

Retrato fiel, simples boa vontade, capricho? Ou até: retrato fiel das terras cultivadas pelos monges do Lorvão que generosamente cuidariam dos pés dos seus trabalhadores, mas retrato que não deve enganar-nos acerca da generalidade dos camponeses de então (e, quem sabe?, retrato fiel dos próprios monges que também se entregavam humildemente aos trabalhos da terra)? Porque se todos ou a maior parte dos camponeses do nosso século XII andavam calçados, houve em Portugal, pelo menos até a primeira metade do século XX, um grande retrocesso.

E Portugal estaria, quanto a este aspecto, a frente da França e da Toscana, como parecem provar (mas os meus exemplos são apenas dois, falta-me a paciência de procurar outros — se outros existem), os “Livros de Horas”, dos irmãos Limbourg e os “Efeitos do Bom Governo”, de Ambrogio Lorenzetti (repare-se bem que, para o pintor de Siena, o bom governo, mesmo como ideal, não exigia que os camponeses protegessem os pés).

Dizia eu: porque se todos ou a maior parte dos nossos camponeses do século XII... Estava a pensar que, ainda há cinqüenta anos, quase todos os habitantes da minha aldeia andavam descalços. Por vezes com os calcanhares dolorosamente gretados. E, já agora — as lembranças são como as cervejas —, também me recordo de que, num dado momento (quando?) a Guarda Republicana recebeu ordens para obrigar toda a gente a calçar-se. Porque os pés descalços causavam má impressão aos visitantes? Para desenvolver a indústria dos curtumes?

Lembro-me de que algumas mulheres (os homens recorriam mais facilmente aos pesados tamancos), revoltadas contra tão cruel imposição (é um ponto de vista) decidiram calçar apenas um pé. Ao que parece, e por qualquer falha legislativa (talvez o legislador se esquecesse de que o *homo sapiens* tem dois pés), bastava um pé calçado para não haver multa. E um par de chinelos dividido ao meio dura o dobro. A gente da minha aldeia era pobre, tinha o sentido da poupança.

Leio em “Educação dos Meninos Índios do Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII”, de Ângela Domingues, ensaio contido na obra “Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz”, coordenada por Maria Beatriz Nizza da Silva: “Soldados, colonos, escrivães das câmaras e directores mais ou menos zelosos, mais ou menos desafortunados, de melhores ou piores costumes, tinham a missão de ensinar as primeiras letras, a língua portuguesa, o catecismo, mas ainda influir na correcção de vários hábitos indígenas, entre os quais o vestir e o calçar eram significativos”.

As primeiras letras, a língua portuguesa (a proibição das línguas deles), o catecismo — nada disto pode espantar-nos, dado o objectivo dos colonizadores: integrar os indígenas e os escravos na sociedade colonial. Não espanta também que os colonizadores, sobretudo os missionários, quisessem vesti-los. A nudez tomou-se pecaminosa (hoje deixou de ser, conforme podemos verificar nos programas televisivos) desde que Deus expulsou Adão e Eva do paraíso terreal, que, aliás, pelo menos para Colombo e para o português António Pinelo (mas este acabou na fogueira), se situava não muito longe do Norte do Brasil, lá para o Interior (os quatro rios que, segundo a Bíblia, nascem no Paraíso, seriam o rio da Prata, o Amazonas, o Orenoco e o Magdalena). Mas, mesmo para Deus (julgo não estar a cometer qualquer grave heresia), o conceito de nudez não se estendia aos pés. Que eu saiba, deu a Adão e Eva túnicas, não lhes deu sapatos, tamancos, sandálias ou chinelos. Pelos vistos, não ocorreu a Deus, inocente e livre de pecado, que os pés — pelo menos, os delicados pés femininos — viriam a ser um dos alvos privilegiados da poesia erótica.

Calçar no século XVIII os índios, mesmo se em Portugal, dois séculos depois (pelo menos na primeira metade do século XX) os nossos camponeses ainda continuariam a andar descalços... Matéria para várias hipóteses interessantes que deixo ao cuidado dos meus leitores, até porque não sei como continuar.

ABELAIRA, Augusto. A caça à lebre. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, p.21, 22/11/1995.

O sonho até começava bem, embora acabasse mal. E como aquilo que o torna interessante é esse acabar mal, pergunto: “quem” em mim o sonhou, já saberia à partida que para ser interessante teria de acabar mal? Para o inconsciente inventor do sonho, o fim precedeu o princípio, o fim foi a aristotélica causa, não a consequência?

Deixemos isso e vamos lá ao sonho: teria uns vinte anos e caminhava com a minha jovem e romântica namorada (infelizmente não consigo, agora que acordei, ver-lhe o rosto) pelas margens do rio Sabor. Isso, do rio Sabor, uma lápide avisava-me de que era o rio Sabor. Não um simples passeio de mãos dadas, tínhamos ido à caça — e começa aqui a estranheza do sonho: nunca tive alma de caçador, recusei-me sempre a caçar, embora na infância e na adolescência um tio — ele, sim, caçador — me tivesse oferecido uma espingarda, dádiva que me obrigou a fingir que caçava, a fingir que apontava a arma ao coelho ou à perdiz, mas propositadamente errando sempre o alvo. A ter de ouvir ao meu tio palavras sarcásticas (eu envergonhava-o perante os companheiros, para quem caçar era prova de virilidade).

la eu dizendo? Que fora à caça com a minha jovem namorada, eu também jovem. Conversávamos, julgo que tentava lembrar-me do nome da famosa intérprete da Rainha da Noite na primeira vez que assistira no São Carlos à representação da *Flauta Mágica* (ainda agora não me recordo do nome dela, embora o tenha debaixo da língua), quando, saída duma moita, me saltou aos pés uma lebre — acordado, não distingo as lebres dos coelhos, mas acredito que nos sonhos sou mais sábio. Aponto a espingarda, disparo... Tropeço, caio, magoo a mão direita numa pedra.

— Que seca! — digo, literariamente (recordo-me agora, a conversa era sobre o Eça, os gostos musicais do Eça, a ideia de que ele, salvo erro, nunca cita o Mozart, de que ele, julgo eu, preferia o fado ao Mozart).

— Bravo! — ouço dizer à minha gentil namorada, batendo as palmas. — Apanhaste-a!

Levanto-me e vejo-a de facto, a minha lebre, a minha primeira lebre, mas logo descubro com espanto que tem uma seta espetada no dorso. Como explicar a seta, se a matei com uma espingarda? E, embora parada, corre (ou parece correr? Uma brincadeira do Zenão?, pergunto-me), mas ainda não cheguei ao ponto de interrogação e já os meus olhos descobriram que perto da lebre correm também renas, bisontes, cavalos. Gravados na pedra, como também a lebre. E colada à minha mão uma ponta de sílex.

Gritámos como loucos, tínhamos descoberto, nós, os enviados dos deuses, que, do vale do Sabor, tal como do vizinho vale do Côa, a longínqua Pré-História contemplava-nos.

E eu, que não tinha nem nunca terei telemóvel, puxei do meu telemóvel e chamei o meu querido amigo Malafaia (não conheço nenhum Malafaia), um engenheiro que eu sabia ligado à construção da barragem do Sabor.

— Imagina — disse-lhe —, acabo de descobrir umas maravilhosas gravuras pré-históricas.

— Não digas nada a ninguém — respondeu ele —, espera aí um instante que eu já lá vou com a televisão para falares da tua descoberta. Imediatamente (estava a sonhar) apareceu um helicóptero com o Malafaia e meia dúzia de homens armados que me empurraram, a mim e à minha namorada, para dentro do aparelho.

— Não faltava mais nada — disse o Malafaia, com cara de poucos amigos — que sempre que quiséssemos construir uma barragem nos aparecessem garatujas pré-históricas!

— Será que os homens de há vinte mil anos eram contra o progresso e armadilharam com gravuras todos os vales onde poderiam ser construídas barragens? — digo ironicamente, ainda sem perceber que estava metido numa alhada.

— Desculpa, mas não tenho outro remédio — continuou ele. Vou atirar-vos pela borda fora. E, para que não morras ignorando o que vou fazer à merda das gravuras, fica a saber que neste momento já estão vários grupos de homens da minha confiança a vasculhar todas as margens de rios para descobrir e destruir as gravuras que possam ter sobrevivido até

hoje. Ninguém saberá que elas existiram. Deste modo, defendo o progresso e evito novos problemas aos políticos. Já imaginaste o que não seria se eles, os pobres desgraçados, tivessem outra vez o mesmo problema?

Acordei no exacto momento em que caía sobre o mar (não cheguei a saber se a minha amada já teria sido atirada pela borda afora).

ABELAIRA, Augusto. Liberdade, liberdade. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, p.21, 06/12/1996. (Liberdade)

Suponham que eu, com pretensões de romancista, deci-la contar a história de um certo Orlando que enlouquecia ao saber dos amores da sua amada por outro homem.

“Ao saber”, disse eu. Mas como teria ele sabido, o nosso Orlando, aliás um ilustre par de França? Enfim, eu dispunha de alguma liberdade de escolha: porque Angélica (a amada, princesa chinesa, diga-se de passagem) que confessara a verdade, por inconfidência amiga ou vingança dum inimigo, por carta anónima? Não por telefonema ou pela Internet, já se vê, que não existiam nos tempos de Carlos Magno. E muito menos graças a um bracelete mágico, coisa possível a Ariosto, entre outros, não a mim.

Mas se é verdade que Ariosto pôde recorrer ao bracelete mágico e eu não posso, então sou menos livre do que Ariosto. Note-se bem: menos livre, quando, à primeira vista, sou muito mais livre: não tenho de servir nenhum cardeal renascentista, vivo quatro séculos depois, ainda há poucas semanas fui depositar o meu voto nas urnas, enfim, vivo numa sociedade que, pelo menos do ponto de vista político, é democrática. E posso ir à China facilmente (bem mais facilmente do que Ariosto, já não digo do que a princesa Angélica), posso até ver o futebol que neste exacto momento, embora eu esteja em Lisboa, se joga em Munique.

Mais livre como cidadão, seguramente. Mas se não posso recorrer ao bracelete mágico, menos livre como romancista. Porque, aparentemente, estou obrigado a respeitar certas regras de verosimilhança que Ariosto podia ignorar. E nem se diga que ele acreditava em braceletes mágicos, acreditava tanto neles como mais tarde viria a acreditar Cervantes, com a diferença de que Cervantes (admirador de Ariosto, valha a verdade) achava ridículas as histórias dos braceletes mágicos, e Ariosto as considerava “poéticas”. Eu também. Mas se as considero “poéticas”, por que razão não me atreveria a recorrer aos braceletes mágicos, e submento-me afinal à crítica do cardeal Hipólito de Este, o protector de Ariosto, que lhe disse, cheio de bom senso: “Como pudeste escrever tantos disparates?”

Suponham que fazia parte das minhas intenções de romancista salvar o Orlando da neurose (se não o livrasse da neurose a história acabava ali e era pena)? Que fazer? Encaminhá-lo para o psicanalista, muito provavelmente, a não ser que lhe receitasse o prozac. Como, porém, sei pouco destas coisas, teria de informar-me, de estudar, em suma, para me manter dentro da verosimilhança — a tal verosimilhança que escravizou Flaubert, obrigando-o a frequentar os hospitais e, seguramente, que queimou as pestanas do nosso Mário de Carvalho, obrigando-o a deitar muita livraria abaixo para escrever o seu belo *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*. E bem evidente que eu não poderia recorrer, não tinha a liberdade de recorrer (como Flaubert ou Mário de Carvalho não tiveram a liberdade de recorrer) a lanças de oiro, a anéis mágicos, a fontes enfeitiçadas, a cavalos alados, etc.

Ariosto não esteve com meias medidas. Orlando perdeu a razão? O que se perde não desaparece em absoluto, em algum sítio há-de estar (e, a propósito, interrogo-me: onde se terá sumido a minha agenda, que tanta falta me faz, com os telefones e as moradas dos amigos?). Mas se em algum sítio teria de estar, que melhor sítio — ó prodigiosa liberdade imaginativa! — do que na Lua? A Lua, onde, além das razões perdidas (e até das meias razões, as dos lunáticos), se encontram também as lágrimas e os suspiros dos amantes e até os momentos perdidos (mas quando Proust andou à procura deles não teve a liberdade de ir buscá-los à Lua, sujeitou-se à prosaica verosimilhança de os procurar na memória, para não dizer nos sinos, na irregularidade das lajes de São Marcos, nas madalenas, etc.). Sim, ela, a razão perdida, estava lá, guardada num frasquinho. Bastaria abri-lo, encostá-lo ao nariz do louco, obrigá-lo a aspirar o conteúdo (isto é, a razão perdida, agora achada).

Tarefas difíceis, o louco furioso resistiu com todas as suas forças, que eram muitas. E então, “coisa maravilhosa, Orlando recuperou o uso da razão, e a sua inteligência renasceu mais nítida e mais viva do que nunca”. Por outras palavras, Orlando libertou-se da sua funesta paixão.

A era espacial ainda vinha longe, mas Ariosto não se preocupou e tirou da cartola um herói, filho do rei de Inglaterra — e que em tempos havia sido transformado em mirto. Na

companhia do evangelista São João transportou-se no bíblico carro do profeta Elias. Puxado por quatro corcéis mais brilhantes do que o fogo. E que atravessou, sem arder, a esfera incendiada que separa a Terra da Lua.

Serão os romancistas os mais infelizes dos homens, porque, ao contrário de todos os outros (pelo menos ao contrário da minoria que não vive no Terceiro Mundo), viram diminuída a sua liberdade?

Pensem no Balzac. Em vez de obrigar Rastignac a desafiar Paris do alto do Père Lachaise, em vez de obrigá-lo a tantas poucas-vergonhas para vencer na vida, oferecer-lhe-ia uma lança doirada, punha na frente dele um castelo de aço que acabaria desfeito em nuvem. E a Vautrin, cheio de misericórdia, dava-lhe o anel mágico que o tornaria invisível quando a polícia aparecesse. Raskolnicov mataria as velhas sem que ninguém soubesse que fora ele. E Tolstoi evitaria que Moscovo ardesse, mesmo sendo verdade que Moscovo ardeu.

ABELAIRA, Augusto. Quando? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 657, p.37, 20/10/1995.

Não, nunca tinha pensado nisso. Nisso, isto é, nisto: a partir de que momento tomei consciência da morte? Leio esta pergunta, que não é minha mas posso fazer minha, em “L’Age d’homme”, de Michel Leiris e, de passagem, encontro neste livro numerosos sublinhados de leituras anteriores, sublinhados aqui, sublinhados ali, mas que ignoraram a frase que acabo de referir. Momentânea preguiça da mão direita? Quando li a obra pela primeira vez? Sabê-lo! Como a edição é de 1966, li-a posteriormente — e depois dos quarenta anos. Muito, pouco tempo depois? De 66 para cá passaram trinta anos e não consigo situar o momento da leitura, relacioná-lo com coisas exteriores mais facilmente detectáveis: onde morava então, onde trabalhava, que cafés frequentava, etc. E o que hoje me impressiona é essa enigmática ausência dum sublinhado, que, parece-me, deveria ser óbvio, ausência significativa de que não dei pela frase — de que, aparentemente, não me senti tentado a ir à procura do tal momento (a questão da morte deixava-me então indiferente?).

Permita-se-me um pequeno desvio (pura retórica, o leitor está obrigado a permitir-me o desvio, sou eu que dito as regras do jogo): não há para mim maior divertimento (talvez haja, mas vamos supor que não) do que ir à caça dos meus antigos sublinhados, por acreditar serem eles os sinais objectivos (não distorcidos pela enganadora memória) da minha evolução. Sou eu que estou lá. Mais rigorosamente dito: que estive lá. O sinal das preocupações que provavelmente, à não tenho; ou continuo a ter.

Porém, como li numerosas vezes certos livros, como os sublinhei em momentos diferentes, não posso distinguir temporalmente os sublinhados. Os mais antigos, os mais próximos, os que estão a meio entre o antigo e o próximo. Porque não utilizei cores diferentes, consoante as épocas de leitura? Vermelho antes de ontem, azul ontem, verde hoje, amarelo amanhã. Só assim, como um cientista perante as várias camadas geológicas, poderia calendarizar com rigor a minha evolução.

Voltando a vaca fria: pelos vistos, em data que não localizo, mas posterior a 66 e anterior a 95, a morte não me preocupou, tanto quanto posso concluir da falta daquele sublinhado. Mas a verdade é que, mesmo hoje e com a atenção alerta (estou a escrever sobre isso), também não sublinhei a frase — e não a sublinhei porque, ao lê-la no metropolitano, três ou quatro horas antes, não levava comigo um lápis (levar, levava, mas ele tinha arreliadamente o bico partido). Percalço que pode explicar a falta do sublinhado na primeira leitura. Sim, porque não? Ou até: e se foi por a frase tanto me impressionar que não a sublinhei, escondendo-a da consciência? Tudo pode ser, ou não ser.

Outra hipótese: talvez não tenha lido todos os capítulos de “L’Age d’Homme” (reparo agora, em alguns deles não existem sublinhados). E é o caso do capítulo que contém a frase em discussão. Mas, a ser assim, a não leitura desse capítulo também é reveladora, ele intitula-se “Vieillesse et Mort”. Não terei dado pela frase porque o título do capítulo me rejeitou.

Aqui coloca-se a questão: peguei no livro uma única vez, ou mais vezes? Quero dizer: já depois da primeira leitura, tê-lo-ei relido uma ou mais vezes — e sempre fugindo à leitura do citado capítulo? E então: que se passou entretanto para que hoje o lesse? Passo.

Tomar consciência da morte é uma coisa (miúdo, ouvi os sinos tocarem a finados, passei pelos cemitérios, vi passar enterros), procurar datar o momento em que se tomou consciência dela é outra, e, provavelmente, só surge quando, para lá da consciência, a morte passou a preocupar-nos. E se não sei precisar o momento em que tomei consciência da morte (concretamente, de que as pessoas morriam — não ainda de A Morte), talvez me seja mais fácil determinar quando comecei a preocupar-me, angustiado ou não, com o problema. Pelo menos, a compra de livros sobre a morte deve significar qualquer coisa, sobretudo se houver uma certa concentração da compra desse livros num relativamente pequeno espaço de tempo, cinco ou seis anos.

Recordo-me de que o meu primeiro livro sobre o tema era da autoria do prof. Chauchard na colecção Que Sai Je, mas não o encontro, para saber quando teria sido

publicado e marcar a data para quem da qual o li. Encontro porém, na desordem das minhas estantes, alguns livros significativos. O mais antigo data de 1966, o livro de Jankélévitch, mas os livros de Morin, de Duvignaud, de Thomas, de Ziegler e de Ariès (aqueles que consigo encontrar) são todos posteriores a 70, dando uma ideia de que só a partir de 70 acordei para a morte. Mas quando comprei esses livros e quando os li? Em todo o caso, o estudo de Thomas (*Anthropologie de la Mort*) adquiri-o, lembro-me perfeitamente, numa padaria em Paris, talvez em 80 (ser-me-ia fácil determinar com rigor a data, mas agora não tenho paciência). Quanto ao Jankélévitch — comprou-o o meu pai, não eu —, encontro dentro um programa do Círculo de Cultura Musical (Teresa Berganza cantando Monteverdi, Scarlatti, Rossini, Mussorgsky, Granados, Falla). A data de 16 de Fevereiro de 73 sinaliza o momento em que estava a lê-lo, ou o programa foi parar ao livro por acaso? E no Morin, a marcar talvez uma página, um bilhete de eléctrico de oito tostões.

Há quanto tempo um bilhete de eléctrico custava oito tostões?

ABELAIRA, Augusto. Rolhas. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 639, p.36, 03/01/1996.

Dezassete operários vítimas de intoxicação numa fábrica de rolhas, em Santa Maria de Lamas, eis o que não pode surpreender ninguém. Há muito que se sabe ser a rolha um objecto especialmente tóxico e não foi por acaso que, no século XIX, em Portugal, o problema foi amplamente discutido. É certo que sendo Portugal um país de cortiça (o maior produtor mundial de cortiça, aprendi na escola) pode talvez alegar-se em defesa das rolhas que elas correspondem a uma necessidade nacional, que o português não pode (e não deve) passar sem elas, que com algumas raras excepções sempre se habituou a rolar o espírito (de vinho), que sem elas tende a embriagar-se, a exagerar, a dar largas excessivas ao que lhe vai na alma. Devo dizer que nunca concordei com esta tese tão respeitável, mas faltava-me um argumento sólido para a rebater. Os acontecimentos de Santa Maria de Lamas, porém, fornecem-me o desejado argumento.

O Leitor sentiu algumas dificuldades na compreensão do precedente texto? Não ficou nem deixou de ficar surpreendido com o desastre na fábrica de rolhas de Santa Maria de Lamas? Espanta-se por ignorar que há muito tempo se sabe serem tóxicas as rolhas, essas rolhas de cortiça (não de plástico) que ainda hoje se usam nas garrafas dos bons vinhos? Aposto, dobrado contra singelo, que sim — e adivinho a súbita estranheza quando lê que a toxicidade das rolhas foi amplamente discutida no Portugal oitocentista. A toxicidade das rolhas? Mas para esta última informação (será uma informação?) pode talvez admitir-se que, assim como se discutiram os malefícios do tabaco, talvez se tenham discutido também os possíveis malefícios das rolhas de cortiça. Há meia dúzia de anos quem desconfiaria que o amianto utilizado nas velhas torradeiras pode provocar o cancro?

De qualquer modo, e mesmo se o Leitor, facto improvável, releu duas ou três vezes o dito texto (uma pequena crónica com princípio, meio e fim) dificilmente o compreenderá. Que informação quis transmitir o autor? Que houve um desastre numa fábrica de Santa Maria de Lamas? Que as rolhas são tóxicas?

Num segundo momento, talvez suspeite que a pequena crónica não deverá ser lida literalmente, esconde talvez um segredo. Mas, a ser assim, porque razão não disse o autor claramente o que pretendia dizer, porque se exprimiu sob a forma de adivinha? Pretendeu divertir-se, brincar consigo próprio, forma perversa de brincar com os leitores?

Permita-se-me agora um esclarecimento: a dita crónica, de que aliás sou o autor, não é publicada hoje pela primeira vez, publiquei-a no jornal *O Século* em Fevereiro de 1974, vivíamos então nos tempos do fascismo, isto é, quando ainda havia censura à imprensa. E este simples facto, e a circunstância de hoje não existir censura, determina que a crónica já não pode ser lida da mesma maneira como teve de ser lida então. Se hoje é absurda, cheia de disparates, em Fevereiro de 1974 esses disparates, para os leitores atentos, não eram disparates mas um aviso perfeitamente inteligível: “Atenção, como é pouco crível que eu, o autor, seja parvo e como este texto, antes de ser lido por vocês, foi lido por um censor, admitam que procurei enganar o censor, procurem portanto adivinhar em que consiste esse engano”. Ou seja: quando nessa época um texto era absurdo, isso significava (ou poderia significar) que não era absurdo, que punha uma adivinha, procurava passar contrabando informativo ou de ideias.

“Que espécie de contrabando?”, perguntava-se o Leitor, que não acreditava num contrabando de meia dúzia de garrafas de Fundador ou de caramelos de Badajoz, escondidos na mala do automóvel. “Consegurei enganar o censor e, ultrapassada essa fronteira, ser compreendido pelo vasto público?”, perguntava-se o autor. Mas, no caso da pequena crónica que tenho vindo a comentar, ela pressupunha duas condições: por um lado, que o censor ignorasse a chamada Lei das Rolhas de 1850, diploma cabralista contra a liberdade de imprensa. E, pelo outro, que o leitor a conhecesse.

Pode-se perguntar, vinte anos depois: terá valido a pena escrever aquela crónica contra a censura, tanto mais que as pessoas capazes de a entender seriam poucas (a maior parte dos leitores de *O Século* não conheciam a história do século XIX), tanto mais que essas poucas pessoas não precisavam que lhes lembrassem a existência da censura, tanto

mais que a crónica, para além dessa inútil lembrança, não lhes dava nenhuma informação nova, nenhum argumento novo contra ela?

Resposta difícil (pode até admitir-se que os censores percebiam a intenção do autor, mas fechavam os olhos, cientes da inutilidade da crónica). E ainda hoje me interrogo acerca do valor prático de tal género de escritos durante o fascismo, independentemente do prazer lúdico de enganar (se engano haveria) a censura. Prazer que não seria apenas do autor, mas também do Leitor (“Ele enganou aqueles malditos analfabetos!”).

Valor prático que — a existir — não era de natureza intelectual, não transmitia informações, era simplesmente afectivo. No meio da escuridão fascista, tinha o significado duma festa na cabeça, um afago, um mimo, o calor da caiação característico dos mamíferos.

Mas valeria a pena?

P.S. À margem, acrescentarei que a dita crónica teve consequências inesperadas. Foi lida de maneira literal pelo instituto (como se chamava?, grémio?) que então tinha a seu cargo a exportação da cortiça, e ele ameaçou-nos (a mim e ao jornal) com um processo judicial, acusando-nos de transmitir uma informação falsa (que as rolhas de cortiça eram tóxicas).

Numa época, argumentava, em que no estrangeiro o uso das rolhas de plástico estava a concorrer com as nossas rolhas e quando se empreendera um grande esforço publicitário para exportar as nossas rolhas, aquela notícia difamatória dum genuíno produto português era um autêntico crime contra a economia nacional.

A defesa da crónica apresentava-se difícil. Dizer que não se referia às rolhas reais mas sim às rolhas metafóricas? O jornal lá acabou por dar já não sei que explicação, mas nunca chegamos a saber se foi considerada satisfatória, porque não houve tempo para a resposta. É que, entretanto, surgiu o 25 de Abril.

ABELAIRA, Augusto. As portas da verdade. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 659, p.21, 28/02/1996.

A revista chamava-se *Mundo Literário* — e ainda hoje me espanta a coragem que então tive (que hoje não teria) de mandar o meu ensaiozinho ao cuidado de Adolfo Casais Monteiro. Coragem relativa, alguma corvadia até. Receoso de que Casais Monteiro não lhe desse o desejado acolhimento (a publicação), refugiei-me atrás dum nome falso para não ser reconhecido ou, mais claramente dito, para que o meu nome não viesse um dia a denunciar-me como o autor do recusado texto. Digamos que, mais do que eu próprio, foi o meu nome que teve vergonha dum fracasso. Mas eu e o meu nome não seremos um e o mesmo ser? A inquietante utilidade de tirar a limpo esta dúvida.

Tentava uma primeira publicação, a chamada, e sempre temerária, estreia literária e, nesse plano, tive sorte. Poucos dias depois, Casais Monteiro respondeu com um lacónico mas exaltante: “É publicável”. Tão publicável que um ou dois meses depois (como demora a passar, por vezes, o enigmático tempo!) era publicado. O título? “Sinceridade e insinceridade na obra de Fernando Pessoa”. A definitiva resposta!

Toda esta introdução (duma introdução se trata), para dizer que muitas vezes depois e apeteceu dar a público alguns dos diálogos (ou monólogos) que vou travando com o poeta da *Tabacaria*. Sem coragem, porém, para passar o desejo a acto. Porque as coisas verdadeiramente íntimas não se destinam a escrita e muito menos à publicação? Porque só se escreve aquilo que não nos apaixona a alma? É uma possibilidade, mas, para já, recusou-a. Não me atrevo a voltar a escrever sobre Fernando Pessoa porque...

Numa das suas admiráveis crónicas, Mário de Carvalho adivinha muitíssimo bem, e sem suspeitar, as razões do meu medo, que ironicamente considera seu. Cito com algumas omissões para não ser muito longo: “As grandes bibliotecas (...) convencem-me da minha tremendíssima, acabrunhante e arrasadora ignorância. Eu atrevo-me a murmurar ‘Homero’ e logo me salta a ‘questão homérica’, os milhares de volumes sobre Homero (...). Eu quero citar Dickens e logo vejo as multidões de comentadores de Dickens, exibindo folhas e folhas de anotações, a rir (...) do meu desacerto. Eu tenho umas pobres opiniões sobre a Montanha Mágica, mas hei-de calar-me, quando se altaneiram resmas e resmas, alpínicas e ameaçadoras, contendo exegeses sábias sobre Thomas Mann. E o ‘Dom Quixote da Mancha’? Meu Deus, eu estou proibido de me pronunciar sobre o Dom Quixote. Pode desabar-me em cima toda uma parede de livros, alguns bem grossos e esmagadores, que esmiuçam a obra ao pormenor e não toleram a observação veleira do diletante que diz por dizer, ou por lhe parecer”.

Quando há coisa de cinquenta anos (apenas um desasseis avos da idade de Portugal, imagine-se!) escrevi sobre Pessoa era fácil escrever sobre Pessoa: praticamente, só Gaspar Simões, Régio e Casais Monteiro haviam escrito sobre Pessoa, limitavam-se ainda a esgaravatar na superfície da famosa mala, e portanto podíamos arriscar opiniões “as mais veleiras e diletantes”. Pessoa era um quase desconhecido, mal se sabia se ele tinha nascido de mulher ou de musa, se era pai ou apenas filho, se amara apaixonadamente vinte mulheres — duas das quais se, quem sabe?, suicidado por amor — ou nenhuma. O campo estava livre para especular, não havia o risco de que “toda uma parede de livros” desabasse sobre nós para proclamar: “Mas tu ignoras que os fragmentos 7, 18a, 18c e 18t, 23m, 364, 1121d desmentem tudo aquilo que acabas de escrever?” Ou pior ainda: “Ignoras que isso que escreveste já foi dito trinta mil vezes?” O perigo, nem mais, de passar por plagiário — e sem saber ler nem escrever.

Ao tornar-se matéria de estudo de uma boa centena de analistas altamente especializados, Pessoa não deixou de ser grande poeta, mas para o desajeitado leigo viu fecharem-se à espontaneidade algumas portas. Portas que a recordação de Parménides inteiramente fecha. Ou a infernal porta de Dante: aqui só entra quem tiver o passaporte de especialista pessoano. Não já a porta de Siena: Viandante, Siena (neste caso, Pessoa) abre-te as portas do seu coração.

Apesar de tudo, ainda é possível escrever sobre o escritor Chiado porque ele ainda não se transformou, julgo eu, num domínio de alta especialização e da estrita competência de umas dezenas de ensaístas.

Ainda nos é possível ler todas as opiniões que sobre ele foram dadas e depois, por exclusão, propor as restantes possíveis (admitindo que sobre qualquer autor há um número limitado de opiniões possíveis). Quero dizer: o universo de possíveis acerca do Chiado está por esgotar e, por mero cálculo mais ou menos lógico, podemos sempre ter uma opinião original. As opiniões possíveis, sendo trezentas e tendo já sido opinadas cento e quatro, restam portanto... Operação facílima que não exige o recurso a matemática de Leibniz, embora talvez exija o preguiçoso uso do computador.

Sobre Pessoa o que resta ainda por dizer (embora integrado num universo fechado de possíveis) pertence a uma tão profunda especialização que o melhor é sem dúvida o silêncio. Insisto, ao leigo que se atreva a falar de Pessoa só lhe restam duas hipóteses: a asneira ou o plágio, ainda que inconsciente. Sim, "o resto é silêncio", como disse o falso dinamarquês pela boca do hábil falsificador de Stratford-on-Aven.

Quanto a Homero, Dickens, Thomas Mann e Cervantes, para voltar aos exemplos escolhidos por Mário de Carvalho (e sabe-se que ele, na prestigiosa companhia da Maria Velho da Costa, já está enjoado com o Pessoa)? É que, estranhamente, atrevo-me a falar deles. Porquê? Porque, ao contrário, afinal, do que diz Mário de Carvalho, deles já podemos falar, ignorando os especialistas. Ou seja: sobre eles já podemos dizer asneiras, eles até agradecem as asneiras, se elas puderem ser ditas com alguma graça e sem a pretensão de constituírem verdades. Ou seja: independentemente de também serem objectos de estudo, transformaram-se eles próprios em literatura e no campo da literatura tudo é permitido. Como já dizia o Dimitri Karamasov, se Deus não existe tudo é permitido. Pelo menos, quando os autores, muitos séculos depois, se transformaram em personagens literárias. Pessoa ainda não é uma personagem literária? Ainda não teve as tais duas desconhecidas apaixonadas que se suicidaram por amor?

ABELAIRA, Augusto. O acaso ou a necessidade? **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 660, p.25, 13/03/1996.

Sim? Não? Parece-me limite estranho que tivesse esgotado o meu tempo de adolescência sem ler um livro que toda a gente leu. E, mais, parece-me muito estranho que ele não fizesse parte da biblioteca do meu pai. Estranheza talvez sem razão: meu pai tinha o péssimo costume (quem não o tem?) de emprestar livros a amigos que se esqueciam de devolvê-los. Recordo-me de ver nas estantes *A Ilha dos Pinguins*, romance de Anatole, e, agora que desejo lê-lo, não o encontro. Longínquo empréstimo cuja consequência provável será a de que jamais virei a lê-lo. Porquê?, dir-se-á, não posso ir procurá-lo numa livraria? Resposta: amanhã ter-me-á passado este desejo. Nestas coisas, como em muitas outras, ou se aproveita o momento “certo”, ou ele escapa-se para sempre.

Mas não é na *Ilha dos Pinguins* que estava a pensar quando comecei esta crónica com um “Sim? Não? Parece-me...” Pensava na *Ilha do Tesouro*, estranhava que nunca o tivesse lido (não conheço ninguém que nunca o tenha lido) e, desta vez, a oportunidade ofereceu-se-me graças a um jornal que, em boa hora, resolveu facultar ao público a leitura de alguns dos grandes clássicos. (Parabéns a quem acredita nas virtudes publicitárias da cultura, embora lamente que não se saiba quem organizou a antologia da poesia lírica do Camões e quais os critérios utilizados.)

Não, nunca tinha lido *A Ilha do Tesouro*, por muito que isso custe à minha vaidade de omnívoro leitor. Nunca? Alguém poderá afirmar “Nunca”? Tenho bons argumentos para o “nunca”, e o principal é (era?) o de não me lembrar de ter lido o livro. Também: de não me lembrar da história, mesmo se sabia, através de numerosos comentários, que Stevenson contava a aventura de meia dúzia de homens (entre eles, certo garoto) que iam à procura dum tesouro e encontravam piratas pelo caminho. Mais coisa, menos coisa. Leio as primeiras páginas e, surpreendido, começo a prever o que se passará nas páginas segundas. Somente? Leio as páginas segundas e começo a prever o que se passará nas páginas terceiras. Somente? Leio as páginas terceiras e..., e assim por diante.

Então coloca-se-me o seguinte problema: será que a minha imaginação é semelhante à de Stevenson (olha a vaidade!) já que eu conheço o desenrolar dos acontecimentos tal como ele os imaginou? Será que aquela história, fosse ela escrita por quem fosse, não poderia ser (ter sido) escrita doutra maneira? Será que a li numa outra vida, provavelmente quando era borboleta? Que ela, a história, existe no mundo platónico dos arquétipos (como os seres matemáticos — segundo alguns —, existiria mesmo que não existissem homens)? Outras hipóteses, embora menos interessantes: conhecia a obra, mas esquecera-me. Ou vira um filme e também me esquecera (deve haver um filme ou mesmo mais do que um).

Seduz-me a seguinte ideia: há no romance uma ordem superior tal que, colocadas as primeiras frases, elas determinam necessariamente as seguintes. Quero dizer: o Jogo tinha tais regras que Stevenson não poderia escrever outras sequências que não fosse as que escreveu. Parafrazeando a famosa frase de Einstein ao céptico Niels Bohr: “Stevenson não pode jogar aos dados”. E, recusando a humorística resposta de Joseph Ford (a de que “Deus — Stevenson, digo eu — jogou aos dados, mas com dados falsos), seduz-me, insisto, a suposição de que Stevenson só poderia escrever o que escreveu. Não o acaso, mas a necessidade. E a conclusão, também necessária: quando uma obra artística só poderia ter aquela sequência (quando não poderia ter outra) foi atingida a perfeição (nós saberíamos isso por ter acesso ao mundo platónico). Ao que se poderá responder: mas a perfeição não estará na surpresa, nas partidas feitas à “lógica”? Pergunto: o que nos encanta nas três últimas sinfonias de Mozart é saber, antes de os conhecermos, que os compassos seguintes não poderão deixar de ser *aqueles* (de tal modo somos capazes de os prever antes de aparecerem), ou o contrário, a surpresa? Confesso que não conheço a resposta (impossível voltar a ouvir pela primeira vez as três últimas sinfonias de Mozart, para saber se não somos empurrados pela memória).

Acrescento que apesar da ligeireza com que formulo estas questões (se é que são questões, estou até convencido de que não são) não posso escapar a uma certa incomodidade: até ontem (e porque nunca pensara nisso), recusava-me a ver certas séries

televisivas por saber sempre o que se passaria depois — por isso mesmo, considerava as vulgares. Vulgares, sem surpresas, sem imaginação. Mas talvez que cada caso seja um caso — maneira de passar adiante sem resolver coisíssima nenhuma.

Seja como for, de volta à *Ilha do Tesouro*, leio na página 99: “À segunda tentativa, a pontaria foi melhor”, e apetece-me perguntar: Porque escreveu Stevenson “à segunda tentativa”, e não à terceira ou quarta? Será que no plano microscópico da novela há pequenas indeterminações, impossíveis no plano macroscópico? Será que no grande jogo de Stevenson havia uma pequena margem de liberdade, essa que lhe permitiu optar pelas segundas ou terceiras tentativas, mas que não lhe permitiria fugir ao encontro com os piratas (e sem piratas não haveria história, pelo menos aquela história)?

P.S.: Obedecendo a uma implacável lógica, Stendhal foi obrigado a enclausurar Fabrice na Cartuxa de Parma? Digo isto sempre me irritou que um homem como Stendhal encerrasse Fabrice num convento. Para mim, pelos conhecimentos que tenho das leis do Universo, Fabrice continua à procura do amor. Do terrestre, claro.

ABELAIRA, Augusto. O regresso de Thales de Mileto. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 661, p.36, 14/02/1996.

Esqueci-me do nome do homem — ou talvez nunca o tenha sabido. E só uma vez me cruzei com ele, nas férias grandes; quando regresssei nas férias do Natal já estava morto. Para ser exacto, quase não o vi, ficou a conversar com o meu pai, enquanto eu me afastava para observar as mulheres a lavar a roupa, as pernas mergulhadas na água fria (dois ou três dias depois do parto, já elas iam ao rio lavar a roupa). Mal o tendo visto, a imagem que dele guardo não tem unidade, e uma imagem com grandes vazios. Recordo-me dos tamancos, da enxada ao ombro, a mãos deformadas pelo reumatismo. Mas, tantos anos depois, não estarei a atribuir-lhe as convencionais características que afinal são (eram) de todos os camponeses, não individualizam ninguém? Talvez a voz rouca. Sim, apesar de tudo, ouço-lhe a voz — julgo ouvir, julgo reconhecer? — porque, à despedida, ele disse esta frase que nunca esquecerei: “Só tenho uma pena, é que já sei tudo, não tenho mais nada que aprender”.

Frase de quem nunca tinha passado pela escola. E eu já andava no liceu e sorri. Saberá ele que Brutus matou Júlio César, saberá recitar os afluentes da margem direita do Douro, descrever o aparelho digestivo do caracol e cantar as conjunções coordenadas copulativas? Meu pai cortou-me o sorriso, humilhando pedagogicamente tamanha suficiência: “Como se chama aquela flor amarela? Que pássaro é aquele que estamos a ouvir?” Explicou que ele já sabia indubitavelmente tudo, porque, no seu universo de camponês, aquilo que não sabia não tinha importância, não era saber.

Alguém que se movia apenas no universo da pura utilidade? De modo algum, alguém com preocupações científicas ou metafísicas, alguém que procurava reduzir a multiplicidade aparente a unidade encoberta. E concluíra, a partir da quotidiana experiência, que “Todas as coisas nascem da água”. Ou seja, no princípio era a água — mas uma água, tivera o cuidado de explicar, que não se confundia com a água hoje existente nas fontes e nos ribeiros. Uma água primordial, comentava o meu pai, uma água ainda distante da água benta, mas talvez não da água da fonte de Ançã, salvo erro a segunda em abundância de Portugal — e “Ançã”, de acordo com um velho erudito, quer dizer (em indo-europeu?, em chinês?, em esperanto?) “abundância de água”.

Thales de Mileto mais ou menos recriado vinte e seis séculos depois por um homem iletrado? Pensador científico (pré-científico, se quiserem) que a partir da observação diária de trabalhador rural, de homem para quem nada germina sem água, fizera uma generalização, não importa se pouco prudente — mas os grandes metafísicos costumam ser mais prudentes? Água, note-se (continuo a seguir a exposição do meu pai), que não era apenas a Causa Primeira, que não se reduzia também a vulgaríssima procura duma causa, longínqua ou próxima, mas que continha já (diríamos em potência, mas ele não utilizava a palavra) todos os seres, vivos ou não. Que os continha, mas não de uma forma fixa, definitiva, bíblica, tal como hoje existem.

Assim, por um lado, buscava as grandes invariantes, as grandes permanências subjacentes a todos os fenómenos, pelo outro afirmava-se como um evolucionista, aqui mais próximo de Anaximandro do que de Thales. Primeiro os peixes, dos peixes saíram as rãs, das rãs os lagartos, dos lagartos os coelhos (digamos, os mamíferos) e depois os homens. O meu pai esqueceu-se de perguntar de onde tinham saído as aves — pequena lacuna, penso eu —, mas julgo que os cientistas ainda hoje não tem certezas (evoluíram a partir dos pterossauros?).

Água que não era apenas a causa primeira, mas aquilo de que todas as coisas são feitas, aquilo que fica se retirarmos as coisas todas as qualidades, suponho. Idêntico esforço levaria Descartes mais tarde (aliás, mais cedo) à prosaica extensão.

E ainda; um mundo concebido como um organismo vivo (as nuvens eram o seu bafo) e que viria a morrer lá para o ano dois mil, dando origem a um novo mundo que, por sua vez, morreria no ano três mil, etc. Mas não se procure, em tal concepção, quaisquer vestígios de milenarismo religioso. Apesar de frequentar dominicalmente a missa, nunca soube explicar ao meu pai o lugar onde colocava Deus. Ainda aqui, a semelhança dos pensadores da Jónia, expulsava os deuses da explicação do universo? Meu pai concluiu, discutivelmente, que ele ia à missa por amor da literatura, isto é, para ouvir as belíssimas histórias bíblicas, que muitas vezes citava com alguns floreios da sua lavra. Concluiu também, sempre discutivelmente, que, de acordo com aquele camponês, *Deus e Mundo* eram nomes diferentes de uma mesma realidade.

Para explicar as preocupações filosóficas e pré-científicas do meu pensador, não vale a pena dizer que ele pertencia a grande burguesia comercial ou que viajara pelo Egipto. De facto, não pertencia a grande burguesia comercial nem viajara pelo Egipto, quando muito fora a Coimbra (não à universidade) e era um simples homem iletrado. Também é verdade que não propôs nenhum teorema geométrico nem previu nenhum eclipse do Sol. Para tal, convenhamos, umas viagens pela Babilónia e pelo Egipto ter-lhe-iam sido úteis. Ou, mais simplesmente, uma passagem pela Universidade de Coimbra, pelo menos se admitirmos que vale a pena passar pela Universidade de Coimbra.

P.S.: Servi-me, para a minha exposição, daquilo que o meu pai me contou e de o meu pai se saber no século XX, vinte e seis séculos depois de Thales de Mileto e de Anaximandro. De conhecer a ulterior história das concepções do mundo. Mesmo sem querer, ele não acomodaria as ideias do velho camponês a filosofia dos pensadores jónios? Mas também não sei se Aristóteles foi mais objectivo do que o meu pai, se não acomodou os pré-socráticos aos seus próprios problemas. E que dizer de mim que estou a interpretar o discurso do velho camponês a partir do discurso do meu pai?

ABELAIRA, Augusto. A culpa. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, p.41, 10/04/1996.

Claro que sabia, não é preciso saber, bastava olhar, de vez em quando, para os títulos dos jornais, mas era um saber não virado para mim próprio, um saber acerca de qualquer coisa que não me dizia directamente respeito. Explico-me melhor: eu sabia-me pertencer à classe dos idosos, aquela classe piedosamente chamada Terceira Idade, à classe, enfim (a palavra faz-me alguma impressão) dos velhos. Sabia, digamos, que tinha mais de sessenta e cinco anos, a classe dos reformados, aquela classe que vive (diz-se) à custa das outras mais jovens, o povo trabalhador. Ao que parece, elas trabalham para nós, mas nunca viveram também à nossa custa. Já nasceram bastando-se a si próprias.

Sabia, não podia deixar de saber, que a população portuguesa (não só a portuguesa) estava a envelhecer de há umas décadas para cá, sabia-me também com mais de sessenta e cinco anos, mas não relacionava estas duas coisas. Quero dizer, nunca tinha pensado nelas conscientemente. Que a população portuguesa não envelhecia à margem da minha nefasta contribuição. Que, bem feitas as contas, envelheceria menos se eu não a ajudasse e envelhecer. E aqui é que está o meu problema, resultante da leitura extremamente interessante de “O Envelhecimento da População Portuguesa”, de Maria João Valente Rosa.

Um sentimento de culpa apossou-se subitamente de mim. Despertado por uma simples frase. Escreve a autora, nesse estudo que (tanto quanto pode afirmar um leigo na matéria) se caracteriza por um grande desejo de objectividade e procura evitar as grandes considerações especulativas: “Estas alterações demográficas, ocorridas no passado recente, repercutem-se sobre os mais variados domínios da vida colectiva (nomeadamente o emprego, o consumo, a saúde e a protecção social), sendo cada vez mais difícil ignorá-las, dada a ameaça que representam para o equilíbrio da sociedade”. Tivesse ela dito “dadas as implicações que representam...” e eu não me sentiria culpado, aceitaria a frase como a confirmação de alguma coisa que estava farto de saber. Mas a palavra “ameaça”... Isso, a consciência terrível: só porque resistira (provisoriamente, é certo) à morte, eu *ameaçava* o dito equilíbrio, sem mim a ameaça seria menor. E num mundo em que o bater de asas duma borboleta na Índia pode provocar um tufão na América, a minha ameaça poderia ser catastrófica. Senti-me herói, mas herói maldito. O envelhecimento da população portuguesa com as suas graves consequências tinham em mim um dos — até agora inconscientes — responsáveis.

Suicidar-me, dando assim um contributo — embora modesto — para restabelecer o equilíbrio da sociedade? Até pensei desenvolver uma campanha a favor do suicídio colectivo de todos os idosos e não pude esquecer-me do famoso romance de Bioy Casares: nele não se fala num suicídio colectivo de velhos, mas da socialmente compreensível decisão de o novos matarem todos os velhos.

Menos generosamente, encarei a hipótese contrária. E se os velhos decidissem matar todos os novos? Há até um exemplo histórico, ainda que parcelar, o de Herodes, a famosa matança dos inocentes. Sabe-se porém que foi um fracasso. Embora haja que levar em conta que Herodes teve contra ele a intervenção de Deus. E não esteja provado que, desta vez, Deus estivesse contra nós, os idosos. Afinal, Deus já entrou na Terceira Idade e, pensando bem, os jovens devem merecer-lhe menos confiança do que nós.

Pode objectar-se que os idosos vivem, em grande parte, à custa dos novos e que, portanto, sem os novos estariam condenados a uma morte rápida. Objecção frágil: na idade da técnica alguma solução se havia de encontrar, recorrendo aos cientistas, muitos dos quais são idosos, tal como Deus. A dificuldade maior para os velhos parece-me outra: são fisicamente mais fracos. Se começassem uma guerra contra os novos acabariam vencidos. Receio até que os novos acolhem com agrado uma decisão que necessariamente lhes seria favorável.

A Culpa.

Como é evidente, o culpado tenta desculpar-se e recorre a numerosos argumentos. Apesar de tudo, tenho a desculpa (embora involuntária) de já ter sido novo. Quando jovem fiz todos os esforços — sem consciência de certo — para remar contra a maré do envelhecimento da população e até com algum êxito visto que tal fenómeno só veio a iniciar-

se mais tarde. E também contribuí com uma filha para contrariar os ventos da História. Mas isto são águas passadas, já ninguém se lembra. A minha culpa recente anula a virtude antiga.

Inevitavelmente.

ABELAIRA, Augusto. Totoloto. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 667, p.37, 08/05/1996.

De vez em quando, jogo no totoloto. Com a esperança de ganhar — tanto que sonho com grandes viagens, vivendas em Portofino e em Fiesole sonho também que não mais precisarei de escrever estas crónicas. Quando os leitores se certificarem de que já não as escrevo, podem concluir que me saiu a sorte e que passei a dedicar-me a minha tarefa privilegiada, a deliciosa ociosidade. Digo isto e já estou arrependido de o ter dito. A verdade é que jogo sempre em tabacarias desconhecidas (isto é, em que sou desconhecido) para ninguém saber que estou cheio de dinheiro. Cauteloso, terei até o cuidado de não me entregar depois a gastos excessivos, não vá a Polícia Judiciária, ignorante dessa boa sorte, estranhar os gastos excessivos e investigar a minha vida, desconfiada de que ganhei o dinheiro ilicitamente (graças ao tráfico de droga, por exemplo).

Desdizendo as anteriores palavras: se deixar de escrever estas crónicas, não se conclua que ganhei o prémio grande do totoloto, mesmo que na realidade o tenha ganho. Que isto fique bem assente.

Mas que me proponha eu dizer ao começar a crónica? Que há um fenómeno que não consigo explicar (há mais, evidentemente — também explico mal a rotação da Terra ou as marés): de vez em quando, jogo no totoloto porque guardo a esperança de ganhar, mas depois — isto é essencial — não raras vezes me esqueço de verificar se ganhei. Donde concluo: sou optimista em relação ao futuro, mas pessimista em relação ao passado. Crente na possibilidade de vira ganhar, céptico acerca da possibilidade de ter ganhado. Contradição perturbadora!

A segunda atitude tem a seu favor a experiência. Sempre que consultei os resultados (e muitas vezes os consultei), rendi-me à evidência de que perderei e, se sempre perdi, por um simples raciocínio indutivo concluo que voltei a perder.

Certo. Mas como explicar que antes possa ter admitido ganhar, se, afinal, essa mesma experiência me deveria levar a concluir que não ganharia? Naturalmente, porque então, em vez de recordar a minha experiência individual, recorro a experiência dos outros: há sempre alguém que ganha. Logo, sou optimista em relação ao futuro porque utilizo a experiência dos outros, pessimista em relação ao passado porque me sirvo da minha própria experiência. Estou a ser confuso?

Mas não só.

Tudo isto insere-se na maneira como encaro o tempo. Tal como toda a gente, suponho, não me vejo situado na eternidade, uma eternidade imóvel, atribuo ao tempo, além do possível eterno presente, um passado e um futuro. Um futuro aberto a todas as possibilidades (entre elas, ganhar) e um passado que se fechou, sem possibilidades outras que não sejam as que aconteceram. Assim, debruçando-me sobre esse passado, concluo que a maior parte das minhas esperanças não vieram a realizar-se. Embora seja verdade que não se terem realizado não prova que não venham a realizar-se. Pensando bem, algumas vieram a realizar-se — e é isso que me leva a jogar no totoloto.

Mais: dizer que a maior parte das minhas esperanças não vieram a realizar-se é falso, realizaram-se quase sempre. Exemplos, para quem não acredite? Todos os dias saio de casa com a esperança de que não me caia um tijolo na cabeça (e já uma vez isso esteve para acontecer). Todos os dias saio de casa com a esperança de não ser atropelado. Todos os dias saio de casa com a esperança de não sofrer um ataque de coração. Tudo possibilidades infelizes que não se verificaram e que podem ser resumidas assim: todas as manhãs saio a rua com a esperança de regressar a casa. Até hoje, ao cabo de setenta anos, sempre isso aconteceu. Não é repousante? Mesmo se não esqueço a advertência de Bertrand Russell: o galo, ao ver todas as manhãs a dona, pensa que ela lhe traz comida. Até o dia em que lhe corta a cabeça.

Certo. Mas como até hoje não me cortaram a cabeça, sinto-me no direito de dizer que a maior parte das minhas esperanças se realizaram. Que conservo a minha cabeça é o que facilmente poderão concluir os meus leitores perante o facto altamente verosímil (a questão é controversa, bem sei) de que alguém escreveu esta crónica e de que esse alguém sou eu.

Em resumo, não deveria ser apenas otimista em relação ao futuro (acerca da possibilidade de vir a ganhar o totoloto), a minha experiência em relação ao passado deveria também levar-me a ser otimista. E a verificar sempre os resultados do totoloto. Aliás, sabe-se lá!, se não ganhei, precisamente numa dessas vezes em que me esqueci de consultar os resultados?

ABELAIRA, Augusto. Saudades do Brasil. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 668, p.28, 22/05/1996.

Por momentos, antes de fechar as cortinas e olhando na direcção horizonte... Araraquara, o Lugar do Sol, na linguagem dos índios.

Vou continuar, fingindo que ainda estou em Araraquara? Na realidade, e até à palavra “horizonte”, aquilo foi escrito em Araraquara, mas por qualquer razão (um telefonema a chamar-me?, a descoberta de que estava atrasado?, uma certa fadiga que me impedia a inspiração?) interrompi a escrita, e só agora, já em Portugal, me decidi a continuá-la, fingindo-me em Araraquara. E por isso acrescentei falsamente: “Araraquara, o Lugar do Sol”. Mas aquelas primeiras palavras poderiam ter sido escritas agora, aqui em Sesimbra, sem a referência a Araraquara, claro está. Se acrescentasse: Olho para o oceano e quase sem dar por isso, penso que ali, em frente de Sesimbra, o Fernão Mendes Pinto foi assaltado pelo pirata francês. Em que sítio desse espaço que continua o mesmo, embora já não as águas (a não ser que por uma improvável disposição dos átomos as águas sejam as mesmas, depois de, ao longo dos séculos, terem, muitas vezes, subido aos céus para depois descerem)?

Hesito. Finjo que estou em Araraquara, transmito a verdade de que estou em Sesimbra? E que importância tem isso para quem lê? Num caso como este é importante ser verdadeiro, tanto mais que os leitores não têm processo de saber se digo a verdade ou não? Mas reconstituir o que poderia ter escrito em Araraquara é mais falso do que escrever aqui em Sesimbra?

Araraquara, isto é, Brasil. O último (suponho que o último, ainda não o li) livro do Lévi-Strauss que encontrei numa livraria em Belo Horizonte: **Saudades do Brasil**. A minha conversa com o prof. Haquiri que acabara de falar sobre a saudade — e eu que lhe disse (porquê?) que em Portugal não existe saudade, que os portugueses inventaram uma palavra para a qual não conhecem o sentido. A prova é que cada um a define de maneira diferente e que, a haver qualquer coisa que com essa palavra queiram exprimir, esse “qualquer coisa” não é um único sentimento, mas muitos sentimentos completamente diferentes uns dos outros e portanto não designáveis por uma só palavra. Ou inventaram uma palavra para legitimarem uma identidade que ainda não encontraram.

Palavras, palavras, palavras.

Mas com esse mesmo prof. Haquiri não tive um diálogo absurdo? Em público, ele fizera-me uma pergunta em que a nota dominante era a palavra “omnisciente” (pronunciada, à maneira brasileira “onisciente”) e eu percebi “inconsciente”. Então, cada um sem saber que falava de coisas diferentes conversámos e até chegámos a acordo. E que importa que falássemos de coisas diferentes se chegámos a acordo?

Araraquara, o Lugar do Sol, não Sesimbra, a baía, o lugar onde Fernão Mendes Pinto foi aprisionado. Mais impressionado com a palavra estranha, por vezes difícil de pronunciar (a repetição das duas sílabas), mais impressionado com a beleza da palavra do que com a própria cidade. Mas que, por causa do nome (e ponho agora entre parêntesis a gentileza das pessoas com quem convivi) ficará na minha memória mais como um nome do que como uma cidade.

Os nomes. Mesmo quando ainda não visitara o Brasil, ainda na minha adolescência, encontrei-me com estas palavras de Manuel Bandeira, na sua *Evocação de Recife*:

Capiberibe

— Capibaribe

Que queriam dizer estas palavras tão brasileiromente musicais? Não sabia e era indiferente que não soubesse. Até que um dia, visitando o Recife, descobri. Os nomes dos dois rios que atravessam a cidade. E estavam certos. Aqueles rios não poderiam ter outros nomes. Mas não o Tietê de São Paulo, Rio Sujo. Como é possível que conserve esse nome perdido dos tempos em que as suas águas eram claras?

É verdade que não sei o que seja saudade? Saudades do Brasil. Das estradas no meio de florestas onde terríveis jararacas e onças se acoitavam. Tão perto! Mas também macacos, simpáticos macacos, acrescentaram-me. E algumas casas a borda das florestas.

Não têm medo das cobras? Europeu, sinto arrepios. Têm gatos, muitos gatos - os gatos defendem as casas, atacam as cobras, dizem-me. E, a professora que em Sergipe, ida de São Paulo, encontrou uma população reticente. Até ao dia em que matou uma jararaca com um pau e conquistou a população. Que peregrinou para ver a jararaca morta.

Atrever-me-ia eu a matar uma jararaca sem antes morrei de susto? Mas como tal nome, um belo nome, uma jararaca não pode ser perigosa. O nome, saberá ela?, retirou-lhe a perigosidade, tornou doce o seu veneno.

ABELAIRA, Augusto. O escritor contra o orador. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 669, p.06, 05/06/1996.

O escritor é aquele que escreve, aquele que se dá a conhecer através da escrita, alguém sem rosto. Do qual é desnecessário conhecer o rosto — e, de qualquer modo, de quem os destinatários (se a palavra é justa) não conhecem os gestos, enquanto escreve. Tal como ele também, enquanto escreve, não conhece dos leitores nem os rostos, nem os gestos, o interesse ou desinteresse pelo que escreve.

Por vezes o escritor é convidado a falar perante um público, público a quem mostra o rosto e os gestos, público de quem ele vê os rostos e os gestos. Situação diferente, logo à partida. Porquê é como escritor que ele foi convidado pelos leitores, mas ali ele deixa de ser escritor para se transformar num orador — e o público deixou de ser leitor para se transformar em ouvinte.

No fundo, o público desejou conhecer o escritor, mas aparece-lhe um orador, isto é, outro. Vestiu uma pele diferente e, em vez de se defrontar com um papel branco inteiramente à sua mercê, defronta-se com numerosos com numerosos olhares, que observam, que o seguem, o vigiam. E o primeiro sentimento que se apossa dele é que perdeu a liberdade, pelo menos uma grande parte da liberdade, já que não pode dirigir autonomamente o discurso, o público que tem na sua frente condiciona-o, obriga-o a interpretar as reacções dele, a tentar acorda-lo se ele revela algum adormecimento, a dizer uma ou outra vez uma graça para o manter alerta. Ouvintes que o condicionam consoante franzem as sobrancelhas, comentam qualquer coisa (que coisa?) para os parceiros do lado, sorriem (por concordarem ou discordarem?) — ouvintes que podem desmoralizar o orador se começam a bocejar, se não encontra neles sinais de simpatia. E afinal se esse público fosse outro, o orador, mesmo se sabe o que vai dizer, di-lo-ia de maneira diferente. Com mais pontos e contrapontos, com menos pontos e contrapontos, para citar o apreensivo *maese* Pedro, apreensivo com a impaciência do Dom Quixote.

Situação bem diferente, insisto, daquela em que ele, como escritor, se encontra quando tem na frente um papel branco que tudo consente, que não reage, que não boceja, que não sorri.

Saliento de novo o paradoxo da situação: é por ser escritor que ele foi convidado, mas não é o escritor que se apresenta. Por isso mesmo, algumas vezes, sinto a tentação de escrever o que vou dizer e, nessa medida, sinto a tentação de me manter como escritor. Porque então o público só indirectamente será ouvinte. Na realidade, ele continuará a ser leitor, não participará activamente no discurso, não o condicionará. Ou então: porque não escrever num quadro negro, e de costas voltadas para o público, indiferente portanto às reacções do público?

Falar para um público desconhecido, mas presente (e dessa forma relativamente conhecido), escrever para o papel. Para? Porque escrevi distraidamente “para” em vez de “no”? E pode perguntar-se: ao escrever “para” o papel, o escritor não escreve para um público? Não tenho a certeza, mas mesmo admitindo que sim, esse público, que se esconde atrás do papel; não reage — ou, se reage, reage de acordo com o modo como o escritor o obriga a reagir. É um público imaginado, imaginário, mais ou menos condescendente. E como imaginário, condicionado pelo próprio escritor, mesmo se ilusoriamente o escritor supõe que escolheu um público irreverente.

Público que, de qualquer modo, não é aquele que neste momento me está a ler.

ABELAIRA, Augusto. A escolha. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, p.39, 03/07/1996.

Quando digo que cada escritor escreve os livros de que sente a falta, os livros que gostaria de ler, estou a dizer que ele escreve para o público a que pertence (ou julga pertencer, por imaginar esse público à sua semelhança). Estou a dizer que escolhe o seu público, mesmo que esse público seja em grande parte imaginário ou constituído por um único elemento, ele próprio. Estou a dizer que um dos grandes prazeres do acto de escrever resulta da ilusão de que se está a conversar com gente próxima. Estou a dizer que, conscientemente ou não (mas decerto conscientemente), Thomas Mann escolheu o seu público, tal como Dostoievski (o público de ambos talvez seja o mesmo) — e, de qualquer modo, eu até pertenço a esse público. Sem o saberem, Thomas Mann e Dostoievski dirigiam-se a mim. A nós, também àqueles que, neste momento, me lêem.

Isto, claramente, na época da imprensa em que os públicos são numerosos e em que, portanto, as escolhas são não só possíveis como inevitáveis. Eu, por exemplo, ao escrever para o *Jornal de Letras*, e não para um jornal de escândalos, escolhi o público (tive a sorte, nem sempre fácil, de me ser permitida tal escolha). Tiro prazer dessa escolha, divirto-me, talvez ilusoriamente, a imaginar a recepção desse público, mesmo que não concorde comigo. O prazer não está em obter a concordância.

E antes da imprensa, quando os públicos eram muito reduzidos e não havia lugar para grandes escolhas? Um Fernão Lopes, por exemplo, poderia tirar da escrita esse prazer que só a escolha dum público fraterno oferece? Para ele e para os seus contemporâneos (e para aqueles que o precederam, dez ou dois mil anos antes) o prazer da escrita seria semelhante ao prazer sentido por Thomas Mann ou Dostoievski?

Fernão Lopes escreveu as suas obras graças a uma encomenda de D. Duarte: “poer em crónica as estórias dos reis que antigamente em Portugal foram”. Será ousado dizer que D. Duarte esteve no espírito de Fernão Lopes, ao escrever? D. Duarte, que ele não escolheu, terá sido talvez, no seu espírito, o primeiro leitor.

Leitor? António José Saraiva salienta que: “se quisermos analisar a qualidade do estilo de Fernão Lopes, devemos começar pelo que nos é imediatamente sensível; a sua extraordinária oralidade. Estamos perante um homem que fala a uma assembleia. Sentimo-lo de pé, dando relevo e intenção às palavras”. Aliás, se Saraiva tem razão, Fernão Lopes esteve mesmo de pé, ditando a um escriba (“o texto ditado era a maneira normal de produzir um texto na época”).

“Um homem que fala a uma assembleia” da qual faria parte, muito provavelmente, D. Duarte. E, de facto e ao contrário dos escritores modernos, Fernão Lopes não parece dirigir-se a leitores, mas a ouvintes. A sua prosa está cheia de expressões deste género: “Passado aquele grande arruído (...) e que o bispo foi morto, como ouvistes...” E: “Morto El Rei D. Afonso, como haveis ouvido”. Ouvido, em vez de lido.

As crónicas que ele escrevia (ou ditava) seriam arquivadas, poderiam mesmo ser consultadas por leitores, seriam até copiadas, mas no espírito de Fernão Lopes esteve certamente, ao compô-las, um público que lhe foi imposto, o público da corte. Teria sido o próprio Fernão Lopes a lê-las para a assembleia palaciana?

Suspeito, em todo o caso, que esse não poderia ser o único público presente no espírito de Fernão Lopes. “Se outros, por ventura, em esta crónica buscam frescura e novidade de palavras, e nom a certidom das estórias, desprazer-lhes-á de nosso razoado, muito ligeiro a eles de ouvir”. Quem são estes outros, os ouvintes da assembleia palaciana? Não aqueles a quem, no seu íntimo, se dirige Fernão Lopes, ao revelar que “nosso desejo foi em esta obra escrever verdade sem outra mistura leixando nos bons acontecimentos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao povo quaisquer contrairás cousas, da guisa que avieram”. Mostrar ao povo? Fernão Lopes pensava também em leitores, não se dirigiu

apenas a ouvintes. Diz ele: “se alguém ler ou ouvir esta estória”. Ler? O “se” em relação aos ouvintes não tem sentido.

Mas que significa “povo” naquele contexto? Seja como for, ao falar em “povo” não parei que estivesse a pensar na assembleia palaciana de ouvintes. Um povo que Fernão Lopes desejava que lesse as suas crónicas, o seu verdadeiro público, embora condicionado por um “se”? Será que, desde longe, e independentemente das circunstâncias em que escrevia (ou ditavam), os escritores escolheram sempre um público, o público com o qual poderiam dialogar, o público com o qual desejava dialogar, mesmo se esse público era imaginário ou estava ainda por nascer?

ABELAIRA, Augusto. Cinquenta anos disto. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n. 679, p.41, 23/10/1996.

... Disto, o quê? Vida e gentes, ofício, pátria e urbe ou urbes? Tudo está em tudo e a soma de 50 anos chega, decerto, para o verificar. Isto e mais aquilo somam-se na memória, e os anos contados são-no, exactamente, desde o distante Outubro de 1946. A partir de quê? Vida, vida, tinha-a tido já, havia mais de 20 anos, com brinquedos de menino e de adolescente, faculdades e Áfricas, casamento até, recente então, meia dúzia de anos de escritos à procura de futuro e juízo. Amores e boémias, metade desse tempo com a Avenida da Liberdade aos pés, na Primavera e no Inverno, sobretudo, frio e cristalino, com árvores mortas e céu azul. Desde então foi outra vida, esta do meio século depois da guerra, em esperanças assim e assadas, sem optimismo nem pessimismo — que nenhum mal-entendido eu quis, mesmo que lírico, entre mim e ela.

Aprendi-o mais tarde no Almada mas já o sabia antes, como maneira real de o saber e tive felizes ocasiões de conversarmos os dois, com um quarto de século entre nós, mas precisamente disto. Gentes, são o que podem ser, velhas e novas, em vagas sucessivas, ditas de gerações, crescida a minha sob uma ditadura triste, desperta com a guerra de Espanha (terá sido o que ficou, somente, de muita ilusão perdida...) e a dos meus netos afrontando já o terceiro milénio. Nem melhores nem piores umas e outras, na devida proporção humana. “Oh que de bestas, que de bestas, que de bestas há!...” Agradeço também (e muitas vezes o fiz) a lição a António Pedro que a pôs na letra B de um dicionário pessoal deixado pelo caminho... Por mim tenho conseguido (quase) evitar tal letra, escolhendo melhor as outras, para meu convívio. Com muita lembrança, amiga e boa, de mortos e de ainda vivos. Nomes, é melhor que não

... Ou para o meu ofício, que é certamente parte disto, em cinquenta anos. Outubro o marca, em 1946, como disse. Foi então um primeiro artigo publicado para continuidade mais significativa: sobre Portinari.

Como consta, não parei mais de publicar, e, se livros, em volumes mais ou menos espessos, ilustrados uns outros não, e até em quatro ou cinco línguas. Devo, porém, pedir desculpa de não ter chegado a cinquenta títulos nos iguais anos decorridos — mas foi o editor que atrasou agora o quinquagésimo que faria a conta certa; lá chegaremos em breve, gementes já os prelos, que ofício é ofício — e outro não tenho tido nem desejado, no fundo, senão o de escrever, e sempre a máquina mecânica, durante este tempo todo.

Ensinar também, fazer cursos e exposições, duas ou três revistas, muita conferência e muito júri, e tem sido caso de pintura e outras artes, ou de cinema, senão de literatura, de história ou de política, e de ficção também — textos, em suma, de variada espécie que não vou detalhar aqui. Ao todo, fazendo contas só do publicado, umas vinte mil páginas ou folhas, ou seiscentas mil linhas (que jamais dia *sine linea*, como se dizia dantes), ou seja, bem uns seis milhões de palavras — ai de mim! — todas escritas e lidas por x pessoas, não creio que sempre a mesma, por masoquismo. Outros colegas terão escrito mais, com certeza, o Camilo, por exemplo — mas como ser Camilo, se persa já é tão difícil? De qualquer modo, não ponho carreira nisto, mesmo com academias e medalhas...

Estará então a beleza da vida em viver de acordo com a sua natureza e o seu ofício? Assim o disse Frei Luís de Leon que tem estátua num pátio de Salamanca, e sou levado a crer que, no meio disto tudo, lhe dou razão. De toda a maneira, a minha natureza, entre o atento, o solitário e o indiferente, dá-se por satisfeita, e a vida também, belamente talvez. O ofício, não serei eu a sabê-lo, mas que o tenho exercido nestes anos todos com perseverança, teima e paciência, posso dizê-lo, agora que cinquenta anos dele passaram. Talvez alguém mais velho tenha maior prática, mas o dobro não me parece possível, em anos. E sobretudo nesta pátria que nos pôs, por assim apropriadamente dizer.

...Pátria como, desde o milagre de Ourique e passando pelo cabo das Tormentas, até chegar à Índia daqui a dois anos como se verá? Tanta coisa nisto, e dentro só dos cinquenta anos evocados! Guerra terminada, ditadura confirmada, em vão agitada em 48 e em 58, abalada em 68, acabada em 74, com uma guerra entretanto mal perdida, e uma nova república incerta, com partidos Pum-Puns ao princípio para chegar aos partidos Pim-Pins de

hoje em dia... Letras e artes também, modas e comércios, cultura por assim dizer, em mafiosidades que os interesses aceleram, neste 50.º ano em que nos encontramos e não parece diferente dos anteriores como desejávamos, pior até, talvez e com as mesmas pessoas até, em muitos casos, por humana elasticidade da vergonha. Cinquenta anos de pátria são só 6% dela; não é motivo de alarme e qualquer patriota pode, como eu, vivê-los e contá-los, sem grandes surpresas micro-históricas, sabendo bem que desde Afonso Henriques assim tem sido e vai sendo — no que é o mais antigo caso geopolítico do mundo, este ou outro... Assim ele continuará a ser depois de nós, ou de mim, que me limito a fazer esta constatação. Mas Outubro de 1946, além de ser data inicial de ofício, marca (sobretudo) certo princípio de experiência urbana, para o autor que nessa data passou a ver o Tejo cada manhã, para além da Baixa de S. Bento e entre a colina da Estrela (onde o sol se põe, em Janeiro, no interior do campanário, numa explosão de luz) e o jardim romântico do Príncipe Real, o belveder do lado, ao alto da “Sétima Colina”. Este Tejo está ali desde sempre e sobretudo durante os cinquenta anos que me interessam, e ninguém mo tira já. O isto a que aludo é muito o rio à beira da qual (mais exactamente dum subafluente seu) eu nasci. Que Lisboa dependa dele, fui-o aprendendo depois de vários povos, ou de D. João V, e antes de vários vereadores, até a actualidade, de Belém a Xabregas que dará ao Tejo o que em cinquenta anos lhe tem sido tirado para os lados inventados da cidade salazarizada de Alvalade.

Porém, exactamente ao mesmo tempo que tive o Tejo a mão, tive o Sena também: em Outubro de 1946 descobri-lhe as margens, ao fundo do Boul'Mich, descobrindo um Paris pobre e frio, saído da guerra, que me mostrou, sentado no chão do balcão das Ursulines, entre gente comovida, “La Bataille du Rail”... Cinquenta anos disto foram igualmente cinquenta anos de Paris, dez inteiros, os outros às prestações de tantas vezes ao ano, a ares. Vi coisas e fiz coisas conforme os anos que iam passando, com gentes e inspirações, passei duas campanhas terroristas, da direita OAS e da esquerda de Acção identicamente Directa, dois doutoramentos — e morreu agora mesmo um amigo que foi célebre e perdeu a fama abstracta dos anos 50, sobre o qual escrevi um livro, o Edgar Pillet.

Mas direi que, sobretudo, vi, em 15 de Outubro, o primeiro Picasso da minha vida, dando-me conta de quanto recente ela era em 1946, quarenta anos depois das “Demoiselles d'Avignon”. Há sempre quem tenha visto coisas antes de nós, não o esqueçamos. E agora escrevi um último artigo sobre ele, vendo-lhe, em 15 de Outubro de 1996, a última exposição, de retratos, feita nestes últimos cinquenta anos, e sabendo também que muitas outras não-de ser mostradas, e que muita gente depois de mim, felizmente, as verá. Será exactamente o meu último artigo na “Colóquio”: que os mortos enterrem os mortos... Nanja eu, todavia! Durante vinte e cinco anos fui dizendo que a minha janela passava o Tejo e à minha porta o 38, janela de Lisboa, porta de Paris, entenda-se, com o referido autobus. Lá estão, porta e janela, mas escrevo agora de outro lado, que tem também 25 anos de idade minha, e é outro o sítio, com um grande castanheiro à frente da outra janela e uma linda magnólia ao fundo do relvado, cobrindo um terraço sobre a qual ondula a colina de Echémiré, com Montplacé defronte... Cinquenta anos disto — digo, com uma mesma data de começo para muitas coisas da vida, ofício e sítios que me dizem respeito por prática e amor, que também há sem prática. “Il en est des maisons comme des rues, el les ont des prédispositions”, escreveu Balzac. Aqui, o sítio é de escrever memórias para o ano 2000, como há muito me prometo. Aliás, já as escrevi; só me resta saber como acabá-las, e onde. Mas lá chegarei, a tempo e horas, depois destes cinquenta anos de hoje — persas e não.

ABELAIRA, Augusto. Pudor. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, n.856, p.21,23/07/2003.

Conhece já os segredos da TV, fixa-nos bem nos olhos, fala de democracia e de liberdade.

E, de súbito, vendo-o tão sinceramente apaixonado pela democracia e pela liberdade, tão virtuosamente condenando aqueles que no seu entender não as amam, pergunto-me:

Com esse teu duplo amor, que fizeste tu durante o fascismo? Porque esse amor, agora tão firmemente apregoado, levou-te certamente algumas vezes a arriscares a tua paz, o teu emprego, a tua carreira. Candidato a professor, a médico, a funcionário público ou a outra coisa qualquer, seguramente assumiste alguns riscos, puseste em jogo o teu futuro, o teu sossego. E talvez nem te tenha acontecido qualquer percalço, a sorte visitou-te. Mas arriscaste, porque ao teu amor pela liberdade faltaria o sentido, em tua própria consciência, se não tivesses sido capaz de desafiar os opressores.

Sim, não direi um grande gesto, um grande risco - nem todos poderão ser heróis. Mas, pelo menos, um gesto pequeno, um pequeno risco: o colega perseguido pela PIDE que certa noite abrigaste em tua casa, o documento clandestino que dactilografaste, a trémula assinatura que escreveste num papel em que se protestava ingenuamente contra já nem sabes que iniquidade do Poder. Coisa pouca? Muito, a história faz-se com pequenas coisas, sobretudo a história de cada um.

Insisto: não um desses gestos que incendeiam mundos, acessíveis somente aos heróis. O pequeno nada que talvez ninguém tenha visto, que talvez ninguém saiba - mas tu sabes e, se Deus existir. Ele também sabe. A prova para ti próprio de que a liberdade que hoje surge constantemente, como palavra, na tua boca, foi alguma coisa mais do que um simples articular de sons - alguma coisa a que, religiosamente, votaste o teu pequeno sacrifício. Uma pomba? Uma borboleta,? Não importa. Algo que, no diálogo sem disfarces com o deus da tua consciência, te permite dizer: "Naquele dia..." Porque esse dia ilumina uma vida inteira de fraquezas.

Ah, Exm^o Senhor! Ninguém lhe pede gestos heróicos no passado (nem sequer no presente), porque os homens são fracos e não nasceram para ser heróis (ou só alguns nasceram). Ah, Exm^o Senhor! Ninguém lhe pede que tenha corrido o risco da prisão ou da carreira cortada, ninguém lhe pede nenhum acto grandioso, nem sequer pequeno a iluminar-lhe o passado. Ninguém lhe pede coisíssima nenhuma. E a liberdade pela qual alguns lutaram e sofreram foi conquistada para todos, foi conquistada também para si, ninguém lhe exige que pague a factura.

Mas por isso mesmo, Exm^o Senhor, um pouco de pudor. Viva livremente e seja feliz, procure até governar Portugal se for essa a sua vocação e se os portugueses estiverem de acordo, mas poupe-nos aos seus hinos à democracia e à liberdade, desista da sua arrogância perante aqueles que efectivamente se bateram - e aos quais o Exm^o Senhor e eu, que nada fizemos, devemos a nossa liberdade. Porque o Exm^o Senhor está a ofender, sem vergonha, já nem direi os heróis, mas os próprios e frágeis autores dos pequenos e inglórios gestos.

Pudor, Exm^o Senhor, porque ninguém lhe pede nada, salvo talvez uma certa descrição.

Ninguém lhe pede nada, ninguém lhe exige nada, salvo talvez um pouco de pudor nas suas palavras, porque qualquer dia os próprios microfones e o próprio papel começarão a sentir-se envergonhados.

ABELAIRA, Augusto. O último sortilégio. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, p.11.

Uma diferença esmagadora: por cada pessoa com um autocolante de Mário Soares ao peito, dez ou vinte ostentavam um símbolo de Freitas do Amaral!

Estatística enganadora, sabemos hoje, cegos que fomos para outra realidade: afinal, a maior parte dos cidadãos não traziam autocolantes nem deste nem daquele. Mas permanece a questão: porquê, de entre os que optam pela manifestação pública das suas preferências, a maioria era freitista, tão freitista que no dia seguinte ao das eleições, e ouvindo nos autocarros alguns comentários, se eu não soubesse que Mário Soares já ganhara a partida, suporia que ia perdê-la? As esquerdas são mais discretas (e já na Primeira Volta)? Intuíram que os tempos não correm de feição e preferem passar despercebidas, receando provocações duma direita folclórica, ruidosa e agressiva, empolgada pela famosa “dinâmica de vitória?” Os sociólogos e os psicólogos sociais darão (ou não darão) a resposta.

Ignoro porquê, mas desde a Segunda Guerra Mundial, quando usei o emblema da RAF, que não ponho na lapela as minhas opções políticas. Porque, no liceu, o contínuo mo arrancou (não arrancava os emblemas nazis) e fiquei para sempre traumatizado com essa humilhação? Por pudor, por não gostar de ser porta-bandeira de coisa nenhuma? Porque, feitas as contas, nunca estive de coração e alma com aquilo que os emblemas simbolizam e sempre votei cheio de reservas mentais? Não sei. Mas desta vez, e fossem quais fossem as reservas mentais, irritei-me com a tal estatística esmagadora e coleí ao peito um autocolante soarista.

Aventura inesquecível e nova porque esse simples facto de nos marcarmos, de expormos à luz do dia as ideias, transforma completamente a nossa relação com os transeuntes desconhecidos. A cidade deixa de ser povoada por munícipes abstractos que mal vemos, salvo quando lhes damos ou sofremos um encontrão, para ficar habitada por gente real, sólida, resistente ao olhar, subitamente conhecida. Que subitamente nos conhece.

Passamos a ver e a ser vistos — e esta sensação de ver e ser visto é uma experiência prodigiosa, quase mágica. Homens normalmente invisíveis ganham a visibilidade. E os olhos dos outros falam. Falam-nos.

A súbita fraternidade com aquele homem que leva um sinal igual ao nosso. Nenhuma palavra, mas uma simpatia luminosa, profunda, que elimina a habitual indiferença, que ultrapassa tudo o mais que nos separa (sensibilidade, cultura, hábitos de vida, condição social, preferências futebolísticas). Sem emblema não o teríamos visto, com o emblema entramos no mesmo clã, perseguimos um mesmo sonho, adoramos o mesmo deus. Se por acaso um de nós, no metropolitano, calca os pés do outro e o outro vai para nos dizer “Sua besta!”, o protesto morre-lhe na garganta e um sorriso compreensivo ilumina-lhe o rosto.

Se o emblema é o do adversário, há também entre nós uma certa comunhão. Pelo menos, deixamos de ser mutuamente invisíveis. Trocamos um olhar de hostilidade ou, delicadamente (se somos pessoas delicadas) fingimos que não nos vemos. Fingimos. Mas às vezes, como ignorá-lo?, esboçamos um leve sorriso. Irónico ou fraternal?

Os que não trazem emblema, as maiorias que decidiram por estas ou aquelas razões mantêm-se invisíveis, tornam-se visíveis por isso mesmo. E os olhares que nos lançam não enganam. “Também vamos votar como tu — dizem-me os olhos — mas não estamos para chatices”. E então descobrimos que a percentagem de freitistas e de soaristas não é exactamente a que poderia concluir-se a partir dos emblemas ao peito.

As eleições acabaram, os autocolantes desapareceram, agora já não sei quem é aquele homem que acaba de se cruzar comigo. Ele também não sabe quem eu sou. Mas exprimi-me mal ao falar “naquele homem” com quem me cruzei. Onde está ele se não o vi, se apenas por conhecer certas leis históricas e sociológica sei que em todos os momentos me cruzo com homens, do mesmo modo que sei em todos os momentos e sem que eu veja as árvores crescerem que para lá das nuvens o Sol se desloca (aparentemente) em torno da Terra?

O emblema, a varinha mágica que tornou visíveis os homens desapareceu, já não repete “o antigo encantamento — e tudo dorme no confuso mundo”.

ABELAIRA, Augusto. Os escritores gostam de baralhar o jogo. **Jornal de Letras, Artes, Ideias**, Lisboa, p.15.

Os livros importantes para nós, importantes para a nossa formação, não são sempre os mesmos, variam com os momentos da nossa vida, são importantes “outrora agora” e, no fundo, falar deles é um jogo, um tudo-nada arbitrário, que não deve ser levado muito a sério, sobretudo quando fala um escritor: os escritores gostam sempre de baralhar o jogo. Aliás, já Borges dizia, salvo erro, que os autores que nos influenciaram, inventamo-los nós, posteriormente. Neste ponto, somos estalinistas: reconstruímos o passado conforme nos convém.

E quantos livros teremos esquecido, sobretudo os livros menores? Por exemplo: a **Guerra e Paz** terá sido mais importante para mim, para a minha formação, do que **John, Charffeur Russo?** Toda a má literatura dos treze anos... Mas que é a má literatura? E ainda esta questão: por essa época eu também li o Gulliver, o Robinson, a Alice e o Quixote em versões inqualificáveis. Só mais tarde, nas versões autênticas, eles marcaram o meu destino ou eu já estava, sem o saber, marcado por esses livros, e a leitura dos originais quase inútil, apenas o acordar de certas vozes esquecidas, nada lhes acrescentando, salvo o prazer da leitura?

Mas antes do conhecimento autêntico dessas obras que em grande parte me condicionam ainda hoje, foram três os autores que, mais ou menos simultaneamente, me despertaram do “sono dogmático” de ordem literária que era então o meu, escrevinhador de novelas e de peças de teatro históricas influenciadas por Herculano e Marcelino Mesquita: Pessoa, Tchekov e K. Mansfield. De súbito, a minha visão da literatura renovou-se, embora já então eu conhecesse (graças aos cadernos de Agostinho da Silva) algumas amostragens de autores que mais tarde viriam a ser fundamentais para mim (Dostoievski, Stendhal, Luciano, e o próprio Tchekov). Mas, por qualquer razão, porque chegaram na hora certa, foram eles que me revelaram um novo mundo. Pessoa veio até a ser o meu interlocutor privilegiado: escrevo, em grande parte e inutilmente, para ele ou, pelo menos, para a visão que dele tenho. E digo isto com alguma impaciência. A moda do Pessoa é hoje tal que até os políticos o citam conscientemente. Grande escritor, ele deu forma artística suprema aos mais banais lugares-comuns colectivos (em certos passos do **Mensagem**). E os políticos, quando querem dizer um lugar comum, recorrem a ele (tudo vale a pena se a alma não é pequena; É a hora, etc., etc.).

Referenciados os meus parceiros literários, outra questão se coloca, se é que vale a pena colocá-la. De certo, devo muito a todos os grandes romancistas cujos nomes enfeitam as histórias da literatura, e por isso mesmo abstenho-me de citá-los (ou cito-o, não ao acaso, apenas três: Proust, o Gide e de **Os Moedeiros Falsos**, Malraux). Mas pergunto: eles ajudaram-me a ser quem sou ou limitaram-se a ensinar-me a linguagem que me convinha, isto é, o romance? Julgo que a minha incompleta visão do mundo a devo a outra espécie de autores. Conduzido à partida por Sérgio e pelos meus professores Vieira de Almeida e Curvelo: os filósofos, os físicos (as suas obras de divulgação, claro), os historiadores dos **Annales**, os antropólogos, os sociólogos alemães do conhecimento, todos eles tutelados pelo Russell e pelo Whitehead de **A Ciência e o Mundo Moderno**. O marxismo, obviamente, bebido em traiçoeiras traduções vindas do Brasil e quando vinha era uma “marcha implacável da história”, o que sempre me mereceu algum cepticismo. Isto, na década dos meus vinte anos. Depois, acrescentar-lhes-ia de acordo com os ares dos tempos, os biólogos, os etologistas, certos linguistas (sobretudo Whorf) e alguns sociólogos americanos. Mas nunca fui grande leitor dos psicólogos, embora Freud e Skinner não me tenham deixado indiferente. Sofri-lhes certamente a contraditória influência, mas às psicanalíticas especulações acerca dos sonhos dos homens, prefiro os trabalhos de Juvet sobre os sonhos dos gatos (sonham, salvo erro, com os ratos do Skinner).

Falei muito genericamente, deveria ter citado duas dúzias de nomes que me estão debaixo da língua a exigir citação. Enfim, não consigo calar estes: Montaigne, Voltaire, D. Hume, Sartre (o ensaísta mais do que o romancista), Lévi-Strauss.

E regresso à chamada literatura. Ao fim e ao cabo, o romancista que eu deveria ter conhecido na juventude, o escritor que vagamente adivinhara ter de existir, o escritor que me faltou, só há meia dúzia de anos o encontrei, trazido pelo acaso dum saldo de livraria: o Sterne do **Tristan Shandy**. Vejo neste desencontro temporal um equívoco dramático do Destino, agravado pela tardia descoberta de Borger. Mas esse terá sido o grande equívoco da história geral do romance que fez da **Madame Bovary** o seu modelo (Flaubert por Flaubert, antes essa obra admirável que é o **Bouvard et Pécuchet**). E permito-me juntar a Sterne, que chegou tarde, um rosário de autores chegados no tempo devido: Apuleio, Petrónio, Rabelais, Fernão Mendes Pinto, Erasmo, Diderot, Butier, Bernard Shaw. Os utopistas.

E Huxley que, bem antes deles, foi para mim o verdadeiro sinal de alarme, a revelação de que uma outra literatura era possível. Mas, verdadeiramente, ainda ando decisivamente à procura do autor decisivo, aquele que me abrirá as portas da sabedoria. Existe? Cada livro que me vem parar às mãos, abro-o sempre com essa esperança. A única esperança, aliás, que ainda faz de mim um leitor. Um leitor que quase sempre desiste, após as primeiras dez páginas, ao descobrir que o milagre não vai acontecer. Em resumo: sou hoje um leitor impaciente, cansado da verborreia literária.

*P.S.: Em relação a Portugal, e para não falar do Eça (seria injusto esquece-lo) não posso esconder a importância que para mim tiveram dois movimentos contraditórios: a **Presença** e o neo-realismo.*

ANEXO 2:
CURRICULUM VITAE DA MESTRANDA

LAÍSA TEIXEIRA DE AGUIAR
Curriculum Vitae

1 DADOS PESSOAIS

Nome: Laísa Teixeira de Aguiar
Endereço residencial: Rua Luis de Camões, 124
Bairro Santo Antonio - 90620150 Porto Alegre, RS - Brasil
Telefone: (51) 32199136 Fax: 32232573 E-mail: laisaaguiar@yahoo.com.br

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA / TITULAÇÃO

1989 – 1993 Graduação em Faculdade de Comunicação Social Habilitação Em Jornalismo - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Rio Grande do Sul, Brasil.

2000 – 2001 Especialização em Literatura Infantil - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Rio Grande do Sul, Brasil.

2004 – 2005 Mestrado em Letras - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Rio Grande do Sul, Brasil.

3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1993 – 1993 **VIDEOPUC** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS - Estágio, Carga horária: 20

2002 – 2003 **Shopping Center Net** – Colaboradora, Carga horária: 10 - Serviços técnicos especializados, Lojas Virtuais: Inserção de lojas, produtos, preços, características do produto.

1998 – 2003 **Feliz Idade Editora** - Redatora, Carga horária: 20 - *Jornaleko Jornalzinho da Terra dos Gnomos e Duendes*: Reportagem, entrevista.

1997 - 1999 **Fundação Pro Deo Comunicação** - Redatora de notícias, Carga horária: 20 - Editoria Movimentos e Pastorais: Redação de notas jornalísticas e reportagem.

1997 – 1998 **WS Editor – WSE** - Redatora, Carga horária: 20 - *Suplemento Infantil Blauzinho*: Redação, projeto editorial do suplemento infantil.

1997 – 1997 **LH Comunicação e Marketing** – Produtora, Carga horária: 20 - 2100 Anno Domini: Produtora, diagramadora.

1996 – 1996 **Rádio Aliança** - Produtora de programa de rádio, Carga horária: 20 - *Programa Passando a Limpo*: Produtora do programa de rádio

1995 - 1995 **Prefeitura Municipal de Camaquã – PMC** – Cargo de confiança, Carga horária: 40, Assessoria de Imprensa: Prestação de assessoria de imprensa para a Prefeitura.

1994 – 1994 **Jornal Semanário Capra Editora Imprensa Publicidade e Promoções** - Repórter, Carga horária: 40 - *Jornal Semanário*: Entrevistas, redação de reportagens jornalísticas.

1990 - 1991 **Instituto Estadual do Livro – IEL** - Estagiário, Carga horária: 20 – Hemeroteca: Organização da hemeroteca.

4 PROJETOS DE PESQUISA

2004 – 2005 O sentido e o alcance da narrativa de ficção de língua portuguesa: a história, a identidade, a nação e o gênero.

1992 – 1993 Pesquisa, elaboração do Acervo Pedro Geraldo Escosteguy. - Descrição: Pesquisa, elaboração do Acervo Pedro Geraldo Escosteguy_.

5 PRÊMIOS E TÍTULOS

1993 Vídeo Ficcional, FAMECOS / PUCRS.

6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA/CULTURAL

6.1 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

6.1.1 Resumos simples em anais de eventos

6.1 As vozes na obra de Erico Verissimo. In: XII SEMINÁRIO NACIONAL DE LITERATURA E HISTÓRIA - CENTENÁRIO DE ERICO VERISSIMO E A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2005, Porto Alegre. XII Seminário Nacional de Literatura e História - Centenário de Erico Verissimo e a história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FAPA, 2005. p. 32-33

6.1.2 Textos em jornais de notícias

6.1.2.1 A paixão das crianças e jovens pelo piano. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 13-13, 15 out. 1994.

6.1.2.2 Benedetti projeta tendências para o setor moveleiro. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 14-14, 15 out. 1994.

6.1.2.3 Bento em dança alegre a cidade. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 7-7, 08 out. 1994.

6.1.2.4 Direitos do consumidor. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 7-7, 15 out.1994.

6.1.2.5 Festa para crianças carentes. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 13-13, 15 out. 1994.

6.1.2.6. Festa dos idosos. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 24-24, 08 out.

1994.

6.1.2.7 Fórum de Qualidade - Dorothea disse que o real vai dar certo. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 5-5, 24 set. 1994.

6.1.2.8 Jacqueline eleita rainha dos estudantes da Região. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 20-20, 24 set. 1994.

6.1.2.9 Manifestação de arte com sacrifícios. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 5-5, 08 out. 1994.

6.1.2.10 Países em Bento em Dança. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 3-3, 24 set. 1994.

6.1.2.11 Pós-Graduação em Direito na FERVI. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 9-9, 15 out. 1994.

6.1.2.12 Prêmio colunistas da Fenavinho. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p.16-16, 01 out. 1994.

6.1.2.13 Procura de imóveis é grande. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 7-7, 15 out. 1994.

6.1.2.14 Seminário sobre o código do consumidor. *Jornal Semanário*, Bento Gonçalves, p. 5-5, 01 out. 1994.

6.2 PRODUÇÃO TÉCNICA

6.2.1 Trabalhos técnicos

6.2.1.1 Movimentos e Pastorais. 1997.

6.2.1.2 *Jornaleko - Jornalzinho da Terra dos Gnomos e Duendes*. 1998.

6.2.1.3 *Suplemento Infantil Blauzinho*. 1998.

6.2.1.4. *Revista do Esquilo Zaffari*. 2001.

6.2.2 Demais tipos de produção técnica

6.2.2.1 Anita Garibaldi. 1992. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.2.2.2. Experiência. 1992. (Diagramação).

6.2.2.3 Ciências aeronáuticas. 1993. (Produção de vídeo).

6.2.2.4. Linguagem verbal. 1993. (Produção de vídeo).

6.2.2.5 Retorno Bravo. 1993. (Produção de vídeo).

6.2.2.6 Solar dos Câmaras. 1993. (Produção de vídeo).

6.2.2.7 Solar dos Câmaras - Armando Câmara. 1993. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.2.2.8 Solar dos Câmaras - Visconde de Pelotas. 1993. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.2.2.9 Solar dos Câmaras - Visconde de São Leopoldo. 1993. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.2.2.10 2100 Anno Domini. 1997. (Diagramação).

6.2.2.11 Shopping Center Net News. 2000. (Diagramação).

6.2.2.12 I Fórum de E-Comércio e I Mostra de Serviços na Internet. 2003. (Organização de evento/Outro).

7 DADOS COMPLEMENTARES

7.1 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

7.1.1 II *Set Universitário*. 1989.

7.1.2 I *Fórum da Ética*. 1991.

7.1.3 V *Set Universitário*. 1992.

7.1.4 VI *Set Universitário*. 1993.

7.1.5 *Seminário de Capacitação de Recursos Humanos*. 1995.

7.1.6 XVIII *Seminário Brasileiro de Crítica Literária*, XVII *Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul*, I *Jornada Internacional de Narratologia*. 2000.

7.1.7 XII *Seminário Nacional de Literatura e História - Centenário de Erico Verissimo e a história do Rio Grande do Sul*. 2005.

7.1.8 *Seminário A aventura e a ordem: mestres da ficção ocidental do século XX*. 2005.

7.1.9 *Jornada de Estudos Deslocamentos e Hibridismo, Pós-Colonialismo e Literatura Lusófonas*. 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)